

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO

PROLETÁRIOS DAS SECAS:  
ARRANJOS E DESARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO  
(1877-1919)

FORTALEZA

2014



TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO

PROLETÁRIOS DAS SECAS:  
ARRANJOS E DESARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO  
(1877-1919)

Tese submetida à banca de avaliação do  
Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Universidade Federal do Ceará como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em História Social.  
Linha de Pesquisa: Trabalho e Migrações.  
Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro  
Neves

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- C223p      Cândido, Tyrone Apollo Pontes.  
              Proletários das secas :arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919) / Tyrone  
              Apollo Pontes Cândido. – 2014.  
              352 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de  
              História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.  
              Área de Concentração: História social.  
              Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
- 1.Trabalhadores migrantes – Aspectos sociais – Ceará - 1877-1919. 2.Obras públicas – Política  
              governamental – Ceará - 1877-1919. 3.Secas – Política governamental – Ceará - 1877-1919.  
              I. Título.



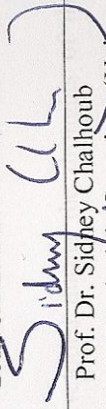
TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO

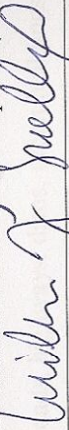
PROLETÁRIOS DAS SECAS:  
ARRANJOS E DESARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO  
(1877-1919)

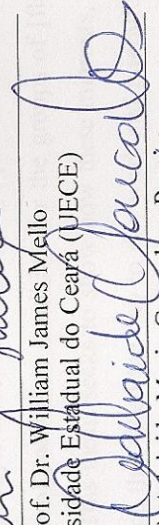
Tese submetida à banca de avaliação do  
Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Universidade Federal do Ceará como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em História Social.  
Linha de Pesquisa: Trabalho e Migrações.

Aprovada em 11/08/2014.

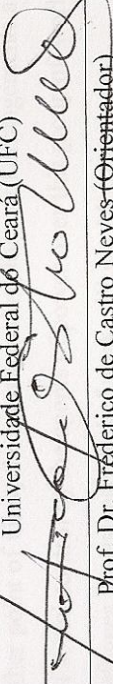
BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Sidney Chalhoub  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

  
Prof. Dr. William James Mello  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaide Maria Gonçalves Pereira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr. Euripedes Antônio Funes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

  
Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO

PROLETÁRIOS DAS SECAS:  
ARRANJOS E DESARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO  
(1877-1919)

Tese submetida à banca de avaliação do  
Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Universidade Federal do Ceará como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em História Social.  
Linha de Pesquisa: Trabalho e Migrações.

Aprovada em 11/08/2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Sidney Chalhoub  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

---

Prof. Dr. William James Mello  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adelaide Maria Gonçalves Pereira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



## RESUMO

Entre as novas experiências suscitadas durante as secas da passagem do século XIX encontrava-se o recrutamento de milhares de retirantes (homens, mulheres e crianças) para o trabalho em obras de construção (ferrovias, estradas de rodagem, açudes, prédios urbanos, calçamentos etc.), acionadas como medida de controle social e condição para que os grupos de flagelados tivessem acesso aos socorros do governo. Nesta tese procura-se mostrar como esses retirantes, ao lidar com diferentes dimensões de experiências que preenchiam o dia a dia de migrações e trabalho em anos de seca, foram agentes de sua própria formação enquanto uma modalidade específica de trabalhadores, tornando-se, com isso, proletários das secas. Para tanto, procura-se acompanhar os diversos arranjos e desarranjos que compuseram suas formas de resistência em seus percursos e no cotidiano de trabalho – a que correspondiam, desde outro ponto de vista, a formas de arranjos e desarranjos do controle social por parte dos agentes do poder sobre essa composição de trabalhadores.

**Palavras-chave:** Retirantes. Resistência. Obras de socorros públicos. Trabalho. Migrações.

## ABSTRACT

The new experiences that developed during the droughts of the late nineteenth century included the recruitment of thousands of refugees (men, women and children) to work in construction works (railroads, highways, dams, urban buildings, pavements etc.) Recruitment grew as a measure of social control and was a condition for the groups of [flagellates—to have access to government aid. This thesis seeks to show how these migrants, dealing with different dimensions of experience that filled the day to day work and migration in drought years, were agents of their own development as a specific formation of workers, becoming in this way the drought's proletarians. To this end, I seek to examine the various arrangements and changes that produced their forms of resistance on their journeys and in their daily work, and, from another point of view, the corresponding forms of arrangements and changes of the mechanisms of social control by the agents of power over this group of workers.

**Keywords:** Refugees. Resistance. Relief works. Work. Migration.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AN	Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará (Fortaleza)
BN	Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
BPGMP	Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza)
CONCS	Comissão de Obras Novas contra as Secas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EFB	Estrada de Ferro de Baturité
EFS	Estrada de Ferro de Sobral
IC	Instituto do Ceará (Fortaleza)
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas
LC	Library of Congress (Washington)
MIS	Museu da Imagem e do Som (Fortaleza)
NUDOC	Núcleo de Documentação Cultural – Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)
RVC	Rede de Viação Cearense
SARCCL	South American Railway Construction Company Limited

## LISTA DE EPÍGRAFES

Walter Benjamin	<i>Rua de mão única</i> .....	10
Bertolt Brecht	<i>Histórias do sr. Keuner</i> .....	29
Juvenal Galeno	<i>Lendas e canções populares</i> .....	57
Ferreira de Castro	<i>A selva</i> .....	93
Martinho Rodrigues	<i>A secca do Ceará (1877)</i> .....	135
Karl Marx	<i>O capital</i> .....	199
Graciliano Ramos	<i>Vidas secas</i> .....	267

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Retirantes em frente à Estação Central em Fortaleza .....	105
Figura 2	Capa de <i>O Malho</i> de 30/10/1909 .....	182
Figura 3	Turma de assentadores de dormentes .....	234
Figura 4	Mecânico José da Rocha e Silva e a locomotiva <i>Amarílio</i> .....	255

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Obras de socorros públicos executadas em 1877 .....	152
Tabela 2	Retirantes feridos no conflito da praça Visconde de Pelotas .....	276

*Para Rebeca,  
estrela brilhante no firmamento*





*Todas as religiões tiveram grande respeito  
pelos mendigos, porque estes são a prova de  
que o espírito e a regra, as consequências e o  
princípio falham vergonhosamente numa coisa  
tão singela e banal quanto sagrada e  
vivificante como era a esmola.  
Queixamo-nos dos mendigos nos países do sul  
e esquecemo-nos de que a insistência com que  
se nos colam é tão legítima quanto a  
obstinação de um estudioso perante um texto  
difícil. Não há sombra de hesitação, não há  
indício, ainda que imperceptível, de vontade e  
reflexão que eles não leiam na nossa  
fisionomia.*

Walter Benjamin



## AGRADECIMENTOS

Para a elaboração desta tese contei com a colaboração de diversas pessoas às quais gostaria de expressar minha gratidão. Espero saber registrar esse sentimento nestas poucas linhas.

Agradeço ao prof. dr. Frederico de Castro Neves, orientador e amigo, pela impressionante arte de apontar direções na pesquisa e por compartilhar inestimáveis conhecimentos sem os quais me sentiria muito mais perdido nessa selva de palavras e ideias que é a escrita da história. Leitor atento, historiador perspicaz, sabendo aliar convicção com espírito de liberdade, gosto de pensar que esse trabalho é num bom bocado mérito dele. Suas aulas (desde os tempos de graduação) e seus textos foram fundamentais para desenvolver em mim o gosto pela história social e pelos temas que uso visitar. Creio que muito do que me estimula a escrever é sentir que, de alguma forma, irei com isso lhe agradar.

Nos professores Adelaide Gonçalves e Eurípedes Funes também reconheço uma fonte de inspiração. Depois de longos anos ouvindo suas ideias, tenho consciência hoje do quanto eles são importantes na minha formação. Tenho muitas razões para lhes agradecer, mas neste momento faço questão de frisar que as orientações que deram ao participarem da banca de qualificação foram fundamentais para que eu aprimorasse a problemática central da tese e definisse um estilo argumentativo.

O prof. dr. Marco Antonio Pamplona orientou um percurso inicial desta pesquisa há alguns anos atrás. Nossos breves contatos deixaram marcas das quais tenho bastante clareza. A ele agradeço pela acolhida e pelo apoio em alguns momentos difíceis.

Vejo as marcas de algumas amizades impressas nestas páginas com as tintas invisíveis da emoção. É o caso de Berenice, Cida e Silvana, muito amadas e queridas amigas cujos primeiros contatos tivemos no Rio e conservamos pela eternidade de nossas vidas passageiras. É também o caso de Edson que, além de ser uma pessoa a quem me ligo por fortes laços sentimentais, me apoiou colaborando em diversos momentos na execução da pesquisa em arquivos e por encontros que tivemos em diferentes lugares dentro e fora do Ceará. Manuel Carlos, Isaíde, Vilarin, Karla e alguns outros parceiros do eixo Fortaleza-Quixadá desenvolveram comigo aquela boa cumplicidade somente presente entre pessoas que se adoram.

Minha família fictícia real é composta por Júnior, Caciana, Ilana, Fran, João, Estênio, Robinson e Neidinha, além de alguns outros amigos que, exatamente por o serem,

vão me perdoar por não ter seus nomes aqui registrados. Meus pais e irmãos, como não poderia deixar de ser, estão sempre próximos, apesar dos tantos quilômetros que nos separam. Também sempre junto estou daquele clã formado pela interseção das famílias Guedes de Souza e Escudeiro, essa gente que anda sempre encangalhada. Rebeca, Victória e Valentina aparecem aqui destacadas porque nos abrigamos sob o mesmo teto. Como sou feliz por ter todos vocês comigo!

Aos professores, servidores e alunos da FECLESC gostaria de agradecer por me proporcionarem a chance de cursar o doutorado e por tocarem em frente nossa instituição de ensino com dignidade, apesar dos tantos maus tratos desferidos pelos poderosos que querem nos governar para prestar reverências ao Senhor Capital. Essa situação é também lamentavelmente compartilhada pela maioria dos centros de pesquisa (arquivos e bibliotecas) que visitei nos últimos anos. A todos os funcionários dessas instituições ofereço meu agradecimento. Com o professor André Frota Oliveira aprendi muito – mas muito mesmo! – sobre os segredos do manejo com os documentos e sobre tantas outras mil coisas que as extensas jornadas naquela sala de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Ceará viabilizaram.

Chegando ao fim dessa trajetória, é hora também de lembrar os momentos prazerosos durante as aulas nos primeiros semestres do doutorado. Deixo aqui minha homenagem pessoal a nossa turma autointitulada “O pulo do gato” e em especial a Darlan que me deu “aquela força” nas minhas atrapalhões institucionais.

Deixo expresso minha gratidão também à mui simpática e querida professora Ruth Needleman por ter revisado o *Abstract* desse trabalho, livrando-me do constrangimento de ter de servir o meu inglês macarrônico como *entrée* dessa tese.

Por fim, agradeço também a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico / FUNCAP por me proporcionar uma bolsa durante o doutoramento.

Gostaria de dedicar esta tese a Rebeca, pessoa que escolhi para ser minha mulher e sem a qual tudo perderia o sentido.

## SUMÁRIO

	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	19
1	<b>TRAJETÓRIAS</b>	31
1.1	<b>Terra, família e retirada</b>	32
1.2	<b>Operários das secas</b>	37
1.3	<b>Embates na selva</b>	43
1.4	<b>Idas e voltas aos cafezais</b>	48
1.5	<b>Uma tradição de ofício...</b>	51
1.6	<b>... e um trabalhador especializado</b>	55
2	<b>SERTÃO PROLETÁRIO</b>	59
2.1	<b>O império da agricultura comercial</b>	63
2.2	<b>As armas dos fracos</b>	75
3	<b>ATRAVESSANDO FRONTEIRAS</b>	95
3.1	<b>Retiradas</b>	100
3.2	<b>Subvertendo o controle urbano</b>	104
3.3	<b>Pelos vapores</b>	112
3.4	<b>Estrangeiros</b>	123
4	<b>TRABALHO COMO CARIDADE</b>	137
4.1	<b>A emergência das grandes obras</b>	146
4.2	<b>Lições em tempos difíceis</b>	163
4.3	<b>Uma engenharia da seca</b>	174
4.4	<b>“Solução” consagrada</b>	185
5	<b>(DES)ARRANJOS DO TRABALHO</b>	201
5.1	<b>Fronteiras do trabalho</b>	207
5.2	<b>Os socorros</b>	213
5.3	<b>Ordenamento e resistência</b>	229

5.4	<b>Escolas de trabalho</b>	248
6	<b>ARTES DA RESISTÊNCIA</b>	269
6.1	<b>Articulações solidárias</b>	281
6.2	<b>Diálogos de tradições</b>	302
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	323
	<b>REFERÊNCIAS</b>	329
	<b>ANEXOS</b>	349

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir da seca de 1877 uma nova relação com a falta de chuvas se estabelece no seio das populações do semiárido. Desde então, os anos de estiagem – que de tempos em tempos ameaçam a economia sertaneja e a segurança alimentar dos pobres – são aqueles em que milhares de pessoas provenientes do campo procuram as cidades em busca de socorro. Seca passa então a ser sinônimo de multidões de retirantes que, premidas pela fome, percorrem as estradas na esperança de adquirirem meios para uma dura sobrevivência. As secas, no entanto, não apenas evidenciam os extremos da miséria; são também momentos em que os sertanejos, distanciados de seus modos de vida originários, vivenciam novas experiências.<sup>1</sup>

Dentre essas novas experiências, particularmente significativas durante as secas da passagem do século XIX (1877, 1889, 1900, 1915 e 1919), encontrava-se o recrutamento desses imigrantes como operários de construção em grandes obras de socorros públicos. Na intenção de afastar as multidões de flagelados dos chamados “vícios da ociosidade”, foi imposta a condição de trabalharem em serviços urbanos ou em grandes obras como estradas de ferro e açudes para que, dessa maneira, tivessem acesso aos socorros distribuídos pelo governo. Ferrovias como as de Sobral e de Baturité seriam assim construídas em quase todas suas extensões pelas mãos de retirantes. Da mesma forma grandes açudes, como o do Cedro em Quixadá, valeram-se de sertanejos em tempos de secas para sua execução.

Organizar o recrutamento de milhares de imigrantes arruinados para construírem ferrovias, portos ou açudes foi a principal proposta das elites ao lidarem com as secas da passagem do século XIX. Assim procedendo, apenas seguiam o receituário liberal para o desenvolvimento das nações. Afinal de contas, aproveitar a presença de milhares de pessoas como mão de obra para os “melhoramentos materiais” da região seca era uma medida bastante sugestiva quando se teria inevitavelmente de despender grandes recursos com os pobres. Mas o emprego dos retirantes em obras públicas também servia como “solução” para problemas mais abrangentes da sociedade cearense, especialmente para aqueles que tocavam os interesses de suas elites.

A fome afastava os sertanejos de suas atividades tradicionais e, na busca por socorros, os levava cada vez mais longe. A “fuga de braços” tornava-se uma preocupação para os proprietários rurais que, vendo milhares de retirantes embarcarem para regiões tão

---

<sup>1</sup> Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.



distantes como a Amazônia ou São Paulo, temeram pela falta de trabalhadores quando as chuvas voltassem a cair. Segundo cálculos oficiais, em 1909 já chegava a 2,5 milhões “a perda da população dos Estados do Norte” em decorrência das secas.<sup>2</sup>

Além disso, ao lidarem com a afluência dessas imensas aglomerações de pessoas, governantes e demais membros das elites proprietárias logo identificariam nos grupos de sertanejos pobres um “perigo” a ser combatido. Em suas peregrinações, os imigrantes impunham o medo, deixando um sentimento de insegurança nas famílias de grandes cabedais pelo interior e nos habitantes das cidades para onde confluíam. Por exemplo, de Quixeramobim, em 1877, chegavam notícias de que “grupos armados desses infelizes percorrem em atitude resoluta as povoações e as fazendas, ameaçando aniquilar todos os obstáculos que se oponham ao seu inabalável propósito de não se deixarem morrer à fome”.<sup>3</sup>

Prestar assistência aos grupos famintos tornou-se, dessa maneira, não tanto um gesto de caridade, mas principalmente uma medida de controle. A valorização do trabalho como meio de socorro surgiu desta feita como resposta aos desafios que a crise apresentava. Diversas pequenas obras foram proposta por negociantes, fazendeiros e vereadores das vilas do sertão como meios de ocupação aos flagelados. No litoral, para onde afluíam aos milhares, o recrutamento dos retirantes para o trabalho tornava-se medida ainda mais urgente para evitar distúrbios e protestos na ocasião da distribuição de socorros. A decisão de se dar efetividade às grandes obras de socorros públicos surgiu com a verificação de que os serviços restritos aos espaços urbanos não eram suficientes para controlar aquela numerosa multidão de retirantes. Empreendimentos como o prolongamento de caminhos de ferro, construção de grandes açudes, reforma em portos, abertura de canais, dentre outras iniciativas, foram considerados desse modo “obras estratégicas”, pois ao mesmo tempo socorriam muitos retirantes e resultavam em importantes benefícios para o desenvolvimento do comércio e da nascente indústria local.

As elites viam nas obras de socorro público um meio estratégico de auxílio aos retirantes porque os converteriam “de mendigos em trabalhadores”. Mas o engajamento nas obras estava longe de ser espontâneo. O trabalho intenso e o disciplinamento, a direção de engenheiros autoritários – muitos deles estrangeiros –, a falta constante de água e comida, a moradia compartilhada em abarracamentos improvisados, as doenças, tudo isso fazia os

---

<sup>2</sup> Decreto de 23/09/1909, Decretos do Poder Executivo – Período Republicano, 16 11, 27, AN.

<sup>3</sup> Ofício de 23/04/1877, II<sup>1</sup> 282, Ministério da Justiça, AN.

retirantes evitarem essas obras sempre que podiam. Do seu estranhamento em relação aos códigos de trabalho surgia um cotidiano marcado por conflitos.

A promoção do trabalho nas obras de socorros públicos encontrou, dessa forma, a renitente oposição dos retirantes que, a cada situação enfrentada no dia a dia dos tempos de seca, se revelavam como uma composição de gente agitada e resistente. Por diversos meios, os imigrantes das secas contrapunham aos esquemas de controle criados pelas autoridades suas próprias convicções acerca do que julgavam que deveria prevalecer enquanto socorro aos pobres. A cada situação vivida nos tempos de estiagem – nas retiradas por estradas, vilas e cidades, nos momentos de embarque em vapores, nas jornadas dos abarracamentos improvisados, na formação das turmas de operários em cidades, ferrovias e açudes, nas horas dos pagamentos... – os grupos de retirantes faziam pressão sobre agentes de socorros, chefes de turmas, engenheiros, policiais, interferindo de diferentes modos na dinâmica dos sistemas de assistência montados. Valendo-se de suas formas cotidianas de resistência, desviavam como podiam os mecanismos de controle através de um complexo jogo de forças com as autoridades.

Nesta tese procuro mostrar como esses retirantes, ao lidar com diferentes dimensões de experiências que preenchiam o dia a dia de migrações e trabalho em anos de seca, foram agentes de sua própria formação enquanto uma modalidade específica de trabalhadores, tornando-se, com isso, proletários das secas. Para tanto, busco acompanhar os diversos arranjos e desarranjos que compuseram suas formas de resistência em seus percursos e no cotidiano de trabalho – a que correspondiam, desde outro ponto de vista, a formas de arranjos e desarranjos do controle social por parte dos agentes do poder sobre essa composição de trabalhadores.

A visão prevalecente sobre os retirantes, no entanto, sempre os teve como grupos carentes em situação de penúria tão grande que seu destino estava fadado a ser o de uma massa fluida de pobres, estruturalmente incapazes de forjar meios consistentes de luta e sendo suas ações coletivas apenas expressões do desespero a que chegavam. Para os padrões culturais hegemônicos no século XIX, os sertanejos pobres eram tidos como uma parcela da população que, ao chegar aos níveis extremos da miséria, adquiriam comportamentos “bárbaros”, atentatórios contra a boa ordem civilizada que as elites ditas “responsáveis” tanto se empenhavam em preservar. Mesmo aqueles mais sensíveis aos sofrimentos dos indigentes, quando lhes estendiam a mão caridosa pensavam estar intercedendo em favor de pessoas que julgavam naturalmente incapazes de por meios próprios encontrar recursos satisfatórios para

superar aquele estado lastimável em que se encontravam, tornando-se dessa maneira dependentes do apoio das camadas superiores da população para encontrarem uma conduta regular de vida.

Essa visão desqualificadora das lutas das populações pobres do campo penetrou fundo no imaginário da época, oferecendo justificativas a diversos mecanismos de controle visando disciplinar aqueles que eram considerados como uma grande massa de descontrolados sertanejos que invadiam os espaços urbanos e atentavam contra a ordem civilizada. Mas semelhante visão, cuja função social é perfeitamente compreensível no âmbito dos conflitos de classes, parece ter influenciado a própria tradição de estudos dos movimentos sociais do campo que, através de diferentes versões, sustentaram durante muito tempo certo conceito a respeito das ações coletivas dos trabalhadores rurais como dotados de uma espécie de “fragilidade estrutural”. Marcadamente evolucionistas, esses estudos em geral abordaram os meios de pressão dos camponeses em contraposição aqueles dos trabalhadores urbanos e industriais, julgados como mecanismos mais eficazes para uma atuação na arena política moderna ou no sentido de cumprir com a missão histórica de superar o sistema capitalista de produção, cuja consecução haveria de seguir um programa de ação coerente ao imaginado por eles, intelectuais. Emblemáticas seriam as considerações de Eric Hobsbawm que identificava como movimentos “pré-políticos” aqueles que “ainda não tinham encontrado, ou apenas começavam a encontrar uma linguagem específica através da qual iriam expressar suas aspirações em relação ao mundo”. Maria Sylvia de Carvalho Franco, autora de um respeitado estudo sobre os homens livres e pobres do século XIX, considerava por sua vez que os sertanejos não tinham uma “razão de ser” na ordem escravocrata brasileira, daí certos limites estruturais ante os quais seus meios de expressão social necessariamente assumiriam a forma de manifestações violentas. Ao final, essas visões sobre as camadas pobres do campo contribuíram para promover aquilo que Márcia Mendes Motta apontou como uma “determinada amnésia social” quanto às lutas que eram travadas no âmbito agrário da sociedade brasileira do século XIX. Segundo um trabalho clássico de José de Souza Martins, apenas na década de 1950, com o surgimento das Ligas Camponesas, a atuação do PCB e de setores da Igreja Católica, é que os “camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria”.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Cf. HOBBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 2. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983. MOTTA, Márcia Maria Menendes. Movimentos rurais nos Oitocentos: uma história em (re)construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril

Na presente pesquisa procuro contestar essas visões com base em diversas evidências que mostram um rico arsenal de articulações a que os retirantes se valiam para lidar com as inúmeras situações indignas que iam encontrando em suas trajetórias durante as secas. Situo meu trabalho, dessa forma, num campo da história social que tem procurado nas últimas décadas alterar um conceito bastante rígido sobre as possibilidades dos trabalhadores livres pobres de criarem formas autônomas de resistência, ainda que inseridos numa sociedade escravista onde seu papel no sistema produtivo seria, quando muito, tido como “complementar” e muitas vezes visto como “marginal”. Pesquisas recentes têm revelado que a visão acadêmica antes constituída sobre uma suposta “fragilidade estrutural” das classes trabalhadoras brasileiras não condiz a expressivas manifestações de luta que, através dos esforços de historiadores sociais em revisitar os arquivos em busca das práticas desses “homens esquecidos”, tem-nos flagrado “saindo das sobras” a que a memória social os relegou.<sup>5</sup>

Procuro nesta tese apresentar a dinâmica de controle e resistência que a política de socorros através do trabalho suscitou durante as secas da passagem do século XIX. Mais especificamente, interesse-me pelas formas como os retirantes lidavam quando se deparavam com as interfaces do mundo do trabalho no âmbito das obras de socorros públicos. Tangidos de seus meios de vida tradicionais por pressão da miséria, tendo o universo sertanejo como sua referência acerca da ordem social, ansiosos por retornar para suas glebas assim que as chuvas voltassem a molhar a terra, os retirantes das secas estranharam de várias formas as regras de conduta exigidas nas obras de socorros. Dirigidas por engenheiros convictos acerca dos valores positivos que o trabalho haveria de gerar no seio daquelas massas de pessoas ociosas, as obras de socorros públicos conformavam um espaço de disciplinamento que visava incutir nos retirantes uma ética de trabalho que se supunha ausente entre aquelas vítimas da fome. Havia a pretensão de fazer daqueles serviços de socorros “escolas de trabalho” para habilitar a população nas regras do labor intensivo e sistemático, hierarquicamente ordenado, tecnicamente dirigido, com jornadas cronometradas, tudo isso que se supõe nos métodos

---

2001: 113-128. Ver também MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, 10.

<sup>5</sup> Faço alusão a estudos que me serviram de referência na redação desta tese: EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 1989 e MOURA, Denise Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1998. Como o leitor terá oportunidade de constatar ao longo dos capítulos, de central influência, e não só pela afinidade temática, é a obra: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história... Op. cit.*

capitalistas de produção. Mas tudo isso, aos olhos dos trabalhadores do sertão, e especialmente naqueles tempos de miséria intensificada, era uma forma bastante inadequada para que os homens de poder cumprissem com o que era visto como um “dever de socorrer aos pobres”.

Ocorre, no entanto, que as famílias sertanejas, com todo o peso de sua presença numerosa, não deixavam nunca os agentes governamentais se esquecerem que aqueles centros de trabalho eram também um meio de socorro aos famintos, que o autoritarismo de engenheiros, que os rigores das metas de produção, que os castigos com que se ameaçava operários indisciplinados não podiam ultrapassar determinados limites culturalmente aceitáveis, pois se isso acontecesse era provável a explosão da revolta. Afinal, as obras de socorros públicos eram marcadas por uma “ambiguidade estrutural”, sendo ao mesmo tempo um empreendimento de perfil produtivo capitalista e um espaço de assistência aos pobres, o que dava margem para fazer daqueles centros de trabalho um lugar de constantes conflitos. Não deixa de ser irônico que, procurando enquadrar uma população de miseráveis incômodos numa ordem disciplinar ordenada através do trabalho, as elites terminassem por oferecer certas causas comuns para as lutas das multidões de retirantes das secas.

Com a consolidação da política de controle dos retirantes através do trabalho as obras de socorros públicos acabariam sendo associadas ao próprio sistema de assistência das secas. Estabelecia-se assim a perspectiva dos sertanejos pobres, a cada ano de estiagem prolongada, terem de se empregar como operários em algum serviço organizado pelo governo para terem acesso aos socorros. A condição dos proletários das secas foi desse modo se firmando nos anos da passagem do século XIX e o que inicialmente era visto como uma situação excepcional para os flagelados passou aos poucos a constituir o próprio horizonte de expectativas dos trabalhadores rurais sertanejos.

Mas essa incorporação das jornadas de trabalho em obras de socorros públicos como parte das estratégias dos imigrantes pela conquista do socorro não se deu através de uma mera adequação dos grupos de retirantes aos códigos de trabalho. Pelo contrário, demonstro nesta tese diversas maneiras pelas quais os trabalhadores das secas burlavam o controle operário, desviando as regras pretendidas pelas autoridades. No lugar de “escolas de trabalho”, os retirantes tratavam de fazer das obras de socorros um espaço de aprendizado de formas de resistência, de estabelecimento de laços de solidariedade, de colaboração mútua e mesmo de incorporação de outras tradições rebeldes.

Um aspecto em particular se destaca nesse estudo sobre as experiências dos proletários das secas: longe de se constituírem em uma categoria delimitada de trabalhadores, unificada por pertencerem a alguma profissão particular, por habitarem numa mesma cidade ou por possuírem alguma origem comunitária comum, os proletários das secas eram antes uma multidão heterogênea em constantes movimentos. Eram sujeitos a todo o momento ultrapassando fronteiras.

Essa característica que, sob um dado ponto de vista, foi visto como um empecilho para a constituição de uma cultura de classe compartilhada, por outro lado parece ter permitido aos proletários das secas um contato bastante diversificado com outros espaços, condições de trabalho diversas e com outros grupos de trabalhadores que encontravam pelos vapores, portos, hospedarias, colônias agrícolas etc. Além disso, as fronteiras que os retirantes ultrapassavam não eram apenas geográficas, espaciais. Com as migrações também vinham mudanças em termos de relações de trabalho, contatos comunitários e familiares, modos de habitar, de se alimentar, de se vestir.

De fato, é difícil definir as condições dos proletários das secas segundo algumas noções consagradas pela historiografia social. Como se verá ao longo do texto, os operários das secas não eram trabalhadores urbanos, mas tampouco exerciam atividades rurais, apesar de a grande maioria haver partido de zonas sertanejas de plantio e criação. Também com relação à sua condição de retirantes não se classificavam naquele ideal de imigrante que se costuma conhecer quando grupos de pessoas se deslocam de um lugar para se estabelecer em outro, pois não “se estabeleciam”; acampavam em grandes aglomerações durante os meses de seca, mas logo partiam novamente, a maioria de volta para seus locais de origem. Sequer poderíamos falar deles como trabalhadores sazonais, pois não havia uma periodicidade em sua migração, dependendo seus deslocamentos da ocorrência ou não de uma estiagem prolongada. Podiam estar ora engajados em obras do governo (na construção de um açude, de uma ferrovia, de algum prédio público), ora embarcando para alguma região distante da seca; num momento tentando se estabelecer em alguma colônia agrícola, noutro prestando serviços em cafezais do sul ou seringais do norte. Eram assalariados? Parcialmente sim, contanto que tenhamos sempre em mente que uma parte considerável de seus pagamentos eram feitos através de fornecimento de comida e roupas; em dinheiro, quase não tocavam. O trabalho forçado a qual tantos eram submetidos não permite que se diga que eram propriamente trabalhadores livres, mas tampouco eram escravos. Por mais que nos esforcemos para definir satisfatoriamente os proletários das secas, o melhor a que chegamos parece ser mesmo

considerá-los como sujeitos em movimento, pois estavam constantemente ultrapassando fronteiras.

Disso deriva um problema teórico de fundo. Nomear os retirantes das secas como *proletários* implica em adotar um conceito abrangente de classe social, não restrito às segmentações convencionais com que a tradição historiográfica costuma “normalizar” os estudos sociais. Abrimos mão nesta tese de fazer uso de categorias normativas ou de procurar enquadrar os sujeitos históricos em determinadas categorias sociais. Úteis até certa medida, esses procedimentos cobram de quem deles se vale uma fixidez da qual procuramos fugir. Preferimos fazer como E. P. Thompson em *A formação da classe operária inglesa* que concebia uma classe social não como uma “estrutura” ou uma “categoria”, “mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”.<sup>6</sup>

Um procedimento metodológico básico com o qual foi estruturada esta tese foi, nesse sentido, a reconstituição das experiências tais como eu as imaginei ao entrar em contato com as fontes e, a partir disso, a tentativa de tecer generalizações, analisar processos e configurar contextos. Fundamentalmente, procurei estabelecer conexões – que aqui ganharam o nome de arranjos (e desarranjos) – para ressaltar a dimensão voluntária da investigação.

Estruturar a pesquisa dessa maneira também se relaciona à filiação que procurei manter com a perspectiva de uma história global do trabalho e dos trabalhadores que, de acordo com Marcel van der Linden, rejeita enxergar os trabalhadores de uma região como espécies de “mônadas leibnizianas”, ou seja, como grupos sociais isolados e infensos ao contato externo. Para esse historiador uma história global do trabalho procura enxergar na formação das classes trabalhadoras suas “influências estrangeiras”, pois não se trata de um “processo fechado em si mesmo”. Nas palavras de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, trata-se propriamente de captar as “correntes planetárias da humanidade” que perpassam os processos locais.<sup>7</sup> Nesta tese, como o leitor terá oportunidade de constatar, ousei alargar a noção de “influências estrangeiras”, identificando-as não somente quando partiam de pessoas de outras nacionalidades, mas também de outras profissões, condições sociais, etnias...

Por fim, direcionei este trabalho para poder contribuir com a crítica à história vista como um conhecimento institucionalizado e estatista, pois tal perspectiva, como afirmou Ranahit Guha, “nos fala com a voz de mando do Estado que, com a pretensão de escolher para

---

<sup>6</sup> Cf. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I – A árvore da liberdade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9.

<sup>7</sup> LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 12. LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: 2008, p. 14.

nós o que deve ser histórico, não nos deixa eleger nossa própria relação com o passado”. O enquadramento institucional-estatista encobre as vozes dos destituídos de poder e esse não deveria ser o critério de eleição da história social. Até onde me foi possível para conformar uma análise histórica compreensível privilegiei um olhar “desde baixo”, pois com isso podemos acessar algumas das vozes encobertas da história. Mas fazer uma “história vista de baixo” (*history from below*) não significa simplesmente eleger como tema de pesquisa as camadas subalternas da sociedade. Poderíamos nos haver, por exemplo, com visões hegemônicas sobre a resistência das classes populares e isso não resultaria numa história vista de baixo. Procedimentos investigativos desse tipo são úteis em vários sentidos – e na presente tese lancei mão deles em alguns momentos –, mas não vão além dos convencionais pontos de vista organizados pelas relações de poder prevaletentes. Um ponto de vista alternativo tem-se apenas na medida em que os próprios parâmetros culturais dominantes venham a ser contestados de modo a dar sentido a ações somente contextualizáveis desde outros padrões culturais, aqueles dos subalternos.<sup>8</sup>

Organizei esta tese em seis capítulos, cada qual visando preencher um percurso de análise próprio e relativamente independente em relação aos outros, mas que proporcionassem em conjunto uma visão coerente sobre as principais experiências dos proletários das secas no período entre as secas de 1877 e 1919. Iniciei com um capítulo eminentemente narrativo, recurso pelo qual procurei apresentar alguns exemplos de trajetórias pessoais de trabalhadores que oferecessem ao leitor uma visão acerca de experiências significativas e representativas das diversas condições vivenciadas durante os tempos de seca. Com o título de *Trajetórias*, este capítulo tem a importante função de anunciar os principais sujeitos presentes na história dos proletários das secas.

Em seguida parti para um capítulo de contextualização social sobre a vida dos sertanejos pobres durante o século XIX, onde abordei o processo de proletarização de crescentes parcelas de trabalhadores do campo no Ceará diante de uma progressiva hegemonia da agricultura comercial na economia local. Direcionei o foco de atenção para os pontos de conflito em que o processo de estabelecimento do capitalismo nas relações agrárias impactava a vida das camadas carentes do sertão e destaquei a importância que a cultura

---

<sup>8</sup> Cf. GUHA, Ranahit. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona: Crítica, 2002, p. 20. Uma visão de conjunto acerca da chamada “história vista de baixo” pode ser encontrada em SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 39-62.



paternalista possuía enquanto arena de luta e parâmetro de justiça para os camponeses. Também procurei falar sobre o papel que as disputas de poder em torno do recrutamento militar forçado teve na formação da tradição de resistência dos sertanejos pobres da província cearense. Nomeei este capítulo de *Sertão proletário*.

No terceiro capítulo, como o próprio título procura sugerir – *Atravessando fronteiras* –, pretendi recompor as rotas singradas pelos proletários das secas, chamando atenção para o fato de que as obras de socorros públicos acionadas durante as secas estavam situadas na interseção de duas grandes diásporas: aquela dos sertanejos que partiam do território semiárido e aquela outra de imigrantes estrangeiros procurando no Brasil meios de ocupação para fugir das crises que atingiram diversos países da Europa e de outros continentes durante a segunda metade do século XIX. Busquei argumentar que esses diferentes sujeitos subalternos, por onde quer que estivessem passando, estavam sempre estabelecendo alianças solidárias no sentido de poderem enfrentar melhor os desafios encontrados no cotidiano de crise. O estabelecimento das rotas migratórias e das alianças construídas entre indivíduos e grupos diversos é um dado de grande importância para o entendimento dos arranjos de resistência dos retirantes nas obras de socorros públicos.

Dei prosseguimento com a redação de um capítulo, o qual intitulei de *Trabalho como caridade*, que, alterando o foco para uma visão “desde cima”, versa sobre a constituição da política de controle através do trabalho durante as várias secas verificadas na passagem do século XIX. Partindo dos primeiros planos de se encontrar no emprego de retirantes em obras de socorros “soluções para as secas”, procurei abordar o processo diacronicamente, apontando para as condições que as elites encontravam em cada tempo de estiagem prolongada e os arranjos definidos para a estruturação de uma certa “engenharia das secas”, termo criado na época para falar não somente dos conhecimentos técnicos relativos às obras ligadas ao semiárido, mas também às formas próprias de engenheiros e demais administradores lidarem com as massas indisciplinadas de trabalhadores das secas.

No quinto capítulo voltei-me para a situação encontrada pelos retirantes no âmbito das próprias obras de socorros públicos. A partir da ideia de *(Des)arranjos do trabalho* (é esse o título do capítulo), nutri a intenção de evidenciar a dialética entre controle e resistência no cotidiano de trabalho, o que se constituiu no ambiente principal de formação dos proletários das secas. Desde os chamados serviços preliminares das obras, passando pelos esquemas de socorros montados junto aos canteiros e pelas jornadas de serviços impostas às turmas de trabalhadores, até os mecanismos de instrumentalização de uma ética do trabalho com que se via nas obras de socorros públicos “escolas de trabalho” para os retirantes, busquei mostrar as

diversas formas cotidianas de resistência que perpassavam a cultura operária, chegando o antagonismo dos imigrantes até o ponto de ameaçar o próprio andamento dos serviços organizados pelo governo.

Enfim o sexto e último capítulo, *Artes da resistência*, apresenta as principais ações coletivas dos operários das secas, discutindo como esses retirantes que, aos olhos das elites da época, não passavam de uma massa impulsionada pelo desespero da fome, na verdade emergiram como forjadores de uma abrangente gama de meios de protestos que iam desde os consagrados saques aos depósitos de alimentos até a explosão de greves, realização de passeatas e assembleias públicas, denúncias publicadas em jornais e reivindicações dirigidas a representantes políticos. A tentativa foi de tentar mais uma vez entender os processos de arranjos solidários estabelecidos para a organização dos movimentos sociais a partir dos diálogos entre as tradições de luta de diferentes sujeitos subalternos.

Se obtive êxito nas intenções que elegi para contar essa história só as considerações críticas do leitor poderão responder.



## 1 TRAJETÓRIAS

*O sr. K não achava necessário viver  
num determinado país. Ele dizia:  
“Posso passar fome em todo lugar”.*

Bertolt Brecht

Essa história começa com trajetórias de um proletariado móvel, histórias de homens e de mulheres, alguns muito jovens, outros mais velhos, saindo de diferentes lugares, mas tendo todos em comum as marcas de uma vida moldada pelas experiências das migrações. Fujo aqui do convencional narrando passagens de vidas ocultas, somente com esforço recompostas através de pequenas informações aqui e ali recolhidas nos documentos de arquivos. Trata-se de perfis pessoais que de alguma maneira nos aproximam do cenário de atuação dos proletários das secas. Falo de pessoas comuns, parte de uma população levada a migrar, quer em função da fome e da miséria reinantes, quer pela falta de oportunidades de emprego.

No mais das vezes, essas personagens partiam do sertão. Eram lavradores ou criadores, trabalhadores por jornada, agregados, vaqueiros ou artífices que sentiam na pele as pressões de uma agricultura comercial em progressivo domínio. Designá-los como “sertanejos” às vezes sugere o encobrimento de suas origens étnicas, indígenas ou africanas, branca, negra ou mestiça. Mas eram de fato membros de uma população internamente bastante variada, com costumes formados desde matrizes culturais diversas. Tendo a terra como principal referência, viam-se obrigados a deixá-la em tempos de carestia, quando recrutados para as forças armadas ou quando as secas lhes esgotavam os últimos recursos. Abandonados a própria sorte, somavam-se aos contingentes de novos proletários de uma sociedade em transformação.

Outros vinham de além-mar. Eram colonos ou trabalhadores de ofícios estrangeiros procurando a sorte em terras distantes; portugueses, espanhóis, irlandeses, franceses, italianos, ingleses, alemães, todos pobres, buscavam em algum outro país recursos para a sobrevivência, fugindo de uma Europa de terras fechadas, intensas crises econômicas e poucos meios de ocupação. Havia ainda aqueles que vinham desde diferentes pontos do próprio continente americano, como Estados Unidos, Bolívia ou Paraguai. O imperialismo abria os caminhos a esses sujeitos. Afinal, viajavam através de portos, estradas de ferro, canais e em embarcações que nessa passagem de século espalhavam-se pelo mundo inteiro,

impulsionados pelo interesse por lucros de capitalistas principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Era uma parcela de um movimento migratório de dimensões inéditas. No Brasil tiveram de enfrentar as dificuldades de se deparar com um ambiente social novo, com padrões culturais divergentes, outras religiões e costumes, o que os levava a reinventar antigos modos de ser e de agir por onde quer que fossem.

De origens diversas, seus destinos eram igualmente variados. Podiam terminar suas viagens no coração da selva amazônica, em cafezais do sul do país ou em cidades do litoral cearense. Todos confluíam em algum momento a obras de socorros públicos, algumas vezes na condição de trabalhadores especializados, outras vezes como apenas mais um nas imensas populações de retirantes que procuravam ali um meio para se manter durante os meses de seca. Por onde quer que fossem, estavam atravessando fronteiras, sejam aquelas propriamente espaciais – pois se moviam de uma região para outra, do campo para a cidade, da cidade para o campo, ou mesmo do sertão daqui pro sertão de acolá, indo por terra ou por mar –, sejam ainda as fronteiras sociais – como quando deixavam a lida camponesa para trabalhar em empreendimentos de novo tipo, em construções de estradas, portos, ferrovias, açudes ou equipamentos urbanos.

As experiências aqui reconstituídas poderão informar sobre os caminhos que levaram diferentes tipos de trabalhadores a travar contatos com sujeitos os mais diversos, numa migração onde o cotidiano de trabalho impunha-lhes novos desafios na luta pela sobrevivência, ao mesmo tempo em que ofereciam as condições que lhes permitiam constituir novos arranjos sociais, construindo laços familiares, de amizade, de companheirismo com os parceiros de trabalho.

O leitor encontrará neste capítulo pequenas narrativas de vidas a priori um tanto desconectadas umas em relação às outras, mas que no conjunto conformam exemplos das experiências mais significativas dos proletários das secas.

### **1.1 Terra, família e retirada**

Manuel Peixoto Lins residia em Pereiro, na fronteira leste do Ceará, próximo à província do Rio Grande do Norte. Junto com sua família enfrentou ao menos duas grandes secas no último quartel do século XIX. Na “memorável seca de 1877 a 1879” foi levado a abandonar sua terra natal onde “dispunha de recursos suficientes para manter-se com sua família”. Esses recursos “extingiram-se com a retirada”, tendo de enfrentar desde então “sacrifícios terríveis, lutando sempre com dificuldades”. A família de Manuel Peixoto Lins

era numerosa, composta por quatorze pessoas; a maioria mulheres, incluindo “três órfãs de pai e mãe” que “educa desde tenra idade”. Suas aflições aumentaram quando no ano de 1888 as chuvas não caíram. Perdeu “todos seus serviços” e, como tal, a “safra de suas lavras, donde sempre viveu e de cujos recursos mantinha com decência sua família”. Manuel Lins residia então no sítio Dourado, em Pacatuba, há poucos quilômetros de Fortaleza. Carente de recursos, procurou a recém-formada comissão de socorros públicos para rogar auxílios.

Ao redigir sua petição, Manuel Peixoto Lins julgou necessário comprovar suas condições através de atestado assinado pelo vigário local, Pedro Leopoldo Feitosa. Este afirmou ser o suplicante um “paroquiano honrado”, de “bons costumes” e cumpridor das “leis da moral”, cuidador da educação de sua família. Manuel Lins dizia aos membros da comissão de socorros “não poder retirar-se” mais uma vez, pois sua família, por ser “composta quase em sua totalidade por mulheres”, ficaria exposta a “transtornos irreparáveis”, haja vista que qualquer serviço que viesse a contratar “não minoraria a falta de recursos”.<sup>1</sup>

A história da família de Manuel Peixoto Lins personaliza as experiências de milhares que na passagem do século XIX vivenciaram anos de fortes estiagens. A cada dez ou quinze anos uma grande seca se sucedia; no intervalo entre uma e outra alguns meses de chuvas irregulares ampliavam a miséria. Muitos foram os que, como ele, durante o tempo de sua existência enfrentaram dois ou mais grandes períodos de estiagem.

Manuel Peixoto Lins foi um dos sobreviventes da retirada da seca de 1877-79. Possivelmente quando deixou Pereiro o seu destino não fosse de início Pacatuba. Muitos como ele procuravam preferencialmente Fortaleza ou Aracati por serem portos receptores de gêneros que vinham por mar. Também desses portos saíam embarcações levando emigrantes para províncias como Maranhão, Pará e Amazonas, ao norte, ou Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, ao sul. Fortaleza tornou-se naquela seca, nas palavras de Raimundo Girão, a “capital de um pavoroso reino”; a pequena urbe, com cerca de 25 mil habitantes, constituiu-se em poucos meses no principal centro de recepção dos retirantes, aglomerando-se ali, em precaríssimas condições, uma multidão de até 114 mil pessoas.<sup>2</sup>

Não consta que Manuel Peixoto Lins e sua família tenham emigrado para alguma outra província naquela seca; seus nomes não aparecem nas centenas de cartas enviadas por retirantes ao presidente da província solicitando passagens nos vapores. O mais provável é

---

<sup>1</sup> Ofício de 13/08/1888 e anexos, Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC.

<sup>2</sup> GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953, p. 185-6. Ver NEVES, Frederico de Castro. “A capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, julho 2000, p. 93-111.

que tenham passado algum tempo na capital e, em seguida, procurado Pacatuba. Com o aumento da quantidade de retirantes em Fortaleza e a proliferação de doenças fez-se imperativo para as autoridades encontrar alguma forma de afastar os miseráveis da cidade ou, ao menos, reduzir o número dos que chegavam. Diversas obras foram promovidas nas vilas do interior da província a fim de ali fixar os retirantes. Eram construções ou reformas em igrejas, açudes, estradas, cadeias e uma diversidade de outros trabalhos organizados para empregar uma numerosa mão de obra. A mais importante obra daquela seca foi o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, chegando a ocupar perto de trinta mil retirantes. Desde maio de 1878, quando tiveram início os trabalhos do prolongamento, uma grande parcela dos imigrantes de Fortaleza foi se deslocando para aquela obra. Os trabalhos começavam em Pacatuba. Possivelmente entre os que se mudavam para lá estavam Manuel Peixoto Lins e sua família.<sup>3</sup>

Em Pacatuba, a família de Manuel Lins pode ter se engajado em alguns dentre diversos serviços. Se tivessem experiência em obras de construção possivelmente seriam selecionados para as reformas da capela ou da cadeia, onde alguns dos retirantes eram pedreiros. Mas também podiam ter se dedicado a atividades mais prosaicas na construção das paredes e sangradouros de dois reservatórios de água nas proximidades: os açudes São João e São José. Como agricultores, podem ter preferido as atividades nos roçados de Forquilha e Quandu, terrenos de “extensões grandíssimas” onde nos meses que antecedia ao período das chuvas os retirantes dedicavam-se à limpeza dos terrenos e cultivo de sementes na esperança de alimentos. As mulheres e as crianças podem ter sido recrutadas para o serviço de carregamento de materiais para diversas obras. Da localidade de Monguba, levavam pedras até as composições dos trens para serem transportadas até Fortaleza e distribuídas pelas obras de calçamento das estradas de Soure e de Messejana. Também carregavam tijolos para as obras do prolongamento da ferrovia...<sup>4</sup>

Mas a principal ocupação para a maioria dos retirantes era mesmo as obras de prolongamento da Baturité. De Pacatuba partia a primeira seção destinada a chegar à vila de Acarape – a outra vinha de Canoa, próxima a cidade de Baturité, até o mesmo ponto. No trecho da primeira seção foram constituídas três residências, cada uma encetando os trabalhos

<sup>3</sup> Sobre o número de retirantes nas obras da ferrovia: Ofício de 21/07/1879, IJJ<sup>9</sup> 189, Ministério do Império, AN. Cf. CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

<sup>4</sup> Ofício de 25/05/1877, Obras Públicas, APEC. *Exposição minuciosa das obras feitas pelos socorros públicos desta Vila sob a administração do Exmo. Sr. Doutor José Júlio de Albuquerque Barros*, Ofício s.d., Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC.

de um perímetro do prolongamento. Em novembro de 1878 havia mais de três mil retirantes trabalhando ali. Nas residências havia abarracamentos e roçados, “oficinas de ferreiro e carpina, depósito de víveres e materiais”. Os operários executavam as mais diferentes tarefas: fabricavam tijolos e cal, abriam picadas e destocavam terrenos, construíam barracas e plantavam roçados, procuravam veios de água e carregavam dormentes e trilhos. Havia uma divisão de trabalho segundo o sexo e a idade. Homens eram empregados nos serviços da linha enquanto as mulheres cozinhavam, serviam nas enfermarias e carregavam materiais. As crianças, além de transmitirem recados, levavam a preciosa água para matar a sede dos operários.<sup>5</sup>

Em quaisquer modalidades de trabalho com as quais a família de Manuel Lins tenha se ocupado naquela seca, tivera de enfrentar a angustiada presença das doenças e a falta de alimentos. Uma epidemia de varíola, atacando corpos frágeis, de Fortaleza espalhou-se entre os trabalhadores de Pacatuba e de outras localidades ao longo do prolongamento da ferrovia. Enfermarias tiveram de ser improvisadas nas residências da estrada de ferro e, em Maleitas (um nome apropriado para sua destinação), um hospital foi construído para o isolamento dos casos mais graves. Nos últimos meses de 1879 os depósitos esvaziaram e a fome se fez generalizada. Os trabalhadores revoltavam-se com a distribuição de carne estragada que, enfim, se tornou o único alimento disponível para se oferecer aos retirantes.<sup>6</sup>

A experiência da retirada durante a seca de 1877-79 foi, para a família de Manuel Peixoto Lins, um marco de profundas mudanças. Em questão de meses viram-se coagidos a abandonar seus meios de vida em Pereiro para tentar a sorte em Fortaleza. Dali, em meio a epidemias e carência de alimentos – mas também condicionados por políticas de controle urbano –, foram parar nas obras de socorros públicos de Pacatuba, talvez mesmo engajando-se nos trabalhos do prolongamento da ferrovia de Baturité. A cada passo do caminho parecia que o controle sobre a vida se lhes fugia das mãos.

Mas, ao fim da seca, Manuel Lins não fez como tantos outros retirantes que retornaram a seus lugares de origem. Preferiu permanecer em Pacatuba, onde certamente havia proprietários de terras procurando “braços” para retomar as atividades agrícolas com a volta das chuvas. A migração significou para muitos a ruptura com tradicionais laços que os

---

<sup>5</sup> *Cearense* de 25/11/1878, Fortaleza, BPGMP.

<sup>6</sup> Ofício de 27/08/1879 e anexos, EFB, APEC.



ligavam a terra, mas Manuel Peixoto Lins conseguiu nos anos seguintes estabelecer-se como agricultor do sítio Dourado.

Quando um novo período de forte estiagem se anunciou em 1888, Manuel Peixoto Lins viu-se diante da perspectiva de enfrentar novamente as agruras da retirada. Reavivaram-se as lembranças da “memorável seca de 1877 a 1879” e, diante disso, procurou forjar uma estratégia para enfrentar o novo tempo de miséria intensificada.

As experiências da família do agricultor Manuel Peixoto Lins aproximam-se das de milhares de sertanejos que enfrentaram longos períodos de seca no sertão cearense durante a passagem do século XIX. A conservação de uma petição escrita de próprio punho, apesar de curta oferece alguns elementos para a reflexão acerca das expectativas dos sertanejos diante daquele quadro. Vê-se com isso que os retirantes eram bem mais que simplesmente “estômagos” e “braços” abandonados a uma situação adversa. Levavam consigo concepções prévias relativas à religião, família, comunidade, trabalho e às noções de justiça que, diante das jornadas de fome, cansaço, doença e trabalho, contribuía para o enfrentamento dos desafios da migração.

Para Manuel Peixoto Lins, conservar sua família unida era questão de suma importância durante o período da seca. Entendia que a solidariedade entre os próximos era um meio de conservação para os pobres. Na seca de 1877-79 provavelmente viu muitas famílias serem desfeitas pela emigração ou pelas doenças que ceifavam a vida de tantos. Quem saberá ao que se referia quando afirmou sobre os “transtornos irreparáveis” aos quais – imaginava – ficaria exposta sua família numa nova retirada? Talvez tenha sido durante a seca de 1877-79 que passara a abrigar as três meninas “órfãs de pai e mãe” de quem fala na petição. E a própria decisão de procurar Pacatuba durante a seca possivelmente tenha sido parte de alguma estratégia pessoal visando encontrar ali diversas outras famílias provenientes de Pereiro, também retirantes, com quem podiam formar aquilo que antropólogos chamam de laços de um “parentesco fictício”, forjados durante situações de opressão.<sup>7</sup>

Não se retirar também significava evitar ter que trabalhar em alguma obra de socorros públicos, submetido talvez ao mando despótico de feitores e engenheiros. Na seca de 1888-89 já não havia grandes obras em Pacatuba. Talvez Manuel Peixoto Lins tivesse que procurar Baturité, onde estava sendo retomado o prolongamento da estrada de ferro, ou

---

<sup>7</sup> Ofício de 13/08/1888. Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC. De “parentescos fictícios” formados em condições opressivas relata Marcus Rediker diversos casos em REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Cf. especialmente o capítulo: “De escravos a companheiros de bordo”, p. 270-313.

Quixadá, para onde os retirantes iam pensando em trabalhar nas obras de construção do açude do Cedro. Qualquer das alternativas implicaria em deixar as terras onde se estabelecera. Quando o vigário de Pacatuba assegurou que Manuel Lins vivia dos “seus serviços” estava dizendo que ele era um “morador” do sítio Dourado. Nessa condição, não tinha qualquer direito à posse sobre as terras que deviam pertencer a algum proprietário rico, ou ao menos remediado. Decerto, as condições de vida da família de Manuel Peixoto Lins no sítio Dourado não se diferenciavam muito daquelas das maiorias sertanejas para quem eram impostos árduos regimes de trabalho, precárias condições de moradia e subalimentação, mas ainda assim aqueles sertanejos ponderavam que deixar a terra poderia significar, após a seca, não terem mais onde plantar.

## 1.2 Operários das secas

O início dos trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité no ano de 1878 foi marcado por recusas de retirantes quando se viram diante da perspectiva do engajamento. Era o tempo de abrir picadas, plantar roçados, erguer barracões e ranchos para os novos operários que viriam em seguida. Não havia, portanto, qualquer estrutura de assistência aos trabalhadores que ali chegavam. Talvez por isso, quando os comissários de socorros públicos de Fortaleza anunciaram o início dos trabalhos na linha férrea, quase nenhum retirante se mostrou disposto a se engajar. Possivelmente temiam que, uma vez internados no sertão, não pudessem mais contar com o fornecimento de alimentos que, ainda que de forma precária, era feito em Fortaleza.

Por terem de executar serviços particularmente pesados, os primeiros grupos de trabalhadores tiveram de ser compostos exclusivamente por homens solteiros ou possuidores de pequenas famílias. Mas a preferência pelos homens solteiros também era uma estratégia dos comissários buscando evitar casos como os da turma reunida no abarracamento do Benfica que, no dia 29 de agosto, quando souberam que

eram destinados para o serviço do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, todos mais ou menos se recusaram ao mandato, alegando terem família que na maior parte exigiam a prestação de seus serviços.

Dias antes, os retirantes do distrito do Meireles também optaram pela desobediência. Chegaram a ser organizadas duas turmas (num total de 132 pessoas), mas ao chegarem ao

local dos trabalhos resolveram retornar a Fortaleza “por insinuação dos chefes de turma que os acompanharam”.<sup>8</sup>

Num clima de tensão eram selecionados os primeiros trabalhadores a seguir para o prolongamento da Baturité. Em meio a centenas de homens que diariamente partiam (contrariados, talvez) para Pacatuba, encontravam-se alguns retirantes cujas trajetórias eram características das experiências de muitos sertanejos que migraram durante as secas. Indivíduos como Manuel Antonio da Silva, Joaquim José de Santana ou José Ferreira Lima, assim como outros selecionados para a ferrovia no dia 5 de julho, há meses compartilhavam os desafios da sobrevivência no distrito do Meireles. Certamente não eram originalmente ligados por laços de parentesco ou sequer pertencessem a um mesmo grupo comunitário. Mas, apesar disso, há evidências de que, durante os meses passados nos abarracamentos em Fortaleza, nos tempos de trabalho nas obras da ferrovia e mesmo depois, puderam formar entre si significativas relações de companheirismo, criando alguns laços de identidade possivelmente baseados em relações de amizades forjadas durante as duras jornadas de trabalho e vivência precária que compartilhavam. Nenhuma evidência acerca da solidez dos laços que criariam pode ser mais forte que o fato de, anos depois, durante a seca de 1889, estes mesmos homens encontrarem-se juntos novamente, trabalhando em turmas de obras de socorros públicos em Pacatuba.<sup>9</sup>

A solidariedade era fundamental em situações como as enfrentadas pelos retirantes. É o que parece ter sido a constatação daqueles reunidos por circunstâncias da retirada nos abarracamentos do distrito do Meireles, um dos primeiros a serem criados em Fortaleza durante a seca de 1877. Ali conviveram por meses milhares de pessoas provenientes de vários pontos do interior da província. Dirigidos pelo engenheiro Henrique Theberge, os retirantes daquele distrito foram empregados em diversos serviços para que, com o trabalho, mostrassem-se merecedores dos socorros oferecidos pelo governo. É possível que nesses trabalhos se destacassem aqueles que posteriormente seriam selecionados para servir na Baturité, pois, como partiam nas primeiras turmas formadas, possivelmente eram os considerados melhor capacitados entre os operários.

---

<sup>8</sup> Ofícios de 20, 23 e 29/08/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>9</sup> *Relação dos imigrantes alistados no 1º distrito (Meireles) que desejam seguir para Pacatuba a se empregarem no prolongamento da via férrea de Baturité*. Ofício de 5/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC. Ver também *Comissão de obras públicas de socorro da Vila de Pacatuba. Relação dos operários existentes em diversos serviços em construção*. Ofício de 31/05/1889, Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC.

Esse reconhecimento pode ter surgido da observação de chefes de turmas e, principalmente, do próprio engenheiro Theberge que supervisionava o desempenho dos retirantes nos serviços. Em março de 1878, sob sua inspeção trabalhavam 1.130 retirantes: oitocentos encarregados nos transportes de pedras do Mucuripe para os serviços de calçamento da estrada de Messejana; outros (160) trabalhando na construção do Asilo da Mendicidade (no bairro do Outeiro); cinquenta homens executavam o aterramento do “enorme barreiro sito no *boulevard* da Conceição”; quarenta erguiam barracas para o abrigo de novos retirantes no “sítio denominado Aldeota”; mais trinta imigrantes trabalhavam nas obras da capela de São Benedito; e, finalmente, cinquenta serviam na “edificação de casas de taipa cobertas de telha na Rua das Trincheiras”. Entre esses retirantes estava a maioria daqueles que posteriormente seguiriam desde o distrito do Meireles para as obras de prolongamento da Baturité.<sup>10</sup>

As condições em que executavam os serviços não poderiam ser piores. Chegados há pouco à capital, estavam desprovidos mesmo de roupas que lhes cobrissem os corpos, como evidencia uma solicitação de calças e camisas para os “empregados em diversos trabalhos” feita pelo engenheiro Theberge. Os salários eram ínfimos, consistindo em um pagamento diário de cerca de 500 réis, a maior parte desse valor oferecido em comida. As turmas que faziam o transporte de pedras desde a ponta do Mucuripe, extenuadas e desnutridas, tinham de andar a pé um percurso de quilômetros durante horas sob um sol inclemente. Fracos, famintos, muitos doentes, tinham de prestar sua parcela de trabalho se quisessem receber comida nos dias da distribuição.<sup>11</sup>

Eram mais de oito mil reunidos nos três abarracamentos que compunham o distrito do Meireles em março de 1878. Tamanha concentração de pessoas em condições tão indignas gerava um estado de tensão e medo. Theberge, relatando “as ocorrências que se tem dado”, dizia tentar “a todo transe plantar a ordem, a disciplina e a moralidade” entre os imigrantes e constatava serem esses princípios “condições indispensáveis para uma quadra como a atual, para o sossego público e bem estar das famílias emigrantes”. Era sinal da agitação em que se encontravam os sertanejos, revoltados com as condições em que se viam.<sup>12</sup>

Henrique Theberge não pôde conter o surgimento de conflitos violentos em seu distrito. No mês de fevereiro de 1878 um grupo de retirantes voltou-se contra um chefe de

---

<sup>10</sup> Ofício de 11/03/1878 e anexo, Obras Públicas, APEC.

<sup>11</sup> Ofício de 25/05/1877 e 11/03/1878 e anexos, Obras Públicas, APEC.

<sup>12</sup> Ofício de 11/03/1878 e anexo, Obras Públicas, APEC.

turma odiado e o espancou, em consequência do que dias depois veio a falecer. As circunstâncias desse conflito são esclarecedoras do grau de tensão vivenciado nos abarracamentos de Fortaleza durante a seca. Aquele chefe de turma, Felipe Manuel Pedrosa, era “incumbido de fazer a polícia das barracas”. Certo dia, não se sabe a razão pela qual, ordenara a prisão de dois retirantes que foram amarrados, “depois do que mandou esbordoá-los por um grupo de cacetistas”. Com a oposição de “alguns parentes dos presos”, os próprios cacetistas “revoltaram-se contra o intitulado inspetor, dando-se um conflito em que foi horivelmente espancado”. A reportagem do jornal, a partir da qual foram reconstituídos esses acontecimentos, afirmava que “Pedrosa era mal visto pelos retirantes por tratá-los mal”.<sup>13</sup>

É possível que o início da formação de laços solidários entre alguns dos retirantes que partiam juntos para as obras da Estrada de Ferro de Baturité surgisse do compartilhamento desse cotidiano marcado por castigos, trabalhos em condições degradantes, fome e doenças. A reportagem que falava do espancamento do chefe de turma Pedrosa leva a crer que aquela atitude violenta tenha sido uma ação de momento, motivada pelo ódio dos retirantes em relação a um chefe opressor. Mas não se deve deixar de frisar que o sentimento de revolta daqueles retirantes era constantemente alimentado em conversas prévias entre trabalhadores ao cumprirem determinadas tarefas julgadas aviltantes ou por demais árduas (assim, por exemplo, deviam encarar o carregamento de pedras desde o Mucuripe), ou talvez quando eram repreendidos por chefes das turmas ou agentes policiais. Talvez de discussões como essas tenham surgido o desejo de partirem juntos para o prolongamento. Afinal de contas, a lista de nomes que registrava aqueles que saíam no dia 5 de julho para a Baturité informava serem eles os “que desejam ir para a Pacatuba”. Talvez ainda o fato de serem muitos deles solteiros favorecesse a decisão de tentar a sorte nos trabalhos do prolongamento, coisa que, como visto, era alternativa rechaçada pela maioria dos retirantes em Fortaleza. Aquela decisão bem pode ter sido um plano coletivo dos que preferiam não continuar a viver no distrito do Meireles.<sup>14</sup>

Mas o que encontrariam pela frente ao partirem para Pacatuba não se diferenciaria tanto assim das condições vividas em Fortaleza. Provavelmente os retirantes tenham ali encontrado um regime de trabalho tão (ou ainda mais) opressivo quanto o deixado para trás. Trabalhando na preparação dos terrenos, no carregamento de materiais, no assentamento de

---

<sup>13</sup> *Pedro II* de 21/02/1878, Fortaleza, IC.

<sup>14</sup> *Relação dos imigrantes alistados no 1º distrito (Meireles) que desejam seguir para Pacatuba a se empregarem no prolongamento da via-férrea de Baturité*. Ofício de 5/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

trilhos ou em qualquer outra tarefa, os operários teriam de prestar obediência a feitores, chefes de turma e engenheiros, numa hierarquia típica de um grande empreendimento de construção. Sabe-se que tinham de cumprir longas jornadas de trabalho que iam das seis da manhã às seis horas da noite. Por faltas ou brigas em que costumavam se envolver, os retirantes estavam sujeitos a multas que incidiam em descontos de metade até a totalidade dos salários. Os engenheiros eram acusados de tratar os retirantes “como escravos”, exigindo deles “obediência absoluta”.<sup>15</sup>

Houve revoltas nas obras do prolongamento. Nos depósitos de comida situados ao longo das seções da ferrovia os gêneros eram muitas vezes escassos, havendo momentos em que faltavam por completo. O fiscal do depósito em Acarape, Antonio Hardy, expressava receios quanto à reação dos trabalhadores ao não receberem as rações completas. Escreveu, nesse sentido, em 10 de setembro de 1879, que “há muitos dias está reduzida a distribuição de gêneros da 2ª seção a meia ração, o que tem motivado surecitação [sic] entre os trabalhadores desta estrada, em alguns dos abarracamentos rompendo eles em ameaças.” Ainda o mesmo fiscal, quando informava não existir “carne em nenhum dos armazéns (...) há mais de oito dias”, observava que “a falta de carne é muito sensível a trabalhadores ocupados em serviços tão árduos como numa estrada de ferro, com especialidade àqueles ocupados em carregar trilhos”. Por situações como essas, muitos retirantes passaram a evitar os serviços da ferrovia, como testemunhou o vigário José Ferreira da Ponte, de Soure, que opinou que “o povo prefere a morte em suas próprias casas a ir procurá-las no prolongamento da via férrea de Baturité”.<sup>16</sup>

Construindo alianças com seus pares, os retirantes podiam assim encontrar um precioso meio para lidar com engenheiros e feitores autoritários, reivindicar maior quantidade de comida, protestar contra rações estragadas ou se ajudar mutuamente durante o cumprimento das tarefas do prolongamento. As jornadas de trabalho naquela grande obra ao que parece deram motivos para serem forjadas estreitas relações entre parceiros de trabalho que construía às vezes amizades consolidadas ao longo da vida. Afinal de contas, daquela turma que se engajou nos trabalhos do prolongamento de Baturité ao menos dezesseis homens voltariam ainda a se encontrar na nova seca de 1889 trabalhando novamente em obras de socorro público.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> *Echo do Povo* de 7/08/1879, Fortaleza, e *Cearense* de 4/12/1878, Fortaleza, BPGMP. Cf. CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca...* Op. cit., p. 90-103.

<sup>16</sup> Ofícios de 10/09 e 13/12/1879, EFB, APEC. Ofício de 20/08/1879, IJJ<sup>9</sup> 189, Ministério do Império, AN.

<sup>17</sup> Eram eles: Manuel José do Nascimento, Manuel Francisco da Cruz, José Raimundo Oliveira, Antonio Ferreira Lima, Manuel Francisco dos Santos, José Ferreira Lima, Joaquim José de Santana, Manuel Luiz Pereira, Antonio Francisco Soares, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Sabino, Manuel Pereira da Silva, Raimundo

Ao que parece, esses homens haviam permanecido em Pacatuba nos anos que se seguiram à suspensão das obras do prolongamento, possivelmente ocupando-se de trabalhos agrícolas na condição de moradores ou jornaleiros. Compreende-se sua decisão de permanecerem em Pacatuba após a seca por ser aquela vila beneficiada pela fertilidade da serra da Aratanha e da proximidade a Fortaleza, o que fazia da região um celeiro de cultivo de diversos produtos agrícolas e zona de um intenso comércio, ou seja, lugar com relativamente largas oportunidades de emprego.

Ao ter início uma nova seca em 1888, novas turmas prestadoras de serviços seriam organizadas em Pacatuba. Nelas, antigos trabalhadores da construção da Estrada de Ferro de Baturité se encontrariam novamente trabalhando como operários das secas, lidando ainda uma vez mais com o regime de trabalho opressivo, onde articulavam meios para resistirem ao trabalho pesado, à falta de alimento, ao pagamento precário, às manifestações de desrespeito e a tudo aquilo que compunha o cotidiano das turmas de trabalho naquelas frentes de serviço. Assim, tem-se que na construção do açude São João, situado ali próximo à sede de vila, estavam alistados numa turma de 143 pessoas ao menos sete antigos operários do prolongamento da Baturité. Assim também, no serviço de “escavação e aterro” das ruas da pequena vila, dois homens selecionados para os trabalhos tinham sido, na seca de 1877-79, operários do prolongamento da estrada de ferro, daqueles mesmos que haviam sido alistados no abarracamento do Meireles, em Fortaleza. Virtualmente haveria muitos outros como esses.<sup>18</sup>

Sobre as circunstâncias que levaram esses homens a se engajarem juntos naquelas novas turmas não se sabe quase nada, pois as fontes relativas ao caso não são suficientemente detalhadas para tanto. Em todo o caso, estamos com certeza diante de sujeitos cujas vidas foram profundamente marcadas pelas experiências nas turmas de trabalho das obras de

---

Gomes da Silva, Manuel Antonio da Silva, José Francisco de Souza e Joaquim José do Nascimento. Cf. *Relação dos imigrantes alistados no 1º distrito (Meireles) que desejam seguir para Pacatuba a se empregarem no prolongamento da via-férrea de Baturité*. Ofício de 5/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC. Ver também *Comissão de obras públicas de socorro da Vila de Pacatuba. Relação dos operários existentes em diversos serviços em construção*. Ofício de 31/05/1889, Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC. Muitos desses nomes encontram-se alistados lado-a-lado nas relações citadas, o que indique talvez que estivessem juntos na hora do alistamento; seria isso uma evidência a mais dos laços estabelecidos entre aqueles operários.

<sup>18</sup> *Relação dos imigrantes alistados no 1º distrito (Meireles) que desejam seguir para Pacatuba a se empregarem no prolongamento da via-férrea de Baturité*. Ofício de 5/07/1878, Socorros Públicos, caixa 7-A, Fortaleza, APEC. Ver também *Comissão de obras públicas de socorro da Vila de Pacatuba. Relação dos operários existentes em diversos serviços em construção*. Ofício de 31/05/1889, Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC.

socorros públicos, espaços em que possivelmente tenham se encontrado pela primeira vez e onde teceram relações pessoais de solidariedade que levaram consigo por longos anos.

### 1.3 Embates na selva

Em julho de 1878 partiu do porto de Fortaleza o navio de guerra *Purus*. Como tantas outras embarcações que por ali transitavam naquele tempo, levava um grande número de cearenses pobres que fugiam da profunda miséria a que se viram reduzidos. Muitas vezes os retirantes partiam sem saber ao certo o que iriam encontrar pela frente. Dessa vez, no entanto, um destino diferenciava os embarcados no *Purus*: eram trabalhadores contratados para as obras de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Seguiam assim viagem em direção ao rio Madeira, na fronteira do Brasil com a Bolívia.<sup>19</sup>

Ao todo foram seiscentas pessoas selecionadas entre os milhares que confluíam à capital cearense durante a seca de 1877-78. Vinham das mais diversas localidades do interior do Ceará, mas também havia aqueles provenientes de províncias vizinhas. Nos meses anteriores, tinham enfrentado as dificuldades da retirada e, uma vez em Fortaleza, descobriram que seus problemas não terminavam por ali. Estavam abarracados nos subúrbios da cidade, provavelmente prestando serviços em algumas das turmas de trabalho (e talvez pensando em algum modo de conseguir emigrar), quando foram contratados para os trabalhos da ferrovia numa fronteira do extremo norte do país.<sup>20</sup>

Por trás do engajamento dos retirantes agia o empresário José Paulino von Hoonholtz. Durante quatorze anos, Hoonholtz residira no Ceará onde em 1862 constituiu empresa em associação com capitalistas ingleses para exploração do fornecimento de água potável em Fortaleza. Ainda usufruía dos rendimentos de exclusividade sobre a venda de água na capital cearense quando se mudou para Manaus. Recebeu ali as notícias da seca no Ceará. Decerto, inteirando-se da carência de mão de obra sentida pelos engenheiros construtores da Madeira-Mamoré, ocorreu-lhe a idéia de engajar alguns dos retirantes como trabalhadores daquela estrada de ferro. José Paulino von Hoonholtz abraçava assim um novo empreendimento lucrativo: tornava-se um contratador de operários das secas.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Ofício de 20/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>20</sup> *Relação nominal do pessoal engajado para a estrada de ferro Madeira-Mamoré*. Ofício de 24/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>21</sup> CEARÁ. *Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, por ocasião da instalação da mesma assembléia no dia 9 de outubro de 1863*. Typographia Cearense, 1863, p. 19. Ofício de 20/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.



Certamente Hoonholtz tinha conhecimento das dificuldades que os engenheiros daquela ferrovia enfrentavam para obter “braços” para as obras de construção. A empresa concessionária das obras era a norte-americana P & T Collins, da Filadélfia. Ao circularem as primeiras notícias da expedição que partiria para o Brasil no início do ano de 1878, consta que “grandes levas de operários, engenheiros, empreiteiros e mecânicos” (desempregados em consequência da Grande Depressão) “se apressaram em procurar serviços com os irmãos Collins”, gerando na cidade da Filadélfia um clima de grande euforia. Porém determinadas circunstâncias viriam a alterar o ânimo dos que procuravam os construtores da Madeira-Mamoré nos Estados Unidos. O navio *Metropolis*, que já vinha com a segunda leva de operários para as obras de construção, ainda na costa americana foi alcançado por uma tempestade e naufragou, resultando esse sinistro na morte de aproximadamente cem pessoas. Imediatamente, os empreendedores Collins ordenaram a contratação de novos operários para substituir aqueles mortos no desastre, porém ao mesmo tempo chegavam aos EUA as primeiras notícias sobre as condições precárias que os trabalhadores enviados dias antes da partida do *Metropolis* encontraram no Brasil: doenças, suprimentos insuficientes, coações contra os que manifestaram desejo de retornar, falhas nos pagamentos... As notícias geraram protestos e obrigou os agentes da concessionária a recrutar pessoal menos qualificado em bairros pobres de Baltimore, Filadélfia e Nova York. A contratação de cearenses para as obras da Madeira-Mamoré se deu em meio a essas circunstâncias.<sup>22</sup>

Com o empresário Hoonholtz foi assinado um contrato segundo o qual receberia US\$ 1,30 por dia por cada trabalhador engajado. Parecia ser esse “um bom negócio” para aquele contratador, pois não teria que se preocupar com as passagens para os trabalhadores que seriam pagas pela verba “Socorros Públicos” do Ministério do Império. Enquanto aguardavam o *Purus*, ficariam os retirantes abrigados no armazém do governo que servia de alojamento para os emigrantes e até uma muda de roupas para cada retirante Hoonholtz conseguiu junto ao presidente da província dias antes da partida.<sup>23</sup>

Dos seiscentos embarcados, quinhentos eram contratados como trabalhadores, vinte homens iam como apontadores de turmas e quarenta mulheres (esposas dos operários) foram como cozinheiras. Completando o grupo estavam quarenta crianças. A maioria dos

<sup>22</sup> AMAZONAS. *Fala com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a primeira sessão da 14ª assembléia legislativa provincial do Amazonas o Excelentíssimo Senhor Barão de Maracajú, presidente da província*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1878, p. 57. CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. Edição Ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 72 e 199. *New York Tribune* de 13/08/1878, Nova York, LC.

<sup>23</sup> Cópia do contrato com a empresa concessionária da Maderia-Mamoré: Ofício de 12/12/1878 e de 20/07/1878 e anexos, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

trabalhadores era constituída de homens jovens, solteiros, com idades entre dezesseis e trinta anos, sendo poucos os que tinham mais de quarenta. Os casados acompanhados por suas esposas, quando com filhos, não levavam mais que três crianças. Observando a *Relação nominal do pessoal engajado para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, fica evidente a escolha do contratador incidindo preferencialmente sobre homens jovens e solteiros. Mas também se vê que alguns buscavam partir acompanhados por familiares. Pedro da Silva Bindó, com 45 anos de idade, proveniente de Acarape, deixava sua esposa, mas levava consigo dois filhos: José e Alexandre, com vinte e dezoito anos, respectivamente. Quanto a Antonio Rodrigues Alves, natural de Fortaleza, com 26 anos, ia acompanhado de um irmão mais novo.<sup>24</sup>

A intenção inicial era que os retirantes trabalhassem por dois anos para a empresa P & T Collins e consta que, com sua chegada à ferrovia, as obras de fato “tomaram um novo impulso”. No entanto, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos retirantes ainda durante o percurso. Logo que chegaram ao porto de Belém tiveram de lidar com a falta de comida, pois não havia “dinheiro nem créditos” – como, entretanto, havia sido previamente acordado com a concessionária norte-americana – para o fornecimento de gêneros alimentícios na capital paraense. Os negociantes daquela praça recusaram-se a embarcar víveres no *Purus*, “ocasionando tal notícia uma revolta”. Hoonholtz foi obrigado, num esforço por disciplinamento, a se desfazer de 115 dos cearenses contratados, deixando-os para trás no porto de Belém. Dizia que a “revolta era capitaneada pelo célebre e conhecido no Ceará Inácio Azevedo Jacuana”.<sup>25</sup>

O fato é que os cearenses tinham os ânimos exaltados em razão dos problemas enfrentados, o que se intensificava ainda com a demora no trajeto. Tendo saído de Fortaleza em algum dos últimos dias do mês de julho de 1878, em 17 de setembro ainda estavam a caminho, esperando uma nova embarcação em Manaus porque o *Purus* não podia “subir o rio em consequência da vazante”. Quando finalmente chegaram em 30 de outubro a Santo Antonio do Madeira, onde se davam os trabalhos de construção, estavam extenuados pela longa viagem. Acresce que ali tiveram de comprar alimentos no armazém da empresa por

<sup>24</sup> *Relação nominal do pessoal engajado para a estrada de ferro Madeira-Mamoré*. Ofício de 24/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>25</sup> AMAZONAS. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de abril de 1879, abriu a 2ª sessão da 14ª legislatura da assembléia legislativa provincial*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1879, p. 40. Ofício de 12/12/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC. Na *Relação nominal do pessoal engajado para a estrada de ferro Madeira-Mamoré* o nome do coletor Jacuana foi registrado como o apontador: Inácio de Freitas Jacuana. Cf. Ofício de 24/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

“preços exagerados”, segundo reclamou Hoonholtz, a despeito do fato de os empreendedores norte-americanos terem isenção de impostos sobre as mercadorias exatamente “para facilitar aos trabalhadores comprarem os seus efeitos por preços regulares”.<sup>26</sup>

Mas era em torno dos pagamentos dos salários, sobretudo, que se desencadeava o descontentamento dos trabalhadores. Quando chegaram, os cearenses encontraram um clima de forte tensão decorrente dos conflitos entre operários e empreiteiros, pois havia gente que há sete meses não recebiam os pagamentos. Encontravam-se ali perto de quinhentos operários norte-americanos, 120 italianos e trezentos bolivianos; um verdadeiro centro internacionalista de trabalhadores, portanto. Estes trabalhadores há meses andavam agitados em função das péssimas condições de moradia e alimentação, pela precária assistência médica e, acima de tudo, pelos repetidos atrasos no pagamento dos salários. Registrou-se que, em 26 de março daquele ano, cerca de trezentos trabalhadores levantaram-se “a fim de assassinar o empresário da Companhia” para o que se reuniram (alguns deles armados) na frente do trapiche onde estava atracado o vapor *Richmond* que servia de residência ao engenheiro Thomas Collins e sua família. Prisões, tentativas de greves e um profundo descontentamento por parte dos trabalhadores compunham as circunstâncias do momento da chegada dos retirantes cearenses aos canteiros de obra da Madeira-Mamoré.<sup>27</sup>

Após a chegada dos cearenses, não houve pagamento dos salários no dia marcado. Os retirantes mostraram-se “inteiramente desanimados por tudo quanto lhes diziam os trabalhadores italianos e americanos”. Esses falavam que os cearenses “teriam a mesma sorte” que a deles (em não receberem salários) e que “era melhor não trabalharem”. Os retirantes então “negaram-se a continuar” – “sempre insuflados pelo célebre Jacuana e mais dois apontadores”. Somente após muita argumentação, Hoonholtz pôde “levá-los outra vez a trabalhar”. Mas, ainda assim, não puderam se “regularizar os trabalhos em ordem pela desconfiança que se infiltrou no espírito de todos”. Numa visita que fez às obras da Madeira-Mamoré, o próprio presidente da província do Amazonas, barão de Maracajú, constatou o descontentamento dos trabalhadores:

Notei entre os trabalhadores da empresa o descontentamento proveniente da falta de pagamento dos seus salários, falta que não podia ser sanada, como era de se desejar, por não dispor o empresário de fundos para satisfazer os

<sup>26</sup> Ofício de 17/09/1878, IJJ' 404, Ministério do Império, AN. Ofício de 12/12/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>27</sup> Ofício de 10/04/1878 e anexos, IJ<sup>1</sup>, 195, Série Justiça, AN. Documento gentilmente cedido por Edson Holanda Lima Barboza, a quem expresso meus agradecimentos. AMAZONAS. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de abril de 1879...* Op. cit., p. 40.

mesmos trabalhadores, conforme fui informado em conferência que tive com o empresário Collins.<sup>28</sup>

Hoonholtz reclamou por várias vezes do fato do empreiteiro Thomas Collins julgar os cearenses inaptos para alguns serviços, “apontando-lhes horas a menos e até fazendo retirar turmas inteiras de trabalhadores sob o pretexto de mau tempo”. As turmas de cearenses eram dirigidas por supervisores norte-americanos, havendo apontadores tanto da empresa quanto do contratante. Surgindo várias divergências sobre a quantidade de horas trabalhadas pelos retirantes, os dias de pagamento eram marcados por discussões entre as partes. Hoonholtz logo em dezembro de 1878 resolveu romper contrato com a empresa P & T Collins e convenceu os cearenses a se retirarem até que os pagamentos fossem regularizados.

Em Santo Antonio do Madeira os retirantes encontrariam as piores condições desde que haviam deixado o Ceará. Sendo um povoado isolado, em plena selva amazônica, o fornecimento de alimentos era precário e as doenças tropicais grassavam com intensidade. Feliciano Benjamin – engenheiro-fiscal nomeado para acompanhar o andamento das obras – relatou estarem os cearenses “sem acomodações neste povoado, onde andam vagando”. Nenhum médico aceitava tratar dos trabalhadores, pois sabiam que dificilmente seriam ressarcidos pelos serviços. Em inícios de dezembro, havia mais de cem cearenses sofrendo das “febres reinantes”, tendo já morrido por doenças nove homens e uma mulher; outro cearense fora morto por uma flechada de índios Caripunas.<sup>29</sup>

Com o passar dos dias, a fome foi aumentando entre os retirantes e o empresário Collins “encarregou-se de mandar-lhes fornecer víveres e medicamentos”. Passado um tempo, no entanto, suspendeu a assistência; “afinal de contas”, disse (compreensivo) o engenheiro Benjamin sobre a concessionária norte-americana: “é uma empresa industrial e não uma sociedade beneficente”. Tendo sido rompido o contrato com José Paulino von Hoonholtz, Thomas Collins procurou ainda contratar diretamente os cearenses, oferecendo-lhes uma diária de dois mil réis. No antigo contrato, os retirantes recebiam três mil réis, porém dois mil eram retidos por Hoonholtz como desconto pelo fornecimento de comida. Collins, por sua vez, não se dispunha a fornecer aos cearenses nada além de salários. Tampouco, todavia, os operários desejavam voltar a trabalhar na linha. A essa altura já falavam em retornar para o

<sup>28</sup> Ofício de 12/12/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC. AMAZONAS. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de abril de 1879...* Op. cit., p. 40

<sup>29</sup> AMAZONAS. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de abril de 1879...* Op. cit., p. 40-41. Ofício de 12/12/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

Ceará, reconhecendo terem sido malogrados seus esforços por achar uma alternativa à seca nos trabalhos da Madeira-Mamoré.<sup>30</sup>

As chuvas caíram intensas na selva amazônica no início do ano de 1879, impossibilitando a continuação dos trabalhos na linha férrea. A maioria dos trabalhadores norte-americanos e italianos retornou a Filadélfia, munidos de ordens de pagamento para ali receber as quantias que se lhes eram devidas. Quanto aos cearenses, “ficaram ali pela maior parte doentes e completamente baldos de recursos”, disse o presidente de província em 1880, “pelo que tiveram que ser transportados para esta capital” (Manaus). Hoonholtz arranjara com o boliviano D. Santos Mercado “um sítio chamado Crato para levar cem homens”, provavelmente para ali se estabelecerem como trabalhadores da borracha, pois Mercado tornava-se naquele tempo um dos mais prósperos donos de seringais da região. Também buscou junto ao barão de Maracajú “providências fazendo-os trabalhar na lavoura e na extração de produtos naturais” (entenda-se, também nesse caso: seringais). Desconheço afinal se ao menos uma parte deles retornou algum dia ao Ceará.<sup>31</sup>

#### 1.4 Idas e voltas aos cafezais

Enquanto cearenses contratados para trabalhar nas obras da Madeira-Mamoré partiam para a Amazônia, outros retirantes que haviam deixado o Ceará meses antes retornavam a sua terra natal em plena seca. Certamente decidiram regressar porque não encontraram noutros lugares meios com os quais pudessem se manter durante os tempos de estiagem no norte seco. Suas histórias revelam um pouco das dificuldades que sertanejos enfrentaram ao procurarem nas províncias do sul meios de ocupação que lhes ajudassem a fugir das condições de extrema miséria que imperavam no Ceará.

Logo em meados de 1878, quando ainda eram grandes as dificuldades enfrentadas pelos que haviam permanecido na província, diversas famílias de retirantes solicitaram aos agentes do Ministério do Império passagens de regresso ao Ceará. Voltavam a Fortaleza após desistirem de procurar em vão alguma ocupação ou depois de decidirem abandonar os trabalhos sob as difíceis condições estabelecidas pelas fazendas (principalmente cafezais) em São Paulo, Rio de Janeiro ou Espírito Santo. Serafim Evangelista de Jesus, por exemplo,

<sup>30</sup> AMAZONAS. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de abril de 1879...* Op. cit., p. 40.

<sup>31</sup> AMAZONAS. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da província do Amazonas, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da assembléia legislativa provincial, 31 de março de 1880.* Manaus: Typ. do Amazonas, 1880, p. 19.

solicitara passagem de convés para si, sua esposa e mais seis filhos. Francisco Cerqueira Mano voltava com família mais numerosa, composta por sua mulher e nove filhos. Quanto a outros, como Manuel Rodrigues de Sena ou Leopoldo Barbosa Cordeiro, retornavam ao Ceará sem pessoas de família.<sup>32</sup>

Das províncias do sul, desde que havia tido início a emigração de muitos cearenses tentando fugir da seca, proprietários de terras solicitavam o envio de trabalhadores para suas fazendas. No início de 1878, o capitão Antonio Carlos da Silva Piragibe, natural do Ceará, morando então na província do Espírito Santo, organizou o envio para lá de “grande número de famílias que aqui sofrem os rigores da calamidade da seca”. De imediato, Daniel Accioly, dono de terras naquela província, ofereceu suas propriedades na Ilha do Boi e na fazenda Maruíbe para ali receber “o número de emigrantes que for possível”. O periódico *Pedro II*, de Fortaleza, comemorou o fato de alguns retirantes poderem encontrar colocação nas fazendas de Daniel Accioly:

Este valioso oferecimento foi secundado com as vantagens de fornecer alimentos para três meses, gado e ferramenta agrícola a cada um dos chefes de família.<sup>33</sup>

Em seis de março chegariam ao porto de Vitória, acompanhados do capitão Piragibe, 513 retirantes, entre homens, mulheres e crianças. Daniel Accioly não pôde contratar a todos, mas em poucos meses o restante dos cearenses estaria engajado em terras de outros proprietários capixabas. No Rio de Janeiro, o padre Luis Lopes Ferreira também se oferecia para “contratar um certo número de imigrantes cearenses” em maio de 1878. Na mesma data, o bacharel José de Resende Monteiro, proprietário da fazenda Estação da Providência – que ficava às margens da Estrada de Ferro Leopoldina –, se propôs a “contratar para a mesma fazenda 25 a 30 emigrantes cearenses”.<sup>34</sup>

O afluxo de cearenses naquele tempo pareceu providencial às elites rurais da região. Estando a escravidão com seus dias contados – coisa que a aprovação da Lei do Ventre Livre confirmou em 1871 –, tornou-se preocupação premente aos empreendedores da agricultura exportadora a substituição de braços cativos por trabalhadores livres. Muitos se demonstravam céticos quanto à contratação de trabalhadores nacionais porque eram vistos como propensos à vadiagem, fundamentalmente indolentes, mas, por outro lado, as primeiras

---

<sup>32</sup> Ofícios de 25 e 29/07 e 6/08/1878, IJJ<sup>1</sup> 397, Ministério do Império, AN.

<sup>33</sup> *Pedro II* de 24/01/1878, Fortaleza, IC.

<sup>34</sup> Idem. Ofícios de 8/05/1878, IJJ<sup>1</sup> 397, Ministério do Império, AN.

tentativas de trazer trabalhadores europeus ainda eram insuficientes naquele tempo, tornando os poucos imigrantes ali existentes confiantes de sua raridade e, com isso, bastante resistentes às exigências dos patrões. Michael Hall e Verena Stolcke afirmaram que “o desenvolvimento e a organização da força de trabalho livre destinada às fazendas de café de São Paulo foi um processo, ao mesmo tempo, econômico e político”, pois pesavam aos fazendeiros tanto “razões econômicas” propriamente ditas quanto o “poder de barganha utilizado pelos trabalhadores ao resistir às suas imposições”. Nesse contexto em que os contingentes de escravos declinavam e ainda era reduzida a quantidade de imigrantes estrangeiros, a chegada de milhares de trabalhadores cearenses ávidos por meios com que obter recursos pareceu aos fazendeiros uma chance de, senão “solucionar”, ao menos reduzir temporariamente os problemas enfrentados com a “falta de braços” para as lavouras cafeeiras.<sup>35</sup>

Ao que tudo indica, porém, o entusiasmo dos fazendeiros não durou por muito tempo. Logo se revelou um contraste entre as expectativas dos retirantes quanto ao trabalho nos cafezais e as exigências de produtividade dos donos das terras – acostumados que eram a controlar trabalhadores colocados numa espécie de produção em série. Saídos há pouco tempo das atividades sertanejas de sua província – em larga medida compostas por serviços domésticos, rotineiros e autônomos – e estranhando o sistema de produção da grande lavoura agroexportadora, os retirantes mostravam-se descontentes em seus novos empregos. Visando retornar à terra natal assim que voltassem as chuvas, muitos contratados nos cafezais não alimentaram esperanças em ali permanecer por muito tempo, o que também talvez explique a falta de empenho de tantos cearenses no cumprimento das tarefas diárias nas fazendas.

Experiências como essas provavelmente marcaram as trajetórias de Benedito Correia dos Santos. Este retirante de Fortaleza tentou trabalho em maio de 1877 nos serviços de reforma da fortaleza Nossa Senhora da Assunção, mas não permaneceria ali por mais que um dia. Tempos depois, em fins de agosto, solicitava ao engenheiro Henrique Theberge emprego nos serviços do Asilo da Mendicidade, mas não seria admitido, pois aqueles serviços já estavam preenchidos por “uma única turma de 20 emigrantes, com apontador e chefe de turma”. Analfabeto, Benedito Correia dos Santos não conseguia ocupação em Fortaleza, motivo talvez pelo qual em 21 de novembro de 1877 acabou por solicitar ao governo uma passagem ao Rio de Janeiro, acreditando que ali poderia finalmente “encontrar recursos”. Benedito dos Santos era casado e deixou sua família “para de lá prover a sua subsistência”. Meses depois, retornava ao Ceará. Sua situação no Rio de Janeiro deve ter sido de grande

---

<sup>35</sup> HALL, Michael & STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, vol. 3, n. 6, 1983, p. 81.

penúria, pois decidiu regressar num dos momentos mais críticos para as multidões de retirantes, tempo marcado pela profunda escassez dos bens mais elementares para a vida expressa pelas cifras de mortos pela fome que os jornais de oposição faziam questão de divulgar.<sup>36</sup>

Benedito dos Santos ao menos conseguiu retornar a Fortaleza quando assim julgou necessário. Pior talvez fosse a situação daqueles retirantes que não conseguiam voltar, apesar de assim desejarem. Em meados de 1879, da província de São Paulo informava-se que “alguns retirantes cearenses, não tendo achado trabalho que lhes conviesse, recorrem à caridade pública e pedem meios de regresso para o norte”. O presidente da província de São Paulo chegou até a solicitar a abertura de uma nova linha de financiamento para pagar as passagens dos retirantes em regresso, mas o ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, repreendeu aquela tentativa de se desfazer de retirantes sem pensar nas consequências da atitude. Dizia Leôncio de Carvalho não haver nenhuma conveniência, “pelo estado em que ainda se acham as províncias flageladas pela seca”, em se facilitar “o regresso dos retirantes cearenses” naquele momento. Havia um contrassenso no fato de que, enquanto cearenses desejavam voltar para sua província no norte, saírem por semana dos portos do Ceará, às vezes seiscentos, às vezes oitocentos e às vezes até mais de mil retirantes nas embarcações que iam para o sul.<sup>37</sup>

### 1.5 Uma tradição de ofício...

Nas obras de construção do açude do Cedro, em Quixadá, um centro de trabalho de grande importância eram as “oficinas de máquinas, ferraria e serraria”. Ocupavam um prédio de 300 m<sup>2</sup> onde eram fabricadas ou reparadas as diversas ferramentas manuseadas pelos trabalhadores: carrinhos de mão, pás, baldes, enxadas, picaretas. Além disso, executava-se ali a maioria dos serviços de conserto de máquinas que eventualmente quebravam durante as operações. Havia guinchos, caldeiras, perfuradoras, britadeiras, serras, rebolos, tornos, forjas, máquinas de furar, aplainar e cortar ferros. Todos aqueles serviços demandavam a presença de diversos trabalhadores especializados: um mestre mecânico, três operadores de

<sup>36</sup> *Relação nominal do pessoal existente e empregado hoje nos reparos gerais da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a cargo do engenheiro Bacharel Antonio Gonçalves da Justa Araújo, cujas despesas correm por conta da verba – socorros públicos.* Ofício de 11/05/1877, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC. Ofício de 20/08/1877, Obras Públicas, APEC. Ofício de 21/11/1877, Ofícios Diversos, caixa 20, Socorros Públicos, APEC. Ofício de 9/08/1878, IJJ<sup>1</sup> 397, Ministério do Império, AN.

<sup>37</sup> Ofício de 15/03/1879, IJJ<sup>1</sup> 397, Ministério do Império, AN. As partidas de retirantes para o sul podem ser consultadas nos diversos periódicos da época: *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição* etc.



máquinas – primeiro, segundo e terceiro “maquinistas” – e cinco ferreiros, todos auxiliados por dois ajudantes e quatro aprendizes. Por suas mãos passavam os principais materiais com os quais era erguida a imensa parede central do açude, na época considerado o maior da América do Sul.<sup>38</sup>

O mestre mecânico das oficinas por volta de 1891 chamava-se Francisco Henrique Ehrich, membro de uma conhecida família de artífices em Fortaleza. Com ele trabalhavam no açude dois parentes: o oficial de ferreiro Francisco Henrique Ehrich Filho e o primeiro maquinista Antonio Henrique Ehrich. Como tantos trabalhadores de ofícios daquela época, eram estrangeiros que buscaram ocupações na América e acabaram por fixar residência no Ceará. A família Ehrich provinha do reino de Hamburgo e o seu mais prestigiado membro era o mestre ferreiro Henrique Ehrich, homem detentor de uma longa carreira de serviços prestados às principais obras de construção da província. Os contratos celebrados por Henrique Ehrich, fornecendo materiais para diversas obras executadas ao longo das décadas de 1850 e 1860 – tempo em que Fortaleza passava por intensas reformas urbanas –, fez dele o artífice que talvez mais serviços tenha prestado em obras públicas em sua época.

Os numerosos contratos que Henrique Ehrich assinou com a Repartição de Obras Públicas do Ceará podem ter pesado positivamente na hora em que foram contratados membros de sua família para a construção do açude do Cedro. Ehrich saíra de Hamburgo em 1839 em direção ao Brasil. Trabalhou como ferreiro na Companhia de Operários contratada naquele ano pela província de Pernambuco, onde permaneceu até 1853, ano de sua chegada ao Ceará. Já era na época casado, tinha 39 anos de idade e passou a morar na Rua Formosa.<sup>39</sup> Constituiu ao longo de anos uma equipe de trabalhadores qualificados, entre os quais se destacavam os filhos que herdaram os conhecimentos de seu ofício. De sua oficina saíam diversos objetos de ferro, como gradis, portões, varandas, trilhos e uma série de outros materiais destinados principalmente a figurar em fachadas de prédios e praças da cidade de Fortaleza. Os trabalhos da oficina eram feitos em equipe, segundo uma divisão de tarefas que articulava os esforços de aprendizes, ferreiros e mestres. Nesse aprendizado prático eram formados novos oficiais, alguns dos quais posteriormente trabalhariam para obras de socorros públicos.

<sup>38</sup> Estado do Ceará, Comissão de Açude e Irrigação em Quixadá. *Relatório apresentado ao senhor ministro e secretário dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Engenheiro Ulrico Mursa*. 1892. Hildebrando Pompeu de Souza Brasil. *Livro de ponto geral do Açude de Quixadá*. Faladeira, 2/06/1891.

<sup>39</sup> Sobre a Companhia de Operários em Pernambuco, ver AULER, Guilherme. *A companhia de operários: 1839-1843*. Subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil. Recife: Arquivo Público Estadual / Imprensa Oficial, 1959. Lançamento de 11/10/1854 no *Livro de Registro de Residência de Estrangeiros*, p. 72, APEC.

As encomendas feitas ao mestre ferreiro alemão foram numerosas e de diversos tipos. Em 1858 confeccionou vinte grades de ferro para as janelas da Cadeia Pública. Em abril do ano seguinte comprometia-se a entregar trilhos de ferro para serem assentados no trapiche da Alfândega. Pelo mesmo contrato assumiu o encargo de confeccionar uma “mesa rodante” para circular sobre trilhos. Em 1866 ajustou o fornecimento de gradis e portões para o Cemitério, para a Escola Modelo e para o Passeio Público. O contrato previa ainda a feitura de 33 varandas para o prédio da Assembléia Legislativa. Afora os objetos confeccionados dentro da oficina, Henrique Ehrich fazia trabalhos externos. Com a chegada de duas pontes metálicas da Inglaterra em novembro de 1859, foi chamado para coordenar a montagem das mesmas para que o engenheiro provincial pudesse verificar se chegavam completas e se seus tamanhos eram convenientes. Meses depois, o próprio Ehrich coordenaria a fixação de uma daquelas pontes no rio Baú, na estrada de Baturité. Em 1861, foi contratado para instalação e conserto de torneiras de uma bomba de água importada, destinada ao quartel do Meio Batalhão. Ainda hoje, andando pela cidade de Fortaleza, algum distraído poderia esbarrar em portões de ferro confeccionados em suas oficinas.<sup>40</sup>

Henrique Ehrich tinha uma equipe de trabalhadores para executar as diversas tarefas necessárias à feitura dos materiais de ferro. Na falta de pessoal qualificado no Ceará, contratou cinco “colonos alemães oficiais de ferreiro” na Europa em 1860. Alguns dos que trabalhavam em sua oficina eram “discípulos”, aprendizes do ofício que podiam ser meninos desvalidos da cidade apadrinhados pelo mestre ferreiro. A propósito, quando em 1866 quatro ferreiros alemães “abandonaram sua oficina” onde trabalhavam “como locatários de serviços”, quis substituí-los com cinco ou seis alunos da Escola de Educandos Artífices (então recém-extinta) para “ensinar-lhes o ofício de ferreiro”. Aquela instituição havia sido criada para abrigar meninos órfãos e pobres de Fortaleza e ensinar-lhes uma profissão. Aproveitando alguns dos “educandos”, Ehrich comprometia-se a “dar-lhes sustento, vestuário e casa, sendo-lhes entregues na qualidade de órfãos pelo juiz respectivo”. Talvez dessa forma buscasse assegurar a permanência dos aprendizes na oficina. Os que adquiriam habilidade suficiente (e acumulavam certo capital) saíam para montar seus próprios negócios, como parece ter sido o caso do ferreiro alemão Frederico Klangwald, oficial que o acompanhara desde que chegaram

---

<sup>40</sup> Ofícios de 17/03/1859, 2/08/1859, 17/11/1859, 24/11/1859, 12/07/1860, 10/06/1861, 29/04/1866 e 27/09/1867, Obras Públicas, APEC.

a Pernambuco em 1839 e que, no futuro, prestaria serviços para diversas obras públicas, incluindo algumas acionadas durante as secas.<sup>41</sup>

Não era apenas com o pessoal de sua equipe que Henrique Ehrich tinha de lidar na prestação de serviços. A montagem de pontes de ferro, chegadas da Inglaterra em 1859, colocaria sob sua coordenação “cinco pares de presos da Cadeia Pública” para o carregamento de materiais e a sustentação das barras. Também tinha de colaborar com outros artífices quando os serviços assim o exigiam. Na fixação de trilhos no prédio da Alfândega quatro carpineiros foram contratados para, sob sua orientação, parafusar as barras de ferro. Ehrich, detentor do saber-fazer sobre os trabalhos de ferraria, presidia o andamento dos serviços, o que às vezes resultava em conflitos com trabalhadores. Foi o que ocorreu quando executava o assentamento da ponte metálica do rio Baú que cortava a estrada de rodagem entre Fortaleza e Baturité. As obras estavam atrasadas e isso resultou em retenção da última parcela do pagamento de 900 mil réis ajustado pelo mestre para fazer a montagem e o assentamento da ponte. Em parte, o atraso deveu-se a conflitos que teve com a turma de carpineiros de quem precisava para concluir o serviço. Diziam esses que Ehrich os tratava de “maneira grosseira e desabrida”, o que fez com que os “seis oficiais de carpina que ele dirigia” abandonassem as obras “por não quererem mais aturá-lo e receando de cometerem algum desatino em desabafo dos insultos que recebiam”.<sup>42</sup>

Henrique Ehrich era um dos poucos mestres de ferraria residentes no Ceará em sua época. Num ofício de 1860, o engenheiro Adolfo Herbst afirmou acerca de sua oficina que a província “hoje só conta com esta ferraria que muitos bons serviços tem prestado” e que, sem ela, “seria necessário tudo mandar vir de outras províncias”. A exclusividade trazia-lhe, além de prestígio, possibilidades de acesso aos membros das elites locais que dele encomendavam materiais de ferro para prédios públicos e particulares. Com relações privilegiadas, servia como uma espécie de representante – ou, se se preferir, porta-voz para aqueles que não aprendiam o português – da pequena colônia de trabalhadores alemães no Ceará que a ele recorria para mediar negociações com patrões. Foi o que se deu em 1859, quando os pedreiros alemães Stueer e Tylren, empregados na construção de um açude no

---

<sup>41</sup> Ofícios de 28/02/1860 e 31/01/1867, Obras Públicas, APEC. Sobre o funcionamento da Escola de Educandos Artífices, ver CEARÁ. *Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléia no 10 de outubro de 1864*. Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864. Lançamento de 11/10/1854 no *Livro de Registro de Residência de Estrangeiros*, p. 71, APEC. AULER, Guilherme. *A companhia dos operários...* Op. cit., p. 21. Para um exemplo de serviço prestado por Frederico Klangwald, ver Ofício de 14/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>42</sup> Ofício s/d, Obras Públicas, APEC.

engenho Santo Antonio do Pitaguary (pertencente ao comendador João Mendes da Cruz Guimarães), não quiseram “sujeitar-se ao jornal de 3\$000” oferecido para um serviço “mais penoso e pior” que os executados nas obras da cidade. Tendo passado apenas poucos dias trabalhando naquele engenho, queixaram-se “por intermédio do mestre ferreiro Henrique Ehrich contra o tratamento que têm eles tido ali”.<sup>43</sup>

O fio de acontecimentos sobre a vida do mestre ferreiro alemão Henrique Ehrich – registrados nas fontes acerca das obras públicas cearenses – perde a continuidade ao final da década de 1860. Talvez tenha falecido por esses anos ou, de tão velho, deixara para seus descendentes a continuação dos negócios da oficina. Por essa época, novos ferreiros, boa parte deles alemães, passariam a assumir encomendas junto a Repartição de Obras Públicas, dando continuidade à tradição construída pelo antigo mestre. Essa nova geração de oficiais de ferreiros – José Hermann Wolff, Frederico Klangwald, entre outros – preencheria em parte as demandas por objetos metálicos que as numerosas obras de socorros públicos demandariam durante as recorrentes secas compreendidas nos anos finais do século XIX. Como chamei atenção mais acima, membros da família Ehrich chegaram a ocupar cargos nas oficinas de mecânica e ferraria das obras de construção do açude de Quixadá. Ferreiros alemães detinham, dessa forma, uma tradição de ofício que se constituía em monopólio de poucos artífices do Ceará oitocentista.

### 1.6 ... e um trabalhador especializado

Na falta de trabalhadores especializados no Ceará, os engenheiros responsáveis pelas obras de socorros públicos – em particular os das grandes obras, como as construções das linhas férreas de Sobral e de Baturité – requisitavam a contratação de pessoal em centros urbanos do país, sobretudo Rio de Janeiro. Em grande parte, eram estrangeiros que chegavam como canteiros, pedreiros, ferreiros, mecânicos, carpinteiros, cavouqueiros, entre outras especialidades. Foi assim que Gaspar de Campos foi contratado na capital do império e, tal com outros artífices, veio ao Ceará durante a seca de 1878 para trabalhar nas obras do prolongamento da Baturité.

Gaspar de Campos nascera no Paraguai, mas – provavelmente em função dos constrangimentos vividos durante a guerra travada contra aquele país – naturalizou-se “cidadão deste Império”. Veio para as obras da Baturité acompanhado de sua esposa e de uma criada. Foi contratado, como registrou em carta ao presidente da província, como “canteiro,

<sup>43</sup> Ofícios de 28/02/1860, 5/02/1859 e 9/12/1859, Obras Públicas, APEC.

pedreiro, cavouqueiro e carpinteiro para as obras da via férrea de Baturité”. Era, portanto, um artífice versátil, capaz de desempenhar diversas atividades em um grande centro de trabalho como eram as seções daquela estrada de ferro.

Ali permaneceu prestando seus serviços até dezembro de 1879, quando foi dispensado “tendo concluído seus serviços”. Tinha direito, por contrato, a passagens de retorno para si, sua esposa e uma “criada”. Mas Gaspar de Campos não quis retornar ao Rio de Janeiro. Registrou que pretendia ir para “Camocim, onde lhe informam haver precisão de artistas de sua profissão no serviço da estrada aí em construção”. Tratava-se da Estrada de Ferro de Sobral, construída durante aquela seca no trecho entre Camocim, no litoral, e a cidade de Sobral, no sertão norte cearense.

Gaspar de Campos era um artista a procura de trabalho. Com família pequena, circulava por cidades e sertões ganhando o sustento através de contratos. Talvez por ser trabalhador especializado, tinha meios suficientes para dispor de uma criada. Nada em tão grande monta, porém, que lhe fizesse dispensar a ajuda do governo em obter passagem para Camocim. No dia 31 de dezembro de 1879 redigiu uma carta ao presidente da província requisitando “mandar dar-lhes passagem em qualquer dos vapores costeiros que tocam naquele porto, ficando salvo o direito de transporte para o Rio de Janeiro”. As passagens foram concedidas. Gaspar de Campos pôde, assim, continuar suas viagens a trabalho; primeiro para Camocim, onde procuraria servir na Estrada de Ferro de Sobral, retornando depois ao Rio de Janeiro, onde talvez tenha contraído novos contratos, levando-lhe a fazer outras viagens.<sup>44</sup>

\* \* \*

Essas trajetórias apresentadas foram selecionadas dentre aquelas as mais bem detalhadas pelas fontes históricas que, de uma maneira geral, apenas oferecem informações descontínuas e esparsas sobre pessoas comuns, sobre os que, nas palavras de Walter Benjamin, constituíram as fileiras dos “vencidos da história”.<sup>45</sup>

Compreendo ser apropriado ao historiador social construir narrativas de percursos pessoais, o que está longe de ser um recurso meramente ilustrativo da operação

<sup>44</sup> Ofício de 1/12/1879, Socorros Públicos, caixa 8, Fortaleza, APEC.

<sup>45</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In. \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas*, vol. 1. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 225.

historiográfica<sup>46</sup>. Através da reconstituição de trajetórias pessoais – o que, a propósito, se dá por meio de uma leitura criteriosa dos documentos, prestando especial atenção a sua linguagem – os historiadores podemos “desnaturalizar” determinadas categorias classificatórias que, a despeito de sua importância como instrumento de generalização, tendem sempre a homogeneizar comportamentos muitas vezes díspares, reificando os “grupos sociais” enquanto sujeitos históricos *par excellence*. Como ressaltou Simona Cerutti, cientistas sociais e economistas tomaram como um mérito da análise centrada em grupos e interesses de grupos seu “efeito tranquilizador”; afinal, essas abordagens levam via de regra à ideia de continuidade e permanência dos comportamentos sociais. Num sentido diverso, as análises de trajetórias individuais, característica de uma recente historiografia, viriam a valorizar uma salutar “multiplicação dos atores sociais”.<sup>47</sup>

Porém, mais do que a riqueza de detalhes (possibilitada pelas fontes) pesou na escolha das trajetórias narradas acima o fato de serem todas elas *experiências significativas* que marcaram as vidas dos proletários das secas durante o período abordado nesta tese. Através dessas experiências podemos nos aproximar dos desafios e alternativas inerentes aos percursos daqueles/as trabalhadores/as que se deslocavam durante o período das secas. Não foi minha intenção fazer uma “descrição densa” das migrações,<sup>48</sup> mas a reconstituição de casos particulares de indivíduos ou grupos permitiram a visualização dos fluxos de pessoas compreendidos em seus contextos específicos, fazendo escolhas peculiares diante de condições compartilhadas. Como é costume acontecer, essas escolhas tomadas por quem se retira guardam conseqüências diretas nas experiências de deslocamentos e chegadas a novos lugares. Não seria diferente em relação aos proletários das secas na passagem do século XIX.

Nos casos apresentados acima se encontram trajetórias as mais características percorridas por trabalhadores, partindo, retornando ou chegando em função das secas. São percursos que compreendem, desde a retirada de sertanejos procurando meios de vida em vilas ou cidades no interior da província, passando por trajetórias dos que emigravam para pontos longínquos do país, incluindo os deslocamentos de um pessoal estrangeiro – por vezes constituído por trabalhadores especializados – procurando ocupações nas diversas obras

<sup>46</sup> Cf. RICÉUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

<sup>47</sup> CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: JULIA, Dominique e BOUTIER, Jean (orgs.). *Passados recompostos: Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/FGV, 1998, p. 233-242.

<sup>48</sup> Na forma como propõe GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989. Uma crítica contundente a C. Geertz é feita por Giovanni Levi. Cf. LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 133-161. Ver também LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *Revista História Social*, Campinas, n. 6, 1999, 137-146.

encetadas pelo governo para tentar amenizar os efeitos da estiagem. Partindo de diferentes pontos, e levados por razões várias, tinham em comum o fato de estarem num constante trânsito, condicionados pelas secas que representavam profundos impactos nos modos de vida dos habitantes das províncias do norte. Eram sujeitos de diásporas que envolviam homens, mulheres e crianças, pessoas com diversas profissões, habitantes de diferentes lugares num ir e vir constante.

Talvez tenha sido esse vaivém constante o traço definidor mais forte dos proletários das secas, pois dificilmente poder-se-ia enquadrá-los enquanto um grupo social fixo, identificado por sua origem (que era diversificada) ou por seu perfil socioprofissional (igualmente variado). As intensas movimentações desses trabalhadores geravam estilos de vida marcados por recorrentes arranjos e desarranjos de laços que estabeleciam com seus pares. Nos contatos que iam estabelecendo nas viagens, tinham oportunidade de debaterem suas duras condições de vida frente às políticas de controle social, forjando com outros indivíduos certa identidade em torno de interesses comuns, para o que criavam laços solidários necessários ao enfrentamento das dificuldades por que passavam. Improvisavam, assim, formas de cooperação com pessoas que até pouco tempo eram-lhes estranhas, unidos agora numa luta cujos principais intentos consistiam na manutenção da vida e da dignidade. Porém logo adiante esses laços poderiam vir a ser rompidos, seja pela morte, seja pela necessidade de se trilhar novos rumos. Entre contatos e rupturas, entre arranjos e desarranjos, permaneciam, no entanto, conexões entre experiências diferentes daqueles que estavam constantemente ultrapassando fronteiras.

O desafio desta tese é mostrar com certo nível de detalhes os percursos, os encontros e as interfaces vivenciados pelos proletários das secas durante a passagem do século XIX, conferindo significação às experiências de uma “gente pouco importante” – na apropriada expressão de José Andrés-Gallego<sup>49</sup> – lidando em seu cotidiano com a pobreza, a fome, a exploração, mas também inventando formas de resistir, de lutar contra as situações indignas que encontravam e contra os desmandos de agentes dos poderes constituídos, fossem eles patrões, comissários de socorros, policiais, feitores ou engenheiros.

---

<sup>49</sup> ANDRÉS-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

## 2 SERTÃO PROLETÁRIO

*Bem a Joana me dizia  
Nas horas da privação:  
– Homem, faz um roçadinho,  
Planta arroz, planta feijão,  
Que esta vida de alugado  
Ao pobre não serve, não!*

Juvenal Galeno

Honorato Pereira dos Santos e Luis Manuel da Silva eram lavradores reconhecidamente miseráveis – “paupérrimos”, segundo um processo de 1879 pertencente à antiga comarca de Baturité. Em algum momento do ano anterior, durante a grande seca, chegaram com suas famílias às terras do capitão João Nunes de Albuquerque, no alto da serra, a procura de recursos para a sobrevivência. Com a autorização do proprietário, montaram ranchos em um terreno no sítio Monte Pilar e ali com muito trabalho cultivaram “quatro mil e tantas” raízes de mandioca. Como retirantes, podiam se sentir afortunados por terem podido contar com a “benevolência” de uma pessoa influente e dona de terras tão férteis. Talvez mesmo alimentassem a esperança de ali continuar a viver após a seca como novos moradores do capitão Albuquerque.<sup>1</sup>

Mas a sorte daqueles retirantes mudou no dia 21 de agosto de 1879. Por volta das onze horas da manhã, quando trabalhavam nos roçados, “ali apareceram armados de espingarda, clavinote, espada e diversas armas” cerca de quarenta homens que arrancaram todas as mandiocas e atearam fogo nas choupanas, queimando “nelas todos os móveis e roupas que dentro havia”. Os agricultores nada puderam fazer, sequer chamar por socorro, pois os agressores “puseram piquetes nos caminhos”. Não se tratava de um assalto. Afinal, os homens de lá nada levaram. O motivo por trás daquele crime era mesmo vingança.

Enquanto transcorriam os fatos, os agressores declararam estarem agindo a mando do tenente Manuel José de Oliveira Figueiredo. De fato, foram reconhecidos os moradores Joaquim de tal e Bernardo de tal – “conhecidos como Belo e Manuel de tal” –, ambos trabalhadores das terras do tenente Figueiredo. (O acréscimo “de tal” aos seus nomes aponta para suas posições de dependência, pois, assim como em relação aos escravos, em geral

---

<sup>1</sup> Processo criminal n° 44, pacote 3, Comarca de Baturité, 29/09/1879, APEC. Todas as informações contidas nos próximos parágrafos são referentes a esse processo.



batizados apenas com um primeiro nome, esta designação portava um símbolo de estigma social.)

Apesar de quase nada possuírem (no interior dos ranchos incendiados apenas foram encontrados poucos pratos, colheres, panelas de barro e algumas peças de roupa queimadas), os prejuízos para Honorato e Luis Manuel foram enormes na proporção das suas condições de vida. Havia entre as mandiocas agora estragadas uma parte “em estado de fazer farinha”, o que, parece, seria o principal meio para a sobrevivência de suas famílias enquanto a seca perdurasse. Foi na esperança talvez de serem ressarcidos por seus prejuízos que os retirantes deram entrada com suas queixas junto à comarca de Baturité.

Todas as testemunhas ouvidas – moradores de sítios vizinhos – foram unânimes em apontar como motivo daquilo tudo o fato de dias antes o próprio capitão João Nunes de Albuquerque ter enviado moradores seus até um roçado mandado fazer pelo tenente Figueiredo na intenção de incendiar a plantação. As terras do sítio Monte Pilar faziam divisa com as do sítio Macaco, pertencente ao referido tenente. Albuquerque e Figueiredo travavam assim uma violenta guerra particular pelos limites de suas terras, mas no meio do fogo cruzado estava a plantação de mandioca dos retirantes...

A sobrevivência das famílias de Honorato Pereira dos Santos e Luis Manuel da Silva encontrava-se na dependência dos jogos de poder ligando o capitão João Nunes de Albuquerque e o tenente Manuel José de Oliveira Figueiredo. Eram estas pessoas poderosas, destacados senhores de terras e de homens. Sendo “capitão” e “tenente”, decerto eram oficiais da Guarda Nacional, possuindo títulos que lhes propiciavam afluência sobre as pessoas comuns da região. Podiam se valer da autoridade para designar homens para o serviço militar, decidindo sobre a sorte das famílias sertanejas e exercendo, com isso, um forte controle social.

Quanto aos retirantes Honorato e Luis Manuel, viram suas plantações serem destruídas em razão de uma luta que (ao menos inicialmente) não lhes dizia respeito. Pode ser, porém, que o próprio capitão Albuquerque tenha convencido os lavradores a entrarem na justiça contra o tenente Figueiredo. Quem sabe? De qualquer modo, aquela parecia ser uma das poucas chances que tinham os retirantes em obterem alguma compensação pelos estragos sofridos. Mas a conclusão do processo não lhes seria favorável. O promotor público concluiu que não havia “base no presente inquérito para uma ação criminal”: sendo um conflito gerado por questão de limites de terras, acreditou que seria mais bem caracterizado num processo cível – o que confirma inclusive que, para a autoridade judicial, havia maior relevância nos interesses dos donos das terras do que na violência sofrida pelos “paupérrimos” lavradores.

Aos retirantes restou o desafio de enfrentar os últimos meses de estiagem sem terem conseguido se fixar em um pedaço de terra, algo que parece ter sido um objetivo compartilhado por muitos sertanejos durante aqueles anos.

O caso envolvendo os retirantes Honorato e Luis Manuel flagra episódios muitas vezes repetidos no âmbito do universo da pobreza do Ceará oitocentista. O processo pertencente à comarca de Baturité – em meio a depoimentos de diversas testemunhas e implicados – permite observar certas intenções de sertanejos pobres que procuravam no amparo da gente influente e poderosa algum meio seguro para fixarem-se a um pedaço de terra durante tempos de crise. Constitui-se, dessa maneira, em fonte adequada ao estudo dos laços paternalistas que permeavam as relações de trabalho no agro cearense. Ali estão presentes falas e gestos de trabalhadores do sertão que confirmam a presença dos laços de proteção e deferência que caracterizam as redes de obrigações recíprocas entre patrões e empregados na ordem paternalista. A Honorato e Luis Manuel foi concedida autorização para plantarem seus roçados e isso implicava em certas retribuições por parte dos retirantes para com o capitão Albuquerque que possivelmente utilizava o trabalho daqueles agricultores como forma de fazer avançar os limites de sua propriedade para cima das terras do tenente Figueiredo. Também se encontra registrado no processo a ação de moradores agindo como braço armado particular dos donos das terras. São obrigações que se convencionava serem inerentes aos serviços dos trabalhadores rurais que, em troca, recebiam a assistência e a proteção dos proprietários, além do tão almejado direito de cultivar as terras.

Mas, ao mesmo tempo em que confirma a presença dos fortes laços paternalistas presentes no tecido social sertanejo, o caso envolvendo as duas famílias de retirantes também fala sobre um contexto em que uma crescente precarização das condições de vida do povo pobre levava ao limite as possibilidades dessa proteção paternalista em momentos de crise. Honorato e Luis Manuel inseriram-se numa corrente de relações em que todos procuravam estabilidade, mas, sendo retirantes, há apenas pouco tempo chegados às terras do capitão João Nunes de Albuquerque, foram integrados à rede de dependências constituída no sítio Monte Pilar ocupando uma posição das mais frágeis, sendo-lhes concedido (não se sabe ao certo se com interesse deliberado de avanço sobre terra alheia) um terreno em disputa nos limites da fazenda. A condição de miséria dos agricultores talvez tenha feito com que aceitassem o risco de investirem seu trabalho num serviço de retorno incerto. Talvez tivessem julgado que o risco ainda assim valesse a pena, pois a alternativa da emigração implicaria em perigos ainda maiores.

Nesse cenário é possível se perceber o quão importante era para os pobres a inserção a uma rede paternalista de proteção, ainda que numa posição de dependência, pois, como se referiu Eugene Genovese em relação ao ponto de vista dos escravos norte-americanos: “sua aceitação ao estado de coisas” não expressava uma “preferência, mas um ajuste realista ao mundo tal como se apresenta”; na contingência da escravidão, tal como configurada no sul dos Estados Unidos, uma ordem estruturalmente injusta às vezes era tida como mais vantajosa que a ausência de qualquer ordem.<sup>2</sup> Mas num momento de precarização intensificada – em que a seca era tão somente o ponto mais alto a que chegavam os problemas dos sertanejos do semiárido – a ordem tradicional podia não se mostrar sequer minimamente segura aos pobres. Um sintoma de esgotamento do recurso da proteção paternalista é o fato de Honorato e Luis Manuel terem procurado na justiça oficial – e não mais na autoridade pessoal do fazendeiro rico – uma maneira de alcançar uma compensação a que julgavam ter direito.

Essa processual corrosão da eficácia da proteção paternalista no seio das relações de trabalho dos sertões fez-se sentir mais evidentemente nos tempos das secas durante o último quartel do século XIX. Até esta época, diversos períodos de estiagem ocorreram – alguns particularmente intensos em termos de escassez de chuvas – sem que, no entanto, assumissem dimensões de calamidades sociais, como foram as secas de 1877-79, 1888-89, 1900 e 1915. Nos anos secos anteriores a esse período, as migrações – seguidas de grandes concentrações em cidades litorâneas, altos índices de mortalidade e a exigência de providências por parte do Estado para amparar a população pobre – eram um tanto quanto episódicas, nada comparáveis aos efeitos impactantes que as massas de retirantes exerceriam durante as secas de 1877 e seguintes. Em parte, obviamente esta mudança decorreria do próprio crescimento da população rural, mas sem dúvida as principais causas desse fenômeno estão atreladas às transformações das relações sociais sertanejas em decorrência do avanço do agronegócio e uma conseqüente proletarianização das populações rurais. Segundo Frederico de Castro Neves, a subordinação da economia de subsistência à agricultura comercial em ascensão nessa época resultava no comprometimento da reserva alimentar dos camponeses, o que “significava a impossibilidade de ‘atravessar’ a seca em condições mínimas de ‘segurança alimentar’, em que a proteção oferecida pelo proprietário torna-se insuficiente e as famílias tornam-se, assim, ‘retirantes’ à procura de trabalho e comida”.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York: Vintage Books, 1976, p. 125.

<sup>3</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 47. Cf. também: NEVES, Frederico de Castro. A lei de terras e a lei da vida: transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. *Estudos de História*, Franca, n. 2, vol. 8, 2001.

Através do processo criminal movido pelos agricultores Honorato e Luis Manuel, tomamos conhecimento de uma experiência de um grupo de sertanejos na iminência de atravessar a fronteira social da proletarização. Por meios violentos, o incêndio aos ranchos onde habitavam e as macaxeiras arrancadas poriam fim ao plano daqueles retirantes em continuarem a procurar na agricultura o seu meio de vida, lançando-os nas estradas novamente, desde onde o futuro se anunciava mais incerto e precário. Mesmo que não seja mais possível se apurar o destino daquele grupo de agricultores – e também reconhecendo os aspectos particulares do caso – é possível assumir o risco da afirmação de que as experiências das famílias de Honorato e Luis Manuel assemelhavam-se às de muitos milhares de outros sertanejos que naqueles tempos tornavam-se proletários das secas.

Na transposição desta fronteira a que grandes parcelas dos trabalhadores rurais cearenses eram conduzidas os sertanejos preservariam antigos valores e referências consolidados em seu modo de vida; levariam consigo também as experiências relativas ao contexto de progressiva precarização das relações de trabalho do universo rural oitocentista.

## 2.1 O império da agricultura comercial

Diferentemente do que predominava na Zona da Mata pernambucana onde a produção açucareira dependia fortemente do escravo africano, nos sertões cearenses prevalecia o trabalhador livre pobre atuando nos diferentes ramos da economia. Para sobreviver, esse trabalhador deveria estabelecer-se sob alguma dentre as várias modalidades de prestação de serviços rurais que caracterizavam os sertões desde os estabelecimentos das primeiras fazendas de criação de gado nos primórdios da colonização. Mesmo que a ausência de estudos embasados impeça qualquer generalização conclusiva, é possível se dizer que só uma pequena minoria dos pobres do sertão tinha a posse absoluta das terras de onde eram retirados os meios da subsistência. A maioria estava fadada a submeter-se a alguma espécie de “contrato” junto a um proprietário para manter-se a si e a sua família. Em torno das fazendas de criação principalmente empregavam-se as famílias pobres sertanejas, numa complexa conjunção de esforços que Raimundo Girão buscou sintetizar da seguinte forma:

Vaqueiros, agregados e alguns escravos, homens, mulheres e meninos, ele, a esposa e a filharada, todos se entrefam na divisão dos misteres, sem salários em dinheiro, nem férias, nem justiça trabalhista, no *campeio* do gado, na *arrumação* do curral, no trato dos cavalos, no labor roceiro, nas providências dos recados e no *fervet opus* azafamado da cozinha, uns trazendo água,

outros trazendo lenha, para o preparo das comidas e o enformamento do queijo nos cinchos de madeira.<sup>4</sup>

O vaqueiro era o elemento mais evidente dessa unidade produtiva que era a fazenda de criação. Homem habilitado no trato dos animais, possuía certa projeção social e muitas vezes, na ausência dos patrões, passava a dar as ordens na fazenda. Sob sua responsabilidade estava a conservação do gado, criado solto nos vastos campos num sistema extensivo. Em tempos de chuva (de dezembro a abril), coordenava a ordenha e curava os animais de doenças. Nos outros meses, quando rios e aguadas secavam, retirava o gado para regiões úmidas como as serras ou os campos do Piauí.<sup>5</sup> Alguns vaqueiros eram escravos qualificados, “de confiança”. Em geral, trabalhavam sob o regime de “quarteação”, quando uma a cada quatro cabeças de gado era-lhes reservada como forma de pagamento ao final do ciclo de criação. Quando o proprietário era “mais liberal”, disse Manuel Correia de Andrade, permitia que os animais dos vaqueiros fossem “criados ao lado dos seus, como animais ‘da fazenda’.”

Outros, porém, achando que os animais crescem mais “com a vista do dono” e que ele, ao contrário do vaqueiro, está ausente a maior parte do tempo, temendo que nas ocasiões da seca os seus animais sejam relegados em benefício dos do empregado, exigem, então, que o vaqueiro lhes venda os animais que a ele couberam, logo após a partilha. Tiram, assim, a possibilidade de um dia o vaqueiro vir a ser também fazendeiro, ter um rebanho próprio.<sup>6</sup>

Além dos vaqueiros, havia nas fazendas outros empregados para cuidarem das tarefas auxiliares, como carreiros ou tangedores de gado. Diferentemente daqueles, trabalhavam em troca de salários que, por vezes, porém, eram-lhes pagos em espécie, descontados os gastos feitos por suas famílias durante a semana ou o mês. Às vezes esses

<sup>4</sup> Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947, p. 339. Grifos no original.

<sup>5</sup> Sobre os serviços dos vaqueiros, dizia Capistrano de Abreu: “A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não os acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas de ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.” ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 170.

<sup>6</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª edição. São Paulo: Atlas AS, 1986, p. 164.

assalariados rurais – também conhecidos como “diaristas” ou “jornaleiros” – moravam em vilas ou povoados, mas passavam a vida a percorrer os sertões em busca de serviços e salários. Uma parcela, por outro lado, residia nas próprias fazendas, onde podiam plantar seus roçados que se constituíam numa importante fonte de alimentos para sua família. A vida dos jornaleiros era, em geral, bastante precária: moravam em humildes choupanas e tinham no almoço quase sempre sua única refeição diária.

Quando nas propriedades havia áreas de melhores solos, os patrões costumavam reunir ali uma considerável quantidade de moradores ou agricultores de povoados próximos, autorizando-lhes a plantação de roçados. Somente uma pequena parte destes lavradores era de arrendatários, sendo a grande maioria ocupada sob o regime da parceria. Destacava-se a modalidade da “meia” (também chamada “meação”) na qual o proprietário fornecia terra e sementes, financiando o agricultor durante a formação e o trato do roçado. Metade da colheita deveria caber ao dono das terras (daí o nome do sistema), ficando o roceiro com a outra metade. Nos tempos em que a comercialização do algodão realizava grandes lucros, os patrões interessavam-se em receber de seus moradores o máximo do arbusto em detrimento de cereais (feijão, milho, arroz) e “frutas de rama” (o jerimum, a melancia e o melão), mas os roceiros procuravam não se descuidar em reservar um tempo para cultivar esses produtos que, ao fim e ao cabo, eram os que lhes garantiriam certa segurança alimentar, a si e aos membros da família.<sup>7</sup>

O espectro social dos sertões comportava enfim a presença de um sem-número de uma gente sem ocupação definida, figurada nos documentos oficiais como “vivendo de suas agências”, algumas vezes prestando serviços ocasionais “de foice e machado” para pequenos e médios proprietários, muitos deles improvisando a arte da sobrevivência por meios ilegais como o roubo ou o consumo não consentido de animais encontrados nos ermos caminhos. Num processo pertencente à comarca de Sobral, um morador dos subúrbios daquela cidade, vaqueiro ocasional de pequenos criadores da região, era acusado pelo furto de cabras e, em certa ocasião, chegou a ser preso por haver se apropriado de um cavalo em Baturité.<sup>8</sup> Essa gente “desclassificada” podia representar o martírio dos homens poderosos do sertão, pois se encontravam fora do campo de influência de fazendeiros e autoridades, mas também de suas

---

<sup>7</sup> Num processo criminal de 1872, em Sobral, tem-se um exemplo de acordo estabelecido entre um proprietário e um grupo de agricultores (pertencentes todos a uma mesma família) segundo o qual o dono do sítio Flores da serra da Meruóca “deu a João Pereira de Vasconcelos e a parentes deste” uma porção de terras “para ali plantarem dois anos, findo os quais entregariam ao queixoso roçado com toda plantação de algodão que ali houvesse”. Processo criminal nº 1, pacote 1, Comarca de Sobral, 12/01/1872, APEC.

<sup>8</sup> Cf. Processo criminal nº 13, pacote 1, Comarca de Sobral, 16/12/1890, APEC.

fileiras saíam tantos “cabras” que comporiam o braço armado das grandes famílias sempre envolvidas em violentas disputas por terras ou apaixonadas retretas políticas.<sup>9</sup>

Sendo assim variadas as modalidades de prestação de serviços feitos pelos trabalhadores pobres do sertão, também diversos eram os níveis de dependência estabelecidos entre esses sertanejos e o patronato rural cearense. Ali a acumulação de riquezas do comércio agroexportador nunca alcançaria a opulência conquistada nos grandes centros do país. A pecuária, como o principal setor econômico da província, inserir-se-ia apenas como produção de segundo plano em âmbito nacional, fornecedora de carnes às ricas regiões açucareiras – Pernambuco em particular. Estrangeiros que por ali passavam, como o missionário norte-americano Daniel Kidder, testemunhavam a flagrante fragilidade do comércio e a lenta rotina a qual se entregava “a grande massa do povo que vive ao Deus dará”.<sup>10</sup> Em semelhante quadro, uma considerável parcela da população encontrava-se alijada dos núcleos mais dinâmicos da economia, dedicando-se a serviços estritamente voltados para a subsistência familiar. No *Ensaio estatístico da província do Ceará*, Tomás Pompeu de Souza Brasil falava das muitas famílias pobres que viviam quase que exclusivamente da caça e da coleta de produtos do sertão:

A caça de animais, de tubérculos silvestres, bem como do mel de abelhas é nos anos secos, e mesmo ordinariamente, o recurso poderoso das classes pobres do interior. Numerosas famílias pelo sertão não tem outro meio de vida. É sobretudo notável, nessa indústria primitiva a caçada das rolas de arribação, chamadas pombas de bando, que por todo sertão apanham-se por milhões na ocasião do pouso, bebida e postura. Secam e conduzem em cargas para as serras, ou vendem ou trocam por farinha, rapadura, legumes etc.<sup>11</sup>

Certa precariedade estrutural marcava, assim, as condições de vida e trabalho das classes pobres dos sertões cearenses. Aqueles que (como os retirantes Honorato e Luiz Manuel, apresentados acima) alcançavam a proteção de algum proprietário rural e obtinham a concessão do uso da terra tinham sua sorte a todo o momento sujeitada às contingências e

<sup>9</sup> CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Trabalhadores do sertão: formação social e identidade dos povos sertanejos do Cariri na segunda metade do século XIX. *Anais do XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. ([http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308091415\\_ARQUIVO\\_anasaraanpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308091415_ARQUIVO_anasaraanpuh2011.pdf))

<sup>10</sup> KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 157.

<sup>11</sup> BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Tomo 1. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 347.

vontades dos patrões, podendo a qualquer hora serem expulsos e perderem assim o produto de seus serviços. Nomes popularmente utilizados para identificar e classificar alguns tipos de relações de trabalho, como a “sujeição” (referindo-se à obrigação do pagamento estabelecido pela parceria) ou o “agregado” (designação conferida aos roceiros que moravam nas fazendas), são esclarecedores acerca da forma como era encarado pelos sertanejos o grau de dependência que essas relações implicavam.

A quase total ausência de instituições alternativas que pudessem oferecer ocupação às populações levava muitos a optarem por uma vida afastada do campo de controle das famílias proprietárias, alimentando um estilo de vida mais independente. Parece ter sido o caso de João Batista de Souza, preso por ter-se apropriado ilegalmente de uma novilha pertencente à capela do povoado de Lagoa Grande, nas imediações de Sobral; seria qualificado em inquérito policial como

homem que não se dedica ao trabalho, turbulento, que vive na beira do rio Acaraú morando no mato em companhia de mulheres perdidas, sendo dotado de um perverso coração, sendo assim que agora mesmo acaba de tentar contra a existência de seu próprio pai.<sup>12</sup>

Os que assim viviam estavam, por outro lado, mais vulneráveis para lidarem com os tempos difíceis das secas, inundações, epidemias, carestia; ficando também expostos ao recrutamento militar forçado, esse consagrado mecanismo de controle das elites locais que se valiam de sua influência para perseguir dissidentes e criminosos.

Para os fazendeiros principalmente, interessados em dispor de uma população que lhes servisse de mão de obra útil e barata, a presença dessa massa de “desclassificados” representava um estímulo à dissolução dos costumes do povo trabalhador. Ao fim do século XVIII João da Silva Feijó, em sua *Memória sobre a capitania do Ceará*, não economizava adjetivos para hostilizar essa parcela dos pobres:

Em extremo vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vício que pode produzir no coração humano uma vida licenciosa no cérebro da mais crassa ignorância, donde provém neles a falta de sentimentos e de virtudes morais, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da sociedade.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Processo criminal, n° 15, pacote 2, Comarca de Sobral, 5/09/1873, APEC.

<sup>13</sup> FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a capitania do Ceará*. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, 1889, p. 22.



Tornar os sertanejos uma classe de trabalhadores laboriosos e produtivos era um verdadeiro desafio aos proprietários cearenses nesse quadro de incipiente retorno econômico e desmandos. Muitas vezes, os trabalhadores preferiam arriscar a vida fora das fazendas de criação, engenhos ou plantações a terem de se submeter às ordens dos patrões. Daí porque muitos acreditassem que a verdadeira felicidade residiria na conquista de um pequeno pedaço de terra onde pudessem cultivar roçados de forma autônoma, independente, ainda que isolados dos centros comerciais. Em consequência talvez desse pensamento largamente disseminado entre os pobres do sertão surgira na época uma “queixa geral” contra a vida de indolência e vadiagem atribuída aos sertanejos, registrada pelo botânico Freire Alemão em seu diário de viagem ao passar por Aracati:

Homens brancos trabalhadores. Ouço aqui queixa geral contra a indolência e vadiação desta gente, custa-lhes muito a chegar e não têm persistência no trabalho; falham quando mais se precisa deles; eles fazem grandes estragos nas plantações, roubando tudo. Costumam muito *furtar*, isto é, pedir dinheiros adiantados – safarem-se. O preço dum jornaleiro aqui é de 640 [réis] a seco. Todos se queixam da falha da polícia, isto é, querem que o governo obrigue esses homens a trabalhar!<sup>14</sup>

Era diante desse quadro de precariedade estrutural das relações de trabalho no universo sertanejo que o controle paternalista “sobre a vida inteira do trabalhador” (E. P. Thompson) adquiria seu pleno sentido. Ainda que o paternalismo se baseie numa reciprocidade estabelecida entre sujeitos desiguais, onde o poder de decisão concentra-se desproporcionalmente nas mãos dos proprietários, o “compromisso” estabelecido entre patrões e empregados faz surgir uma expectativa de proteção fundamental para manter os pobres sob a zona de controle dos homens de poder. Era com essa expectativa de proteção que os proprietários do sertão contavam para aproximar as famílias carentes de seu campo de influência. Mas, uma vez constituído o pacto paternalista, os patrões viam-se enredados ao compromisso de terem de oferecer meios tangíveis de amparo aos trabalhadores, conferindo com isso alguns motivos de reivindicação aos sertanejos.

Entre dissolutos e famílias carentes da proteção paternalista o patronato rural do século XIX enfrentava as dificuldades de ter de converter em trabalhadores produtivos uma população apenas virtualmente passível de se constituir em mão de obra adequada às

<sup>14</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 72. Os grifos seguem o original.

necessidades da economia agroexportadora em formação. Por volta de meados do século, as mudanças verificadas na economia provincial, particularmente aquelas relativas ao domínio da exportação de determinados produtos agrícolas, tais como o café, o açúcar e, principalmente, o algodão, resultaram numa maior pressão sobre o proletariado rural para se adequar às novas necessidades do mercado capitalista, a cada dia mais presente nas relações de produção sertanejas.

Durante séculos, enquanto a pecuária exerceu um domínio quase absoluto nas relações sertanejas, as trocas comerciais permearam apenas uma diminuta parcela da economia local. Disso decorria a pequena circulação de moedas, bem como a perpetuação das trocas em espécie, consagradas pela difusão dos “nimbos” – novelos de fios de algodão que funcionavam como o principal equivalente de troca no Ceará até as primeiras décadas do século XIX<sup>15</sup>. Uma vida rústica e alheia às sofisticadas mercadorias européias marcou os primeiros séculos da colonização. Para designar esse período da história dos sertões, quando quase tudo girava em torno da criação do gado, Capistrano de Abreu cunhou a expressão “época do couro”, apresentando com detalhes elementos de uma cultura material característica do modo de vida simples das populações rurais:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.<sup>16</sup>

Mudanças mais significativas na economia sertaneja – quais sejam, maior diversificação da produção agrária impulsionada pela intensificação do comércio – adviriam apenas no século XIX. Um passo decisivo para tanto foi a separação da capitania, até então subordinada ao Governo Geral de Pernambuco, através da Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, pela qual os comerciantes locais viram-se finalmente autorizados a fazer seus negócios diretamente com o reino de Portugal. Até aquela data, todas as mercadorias exportadas desde o Ceará eram obrigadas a passar antes pela alfândega de Pernambuco, encarecendo os produtos locais com transportes, taxas e armazenamentos extras.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Op. cit., p. 124.

<sup>16</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Op. cit., p. 170.

<sup>17</sup> Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Op. cit., p. 165-183.

Aos poucos, novos itens de exportação foram surgindo no Ceará oitocentista, destacando-se logo no início do século o algodão, estimulado pela temporária retirada dos plantadores norte-americanos do mercado exterior durante os anos de sua Guerra da Independência (1776-83). Também surgiram engenhos e, sobretudo, engenhocas (produzindo especialmente cachaça e rapadura), acompanhando as plantações de cana que se difundiram em alguns pontos da província. Eram culturas com um baixíssimo nível tecnológico, sendo quase completamente ausentes as máquinas. Em geral, as plantações faziam-se com o secular emprego da coivara – quando se queimava as matas para a abertura das capoeiras, deixando que as cinzas das plantas depositassem no solo seus nutrientes. Nessa técnica “primitiva” utilizava-se a enxada como principal e quase único instrumento de trabalho.<sup>18</sup>

São de meados do século XIX, no entanto, as alterações econômicas mais significativas relacionadas à constituição da agricultura exportadora na província cearense. Como nunca antes, cresceu nesse período o comércio de produtos cultivados com a intenção de alimentar lucros de plantadores e comerciantes, fazendo avançar as fronteiras agrícolas sobre territórios antes dominados pela pecuária ou pelas culturas de subsistência. Foi o caso do café, produzido inicialmente em pontos da serra da Aratanha e difundindo-se, em seguida, por outras regiões da província. Os ganhos obtidos com o café propiciaram o surgimento de certa aristocracia rural em Baturité que logo se destacou como a mais importante região cafeeira do Ceará.<sup>19</sup>

Nenhum outro produto compara-se, no entanto, ao algodão em nível de importância entre os bens de exportação da província cearense no Oitocentos. Sendo uma planta já conhecida pelas populações indígenas antes mesmo da chegada dos europeus, apenas adquiriu relevância comercial com a Revolução Industrial inglesa que passou a importar as plumas de algodão de diversos lugares do mundo. Antes de meados do século, o Ceará não

---

<sup>18</sup> Sobre o uso da técnica da coivara difundida no Brasil antes mesmo da chegada dos portugueses e as implicações ecológicas das invasões européias, aliando ao uso desse processo os instrumentos de metal, são preciosas as considerações de Warren Dean: “O regime da derrubada e queimada – tal como praticado pelas populações nativas com densidades inferiores a 0,5 pessoas por quilômetro quadrado no planalto e menos de dez nas baixadas – fora viável indefinidamente. A colonização portuguesa, todavia, implicava uma exploração mais intensiva dos solos da floresta porque a preocupação tanto do governo como da igreja era fixar permanentemente a população rural; os colonos, por sua vez, estavam preocupados em confinar trabalhadores escravos para explorá-los com mais eficiência. Além do mais, agora havia residentes urbanos para alimentar, principalmente na sede do governo, no Rio de Janeiro, onde estavam lotados alguns milhares de funcionários, clérigos, soldados, prisioneiros e escravos urbanos. Além de tudo isso, era necessário fornecer um excedente para a metrópole, o que implicava a expansão da área cultivada, tanto para abastecer a demanda como para sustentar os que estavam engajados no comércio”. Cf. DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 91-95.

<sup>19</sup> LIMA, Pedro Airton Queiroz. *A sombra das ingazeiras: o café na serra de Baturité (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

passava de região com secundária importância nesse que conquistara o status de maior ramo comercial do mundo ocidental. Mas essa realidade transformou-se diante da retirada dos norte-americanos envolvidos, desde 1860, na Guerra da Secessão, o que levou os industriais ingleses a procurarem em outras regiões do mundo fornecedores do que então era conhecido como “ouro branco”. Pela primeira e única vez, a província do Ceará despontou como uma das primeiras regiões do país na pauta de exportações agrícolas, durante alguns anos equivalendo-se o algodão aos valores negociados pelos produtores de açúcar e café. A grande euforia não resistiria à crise econômica do início da década de 1870, mas a cotonicultura ainda assim transformara o cenário rural do Ceará, consolidando-se como um dos principais setores da economia – o único a concorrer realmente em nível de importância com a pecuária – durante os cem anos subsequentes.<sup>20</sup>

A hegemonia da agricultura comercial conferiu nova dinâmica a diversos setores da sociedade cearense. Em 1858 iniciaram-se as atividades de uma nova linha de navegação pelos portos da província com a chegada do vapor *São Luiz*, da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão. Até então, apenas o *Iguaçu* da Companhia Pernambucana fazia a linha norte, trazendo ou levando passageiros e mercadorias de outras províncias do país. Raimundo Girão considerou que esse incremento “de modo considerável alargaria o comércio de exportações e importações” da província, mas, disse ainda o autor da *História econômica do Ceará*, que

As safenas do progresso abrir-se-iam mais amplamente com as entradas diretas dos navios a vapor da companhia inglesa Booth Line, de Liverpool, a começar de 1866 e, três anos mais tarde, com os da Red Cross, as quais acabaram fundindo-se, para fazer de modo quase exclusivo os carregamentos entre o Ceará e os cais europeus e norte-americanos, particularmente Liverpool, Hamburgo, Havre, Barcelona, Lisboa e Nova York.<sup>21</sup>

Casas comerciais – as maiores pertencentes a estrangeiros – passaram a dominar os negócios mais rentáveis dessas transações de exportação-importação, algumas chegando a financiar lavradores com empréstimos e fornecimento de ferramentas e máquinas para o incremento da produção agrária.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Cf. STEIN, Stanley J. *Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*, Op. cit. Ver também: LEITE, Ana Cristina. *Algodão no Ceará*. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

<sup>21</sup> GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*, Op. cit., p. 347 e 349.

<sup>22</sup> Cf. LEITE, Ana Cristina. *Algodão no Ceará...* Op. cit. Ver também: TAKEYA, Denise M. *Europa, França e Ceará*. São Paulo: HUCITEC; Natal: Ed. UFRN, 1995.

Uma extraordinária ausência de fortes secas num interregno de mais de trinta anos (de 1845 até 1877) – combinada a diversos “melhoramentos” propiciados pelos lucros obtidos com os negócios de exportação – fez com que muitos contemporâneos pensassem naquele como um período de progresso contínuo. Mas, para milhares de trabalhadores rurais, aqueles tempos traziam consigo o indigesto e amargo gosto da pobreza em ascensão. Para se saciar a fome de lucros foram geradas as condições que fizeram crescer a fome dos corpos. Terras antes utilizadas por arrendatários e moradores para plantar bens voltados à subsistência das famílias sertanejas, no novo contexto foram cada vez mais reservadas ao plantio do algodão ou de outros produtos exportáveis, colocando em risco a segurança alimentar dos pobres. Observador atento dos acontecimentos de sua época, Rodolfo Teófilo denunciou as consequências do que chamou de “febre da ambição”, uma “doença” que “alucinava” a quase todos:

De um ano para outro, a província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado numa das mãos e o facho noutra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.<sup>23</sup>

A mercantilização das relações sertanejas trouxe consequências nefastas para a vida das camadas mais pobres. A alta geral dos preços fazia com que certos produtos, antes consumidos pelas comunidades interioranas, passassem a ser escoados para os centros litorâneos, provocando crises de abastecimento no interior. Em União, a população procurou a Câmara Municipal para reclamar providências porque os caroços de algodão, antes utilizados para alimentar o gado, estavam agora sendo vendidos para Aracati, provocando a morte dos animais. Enquanto as taxas de exportação do “ouro branco” batiam recordes a cada novo ano na segunda metade da década de 1860, a falta de comida deprimia as populações do sertão, o que levou o presidente da província João de Souza Mello e Alvim a condenar “a peste dos monopolistas e atravessadores dos gêneros de alimentação” por estarem levando “o povo ao desespero” com a especulação.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca no Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 22.

<sup>24</sup> Ofício de 6/06/1874. Câmaras Municipais, União, caixa 90, APEC. CEARÁ. *Relatório apresentado a assembléia legislativa provincial do Ceará em sua reunião extraordinária em 1º de dezembro de 1866 pelo presidente da mesma província, o Excelentíssimo Senhor João de Souza Mello e Alvim*. Fortaleza: Typ. Brasileira de João Evangelista, 1967, p. 20.

Esse quadro veio a se agravar com os impactos da Grande Depressão (1873-98) sobre o mercado exportador das províncias do norte. Em pouco tempo o preço do algodão declinou bruscamente já no início da década de 1870, ao que se somou o retorno da concorrência exercida pelos plantadores do sul dos Estados Unidos que recuperavam a produção interrompida nos anos da Guerra Civil (1861-65). Segundo Francisco de Oliveira, a incorporação do território cearense (bem como os de outras províncias do norte) à produção algodoeira tornaria mesmo a economia local mais sujeita aos efeitos das crises periódicas do capitalismo internacional.<sup>25</sup>

A crise que antecedeu a grande seca de 1877, no entanto, não era somente conjuntural. Mudanças mais profundas relacionadas à configuração das próprias relações de produção da economia agroexportadora estavam atreladas ao declínio do trabalho servil, sentido de modo particularmente intenso nas províncias do norte entre as décadas de 1860 e 1870. A interrupção efetiva do fornecimento de escravos africanos em consequência da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, combinada aos lucros crescentes obtidos pelos cafeicultores das províncias do sul, resultou na intensificação do comércio interno de mão de obra cativa, tendo como principal destino os novos cafezais abertos na região do Oeste Paulista. O Ceará figurou como uma das províncias que mais exportou escravos nesse período, o que contribuiria com a extinção precoce do trabalho servil, ai decretada alguns anos antes que no restante do país.<sup>26</sup>

Caio Prado Jr. viu na decadência da escravidão, “representada pela ininterrupta redução da massa escrava”, uma “crise crônica de mão de obra” que levava à iminência “do colapso de seu sistema produtivo”. O discurso das elites que protestavam contra a “falta de braços” para a grande lavoura exportadora interpretou como a evidência de um efetivo declínio demográfico ocasionado pelas massivas migrações ocorridas na época que, em geral, partiam das decadentes regiões açucareiras e algodoeiras (como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará) em demanda de zonas economicamente em ascensão (como a Amazônia dos seringais e, sobretudo, São Paulo que prosperava com a cafeicultura).<sup>27</sup> Seguindo o modelo interpretativo de Prado Jr. chegar-se-ia a conclusão de que o sertão do Ceará tornara-se (no período e, principalmente, após as secas de 1877 e 1889) uma região despovoada, o que

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Sobre as dimensões da Grande Depressão, cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, especialmente o capítulo “Uma economia mudando de marcha”, p. 57-85.

<sup>26</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, em particular o capítulo “O norte, o sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos”, p. 19-56.

<sup>27</sup> PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 201-202.

efetivamente não condiz com os índices demográficos disponíveis. Estudos alternativos, porém, oferecem explicações mais complexas e convincentes sobre aquele fenômeno.

Para Peter Eisenberg havia na verdade uma abundância de trabalhadores, mas também uma forte carência de mão de obra. À medida que a população escrava declinava rapidamente na região, manifestava-se a falta de mão de obra em decorrência não da efetiva ausência de pessoas, mas pela indisponibilidade dos trabalhadores em empregarem-se nas plantações de algodão ou nos engenhos de açúcar. Celso Furtado asseverava que os trabalhadores livres e libertos preferiam ocupar as franjas dos latifúndios, em atividades de pequena produção, a terem de se sujeitar ao trabalho na grande lavoura. Corroborando com as interpretações desses autores estão os discursos proferidos por proprietários de diversas regiões reunidos em agosto de 1878 no Congresso Agrícola do Recife. Ali se tornara uma unanimidade o protesto contra a “indolência”, na verdade indisposição dos trabalhadores livres em quererem se empregar nas grandes propriedades açucareiras ou algodoeiras, ao que contrapunham propostas de medidas que viessem a coagir as populações pobres ao trabalho.<sup>28</sup>

Essas transformações verificadas em escala local estavam articuladas diretamente a mudanças no plano internacional, havendo as consequências econômicas da Guerra Civil norte-americana provocado impactos em regiões agrárias tão distantes como eram a Índia, o Egito ou os sertões do Brasil. A “fome do algodão” (*the cotton famine*) provocada pelo conflito levou comerciantes que antes se beneficiavam com os preços vantajosos obtidos junto às *plantations* do sul escravocrata a procurarem em outras regiões do planeta novos fornecedores, integrando territórios até então relativamente isolados do mercado mundial. Sven Beckert, cuja investigação aborda os impactos globais da Guerra da Secessão sobre o comércio do algodão, afirma que a ação de comerciantes, industriais, operários, lavradores e homens de estado “lançaram as sementes para uma reformulação do império do algodão”, levando as plumas cultivadas na Índia, no Egito e no Brasil a obterem “uma maior presença no mercado ocidental”. Mas para que essas novas regiões fornecedoras oferecessem preços vantajosos, além de investimentos em meios de transporte eficientes e baratos (ferrovias e portos), precisaram inventar “um novo sistema de mobilização de trabalho não-escravo”, ou

---

<sup>28</sup> EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 174-175. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Sobre os discursos proferidos no Congresso Agrícola do Recife de 1878, cf. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, Outubro de 1878*. Edição Fac-Similar. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1878. Peter Eisenberg analisou a participação de proprietários rurais no Congresso Agrícola do Recife, comparando este ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro convocado pelo ministro Sinimbu naquele mesmo ano, em EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

seja, explorar o trabalho de um proletariado rural constituído por “lavradores imersos em dívidas”, “meeiros sujeitados” e “produtores rurais com baixo poder político”.<sup>29</sup>

As décadas que antecederam os ciclos de fortes secas que atingiram o semiárido durante a passagem do século XIX representaram para a vida de milhares de famílias pobres dos sertões o atrelamento de seu cotidiano a um agressivo avanço da agricultura comercial, cujos impactos foram profundos sobre os modos de vida e trabalho das populações mais carentes. Decerto as proporções catastróficas atingidas durante as sucessivas crises climáticas do período estiveram vinculadas à desestruturação das pequenas culturas de subsistência, derivada da incorporação de tantos vaqueiros, rendeiros, moradores e jornaleiros à cotonicultura e a outros negócios agrários sujeitos ao mercado exportador. Frente às mudanças econômicas – tidas como modernizadoras pelas camadas sociais superiores – os sertanejos procuravam resistir, apegando-se aos meios tradicionais de proteção propiciados pelas relações paternalistas. Daí ter sido a sociedade cearense da segunda metade do século XIX marcada por intensos conflitos cujos eixos relacionais mais significativos residiam no paternalismo que, unindo patrões e empregados através de fortes vínculos pessoais, não deixava de se constituir em arena de fortes antagonismos. Esses conflitos – sobre os quais analiso em seguida elementos da atitude política dos sertanejos pobres – formam o pano de fundo do cotidiano conflitivo das grandes secas abordadas na presente tese.

## 2.2 As armas dos fracos

Os historiadores estão em geral de acordo com a tese de que o coroamento de Pedro II (1840) marcou um momento de consolidação da ordem política imperial. Após as agitações que tomaram conta do país durante a Independência e na sequência à abdicação de nosso primeiro imperador, ocorreria um arrefecimento nos ânimos das elites regionais que, através de diversas revoltas, resistiram aos excessos de centralização de poder na Corte. Diferentes teses – muitas delas convincentes – procuraram abordar o processo de centralização política do Império, quando teria prevalecido enfim uma consciência nacional conservadora em detrimento das tendências regionalistas exaltadas características dos primeiros anos do regime monárquico.<sup>30</sup> Mas, se uma maior unidade política entre as elites

<sup>29</sup> BECKERT, Sven. Emancipation and empire: Reconstructing the worldwide web of cotton production in the age of American Civil War. *The American Historical Review*, vol. 109, n. 5, December 2004, p. 1415.

<sup>30</sup> Somente para fazer referência a alguns dos estudos mais destacados sobre o assunto: PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.



imperiais inegavelmente se deu nesse período, isso não deve esconder a emergência de outras modalidades de lutas sociais ocorridas nas últimas décadas do século XIX.

A bem da verdade, enquanto as elites imperiais empenhavam-se em ordenar seus interesses ao regime monárquico uma outra sorte de tensões e conflitos espalhava-se pelo país. As expectativas quanto a mudanças anunciadas (porém, nem sempre desejadas por todos) em relação ao regime escravista provocou o receio quanto ao futuro de uma nação que se formava tendo no trabalho cativo um dos seus mais firmes esteios. Tão fortes eram os interesses dos que defendiam a preservação do regime escravocrata que o Brasil chegaria à década de 1880 como um dos últimos países a praticar a escravidão num contexto internacional de franco entusiasmo com os valores associados ao trabalho livre.

O Estado exerceria um proeminente papel na ordenação de reformas no mercado de trabalho num tempo em que se debatia a respeito de meios pelos quais a economia nacional – sobretudo os setores associados à grande lavoura exportadora, que mais dependiam de uma regular oferta de mão de obra – poderia se sustentar sem o acesso ao trabalho escravo.<sup>31</sup> Célio Marinho de Azevedo demonstrou como esses debates se deram sob o signo do medo quanto ao papel ativo dos negros em face da perspectiva da liberdade. A revolução de Toussaint L'Overture em São Domingos figurava enquanto exemplo terrível do ponto de vista dos senhores de escravos que podiam perfeitamente imaginar acontecer algo semelhante no Brasil, com negros subvertendo a ordem escravocrata, declarando a abolição do cativo e se voltando vingativamente contra os antigos senhores.<sup>32</sup> Os legisladores do Império (a maioria representantes diretos dos interesses agroexportadores) aprovariam diversos decretos cuja principal intenção era conter as possibilidades dessa transição fugir ao controle da classe dos proprietários. Pressionada, ora pelo poderoso governo britânico – que desde o começo do século empenhara-se em combater o tráfico de escravos por todo o Atlântico –, ora pela classe dos proprietários rurais – interessados em prolongar o regime da escravidão –, a elite política

---

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*; *Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>31</sup> Sobre esse assunto, cf., dentre outros, COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998 e LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1988.

<sup>32</sup> “Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos às fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições se sucederam desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500.” AZEVEDO, Célio Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 35. Cf., sobre diversas revoltas negras nas zonas escravistas da América, GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas dos escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global Editora, 1983.

brasileira viu-se na obrigação de negociar com as circunstâncias. Numa dinâmica de avanços e contramarchas, o fim do trabalho servil no Brasil – que, desde os anos da Independência, encontrava defensores – obedeceu às conveniências de uma hegemonia que encarava a mudança sob a perspectiva dos negócios exportadores, e não como um modo de reposicionar os negros nas relações de poder da sociedade.<sup>33</sup>

As mudanças precipitaram o descontentamento das camadas subalternas. Se entre os escravos as perspectivas da liberdade despertaram agitações e levantes, quanto aos trabalhadores livres enxergaram as reformas no regime de trabalho como uma pressão a mais na vida já incerta dos pobres.<sup>34</sup> Entre os pobres do campo a percepção do declínio do trabalho escravo ativaria o receio dos trabalhadores livres serem reduzidos a condições ainda mais penosas que as de costume, pois se viam na iminência de serem usados como substitutos dos escravos numa sociedade que promovia o fim do cativeiro sem, no entanto, operar uma correspondente mudança da mentalidade senhorial.

O receio popular quanto às mudanças no mundo do trabalho do Brasil oitocentista parecia se confirmar quando reformas implicavam em medidas coercitivas que recaíam sobre a população de trabalhadores livres. Em 1835, por exemplo, uma lei provincial procurava criar no Ceará algumas Companhias de Trabalhadores que deveriam concorrer para a superação do problema da “falta de braços” para a execução de obras públicas, uma matéria espinhosa aos governantes que atribuíam a rejeição do povo em querer trabalhar em serviços como construções de estradas e açudes ao “vício da vadiagem”. Para debelar o assim considerado malefício das classes pobres, o decreto de 24 de maio de 1835 previa o recurso de meios incisivos de coerção e punições aos que se recusassem a atender a convocação da Companhia dos Trabalhadores. Disciplinamento militar, com a obrigação do uso de uniformes para que os trabalhadores pudessem passar por revistas na ocasião das missas aos domingos, aquartelamento e pena de dois meses de prisão para desertores eram medidas tidas como necessárias para garantir a assiduidade dos operários que relutavam em tomar parte nas Companhias. Evidência dessa recusa popular seria a reclamação do presidente Martiniano de Alencar sobre os operários que abandonavam o serviço quando “apenas completam seu tempo” e sobre os que “tem acintosamente desertado”, de modo tal que se via compelido a completar a Companhia dos Trabalhadores com “africanos apreendidos” do tráfico ilegal,

<sup>33</sup> Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>34</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver também MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. 2ª edição revista. São Paulo: EDUSP, 2010.

teoricamente considerados livres pela lei de 7 de novembro 1831, mas que de fato eram explorados em serviços daquela natureza no Ceará, assim como pelo restante do país.<sup>35</sup>

Durante os anos da segunda metade do século XIX se repetiriam reações exaltadas de parte das populações pobres do sertão – em particular daquelas das províncias do norte do país – configurando um cenário de sedições cujas diversas motivações associavam-se à resistência do povo ao controle social voltado para a coerção ao trabalho.<sup>36</sup> A aprovação de determinadas leis impopulares provocava a ira de sertanejos que, via de regra, invadiam as paróquias aos domingos – quando usualmente eram divulgados os conteúdos das leis na ocasião das missas –, rasgavam editais e outros papéis oficiais e ameaçavam autoridades que se mostrassem desafiadoras às imposições dos sediciosos.

Foi desse tipo a reação aos decretos 797 e 798, de 1851, que estabeleciam regras para uma ampla apuração censitária no país, além de criar a obrigatoriedade do registro civil de nascimentos e óbitos, até então uma atribuição exclusiva da Igreja Católica. O fato de essas leis terem surgido na sequência à proibição do tráfico atlântico de escravos parece ter levantado a desconfiança sobre algum plano oculto de, através dos registros civis, converterem-se os pobres livres em escravos, para que dessa maneira fosse reposta a mão de obra negra. Um estudo recente associa esse movimento – que ficou conhecido como a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco e Ronco da Abelha em outras províncias – ao grande medo popular ante a precariedade da condição de liberdade no Brasil oitocentista.<sup>37</sup>

<sup>35</sup> Lei nº 12, de 24 de maio de 1835 e Regulamento nº 1, de 26 de maio de 1835. OLIVEIRA, Almir Leal de & BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. Fortaleza: INESP, 2009, p. 54-55 e 72-74. CEARÁ. *Fala com que o exmº presidente da província do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da Assembleia Legislativa da mesma província no dia 1º de agosto de 1836*. Ceará: Typ. Patriotica, 1836, p. 3. Em outras províncias também foram criadas companhias de trabalhadores similares à cearense: cf. FULLER, Cláudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, nº 1, 2008, p. 93-115. Ver também \_\_\_\_\_. “V. Sª não manda em casa alheia”: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na província do Pará, 1838-1844. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, nº 2, 2008, p. 41-75. Sobre a condição dos “africanos livres”: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 389-412.

<sup>36</sup> BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Revista Projeto História*, nº 16, 1998, p. 9-24.

<sup>37</sup> Cf. PALACIOS, Guillermo. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a “Guerra dos Marimbondos” (Pernambuco, 1851-1852). *Almanack Brasileiro*, nº 3, maio 2006, p. 9-39. Ver também: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Resistência popular contra o decreto 798 ou “a lei do cativo”: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará, 1851-1852. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolta, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 391-427. A interpretação dessa revolta a partir do ângulo do medo popular encontra-se em CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-31.

De mais largo alcance seria, anos depois, a revolta dos Quebra-Quilos em 1874-75. Também nessa onda sediciosa multidões de sertanejos invadiriam as igrejas para impedir a divulgação de editais e inutilizar documentos oficiais, mas as atitudes mais consagradas seriam as destruições de balanças e outros instrumentos de aferição distribuídos pelo governo para a implantação do sistema métrico enquanto o novo padrão de pesos e medidas do país. A revolta dos Quebra-Quilos espalhou-se por vilas e povoados de províncias do norte, concentrando-se em Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Pelos gritos das multidões enfurecidas percebe-se que a motivação para o levante popular era de natureza complexa, estando presentes, além da rejeição ao sistema decimal de pesos e medidas, reivindicações pelo fim dos “impostos do chão”, protestos contra as influências dos maçons na sociedade, a luta de escravos pela liberdade e a recusa da nova lei do recrutamento militar decretada na mesma época.<sup>38</sup>

A ação do governo em reestabelecer a ordem durante essas sedições não era das tarefas mais fáceis, pois os rebeldes contavam com a ampla simpatia da população que se valia de diversos recursos para proteger os rebeldes das perseguições das tropas. O governo imperial viu-se na obrigação de enviar homens do Rio de Janeiro para as províncias convulsionadas pelos Quebra-Quilos, pois os agentes locais constrangiam-se em prender sediciosos respeitados por grandes parcelas das comunidades sertanejas.<sup>39</sup> Quando finalmente, em meados de 1875, as autoridades julgaram estar sob controle a ordem pública pelos sertões, uma outra onda insurrecional alastrou-se pelo interior do país. Dessa vez, a razão principal da revolta popular era a execução da nova lei do alistamento militar que previa que o recrutamento de homens para o exército e a armada seria feito por meio de sorteios, e não mais pela indicação direta das autoridades tradicionais.

Essa nova revolta ficaria conhecida como a Guerra das Mulheres devido ao protagonismo feminino nos levantes. Também seriam chamadas de revoltas dos Rasga-Listas porque resgataram a prática de invadir as igrejas em dias marcados para a execução do

<sup>38</sup> MAIOR, Armando Souto. *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do império*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978 e SECRETO, Maria Verónica. *(Des)medidos: a revolta dos Quebra-Quilos (1874-1875)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011. A respeito da luta de escravos pela liberdade durante o movimento dos Quebra-Quilos, cf. LIMA, Luciano Mendonça. Sombras em movimento: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 163-196. Ver ainda: LIMA, Luciano Mendonça. Quebra-Quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolta, motins, revoluções...* Op. cit., p. 449-483.

<sup>39</sup> Uma passagem de um relatório do comandante das forças enviadas para prender os implicados nos movimentos Quebra-Quilos na Paraíba é bastante curiosa: “Depois de duas horas de marcha nas imediações da Serra do Pontes, principiou a força a prender os indivíduos complicados nos desacatos praticados no Termo do Ingá, que no dizer de pessoas fidedignas são todos os seus habitantes e os da Serra Redonda.” Ofício de 8/01/1875, Quebra-Quilos, AN.

alistamento militar, inutilizando documentos oficiais, rasgando listas de recrutáveis e outros papéis. Dentre todos esses movimentos sediciosos, a revolta dos Rasga-Listas foi o de maior abrangência no sertão do Ceará. Em estudo anterior, pude identificar dezessete localidades em que grupos geralmente provenientes de povoados mais ou menos distantes invadiam as sedes das vilas a fim de inutilizar as listas de recrutamento, muitas vezes ocorrendo conflitos.<sup>40</sup>

Já nos meses que antecederam a onda de protestos podia-se ouvir rumores de “ameaças de perturbação na execução da nova lei do recrutamento”. Uma primeira demonstração de força ocorreu em Saboeiro no início de julho de 1875. Um grupo de cinquenta a cem pessoas desarmadas entrou na vila por volta das dez da manhã, dirigiu-se à igreja matriz e rasgou o edital naquele mesmo dia afixado, no qual se lia a convocação das juntas de alistamento para o próximo dia dois de agosto. Não houve então qualquer conflito. Após cumprirem com seu objetivo, os homens deram “entusiásticos vivas” e se dispersaram.<sup>41</sup>

Durante todo o mês de julho, não se teve notícia de novos protestos, mas em dois de agosto, época da reunião das juntas em todo o país, simultaneamente ocorreriam distúrbios em Tamboril, Limoeiro do Norte, Quixadá, Conceição, Acarape e Aquiraz. Nessas vilas, multidões invadiram paróquias, quebraram mesas e cadeiras e rasgaram listas de recrutamento e outros documentos oficiais. Quando perguntados pela razão daquela atitude drástica, muitas vezes os sediciosos respondiam que faziam aquilo porque a nova lei do recrutamento era “bárbara” e “má para o povo”. Em Acarape, onde o conflito foi maior, alguns chegaram a se voltar contra os membros da junta com os pedaços de cadeiras quebradas, mas foram convencidos por uma pessoa influente a se contentarem “com o que já haviam feito”. Desde Fortaleza, o presidente Esmerino Gomes Parente enviou tropas para esses locais a fim de coibir novas revoltas.<sup>42</sup>

Os movimentos rasga-listas se alastrariam nos meses seguintes por outras regiões do sertão cearense. Em 15 de agosto a onda chegou a Quixeramobim, de onde consta que logo no início dos trabalhos da junta um grupo de homens e mulheres invadiu a paróquia, “inutilizando papéis, quebrando mesas e cadeiras e tinteiros”, retirando-se em seguida na “santa paz”. Em Aquiraz, onde uma multidão já havia impedido os trabalhos da junta no dia dois, o delegado de polícia informava haver “um grupo de pessoas armadas para perturbarem

---

<sup>40</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja. *Trajeto* – Revista de história UFC, vol. 6, n. 10, 2008, p. 23-48.

<sup>41</sup> Ofício de 29/07/1875, Polícia, livro 218, APEC.

<sup>42</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor desembargador Francisco de Faria Lemos, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da assembléia provincial no dia 1º de julho de 1876*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1876, p. 4-5. Processo criminal, nº 7, pacote 6, Comarca de Baturité, APEC.

os trabalhos da junta” que ainda voltaria a se reunir. Ainda nesse mês, um grupo de mulheres de União lançou-se sobre a junta de alistamento, “acabando por incendiar todos os papéis”. Dessa vez houve luta na igreja. No dia 15 de agosto, novamente em Tamboril, umas cinquenta mulheres, apelidadas pela imprensa de “valentes amazonas”, chegaram a arremessar um frade pela janela da paróquia. Cerca de cem homens apresentaram-se na ocasião para proteger as mulheres, mas conta-se que isso não foi preciso porque elas já eram “senhoras da situação”. Por três dias as “conquistadoras” não arredaram o pé da matriz para que a junta não voltasse a se reunir.<sup>43</sup>

A essa altura, a onda de protestos atingia o seu ápice. Calculou-se que em Limoeiro do Norte e Conceição o número de sublevados foi “superior a mil pessoas”.<sup>44</sup> Mas foi mesmo em Acarape que ocorreram os conflitos mais violentos. (É, dos relatos disponíveis, o mais rico em detalhes.)

Consta que no dia 28 de agosto, quando novamente a junta alistadora encontrava-se na paróquia, chegara a notícia de que um grupo de cinquenta a cem pessoas, armadas de cacete e foice, se aproximava para impedir o alistamento. Sabedor da notícia, o vigário Anastácio Albuquerque Braga foi ao encontro dos rebeldes, ficando com eles cerca de meia hora para tentar demovê-los de seu intuito. O vigário voltou à vila acreditando ter convencido os sediciosos, mas duas horas depois o grupo furioso invadiu a igreja. A junta, nesse ínterim, havia terminado os seus trabalhos. Os revoltosos partiram então para o prédio que servia de quartel das tropas deslocadas para Acarape. Deu-se ali uma ferrenha luta que perdurou por uma meia hora e resultou na morte de um dos rebeldes, além de ficarem feridos de ambos os lados. As autoridades permaneceram preocupadas porque os sediciosos após a batalha saíram prometendo voltar para uma “desforra”. Da capital foram enviados reforços com vinte soldados do 15º Batalhão de Infantaria, comandado pelo afamado capitão Francisco Ferreira Rabelo, em quem as autoridades depositavam grande confiança.<sup>45</sup>

Em setembro, em outros lugares verificaram-se movimentos sediciosos. Foi o caso de Pedra Branca, Boa Viagem, Cachoeiro e Soure. Não teriam mais cenas dramáticas como as lutas travadas dias antes em Acarape, mas é possível que a escalada dos protestos (vitoriosos via de regra) tenha dado maior confiança aos novos sediciosos, pois os relatos dessa fase passam a falar de grupos de mulheres que, sem armas ou proteção masculina,

<sup>43</sup> *Cearense*, 26/08/1875, Fortaleza, BPGMP. Ofício de 17/08/1875, Polícia, livro 218, APEC.

<sup>44</sup> *Cearense*, 22/08/1875, Fortaleza, BPGMP.

<sup>45</sup> Ofício de 30/08/1875 e anexos. Série Justiça II<sup>1</sup>, 283, rel. 28, AN.

avançavam sobre as juntas. De Soure, dizia-se do protesto como a ação de um “grupo de mulheres inermes”, qualificando-as como “amazonas tão valentes com as de Quixadá, Conceição etc. etc.”.<sup>46</sup>

Na geografia da revolta, os protestos já haviam atingido pontos de praticamente todas as sub-regiões da província. Daí até o fim do ano listas seriam rasgadas ainda em Pentecostes, Milagres, Imperatriz e Santa Quitéria (último protesto registrado, em 23 de dezembro). Apesar de mais esparsas, as sedições ainda apresentavam sinais de força. Em Milagres, os “desordeiros não encontraram oposição” e em Imperatriz, no dia 4 de outubro, um grupo de mais de cem mulheres deixou os papéis do alistamento reduzidos a “pequenas tiras e fragmentos”. Segundo um observador simpático, as mulheres não traziam arma alguma porque estavam suficientemente “confiadas em sua força magnética”.<sup>47</sup>

Como o fator surpresa era decisivo para o sucesso das revoltas, o aumento da vigilância e das forças repressoras levou gradualmente ao declínio o movimento. Nas vilas onde havia se dado distúrbios, a presença de tropas foi inibindo novas ocorrências e é de se crer que os soldados adotaram uma atitude mais truculenta contra uma parcela suspeita da população do sertão, pois há registro do “povo aterrado com o comportamento selvagem das tropas”.<sup>48</sup>

Discutir os acontecimentos e a densidade histórica da revolta dos Rasga-Listas se constitui num esforço de análise importante para os fins a que se propõe esta tese. Afinal de contas, não apenas aquela sedição deu-se às vésperas da grande seca de 1877 – estando seus dramáticos acontecimentos ainda bastante vivos na memória dos retirantes que se tornavam operários das obras de socorros públicos –, como também as motivações que a impulsionaram tocavam em pontos importantes da cultura política dos sertanejos pobres do Oitocentos, exatamente naquilo que tange aos “ganhos” que as populações rurais intentavam preservar das relações paternalistas num contexto de transformações.

Em torno do recrutamento militar brasileiro do século XIX envolvia-se uma complexa rede de proteções e disputas, na qual as relações patrono-cliente faziam-se decisivas sobre o destino dos recrutáveis, em geral homens provenientes das camadas mais carentes. Para compor as fileiras das forças armadas, o Estado imperial esforçava-se por convencer uma

<sup>46</sup> Ofícios de 28/09 e 11/10/1875, Polícia, livro 167, APEC. *Cearense*, 26/09 e 10/10/1875, Fortaleza, BPGMP.

<sup>47</sup> Ofícios de 6/11/1875 e 13/01/1876, Polícia, livro 167, APEC. *Cearense*, 14/10 e 4/11/1875, Fortaleza, BPGMP.

<sup>48</sup> *Cearense*, 14/10/1875, Fortaleza, BPGMP.

população em geral pouco disposta ao engajamento no exército e na marinha, instituições associadas aos maus-tratos a que submetiam os recrutas com soldos insuficientes e muitas vezes pagos com atraso, disciplinamento por meio de castigos físicos e deslocamentos de tropas que afastavam os soldados de suas famílias, principalmente em tempos de guerra. Ainda que as forças armadas do país estivessem longe de se constituir numa “sociedade disciplinar” – tal como pensada por Michel Foucault –, a imagem predominante sobre a vida nos quartéis e navios de guerra era assaz negativa, dificultando a ação dos agentes recrutadores nos momentos de composição das tropas.

Nos sertões, trabalhadores rurais contavam com a proteção de proprietários de terras para conseguir isenções, uma vez que estavam previstos em lei determinados critérios que livravam do recrutamento aqueles homens com reconhecimento moral, papel de chefia familiar ou estabilidade laboral. Nesse ponto, a proteção senhorial podia exercer um imenso poder, preservando das conscrições aqueles elementos apadrinhados em detrimento dos que não contavam com o apoio patronal. Diferentemente do que previa o modelo interpretativo de Raymundo Faoro sobre o Estado patrimonial brasileiro – por demais preocupado em demonstrar um papel autônomo das instituições estatais frente à sociedade civil –, a prática do recrutamento atestava, pelo contrário, o quanto imersa nas tramas sociais estava a constituição das forças armadas do país.<sup>49</sup>

Tampouco se deveria encarar o recrutamento como o domínio exclusivo da vontade do patronato rural, como se os recrutáveis exercessem um papel meramente passivo diante da correlação de forças entre o Estado e a classe senhorial. Em torno da questão do recrutamento ergueu-se uma forte noção de justiça (e de injustiça) por parte das famílias carentes, tendo sido decisiva para desacreditar e, por fim, inviabilizar a nova lei do alistamento militar por sorteio. Não apenas os argumentos populares acerca do caráter injusto da nova lei do alistamento não coincidiam com o entendimento do patronato rural em torno da matéria; a própria forma de luta empreendida pelos sertanejos – a sedição, as fugas, a resistência violenta ao recrutamento – era vista com reprovação pelos paternalistas que temiam pela perda do controle social. A sugestão de Hendrik Kraay – ao ver no recrutamento a resultante de uma “luta de relação triangular” envolvendo o Estado, a classe senhorial e o povo pobre – apresenta-se como modelo interpretativo mais convincente que aquele que enxerga no recrutamento a ação de um Estado forte impondo-se sobre uma população recalcitrante. Vendo o recrutamento como, primordialmente, uma “negociação” – levada a

---

<sup>49</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15ª edição. São Paulo: Globo, 2000.



cabo em função das pressões exercidas pelos próprios recrutáveis –, a linha de interpretação de Kraay está mais de acordo com a literatura histórica recente que vê na classe dos pobres livres da sociedade brasileira “uma categoria social extremamente diferenciada, dinâmica e ativa, não simplesmente uma classe marginal para a qual a sociedade escravista do Brasil não deixava espaço social ou econômico”.<sup>50</sup>

Em seu interessante estudo sobre o recrutamento no Ceará, Xisley de Araújo Ramos mostrou como as conscrições assumiram um caráter violento, apanhando a população pobre literalmente “a laço”. No século XIX, eram comuns notícias de recrutados sendo arrastados amarrados pelo interior. Também eram comuns as fugas espetaculares quando se aproximavam os agentes recrutadores. Às vezes, o recrutável preferia mutilar um membro do corpo a ter de ser conduzido para algum quartel ou campo de batalha. Em 1868, um recruta arrancou seu dedo médio da mão direita “com o fim de inutilizar-se para o serviço da guerra”, mas o governo provincial resolveu por engajá-lo mesmo assim, “afim de que o exemplo não aproveitem a outros”. Para Ramos, nos anos da Guerra do Paraguai (1864-70) foram mais intensas essas rusgas em torno do recrutamento.<sup>51</sup>

De fato, foram numerosos os episódios de resistência ativa por parte da população sertaneja aos recrutamentos durante os anos do conflito. Em meados de janeiro de 1868, por exemplo, na localidade de Tamanduá, em Jaguaribe-Mirim, quando “descia da cidade do Icó para esta capital uma escolta conduzindo recrutas e designados para o serviço da guerra”, um grupo de cinquenta indivíduos mobilizado pelo pai de um dos recrutados atacou a escolta, dando liberdade aos presos. Poucos dias depois, um tumulto tomou conta da cidade do Crato por ocasião da “prisão, como recrutas, de cinco indivíduos”; deu-se ali um “ajuntamento de povo e manifestações contrárias ao procedimento recrutador”. Já na vila de São Francisco “foi

<sup>50</sup> KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*. DH/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 116. Cf. também KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2011. Algumas importantes considerações sobre a necessidade de se repensar o papel social da população livre pobre na sociedade brasileira estão presentes em: MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. MOTTA, Márcia Maria Menendes. Movimentos rurais nos Oitocentos: uma história em (re)construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 113-128; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. 2ª edição. Niterói: EdUFF, 2008; MOURA, Denise Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1998. Ver também PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas...* Op. cit., p. 102.

<sup>51</sup> Ofício de 25/07/1868, Ministério da Guerra, livro 149, APEC. RAMOS, Xisley de Araújo. *Por trás de toda fuga nem sempre há um crime: recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2003.

quase o mesmo”, considerou o relatório do presidente da província, com “grande agitação” promovida por cerca de duzentos homens que arrebataram os escoltados dos recrutadores, reclamando e terminando por soltar os recrutados. Em 30 de abril daquele mesmo ano, por volta das oito da noite, a cadeia pública da povoação de Pedra Branca seria atacada por “um grupo de mais de cinquenta homens armados com o fim de dar fuga aos recrutas ali detidos”; do conflito que se seguiu resultou a morte de um dos guardas da cadeia e ferimento de outros, “conseguindo afinal os assaltantes pôr em liberdade os presos”. Por outro relatório, de 1869, fica-se sabendo de “um lamentável conflito de que resultou uma morte e vários ferimentos”, ocorrido no arraial de Pindoba, em Baturité:

Luiz Coelho da Silva, inspetor do quartelão daquele nome, costumava meter em um tronco, em falta de cadeia, os indivíduos que prendiam para o recrutamento ou por outro motivo; repetindo esse ato no meado do mês passado, um seu sobrinho de nome Joaquim Vieira da Silva que com ele tinha intriga e se interessava pelo paciente, reuniu gente e pôs-se a quebrar aquele instrumento de suplício; o inspetor opôs-se, travou-se uma luta de que resultou a morte de Coelho e o ferimento de Vieira e de um outro indivíduo.

Enfim, seria feito menção naquele mesmo tempo a um “conflito desastroso” da mesma natureza “ocorrido na povoação do Quixadá, do qual resultou a morte de um indivíduo”.<sup>52</sup>

Sem dúvida alguma a Guerra do Paraguai figura como um fator importante para explicar os protestos contra as juntas alistadoras poucos anos após. Quanto mais em relação ao Ceará que, por ser uma província populosa e pobre, teve que arcar com uma carga relativamente maior do chamado “imposto de sangue”. No entanto, ainda que tenham sido diversos e de alcances dramáticos os episódios de resistência ao recrutamento militar, nenhum movimento sedicioso generalizado (tal como ocorreria em 1875) surgiu durante os anos da guerra. Esse fato é significativo, principalmente porque a pressão exercida pelo chamado “recrutamento forçado” era sensivelmente maior nos tempos do conflito do que nos anos seguintes. Possivelmente o entendimento desse comportamento (aparentemente contraditório)

---

<sup>52</sup> CEARÁ. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Leão Veloso passou a administração da província ao excelentíssimo senhor 1º vice-presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior no dia 22 de abril de 1868*. Fortaleza: Typografia Brasileira, propriedade de J. Evangelista, 1868, p. 5-6. CEARÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo 2º vice-presidente da província do Ceará Dr. Gonçalo Batista Vieira pelo 1º vice-presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Júnior, no ato de passar-lhe a administração da mesma província em 31 de julho de 1868*. Fortaleza: Typografia Brasileira, propriedade de J. Evangelista, 1868, p. 5. CEARÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo presidente da província do Ceará desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques pelo 2º vice-presidente coronel Joaquim da Cunha Freire no ato de passar-lhe a administração da mesma província em 26 de julho de 1869*. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1869, p. 7 e 12.

dos sertanejos do Ceará só seja mais bem dimensionado fazendo-se referência ainda uma vez mais às relações paternalistas ali presentes.

A revolta Rasga-Listas não foi um protesto contra o recrutamento *tout court*. Foi antes uma rejeição à reforma em curso em 1875, promovida pela nova lei do alistamento. Isso está amplamente documentado pelos observadores dos protestos, mas também é possível indicar o que os próprios revoltosos afirmavam: num raro processo criminal envolvendo rasga-listas (único encontrado nessa pesquisa) todos concordaram (testemunhas e acusados) que o que motivou o conflito foi o entendimento, por parte dos sediciosos, de que aquela era uma lei “péssima para o povo”, uma lei “bárbara” que vinha “escravizar o povo”.<sup>53</sup>

O que poderia haver de tão prejudicial ao povo naquela lei? Durante anos debateu-se no parlamento uma maneira de reformar o sistema de recrutamento. Uma das grandes dificuldades residia nos “interesses da lavoura” porque as forças armadas concorriam diretamente com os proprietários rurais em dispor da população pobre livre. A maneira tradicional de recrutamento era problemática porque permitia, através de isenções por favorecimento, que determinados homens de poder protegessem sua clientela dos recrutamentos, sendo comuns conflitos abertos entre grupos locais e o exército. A nova lei foi uma forma encontrada para modernizar o sistema do recrutamento, tentando conseguir, dentre outras coisas, afastar a influência dos proprietários rurais. De acordo com o novo decreto, a escolha dos recrutáveis passaria a ser feita por sorteio, à maneira que se estava procedendo em vários países europeus. Tratava-se, portanto, de uma típica reforma liberal, dentre tantas que ocorriam naqueles anos, e que se deparou com uma forte rejeição popular.<sup>54</sup>

Havia assim um forte conflito de interesses entre reformadores liberais e proprietários rurais quanto ao novo sistema de recrutamento. Nos distantes confins sertanejos, onde eram mais fortes os laços paternalistas e de compadrio que a obediência às instituições estatais, eram as famílias ricas quem geralmente tinham algum acesso direto às informações jornalísticas que pautavam o calendário e as regras do processo de recrutamento militar. Nada mais plausível para os padrões culturais da época que uma notícia sobre uma mudança tão sensível à vida dos trabalhadores rurais circulasse sob a versão de lei prejudicial aos moradores do sertão. É possível até que, quando afirmavam que a nova lei “vinha escravizar o povo”, de alguma forma estivessem os sediciosos querendo dizer, não que pensassem que iriam se tornar de fato escravos, mas que agora, com os sorteios, perderiam a tradicional

---

<sup>53</sup> Processo criminal, n° 7, pacote 6, Comarca de Baturité, APEC.

<sup>54</sup> MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. *Revista Estudos Históricos*, n. 24, 1999/2.

proteção paternal dos proprietários de terras (o que, diante da violência dos recrutamentos, parecia ser um verdadeiro cativeiro)<sup>55</sup>. Havia decerto, na resistência à lei do alistamento, um antagonismo à política do Império para que não se mexesse em padrões sociais nas suas linhas gerais firmemente estabelecidos no sertão.

Uma ambivalência marcava a cultura política popular nos sertões do século XIX. Através da análise da prática do recrutamento militar e dos episódios da revolta dos Rasga-Listas de 1875 é possível se observar a circulação das populações sertanejas no interior de um campo simbólico em que, por vezes, se confirmava o domínio patronal dos proprietários de terras (sobretudo quando estes se prestavam a oferecer sua valiosa proteção paternalista); porém, em outros momentos os sertanejos pareciam dispostos a se desvencilhar desse controle direto e estreito em que se viam enredados e assumiam uma atitude política independente e contrária às intenções projetadas pelos paternalistas.

Segundo o antropólogo Eric R. Wolf, nas relações patrono-clientes típicas de comunidades rurais em sociedades complexas, os camponeses almejam, além das vantagens materiais, alguma maneira de nivelar desigualdades que tendem a crescer num contexto de modernização, tentando encontrar na filiação ao patrão um meio com que lutar contra o anonimato e a impessoalidade que se anunciam ameaçadoras a seus modos de vida tradicionais. Nesse sentido, as relações entre patrono e cliente guardam certa ligação aos laços primários do parentesco e da amizade, que possuem o importante aspecto psicológico de satisfazer “alguma necessidade emocional por intermédio de seu oposto”. Diferentemente do parentesco e da amizade, porém, a patronagem assenta-se num alto grau de desigualdade – ou, como prefere Wolf, de “desequilíbrio” –, donde emerge o elemento de poder, mascarado por diferentes modos de reciprocidades. Aquilo que no âmbito familiar e comunitário se expressa através de fortes laços sentimentais, aparece no confronto entre patrões e clientes como jogos de interesses onde os clientes comparecem desejando meios imediatamente tangíveis de satisfação, o que também significa que, caso um patrão em particular não cumpra com sua parcela de obrigações, ao cliente cabe, por sua vez, optar por romper (ou não) com sua “lealdade”.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Porém é provável que o receio de efetiva escravização também fizesse parte do imaginário popular em momentos que a relação entre Estado imperial e população pobre estava sendo redefinida. Alguns exemplos apresenta-nos FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina, minha nêga, tão querendo te vende...*”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

<sup>56</sup> WOLF, Eric R. Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas. In. WOLF, Eric R. (organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). *Antropologia e poder: contribuições de Eric*

Tem-se, assim, que nas relações entre patronos e clientes típicas do universo sertanejo a fidelidade expressa pelos pobres do campo aos proprietários de terras não deve ser encarada tão somente (nem tampouco, principalmente) como uma tácita dependência sentimental. Na questão do recrutamento militar durante o século XIX esse é um aspecto a ser destacado, uma vez que a proteção oferecida pelos patrões tinha vital importância para as populações pobres do sertão passíveis da ação do recrutamento forçado.

\* \* \*

As grandes secas na passagem do século XIX delineiam o período em que se pode observar a emergência de um novo proletariado. Uma nova dinâmica na vida sertaneja se configurou durante esses anos. Ao partirem do sertão, quando reconheciam a perda das safras ou a impossibilidade de preservação do gado, os retirantes iniciavam uma trajetória arriscada, pois, uma vez abandonado o local de moradia e trabalho, o retorno ao fim da quadra seca não era garantido. A retirada representava, pois, *uma precarização nas relações de trabalho e dependência da sociedade tradicional*. E mesmo quando, ao fim da seca, os pobres conseguiam se restabelecer nas glebas do sertão, nos novos vínculos possivelmente não mantinha expectativas de fixação como no passado. Além disso, os retirantes, ao retornarem ao sertão após empreenderem curtos ou longos deslocamentos, incorporavam a suas estratégias pessoais a possibilidade de acionar as rotas que agora já conheciam, podendo com isso optar pela emigração ao se depararem com circunstâncias opressivas do cotidiano de trabalho, mesmo em tempos de chuva.

Pode-se dizer que as secas geraram consequências duradouras na dinâmica sertaneja. Se, em 1877, a grande seca alcançou a população de certa forma “desprevenida” – pois uma extraordinária ausência de fortes crises climáticas desde 1845 havia se combinado a um período de euforia econômica com o *boom* da exportação do algodão na década de 1860 –, a partir de então *o tempo de seca passou a fazer parte do próprio horizonte de expectativa dessa sociedade*, na medida em que se reconhecia a inevitabilidade de uma nova grande estiagem vir a ocorrer mais cedo ou mais tarde. As consequências das jornadas de seca repercutir-se-iam nos tempos de regularidade climática, fazendo com que, de retirantes ocasionais, os sertanejos se tornassem verdadeiros proletários das secas, pois suas experiências nos meses de estiagem criariam marcas constantes na sua condição de

trabalhador. Expressão dessa condição encontra-se na literatura de Graciliano Ramos que, em *Vidas Secas* (1938), conta a saga de uma família de retirantes. Em contraste com os romances anteriores que exploraram o assunto, a obra de Graciliano Ramos foge à estrutura narrativa tradicional que, via de regra, enxergava no extraordinário dos tempos de estiagem os elementos de dramaticidade a nortear os enredos. *Vidas secas*, diferentemente, inicia-se não com o anúncio de um novo tempo de estiagem, porém com a chegada de uma família retirante a uma fazenda ao fim de uma grande seca, onde permanecerá anos de regularidade climática enfrentando opressões, injustiças, misérias, espoliações... até que retorne o tempo de uma nova seca. Na percepção de Graciliano Ramos não há na vida de seus personagens uma dicotomia entre períodos de prosperidade e de miséria, de chuva e de seca; a própria vida dos sertanejos já havia se tornado uma “constante seca” – “vidas secas”, literalmente...

Mas quando a fazenda se despovoou, viu que tudo estava perdido, combinou a viagem com a mulher, matou o bezerro morrinheiro que possuíam, salgou a carne, largou-se com a família sem se despedir do amo. Não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se ao mundo, como negro fugido.<sup>57</sup>

Em diversos aspectos, as experiências de mudanças nas condições de vida e trabalho das maiorias de trabalhadores rurais do Ceará durante as secas da passagem do século XIX apenas continuaram (e intensificaram) processos que já vinham transcorrendo no universo sertanejo por várias décadas. Na verdade, as secas desse período viriam coroar uma conjugação de fatores previamente em curso que concorriam para a proletarização de largas parcelas da população sertaneja. Ante a precarização progressiva dos laços que ligavam os grupos camponeses à terra, as crises climáticas acentuavam a quebra de relações de trabalho estabelecidas por vezes através de gerações, mas que, no contexto de inserção do capitalismo no campo, tendiam a se desfazer mais cedo ou mais tarde. Uma parcela cada dia maior dos sertanejos tivera de encontrar em ocupações estranhas aos tradicionais regimes de trabalho no campo alternativas para a sustentação, formando uma crescente camada social obrigada a contrair novas modalidades de trabalho, nem sempre encaradas como dignas ou vantajosas. “Liberava-se” dessa maneira um contingente de trabalhadores rurais a circular para cima e para baixo, na condição de jornaleiros ou prestadores de serviços ocasionais, que buscavam ocupações temporárias em sítios e fazendas, mas que nas épocas das grandes estiagens viam-se na contingência de, ou emigrar para terras distantes ou procurar alternativas para a

<sup>57</sup> RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 99ª edição. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006, p. 117.

sobrevivência em serviços acionados pelos poderes públicos como forma de prestar socorro às grossas fileiras de retirantes.

A proletarização de trabalhadores dos sertões do semiárido brasileiro estava relacionada a mudanças gerais em curso por toda a sociedade ocidental. A entrada do capitalismo em uma nova fase de expansão por volta de meados do século XIX estava gerando um reordenamento do controle econômico sobre novos territórios até então apenas indiretamente conectados com as bases industriais do sistema. Segundo Eric Wolf, “regiões que se situavam ao longo da orla da expansão capitalista ou entre seus postos mais avançados” começaram a ser incorporadas mais diretamente pela produção fabril das zonas industriais européias como novos fornecedores de matérias primas e de mão de obra.<sup>58</sup> Rosa Luxemburgo, que por essa época abordou “a questão da proveniência desse proletariado urbano e rural que afluí constantemente” dos países não-europeus, “passando de condições não-capitalistas para capitalistas”, explicou da seguinte forma o problema:

Assim como a produção capitalista não pode limitar-se às riquezas naturais e às forças produtivas das zonas temperadas, necessitando para seu desenvolvimento, pelo contrário, de todos os tipos de terra e de clima, da mesma forma só a força de trabalho da raça branca não lhe basta. Para o aproveitamento de regiões em que a raça branca não tem condições de trabalhar, o capital necessita de outras raças. Tem de poder dispor de forma ilimitada de toda a força de trabalho do globo inteiro, para com ela pôr em movimento todas as forças produtivas da face da Terra, na medida em que os limites da produção da mais-valia o permitam. Essa força de trabalho o capital encontra, no entanto, geralmente presa a condições de produção arcaicas, pré-capitalistas, das quais precisa ser previamente “libertada”, para que possa engajar-se no exército ativo do capital.<sup>59</sup>

Nas zonas do semiárido brasileiro, as secas da passagem do século XIX terminariam por exercer um importante papel nesse processo que Rosa Luxemburgo chama de “libertação das condições de produção arcaicas, pré-capitalistas” para que um novo contingente de força de trabalho pudesse “engajar-se no exército ativo do capital”.

Mas a emergência dos proletários das secas não se manifestava apenas pelo surgimento de um contingente de trabalhadores precarizados pelas crises climáticas da passagem do século XIX. Apresenta-se igualmente pela sua expressão como força social

---

<sup>58</sup> Cf. WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 369.

<sup>59</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultura, col. Os Economistas, 1985, p. 248-249.

negativa, no sentido de milhares de pessoas que, compartilhando experiências opressivas, passaram a articular coletivamente formas de resistência às imposições daqueles que, assumindo diferentes papéis de poder, intentavam disciplinar, controlar ou apaziguar a agitação popular para tornar exequível a exploração do capital. Deixo aos próximos capítulos a tarefa de reconstituir essas experiências, mas algumas considerações gerais podemos adiantar sobre o que já foi exposto acima, em especial sobre a relação do paternalismo tradicional com as novas experiências dos proletários das secas.

De fato, a confluência em massa de retirantes aos auxílios das comissões de socorros públicos nos tempos de seca pode ser tomada como o cumprimento de um protocolo cultural previsto nas relações paternalistas imperante há séculos. Quando sertanejos das mais diversas modalidades – jornaleiros, arrendatários de terras, moradores, escravos, artífices, indígenas, lavradores, vaqueiros, criados domésticos, negros libertos, trabalhadores ocasionais “de foice e machado”, rendeiras, sitiante, agregados, cabras –, acossados todos pelos rigores da estiagem, procuravam as comissões de socorros recorriam a um gesto que tradicionalmente era uma atribuição assumida por proprietários de terras – homens ricos que, usando da caridade, não hesitavam em manter seu poder também pela força, exercendo seu mando sobre as populações do sertão em tal medida que sua vontade pessoal muitas vezes assumia a força de lei.

A prática da caridade para com os pobres era mesmo uma atitude bastante difundida. Francisco Freire Alemão, quando em sua viagem como membro da Comissão Científica de Exploração ao início da década de 1860, por diversas vezes admirou-se com a quantidade de pessoas que pediam esmolas por onde passava: “andam pelas ruas muitos pobres, cegos, aleijados a pedir e nós temos sempre a casa cheia destes miseráveis”, como registrou em seu diário de viagem.<sup>60</sup> No contexto de dominação das grandes famílias de proprietários pelos sertões, o gesto da doação inseria-se enquanto um importante meio de sustentação do papel assumido pela classe dos proprietários que sugeriam através da caridade que os pobres deles dependiam (quando, na verdade, era exatamente o contrário). Mas por trás do gesto da doação podiam transcorrer intensos conflitos.

E. P. Thompson encarou as relações paternalistas da Inglaterra do século XVIII sob este ponto de vista: fortes tensões sociais podiam estar envoltas num intrincado jogo de aparências em que um misto de autoridade e benevolência fazia parte de um bem pensado

---

<sup>60</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Op. cit., p. 156. Sobre a Comissão Científica de Exploração, ver ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Comissão das borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.



gesto de dominação. O paternalismo figurava numa relação de reciprocidade desigual em que patrões e trabalhadores necessitavam a todo o momento demonstrar estar cumprindo com as regras tradicionais de proteção e reconhecimento, ainda que a repressão ou o castigo fossem recursos extremos culturalmente aceitáveis. Assim, considerava que:

O aparato pomposo, as perucas empoadas e o vestuário dos poderosos também devem ser vistos – como era sua intenção – a partir de baixo, no auditório do teatro da hegemonia e do controle de classe. Até a “generosidade” e a “caridade” podem ser vistas como atos calculados de apaziguamento de classe em tempos de escassez e como extorsões calculadas (sob a ameaça de motins) por parte da multidão. O que é (visto de cima) um “ato de doação” é (a partir de baixo) um “ato de conquista”.<sup>61</sup>

A compreensão a que chegou E. P. Thompson sobre a natureza das relações sociais paternalistas – mesmo que se guardem as devidas distâncias entre a Inglaterra do século XVIII e a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX – pode oferecer uma interessante perspectiva para o entendimento das relações sociais sertanejas no contexto das secas. Foi o que observou Frederico de Castro Neves ao se voltar para as ações rebeldes dos retirantes que, em tempos de estiagem, tinham na caridade paternalista um importante objeto de suas reivindicações. Para Neves, os retirantes, através de suas periódicas aparições durante as secas que se sucederam na passagem do século XIX, emergiam como sujeitos políticos que tinham na sua presença massiva – enquanto multidão – sua principal arma para “negociar” com os poderosos a obtenção dos recursos para a sobrevivência. Nesse sentido, compreendeu que as “relações sociais de tipo paternalista”

permaneciam – e permanecem – orientando muitas das práticas políticas, culturais e sociais dos homens que habitam os sertões do Ceará. (...) suas ações estão referenciadas e delimitadas pelas alternativas e possibilidades existentes no horizonte destas relações paternalistas, e somente em relação a este campo podem ser compreendidas.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 46. De forma semelhante, Eugene Genovese viu no regime escravista do sul dos Estados Unidos “um paternalismo aceito tanto pelos senhores quanto pelos escravos – mas com interpretações radicalmente diferentes”: “For the slaveholders paternalism represented an attempt to overcome the fundamental contradiction in slavery: the impossibility of the slaves’ ever become the things they were supposed to be. Paternalism defined the involuntary labor of the slaves as a legitimate return to their masters for protection and direction. But, the masters’ need to see their slaves as acquiescent human beings constituted upon mutual obligations – duties, responsibilities, and ultimately even rights – implicitly recognized the slaves’ humanity.” GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made*. Op. cit., p. 5. Ver também: GENOVESE, Eugene D. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

<sup>62</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história...* Op. cit., p. 19.

Neste capítulo, procurei analisar as tensas relações estabelecidas entre o patronato agrário cearense e os pobres no contexto da ordem paternalista. O controle através do trabalho – um recurso largamente utilizado nas secas da passagem do século XIX – reproduziram para os pobres um antigo drama no qual as autoridades procuravam fazer dos sertanejos trabalhadores disciplinados e adequados aos desafios de uma economia moderna e capitalista. Mas a implantação de novos padrões de produção (e, conjuntamente, de relações assalariadas de trabalho) tendia a esbarrar em arraigadas regras paternalistas que envolviam diferentes setores da sociedade. Em particular, despertava a resistência dos sertanejos pobres que buscavam manter determinadas formas de proteção da antiga ordem. Em tempos de seca, quando a assistência através da caridade tornava-se a principal forma de sobrevivência para as imensas multidões de retirantes reunidas nas cidades, a política de socorrer os famintos através do emprego em obras públicas desafiava os velhos costumes, fazendo com que os trabalhadores do sertão procurassem no novo contexto aqueles meios que a experiência havia mostrado serem os mais seguros no enfrentamento das grandes estiagens. Sendo a “inovação”, como disse Thompson, “quase sempre experimentada pela plebe como exploração”, era comum que o povo, ao fazer seus protestos, buscasse legitimá-los retornando às regras do paternalismo reinante, selecionando dessa forma “as que melhor defendam seus interesses atuais”.<sup>63</sup>

Num contexto de perdas, em que as relações de trabalho no campo tornavam-se progressivamente mais precárias, as regras de convivência paternalista constituíam-se numa arena à qual tanto patrões quanto trabalhadores rurais recorriam no intento de preservar e, se possível, ampliar seus respectivos campos de poder. Da parte dos proprietários de terras, a reafirmação do paternalismo realizava uma tentativa de assegurar tradicionais laços de lealdade, enquanto que, para os sertanejos pobres, ali se mantinha a esperança de conquistar certos meios de proteção, agora ainda mais preciosos. Com o avanço do capitalismo espalhando-se no tecido social sertanejo, o paternalismo tenderia a revelar seus limites, com rupturas mais e mais recorrentes, fazendo desse período um tempo de sedições.

Essa tradição de resistência não poderia deixar de ser apontada no presente estudo, pois os conflitos travados no seio da sociedade sertaneja – sejam as rusgas envolvendo empregados e patrões nas fazendas do interior, os exemplos de rebeldia expressos por largas camadas de “desclassificados” do sertão ou os levantes sediciosos que se contrapunham à legislação liberal da época – constituir-se-iam em repertório de luta levado pelos retirantes

---

<sup>63</sup> THOMPSON, Edward. *Costumes em comum...* Op. cit., p. 19.

para o interior dos canteiros de obras de socorros públicos, bem como para os diversos outros centros de trabalho aonde chegaram os sertanejos nos tempos de seca.

Uma *arte da resistência* foi, portanto, gestada ao longo de anos em que trabalhadores rurais foram confrontados com um contexto de avanço de relações comerciais no universo agrário, sobretudo quando da ascensão da produção exportadora do algodão que passou a hegemonizar a economia local a partir da década de 1860, e isso em detrimento da própria agricultura de subsistência dos pobres. Nessa guerra sem exércitos, as armas dos fracos consistiam muitas vezes em atitudes cotidianas de resistência, como eram a recusa ao recrutamento militar, a desobediência ao engajamento em companhias de trabalhadores, o isolamento em territórios liberados das redes de poder dos potentados locais. Essas “formas cotidianas de resistência camponesa”, na expressão de James C. Scott, era a maneira preferencial que o povo do campo tinha de “fazer sentir sua presença política”.<sup>64</sup> Outra maneira de se abordar a matéria é considerar as experiências de luta dos pobres conformando certa *economia moral sertaneja* em contraposição à instituição da economia capitalista em ascensão.<sup>65</sup>

Pude constatar que a economia moral dos trabalhadores sertanejos tinha suas bases assentadas nas fortes relações paternalistas que envolviam os diferentes grupos sociais. Mas esses mesmos liames paternalistas pareciam encontrar seus limites nessa época de transformações. Manter os vínculos de lealdade de uma população submetida a maiores pressões econômicas, restrições de recursos, despossessão de terras, coação ao trabalho – todos esses processos que levavam o proletariado sertanejo a assumir um estilo de vida cada vez mais móvel – tornava-se uma atitude de mais difícil controle para o patronato rural.

No seu conjunto, o cenário do sertão proletário oitocentista assemelhava-se mais a um viveiro de lutas sociais que a um quadro de amenas cordialidades. A análise de alguns de seus aspectos históricos serve ao entendimento das razões que tornaram as obras de socorros públicos acionadas durante as secas da passagem do século XIX um espaço de conflitos.

---

<sup>64</sup> São formas cotidianas de resistência camponesas para J. C. Scott: “the prosaic but constant struggle between the peasantry and those to seek to extract labor, food, taxes, rents and interest from them. Most forms of this struggle stop well short of outright collective defiance. Here I have in mind the ordinary weapons of relatively powerless groups: foot dragging, dissimulation, desertion, false compliance, pilfering, feigned ignorance, slander, arson, sabotage, and so on”. Cf. SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985, p. xvi.

<sup>65</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...* Op. cit., em especial os capítulos “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” (p. 150-202) e “Economia moral revisitada” (p. 203-266). Ver também NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 39-57.

### 3 ATRAVESSANDO FRONTEIRAS

*Se morrer, morri. Se não morrer... o  
que eu quero é voltar para o Ceará.*

Ferreira de Castro

As secas da passagem do século XIX (1877, 1889, 1900, 1915 e 1919) exerceram profundos impactos sobre as correntes migratórias que cortavam o território brasileiro naquele tempo, principalmente no seu eixo setentrional – entre o Ceará e a Amazônia; mas não somente ali. Antes mesmo da seca de 1877 já havia movimentação de cearenses atravessando as províncias do norte. Mas com as profundas crises dos tempos de estiagem naquele entresséculos a quantidade de pessoas emigrando cresceu exponencialmente. Os números – ainda que imprecisos em razão das deficientes estatísticas da época – são impressionantes sob qualquer ponto de vista. Rodolfo Teófilo, cronista de todas aquelas secas, calculava a saída de mais de seis mil retirantes pelo porto de Fortaleza em pouco mais de seis meses no ano de 1877. Logo em fevereiro de 1878 essa cifra cresceria, segundo um presidente de província, para algo próximo a 18 mil. Em 1889, uma nova contagem de retirantes acusaria a saída de mais 14 mil pessoas em menos de um ano. Teófilo, dessa vez falando sobre as migrações durante a seca de 1900, disse ter o Ceará perdido naquele ano “cerca de quarenta mil almas”. Quanto à seca de 1915, falou-se no embarque de mais de 50 mil por Fortaleza, além de seis mil que teriam emigrado através do porto de Camocim. Ainda maiores seriam esses totais, caso se considerasse a numerosa população que partia por terra ou através de outras enseadas do litoral onde sempre havia embarques.<sup>1</sup>

Mais do que a indicação de números, um trecho retirado de um artigo de Oliveira Viana, publicado no jornal carioca *O Paiz* em 1918, pode dar certa ideia a respeito das impressões que essa massiva movimentação de retirantes pelo território brasileiro provocava nos observadores contemporâneos:

---

<sup>1</sup> Cf. CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso*. A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: UFC, 2011. TEÓFILO, Rodolfo. *História da secca no Ceará – 1877-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 148. CEARÁ. *Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exm. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878, p. 9. Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>9</sup> 5/7, caixa 428, Ministério do Império, AN. TEÓFILO, Rodolfo. *Secas do Ceará* (segunda metade do século XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 194. CEARÁ. *Mensagem dirigida à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do estado coronel Benjamin Liberato Barroso*. Fortaleza, 1916, p. 6-8.

Esses cearenses, com efeito, têm realizado ao norte nestes últimos cinquenta anos uma obra análoga a que os antigos paulistas nos primeiros séculos de nossa história realizaram por todo o Brasil meridional. Dos paulistas o formidável movimento de irradiação povoadora reveste feitura épica e vibra ressonâncias homéricas; o dos cearenses é menos ruidoso, menos teatral, menos empolgante e sugestivo, porque difuso, sutil, formigueiro, mas igualmente edificante pela férrea resistência moral, pela tenacidade indefesa, pela inércia paciente, pela prodigiosa reserva de abnegação e de heroísmo que revelam os seus obscuros realizadores. Estudando nestas mesmas colunas há tempos a área de dispersão das gentes sertanejas, eu tive oportunidade de ressaltar o prodigioso dessa irradiação, o surpreendente dessa infiltração das populações do nordeste no seio da massa nacional. Mostrei que, na sua expansão para oeste, para os grandes vácuos demográficos de Mato Grosso e Goiás, esses bandeirantes modernos haviam fundado núcleos de população que ainda não figuravam nos mapas dos nossos cartógrafos. E verifiquei cheio da maior surpresa que mesmo ao sul, mesmo na região do Contestado, a massa da população local contava entre os seus elementos estranhos um número de cearenses e nortistas em geral muito superior ao dos outros estados circunvizinhos dessa região, ao dos fluminenses, dos paulistas e mesmo dos rio-grandenses-do-sul.<sup>2</sup>

Oliveira Viana, que na época já estaria envolvido com a escrita de seu livro clássico *Populações meridionais do Brasil* (publicado em 1920), a despeito de seus ideais de eugenia reconhecia os méritos das populações sertanejas exercendo com sua surpreendente irradiação um papel “edificante” de povoamento, levando a confins inesperados sua “férrea resistência moral”, sua “inércia paciente”, sua “prodigiosa reserva de abnegação”. Constatava dessa maneira uma verdadeira diáspora de habitantes do semiárido brasileiro exercendo um “admirável” papel colonizador. Como se pode ver, o amplo alcance da diáspora sertaneja – combinado às dramáticas cenas de catastróficas secas – estimulava as imaginações a criarem representações superlativas sobre os emigrantes. Falou-se do seu “heroísmo”, de sua “coragem” e da “abnegação” de quem não teme nem mesmo a morte por doenças no terrível “inferno verde” que seria a Amazônia. À admiração de Oliveira Viana confluiria a de Ildefonso Albano que idealizou Mané Chique-Chique como o representante desse bravo cearense, capaz de enfrentar indiferente às piores angústias para cumprir seu desiderato na luta pela sobrevivência. De “raça forte e fecunda”, esse irmão trabalhador de Jeca Tatu “realizou a epopeia heróica do desbravamento da Amazônia”: “É essa a rocha viva da nossa nacionalidade!”, declarou com ufanismo.<sup>3</sup> Mas o que sobra em heroísmo nas representações idealizadas dos emigrantes cearenses falta em conteúdo histórico. Os “heróis da emigração”

<sup>2</sup> *O Paiz* de 19/10/1918, Rio de Janeiro, BN.

<sup>3</sup> ALBANO, Ildefonso & BRAGA, Cincinato. *Obras de irrigação para o Nordeste num ante projeto de 1919*. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CCCLXXXI, 1988, p. 28.

são encobridores das experiências comuns, cotidianas, dos que partiam em todas as direções. Para além da ideia de fatalidade – tão associada à condição dos retirantes – estavam suas experiências concretas, suas condições sociais imediatas, frente às quais os sertanejos posicionavam-se, tomavam decisões, reviam antigos projetos pessoais, resistiam ou, às vezes, desistiam... São reconstituições dessas contingências das migrações que persigo neste capítulo.

De fato, desde localidades do centro de províncias atingidas pelas secas (sobretudo o Ceará, mas também Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia) saíam sertanejos fugindo da fome e da completa miséria a que se viam reduzidos. Sua dispersão alcançava cidades como São Luiz, Belém, Manaus, Vitória, Rio de Janeiro e Santos. Mas a maioria seguia adiante, penetrando outros sertões até encontrar ocupações em colônias agrícolas, seringais, fazendas produtoras de café ou outros estabelecimentos rurais. De norte a sul, esta diáspora sertaneja desenharia um amplo leque a cobrir uma grande parcela do território nacional.

Os que emigravam não saíam apenas em tempos de seca, mas de fato eram nos meses das fortes estiagens, quando a miséria do povo se fazia mais intensa, que em maior quantidade partiam as embarcações lotadas de sertanejos. Tampouco essas migrações eram constituídas apenas por pessoas que partiam, pois (apesar de ter sido grande a proporção dos que morreriam em terras distantes ou dos que, de tão arruinados, não encontravam meios de retornar) muitos voltavam assim que se iniciava um novo tempo de inverno ou em algum outro período. Essa diáspora não se fazia, portanto, apenas da retirada de sertanejos para outras paragens; seria mais bem caracterizada como um tempo de intensas movimentações de gente indo e vindo em diversas direções, numa espécie de “vida nômade” a que se entregava “boa parte da população rural” do Ceará, como se referiu José Freire Bezerril Fontenele, então presidente do estado, em 1893.<sup>4</sup>

A diáspora sertaneja constituiu-se num significativo arsenal de novas experiências para os proletários das secas. Em pouco tempo, referências de fronteiras desconhecidas (algumas próximas, outras mais distantes) eram incorporadas às experiências de uma população em crescente movimento. Indivíduos, famílias ou grupos maiores deslocavam-se e, com seu exemplo, abriam os caminhos para novas trajetórias que lhes seguiam. Os que retornavam, relatavam histórias que preenchiam o imaginário popular com exemplos sempre

---

<sup>4</sup> CEARÁ. *Mensagem do presidente do estado tenente coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenele à assembleia legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª legislatura*. Fortaleza: Typ. da República, 1893, p. 16.

tocantes de aventuras ou desventuras, felicidades ou agonias, de algumas opulências alcançadas ou – como para quase todos – de incertezas, doenças e privações.

Aquelas migrações muitas vezes se compunham de imensas caminhadas, embarques traumáticos, aglomerações indignas em vapores superlotados, privações de comida e tratamento médico, atos de violência. Eram experiências, dessa forma, eivadas de situações nas quais se fazia necessária a solidariedade mútua da gente comum, a resistência e as contraposições coletivas dos que julgavam chegar aos limites das condições aceitáveis. A cada momento, tinham os retirantes de lidar com agentes de socorros públicos, policiais, tripulantes de navios, administradores de colônias, feitores, contratadores, novos patrões, todos eles personagens do poder que buscavam lhes impor controle, ditar direções, exigir trabalho.

De particular importância eram as experiências de trabalho, pois de trabalho era composto o cotidiano da migração. A começar pelos serviços prestados para a própria sustentação dos imensos grupos de retirantes. Cozinhar, limpar, construir barracas, carregar materiais os mais diversos eram as tarefas básicas das aglomerações humanas em cidades, portos, colônias agrícolas ou outras paragens. Quando adquiriam ocupações em seringais, cafezais, obras de construção, passavam a ter de lidar com novas relações de trabalho, aprendendo novas técnicas e regras de convivência. Conflitos sempre haveria de surgir nesses ambientes de exploração e estranhamento. Daí porque também o recurso das prisões terem sido uma constante das migrações – não somente as prisões decorrentes de crimes diversos, mas também os encarceramentos nos seringais ou fazendas de café, dos quais os trabalhadores só podiam sair após honrar com as quase impagáveis dívidas que contraíam nos barracões.

As obras de socorros públicos estavam no meio dos percursos desses sertanejos emigrantes. Na verdade, foram criadas exatamente para conter os “excessos” das migrações, tentando evitar a massiva “fuga de braços” dos sertões ou as grandes aglomerações de retirantes nas cidades do litoral. As imensas multidões de pessoas que confluíam para essas obras, ao ali chegarem, já haviam antes percorrido longas trajetórias. Famílias ou outros agrupamentos chegavam após haverem vivenciado situações desafiantes pelos caminhos do sertão, por vilas e cidades, portos e outros centros de trabalho. Suas experiências migratórias prévias eram, assim, um dado importante no momento do engajamento e durante a vivência no cotidiano de trabalho. Por outro lado, muitos não perduravam nas obras, partindo – isoladamente ou em grupos – na intenção de forjar outras estratégias pessoais para enfrentar as duras jornadas da seca. Não raro era o caso dos que deixavam uma obra aqui para tentar trabalho numa outra ali adiante.

Mas se para se fazer a história dos trabalhadores dessas obras de socorros públicos devemos nos ater aos seus aspectos de gente móvel, igualmente indispensável é se considerar que outros imigrantes, não apenas os sertanejos, também buscavam essas obras. Nas obras de socorros públicos encontravam-se diversos trabalhadores cujas feições contrastavam com às da gente sertaneja. Eram diversos operários, na maioria trabalhadores qualificados, que compartilhavam o cotidiano de trabalho com os retirantes porque executavam serviços especiais exigidos pelas obras. Vinham de cidades geralmente, pois eram trabalhadores de ofícios contratados exatamente porque estariam mais acostumados às técnicas da construção civil, capacitados a exercer tarefas desconhecidas pelos que tocavam a vida na lida rural. Acresce que eram muitos deles estrangeiros: portugueses, alemães, norte-americanos, ingleses, chegados há pouco ao Brasil ou já há tempos aqui estabelecidos. Do Rio de Janeiro vinha uma maior parcela dos trabalhadores de ofícios ali contratados, nacionais ou estrangeiros. Da Europa e de outros países das Américas vinham artífices melhor capacitados para determinados serviços especializados, como os de cantaria (Portugal) ou montagem de locomotivas (EUA). Os diversos trajetos acresciam novas experiências a essa multifacetada classe de trabalhadores que chegava às obras com variadas procedências, percursos, origens étnicas e nacionais.

Também quanto aos estrangeiros, traziam consigo referências prévias de situações migratórias nem sempre amenas. Na verdade, muitos procuravam o Brasil exatamente porque as chances de se manterem no Velho Mundo eram cada vez mais precárias. Os que vinham da Europa deixavam para trás uma sociedade envolta em profundas crises econômicas. O crescimento demográfico desproporcional praticamente expulsava os jovens das classes subalternas para que procurassem a sorte em outros países. Esse fenômeno conformou um dos maiores deslocamentos humanos jamais antes visto na história, ao que os historiadores chamaram de a Grande Imigração.

As obras de socorros públicos estavam, assim, na confluência de duas grandes diásporas humanas: aquela constituída por sertanejos mobilizados pelas crises de estiagem, partindo dos sertões do semiárido, e aquela de imigrantes estrangeiros que procuravam no Novo Mundo oportunidades de ocupação e que, por algumas circunstâncias, terminaram por conseguir emprego em obras de socorros públicos. Algumas consequências mais profundas dessa confluência de diásporas somente serão exploradas mais a frente, em outros capítulos desta tese. Por enquanto, contento-me em abordar alguns aspectos relativos aos deslocamentos humanos que sirvam de parâmetro para a compreensão de que os proletários das secas eram constituídos por trabalhadores móveis, em constante ir e vir.



### 3.1 Retiradas

O primeiro desafio enfrentado pelos retirantes nos anos de seca era a luta pelo alimento. Não havendo mais comida, famílias deixavam ao abandono terras em que haviam empregado serviços durante anos e partiam para a retirada “sem ter recursos para a viagem nem saber para onde ir”, foi o que observou um juiz de direito de Quixadá em 1877. Um vigário da cidade do Crato no mesmo ano testemunhava uma “inumerável multidão de pessoas miseráveis que apinham os caminhos diariamente, que transitam errantes buscando asilo para escaparem à fome”.<sup>5</sup>

Uma escolha decisiva era qual direção tomar. Alguns optavam por procurar socorros em outras províncias – assim como havia aqueles que os vinham procurar no Ceará. A maioria desejava alcançar alguma região serrana ou um porto no litoral, mas as distâncias eram imensas. Situados a cem léguas da capital, os pobres do Cariri reconheciam que “emigrar para o litoral seria o passo mais seguro e acertado”; porém hesitavam, pois sabiam que os caminhos estavam secos e intransitáveis. Sem a alternativa de poder permanecer no sertão eram obrigados a arriscar a vida de qualquer forma numa retirada incerta.<sup>6</sup>

Já a caminho, tinham que contar com a sorte para achar algum animal perdido que lhes servisse de refeição. Sem isso, precisavam se valer da caridade por parte dos cada vez mais escassos habitantes do sertão ou arriscar a pele invadindo plantações para arrancar alguma raiz em condições de ser consumida. Tornou-se imagem indissociável das retiradas a morte por ingestão de mandiocas venenosas. Esse cruel destino para tantos emigrantes foi explorado como recurso dramático por Rachel de Queiroz em *O Quinze*. No romance, o menino Josias, “com muita fome, tinha passado por uma roça abandonada, com um pau de maniva aqui, outro além, ainda enterrados no chão”. Distanciando-se da família, avançou sobre uma raiz e “avidamente roeu todo o pedaço amargo e seco”. Tempos depois, sua mãe constatava desesperada: “Chico! Chico! Valha-me Nossa Senhora! O Josias se envenenou!”<sup>7</sup> Não raros também eram os casos de retirantes que morriam após receberem tiros disparados por proprietários intolerantes quando flagrados roubando alguma espécie de alimento.

A circulação dessas populações gerava apreensão nas localidades por onde passavam. Em parte, esse sentimento advinha do impacto causado pelo aspecto miserável

---

<sup>5</sup> Ofício de 2/04/1877, Quixadá, caixa 14 e ofício de 25/04/1877, Crato, caixa 5, Socorros Públicos, APEC.

<sup>6</sup> Ofício de 25/04/1877, Crato, caixa 5, Socorros Públicos, APEC.

<sup>7</sup> QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 31ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983, p. 38-39.

apresentado pelos retirantes, muitos deles em estado de nudez e trazendo crianças nos últimos estágios da inanição. Um vigário de Baturité disse ter visto na seca de 1889 pessoas “caindo extenuadas sobre as calçadas, levantando com o paroxismo da fome!” Eram “homens esfarrapados, macilentos e cadavéricos” que clamavam por comida a quem viam pela frente. Quanto aos comissários de Pacatuba, viam “verdadeiras múmias, espectros ambulantes” pelos caminhos, “desfalecidos e prostrados”. O romance *A Fome* de Rodolfo Teófilo foi talvez a mais expressiva denúncia alguma vez já feita por parte de um escritor que não se esquivava diante dos quadros mais horrendos que a miséria humana era capaz de alcançar durante as duras retiradas pelas estradas do interior seco.<sup>8</sup>

Mas em primeiro lugar estava a sensação de medo acerca daquilo que os retirantes poderiam fazer ao chegarem aos últimos estágios da miséria. Através do roubo os retirantes entravam no campo da ação direta. Em Quixeramobim era anunciado que “grupos armados desses infelizes percorrem em atitude resoluta as povoações e as fazendas, ameaçando aniquilar todos os obstáculos que se oponham ao seu inabalável propósito de não se deixarem morrer à fome”. Em Quixadá o furto de gado era visto pelo juiz municipal como uma “calamidade aflitiva”, pois era “em grande escala feito por malfeitores que nada respeitam, cuja audácia chega a ponto de ameaçarem publicamente tudo roubar, até aos habitantes desta vila”. De Aracati, um telegrama de dezembro de 1889 informava a respeito de “grupos de desordeiros” que “assaltam condutores e roubam gêneros de socorros públicos”. Em São João do Príncipe, um “grupo de mais de cento e cinquenta indivíduos da plebe mais desordeira” tomava de assalto o armazém local, deixando a todos em um “estado de conflagração”.<sup>9</sup>

Deve-se considerar o fato dos sertanejos agirem em razão de uma economia moral que previa no interior da ordem paternalista uma pressão (vista pelos retirantes como legítima) pela concessão de socorros aos prestadores dos serviços agrários que passavam por necessidades. Em momentos de escassez, pensavam ser justa a distribuição da riqueza social entre os pobres, forma de pensar reforçada pela concepção católica da caridade. Caetano Estelita, que governou a província no ano de 1877, declarou que as “classes indigentes (...) revoltam-se injustamente contra a superabundância dos meios de que dispõem as abastadas e intentam vingar a desigualdade pela força e pelo crime”. Com valores invertidos, do ponto de vista de quem olha desde cima, Estelita enxergava (crendo se tratar de simples expressão da

<sup>8</sup> Ofício de 14/03/1889, Baturité, caixa 4, e ofício de 3/11/1877, Pacatuba, caixa 12, Socorros Públicos, APEC. TEÓFILO, Rodolfo. *A fome*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

<sup>9</sup> Ofício de 20/04/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, AN. Ofício de 7/04/1877, Quixadá, caixa 14, telegrama de 16/12/1889, Aracati, caixa 2, e ofício de 23/10/1889, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC.

ignorância do povo, decerto) uma noção de justiça operando por trás das ações dos retirantes.<sup>10</sup>

Os sertanejos julgavam o direito à vida um princípio superior ao da propriedade privada. Por isso não hesitavam em invadir as plantações que encontravam pelos caminhos, despertando, desse modo, o temor e o ódio dos proprietários rurais de regiões férteis como a serra de Baturité, sobre os quais disseram os membros da Câmara Municipal: “apavora-os somente a perspectiva dos horrores resultantes da imensa horda de retirantes que nos invade”.<sup>11</sup>

Com a estruturação de comissões de socorros públicos nas vilas sertanejas, os emigrantes passaram a aguardar pelo dia da distribuição no sentido de se reabastecerem para seguir viagem. Muitas vezes não havia comida para todos, o que provocava em certas situações revoltas entre os emigrantes. Em Acarape, os comissários de socorros públicos escreveram em 1878 para o presidente da província relatando um desses casos:

Agora mesmo, à uma hora da tarde, estando o comissário Francisco Soares Pereira distribuindo o restante dos socorros, aglomerou-se um grande número de povo ao redor do armazém e, sabendo eles que o que ainda restava não chegava para todos, e no mesmo tempo sendo insuflados por pessoas que se julgam qualificadas, arremessaram-se às portas do armazém com pedras e, quebradas que fossem, carregaram o resto do que havia. Felizmente não houve caso algum a lamentar-se devido à prudência do comissário acima referido que, em lugar de opor-se a que conduzissem quatro ou cinco sacas de milho de sementes que ainda restavam, as franqueou aos insurgentes para evitar alguma desordem.

Já em Sobral os membros da comissão de socorros afirmavam que “o estado da segurança individual” e “mesmo a ordem pública desta comarca não se acha em bom pé”. Preocupava a disposição do povo que “por vezes [tem] tentado assaltar a casa da comissão de socorros, procurando arrombar a porta, sendo natural que, dado esse primeiro passo, lancem depois suas vistas para as casas particulares”. Diziam que “certos indivíduos” estavam procurando “incutir no ânimo do povo ideias subversivas”. Há dias havia “tentativas de arrombamento da casa da comissão”. Num desses dias “tornou-se público e notório que havia novo plano de

<sup>10</sup> Cf. THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver também: NEVES, Frederico de Castro. Economia moral *versus* moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Revista Projeto história*. São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 39-57. Ofício de 20/04/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, Ministério do Interior, AN.

<sup>11</sup> Ofício de 20/04/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, Ministério do Império, AN.

ataque à noite” e, em 12 de fevereiro de 1878, “houve uma manifestação ruidosa da parte do povo para arrombar a porta”.<sup>12</sup>

O temor sobre a conflagração dos retirantes chegaria até os escalões superiores do governo imperial. No relatório de 1877, o ministro do Império declarava estar a par dos “conflitos provocados pelos retirantes” que, “havendo perdido o hábito do trabalho pelos auxílios públicos durante muitos meses”, levantavam-se contra a suspensão dos socorros. Dizia temer pela ameaça à “propriedade e até a vida nos pontos onde se refugiam, apossando-se por meio da força dos gêneros destinados aos mais necessitados”.<sup>13</sup>

Em cada recurso encontrado para tentar enfrentar os desafios da sobrevivência – seja o apelo à caridade, a invasão de terras, o assalto armado ou o saque multitudinário aos armazéns das vilas – os retirantes ordenavam suas ações em grupo, empreendendo esforços na execução de diversas operações que intentavam conquistar os meios para a manutenção coletiva durante as jornadas da migração. Cooperavam de diversas formas, utilizando para isso muitas vezes da “astúcia”, como interpretavam os comissários de Sobral em 1878, ao verem as táticas utilizadas pelos retirantes. Sendo o sistema ali adotado de distribuição dos socorros feito através de cartões de identificação dos indigentes, estes logo encontraram falhas no controle, surgindo os que tentavam burlar a fiscalização para obter maior quantidade das rações distribuídas. Os comissários chegaram à conclusão de que

A distribuição feita por cartão em lugares diferentes dá lugar a muitos abusos porque o mesmo indivíduo segundo a astúcia que empregar pode dar alternadamente dois ou mais nomes diferentes, recebendo nesse sentido a esmola segundo o número de cartões que teve habilidade de arranjar.

Também foi observado que, havendo o registro do “nome indicativo da pessoa a quem pertence” o cartão, acontecia que “dois ou mais membros de uma família, ocultando cautelosamente sua autonomia, tirarem mais cartões do que devem”.

É assim que o pai, o filho, a filha, sob motivos justos que calam à primeira vista, mas que não são a expressão da verdade, recorrem a meios capciosos engendrados para aumentar o número de cartões e, por conseguinte, a quantidade de rações.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Ofício de 27/03/1878, Acarape, caixa 1, e ofício de 12/02/1878, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

<sup>13</sup> BRASIL. *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário dos negócios do império conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 121.

<sup>14</sup> Ofício de 19/04/1878, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

Ainda que inegavelmente considerados merecedores da caridade de todo aquele que se encontrasse em condições de oferecer algum auxílio, os retirantes também eram encarados com potenciais “malfeitores”, uma “horda” de pessoas “desordeiras” e “astuciosas” quando buscavam burlar o controle na distribuição dos socorros. Daí porque foram também submetidos a um duro tratamento por parte das forças públicas e de comissários de socorros quando estes tentavam manter a ordem no tenso cotidiano das secas. Em Sobral, foi criado um complexo sistema de distribuição visando evitar desordens ou irregularidades. A distribuição atendia “preferencialmente as mulheres” que à proporção que iam recebendo a esmola eram levadas para os “compartimentos internos da casa” até atingirem 1.500 ou 1.600 pessoas. Daí abria-se os portões “para dar saída às mulheres e entrarem outras”. Para não “receberem esmolas por duplicata” as mulheres que iam saindo eram separadas por “um grande círculo defendido por soldados, serventes e outras pessoas que se prestam a este trabalho”. Após as mulheres vinham os “cegos, aleijados e valetudinários”. Por último recebiam os homens “válidos e robustos”.<sup>15</sup>

Diante de variadas experiências, os emigrantes das secas criavam laços de solidariedade desde os primeiros percursos até chegarem a uma vila próxima ou, como para a maioria, até algum centro litorâneo. Rearranjavam nas trajetórias os antigos referenciais comunitários, acrescentando novos elementos de identidade ao lidarem com pessoas até então desconhecidas, em lugares e situações inusitados. Novas formações de grupos iam se configurando, assim como se desfaziam pelo constante movimento dos retirantes. Chegando ao litoral, uma parte era engajada como trabalhadores de obras organizadas para combater a ociosidade, enquanto outros seguiam viagem partindo nos vapores para tentar a sorte em províncias do sul ou do norte do país. Sendo o litoral um destino provisório até a passagem do próximo vapor ou um abrigo para os longos meses da seca, os retirantes já chegavam ali com um acúmulo de experiências adquiridas nas diversas situações de luta pela sobrevivência, unidos agora a outros imigrantes tornados companheiros durante uma dura retirada.

### 3.2 Subvertendo o controle urbano

Impossibilitados de permanecer habitando no sertão seco, retirantes buscavam no litoral o socorro do governo. Cada seca durante a passagem do século XIX parecia despejar centenas de milhares de pessoas em cidades ou vilas portuárias como Aracati, Fortaleza, Acaraú e Camocim. A chegada das “compactas populações” (como designou Caio da Silva

---

<sup>15</sup> Ofício de 19/04/1878, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

Prado em 1889) fazia as autoridades preverem consequências nefastas. Alarmados, os comissários de Acarape, município localizado “à margem da estrada mais central dessa província”, acusavam a passagem diária de “ondas inumeráveis de retirantes que aqui vinham refazer-se de provisões para continuarem sua peregrinação até o litoral”.<sup>16</sup>

Não demorava e os sertanejos já eram uma aglomeração em pontos da costa cearense. De Fortaleza, para onde afluía a maioria dos imigrantes, o presidente Caetano Estelita, em abril de 1877, admirava-se com a grande quantidade de pessoas que chegava diariamente:

A crise começa apenas a manifestar-se e já existem nesta cidade mais de mil emigrantes em busca de trabalho, além dos que, em maior número, povoam a esta hora as serras de Baturité, Maranguape e Pacatuba e mais tarde buscarão o mesmo destino.

Em poucos meses, o número de imigrantes cresceria até alcançar em novembro daquele ano a cifra de 43 mil pessoas “existentes dentro e nos arrabaldes desta cidade”. Um mês depois, João José Ferreira de Aguiar, o novo presidente da província, afirmaria que “a emigração continua incessantemente e os sertões vão enviando para o litoral as populações que já não lhes é possível alimentar”. Quando, em fevereiro de 1878, o número de retirantes em Fortaleza ultrapassou os cem mil, Ferreira de Aguiar registrou que “a emigração do centro para esta capital continua em tão grande escala que já se torna assustadora”.<sup>17</sup>

Não houve nas secas subsequentes tão grande aglomeração de retirantes na capital cearense quanto nos anos de 1877-79. Ainda assim, a entrada de pessoas famintas na cidade nos tempos de estiagem prolongada durante a passagem do século XIX nunca deixaria de provocar sentimentos de angústia em seus habitantes. Assim, em 1889 mais uma vez a presença de retirantes na capital fez-se motivo de preocupações. Segundo o então presidente da província, Caio Prado, milhares de imigrantes “fugiam espavoridos do interior para a capital ou para pontos do litoral, de que muitos deles foram transportados, a expensas do estado, à mesma capital”. Em 1900, durante uma nova seca, “dia a dia entravam caravanas de retirantes” na cidade “em busca de socorro”, chegando a se acumular “nesta capital uma população adventícia calculada em 12 mil pessoas”. Em 1915 outros milhares de retirantes

<sup>16</sup> Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>9</sup> 428, Ministério do Império, AN, e ofício de 22/02/1878, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC.

<sup>17</sup> Ofícios de 7/04/1877, 29/11/1877 e 13/12/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, e ofício de 11/02/1878, IJJ<sup>9</sup> 189, rel. 1A, vol. 25, Ministério do Império, AN.

procuraram Fortaleza “em estado de penúria”, após a fome já haver “combalido o organismo dos míseros retirantes através do sertão”.<sup>18</sup>

Mas outros centros litorâneos também se constituíam em lócus receptor de imigrantes durante as secas. Além da capital, Aracati, Acaraú, Mundaú e Camocim, sendo portos de desembarque para vapores que passavam pela costa, também atraíam milhares de retirantes. Em Aracati, calculava-se haver 35 mil sertanejos em novembro de 1877, número que rapidamente alcançaria os cinquenta mil. E quanto a Camocim, no extremo norte da província:

A passos largos a miséria se apodera deste município, de dia para dia cresce o número de miseráveis indigentes que, açotados pela pavorosa seca, de outros municípios procuram abrigo neste pela tradição vulgar de que nos lugares de portos se encontra sempre o remédio para males da natureza do que nos flagela.<sup>19</sup>

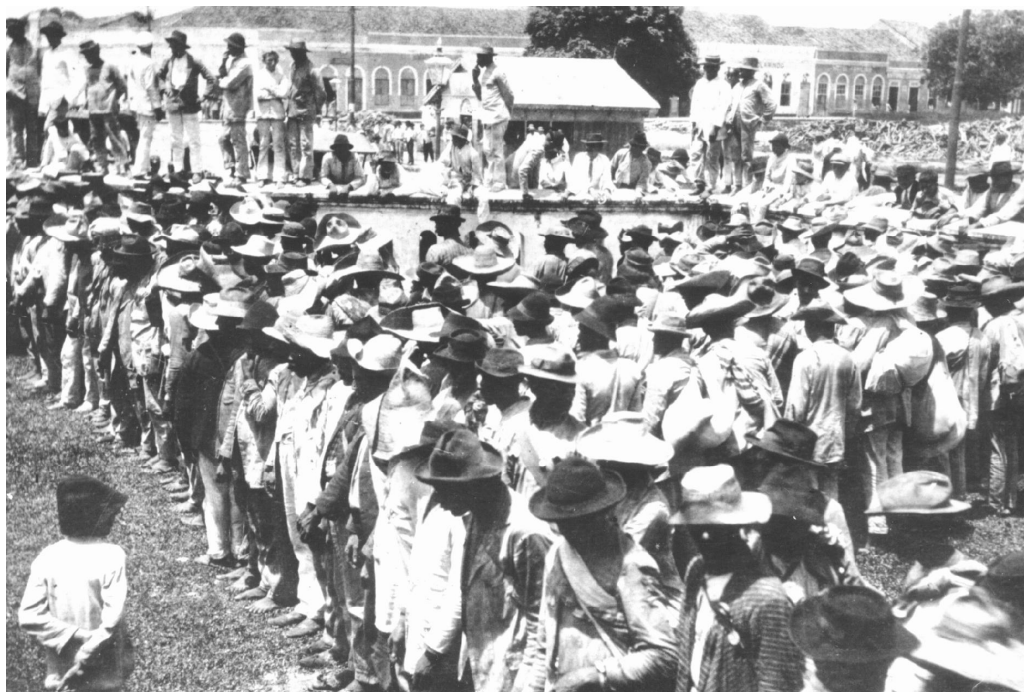
Na maioria das vezes, chegavam os imigrantes a pé, mas com o avanço das linhas férreas pelos sertões, um número cada vez maior afluía pelos trens à procura de Fortaleza ou Camocim. Já na seca de 1877, foi observado que “a todo o momento chegam novas turmas, a pé e pela via férrea”. Os que vinham pelas composições eram, logo ao chegar, socorridos, pois a presidência fez “depositar na estação central víveres bastante, a fim de serem imediatamente distribuídos àqueles que chegarem em estado de abatimento”.<sup>20</sup> Uma imagem fotográfica de cuja autoria não se deixou registro flagra um grupo de retirantes em Fortaleza, reunido num espaço em frente à Estação Central ferroviária, possivelmente aguardando alguma providência. São todos homens, recém-chegados ou prestes a embarcar (impossível saber ao certo). Curiosos os observam e sobem num muro para melhor vê-los. Seu aspecto não tem aquele estado de nudez tão repetidamente aludido nas correspondências oficiais, mas ainda assim vestem-se como gente pobre, com chapéus rústicos e, enfim, encontram-se descalços na sua maioria.

<sup>18</sup> Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>o</sup> 428, Ministério do Império, AN. CEARÁ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901 pelo presidente do estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901, p. 25. CEARÁ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 ...* Op. cit., p. 6.

<sup>19</sup> Ofícios de 19/11/1877 e 6/01/1878, Aracati, caixa 2, de 2/07/1889, Acaraú, caixa 1, de 10/01/1889, Várias Localidades, caixa 20, de 15/03/1889, Camocim, caixa 5, Socorros Públicos, APEC.

<sup>20</sup> Ofícios de 29/11 e 26/12/1877, IJJ<sup>o</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, Ministério do Império, AN.

**Figura 1 – Retirantes em frente à Estação Central em Fortaleza**



Fonte: Museu da Imagem e do Som. Fortaleza, 2005. Sem data determinada.

A chegada à capital apresentava aos imigrantes um desafio a mais, qual seja as tentativas de se lhes impor códigos urbanos até então desconhecidos da maioria dos habitantes do sertão. Para as elites urbanas, viver na cidade implicava cercear gestos espontâneos dessa população dita “bárbara”, o que implicava em proibições e repreensões constantes a esses que eram considerados verdadeiros “invasores” do seu espaço. Muitas vezes, no afã de “civilizar”, moradores agiam com violência, como quando um retirante encontrado “tirando macaxeiras” do engenho Mondubim fora seviciado até a morte pelo proprietário major Antonio Monteiro Pirão. Pouco tempo depois, em Maranguape, a cena se repetia, agora com o subdelegado local surrando “barbaramente com 18 dúzias de bolos nas mãos e pés do lavrador Rebouças de Oliveira”.<sup>21</sup>

A reunião de tão grande número de pessoas, enfraquecidas após longa retirada, jornadas de subalimentação e condições precárias de higiene, logo se constituía em foco de contágio de diversas doenças. Quanto a isso, um comissário de Aracati, em 1878, alertava para o que chamava de uma “aglomeração excessiva” dos retirantes: “é altamente deletéria a aglomeração excessiva de muitos indivíduos localizada em uma certa e determinada área”.

<sup>21</sup> Ofícios de 1/10 e 1/11/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, Ministério do Império, AN.



Dizia que “semelhante aglomeração constitui um verdadeiro foco de infecção miasmática”.<sup>22</sup> Febres de diferentes tipos, bolhas de sangue, alguns casos de beribéri, sezões, úlceras, escorbuto estão entre os sintomas e as doenças que atingiam os corpos frágeis dos retirantes nas secas. Nenhuma dessas doenças, porém, teve maior incidência sobre a população pobre do que a varíola. Na seca de 1878, a varíola chegara pelo contágio de retirantes provenientes do Rio Grande do Norte que procuraram Aracati e, dali, alcançou Fortaleza, dando início a uma das mais mortais epidemias de todas as secas. Calcula-se como mais de 50 mil as mortes provocadas por esta doença somente na capital durante o segundo semestre de 1878.<sup>23</sup>

Medidas preventivas de doenças foram providenciadas pelos governos. Em Fortaleza, com o aumento da quantidade de imigrantes foram construídos abarracamentos nos limites da cidade, a sotavento para que os ares não trouxessem para o interior da urbe os miasmas que, acreditava-se, eram exalados pelos retirantes aglomerados e sobretudo pelos cadáveres em decomposição dos retirantes precariamente sepultados.<sup>24</sup> Sendo Aracati uma cidade situada às margens do rio Jaguaribe, o comissário João Carlos da Silva Peixoto considerou conveniente, como medida de prevenção a doenças, “a remoção da população advéncia para o outro lado do rio”. Em Acaraú, os habitantes locais reclamavam junto à Câmara Municipal que os imigrantes estavam “edificando casas de palha quase dentro das ruas dessa vila” e “praticando coisas imundas”, causando isso uma “peste que já se desenvolve com caráter medonho”. Os médicos Antonio Manoel de Medeiros e João da Rocha Moreira que cuidavam da saúde dos retirantes em Fortaleza, entre diversas medidas de proteção, sugeriram que as rações de comida fossem distribuídas nos próprios abarracamentos dos retirantes “a fim de evitar a acumulação na cidade”. Além disso, manifestavam-se contra a “dormida no chão” e a favor de banhos “na água doce ou salgada, sempre pela manhã”.

<sup>22</sup> Ofício de 6/04/1878, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC.

<sup>23</sup> CEARÁ. *Fala com que o exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembleia provincial no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, p. 36-39. Ver ofício de 14/11/1878, IJJ<sup>9</sup>, rel. 1A, vol. 25, Ministério do Império, AN.

<sup>24</sup> Como se sabe, a teoria de que corpos em decomposição poderiam exalar miasmas (ares pútridos) causadores de diversas doenças ainda prevaleceu durante todo o século XIX, ocasionando inclusive algumas medidas de higienização em cidades, como a restrição de sepultamentos em igrejas e a construção de cemitérios fora do perímetro urbano. Em Fortaleza, antes mesmo da seca de 1877 o medo dos miasmas fez com que fosse desativado o antigo cemitério de São Casemiro e criado o cemitério São João Batista, então situado em terreno distante do centro da urbe. Cf. BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002. Ver também REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Sobre a localização dos abarracamentos na seca de 1877-79 em Fortaleza, ver GARCIA, Ana Karine Martins. *A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: PUC, 2006.

Aconselhavam aos retirantes “soterrarem o lixo de seus abarracamentos em valas profundas, sempre distante e a sotavento”.<sup>25</sup>

Na seca de 1915, uma medida extrema foi acionada com a criação de um Campo de Concentração no Alagadiço. Reunidos inicialmente no Passeio Público, quando o número de retirantes ultrapassou três mil pessoas o presidente do estado Benjamin Liberato Barroso ordenou a transferência dos imigrantes para aquele Campo. O “vasto terreno no Alagadiço”, segundo Barroso, era “cercado e bem arborizado”; ali “foram feitas ligeiras instalações, inclusive de luz elétrica que facilitava a fiscalização à noite”, e abrigou “permanentemente mais de oito mil pessoas”. Essa medida provocou, todavia, polêmica. Logo surgiram aqueles que condenaram a “densa concentração humana em promiscuidade”, como o farmacêutico Rodolfo Teófilo que, havendo atuado no combate a epidemias urbanas em diversas secas, considerou que “aglomerar os retirantes era matá-los”, o que em pouco tempo verificar-se-ia ser uma verdade.<sup>26</sup>

Com tudo isso, vê-se que os retirantes das secas que procuravam escapar da fome nos centros urbanos do litoral eram confrontados com meios de rígidos controles, diante dos quais tentavam sempre se desvencilhar. Ao chegar a Fortaleza durante a seca de 1877-79, o imigrante era levado ao quartel de polícia, registrado e encaminhado para algum dos diversos abarracamentos construídos. Aqueles considerados “aptos para o trabalho” eram engajados nas turmas a prestarem diversos serviços de reforma no perímetro da cidade. Aquilo que era chamado pelas autoridades como um “combate à ociosidade” figurava realmente como instrumento para o controle sobre a circulação e a prática da mendicância entre os retirantes. Nas palavras de Caio Prado, em 1889, “empregando os válidos em trabalhos públicos” estaria o governo “fazendo desaparecer do espírito daqueles que costumam especular com as circunstâncias a confiança ilícita em se manterem na ociosidade”. Compreendendo que “o trabalho nobilita o homem, concorre para a prosperidade da indústria, indispensável ao aumento da riqueza, e que é um sólido esteio à livre atividade humana”, o comissário de socorros públicos de Acaraú também organizava a população adventícia em diversos serviços,

<sup>25</sup> Sobre a formação dos abarracamentos em Fortaleza na seca de 1877-79, ver CEARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., 1879, p. 36-39. Sobre a proposta de transferência dos retirantes de Aracati para o outro lado do rio, ver ofício de 21/04/1878, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC. *Pedro II* de 29/03/1878, Fortaleza, IC. Ofício de 16/04/1878, IJJ<sup>o</sup> 189, rel. 1A, vol. 25, AN.

<sup>26</sup> CEARÁ. *Mensagem apresentada à Assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916...* Op. cit., p. 6-7 e TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980, p. 32. Ver também NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 29, 1995, p. 93-122.

como reformas na cadeia, na igreja matriz, no cemitério e na construção de açudes. Seguindo o mesmo desiderato, o coronel Liberato Barroso tratava de empregar, em 1915, os “rapazes e homens moços e sadios, embora enfraquecidos”, em “trabalho de terraplanagem nas ruas e praças da cidade”.<sup>27</sup>

Mas a permanência de um grande número de imigrantes nas cidades litorâneas, por outro lado, oferecia aos retirantes um ambiente propício à resistência articulada entre indivíduos e grupos que vivenciavam o cotidiano da seca. Esse estabelecimento de relações por quem compartilhava situações opressivas criava obstáculos à estruturação do controle por parte das autoridades. A reunião de tão massiva multidão heterogênea provocava uma visível alteração na disposição dos retirantes ao chegarem às cidades do litoral, um fenômeno identificado e temido pelo presidente da província Ferreira de Aguiar que, em fevereiro de 1878, considerou que “toda essa gente que, a princípio, era pacífica, humilde e obediente, já se vai tornando inquieta e exigente, embora até aqui se não haja dado fatos de grande monta”. Em Fortaleza, conflitos provocados por retirantes, entretanto, tornaram-se lugar comum no cotidiano das secas, sobretudo nas horas da distribuição dos gêneros nos depósitos e pagadorias montados em vários pontos da cidade.<sup>28</sup>

Ações de multidões furiosas exigindo socorros foram acontecimentos presentes em todas as secas da passagem do século XIX. Nos meses entre os anos 1877 e 1878, por diversas vezes grupos numerosos de retirantes tomaram ruas e praças de Fortaleza, promovendo protestos ou saques aos depósitos de alimentos. Todos os dias uma multidão reunia-se na frente do Palácio da Presidência para pedir auxílios. Em sete de dezembro de 1877, saíra de Arronches um grupo com mais de quinhentos retirantes, “todos chefes de família”, em direção ao palácio para “implorar ao presidente uma esmola para não morrerem à fome”. Em 18 de março de 1878, uma multidão de seis mil pessoas atirava pedras em policiais que protegiam a pagadoria da praça Marques de Herval após se ter sido anunciado que não haveria distribuição naquele dia. No conflito que se seguiu um retirante caiu morto depois de receber um tiro. Para o jornal *Pedro II*, no cotidiano da cidade, entre a “força pública e a massa de famintos percebe-se uma rivalidade”. Nenhum conflito foi maior, porém, que o visto na praça Visconde de Pelotas em 20 de agosto de 1878. Naquele dia por volta das dez horas da manhã tinha início uma luta opondo uma multidão de retirantes e as forças

<sup>27</sup> Ver CEARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., p. 36-39. Ofício de 28/02/1889, IJJ<sup>1</sup> 445, 1889, Ministério do Império, AN. Ofício de 29/05/1880, Acaraú, caixa 1, Socorros Públicos, APEC. CEARÁ. *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916...* Op. cit., p. 7.

<sup>28</sup> Ofício de 11/02/1878, IJJ<sup>9</sup> 189, rel. 1A, vol. 25, Ministério do Império, AN.

policiais. Alguns sacos de farinha e carnes haviam sido tomados pelos retirantes. Consta que o conflito estendeu-se por horas, tendo tido alguns soldados que se refugiaram em residências próximas. Resultou a contenda na morte de alguns imigrantes e muitos feridos gravemente.<sup>29</sup>

Em Aracati, também houve ações coletivas na seca de 1877. Em dezembro daquele ano a comissão de socorros solicitou “ser aumentada a força pública aqui estacionada para garantir a ordem”. A “massa da população”, composta por “indivíduos que constantemente chegam a esta cidade”, atemorizava os aracatienses por promoverem “perturbação na ordem pública”. No dia 8, “cerca de oitocentos ou mais homens assaltaram o mercado público com o fim de roubarem o que aí havia exposto à venda”.<sup>30</sup>

Na seca de 1889, novas ocorrências envolveriam imigrantes famintos. Em Messejana “600 retirantes armados de faca e cacete” atacaram o depósito de víveres, tendo havido conflitos. Em Maranguape eram os operários de obras suspensas que, “em número superior a mil”, intimavam o comissário a distribuir alimentos “de modo tão enérgico que o comissário teve de ceder”. No centro de Fortaleza, “uma multidão de cerca de 400 pessoas” composta por homens e mulheres atacou o depósito do Pajeú e, “em menos de meia hora, ficou o armazém inteiramente limpo dos duzentos e tantos volumes de arroz, farinha e charque que continha”. Uma carroça que transportava gêneros para o depósito de Jacarecanga foi atacada por “um grupo de famintos, mulheres pela maior parte”. Em Aracati, diversas pessoas ficaram “esbordoadas e feridas” depois de um conflito, resultado de uma tentativa de saque ao depósito da cidade. São fatos associados ao estado de carência extrema que se repetiam a cada seca.<sup>31</sup>

Observa-se no cotidiano dos imigrantes nas cidades um processo de progressivo domínio sobre os meios de obtenção de socorros durante as secas. Sertanejos que nunca antes haviam lidado com autoridades públicas passavam a redigir (ou pedir para algum alfabetizado fazer em seu nome) cartas de solicitação de roupas, alimentos ou passagens. Manuel Martins Braúna, de Quixadá, foi um dos que intercederam em nome de seus parentes. Dizia que, “achando-se no maior auge de penúria e sem recurso algum”, via-se obrigado a pedir auxílios à presidência para “suprir sua família, esta constando de 8 pessoas”. Maria Francisca Ponciana, “natural do Cariri da povoação de Missão Velha”, encontrava-se há dois meses em Fortaleza, “debaixo das árvores da feira”, com quatro filhos. Viúva, dizia estar “morta à fome

<sup>29</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A história da secca no Ceará...* Op. cit., p. 136-7. *Pedro II* de 22/03/1878, Fortaleza, IC. Ofícios de 23/03/1878 e anexos e 29/08/1878, II<sup>1</sup> 282, Ministério da Justiça, AN.

<sup>30</sup> Ofício de 9/12/1877, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC.

<sup>31</sup> *Libertador* de 5 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

e nua, sem ter meios de comprar o bocado para comer e nem roupa para vestir”. Eram solicitações feitas na intenção de “lembrar” às autoridades certos “deveres” paternalistas de socorrer com a caridade aos que morriam de fome. Tanto assim que Maria Francisca Ponciana em sua solicitação dizia que, porque não tinha “proteção de pessoa alguma, vem se valer de V. Ex. como Pai para a socorrer com alguma esmola”.<sup>32</sup>

Em outras ocasiões, passavam os retirantes a *exigir* os socorros, partindo para atitudes mais ostensivas... e mesmo hostis. Em alguns momentos, temeu-se mesmo uma conflagração geral dos retirantes. O presidente da província Ferreira de Aguiar, em novembro de 1877, solicitou um navio de guerra para ficar fundeado na costa de Fortaleza como meio de “impor salutar respeito a essa grande massa de povo”. Em Aracati, um comissário buscou “lançar mão da medida suprema, única que pode nos salvar – a reemigração voluntária ou forçada, já e já, sem delonga ou procrastinação, sob pena de assistirmos a hecatombe de um povo inteiro”.<sup>33</sup>

Entre a simples atitude de pedir uma esmola e as ações coordenadas de ataque a depósitos do governo ou feiras públicas encontravam-se as maiorias de retirantes, desenvolvendo no cotidiano das cidades atitudes que comporiam a arte de subverter o controle urbano nos tempos de seca.

### 3.3 Pelos vapores

Para muitos a alternativa consistia em emigrar para alguma região do país onde pudessem ficar a salvo da estiagem e da fome, ao menos assim podiam imaginar. De todos os portos do Ceará saíam milhares de sertanejos pobres que não acreditavam mais poderem se manter vivos ficando na província. Uma parcela nunca retornaria. Outra parte buscava a “emigração para fora” apenas como um recurso temporário, como uma jornada de refrigério enquanto a seca assolava o sertão. Entre esses, estavam os que levariam para o interior de obras de socorros públicos a referência de um dia ter vivido experiências em províncias distantes na condição de emigrantes da seca.

De Aracati, Fortaleza, Mundaú, Acaraú e Camocim saíam vapores lotados de retirantes. No mais das vezes, eram famílias que já haviam partido em retirada para algum ponto do litoral cearense e, desde ali, buscavam um meio de vida em províncias como Pará,

---

<sup>32</sup> Ofícios de 12/01/1878 e 22/01/1878, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC.

<sup>33</sup> Ofício de 29/11/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, Ministério do Império, AN. Ofício de 6/04/1878, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC.

Maranhão, Espírito Santo... Raimundo Vieira de Souza havia se retirado com sua família (esposa e quatro filhos) de Aracatiaçu até Fortaleza em 1877 para, em seguida, embarcar num vapor da Companhia Brasileira e seguir até o Pará. Como ele, havia milhares. Em Aracati, em janeiro de 1878, um comissário informava que “existe nesta cidade para mais de cinco mil pessoas que desejam emigrar”. Todos os dias, em janeiro de 1889, “grande população adventícia” chegava ao distrito de Mundaú no intuito de “embarcar para fora desta província”.<sup>34</sup>

Em torno da emigração eram articulados projetos comuns entre os que se retiravam; a começar por membros da mesma família. Na maior parte das vezes, os que solicitavam passagens ao governo incluíam esposa e filhos a fim de tentar estabelecerem-se com os seus em outra província. Havia, por outro lado, outras configurações, como o caso de José Antonio de Mesquita que, em 14 de setembro de 1877, solicitou passagens para o Amazonas tanto para ele próprio e sua esposa Vicência Maria da Conceição, quanto para o cunhado e a esposa deste. Mas também migravam juntos homens solteiros, como os jovens agricultores Domingos Joaquim Candeia e Laurentino Ferreira de Freitas, ambos moradores do distrito de Arronches, com 22 e 23 anos respectivamente, que pediram concessão de passagens num dos vapores para ir até o Pará. A grande quantidade de pessoas que em 1877 buscava a emigração, provenientes da região de Uruburetama, mostra que dali famílias partiam estimuladas por outras que haviam já anteriormente conseguido passagens. Dessa região chegavam a Fortaleza pessoas que ouviam notícias de que o governo garantiria passagens e provisões para a viagem. Pessoas como Vicente Teixeira Bastos que solicitou um total de treze passagens (para ele, esposa, dez filhos e sua “velha mãe”) para o Amazonas, “nas condições em que têm sido dadas a outros”.<sup>35</sup>

Os destinos poderiam ser diversos, assim como diversos eram os motivos para emigrar. Sátiro Euclides da Silva, por exemplo, foi surpreendido pela seca de 1877 e, “desempregado e sem recursos”, solicitou passagem para retornar “para o Maranhão onde é sua província natal”. Caso parecido com o de José Carlos de Vasconcelos que se encontrava na cidade de Granja impossibilitado de regressar por meios próprios para o Piauí e por isso solicitava passagem para si e sua numerosa família até o porto de Amarração. Uma parte ia com a intenção de “fixar sua residência”, assim como havia os que queriam ir para “fora da

---

<sup>34</sup> Ofícios de 14/09/1877 e de 10/01/1889, Várias Localidades, caixa 20, e ofício de 6/01/1878, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC.

<sup>35</sup> Ofícios de 14 e 18/09/1877 e de 30/01/1878, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC. *Cearense* de 15/04/1877, BPGMP.

província [apenas] durante os efeitos da seca” ou, como se pode ler em diversas cartas de solicitação, “onde pretende refrigerar-se durante a seca”.<sup>36</sup> Os principais destinos eram as províncias do Amazonas, Pará, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, mas também partiam para lugares menos distantes, como Pernambuco e Piauí.

O grande número dos que partiam tornava a questão da emigração um ponto delicado na política oficial de controle sobre as secas. Por um lado, não havia efetivamente “condições objetivas” para manter tantos milhares de miseráveis durante muitos meses com a assistência do governo e, assim, a emigração se tornava praticamente inevitável. Por outro lado, a saída em massa de tantos sertanejos gerava o problema da “falta de braços” para que, no tempo das chuvas, a economia local pudesse contar com trabalhadores para retomar seu ritmo de crescimento. Esse dilema ficou expresso no discurso do presidente da província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, ao se dirigir ao ministro do Império:

Tenho procurado quanto possível demover a todos do pensamento de deixar a província, pois que tenho sido oposto à emigração, garantindo os socorros oficiais, mas nenhum interesse pode vir do governo de contrariar os desejos de uma população numerosa, que vê na emigração o único salvação, e a qual terá de socorrer dia por dia, tais as suas condições de miserabilidade.<sup>37</sup>

Havia o interesse dos que contavam com a chegada de imigrantes cearenses como trabalhadores em outras províncias, assim como visto acima em relação aos responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Contratadores vinham até o Ceará engajar emigrantes para trabalhar em regiões onde havia escassez de mão de obra. Luiz Antonio da Rocha, por exemplo, era lavrador no distrito do Engenho Central no Maranhão e veio ao Ceará em maio de 1889 selecionar trinta emigrantes “para o seu serviço”. Um mês depois, um ofício do Maranhão pedia ordens para, “na primeira oportunidade”, serem “transportados de Acaraú e Mundaú, por conta do governo geral, sessenta emigrantes cearenses contratados naquelas localidades para o serviço da lavoura por alguns fazendeiros do Engenho Central”.<sup>38</sup>

Interesses conflitantes marcaram as discussões sobre a emigração durante a seca de 1888-89. Com o fim do regime escravista, viu-se no trabalhador nacional uma alternativa viável para substituir, ao menos temporariamente, o trabalho escravo, abolido apenas recentemente. O então presidente da província, Caio da Silva Prado, membro do poderoso clã

<sup>36</sup> Ofícios de 18/08, 4/09, 17/09 e 18/09/1877, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC.

<sup>37</sup> Ofício de 29/08/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, rel. 1A, vol. 24, Ministério do Império, AN.

<sup>38</sup> Ofícios de 20/05 e 5/06/1889, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC.

de cafeicultores de São Paulo, tratou de estimular a saída dos retirantes no sentido sul, aonde poderiam se empregar nas fazendas de café. Para isso, contava com o apoio do Ministério do Império que concordava “em que o sul do império lhes asseguraria [aos retirantes] vantagens maiores ou, pelo menos, mais seguras e permanentes”. O ministro ainda sugeriu a Caio Prado que “poderia mandar escrever ou fazer a propaganda” para estimular a saída dos cearenses naquele sentido.<sup>39</sup>

Contrárias à saída dos retirantes para o sul estavam as elites agrárias do Ceará – ou ao menos uma parte dessas – que temiam pela perda definitiva dos trabalhadores. Contavam com a esperança de retorno dos cearenses que partiam para o norte do país, pois haveria então já se estabelecido com essa região uma rede de contatos que facilitaria em tese o retorno dos trabalhadores após a seca. A saída para o sul, acreditavam, representava o fim de qualquer esperança de retorno. Na defesa da “emigração para o norte” destacava-se o jornal *Cearense*, órgão liberal que fazia oposição ao governo de Caio Prado e denunciava casos de “emigração forçada” e maus tratos contra os retirantes que optavam em seguir para o norte. A fim de obstar o embarque de retirantes para as províncias do sul, o conselheiro Rodrigues Júnior chegou a dirigir-se até a praia, em fevereiro daquele ano, “com o fim de excitar os emigrantes a não embarcarem para o sul, onde, dizia ele, eram reduzidos a escravos”.<sup>40</sup>

Segundo ofício do Ministério do Império de 1889, havia interesse do governo em “manter o princípio de livre locomoção, deixando ao arbítrio de cada um o tomar a direção mais conveniente aos seus interesses”. Não obstante, a emigração forçada foi uma realidade tanto daquele quanto em de outros períodos de seca. Em 1878, o jornal *Pedro II* denunciou que, havendo partido de Aracati em direção a Fortaleza o vapor *Conde d’Eu*, com 850 retirantes “que vinham procurar aqui recursos para sua subsistência”, ao aportar na capital recebeu “ordem para conduzir toda essa gente para o Maranhão”. O editorial daquela folha especulava que, “entre essa gente vinda do Aracati, naturalmente se encontrariam muitas pessoas que, tendo de ficar aqui, deixaram lá suas famílias ou negócios por concluir”, custando essa “separação forçada” muitas “lágrimas e imprecações” por parte das pessoas “violentadas”.<sup>41</sup>

Além da emigração forçada, as péssimas condições de viagem nos navios eram outro fator opressivo para quem se retirava. A superlotação (amplamente praticada) criava as

<sup>39</sup> Ofício de 20/02/1889, IJJ<sup>1</sup> 445, Ministério do Império, AN.

<sup>40</sup> Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>9</sup> 5/7, caixa 428, Ministério do Império, AN.

<sup>41</sup> Ofício de 20/02/1889, IJJ<sup>1</sup> 445, Ministério do Império, AN. *Pedro II* de 27/03/1878, Fortaleza, IC.



condições propícias para o contágio de doenças a bordo. Um inspetor de saúde da província do Pará, em março de 1889, alertou para o fato, dizendo que o vapor inglês *Cearense* havia levado para ali “593 passageiros de proa, número este muito superior à lotação”; acrescentava que “isto tem acontecido em todos os vapores que tem trazido imigrantes para esta província”. No *Purus*, quando ia em direção ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1889, faltou comida para os emigrantes. Havia embarcado 1.009 pessoas (606 adultos e 403 menores de sete anos). Quando os retirantes imploraram comida para o capitão da embarcação, sofreram maus tratos, chegando ao ponto de ser jogada água fervente sobre eles. Ao desembarcarem no porto do Rio de Janeiro, os imigrantes apresentaram “onze crianças quase inanidas”, havendo morrido dez durante a viagem.<sup>42</sup>

Mas os horrores da viagem no *Purus* não chegaram a barrar a sempre massiva saída de retirantes. A grande quantidade de pessoas que procuravam a emigração impunha aos governos a necessidade de se estruturar alojamentos, fornecimento de passagens e provisões, cuidados médicos e contratos para diversos serviços nos locais de destino. Sobre a seca de 1877-79, um relatório do Ministério do Império informa que para o “transporte de retirantes e de gêneros” foram efetuadas despesas com as Estradas de Ferro Pedro II e Leopoldina, Companhias de Navegação Espírito Santo e Campos, Companhia Nacional de Navegação à Vapor, Companhia de Navegação Paulista, Companhia Brasileira de Navegação, além de despesas com os navios de guerra *Werneck*, *Madeira* e *Purus*. Em 1889 seria criada em Fortaleza a Hospedaria dos Emigrantes, por onde passaram milhares de pessoas que ali se preparavam para ir até províncias ao sul ou ao norte do país. Até o fim do ano de 1888, os dados oficiais confirmavam a saída de 2.250 emigrantes, número que cresceria acentuadamente nos meses iniciais de 1889, chegando a 14.012 já em 1º de fevereiro. Em 1900, ano de seca em que os recursos do governo federal chegaram bastante tarde, um telegrama de 14 de agosto informava que

naquela data havia providenciado a respeito do transporte nos vapores do Lloyd dos retirantes, agricultores e famílias que quisessem se estabelecer nos estados do sul da república, podendo ir em cada viagem até 300 passageiros.

Sobre a seca de 1915, tem-se que, pelo porto de Fortaleza, “saíram 50.783 passageiros de 3ª classe”, além de mais de seis mil que partiram por Camocim. Os retirantes eram reunidos no

<sup>42</sup> Ofício de 8/03/1889 e anexo, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC. Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>9</sup> 5/7, 428, Ministério do Império, AN. *Libertador* de 13/02/1889, Fortaleza, BPGMP.

Campo de Concentração, sendo que “os grupos que embarcavam eram logo substituídos por outros de igual número dos que chegavam do interior, a pé ou pela via férrea”.<sup>43</sup>

Chegando a seus destinos, os retirantes deparavam-se com um lugar totalmente estranho, ao menos para os que iam pela primeira vez. Essa fase de “aclimação” era talvez a mais problemática, sobretudo para as crianças, pois há informações de que eram as mais suscetíveis a morrer logo nos primeiros dias após as viagens.

Uma parte dos que procuraram o Maranhão, chegando pelo porto de São Luiz na seca de 1877-79, foi empregada em obras públicas ou agenciada para trabalhar na agricultura. Outros recebiam socorros durante oito dias, depois do que tinham de se prover por si mesmos. Ao menos cinco colônias agrícolas seriam criadas para a ocupação dos cearenses que ali chegavam. Curiosamente a colônia do Prado estava “situada no extinto quilombo do Limoeiro, em Turiaçu”, mocambo batido pela força militar que seguia a orientação de conservar “habitações e roças que encontrasse, devendo, quando retirar-se para essa capital, deixar o número de praças necessárias para garantir essas habitações e roças de qualquer assalto de pretos fugidos”.<sup>44</sup>

O governo paraense também reconheceu “a necessidade de regular o serviço” de recepção da imigração cearense. Assim, dizia providenciar “recebimento, alimentação e acomodação dos retirantes” e, em seguida, o “estabelecimento de núcleos coloniais” em diferentes pontos da província. A colônia que mais receberia retirantes do Ceará foi a Benevides, localizada às margens da estrada que ligava Belém e Bragança. Em 1877, os que ali chegavam eram orientados a construir barracões e recebiam terras. Em menos de um ano já existiam ali mais de “800 imigrantes, aos quais foram distribuídos lotes de terras, instrumentos agrícolas e algum auxílio em dinheiro, sementes etc. etc.”, segundo consta no relatório da presidência daquela província. Quando, em 1879, já se contava na colônia Benevides “cerca de nove mil habitantes”, o presidente da província considerou “um erro acumular em um só núcleo tão crescido número de emigrantes”. Como nem todos os que ali chegavam estavam em condições de se dedicar à lavoura, o governo do Pará criou em

<sup>43</sup> BRASIL. *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho...* Op. cit., p. 118. Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>o</sup> 5/7, caixa 428, Ministério do Império, AN. CEARÁ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901...* Op. cit., p. 32. CEARÁ. *Mensagem dirigida à assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916...* Op. cit., p. 6-8.

<sup>44</sup> MARANHÃO. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, no dia 18 de outubro de 1877, apresentou à assembleia legislativa provincial, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária.* Maranhão: Typ. do País, 1877, p. 24. MARANHÃO. *Relatório com que o Exmo. Sr. vice-presidente da província Dr. Carlos Fernando Ribeiro instalou no dia 9 de maio de 1878 a assembleia legislativa provincial.* Maranhão: Typ. do País, 1878, p. 10.

setembro de 1878, em Belém, o Asilo Cearense, destinado a abrigar “viúvas e órfãos que não encontram acolhimento em casas particulares”. Em 1889, às colônias Benevides, São José, Caeté e Santarém – já existentes em 1877-79 –, somaram-se as colônias Santa Isabel, Apeú e Araripe, localizadas ao longo da Estrada de Ferro de Bragança. Em 1915 seriam criadas ainda as colônias Pedro Teixeira e Santo Antonio do Prata.<sup>45</sup>

Os que iam para a província do Amazonas, eram alocados nas colônias agrícolas Santa Isabel, às margens do rio Tarumã-Mirim, e Maracajú, na estrada que saía para o norte da cidade de Manaus. Enquanto nesta última as famílias cearenses ali estabelecidas conseguiram desenvolver certas culturas, os retirantes alocados na colônia Santa Isabel enfrentaram maiores dificuldades. Espalhou-se a varíola pelos acampamentos e os ataques de saúvas destruíram toda a plantação. Outra parcela dos imigrantes era levada para povoações ribeirinhas como Tauapeçu, Moura, Carvoeiro, Moreira, Tomar, entre outras. Ali receberiam terras os “emigrantes cearenses que se dediquem unicamente a esse ramo”. Mas a grande maioria dos cearenses que chegavam ao Amazonas, seria de fato absorvida pelos trabalhos nos seringais que, naquele tempo, multiplicavam-se pelas margens dos rios Purus, Madeira, Juruá e seus afluentes. De tal forma que na seca de 1889 os retirantes do Ceará procuravam colocações na extração da borracha, relatou o presidente de província Joaquim de Oliveira Machado, seguindo “prontamente para os seringais no alto Purus, onde são contratados ou chamados por seus coprovincianos”. O presidente da província do Amazonas, preocupado com o grande número de cearenses que chegava, solicitou a contenção do envio de retirantes para o máximo de duzentos em cada vapor porque os que já ali estavam encontravam-se “mal abrigados em ranchos de madeira roliça, sem paredes e cobertos de palmeira”.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> PARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da assembleia legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará: Typ. da Província do Pará, 1878, p. 6. PARÁ. *Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1.º vice-presidente, passou a administração da província do Pará o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878*. Pará, Typ. Guttemberg, 1878, p. 89. PARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da assembleia legislativa da província do Grão-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, p. 20. Ofício de 30/09/1878, IJJ<sup>1</sup> 404, Ministério do Império, AN. BRASIL. *Relatório apresentado à assembléia geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do Império Antonio Ferreira Viana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 93. PARÁ. *Mensagem dirigida em 1º de agosto de 1916 ao congresso legislativo do Pará pelo Dr. Eneas Martins, governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 86.

<sup>46</sup> AMAZONAS. *Fala com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1.a sessão da 14.a legislatura da assembleia legislativa provincial do Amazonas o Exmo. Sr. Barão de Maracajú, presidente da província*. Manaus, Typ. do Amazonas, 1878, p. 42-44. Ofício de 22/02/1889, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC.

A cada momento dessa grande diáspora de sertanejos pelo território nacional – nos portos de embarque, nos navios, em hospedarias e hospitais, colônias agrícolas, cafezais, seringais ou onde quer que se imagine tenha chegado o alcance das migrações –, os retirantes lidavam com situações desafiadoras que iam desde a falta de comida, assistência médica e roupas até o sofrimento de maus tratos, enganações quanto a promessas feitas ou falta de fornecimento de socorros e pagamento de salários. No primeiro capítulo, falei sobre a conflituosa viagem dos cearenses contratados em 1878 para os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um percurso marcado por privações e motins, igualmente um exemplo da articulação de formas de resistência às condições degradantes que as migrações impunham. Outras evidências sobre a formação dessas articulações populares de resistência devem ainda ser indicadas.

Por serem as épocas de seca momentos em que a população pobre se via sobremaneira pressionada a abraçar qualquer tipo de alternativa como meio para escapar aos horrores da fome, pareciam estar os retirantes mais suscetíveis à ação de manipuladores e contratadores mal intencionados. Nada seria mais recorrente nesses tempos que casos de grupos de trabalhadores que, contratados nos sertões do Ceará, nos portos de Fortaleza ou Belém, “descobriam” só após longas jornadas rio acima, em direção aos seringais do Alto Amazonas, que eram devedores dos preços das passagens e da comida consumida, passando por isso à condição de cativos por dívidas, numa situação que poderia significar seu aprisionamento aos seringais por longos anos. Em *A Selva*, romance de caráter autobiográfico do escritor português Ferreira de Castro, esta situação é descrita em detalhes, culminando com a fuga coletiva de um grupo de cearenses desiludidos quanto à perspectiva de saldarem suas contas para poderem voltar ao torrão natal.<sup>47</sup> As condições de vida e trabalho nos seringais eram, em geral, profundamente perigosas e opressivas, ficando o seringueiro passível de contrair doenças como a malária ou diversas outras modalidades de febres mortais, mas também o deixando exposto nas estradas a ataques de índios que buscavam com essas incursões defender seus territórios.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

<sup>48</sup> Alcino Teixeira de Mello, em *Nordestinos na Amazônia*, tratou em detalhes das desditas vividas por imigrantes nos seringais amazônicos e percebeu que famílias cearenses buscaram encontrar na agricultura um recurso alternativo diante da inviabilidade econômica da borracha para os seringueiros, mas nem assim conseguiam deixar de enfrentar dificuldades. Relata o caso de Luiz Alves Teixeira, casado e com dois filhos, que chegou ao Acre em 1904. “Depois de trabalhar três décadas na extração do látex, resolveu dedicar-se à agricultura, com a esperança de retirar da terra o que não havia conseguido retirar das seringueiras. Pediu e obteve autorização verbal para instalar-se nos campos da Fazenda Niemeyer, em Rio Branco, naquele Território, onde, depois de oito anos de penoso trabalho, conseguiu pequena mas florescente propriedade. (...) Certo dia, inesperada e inexplicavelmente, o proprietário dos referidos campos exigiu sua imediata devolução

Na tentativa de evitar semelhantes suscetibilidades, os retirantes procuravam estruturar meios de autoproteção. Entre os que iam para o sul do país, muitos já partiam municiados de cartas de recomendação de contratadores ou de emigrantes conhecidos, conterrâneos já ali chegados, que lhes falavam das vantagens em se estabelecerem juntos numa mesma fazenda ou colônia. Em dezembro de 1888, por exemplo, um emigrante cearense, José Ferreira de Barros, enviava carta desde a colônia Cruzeiro, cujo proprietário era Manuel de Freitas Novais – qualificado na missiva como “o primeiro fazendeiro que tem em São Paulo” –, onde dizia que “as coisas aqui vão bem”, que “todos estão satisfeitos” e até “seu compadre Franklin chegou com saúde”. Destacava que ali a chuva “é com abundância e não se viu terra seca”, que os cearenses achavam “casas para entrar e terra para plantar que o patrão deu e até a semente de tudo para plantarem”.<sup>49</sup> Os historiadores que se dedicaram a estudar as migrações de cearenses para as regiões dos cafezais nessa época, ao que parece não esclarecem sobre as exatas atividades para as quais os retirantes eram contratados; se trabalhavam como jornaleiros ou sob o regime do colonato – o que, como acontecia com muitos imigrantes estrangeiros, também implicava em uma espécie de servidão por dívida.<sup>50</sup> Mas qualquer que tenha sido o regime de trabalho ali encontrado, certamente despertava a desconfiança dos emigrantes do sertão cearense, pois era tácita a recusa a aceitar certos tipos de “colocação”. Viviane Lima de Moraes fala da tensão vivida em hospedarias de São Paulo quando alguns retirantes rejeitavam seguir para fazendas estipuladas pelos agentes, o que resultava até em atos de expulsão de famílias recalcitrantes.

Nos documentos de Guaratinguetá era recorrente o nome do fazendeiro Dr. Rafael Brotero. Em 23 de maio de 1878, foram enviadas à sua fazenda cinco famílias, totalizando trinta e três emigrantes cearenses. Em 14 de junho, foram-lhe enviados mais doze desses trabalhadores. Neste mesmo dia, deixou de embarcar em direção a Rio Claro o cearense José Romão de França, com sua família composta de oito pessoas, em virtude de sua mulher ter adoecido. Novamente, em 19 de junho, nove pessoas dirigiram-se para esta propriedade. No entanto, em 20 de junho, o agente oficial enviou ao Presidente da Província de São Paulo uma lista com quinze nomes de retirantes cearenses expulsos da Hospedaria porque “se achavam ali há bastantes dias e não se queriam empregar, recusando-se irem para Guaratinguetá com os demais”. No topo desta última lista estava o nome de José Romão e abaixo dele vinha o nome de apenas sete de seus familiares,

---

(...). Tempos depois, instalou-se, devidamente autorizado, em terras de outro seringal, na região do ‘Poço da Cobra’, dedicando-se novamente à agricultura, cujos produtos vendia, porém sentia que sua situação era de insegurança, esperando a cada momento ser novamente enxotado.” Cf. MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 25-26.

<sup>49</sup> *Libertador* de 14/01/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>50</sup> MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

sendo que o nome de sua esposa não estava incluído, o que pode indicar que ela tenha falecido.<sup>51</sup>

Em lugares onde a concentração de emigrantes era mais numerosa os conflitos podiam vir a se tornar verdadeiras conflagrações. Foi o que aconteceu na Colônia Benevides, no Pará, quando uma multidão de colonos cearenses cercou o escritório do administrador do núcleo em 1879, protestando contra a suspensão dos socorros e a demissão de diversos trabalhadores das obras organizadas pelo governo. Aquele levante culminou a recorrência de diversas rusgas derivadas da política de contenção de despesas levada a cabo por um novo administrador. Em maio daquele ano, o cearense Alvino Vieira Santos, após ser dispensado dos serviços, agrediu um empregado da sede da diretoria. Chamado para prestar esclarecimentos, não somente não se arrependeu de sua atitude agressiva como também ameaçou o diretor da colônia com um revólver, “prometendo dar cabo de sua vida caso o seu trabalho não fosse restabelecido”. Preso, no dia seguinte “já estava solto e promovendo distúrbios de toda a qualidade, assim como ameaçando os trabalhos da diretoria do núcleo”. Depois disso, na manhã do dia 20 de julho de 1879, quando se deu o grande levante, logo ao raiar do dia diversos grupos reuniram-se em diferentes pontos da colônia e partiram em seguida para a sede do núcleo. Diziam-se prejudicados pela suspensão dos auxílios por parte do governo provincial e exigiam “o retorno imediato dos pagamentos”. No fim da manhã, já era numerosa a multidão ao redor da sede e, conforme publicou o jornal *O Liberal do Pará*, “armados de cacetes, terçados e facas”, os colonos “irromperam a sala pública da diretoria” e os “aposentos particulares do diretor”, enquanto os que permaneciam do lado de fora gritavam e batiam nas paredes com seus terçados e cacetes. Jorge Sobrinho, diretor da Benevides, via-se assim refém da multidão em fúria que exigia sua demissão. Caso contrário, afirmaram estar dispostos a marchar até a capital para cobrar pessoalmente do presidente da província o seu afastamento do cargo.<sup>52</sup>

Em todas estas formas de antagonismo às quais os emigrantes lançavam mão na defesa de seus interesses, verifica-se a constituição de articulações coletivas que ultrapassavam aqueles contatos prévios, estabelecidos por laços familiares ou comunitários,

<sup>51</sup> MORAIS, Viviane Lima de. Agenciamento e agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). *Histórica*, n. 41, abril de 2010 (<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia04/>). Ver da mesma autora: MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2003.

<sup>52</sup> *O Liberal do Pará*, 20/08/1879, Belém, BN. *A Constituição*, 22/07/1879, Belém, BN. Cf. NUNES, Francivaldo Alves. Entre a lei e o costume: revolta de colonos no Núcleo Agrícola Benevides (Pará, 1879). *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, n. 2, 2008, p. 81.

na direção de agrupamentos solidários maiores, como aqueles que se uniam por se encontrarem embarcados num mesmo navio, concentrados numa mesma hospedaria, trabalhando numa mesma fazenda ou colônia. Nesses agrupamentos solidários, podiam travar contatos com pessoas as mais diversas, provenientes de outras regiões, outras etnias ou mesmo outras nacionalidades. De fato, a experiência da migração poderia se constituir num poderoso meio de ampliação de referências sociais e culturais para os sertanejos, incorporando novos saberes relacionados às situações por eles vivenciadas nos diversos percursos.

Um caso esclarecedor quanto a contatos interétnicos possibilitados pelas experiências das migrações, ocorrido em função de conflitos envolvendo retirantes, é relatado por Edson Lima Barboza. Como forma de ocupar os retirantes cearenses da seca de 1878-79, o governo do Maranhão resolveu deslocar grupos imigrantes que se encontravam em São Luiz para a formação de colônias agrícolas pelos sertões maranhenses. Uma dessas, a Colônia do Prado, situava-se no coração da região fronteiriça com a província do Pará, nas matas entre os rios Turiaçu e Gurupi. Tradicionalmente aquela região abrigava comunidades de índios bravios, quilombos e outros agrupamentos de fugitivos, como contou Flávio dos Santos Gomes em seu livro *A hidra e os pântanos*. A formação da Colônia do Prado tinha a intenção clara de, com o povoamento de cearenses, evitar novas reuniões de quilombolas recém-expulsos. Acontece que, com a chegada dos retirantes àquele “antigo mocambo de negros” – agora convertido em “novo mocambo de brancos!” –, os cearenses sentiram-se enganados, encurralados pela mata fechada, em estado de nudez e sem qualquer recurso para ali se estabelecer dignamente. Uma parte dos cearenses fugiu para as matas, havendo roubado armas e ferramentas, enquanto outra parcela permaneceu no “novo mocambo” que em pouco tempo seria totalmente abandonado pelos cuidados governamentais. Certamente, tiveram os cearenses de contar com a ajuda de quilombolas e índios da região para se manter naquelas condições, tão problemáticas a quem não estava acostumado com os segredos da floresta. E, de fato, quando muitos anos depois uma expedição chefiada pelo engenheiro Henrique Jorge Hurley adentrou a região de Turiaçu-Gurupi em 1919, encontrou, ao lado de “índios” e “pretos”, “antigos colonos cearenses” há muito ali estabelecidos.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. Sobre as hidras do norte: rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia – 1877/1889. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, vol. XI, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 205-210. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 129-132 e p. 244-262.

Pelos vapores circulariam aqueles que, com seus deslocamentos, ampliavam o campo de experiências sertanejas até outras províncias, próximas ou distantes, durante as secas da passagem do século XIX. Partindo e retornando ao Ceará, integrariam novas relações de trabalho, condições ecológicas e relações interpessoais ao repertório de complexas experiências que as migrações possibilitavam. Até o momento, este texto privilegiou as formas de contato estabelecidas de parte a parte entre sertanejos construindo solidariedades ao se contraporem a autoridades de diferentes tipos. É hora de nos voltarmos para fora dos grupos sertanejos, em busca das trajetórias de uma gente diferente, pessoas com jeito diverso no vestir, comer, rezar, falar. Estrangeiros que, no contato com os cearenses açoitados pelas secas, deveriam pensar estar chegando a um país de miseráveis, mas que provavelmente aprenderam com o tempo a ver nesse outro aspectos de sua própria miséria.

### 3.4 Estrangeiros

Em diversos pontos do amplo território percorrido pelos proletários das secas, estrangeiros cruzavam seus caminhos, às vezes somente “de passagem”, em contatos efêmeros, outras vezes estabelecendo relações mais duradouras. Um deles chamava-se Charles Merlo: era cidadão suíço e, tendo vindo ao Brasil como “colono voluntário” para a província do Maranhão, procurou o Ceará no ano de 1877 “em busca de uma ocupação qualquer própria de sua profissão de jardineiro”. Tivera a infelicidade de encontrar na província cearense a “terrível calamidade que infelizmente a aflige”, motivo pelo qual “não só não achou ocupação alguma, mas ainda consumiu todo o produto de suas economias”. Da mesma forma que muitos retirantes, Merlo encontrava-se arruinado pela seca. Por isso solicitava ao governo passagem para Pernambuco. Pedia a “proteção que o governo imperial tem prometido e costuma dispensar aos colonos estrangeiros” – era uma forma que encontrava para tentar se distinguir da enorme massa de sertanejos pobres.<sup>54</sup>

Charles Merlo era apenas mais um dentre as dezenas de milhares de imigrantes que cruzaram o Atlântico no século XIX. Essa grande imigração para a América começara discretamente após as Guerras Napoleônicas e as independências dos países latino-americanos na década de 1820, mas ganhou proporções maciças após 1850, e ainda mais intensa seria durante os anos da Grande Depressão (1873-92). Nesse período, até a Primeira Guerra Mundial, cruzou o Atlântico algo em torno de 51 milhões de europeus (aos que se somaram por volta de dois milhões de asiáticos). Essa expressiva quantidade de imigrantes ultrapassava

<sup>54</sup> Ofício de 27/09/1877, Várias Localidades, caixa 20, Socorros Públicos, APEC.



(e muito) o número de pessoas vindas durante os três séculos precedentes de domínio colonial (aproximadamente três milhões de europeus e dez milhões de africanos). Somente ao fim do século XX, uma nova onda de migração global ultrapassaria em intensidade os deslocamentos dos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, mas ainda assim a proporção em relação à população do mundo seria menor.<sup>55</sup>

O Brasil receberia uma parcela minoritária dessa grande diáspora atlântica da segunda metade do século XIX (algo em torno de 2,9 milhões entre 1881 e 1915, segundo Herbert Klein), bem atrás dos Estados Unidos para onde 70% dos imigrantes se destinaram. Mas, em termos absolutos, os estrangeiros representariam um peso considerável ante o contingente populacional do país, mudando o aspecto de algumas regiões da nação, para onde levaram sua língua, culinária, hábitos de trabalho e feição corporal.<sup>56</sup>

O Império tratou de estimular a vinda de estrangeiros porque julgava que os imigrantes seriam um veículo útil para a ocupação dos territórios que o Estado considerava “despovoados” – fechando os olhos para a presença de povos indígenas e populações de caboclos que dominavam grandes extensões dos sertões. Famílias de trabalhadores de países do norte europeu foram convidadas a vir para o Brasil, a quem se ofereciam terras para a constituição de colônias camponesas. Alemães e suíços tenderam, assim, a ocupar as regiões temperadas ao sul de São Paulo, criando colônias às vezes isoladas ou infensas ao contato externo.<sup>57</sup>

Seria, porém, nas áreas onde se expandia a grande lavoura cafeeira que a maior parte dos imigrantes estrangeiros encontraria ocupação no Brasil. Concomitantemente ao declínio dos antigos cafezais do Vale do Paraíba na década de 1850, avançaram as novas plantações pela região de Campinas nos anos seguintes, atingindo o sertão de Araraquara em 1886, estendendo-se para Bauru e São José do Rio Preto na década de 1920 e o extremo Oeste em 1935, daí até atingirem as barrancas do rio Paraná e espalharem-se pelo norte daquele estado em meados do século XX. Alguns lavradores, já na década de 1850, procuraram empregar famílias de estrangeiros (alemães, suíços, portugueses e italianos) sob o regime de parceria em novas fazendas de café na região de Rio Claro, mas logo viu-se que o uso da mão

<sup>55</sup> MOYA, José C. Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais no hemisfério ocidental. *Cadernos AEL*, vol. 15, n. 24, 2009, p. 217-218. Cf. KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, 13-31.

<sup>56</sup> KLEIN, Herbert. Migração internacional... Op. cit., p. 25.

<sup>57</sup> SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América...* Op. cit., p. 273-314.

de obra escrava continuava a ser a preferência da maioria dos proprietários durante ainda uns trinta anos. Com o fim do regime escravista, no entanto, abriu-se as portas para a entrada em massa das famílias de trabalhadores estrangeiros – uma grande maioria composta por italianos, no início, sendo aos poucos ultrapassada pelos japoneses, já na nova centúria.<sup>58</sup>

Nem todos os que imigravam tinham como destino o campo. Inclusive as maiores cidades do país receberiam tantos contingentes de imigrantes que a composição da nova classe operária de São Paulo e os pequenos comerciantes e artesãos do Rio de Janeiro se tornariam de maioria estrangeira (italianos, portugueses e espanhóis).<sup>59</sup> Tampouco se deveria esquecer da presença de nacionalidades numericamente menos expressivas, porém bastante influentes na teia social, como foram sírios, libaneses, ingleses, franceses, norte-americanos e até aqueles que chegavam de países vizinhos da América do Sul.

Somente uma minoria dos estrangeiros procuraria, assim, estabelecer-se nas regiões ao norte do Brasil – entre a Bahia e a Amazônia, área de domínio dos proletários das secas, como visto. Porém também ali a sua presença é notória.

No Ceará, desde meados do século XIX foi constante a chegada de imigrantes estrangeiros, ainda que sempre em pequenos grupos. Uma parte vinha à procura de ocupações rurais (como agricultores ou criadores), enquanto outra parcela procurava a província para trabalhar como artesãos de diversos ofícios. A maioria dos que procuravam Fortaleza vinha na condição de caixeiros. Durante o governo de José Martiniano de Alencar (1836-38), ao menos em três viagens feitas pelo navio *Maria Carlota* chegaram colonos açorianos para “dar impulso a nossa tão atrasada agricultura”. Ao mesmo tempo, um agente seria designado para ir a Saint Cloud, na França, engajar cinquenta calceteiros para aqui vir trabalhar na construção de estradas.<sup>60</sup>

Somente com o declínio da escravidão na província – sobretudo ao fim da década de 1860, quando o tráfico interprovincial já havia empurrado uma grande porcentagem dos

<sup>58</sup> Cf. BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

<sup>59</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 4ª edição. São Paulo: Difel, 1986, p. 13-37.

<sup>60</sup> CEARÁ. *Fala com que o excelentíssimo presidente da província do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da assembleia legislativa da mesma província no dia 1º de agosto de 1836*, p. 6. Esse primeiro intento de trazer artífices para a província, no entanto, não alcançou resultados positivos. Como mostrou o presidente Manuel Felizardo de Souza e Melo, não havia então no Ceará “arsenais em que se pudessem empregar alguns desses trabalhadores” e explicava: “A nossa província não abunda de capitais; a riqueza mais acumulada se acha nos sertões; na capital o comércio é fraco e pequenos capitalistas existem”. CEARÁ. *Fala que recitou o excelentíssimo senhor Manoel Felizardo de Souza e Melo, presidente desta província, na ocasião da abertura da assembleia legislativa provincial no 1º de agosto do corrente ano*. Ceará: Typ. Constitucional, 1838, p. 20-22.

cativos para as zonas dos cafezais no sul –, a vinda de trabalhadores rurais das ilhas dos Açores seria novamente estimulada, dessa vez pela iniciativa de particulares, utilizando-se possivelmente do dinheiro acumulado com a venda dos escravos para substituí-los por trabalhadores estrangeiros. Representantes comerciais como José Joaquim Carneiro, Joaquim da Cunha Freire & Irmão, Singlehurst & C<sup>a</sup> e Francisco Luis Carreira empenharam-se em trazer colonos açorianos durante a passagem da década de 1860 para 1870, no que parecia ser na época o “prelúdio de uma corrente de emigração”. Mas, a despeito de todas as tentativas, a imigração estrangeira para o Ceará nunca atingiria dimensões comparáveis aos fluxos de imigrantes que iam naquele mesmo tempo às regiões meridionais do país.<sup>61</sup>

Mas, ainda que não coincidissem as áreas de domínio das diásporas de sertanejos tangidos pelas secas e de imigrantes procurando ocupações no Brasil, a circulação intensificada de pessoas em decorrência desses fenômenos migratórios colocaria muitos retirantes em contato direto com trabalhadores estrangeiros. Mais que a duração, as circunstâncias em que se davam esses contatos conferiria importância à interação entre esses sujeitos, promovendo influências que marcavam as experiências daqueles que, diferentes em matrizes culturais, podiam encontrar pontualmente elementos de identificação que lhes estimulavam a cooperar mutuamente nas situações compartilhadas.

Como Charles Merlo – apresentado no começo desse tópico –, uma parcela dos estrangeiros vindos ao Ceará, por compartilharem com os sertanejos sua condição de extrema pobreza, findavam se tornando eles próprios retirantes a demandar auxílios do governo. Contemplando o *Livro de residência de estrangeiros* guardado pelo Arquivo Público do Estado do Ceará, o registro de ocupações como as de “colono”, “agricultor”, “lavrador” ou “criador” identificam uma parcela desses imigrantes que, chegando a partir da década de 1830, foram se estabelecendo em atividades rurais em regiões como Baturité, Pacatuba, o distrito de Arronches e, acima de tudo, Maranguape (conhecida pela quantidade de portugueses que abrigava).<sup>62</sup> Possivelmente, a maior parte desses imigrantes tivera de compartilhar da difícil rotina dos pobres do campo, enfrentando com os habitantes locais as dificuldades relacionadas aos conflitos com proprietários rurais, às epidemias, à fome e, nos anos de seca, às retiradas.

<sup>61</sup> CEARÁ. *Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da assembleia provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870*. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1870, p. 35-36. Cf. FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...*”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

<sup>62</sup> *Livro de registro de residência de estrangeiros*, registro nº 31, entrada de 18/5/1842. Polícia, APEC.

A condições semelhantes também poderiam chegar os estrangeiros estabelecidos nas cidades, sobretudo em Fortaleza, onde ocupavam diversas profissões como caixeiros, carpinas, marceneiros, serralheiros, sapateiros, tanoeiros, tipógrafos, chapeleiros, pedreiros, padeiros, pintores, funileiros, caldeireiros, alfaiates...<sup>63</sup> Em tempos de seca, virtualmente uma parcela menos favorecida desses trabalhadores viriam a ter que se juntar às massas de miseráveis às portas dos depósitos de distribuição de comida ou dirigir-se ao porto nos dias de embarque para fugir da aguda crise que também lhes atingia.

Possivelmente as condições de extrema miséria vividas no semiárido brasileiro em anos de seca remetiam aos tempos mais duros que tantos imigrantes enfrentaram, principalmente aqueles provenientes das regiões mediterrânicas da Europa – como era o caso de portugueses, espanhóis e italianos, mas não somente desses. Ali, durante a segunda metade do século XIX, um processo de acelerada proletarização das populações do campo levou inúmeras famílias a encontrar na emigração uma alternativa. A miséria crescente se verificava, sobretudo naquelas regiões onde o crescimento demográfico e a concentração das terras não se combinavam com a abertura de um mercado de trabalho industrial correspondente, resultando no que a historiadora portuguesa Miriam Halpern Pereira chamou de certo “desajustamento entre as novas possibilidades demográficas nacionais e a forma assumida pelo desenvolvimento econômico-social”, o que se manifestaria em Portugal “não somente por um aumento de desemprego e subemprego, mas também pela emigração”.<sup>64</sup> O quadro de miséria que assolava o campo nessa época leva Zuleika M. F. Alvim a considerar que, para os camponeses italianos, “o ato de emigrar não implicava simplesmente ‘fazer a América’, como em geral se interpreta. Era também uma forma de resistência às duras condições de vida impostas pela penetração do capitalismo no campo italiano”.<sup>65</sup>

Esse paralelismo entre experiências em situações de pobreza pode ter contribuído para que muitos estrangeiros e sertanejos buscassem transpor suas barreiras culturais e identitárias em favor da constituição de outros laços sociais que viessem a empoderar os novos agrupamentos em abarracamentos, vapores, hospedarias, colônias, fazendas e canteiros de obra. Em certos casos, para os estrangeiros, essa aproximação aos sertanejos do Brasil pode ter se dado apenas após um tempo mais ou menos longo, enquanto se reformatavam as antigas configurações grupais dos da mesma nação em prol de outros arranjos sociais. Não se

---

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2002, p. 20-21.

<sup>65</sup> ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 18.

deve esquecer que a época em tela era – na expressão de Eric Hobsbawm – um tempo de “bandeiras desfraldadas”, de emergência do nacionalismo exaltado no contexto do imperialismo (um fenômeno sem dúvida de perfil elitista e conservador, mas que se espraiava rapidamente pelas classes subalternas).<sup>66</sup> Porém, mais do que uma ideologia, a identificação nacional constituía-se em estratégia cotidiana de solidariedade para os imigrantes que chegavam a novos países, experimentando estranhamentos e exercitando mecanismos de estabilização em sociedades desconhecidas. Provavelmente esse processo explique porque muitos dos imigrantes que chegavam ao Ceará durante o século XIX, tendo cruzado o Atlântico nas mesmas embarcações, acabassem por fixar residências próximas ou mesmo estabelecer moradias comuns, como por exemplo fizera um grupo de italianos naturais de Palermo que, chegados em 1854 no navio *Dolabela*, residiam juntos na rua da Amélia. Juntos também permaneceriam os calceteiros portugueses, contratados em 1858 para construírem o calçamento das ruas centrais da urbe alencarina e que, anos depois, mandariam trazer filhos e esposas de Portugal para aqui se estabelecerem definitivamente. Um estudo mais profundo sobre a presença estrangeira na cidade de Fortaleza certamente identificaria outras dessas ilhas de imigrantes que se erguiam na malha urbana da capital cearense.<sup>67</sup>

No romance *A Selva*, já antes comentado, Ferreira de Castro percorre o tortuoso caminho do jovem português Alberto que, desempregado em Belém, é levado por seu tio – dono de uma estalagem – a se juntar a um grupo de cearenses contratados para trabalhar num seringal no rio Madeira. Todo o percurso do personagem – desde o embarque em Belém, a lenta subida pelos rios amazônicos, a chegada ao seringal, às solitárias jornadas nas estradas – aparece como um doloroso processo de aprendizagem para aquele lusitano repleto de saudade de sua terra e que, por força das circunstâncias, deparava-se com situações que lhe pareciam desafiar suas mais íntimas convicções morais e seu orgulho de pertencer à raça dos colonizadores. Como se pode ler numa passagem:

Quando estava em Portugal, o passado surgia-lhe apenas em exemplo político a seguir, em lição que urgia decorar e manter para felicidade do País. Mas era só riqueza coletiva o que ele encontrava no luzimento pretérito da raça, de que dava notícia a história. Não a sentia nem a gozava individualmente. Agora, não. Agora, as façanhas faziam-nos vibrar como se fossem pertença sua e houvessem sido cometidas por ele próprio, para que, muitas encarnações depois, delas se pudesse orgulhar em silêncio e nelas encontrasse estímulo perante a desdita.

<sup>66</sup> HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 203-231.

<sup>67</sup> *Livro de registro de residência de estrangeiros*, registro nº 31, entrada de 18/5/1842. Polícia, APEC. *Livro de passaportes de estrangeiros*, lançamentos de 12/03/1858 e 26/07/1864, APEC.

Esse orgulho nacionalista é apresentado como um recurso psicológico daquela personagem, uma espécie de redoma de proteção cultural criada para fazê-lo distinguir-se dos miseráveis cearenses com quem agora tinha de compartilhar refeições, espaço de dormida, trabalho... Diante de uma realidade que rejeitava, buscava de início se proteger através dos escudos simbólicos da identidade nacional:

Contudo, agora, a recordação desse passado que a distância cobria de fausto e de heroísmo, sabia-lhe bem, adoçava-lhe os lábios, a alma e era como uma íntima, uma silenciosa vingança contra a indiferença que cearenses e demais matulagem revelavam pela sua condição de civilizado.<sup>68</sup>

Aos poucos, entretanto, Alberto aprenderia a valorizar seus novos companheiros de desdita, encontrando num cearense “manso” – pois ele e os cearenses recém-chegados eram considerados “brabos”, ainda ignorantes dos segredos da floresta, da lida com a borracha e das regras de convivência no seringal – um companheiro para as horas solitárias e um amigo sincero com quem aprendeu a identificar os perigos e artimanhas (não só os da selva ou os dos índios ameaçadores, mas também os do patrão desonesto com seus capangas). Ferreira de Castro buscou, com *A Selva*, explorar as vicissitudes de uma experiência que um dia foi a sua, imigrante que, ainda criança, após perder o pai em Portugal, veio ao Brasil onde viveria em precárias condições, antes de se tornar jornalista e escritor de reconhecida qualidade.<sup>69</sup>

Situação diversa, mas igualmente significativa para se pensar os contatos entre retirantes e estrangeiros, era a encontrada em hospedarias e fazendas de províncias do sul do país, onde os grupos de imigrantes estrangeiros eram maioria. Também nessas condições poderiam ser constituídas solidariedades tecidas por sobre as barreiras culturais que diferenciavam os grupos emigrantes. Nesses casos, tendo percorrido trajetórias mais distantes e sendo em maior número, os estrangeiros talvez se mostrassem dotados de maiores capacidades de reivindicação, fazendo de ações diretas articuladas um instrumento de barganha quando se confrontavam com agentes contratadores. No início de 1889, por exemplo, um grupo de imigrantes calabreses levantou-se contra os agentes de uma hospedaria por se recusarem a assinar contrato com fazendeiros de Bananal (SP); preferiam ir para a capital paulista, onde decerto pensavam haver melhores oportunidades de emprego. Tropas foram mobilizadas, procedendo-se à prisão de dez desses imigrantes. Terminaram por ser

<sup>68</sup> CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Op. cit., p. 24-25.

<sup>69</sup> Cf. MASSAUD, Moises. *A literatura portuguesa através de textos*. 29ª edição. São Paulo: Cultrix, 1997, 537.

levados à hospedaria de Pinheiros, onde permaneceram durante o mês de fevereiro daquele ano, quando foram novamente remanejados, desta vez para a Corte, chegando à estação marítima da Gamboa no dia 2 de março. Quando o governo decidiu remanejá-los mais uma vez para a ilha das Flores, apenas uma minoria aceitou partir para lá. Apesar de vigiados por forças policiais, 78 daqueles “imigrantes incômodos” conseguiram escapar e se esconder por entre ruas e travessas da cidade do Rio.<sup>70</sup> Como as circunstâncias em hospedarias e cafezais eram praticamente as mesmas para os retirantes que chegavam do norte do país naqueles tempos, possivelmente as ações desses “imigrantes incômodos” eram por eles incorporadas enquanto um recurso de resistência. Mesmo que não haja dados positivos de interação direta entre estrangeiros e cearenses neste caso em particular, é possível se imaginar aspectos das impressões provocadas nesses últimos ao verem ou ouvirem falar dos conflitos e artifícios operados por esse grupo de calabreses.<sup>71</sup>

Imigrantes trariam ainda para as zonas de contato com os proletários das secas outros exemplos de coesão grupal e procedimentos de reivindicação. Principalmente entre aqueles provenientes de regiões industrializadas da Europa e Estados Unidos, aportavam no Brasil indivíduos e grupos experimentados em movimentos trabalhistas por aqui ainda incipientes. Significativo foi o exemplo, já anteriormente referido, dos trabalhadores estrangeiros que, ao encontrarem as turmas de cearenses que chegavam para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1878, convenceram-nos a cruzar os braços no momento que perceberam irregularidades nos pagamentos dos salários. Aqueles operários estrangeiros haviam sido recrutados em maior número na Filadélfia e constituíam um agrupamento multinacional e multiétnico, encontrando-se entre eles, além de gente nascida nos Estados Unidos, italianos, irlandeses e ingleses – e há informações de que uma parte seriam negros contratados em Washington DC e no estado da Virgínia. Antes mesmo da chegada das turmas de retirantes cearenses às obras da Madeira-Mamoré, aqueles estrangeiros já promoviam agitações e tentativas de greve na linha férrea, diante do que uma matéria do *Jornal do Amazonas* comentou (tentando acalmar os leitores que se deparavam pela primeira vez com o fantasma das lutas operárias):

<sup>70</sup> *Jornal do Commercio* de 31/01 e 3/03/1889, Rio de Janeiro, BN.

<sup>71</sup> No jornal *Correio Paulistano* de 1/01/1878, São Paulo, BN, uma nota informa sobre o compartilhamento de uma mesma hospedaria entre cearenses e imigrantes estrangeiros: “Núcleos coloniais – Seguiram ontem desta cidade para o núcleo de S. Bernardo nove famílias italianas, compostas de cinquenta e nove pessoas. Seguiram hoje também de Santos para o mesmo núcleo sessenta retirantes cearenses.”

Na Europa e nos Estados Unidos quase sempre há essa reunião de operários, a que se dá o nome de *greve*, para pedirem serviço umas vezes, aumento de salários outras, sem, contudo, alterarem a ordem e tranquilidade pública.<sup>72</sup>

As obras de socorros públicos no Ceará se tornariam, na passagem do século XIX, centros de recepção de imigrantes estrangeiros, a maioria ali chegada para trabalhar como operários qualificados. Às vezes, turmas inteiras de artífices desembarcavam nos portos do Ceará, como aquela dos “ingleses maquinistas” contratada pelo engenheiro-chefe da construção do açude de Quixadá, em 1889, “mandados vir de Londres pelo Sr. Revy para fazer funcionar os locomoveis e as bombas porque no Brasil não há quem entenda disso”.<sup>73</sup> Também esses indivíduos ou agrupamentos de estrangeiros exerceriam influências em seu contato com as multidões de retirantes que encontravam nas obras, apesar de serem, nesses lugares, uma pequena minoria diante de um contingente muito maior de sertanejos. Como trabalhadores móveis, podiam até contribuir para incluir as obras de socorros públicos numa extensa rede de mão de obra especializada (pedreiros, canteiros, ferreiros, mecânicos etc.) que, segundo Adhemar Lourenço da Silva Jr., os próprios trabalhadores que atuavam em construções urbanas criavam. Adhemar da Silva Jr., referindo-se aos operários em pedras que atuavam na região sul do país, diz que aquele “trabalhador exerce o ofício continuamente, mesmo que tenha de se transladar de uma cidade a outra, em busca de melhores salários, condições de trabalho ou simplesmente emprego”.<sup>74</sup>

As relações estabelecidas entre retirantes e estrangeiros durante a passagem do século XIX encerram provisoriamente nosso percurso acompanhando os proletários das secas atravessando fronteiras num tempo de severas restrições materiais, mas de incorporação de um rico arsenal de referências que os arranjos e desarranjos dos grupos de imigrantes constituíam. Já se encomprida o texto refazendo trajetórias através do chão esturricado dos sertões sem chuva, por pequenas ou grandes cidades alarmadas pela invasão da pobreza sertaneja, nos embarques convulsionados que separavam alguns enquanto uniam outros, pela navegação de uma gente confinada em pequenos espaços singrando mares e rios, e através de tantas diversas modalidades de experiências que o ir e vir constante englobava. Resta enfim

<sup>72</sup> Ofício de 20/07/1878, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC. *New York Tribune*, 13/08/1878, Nova York, LC. Ofício de 10/04/1878 e anexos, IJ<sup>1</sup>, 195, Série Justiça, AN. *Jornal do Amazonas*, 04/1878, Manaus, BN.

<sup>73</sup> *Jornal do Commercio* de 27/02/1889, Rio de Janeiro, BN.

<sup>74</sup> *Relação a que se refere o ofício de 19 de abril de 1879*. Ofício de 19/04/1879, Ministério da Agricultura, APEC. Cf. SILVA JR. Adhemar Lourenço da. Os sindicatos na Idade da Pedra. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, p. 97.



algumas poucas considerações gerais, a título de balanço, para a conclusão do presente capítulo.

\* \* \*

De acordo com Eric Hobsbawm, “a metade do século XIX marca o começo da maior migração de povos da História”. Um dramático “fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções” em números crescentes até a Primeira Guerra Mundial promoveria grandes deslocamentos populacionais para diversas regiões do planeta, inserindo lugares antes considerados longínquos ao circuito econômico e cultural do Velho Mundo. Redes ferroviárias e a navegação à vapor foram as grandes responsáveis por permitir com que um número inaudito de pessoas das classes populares pudesse empreender viagens de curtas ou longas extensões com relativa facilidade e por preços mais ou menos acessíveis. Já que a maioria dos pobres era de origem rural, assim eram também os emigrantes. Percebendo que a massa dos que migravam iam para cidades – ou, ao menos, “para fora do ambiente tradicional rural” – Hobsbawm caracterizou o século XIX como “uma gigantesca máquina para desenraizar os homens do campo”.<sup>75</sup>

Também a presente tese vê nas migrações um poderoso meio de *desenraizamento*. Deve-se ter cuidado, porém, quanto ao emprego de um termo como esse. Poucas vezes os que migravam rompiam completamente seus laços com as origens rurais e certamente nunca abandonavam suas raízes senão após um longo processo de assimilação. Migrar não significa o total abandono de antigas referências culturais. Mais provável é que o migrante assumisse uma identidade *transcultural*, no sentido dado por Mary Louise Pratt, para quem “grupos subordinados ou marginais selecionam ou inventam a partir de materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante”.<sup>76</sup>

De toda forma, não se pode deixar de destacar o quão massivos foram os fluxos migratórios da passagem do século XIX e o quanto esses deslocamentos mexeram com os modos de vida de milhares de pessoas. Ao longo desse capítulo busquei reconstituir tão somente as principais rotas migratórias de sertanejos e outros grupos imigrantes que tomaram o Ceará como referência, enquanto ponto de partida ou de chegada, durante as grandes secas do período. Muito mais deveria ser dito para se obter um “quadro completo” dos

---

<sup>75</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 271-274.

<sup>76</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

deslocamentos empreendidos por nacionais e estrangeiros, mas o que se expôs parece ser suficiente para se ter uma ideia das dimensões daquela diáspora.

Busquei ressaltar na exposição das trajetórias de retirantes e de outros migrantes das secas o papel de sua agência na construção de variadas estratégias de sobrevivência. Privilegiar, como fez toda uma tradição de estudos migratórios, quase exclusivamente fatores de repulsão e de atração (*push-pull*) para explicar o comportamento dos emigrantes pareceu uma abordagem inadequada para entender a complexidade de constrangimentos e escolhas que marcou os diversos sujeitos históricos aqui implicados. Partir ou não partir, embarcar ou permanecer na província, ir para o sul ou para o norte do país, retornar ou não, eram escolhas que dependiam muito mais das redes de contato que os emigrantes construía do que simplesmente de pressões externas como repulsão ou atração.

Interpretar as rotas migratórias como *experiências significativas* é um passo importante para se compreender as circunstâncias de inserção de sertanejos e outros imigrantes como operários nas diferentes obras de socorros públicos do período. Ao lidar com um sem-número de circunstâncias adversas, quando se viam na obrigação de traçar estratégias para garantir a sobrevivência, os migrantes das secas construía laços de solidariedade antes mesmo de empregarem-se nas obras de socorros públicos, constituindo grupos unidos por origem familiar ou comunitária, ou mesmo (no caso das turmas de trabalhadores especializados trazidos para as obras) por interesses corporativos e identidades étnico-nacionais. A formação desses laços de cooperação tinha (como ainda se discutirá nessa tese) implicações diretas nas relações construídas no interior das obras de socorros públicos, alterando os comportamentos de trabalhadores e de seus chefes no cotidiano de trabalho.

Por onde iam, migrantes de diferentes procedências e variadas trajetórias encontravam-se em certos pontos de aglomeração como vilas e cidades, portos e navios, hospedarias e seringais, canteiros de obras e colônias agrícolas, que se constituía em verdadeiras *zonas de contato*, deparando-se com os constrangimentos do controle exercido por comissários de socorros, capitães de navios, policiais, autoridades públicas e uma diversidade de outros agentes. Migrar significava ter de criar meios para driblar certas políticas discricionárias de acordo com as quais agentes estatais visavam direcionar a população em deslocamento para destinos (ou sob circunstâncias) indesejados. Edson Holanda Barboza mostrou como “os retirantes cearenses se portavam como sujeitos

insubordinados, rebeldes e desordeiros” nessas circunstâncias, chamando atenção às múltiplas alianças que se constituíam entre sertanejos e outras modalidades de emigrantes.<sup>77</sup>

Uma diversidade de projetos migratórios confluía, desse modo, a essas zonas de contato através da reunião ali de uma variedade de sujeitos heterogêneos. Nenhuma barreira nacional, étnica ou profissional era intransponível para aqueles migrantes que, muitas vezes, através do reconhecimento mútuo de experiências, viam como podiam ser semelhantes os problemas pelos quais passavam. Do contato de retirantes, estrangeiros, escravos ou criminosos em fuga surgiam eventuais alianças cuja intenção era fugir ao controle de autoridades e cuja consequência era a formação de uma *cultura de resistência subterrânea* que podia ser vital para aqueles sujeitos ao vivenciarem situações de opressão.

Como exposto acima, a mera reunião de grande quantidade de retirantes em centros urbanos já despertava a atenção das autoridades para “elementos perigosos” que incitavam as multidões a atacar pagadorias e mercados. Quase sempre estas ações multitudinárias reuniam retirantes de diferentes procedências que cooperavam entre si na procura de meios para garantir o sustento e melhores condições de existência. Porém, outras formas de aliança, reunindo tipos sociais diversos, eram igualmente previsíveis nos espaços de concentração de migrantes.

Semelhantes alianças apontam para a constituição daquilo que Peter Linebaugh e Marcus Rediker chamaram de experiências de um “proletariado atlântico”, constituído por trabalhadores de várias nacionalidades, de diferentes condições (livres, servos, escravos), sexos, religiões, línguas e etnias diversas, estabelecendo contatos através dos navios que cruzavam o oceano em todas as direções. Assim como se deu entre os séculos XVII e XVIII – período abordado por esses autores –, a passagem do século XIX testemunharia também uma estreita articulação de lutas envolvendo trabalhadores dos diferentes continentes exercendo influências mútuas, articulando uma resistência conjunta que extrapolava fronteiras nacionais e étnicas. *A hidra de muitas cabeças* abunda em exemplos de insurreições localizadas que terminavam por despertar revoltas em outros pontos do Atlântico, através daquilo que Linebaugh chamou de efeito “bumerangue”, fazendo com que idéias e práticas de luta

---

<sup>77</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. Sobre as hidras do norte: rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia – 1877/1889. *Revista Brasileira do Caribe...* Op. cit., p. 193. Ver também BARBOZA, Edson Holanda Lima. “Cabeça chata, testa de macaco”: conexões entre migrantes e escravos fujões, desde o Ceará aos portais da Amazônia (1877-1880). *Revista Projeto História* (PUC-SP), v. 42, p. 369-396, 2011.

circulassem pelos mares levadas por marujos, servos por dívidas, cativos de tumbeiros ou, ainda, condenados da justiça em exílio.<sup>78</sup>

As travessias de emigrantes, intensificadas na “Era dos Impérios”, promoveriam igualmente esses contatos e articulações internacionais e interétnicos. Por meio de inúmeros deslocamentos e de uma variedade de contatos, sertanejos pobres que migraram durante a passagem do século XIX vivenciavam experiências que lhes propiciaram novos referenciais na luta. Em seus diversos percursos, levavam consigo aquilo que aprendiam por inserir-se em novos contextos, bastante diversos do universo rural ao qual estavam acostumados. Outros imigrantes, por sua vez, traziam para os sertões suas práticas e costumes, contribuindo para oferecer uma feição mais cosmopolita ao cotidiano local. Pelos caminhos secos do sertão, por portos e navios, em cidades e outras paragens, as intensas migrações desse período estreitaram os laços culturais entre indivíduos e grupos que as circunstâncias das secas punham em movimento. Tradições diversas eram, dessa forma, trocadas entre trabalhadores móveis numa espécie de *retroalimentação cultural*.

As obras de socorros públicos situavam-se, assim, num contexto de crescente mobilidade de uma multifacetada classe de trabalhadores em variados deslocamentos. Para viabilizar aquelas obras, entretanto, engenheiros e governantes precisavam controlar os grupos de trabalhadores que muitas vezes estavam ali literalmente “de passagem”. Para constituir a mão de obra necessária à construção de ferrovias, açudes e portos fazia-se necessário haver o que Gustavo Lins Ribeiro definiu como uma “imobilização da força de trabalho”, consistindo isso na “necessária sedentarização de populações humanas para o desempenho de atividades estáveis no decorrer do tempo, em lugares determinados”.<sup>79</sup> Mas o que se constatava, bem pelo contrário, era uma significativamente maior mobilidade humana, que apenas aumentava à medida que novas redes migratórias eram construídas. Como se discutirá mais adiante nesta tese, a saída de trabalhadores das obras de socorros públicos poderia se converter em efetiva ameaça ao andamento dos trabalhos.

Os proletários das secas eram, assim, uma população que vivia em constantes deslocamentos – de início, provocados pelas crises climáticas que atingiram os sertões, em

<sup>78</sup> Cf. LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Sobre o efeito bumerangue, ver LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas Atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, vol. 3, n. 6, 1984, p. 7-46. Ver ainda: REDIKER, Marcus. *Between the evil and the deep blue sea: merchant seamen, pirates, and the Anglo-American maritime world, 1700-1750*. Cambridge: Cambridge University Press/Canto edition, 1993.

<sup>79</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Travessia: revista do migrante*, ano V, n. 14, set./dez. 1992, p. 5-9.

seguida, porque emigrar tornara-se uma alternativa sedutora, uma vez estabelecidas as diferentes redes de contato (desde a Amazônia aos estados do sul). Eram também estrangeiros que circulavam por cidades e sertões, levando informações e experiências, às vezes falando em greves. Ao chegarem às obras de socorros públicos, haviam já empreendido curtos ou extensos deslocamentos que redefiniam seus horizontes de expectativa.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> KOSELLEK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006, p. 311-312.

#### 4 TRABALHO COMO CARIDADE

*Dai trabalho, Senhor, que trabalho enobrece!  
A esmola é sempre esmola, envergonha, envilece!  
(...) Quando houver instrução e flamejar a luz  
No cérebro do povo, a condenada raça  
Há de falar, e então o pobre jornalista,  
Que agora não tem pão e que não tem trabalho,  
Há de ter oficina e forjarão dinheiro,  
A garlopa, a buril, a lima, o enxó e o malho!*

Martinho Rodrigues

Dotado de uma profunda paixão por transformar valores e instituições, reformador de radicais convicções liberais, entusiasta da industrialização, atuante publicista pertencente a uma ilustrada família negra socialmente ascendente, o engenheiro André Pinto Rebouças tornou-se conhecido acima de tudo por sua atuação no movimento abolicionista na década de 1880. Seu reconhecimento provinha em grande medida do excepcionalismo de muitas de suas ideias. Para ele, o fim do estatuto servil não deveria ser apenas a interrupção de uma já prolongada injustiça para com os milhares de negros traumáticamente reduzidos ao cativeiro. Em sua opinião, o fim da escravidão seria um ponto de convergência de todo um conjunto de mudanças modernizadoras de que o país necessitava, mudanças que deveriam incluir mesmo a divisão das terras agricultáveis entre os negros como meio de se promover sua inserção na sociedade nacional como pequenos proprietários. Talvez o que mais chamasse atenção em André Rebouças fosse sua capacidade de sintetizar propostas de reformas sociais que concorreriam para livrar o país do domínio das grandes lavouras agroexportadoras. Os próprios métodos habituais de sua profissão pareciam influenciar seu modo de pensar, fazendo de seu abolicionismo um projeto de engenharia social, voltado para revolver as profundezas estruturais da sociedade brasileira por meio de procedimentos racionais, calculados.

Como se sabe, a abolição da escravidão no Brasil não representou transformações tão profundas como os desígnios reformistas apresentados por Rebouças almejavam. Os interesses da classe dos cafeicultores do Oeste Paulista, preocupados mais com a questão de como substituir a mão de obra cativa do que com o destino que teriam os ex-escravos no novo regime de trabalho, acabaram por prevalecer. Ainda assim, o pensamento de Rebouças tem sido alvo da atenção de historiadores e cientistas sociais interessados em resgatar os diferentes projetos – ainda que preteridos – dos anos finais do Império, pois com eles é possível se

entender melhor as alternativas que preenchiam aquele tempo de importantes mudanças para o país. Pouca coisa se tem dito, todavia, sobre as intervenções de André Rebouças por ocasião dos debates suscitados pela crise climática de 1877. Em discursos e publicações relacionados à seca, Rebouças teceu argumentos tão penetrantes quanto aqueles pelos quais se tornou conhecido nos anos finais do regime escravista. Vale a pena determo-nos um pouco nesse ponto, pois o que disse a respeito das formas de se combater as secas delineia os contornos gerais do que as gerações seguintes discutiriam sobre o assunto, principalmente ao que tange as preocupações relacionadas ao trato para com os proletários das secas.<sup>1</sup>

Numa sessão extraordinária, realizada no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1877 para que fossem discutidas medidas apropriadas ao momento de crise que passava as províncias do norte – desde onde estavam chegando terríveis notícias sobre as mortes provocadas pela seca –, compareceram respeitadas figuras do quadro de engenheiros da então Corte brasileira, além de um interessado público composto por homens da classe política, membros da nobreza local, cearenses ali residentes e também uma gente curiosa por assistir a um debate que já vinha sendo aguardado há semanas. Presidida pelo conde d’Eu, a sessão iniciou-se sob a propositura de que se discutissem meios para se implantar o chamado “plano Gabaglia”, constituído pelos estudos para construção de açudes, estradas, portos e de ações de reflorestamento do já então falecido Giacomo Raja Gabaglia, topógrafo da Comissão Científica de Exploração enviada ao Ceará em 1859, cujas propostas eram então as mais acreditadas como meios capazes de dar solução aos problemas das secas.

O debate partiu da polêmica acerca da natureza das estiagens – se seriam as crises climáticas uma fatalidade natural irreversível ou fruto da ação imprevidente e irresponsável dos homens, sendo assim de alguma forma “solucionável”. Sobre essas questões, cada intervenção portava uma certeza exclusiva, não parecendo haver entre aquelas mentes ilustradas uma base de concordância possível. Mas todos, ao final, tinham em comum a convicção de que cabia aos engenheiros ali reunidos proporem soluções que minorassem os efeitos perniciosos das secas. Ansiavam por propostas que servissem ao desenvolvimento da economia das províncias periodicamente ameaçadas pela falta de chuvas, único caminho considerado capaz de superar os problemas das secas. Não tardou para que o engenheiro

---

<sup>1</sup> Possivelmente a melhor introdução ao pensamento de André Rebouças seja a leitura de seu próprio livro *Agricultura nacional*. Cf. REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional – estudos econômicos*: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988. Ver também CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século*: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan; IUPERJ/Universidade Candido Mendes, 1998. JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

Manuel Buarque de Macedo oferecesse uma formulação que servisse de base para uma resolução:

Proponho que o Instituto Politécnico represente ao Governo Imperial sobre a conveniência de se construírem quanto antes no interior da Província do Ceará represas nos rios e açudes nas localidades que para este fim forem mais apropriadas ao abastecimento d'água no mesmo interior; e de fazer executar, por si ou por uma companhia, a estrada de ferro de Baturité; e bem assim mandar estudar as medidas indicadas pelo finado Dr. Gabaglia ou quaisquer outras que forem complementares das primeiras para serem oportunamente apresentadas ao Poder Legislativo que melhor resolverá em sua sabedoria.<sup>2</sup>

Como se verá neste capítulo, a proposta do engenheiro Buarque de Macedo antecipava as principais linhas de atuação do Estado nas intervenções de combate às secas ao longo das décadas seguintes, quais sejam a construção de açudes e vias de comunicação. Acreditavam os engenheiros do Império que o melhor meio para se socorrer aos vitimados pelas secas seria o investimento em melhoramentos materiais que propiciassem a continuidade da produção sertaneja (através da criação de reservatórios de água em regiões apropriadas) e (por meio da construção de ferrovias e estradas distritais) garantissem o escoamento dessa produção, além de se permitir com que os socorros (seguindo num sentido contrário) do litoral alcançassem o interior seco. Haveria assim no argumento da maior parte dos que participaram daquele debate de ilustrados um assento em relação a *soluções técnicas* de combate às secas, versando os engenheiros sobre as viabilidades econômicas, geográficas, geológicas, topográficas ou hidrográficas das obras propostas. Quase nada seria dito sobre as necessidades e carências dos retirantes. Parecia mesmo haver um acordo subliminar de que seriam estes que atuariam como operários nas obras discutidas. Mas questionamentos sobre a participação ativa dos sertanejos na superação da própria miséria não faziam parte do horizonte de reflexão da maioria dos que compunham a corporação de engenheiros do país.

Coube a André Rebouças destacar os aspectos sociais envolvidos nas obras de combate às secas, destoando sua intervenção da maioria de seus pares. Para começar sua argumentação apresentou um mapa mostrando a “região flagelada pela seca, para demonstrar com a máxima evidência o tristíssimo ponto a que já chegou a calamidade”. Ali coloriu de verde a faixa “que sempre conserva água e vegetação” e contrastou-a com a cor amarela na “superfície absolutamente em seco”. Marcou com traço preto as povoações onde já se morria

---

<sup>2</sup> Ata da sessão extraordinária do Instituto Politécnico, em 18 de outubro de 1877. *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*, tomo XI, 1878, p. 28, BN.



de fome nos meses de agosto e setembro, sobre o que frisou: “Hoje, 30 a 60 dias depois, quem tinha de morrer, morreu; outros arrastam-se semi-nus, febris e famintos até a zona de vegetação perpétua.” Tendo assim armado seu raciocínio, André Rebouças arremataria que “o problema de máxima urgência a resolver” só poderia se resumir a “dar aos retirantes abrigo, alimentos, cuidados médicos, trabalho e salário durante quatro a seis meses”.<sup>3</sup>

Seguiu Rebouças indicando cada ponto onde deveriam ser estruturados “centros de abastecimento” para os retirantes, desde o Piauí até a Bahia. Pensava nesses centros como espaços onde a chegada dos socorros públicos permitiria uma retomada da dinâmica econômica comprometida pela estiagem, mas vislumbrava ainda mais: acreditava que a ação do governo promoveria um desenvolvimento até maior do que costumava haver naquelas regiões que – mesmo em tempos de regularidade climática – eram caracterizadas pela rotina e carência de recursos. Assim sendo, declarou sua concordância com o plano traçado pelo “bom mestre e prezado amigo” conselheiro Henrique de Beaurepaire-Rohan de:

procurar fixar por meio de engenho e fazendas centrais, fábricas de algodão, refinações de açúcar, fábricas de chocolate, de óleo de coco, de borracha, de velas de estearina e sabão, de óleo de semente de algodão etc. etc., os retirantes do litoral nas zonas sempre verde, e depois reconquistar o sertão por meio de açudes e de rios açudados e canalizados, de *plank-roads* e *tramways* e caminhos de ferro de campanha, pela arboricultura, pela estabulação, abandonando o semi-bárbaro sistema de criação em campo aberto etc. etc.<sup>4</sup>

Na forma de se dirigir ao problema das secas, André Rebouças não escondia seu entusiasmo ao vislumbrar as possibilidades de superação da crise, o que o levou ao ponto de declarar que “se houver um marquês de Pombal a realizar essa reforma, a seca de 1877 será contada pelas gerações vindouras como providencial revolução; alfa de todas as reformas para elevar a região entre o Parnaíba e o S. Francisco ao mais alto grau de prosperidade.” Empregar as vítimas da seca em atividades industriais propiciadas pelos centros de abastecimento montados pelo governo para que, em seguida, fosse possível a reconquista do sertão, através de açudes, estradas e canais: eis em síntese a estratégia esboçada por André Rebouças para se solucionar o problema das secas.

O caráter estratégico das obras acionadas como meio de socorro, pelas quais se ofereceria trabalho e salário aos milhares de retirantes – somado ao viés progressista dessas

---

<sup>3</sup> Idem, p. 30.

<sup>4</sup> Idem, p. 32.

obras por promoverem o dinamismo econômico no sertão –, pode ser apontado como um *sentido duradouro* dessas propostas, levantado pela primeira vez pelo engenheiro André Rebouças nos debates de 1877. Desde então, por inúmeras vezes se faria referência às obras de socorros públicos como um poderoso meio de se afastar as massas de retirantes da ociosidade através de seu emprego em trabalhos úteis. Naquela sessão do Instituto Politécnico André Rebouças detalharia alguns aspectos a serem considerados pelas medidas governamentais, tais como: “pronta execução de vias férreas já estudadas na região flagelada pelas secas *para dar trabalho e salário aos retirantes*”, “desapropriação dos terrenos marginais dessas vias férreas para serem divididos em lotes e *neles fixar os retirantes*”, “executar obras de melhoramentos de portos marítimos e fluviais, notoriamente os de Fortaleza, Aracati, Natal e Cabedelo, *aproveitando a mão de obra dos retirantes*”.<sup>5</sup> Como se pode perceber, Rebouças falava não somente de melhoramentos materiais a serem gerados; vislumbrava também a formação de uma classe de trabalhadores que, dirigidos por empreendedores capazes, poderiam se tornar agentes úteis ao progresso do país.

Mais do que nas breves intervenções nas sessões do Instituto Politécnico, os planos de André Rebouças para socorrer às populações de retirantes seriam melhor delineados em seus artigos naquela mesma época publicados em números de *Jornal do Commercio* e reunidos em seguida num livro que ganhou o título de *A secca nas provincias do norte*.<sup>6</sup> Nesse conjunto de artigos Rebouças exporia as razões pelas quais julgava de máxima urgência a intervenção do governo no socorro aos flagelados da seca. Calculando como mais de dois milhões o contingente de pessoas necessitadas de auxílios, afirmaria que a ação do governo seria simultaneamente uma “sublime obra de caridade”, um “dever constitucional” e, enfim, uma “grandiosa empresa”. Essa complexa associação entre caridade, empreendimento econômico e medida política conformaria as linhas mestras de um persistente *projeto* de se dar “solução ao problema das secas” que assumiria, durante o período abordado nesta tese, outros sentidos diversos aos anunciados pelo engenheiro Rebouças, mas sempre mantendo o caráter original de uma engenharia social.

Socorrer aos retirantes, diria André Rebouças, era antes de tudo um gesto de caridade, “a primeira das virtudes”. O gasto de 20 ou 30 mil contos de réis que os cofres do Império teria durante a seca ajudaria a salvar milhares de pessoas “da fome, da peste, do roubo, do assassinato e da prostituição”, uma razão mais do que suficiente para se justificar

<sup>5</sup> Idem, p. 33. Todos os grifos são meus.

<sup>6</sup> Cf. REBOUÇAS, André. *A secca nas provincias do norte*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877.

qualquer operação do tipo. Mas o conceito de caridade sob o qual Rebouças encarava o problema restringia seu entendimento acerca do que seria “prestar socorro aos retirantes”. A caridade não poderia ser confundida com o pernicioso gesto da concessão de esmolas, da doação incondicional geradora de inúmeros vícios entre os pobres, como rezava a ideologia liberal em voga. Por assim entender, André Rebouças asseverava:

Se quereis sinceramente socorrer a nossos irmãos do norte, mandai dar-lhes TRABALHO e SALÁRIO; esmola só a enfermos e inválidos em condições de não poder de modo algum simular ao menos que o benefício recebido é a justa remuneração dos serviços feitos. Sim! Agora e sempre o santo e acrisolador Trabalho. Não vos iludis. A esmola avilta; não é por certo Caridade aviltar aqueles que Jesus assegurou que são nossos irmãos.<sup>7</sup>

Prestar a caridade através da organização do trabalho era o ponto alto dos argumentos de André Rebouças para convencer aqueles que compartilhavam de seu empenho em promover reformas modernizadoras para a sociedade brasileira. Eis a afirmação dos valores positivos do trabalho livre, desta vez aplicados enquanto instrumento de socorro da crise provocada pela estiagem prolongada.

Situando dessa forma o esforço governamental de socorro às vítimas da seca, Rebouças intencionava estruturar um projeto de intervenção que contribuísse com o avanço do capitalismo neste país ainda envolvido pela rotina e embrutecimento da escravidão. Daí seu empenho em frisar que, além de gesto de caridade, as despesas do governo na seca também resguardavam um aspecto de investimento rentável. Chegou a lembrar que, se os 2.174.000 brasileiros – que calculava como a quantidade dos que necessitavam de socorros – fossem escravos, valeriam aproximadamente 2.174.000 contos de réis. Lembrava também estarem naquele tempo desempregados no Rio de Janeiro “centenas de engenheiros” e que em Fortaleza ao menos 17 mil retirantes (potenciais trabalhadores) aguardavam providências: “Por que não mandar estes engenheiros perfurar poços indianos, abrir cisternas venezianas, assentar aparelhos de destilar água, construir vias férreas de campanha para conduzir água e alimentos do litoral para as povoações do interior?!” Tornando produtiva a população sertaneja, o governo estaria também agindo em benefício próprio, pois cada retirante salvo da ruína poderia em média gerar um valor anual na ordem de 20 mil réis na forma de tributos.

Estes números demonstram que, mesmo empregando 100.000 contos réis em melhorar as condições climáticas e comerciais das províncias ora flageladas

---

<sup>7</sup> Idem, p. 35 e 43.

pela seca, e em dar-lhes boas vias de comunicação, teriam os fiscos geral e provincial realizado uma empresa com lucro provável de 23% ao ano.<sup>8</sup>

Em seu conjunto, os argumentos de André Rebouças visavam convencer sobre as possibilidades estratégicas inerentes à promoção do trabalho dos retirantes em obras que proporcionassem o dinamismo agrário, comercial e industrial. Como já havia ressaltado antes em *Agricultura nacional* – quando fizera abrangente defesa da proposta de criação de engenhos, fazendas e fábricas centrais enquanto um modo de maximizar lucros de lavradores, agricultores e colonos em plena crise econômica –, a promoção dos “centros de abastecimento” durante as secas seria um instrumento de superação dos problemas gerados pela falta de chuvas. Como liberal instruído pelas leis da economia política, André Rebouças acreditava na prosperidade geral da nação seguindo a reboque da dinâmica capitalista.

Enfim, a prosperidade econômica seria o meio mais eficaz de se evitar as temidas sedições sertanejas que de costume acompanhavam as crises. Satisfeitos por verem concretizados em riquezas palpáveis os frutos de seu trabalho, os retirantes se afastariam de ideias revolucionárias e se constituiriam em construtores ativos da ordem social. Citando Joseph Garnier – “o mais ilustre mestre de ciência econômica nos tempos atuais” –, Rebouças concordava que “o melhor meio de se obter a tranquilidade social, ao mesmo tempo em que o progresso”, seria a difusão do ensino das “verdades econômicas”, através do “crescimento da produção, da atividade da circulação, da distribuição de renda mais equitativa, do consumo mais lucrativo”. Em suas próprias palavras:

Se nossas populações do Norte tivessem instrução geral, não teriam feito a revolução de 1825, nem a sedição de 1875. Se tivessem algumas noções de ciência econômica, rejeitariam hoje a esmola de cinco e meio réis por dia e exigiriam TRABALHO e SALÁRIO.<sup>9</sup>

Para Alfredo Bosi, André Rebouças teria constituído a linha de frente de um novo liberalismo surgido no Brasil oitocentista, um liberalismo que deixava para trás o “Regresso agromercantil” em favor de um “reformismo arejado e confiante nos valores do trabalho livre”. De fato, Rebouças propugnava, como escrevera em *Agricultura nacional*, uma “transformação da atual lavoura escravagista, esterilizadora e rotineira, em *indústria agrícola*

---

<sup>8</sup> Idem, p. 39 e 63.

<sup>9</sup> Idem, p. 46.

*livre, fertilizadora e progressista.*”<sup>10</sup> O regime escravista levava a sociedade à estagnação, pois não havia interesse por parte dos senhores de escravos em melhorar os processos produtivos, uma vez que podiam contar simplesmente com a intensificação da exploração dos cativos para verem crescer seus ganhos. Disso provinha o desinteresse no emprego de instrumentos ou métodos mais sofisticados, na compra de máquinas ou na criação de fábricas, tudo o que geraria estímulos ao investimento de capitais no país, aprimorando nossas mercadorias a serem apresentadas com maior poder de competitividade à concorrência do mercado mundial. Disso provinha consequentemente o desinteresse de capitalistas estrangeiros em empregar seus recursos na economia nacional.

Em contrapartida, o trabalho livre representaria as possibilidades do progresso. Só na condição de liberdade, o trabalhador enxergaria sentido em aprimorar tarefas: “a lavrar e estrumar a terra, a efetuar todas as boas práticas rurais, a dirigir máquinas agrícolas, a empregar e consertar, e mesmo a fabricar os utensílios e as máquinas destinadas a preparar para a exportação e para o consumo”. André Rebouças se revelava cultor da mesma ideologia do trabalho livre sustentada por doutrinadores do norte dos Estados Unidos, para os quais o maior estímulo para a prosperidade geral da nação estaria no empenho dos pequenos empreendedores livres pela independência econômica individual.<sup>11</sup>

Era com tudo isso em vista que o engenheiro André Rebouças refletia sobre os grandes benefícios que os investimentos governamentais promoveriam em *socorrer com trabalho e salário os retirantes da seca*. As obras de construção de ferrovias, açudes, portos, a colocação dos retirantes em fábricas de beneficiamento e oficinas, a “reconquista do sertão” num sentido amplo, promoveriam uma transformação profunda nas condições sociais, pois tudo isso era visto por Rebouças como um passo na direção de um processo mais abrangente a que chamou de “grande *desideratum* da colonização nacional”. Com “subdivisão do solo”, “pequena propriedade”, “cultura intensiva”, “estabulação”, Rebouças vislumbrava a construção de uma verdadeira “democracia rural”. Da mesma forma que, no passado, o marquês de Pombal “soube aproveitar o terrível terremoto de Lisboa para restaurar a capital”, desejava ardorosamente que “assim também um ministro de igual gênio e tanto amor à pátria”

<sup>10</sup> Cf. BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In. \_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª edição, 2013, p. 225. REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional...* Op. cit., p. 14. Grifos do próprio autor.

<sup>11</sup> REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional...* Op. cit., p. 375. Cf. FONER, Eric. *Free soil, free labor, free men: the ideology of the Republican Party before the Civil War*. New York: Oxford University Press, 1970, p. 19-23.

utilizaria a aglomeração dos retirantes no litoral para ali fixá-los e elevar em poucos dias essa região às belas condições da Suíça, do Ohio e dos outros estados agrícolas da grande república norte-americana.<sup>12</sup>

Ao discutir sobre os meios de se oferecer soluções aos problemas das secas, André Rebouças preocupou-se em pensar sobre como as massas de retirantes seriam inseridas em seus planos. A inculcação do trabalho como princípio ético a reger a conduta dos sertanejos seria uma das mais importantes tarefas para aqueles que estariam à frente das obras de socorros públicos. Afinal, só através da interiorização dos valores positivos do trabalho os retirantes se veriam habilitados a se tornarem num futuro mais ou menos próximo colonos proprietários produtivos e independentes. Mas a valorização do trabalho também serviria à demanda mais imediata de fazer com que os trabalhadores rurais aceitassem o assalariamento em vez de permanecerem na expectativa da esmola. A instrução pelo trabalho era assim tomada como o meio mais eficiente de se promover o progresso social.

Os planos de execução das obras de socorros públicos baseavam-se, dessa maneira, numa expectativa de que as multidões de retirantes se disporem a trabalhar para terem direito a receber os recursos do governo. Esse princípio de fundamental importância para a proletarianização dos flagelados parecia não significar uma grande dificuldade aos olhos otimistas de André Rebouças que apostava na boa vontade dos sertanejos em reconhecerem que o melhor para si seria aceitar as receitas das elites de ocupá-los em obras de construção. Subjacente ao seu raciocínio estava a ideia de que os retirantes se revelariam de certa maneira modeláveis às intenções dos promotores do trabalho.

Mas, a despeito de todo o conhecimento que mostrara ter sobre as circunstâncias da seca, André Rebouças não soube prever os sérios obstáculos que os proletários das secas oporiam à ordenação das obras de socorros públicos. Entusiasmado pelas promessas de progresso, não parece ter-lhe passado pela cabeça que aquelas multidões de miseráveis poderiam vir a oferecer consideráveis resistências quando empregados nos serviços que seriam organizados.

A bem da verdade, outros naquele tempo compartilharam com Rebouças de uma expectativa otimista em relação às possibilidades das obras de socorros públicos converterem-se em grandes escolas de trabalho adequadas à tarefa de formar mão de obra livre e produtiva, afeita ao trabalho sistemático e intensivo que a produtividade racional capitalista impunha.

---

<sup>12</sup> REBOUÇAS, André. *A secca nas províncias do norte*. Op. cit., p. 53-54.

Mas logo as primeiras jornadas de trabalho revelariam que a inculcação de um *ethos* do trabalho seria tarefa árdua – e quase nunca alcançada – aos administradores das obras.

A resistência dos retirantes durante as secas da passagem do século XIX levaria a mudanças nos planos originais de se ocupar as massas sertanejas nas obras de socorros públicos. Uma complexa engenharia social tinha início naqueles tempos, tendo governantes, comissários de socorros, o clero, homens armados, engenheiros, chefes de turma e demais administradores que combinar diferentes métodos de controle (que iam desde amenas palavras de convencimento até a coação aberta e violenta) para garantir o andamento das obras. Isso *per se* indica a verdade do que disse E. P. Thompson sobre os trabalhadores perante o surgimento das primeiras fábricas na Revolução Industrial: “as mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutáveis não foram impostas sobre um material bruto”.<sup>13</sup>

A viabilização das obras de socorros públicos como um meio de se oferecer trabalho aos milhares de sertanejos ociosos teve de se deparar, portanto, com os arranjos dos proletários das secas que já chegavam aos canteiros de obras experimentados por longas jornadas de luta. A própria organização do serviço de construção de ferrovias, portos, açudes, estradas e de uma diversidade de outras operações de trabalho pelo sertão seco promoveria embates que se constituíram num capítulo importante da história dos proletários das secas.

Com as ideias de André Rebouças iniciaram-se as estratégias de organização das grandes obras de socorros públicos enquanto meios de se empregar em trabalhos úteis as imensas massas de retirantes. Diversos outros planos seriam ainda traçados durante as secas da passagem do século XIX. As considerações a respeito da administração dos retirantes assumiriam uma cada vez maior dimensão nos projetos de execução dos trabalhos, pois lidar com os sertanejos durante os meses de seca implicava em um saber complexo sobre como contornar diversos mecanismos de resistência. Promover uma grande obra de socorro público significava ter de encarar um intrincado jogo de arranjos e desarranjos no cotidiano de trabalho.

#### 4.1 A emergência das grandes obras

Recrutar os retirantes para construírem ferrovias, portos, estradas, açudes, equipamentos urbanos como ruas, praças, poços, calçamentos, prédios públicos, além da prestação de um sem-número de outros serviços: eram essas as principais propostas

---

<sup>13</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 2, p. 18.

estampadas em periódicos, memórias, relatórios, ofícios e em diversas publicações para se lidar com as crises relacionadas às secas na passagem do século XIX. Nesse sentido, seguiam as elites locais o receituário liberal para o desenvolvimento das nações que passavam a integrar de forma mais estreita o circuito capitalista de produção e troca de mercadorias. Afinal de contas, aproveitar a presença de milhares de pessoas como mão de obra para serviços de infraestrutura era uma medida bastante sugestiva quando multidões imensas de pobres aglomeravam-se às portas dos centros do poder clamando por socorro. Nessas condições, as obras de socorros públicos figuravam como empreendimentos de um tipo peculiar: além de “melhoramentos materiais” a serviço da realização de lucros, seriam essas obras um importante meio de controle sobre uma população agitada pelas circunstâncias da carência extrema. É essa fórmula utilitarista a expressa, por exemplo, no decreto 6.918, de 1º de junho de 1878, pelo qual o chefe do gabinete de ministros Cansansão de Sinimbu autorizava o início dos trabalhos nas estradas de ferro de Baturité, Sobral e Paulo Afonso. Para aquele ministro a construção das ferrovias visava:

Tirar vantagens da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis tantos braços ociosos, estabelecer um sistema de serviço que, sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho mediante razoável gratificação.<sup>14</sup>

A própria formulação de Sinimbu já era uma resposta às ocorrências vivenciadas desde o início da seca de 1877. A grande diáspora de miseráveis pelo sertão que se fez perceber desde os primeiros meses daquele ano despertou o temor das populações urbanas e, em particular, das autoridades preocupadas com o que consideravam ser uma ameaça das “caravanas errantes de peregrinos esfomeados que se arriscam à aventura e até a morte pela impaciência que já produz o sofrimento”, como registraria o presidente Caetano Estelita Cavalcante Pessoa numa correspondência oficial.<sup>15</sup>

Como visto antes, as movimentações de retirantes foram encaradas como um sério perigo para a ordem pública. E esse perigo estava relacionado com a forma como era representada a miséria dos sertanejos durante os tempos de seca. Liberato de Castro Carreira, um influente médico cearense que residia no Rio de Janeiro (no futuro seria eleito senador do Império), era da opinião de que, “chegando a esse povo o desengano de qualquer recurso, esquecerá antes de morrer dos direitos e deveres da sociedade para só atender ao instinto

<sup>14</sup> Decreto nº 6.918, de 1/06/1878, Decretos do Poder Executivo – Período Imperial, 16 11 27, AN.

<sup>15</sup> Ofício de 8/10/1877, IJJº 188, Ministério do Império, AN.



animal”. Sob os olhares aristocráticos, a fome entre os pobres era capaz de suspender as próprias regras básicas da civilização, restando aos retirantes apenas o instinto selvagem de conservação, o que ameaçava perigosamente a ordem social estabelecida. De acordo com Frederico de Castro Neves, estas – “a ordem e a civilização” – eram vistas pelas elites brasileiras como estando “em perigo diante das forças desconhecidas e obscuras, posto que originadas do instinto básico de preservação da vida que se opõe à lei e à moral”. De fato, num editorial do *Cearense* um articulista se perguntava pelo “dia d’amanhã” quando, receoso e filosófico, alertava que “é chegada a vez da grande batalha pela vida. (...) A vida torna-se um animal indomável e desenvolve um instinto feroz que não a abandona nunca.”<sup>16</sup>

Pressionadas pelo que entendiam ser um grande perigo à civilização, as autoridades se colocaram a tarefa de restaurar a ordem, entendida como o “controle rigoroso sobre os instintos para que o furor animalesco da satisfação desmedida das necessidades básicas não se transforme em uma guerra de todos contra todos”. O tamanho da ameaça era mensurado pela quantidade de retirantes que chegavam aos centros urbanos e às regiões férteis das serras todos os dias. Em breve surgiria o alerta de que a caridade particular não teria como dar conta da imensa tarefa de socorrer as caravanas de miseráveis. Daí a criação em meados de 1877 de diversas comissões de socorros públicos que o governo provincial organizou pelo litoral e vilas do sertão. Consoante a visão acerca do perigo representado pela miséria generalizada, as comissões de socorros deveriam promover meios eficientes de restaurar o controle sobre o comportamento dos retirantes, moralizando e ordenando os grupos sertanejos através do amparo estatal. Essas comissões haveriam de ser compostas por pessoas dotadas de certo poder, capazes de, com sua influência, providenciar recursos e serviços, mas principalmente impor o devido respeito aos retirantes. Seriam assim os comissários de socorros preferencialmente escolhidos entre os médicos, vereadores, proprietários de terras, padres e juizes das diferentes localidades. Ao serem nomeados, os comissários eram orientados de que:

não basta matar a fome ao necessitado para apagar-lhe na mente os horrores de sua situação, é além disso indispensável que a mão beneficente derrame sobre a sua cabeça a esperança que lhe foge, fazendo-a entrar de novo nos cálculos de sua existência e nas relações íntimas da família.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> *Jornal do Commercio* de 4/11/1877, Rio de Janeiro, BN. NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. *Revista Projeto História*, 27, 2003, p. 174. *Cearense* de 4/11/1877, Fortaleza, BPGMP.

<sup>17</sup> NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”... Op. cit., p. 175. Circular de 17/04/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, Ministério do Império, AN.

A leitura da correspondência trocada entre ministérios, a presidência da província e os comissários de socorros revela que a principal preocupação das autoridades era com a integridade da propriedade privada, agora seriamente ameaçada pela invasão dos retirantes. Os vereadores de Baturité registraram nesse sentido seus receios, dizendo que:

Terá então que desenvolver-se necessariamente o roubo em escala assombrosa e nunca vista, porque o povo faminto atacará à vista e face de seus donos as casas dos fazendeiros, os armazéns e os pequenos e raros estabelecimentos comerciais que ainda existem pelos povoados; tudo será presa da pilhagem desesperada a que obriga a fome e até o assassinato carregará as cores negras desse quadro desolador.<sup>18</sup>

A organização de um aparato de distribuição de socorros aos retirantes foi, nesse sentido, a primeira providência tomada pelas autoridades para conter os desgreamentos dos retirantes – combinada ao envio de tropas armadas a diversos pontos do sertão, obviamente. Mas logo se chegaria à conclusão de que a distribuição de donativos (alimentos, roupas, remédios etc.) não era a medida mais apropriada quando o que se encontrava em jogo era o ordenamento dos pobres. A distribuição gratuita de comida, qualificada como “esmola” aos miseráveis, apesar de ser um recurso para a contenção dos ânimos dos retirantes, trazia em contrapartida o efeito negativo de estimular a permanência de muitos no ócio. Entendeu-se que a perpetuação da pura e simples distribuição de alimentos aos flagelados terminaria por “gerar a imprevidência da população” que, dessa forma apassivada, se acostumaria à ociosidade. Portanto, a obrigação em que se via o governo de distribuir recursos aos pobres não poderia ultrapassar determinados limites para que não terminasse por promover exatamente aquilo que buscava extinguir. Num editorial do *Jornal do Commercio* lia-se o que pode ser considerado como ponderações sobre uma regulação adequada da política de distribuição na seca:

A distribuição de esmolas (...), matando a fome a um grande número, pode até certo ponto ter servido para acararçar a ociosidade de muitos, como acontece sempre que a caridade oficial não é exercida com o critério e prudência indispensáveis, para não se converter num mal em vez de ser um manancial de bens.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Ofício de 20/04/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, Ministério do Império, AN.

<sup>19</sup> *Jornal do Commercio* de 16/12/1877, Rio de Janeiro, BN.

Tratava-se, portanto, da necessidade de se procurar um meio de socorrer aos retirantes sem, no entanto, fomentar neles a ociosidade. Esta seria considerada em si perniciosa, perigosa. Como escreveu Castro Carreira: “a ociosidade nestas, como em todas as circunstâncias, torna-se a nascente de todos os vícios”. Como um valor negativo absoluto, o ócio era relacionado como mais um – e mesmo talvez o pior – dos males advindos com a seca. Tendo arruinado toda produção agrícola e matado grande parcela do gado, a seca retirara dos trabalhadores rurais os seus meios de ocupação, lançando-os na perigosa seara da ociosidade. Inativos, estavam agora expostos a toda sorte de vícios de uma vida imprevidente e incivilizada. Faltar-lhes-ia aquilo que os manteriam afastados do roubo, do vandalismo, da mendicância, do saque, da prostituição e de tantas outras formas de degradação moral que as matérias jornalísticas da época pintavam com fortes tonalidades sensacionalistas. Daí porque, segundo o presidente Caetano Estelita:

De todas as partes o brado que se ouviu era o do trabalho para não alterar os hábitos pacíficos da população a transtornar-lhe os meios regulares de vida como conservá-la em respeito à propriedade e amor à ordem pública.

Assim, somente o trabalho figuraria como “meio mais (...) moralizador de atender às classes laboriosas que, se fossem abandonadas à ociosidade, iriam cair no terreno perigoso dos vícios”.<sup>20</sup>

Foi dessa maneira pressionada pelo medo da movimentação dos retirantes que as elites encontraram na valorização do trabalho uma resposta para o que encaravam como um dos maiores problemas advindos com a seca: a ociosidade. Essa valorização positiva do trabalho estava, portanto, balizada pelo temor de que uma parcela miserável e ociosa da população se voltasse contra outra parte da sociedade, esta última sim considerada a verdadeira vítima do barbarismo que a miséria gerava. As invasões sertanejas aos centros urbanos deram motivo para um clima de incertezas hobbesianas que fazia com que as classes dominantes encarassem a administração da pobreza como uma espécie de cruzada civilizatória na qual o elemento “trabalho” desempenharia um proeminente papel. Este – o trabalho – não teria apenas como função a criação das riquezas materiais da sociedade; seria também, e talvez principalmente, um instrumento de regeneração sobre todo um conjunto de vícios a que os retirantes inativos estavam, por suposto, expostos.

---

<sup>20</sup> *Jornal do Commercio* de 2/07/1877, Rio de Janeiro, BN. Ofício de 21/05/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, Ministério do Império, AN.

Essa forma de pensar sobre os pobres era em diversos aspectos característica da época. O século XIX foi um tempo de reconhecimento sobre a pobreza, quando esta, concentrada nas grandes cidades, assumiu uma proporção preocupante e mesmo ameaçadora aos desígnios das classes privilegiadas, em particular das parcelas burguesas às quais a Revolução Industrial proporcionara grande prosperidade.<sup>21</sup> Como observou Maria Stella Bresciani, a concentração de pobres nas grandes cidades culminou um indisfarçável processo de perdas que ao menos três séculos de acumulação capitalista legava.

A cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção.

Nos dois casos, “os objetos de constante vigilância são os bairros operários cujo potencial de revolta é considerado mais ameaçador”.<sup>22</sup> No caso brasileiro particularmente, as preocupações se davam sob as marcas da escravidão em vigor até 1888. Os principais alvos de preocupação seriam os trabalhadores nacionais, em especial os negros libertos. Questionava-se sobre como “garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativo”. Como explicou Sidney Chalhoub:

Na escravidão, em última análise, a responsabilidade de manter o produtor direto atrelado à produção cabia a cada proprietário/senhor individualmente. Este organizava as relações de trabalho em sua unidade produtiva através de uma combinação entre coerção e medidas de proteção e “recompensas” paternalistas – uma combinação sempre arriscada, aprendida no próprio exercício cotidiano da dominação. Com a desagregação da escravidão, e a consequente falência das práticas tradicionais, como garantir que os negros, agora libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores/patrões?<sup>23</sup>

A noção de “classes perigosas” seria incorporada pelas elites brasileiras nesse contexto. Teria assim um caráter instrumental bem demarcado nos debates acerca do controle sobre os trabalhadores ao fim do regime escravista e no processo de constituição de um mercado de trabalho nas relações capitalistas em formação. A caracterização dos pobres como

<sup>21</sup> Cf. HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza*: Inglaterra a principios de la era industrial. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1988.

<sup>22</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n. 8/9, set. 1984-abr. 1985, p. 39.

<sup>23</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 23-24.

perigosos por natureza, como bem observou Sidney Chalhoub, corroborava com a formação de uma nova política de domínio sobre os trabalhadores, uma vez que, considerados como uma classe perigosa, os pobres haveriam de estar sob constante suspeita e submetidos a um estreito policiamento. As classes perigosas, que nas primeiras formulações de pensadores europeus no início do século XIX eram tidas como constituídas por aqueles que optavam por uma vida de crimes, com o passar do tempo tornou-se um conceito para enquadrar camadas mais amplas das populações carentes, até o ponto de não ser mais possível se delimitar as fronteiras entre o que era ser “pobre” e o que era ser “perigoso”.<sup>24</sup>

Acresce que a própria compreensão acerca do que havia de perigoso entre os pobres ganhava novos contornos. Decerto o medo da pobreza não era nenhuma novidade no século XIX, mas uma mudança qualitativa desse medo estava em pleno curso. Considerando o entendimento sobre a natureza do crime e dos criminosos, operava-se na época uma correspondente alteração na forma de se ver os pobres – agora identificados com as classes perigosas da sociedade. O criminoso não era mais, como nos tempos do Antigo Regime, “um pecador e um imoral; ele se transformou num inimigo social, aquele que rompeu o pacto social”. Como frisou Robert Pechman: “É a partir dessas concepções do crime e da penalidade no século XIX que vai se estruturando um novo conceito talhado para dar suporte à nova natureza da lei criminal: a noção de *periculosidade*”.<sup>25</sup>

Sendo assim, não foi sem propósito que se representou os retirantes através de qualificativos como “malfeitores”, “grupos de desordeiros”, uma “horda que nos invade”, a “plebe mais desordeira” em permanente “estado de conflagração”. Ao se afastar do trabalho, os sertanejos atravessavam uma perigosa fronteira que os tornavam potenciais inimigos sociais. E como todo inimigo, deveriam ser combatidos. Por isso as obras de socorros públicos – que com o passar dos anos viriam a ser nomeadas de “obras de combate às secas” – se constituíram durante a crise de 1877-79 na principal arma de recuperação dos miseráveis aos quadros do mundo do trabalho, dos quais se esperava que os pobres nunca deveriam sair.

Em meados de 1877, praticamente todos os periódicos, ofícios e relatórios, ao tratar dos problemas da seca, estavam de acordo com uma formulação estampada no jornal

<sup>24</sup> Idem, p. 20-22. Ver também CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2012. Cf. CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Hachette, 1984.

<sup>25</sup> Cf. PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 279. Sobre o medo dos pobres no Antigo Regime, cf. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

*Cearnense* de que “o trabalho é o mais nobre dom que se pode oferecer a um povo, enquanto que a esmola é o mais pernicioso presente”.<sup>26</sup> Com efeito, desde o início daquele ano, com a chegada das primeiras famílias de retirantes e publicações de notícias alarmantes sobre o estado de sofrimento nas localidades do sertão, foi anunciada a ideia de se socorrer os pobres com o trabalho, mas só com o passar do tempo se estruturou mais claramente a consciência sobre o caráter urgente, a extensão e a gravidade da crise. É possível se perceber em traços gerais a sucessão de medidas de que as autoridades lançaram mão durante o tempo que durou a grande seca de 1877 a 1879 visando tornar efetivo o socorro dos retirantes através do trabalho. Como aquela seca foi vivida pelos contemporâneos como uma crise inédita em vários aspectos, diferentes modos de se ocupar os pobres foram sendo experimentados na intenção de se encontrar meios condignos ao grande desafio que se mostrou ser o controle sobre as aglomerações de sertanejos.

Ao criar as primeiras comissões de socorros públicos nos municípios de Telha e Lavras em fevereiro daquele ano, o presidente Caetano Estelita não viu nas atribuições dos comissários algo muito além do que as tarefas básicas de providenciar as quantidades necessárias de gêneros a serem distribuídos e cuidar para que somente as famílias realmente necessitadas recebessem os donativos. Mas, ao perceber que a seca não era um problema localizado, aquele administrador enviou uma circular em 17 de abril, ordenando a criação de novas comissões de socorros em cada um dos municípios da província e estabelecendo que

somente aqueles que não puderem prover aos meios de sua subsistência deverão ser proporcionados gratuitamente, destinando-se aos demais os mesmos socorros *como prêmio do trabalho* que o governo compromete-se a oferecer-lhes em obras de utilidade.<sup>27</sup>

Ordenando aos comissários que indicassem “qual a obra de reconhecida utilidade pública que possa ser levada a efeito para a ocupação das classes laboriosas”, o presidente Estelita procurava encarar a “crise pelo lado positivo e econômico”, proporcionando com o trabalho dos retirantes “os meios de amenizar os seus sofrimentos sem esgotar improdutivamente a verba dos socorros públicos, nem humilhar a dignidade pessoal dos que precisam”. Respondia com seu gesto ao que entendia ser um clamor geral da “imprensa e opinião pública”. De fato, a folha liberal *Cearnense* rejeitava a distribuição gratuita de gêneros e dizia que agindo desse modo o “Estado, em vez de gastar de modo a ser reembolsado com

<sup>26</sup> *Cearnense* de 10/06/1877, Fortaleza, BPGMP.

<sup>27</sup> Ofício de 20/04/1877 e Circular de 17/04/1877, IJJ<sup>9</sup> 188, Ministério do Império, AN. Grifos nossos.

serviços, terá de sustentar uma legião de vagabundos, consumidores improdutivos e perigosos”. Num editorial intitulado “Trabalho e não esmola” lia-se que o que “distingue sobretudo as épocas progressivas das decadentes é a melhor distribuição da atividade humana e a melhor aplicação das forças individuais e coletivas a serviços de utilidade pessoal ou pública”, querendo com isso persuadir o governo de negar-se o quanto possível a prestar o “socorro direto”, providenciando de pronto obras nas quais deveriam ser empregados os retirantes.<sup>28</sup>

Foi, assim, com a intenção de se evitar um “dispêndio improdutivo” dos recursos do governo que a administração da província organizou as primeiras turmas de trabalho em obras públicas. Deu-se início assim à construção de um edifício para servir de escola em Quixeramobim, as obras da nova matriz de Quixadá, reparos em dois açudes nas imediações da cidade do Crato, a construção de uma igreja na povoação de Humaitá, de um açude nos subúrbios de Sobral, ao que foram se seguindo outros diversos serviços de reforma ou construção de cemitérios, cadeias, pontes, estradas, calçamentos etc.<sup>29</sup>, tal como se pode observar no quadro em seguida:

**Tabela 1 – Obras de socorros públicos executadas em 1877**

Arronches	Paredão de lagoa, Conclusão da matriz, Aguada pública, Asilo dos alienados, Roçado
Cajazeiras	Construção de capela, Aguada pública
Messejana	Açude, Reparos da matriz
Soure	Parede de açude, Obras da capela, Melhoramentos na lagoa
Pecém	Cemitérios, Melhoramentos na capela
Pacatuba	Dois açudes, Aterro na lagoa, Conclusão da cadeia, Enfermaria, Extração de pedras, Destocamento de estrada, Obras na capela, Obras na matriz, Nivelamento de praça, Roçados
Pavuna	Açude
Guaiuba	Construção de capela
Acarape	Obras na matriz, Obras no cemitério, Obras na cadeia, Roçados
Vazantes	Açude
Baturité	Obras na cadeia, Escola, Cemitério e estrada, Capela do cemitério, Boeiro, Nivelamento de estrada, Palhoças para retirantes, Reparo de estradas, Roçados
Conceição	Reforma na matriz
Pendência	Cemitério, Reparos na capela, Construção de estrada, Palhoças para retirantes, Roçados
Pernambquinho	Cemitério
Mulungu	Reparos na igreja, Reparos na estrada
Coité	Reparos na igreja
Monte Alegre	Reparos em ladeira
Canoa	Construção de capela
Aquiraz	Construção de cadeia, Açude
Montemor	Picada, destocamento e reparo de estrada, Escavação de açude, Escola
Lagoa da Pedra	Obras da capela
Cascavel	Construção de açude, Construção de cacimba pública, Fabricação de materiais de

<sup>28</sup> Circular de 17/04/1877 e Ofício de 7/04/1877, IJ<sup>9</sup> 188, Ministério do Império, AN. *Cearense* de 10 e 7/06/1877, Fortaleza, BPGMP.

<sup>29</sup> Ofícios de 28/04/1877, Quixeramobim, caixa 14, de 11/05/1877, Quixadá, caixa 14, de 21/09/1877, Crato, caixa 5, de 29/10/1877, Humaitá, caixa 9 e de 14/08/1877, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

	construção, Obras na cadeia, Obras na escola
Sucatinga	Capela, Cemitério
Beberibe	Obras na capela
Aracati	Açudes, Casa de caridade, Aterro em estrada, Nivelamento de ruas, Reparos no cemitério, Palhoças para retirantes, Bebedouro para animais, Fabricação de materiais de construção.
União	Obras na matriz, Aguada pública
Jequi	Açude
Areias	Obras da igreja, Açude
Limoeiro	Mercado, Cadeia, Quartel
Tabuleiro da Areia	Açude
Alto Santo da Viúva	Obras em capela
São Bernardo das Russas	Reparos no cemitério, cadeia e câmara
Quixeramobim	Escola, Aterro no cemitério, Fabricação de materiais de construção
Barra do Sitiá	Cemitério
Quixadá	Cadeia
Boa Viagem	Cadeia
Maranguape	Cadeia, Calçamento, Dois cemitérios, Reparos na matriz, Açude, Roçados, Limpeza de ruas
Jubaia	Açude, Reparos da cadeia
Cruz	Açude
Tucunduba	Capela
Pocinhos	Roçados
Santo Antonio do Pitaguarí	Reparos no açude
Maracanaú	Obras na capela
Tabatinga	Açude, Roçados
Tairi	Cadeia, Reparos na matriz, cemitério com capela, Casas para retirantes, Roçados, Escola
Mundaú	Cemitério, Fabricação de materiais de construção, Cadeia
Acaraú	Açude, Cadeia, Cacimbas, Casas para retirantes
Santana	Cadeia, Quartel
Viçosa	Cadeia
São Benedito	Cadeia
São Pedro de Ibiapaba	Obras em capela
Palma	Cadeia
Granja	Cadeia, Cemitério, Estrada
Iboçu	Escola, Capela
Camocim	Reparos em estrada, Roçados
Canindé	Capela, Escola, Melhoramento em açude
Pentecoste	Cadeia, Estradas
Jacu	Açude
São Francisco	Cadeia, Escola
Riacho da Sela	Açude
Aracatiaçu	Açude
Arraial	Cadeia, Ponte, Aterro, Melhoramentos na estrada, Roçados
Imperatriz	Açude, Cadeia
São Bento da Amontada	Melhoramentos na matriz
Jaguaribemirim	Cadeia
Boa Vista	Capela
Nova Floresta	Cemitério
Cachoeira	Cadeia
Riacho do Sangue	Açude
Pereiro	Cadeia, Calçada da matriz
Saco do Orelha	Construção de capela
Cachoço	Açude
Icó	Cadeia, Cemitério, Mercado
Lavras	Cadeia
Crato	Açude, Reconstrução do cemitério
São Pedro do Crato	Dois açudes
Barbalha	Casa de câmara e cadeia
Missão Velha	Cadeia
Milagres	Cadeia
Cococi	Estrada
Marrecas	Igreja
Maria Pereira	Construção de cadeia
Pedra Branca	Reparos na igreja, Construção de açude
Vaca Brava	Cemitério



Telha	Cadeia, Escola
Quixelô	Serviços em igreja, Construção de açude
São Mateus	Cadeia, Casa de câmara e júri
Quixará	Cadeia
Brejo Seco	Açude
Poço da Pedra	Açude
Saboeiro	Limpeza da vila e do cemitério, Construção de nova matriz
Assaré	Cadeia, Açude
Sobral	Cadeia, Açude
Ipu	Melhoramento em ladeira, Cadeia
Santa Quitéria	Cadeia
Tamboril	Açude
Espírito Santo da Morada Nova	Cadeia

Fonte: CEARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. conselheiro João José Ferreira de Aguiar, presidente da mesma província, em o dia 23 de novembro de 1877*. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877, p. 23-30.

Inicialmente, a administração provincial priorizaria as obras erguidas nas localidades sertanejas porque entendia que elas trariam o benefício complementar de reter a migração para o litoral. Mas exatamente por se situarem em zonas distantes dos centros comerciais e de produção agrícola aqueles serviços seriam os primeiros afetados pela crise de transportes que se constituiu numa das maiores dificuldades com a qual as comissões de socorros tiveram de lidar durante a seca. De Quixeramobim, onde a extinção do gado e a total ausência de lavouras se fizeram logo sentir como um grande problema, os comissários de socorros informavam que o mercado de alimentos, já “limitadíssimo em tempos favoráveis”, “agora pode se dizer nulo e suspenso”. Em Sobral, era a falta dos materiais necessários à construção da nova cadeia da cidade o que impedia a execução desse que se considerou ser um “melhoramento de grande necessidade” para a urbe.<sup>30</sup>

Sem quantidade suficiente de alimentos e outros recursos, os esforços estatais por reter a população no sertão se mostravam limitados em face de um número a cada dia maior de pobres que procuravam o litoral. Na capital da província, o presidente reagia a uma “considerável afluência de emigrantes que rodeiam o palácio pedindo pão e trabalho”. Seria por isso constituída em Fortaleza uma Comissão de Engenheiros responsável por indicar serviços e organizar o trabalho dos retirantes na cidade. Tiveram início então os serviços de construção do novo Paiol da Pólvora com duas turmas de cem homens, “uns no preparo do terreno e abertura de estrada, outros no material necessário para construí-la”. Outras turmas cuidaram de “reparos e melhoramentos da estrada de Soure”. Retirantes seriam ainda alistados nos trabalhos de reparo e conclusão das obras da fortaleza Nossa Senhora da Assunção.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Ofícios de 5/5/1877, Quixeramobim, caixa 14 e de 7/08/1877, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

<sup>31</sup> Ofício de 30/04/1877, IJJ<sup>o</sup> 188, Ministério do Império, AN.

A afluência diária de imigrantes pressionava o governo a procurar novos meios de ocupação. Projetos de construção que durante anos estiveram parados, aguardando por verbas improváveis, puderam então sair do papel. Assim, foram iniciadas as obras do prédio destinado a funcionar o Asilo dos Alienados, sob administração da Santa Casa de Misericórdia, e de um outro edifício, cujo terreno foi doado pelo imponente barão de Ibiapaba para servir de Asilo da Mendicidade. Assim também seriam iniciadas as obras na estrada de Messejana, sempre buscando empregar o maior número possível de retirantes.

Também foi recrutado considerável contingente de pobres para os serviços de fornecimento dos materiais com os quais eram executadas as obras. Da localidade de Monguba, em Pacatuba, algumas turmas de trabalhadores retiravam pedras que eram embarcadas em vagões de trem para servirem ao calçamento das estradas de Soure e Messejana. Da mesma forma funcionava uma pedreira na ponta do Mucuripe, desde onde se formavam imensas filas de sertanejos que as traziam pela mão até os canteiros de obra erguidos no centro da cidade. Das matas do Cocó os retirantes cortavam madeira para diferentes aplicações. Em Pajuçara e Genibaú olarias funcionavam a pleno vapor para fornecer tijolos e telhas a diversas obras.<sup>32</sup>

O próprio abrigo dos retirantes gerava serviços nos quais eles mesmos trabalhavam. Assim, diferentes turmas erguiam palhoças em abarracamentos. A limpeza da cidade ocupava outras centenas de sertanejos. O transporte dos gêneros – um grande problema ante a imensa mortalidade de animais de carga e as dificuldades de se sustentar os que ainda sobreviviam – constituiria outra fonte de trabalho: Castro Carreira, nas páginas do *Jornal do Commercio*, chegou a defender a formação de comboios de retirantes, onde “carroças de construção leve” poderiam carregar até 20 sacas de farinha “puxadas por 4 ou 6 homens, estabelecendo-se comboios de 10 ou 20 destas carroças com turmas de trabalhadores nas diferentes localidades por onde tem de transitar”. Como pensavam muitos naquele tempo, “não falta onde empregar o serviço do pobre”.<sup>33</sup>

Ao terminar o ano de 1877, porém, a conclusão a que se chegava era que as obras realizadas no Ceará, todas de “pequeno vulto”, ainda estavam longe de corresponder às reais necessidades da seca, “quase se limitando a reparos e reconstruções que não podem ter ocupado senão escasso número de braços e por poucos dias”. Apesar das medidas

---

<sup>32</sup> Ofícios de 25/05 e 23/10/1877, Obras Públicas e ofício de 11/05/1877, Fortaleza, caixa 7-A, Socorros Públicos, APEC.

<sup>33</sup> *Jornal do Commercio* de 31/07 e 2/07/1877, Rio de Janeiro, BN.

governamentais em providenciar socorros, não parava de crescer o número de sertanejos esfomeados que chegavam ao litoral. Em poucos meses na passagem do ano, entre novembro de 1877 e fevereiro do ano seguinte, o contingente dos retirantes nos principais centros litorâneos deu um grande salto: em Fortaleza, de 43 mil chegou a 80 mil; em Aracati, o aumento foi de 30 mil para 50 mil imigrantes.<sup>34</sup>

Imensos abarracamentos espalhavam-se agora por Fortaleza. O estado sanitário tornara-se um problema de grande urgência, uma vez que a mortalidade atingia índices alarmantes: durante o mês de dezembro morreriam somente na capital 1.580 pessoas devido a diferentes doenças, duas exclusivamente de fome. Crescia igualmente a quantidade dos que embarcavam, aumentando o medo do esvaziamento da província: em três meses deixaram os portos cearenses 11.853 indivíduos.<sup>35</sup> O quadro geral da crise fazia com que aqueles que antes se regozijavam com o emprego útil dos retirantes nas obras providenciadas pelo governo agora voltassem a se lamentar, dessa vez em favor de “grandes obras de socorros públicos” que fossem capazes de ocupar simultaneamente um grande número de retirantes, como parecia ser mais adequado à situação.

Às “pequenas obras ou trabalhos de ocasião” – como Castro Carreira classificaria o conserto e construção das “prisões, das igrejas, açudes e outras que, sem grandes orçamentos, se podem realizar” – deveriam se somar “obras de outra natureza”, capazes de reunir um número expressivo de retirantes.<sup>36</sup> Entre essas obras estariam construções de portos, ferrovias e açudes de grande porte, empreendimentos cujos custos ultrapassavam a capacidade financeira de uma província pobre e em plena crise como o Ceará naquele momento. Os mais influentes representantes cearenses na Corte mobilizaram-se então na cobrança de recursos e empenhos mais efetivos por parte do governo imperial para socorrer a província flagelada.<sup>37</sup>

Seguindo o argumento do emprego produtivo dos recursos de socorros públicos, destacava-se agora que grandes obras seriam, além de convenientes às necessidades da seca,

<sup>34</sup> *Jornal do Commercio* de 11/01/1878, Rio de Janeiro, BN. CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª seção da 24ª legislatura da assembleia legislativa no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, p. 43.

<sup>35</sup> TEOFILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 161. CEARÁ. *Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878, p. 9.

<sup>36</sup> *Jornal do Commercio* de 2/07/1877, Rio de Janeiro, BN.

<sup>37</sup> Representação de 31/07/1877, IJ<sup>9</sup> 515, Ministério do Império, AN, onde se “indica algumas obras que se podem empreender com vantagem”: prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, reconstrução do porto de Fortaleza, grandes açudes no centro da província e o novo Paio da Pólvora.

importantes instrumentos para um progresso futuro. A reconstrução do porto de Fortaleza, por exemplo, permitiria a atracação de grandes embarcações no trapiche da cidade, superando um antigo inconveniente para os comerciantes que eram obrigados a mover suas mercadorias das embarcações por meio de catraias que tantas vezes viravam sob a força das ondas. Quanto a Estrada de Ferro de Baturité, dizia-se que esta poderia se tornar a mais importante artéria do norte do país caso alcançasse de fato a região do Cariri ao sul da província e dali se estendesse em seguida até as margens do rio São Francisco.

Outro ponto recorrentes vezes ressaltado era o que rezava que, apesar de grandes obras demandarem consideráveis investimentos, devido às circunstâncias das secas havia a compensação de se poder executar os trabalhos com “grande economia”, pois os retirantes contentavam-se com salários baixos. E ainda outras características seriam arroladas como “facilitadoras” das grandes obras. Na defesa da construção da via férrea de Baturité, um artigo dizia: “Quem conhece a província do Ceará sabe que a obra não é cometimento colossal. O terreno dessa província, geralmente plano, sem grandes rios, sem lagos extensos e sem pântanos, facilita a empresa”. E quanto ao porto de Fortaleza, registrou-se:

Não há grandes obras de arte neste trabalho; a precisão é de gente que, atirando a pedra no lugar que lhe for indicado, construa a base sobre ela ser edificada a muralha ou quebra-mar que constitui o molhe. Pois bem, o governo tem à sua disposição 20.000 homens aptos para todos os dias atitarem não só 20, mas sim 40 ou 60 mil pedras onde lhe indicarem.<sup>38</sup>

Mas, apesar das insistências da elite política, ainda demorariam as efetivas providências do governo imperial, dirigido então pelo gabinete Cotegepe, quanto à promoção das grandes obras de socorros. Receavam os homens do primeiro escalão do Império que o retorno das chuvas esperadas para os meses iniciais de 1878 trouxesse prejuízos com a provável fuga dos sertanejos para o interior. Foi esse o argumento, por exemplo, do ministro Diogo Velho que, em sessão do senado, considerou que obras como o avançamento da Estrada de Ferro de Baturité “chegariam fora de tempo”.<sup>39</sup>

Gerou polêmica a criação de uma Comissão de Engenheiros do Império enviada ao Ceará em dezembro de 1877 que tinha por missão preparar projetos que mitigassem os efeitos desastrosos das secas. Alegou-se que não eram estudos o que fazia falta à província, mas ações efetivas de investimento e organização de trabalho. Além do que, nas condições

<sup>38</sup> *Jornal do Commercio* de 23 e 25/12/1877, Rio de Janeiro, BN.

<sup>39</sup> BRASIL. *Anais do senado do império do Brasil*, 2ª sessão da 16ª legislatura no mês de agosto de 1877, volume III. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, p. 70.

inóspitas em que se encontravam os caminhos do sertão, sem animais de montaria nem água, as operações da Comissão estariam comprometidas, tornando-se praticamente impossível penetrar o tórrido interior. Mais uma vez seria o médico Castro Carreira quem alertaria: “Uma comissão de engenheiros no Ceará é para não ocupar de coisa alguma, pois que lhe é inteiramente impossível percorrer a província para proceder a qualquer estudo”.<sup>40</sup>

Mas as críticas mais contundentes seriam dirigidas ao novo presidente João José Ferreira de Aguiar que, ao assumir a administração da província em novembro de 1877, julgou adequado suspender o envio de socorros ao sertão, acreditando que dessa forma os sertanejos aproveitariam seus últimos recursos para a retirada, salvando-se assim de uma morte certa. A falta de socorros provocou a suspensão das obras que ainda eram executadas pelo interior da província e, em consequência, o rápido crescimento da população pobre pelos arrabaldes das cidades litorâneas.<sup>41</sup>

A administração de Ferreira de Aguiar (que terminaria logo em fevereiro de 1878) coincidiria com as jornadas mais cruciais em que a esperança do fim da seca encontrava-se plenamente mobilizada nos espíritos de todos. Mas, após algumas pancadas de chuva no mês de janeiro, um novo ano de seca foi-se delineando. Continuava imensa a afluência de retirantes aos portos do litoral. Por mês, morria em Fortaleza de quatro a cinco mil pessoas, decorrência das longas jornadas de subalimentação, exposição a condições higiênicas precárias e a proliferação de epidemias. Ao assumir a presidência da província, registraria José Júlio de Albuquerque Barros a respeito dos retirantes que encontrou:

O Palácio da presidência era sitiado desde as 5 horas da manhã por milhares deles, que se revezavam no decurso do dia, à medida que os primeiros chegados se distribuía pelas comissões de socorros. Trazia a pele colada aos ossos a maior parte dos que não vinham deformados pela anasarca ou por edemas; homens, mulheres e meninos quase em completa nudez, macilentos e inanidos; muitas das pobres mães com os filhos pendentes do colo e já moribundos.<sup>42</sup>

Mas, além – e a despeito – de exibirem aspecto macilento e inanido, os retirantes promoviam ações coletivas ameaçadoras à ordem pública. Naquela passagem de ano se concentrariam as maiores ações de saques a depósitos de alimentos no Ceará, tais como o

<sup>40</sup> *Jornal do Commercio* de 4/11/1877, Rio de Janeiro, BN.

<sup>41</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., p. 41.

<sup>42</sup> *Idem*, p. 39.

ocorrido na cidade de Baturité, no dia 15 de outubro de 1877: quando, ao cair da tarde, um comissário anunciara a suspensão da distribuição para não seguir com aquela atividade noite adentro, uma multidão de três a quatro mil pessoas se lançou sobre a porta do depósito e carregou de lá sacos de farinha e outros gêneros. Conflitos com a polícia se seguiram aos fatos. Em Fortaleza também houve um forte conflito entre retirantes e forças policiais na praça marquês do Herval no dia 18 de março de 1878, quando cerca de seis mil pessoas atacaram um depósito. Pedras foram lançadas e soldados do 15º Batalhão atiraram na multidão. Horas depois, um novo confronto resultaria na morte de um imigrante.<sup>43</sup>

O início de grandes obras de socorros públicos traria assim as marcas de uma medida providencial a uma situação de crise duradoura. Ao se constatar que um novo ano de seca se confirmava e a cada dia mais grave se revelava a situação dos miseráveis, com suas doenças e ações multitudinárias, o emprego de grandes parcelas dos retirantes em obras de socorros apresentou-se como questão de máxima urgência. Enquanto houve esperança no retorno das chuvas para os primeiros meses de 1878, o governo imperial se manteve em compasso de espera, como em relação às obras do porto de Fortaleza no qual resolveu não mandar empregar os retirantes porque julgou que, “enquanto se encomendavam e remetiam as máquinas e aparelhos necessários, poderia estar terminada a seca”.<sup>44</sup>

Mas a situação a partir do ano de 1878 era outra. Em cinco de janeiro, seria nomeado um novo gabinete de ministros encabeçado pelo liberal João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, após uma década de hegemonia conservadora. Em relação às questões da seca, o novo ministério enfatizaria a importância das grandes obras, terminando por ordenar a construção de ferrovias para o socorro dos retirantes através do decreto 6.918, de 1º de junho de 1878. A decisão de investir na construção de ferrovias inspirava-se nas experiências do governo inglês sobre a Índia, então igualmente atingida por uma forte seca. Para a elite liberal do país, os ingleses mostravam “não haver meio mais eficaz para minorar os efeitos de tais flagelos como o da construção de vias férreas”.<sup>45</sup>

Quanto ao que julgava o presidente recém-nomeado José Júlio de Albuquerque Barros, o emprego dos retirantes nos trabalhos de construção de linhas férreas guardava a importante característica de

<sup>43</sup> Offícios de 22/10/1877 e 19/03/1878, II<sup>1</sup>, 281, Ministério da Justiça, AN.

<sup>44</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., p. 44.

<sup>45</sup> Decreto nº 6.918, de 1/06/1878, Decretos do Poder Executivo – Período Imperial, 16 11 27, AN.

retirar das cidades para o campo uma parte da população adventícia, afim de manter a ordem e melhorar o estado sanitário. Além disso, não havia outro serviço que pudesse empregar maior número de braços, que mais aproveitasse a província e mais promettesse ao estado retribuir seus sacrifícios.<sup>46</sup>

Assim, antes mesmo de confirmada a encampação da Estrada de Ferro de Baturité pelo governo imperial o presidente do Ceará ordenava o começo dos serviços preparatórios do prolongamento em 1º de maio, colocando à frente da tarefa o engenheiro Julius Pinkas, chefe interino da polêmica Comissão de Engenheiros do Império. Em poucos meses, já dezenas de milhares de retirantes encontravam-se trabalhando nas obras de construção das ferrovias cearenses, desafoando uma parte considerável das imensas aglomerações de retirantes das cidades de Baturité, Fortaleza, Camocim e Sobral. Como previa o antigo presidente da província Caetano Estelita, as obras nas vias férreas possuíam a importante “vantagem de conservar mais ou menos divididas as grandes aglomerações de povo que a fome improvisa nos pontos onde há facilidade de exercer a atividade”. Havendo em meados de 1879 nos caminhos ferroviários do Ceará contingentes na ordem de 25 a 30 mil indivíduos (na EFS) e mais de 28 mil (na EFB), aqueles serviços passavam a figurar entre os maiores canteiros de obras de todo o mundo.<sup>47</sup>

A administração provincial não deixaria, entretanto, de procurar manter as “pequenas obras locais” que já se encontravam em curso. Eram igualmente julgadas úteis, pois, ocupando tantos retirantes que não podiam ser recrutados pelas grandes obras, contribuía com a ordenação dos flagelados, uma vez que “só por meio da organização do trabalho se obtém alguma fiscalização no serviço de socorros”. Assim, nos longos meses transcorridos entre 1878 e 1880 (quando cairiam finalmente as chuvas trazendo o fim da grande seca) havia pelos diversos abarracamentos espalhados pelos subúrbios de Fortaleza centenas de turmas de trabalhadores ocupadas em construir, limpar, carregar, cozinhar, vigiar e executar as tantas outras diversas tarefas que constituíam o cotidiano de trabalho dos proletários das secas durante os tempos de estiagem. Assim, pôde aquele administrador declarar em janeiro de 1879 que “não há cidade ou vila na província e ainda povoação de

---

<sup>46</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., p. 44.

<sup>47</sup> Idem, p. 45. Ofício de 7/04/1877, IJJº 188, e Ofício de 21/07/1879, IJJº 189, Ministério do Império, AN.

alguma importância em que não se esteja construindo alguma obra com o trabalho do povo socorrido pelo Estado”.<sup>48</sup>

Ao fim daquela grande seca haviam sido concluídas as construções de 73 açudes, 64 igrejas, 50 cemitérios, 60 estradas e ladeiras, 48 cadeias, 31 poços de alvenaria, 29 escolas, 25 casas de câmara, 19 pontes, 23 calçamentos de estradas e ruas, 23 aterros, 14 mercados, 7 canos de esgoto, 7 quartéis e 3 asilos, além do assentamento de quase 180 quilômetros de caminhos de ferro, estações, oficinas, pontes, pontilhões e outras obras. De fato, um impressionante feito a se contar em favor do progresso. Só não tão impressionante quanto os números de mortos pela epidemia de varíola que em 1878 arrancou a vida de quase a metade da população de Fortaleza (precisamente 57.780 mortos) ou a quantidade de pessoas que deixaram o Ceará durante os três anos de estiagem (com certeza, mais de cem mil pessoas).<sup>49</sup>

#### 4.2 Lições em tempos difíceis

Nas reminiscências de Rodolfo Teófilo, os anos que se seguiram à grande seca de 1877-79 foram de uma impressionante prosperidade:

O Ceará em tão curto espaço de tempo com invernos que não foram copiosos, apenas criadores, progrediu admiravelmente. A terra descansada produziu de uma maneira assombrosa. O pequeno número de rezes que escapou aumentado com algumas importadas do Piauí em breve encheu os campos outra vez. A natureza estava, pode-se dizer, numa ânsia febricitante de procriar. Foram inúmeros os casos de vacas com partos de dois filhos. Em tudo se via a pujança dos reinos vivos. (...) A convalescência do Ceará, como se vê, foi rápida.

Na percepção de Teófilo, “à medida que íamos convalescendo do grande mal que nos prostrou íamos nos esquecendo dele”. Mas as apreensões geradas pela falta de chuvas em 1888 rapidamente despertaram a recordação de tantas mortes e o medo de males ainda piores no futuro breve. Sendo aquele considerado um ano de “flagelo parcial”, nem por isso seria menos preocupante o quadro de miséria que se configurou. Na comparação de 1888 a 1877, chegou a se falar do “agravante de que a população desfavorecida não conta hoje com os recursos que se dispunha naquele tempo”, quando “bons invernos anteriores àquele ano” permitiram que a

<sup>48</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., p. 44-54. Ofício de 28/1/1879, IJJ<sup>9</sup> 189, Ministério do Império, AN.

<sup>49</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da assembleia provincial no dia 1º de julho de 1880.* Fortaleza, Typ. Brasileira, 1880, p. 44. TEOFILLO, Rodolfo. *Seccas do Ceará* (segunda metade do século XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 23.



“população encontrasse muita abundância de água” e mesmo a “classe mais favorecida contava com os elementos internos de suas economias; bem como escravos e outros bens que foram consumidos naquele tempo”.<sup>50</sup> Para muitos, nem bem a província tivera tempo de se recuperar dos traumas deixados pela última seca um novo tempo de estiagem já se anunciava com seus horrores.

Mais uma vez o grande medo dos retirantes se mostrou um meio de pressão sobre as autoridades na preservação dos valores relacionados à ordem, à civilização e na defesa da propriedade privada:

Se o governo não tomar desde já providências, veremos brevemente uma verdadeira conflagração: direitos violados, a nossa propriedade sem garantias, a desonra por toda parte e a fome de espingarda em punho assaltando nas estradas os transeuntes para lhes roubar a bolsa.<sup>51</sup>

E novamente o trabalho seria eleito “o meio mais eficaz de aliviar os males que uma seca inclemente pode trazer”. Sem trabalho, asseverou um correspondente de Granja, os sertanejos morreriam, “ou como ladrões nas cadeias públicas ou nas ruas como cães”.<sup>52</sup>

Se, no último tempo de estiagem prolongada a política de socorrer através do trabalho fora o resultado de um processo de experiências e aprendizagens, nesse novo período de seca essa “solução” já não suscitava maiores objeções. Prontamente as obras de socorros públicos foram indicadas como um recurso comprovadamente eficaz no amparo aos retirantes, como uma forma de conter as migrações, desaglomerar multidões famintas dos centros urbanos e controlar as massas sertanejas, mantendo-as dentro dos quadros da ordem. Entre as principais preocupações do governo do presidente Caio da Silva Prado estava, nesse sentido, as aglomerações “nos pontos povoados de beira-mar”, cujos antecedentes haviam se revelado ser de consequências dramáticas.<sup>53</sup>

Na contenção dos sertanejos, durante a seca de 1888-89, foram três as obras mais indicadas pela imprensa e em ofícios, relatórios e discursos parlamentares: os prolongamentos das ferrovias de Baturité e de Sobral e a construção do grande açude de Quixadá. Diferentemente do anterior período de estiagem, desta vez as últimas estações ferroviárias já

<sup>50</sup> TEOFILO, Rodolfo. *Secas do Ceará...* Op. cit., p. 33-35. *Cearense* de 18/07/1888, Fortaleza, BN.

<sup>51</sup> *Gazeta do Norte* de 18/06/1888, Fortaleza, BN.

<sup>52</sup> *Cearense* de 16/06/1888, Fortaleza, BN.

<sup>53</sup> Ofício de 12/02/1889. IJJ<sup>9</sup> 517, Ministério do Império, AN.

se encontravam distantes do litoral, o que era visto como uma chance de se evitar que os grandes grupos de miseráveis se aproximassem da capital e de outros centros litorâneos, pois poderiam ser empregados antes disso nos serviços dos prolongamentos. A EFB havia já sido construída em 1882, no trecho entre Canoa e Baturité. O novo avanço agora deveria partir deste ponto até a cidade de Quixadá, estendendo-se por mais 84 quilômetros. Quanto a EFS, avançaria desde a cidade de Sobral até Ipú, ao pé da serra da Ibiapaba, por uma distância de 90 quilômetros.

Já havia milhares de pobres concentrados em Baturité, Quixadá e Sobral quando o governo imperial aprovou, em maio de 1888, o prolongamento da via férrea de Baturité para dar trabalho aos retirantes – as obras do açude de Quixadá e da EFS haveriam ainda de aguardar pela aprovação de verbas por parte das instâncias parlamentares. Sobre as obras da Baturité, contabilizaram-se os lucros que geraria o avanço até Quixadá, tornando economicamente “possível o cultivo do algodão 20 léguas além de Maria Pereira, que era o limite da zona produtora, porquanto daí por diante o preço do transporte já absorvia o preço do produto”. Estariam assim mais próximos do porto de Fortaleza “grandes centros de consumo, como Icó e Crato”. As obras da EFS também se mostravam de “lisonjeiro futuro” ao atingir a cidade de Ipú, com sua

ativa e crescida população, no seu florescente comércio, na uberdade do seu solo, na sua grande lavoura de algodão e da cana, e nas riquezas de suas minas variadas, elementos vigorosos bastante para fazê-la prosperar, avultar sua receita, debelar o déficit e compensar devidamente o pequeno sacrifício que o estado fizer com a despesa indispensável aos trabalhos do prolongamento.<sup>54</sup>

Ainda maiores benefícios eram vislumbrados na construção do açude de Quixadá. Aquele reservatório – cujas obras, já iniciadas em 1884, haviam sido interrompidas por desavenças entre membros do corpo técnico e denúncias de irregularidades nos trabalhos preparatórios – era um dos três grandes açudes propostos pela Comissão de Construção de Açudes enviada pelo governo imperial ao fim da seca de 1877-79 (os outros eram os reservatórios de Lavras e Itacolomi) e, de acordo com os estudos do engenheiro Jules Jean Revy, chefe daquela Comissão, proporcionaria a “introdução de obras de irrigação modernas nos férteis planos dos vales da província”, o que “mudaria completamente a sua situação”. É

<sup>54</sup> *Gazeta do Norte* de 17/05/1888, Fortaleza, e *Cearense* de 24/08/1888, Fortaleza, BN.

notável o entusiasmo do engenheiro Revy com o que vislumbrava enquanto possibilidades do progresso advindas da construção do açude de Quixadá:

Introduziria os progressos da agricultura moderna e substituiria a pobre e absoluta cultura atualmente praticada; transformaria os costumes e o modo de viver do povo. (...) Para semelhante Éden todos correriam como um único homem e deixariam atrás de si sua presente miséria e os ossos de seus antepassados para erguer novos ranchos naquele jardim. (...) Pouco a pouco retirar-se-ia do árido sertão e quase é desnecessário dizer que na ocasião da próxima grande seca não haveria emigração alguma porque o povo já estaria estabelecido nas planícies irrigadas dos vales, bastante feliz para possuir o infalível suprimento de água tirada de um grande reservatório.<sup>55</sup>

As comissões de engenheiros enviadas ao Ceará por ocasião da última seca haviam deixado como herança estudos e propostas de obras que na crise de 1888-89 seriam vistas como meios de real solução aos principais problemas associados à estiagem prolongada, como as migrações, a falta de alimentos, a morte de animais e de pessoas, a falência do comércio, o aumento da criminalidade etc. Teria início simultaneamente uma associação dos problemas das secas à imprevidência das autoridades em não capacitar devidamente o território semiárido com suportes materiais para a segurança econômica das populações locais que sabidamente voltariam a conviver com novos anos de seca, mais cedo ou mais tarde. Se durante a seca de 1877-79 a importância das grandes obras de socorros públicos já havia sido ressaltada no sentido de serem instrumentos para o progresso econômico, agora esse caráter estratégico das obras públicas ganhava contornos mais bem definidos: a EFB, a EFS e o açude de Quixadá em conjunto funcionariam como poderosos artefatos para afastar definitivamente a miséria do horizonte de expectativas do Ceará. Do alto da tribuna do senado, Liberato de Castro Carreira sintetizava o que muitos naquele tempo pensavam: “o remédio aos males da seca no norte, e principalmente no Ceará, está nos açudes e estradas de ferro”.<sup>56</sup>

Em meados de 1888, a seca já se apresentava nos seus traços mais incisivos. Em Fortaleza, levadas de imigrantes chegavam mais numerosas. “Não há semana”, registrava uma matéria de jornal, “que não cheguem aqui de 100 a 200 foragidos da seca”. Na serra de Baturité também se aglomerava a população do sertão vizinho. No Cariri, o preço dos alimentos crescia com a escassez. O norte da província era considerado a região mais

<sup>55</sup> *Gazeta do Norte* de 6/09/1888, Fortaleza, BN.

<sup>56</sup> *Cearense* de 24/10/1888, Fortaleza, BN.

gravemente atingida. Clamores vinham de todos os lados, assegurando que os pobres não precisavam de esmolas, mas sim de trabalho: “Dê-se trabalho que tudo será sanado. Para grandes males, infalíveis remédios”.<sup>57</sup>

Assim, uma carta de Santa Quitéria pedia “providências ao digno administrador da província para dar trabalho ao povo”, indicando “o prolongamento da estrada de Sobral, o açude do Poti ou qualquer outro meio de vida para estes pobres sertanejos”. De Acarau, lembrava-se da “tapagem dos rios que fazem barra, ficando num só, para o melhoramento de nosso porto”. De Arneiroz, um correspondente solicitava a construção de um pequeno açude ao pé da vila, o qual julgava “proporcionado às nossas condições e necessidades atuais”. Nesses pedidos, às vezes abria-se mão das grandes obras em nome de empreendimentos que pudessem ser executados com maior urgência. Era o caso de uma matéria de *Gazeta do Norte*, onde se falava da conveniência da abertura de poços pelos caminhos da província “não só para não interromper as comunicações do litoral com o interior, como por oferecer às populações das imediações refrigério e aguada para suas criações”.<sup>58</sup>

Lembrava-se também que obras remanescentes da última seca agora poderiam ser afinal concluídas. Em Imperatriz havia nessa condição, por exemplo, uma grande matriz e um açude que abasteceria a todas as serventias da localidade, caso não tivesse o defeito de vazar suas águas em menos de quatro meses.

Na freguesia de Arraial, que é um ponto populoso, também existem obras iniciadas na seca de 1877 que podem ser concluídas, bem como a cadeia que é um edifício elegante e quase sem serventia à falta de seu acabamento. A matriz, que é um dos grandes templos da província, também está por concluir-se.<sup>59</sup>

Enquanto aguardava pelas grandes obras, o governo provincial enviou no início de agosto engenheiros para Imperatriz, Sobral e Canoa a fim de providenciarem serviços que pudessem ocupar o maior número possível “para complemento do plano de socorros em salários”. Um mês depois, já havia em Baturité “um imenso abarracamento de retirantes”, mas

<sup>57</sup> *Gazeta do Norte* de 11/06/1888, Fortaleza, e *Cearense* de 12/06/1888, Fortaleza, BN.

<sup>58</sup> *Cearense* de 27/05, 15/08 e 6/12/1888, Fortaleza, e *Gazeta do Norte* de 11/06/1888, Fortaleza, BN.

<sup>59</sup> *Cearense* de 18/07/1888, Fortaleza, BN.

os trabalhos recém-iniciados do prolongamento da estrada de ferro eram morosos, admitindo-se então quatrocentos operários “quando excedem de mil os que pedem para ser alistados”.<sup>60</sup>

Como numa regra geral, o número dos retirantes ultrapassava a capacidade das obras em absorver trabalhadores, gerando grandes aglomerações. Assim, no açude Rajada, em Imperatriz, três mil indivíduos “mal vestidos e mal nutridos” viviam “sob palhoças estreitas e abrasadas”, enquanto que para São Francisco, sede de uma comissão para construção de estradas e cacimbas, afluía diariamente grande número de pobres “pedindo emprego por qualquer remuneração para não morrerem à fome”. Enquanto aquela comissão empregava em novembro cerca de 780 trabalhadores (incluindo duzentas mulheres e crianças), o número de indigentes ultrapassava as três mil pessoas. Queixas apontavam sobretudo para a insuficiência das obras do prolongamento da Baturité em absorver maior número de retirantes. Um correspondente reclamava, nesse sentido, que os serviços do prolongamento estavam concentrados apenas em Baturité quando se deveriam atacar os trabalhos por toda extensão da linha projetada até Quixadá, o que remediaria muitas famílias miseráveis. Impacientes representações de Quixadá, Sobral e Ipú pressionavam o governo pelo início imediato dos serviços da via férrea de Sobral e do açude de Quixadá, ainda àquela altura inoperantes.<sup>61</sup>

Mas a situação se agravaria ainda mais com o passar do tempo. As jornadas entre dezembro e o início das chuvas esperadas para os meses de janeiro, fevereiro ou março eram a época em que a fome se fazia mais intensa, quando geralmente nos anos de seca esgotavam-se completamente as aguadas e as criações estavam praticamente dizimadas. O já massivo fluxo de retirantes para o litoral passaria a assumir proporções ainda mais alarmantes. O presidente da província chegou a registrar em sua exposição ao Ministério do Império para o ano de 1888 que era mesmo “admirável a estóica resignação dos habitantes dispersos pelos vastos sertões ou aglomerado nos povoados”, mas a passagem do ano explicitaria melhor a gravidade da seca com que se estava lidando.<sup>62</sup>

Críticas a cada dia mais mordazes eram feitas ao presidente da província que, para evitar a aglomeração de retirantes em Fortaleza e em outros pontos do litoral, empenhou-se em facilitar a emigração para outras províncias, sobretudo aos que buscavam o sul do

---

<sup>60</sup> BRASIL. *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império Antonio Ferreira Vianna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 99. *Gazeta do Norte* de 2/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>61</sup> *Gazeta do Norte* de 20/09 e 20/10/1888, Fortaleza, e *Cearense* de 23/12/1888, Fortaleza, BN.

<sup>62</sup> BRASIL. *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império...* Op. cit., p. 98. *Gazeta do Norte* de 2/10/1888, Fortaleza, BN.

Império. Como membro de uma importante família de cafeicultores de São Paulo, Caio da Silva Prado seria acusado de procurar substituir com a “escravização dos cearenses” os cativos que a Abolição apenas recentemente emancipara. Denúncias de emigração forçada eram estampadas nos jornais de oposição, enquanto que o governo, por sua vez, tratava de impedir com força policial o acesso de inimigos políticos aos pontos de embarque. Dizia-se que o governo deixava os serviços da seca abandonados pelo interesse que guardava em dispor do maior número possível dos elementos sertanejos para trabalharem nos cafezais do sul.<sup>63</sup>

Deixando de lado a questão da “real” motivação de Caio Prado em estimular a emigração para o sul resta o fato de que as obras providenciadas pelo governo provincial estavam mesmo longe de poder empregar o crescido número de retirantes. Segundo informação prestada em fevereiro de 1889, as principais obras administradas pela presidência da província eram a estrada de Baturité a Pendência (ocupando cerca de 600 trabalhadores), o açude de Acarape e a estrada de Montemor a Pacatuba (cerca de 700 trabalhadores), o açude São Miguel (cerca de 700 operários), os açudes Rajada e Imperatriz e estradas adjacentes (ocupando aproximadamente 1.600 retirantes), além de diversas estradas e aguadas abertas na região entre Soure, Riacho da Sela, São Francisco e Imperatriz (totalizando 1.200 sertanejos). Ainda assim, mais de quatorze mil pessoas deixaram o Ceará naquela época, o que revela a magnitude do desafio que era tentar conter a fuga dos retirantes através do emprego em obras de socorros públicos.<sup>64</sup>

Para fazer face aos desafios daqueles tempos difíceis, aludia-se ao que seria tomado como a “lição de 1878”. Um telegrama de fevereiro de 1889 publicado em *Jornal do Commercio* acautelava nesse sentido acerca das esperanças que as chuvas despertavam naquele momento:

Este estado de tempo já começa a produzir os resultados previstos pela lição de 1878 quando, depois de um ano de seca, vieram chuvas que despertaram grandes esperanças nas populações do interior, mas esperanças que logo se desvaneceram. (...) Felizmente desta vez o governo provincial parece não querer seguir o antigo sistema de desorganizar os serviços de socorros para dentro em pouco recomencá-los com maiores dispêndios e falta de método.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> Sobre as críticas ao governo de Caio da Silva Prado cf. editoriais e diversas matérias de *Cearense* e *Pedro II* entre janeiro e março de 1889. Ofício de 12/02/1889, IJJ9 5/7, Ministério do Império, AN.

<sup>64</sup> Telegrama de 21/02/1889 e Ofício de 12/02/1889, IJJ9 5/7, Ministério do Império, AN.

<sup>65</sup> *Jornal do Commercio* de 11/02/1889, Rio de Janeiro, BN.

Certamente foi com o objetivo de ao menos retardar o crescimento do número de sertanejos que procuravam o litoral que o governo provincial iniciou novas obras naquele começo de ano. Em 25 de janeiro, o engenheiro Artur Araripe seguiria para Baturité com a missão de iniciar os trabalhos de abertura de estradas e ladeiras na serra, onde pretendia empregar de quinhentos a seiscentos operários. O receio de que com a conclusão das obras de construção do açude Rajada “se deslocasse a grande população ali aglomerada” fez com que se ordenasse a execução de uma estrada entre Imperatriz e Riacho da Sela. Após uma visita que fez em fevereiro de 1889 às obras do açude de Acarape, o presidente Caio Prado ordenaria o alistamento de mais trezentos retirantes nos serviços em execução. E para atender “tanto quanto é possível às reclamações dos famintos” dar-se-ia início ainda a novas obras em Aracati, União, Acarau, Santana, Aquiraz e Soure.<sup>66</sup>

Mas as maiores esperanças estavam voltadas para as consideradas grandes obras de socorros públicos. Em março, um telegrama informava da chegada em Quixadá e Baturité de “grandes levas de retirantes” atraídos pelos trabalhos do prolongamento e do açude, havendo somente em Quixadá mais de dez mil pessoas concentradas. Em Sobral, haveria seis mil na mesma época. Mas também nesses empreendimentos o ritmo de emprego dos retirantes foi sempre considerado insuficiente ao longo da seca de 1889. O engenheiro João Augusto César de Souza, chefe da comissão do prolongamento da Baturité, por diversas vezes seria acusado de proceder com frieza, rejeitando dar emprego a tantos miseráveis que o procuravam sem outra alternativa de sobrevivência. Uma notícia jornalística talvez tentasse justificar sua atitude ao alegar que a “escassez de pessoal técnico não permite por enquanto admitir maior número de operários”. Em Sobral denunciavam que as obras do prolongamento da estrada de ferro apenas absorviam um décimo do total de imigrantes que clamavam por emprego. E quanto a Quixadá, “apesar do serviço do açude”, lia-se numa matéria do *Libertador*, a população “está num tristíssimo estado de fome e nudez”.

Aglomerados pela notícia da comissão organizada pelo Dr. Revy, para os trabalhos do açude este pobre povo vive aqui, uns morando sob qualquer árvore que encontram, outros ao abrigo de uma simples parede (sem telhado), expostos a todos os horrores deste sol abrasador, arriscados a morrerem de uma epidemia muito possível e muito provável em casos tais.<sup>67</sup>

<sup>66</sup> *Libertador* de 25/01 e 25/02/1889, Fortaleza, BPGMP. *Jornal do Commercio* de 20/03/1889, Rio de Janeiro, BN.

<sup>67</sup> *Libertador* de 26/01, 11 e 18/03/1889, Fortaleza, BPGMP. *Cearense* de 29/03/1889, Fortaleza, e *Jornal do Commercio* de 12/02/1889, Rio de Janeiro, BN.

O esquema de socorro aos retirantes durante a seca de 1888-89 teve como característica o uso em larga escala de obras públicas como meio para conter e alimentar as multidões de imigrantes que permaneceram no Ceará. Considerando a magnitude daquela calamidade, isso demonstra o quão profundamente imprimiu-se a política de socorrer os flagelados através do trabalho em tempos de seca. E isso a despeito da flagrante incapacidade das obras em absorver com salários os imensos grupos de miseráveis que a estiagem lançava nas estradas ininterruptamente. Nos últimos meses daquela seca, uma nova dinâmica migratória consistiria na circulação dos contingentes sertanejos que procuravam colocações em novas obras quando se concluía algum açude ou serviços de construção de estrada, ou simplesmente quando verificavam que não havia mais esperança em encontrar emprego numa região. Significativo foi o fato de centros de trabalho como Sobral, Baturité, Imperatriz e Quixadá terem, durante aquela seca, recebido um número de retirantes maior mesmo que as principais cidades litorâneas, incluindo Fortaleza. Assim, a pequena Quixadá chegaria a abrigar o incrível número de 90 mil retirantes no que pode ser considerado o auge da seca de 1889.<sup>68</sup>

Quando – após a repentina morte de Caio Prado – o conselheiro Henrique D’Avila assumiu o governo da província em julho de 1889, julgou estar o serviço de socorros públicos “inteiramente desorganizado e anarquizado”. Após visitar obras em Quixadá, Acarape e Maranguape e apreciar relatórios enviados de outras localidades, lançou em seis de setembro uma circular suspendendo todas as obras sob a administração provincial, julgando-as inadequadas, dispendiosas e comprometidas por diversas irregularidades. Henrique D’Avila alegou que não poderia manter “esses serviços nessas condições de tão elevados sacrifícios do Tesouro Nacional”. Talvez não tivesse dimensionado as consequências que seu ato poderia desencadear: imediatamente violentos levantes de operários das obras suspensas espalharam-se por toda a província, numa onda de assaltos a armazéns que culminaria na destituição do presidente da província ainda naquele mês. Seus sucessores não incorreriam na mesma atitude temerária até o retorno das chuvas no início do ano seguinte.<sup>69</sup>

A mudança de regime em 1889 não alterou em seus traços gerais a política de controle sobre os retirantes através do emprego em obras públicas. Evidência disso foi a

<sup>68</sup> CEARÁ. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor conselheiro Henrique D’Avila senador do império e presidente do Ceará passou a administração desta província ao Excelentíssimo Senhor...* Fortaleza: Typographia Econômica, 1889, p. 5.

<sup>69</sup> CEARÁ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor conselheiro Henrique D’Avila...* Op. cit., p. 4 e anexo. *Libertador* de 6, 7, 9 e 10/09/1889, Fortaleza, BPGMP. *Cearense* de 21/09/1889, Fortaleza, BN.



postura do governo republicano em dar continuidade às grandes obras de socorros acionadas durante as últimas secas. Um aviso oficial de 19 de novembro de 1890 expunha, nesse sentido, a resolução do governo federal em prolongar a Estrada de Ferro de Baturité até a cidade do Crato, autorizando o início imediato dos estudos preparatórios para o avanço da linha. A retomada da construção do açude de Quixadá, após paralisação por alguns meses decorrente do afastamento do engenheiro Jules Revy, seria autorizada através de uma portaria de 18 de março de 1890, aprovando novas instruções para as obras, agora sob a direção do engenheiro Ulrico Mursa, um membro da antiga comissão recém-afastada.<sup>70</sup>

Pela primeira vez, seriam discutidos de modo mais efetivo os meios de se fazer das obras de socorros públicos uma intervenção duradoura, não restrita às situações emergenciais das secas. Diversos serviços iniciados durante a seca de 1877-79 haviam sido suspensos logo que a precipitação das chuvas permitiu o retorno das aglomerações de retirantes ao sertão. Após serem inauguradas as estações finais do prolongamento da EFB em 1880, apenas dois pequenos trechos – os ramais da Alfândega e o de Canoa a Baturité – foram acrescidos durante o período até a ocorrência da seca de 1888. Chegou-se mesmo a duvidar que a EFS conseguisse alcançar afinal a cidade de Sobral quando verbas foram cortadas pelo governo imperial em 1881.<sup>71</sup> O próprio reservatório de Quixadá, eleito como um grande açude a servir de modelo, ficou paralisado até que as multidões famintas de retirantes voltassem a pressionar as autoridades por socorros em 1888-89. Foi no sentido de se evitar essas interrupções, compreendidas como sinal de imprevidência em relação a uma zona sujeita a recorrentes secas, que se buscava agora não repetir mais os “erros do passado”.

Além de adiarem o esperado momento de se poder usufruir dos benefícios que as obras concluídas trariam, as interrupções desperdiçavam materiais e – o que era visto talvez como mais prejudicial naquelas circunstâncias – dispensavam trabalhadores já de certa forma estabilizados nos serviços de construção. Era esse o motivo de preocupação do engenheiro Ernesto Antonio Lassance Cunha, diretor da EFB quando da chegada da primeira locomotiva à cidade de Quixadá (25/08/1891). Dizia em ofício ao ministro da agricultura que o prosseguimento da ferrovia oferecia a

---

<sup>70</sup> Ofício de 18/08/1891, Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República, AN. BRASIL. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, engenheiro Antônio Gonçalves de Faria em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 99-100.

<sup>71</sup> *Revista de Engenharia*, n. 10, 15/10/1881, p. 162.

vantagem do aproveitamento de todo o material de construção ora existente no trecho Baturité-Quixadá e o pessoal nele empregado, o qual por sua aptidão e conhecimento exato de serviços desta natureza oferece toda a garantia para a boa ordem e breve conclusão dos trabalhos. (...) [P]or todo o mês de setembro próximo terei de dispensar a maior parte do pessoal da construção se por ventura até esta data não houver V. Exa. resolvido sobre o prosseguimento dos trabalhos a Quixeramobim.<sup>72</sup>

No ano de 1891 a “estação das chuvas declarou-se tardiamente, muito inconstante, irregular e sobretudo escassa”. Essas condições geraram dificuldades na execução dos estudos do prolongamento da Baturité, mas ao mesmo tempo serviram de motivo de pressão para que o governo tomasse “medidas expectantes que, sem comprometer a sorte dos infelizes famintos, resguardem o Tesouro Nacional de gastos que o futuro possa demonstrar haverem sido ineficazes e sem oportunidade”. Buscava-se agora se antecipar aos acontecimentos, prevenindo o Estado de gastos desnecessários com obras incompletas e, principalmente, preparando recursos com os quais as autoridades pudessem lidar com as caravanas de retirantes que um novo tempo de estiagem lançaria mais uma vez às estradas.

As populações do interior, umas surdas aos conselhos, outras de há muito torturadas pela miséria, cujo termo depende de fato estranho à vontade humana, outras, finalmente, desvairadas pelo terror ou concitadas por mal intencionados especuladores, cujo aparecimento é concomitante ao período das secas, começam a mover-se, procurando umas as regiões férteis e frescas ao sul do estado, o Crato, outras as regiões parciais imunes da seca, e outras, finalmente, o litoral que para elas representa a terra da promessa.

Ia ao mesmo sentido o alerta do coronel José Clarindo de Queirós, governador do estado do Ceará, num ofício em que solicitou ao ministro da agricultura não permitir que os serviços públicos findassem em esquecimento. Na missiva expunha “a urgência de prosseguir desde já os trabalhos [da EFB], aproveitando-se pessoal experimentado e por baixo salário”. O prolongamento proporcionaria “serviço à grande massa de população que emigra para o litoral e que virá, se não tiver trabalho, esmolar na capital, trazendo-nos toda sorte de males”. E ainda lembrava Clarindo de Queirós:

Peço também a digna atenção de V. Exa. para as obras do açude [de Quixadá]; qualquer interrupção hoje será de incalculáveis consequências para a população que vive dos salários, além de concorrer talvez se houver grande inverno no próximo ano a começar cedo para prejudicar grandemente o trabalho já feito com tantos sacrifícios e grande dispêndio.<sup>73</sup>

<sup>72</sup> Ofício de 31/08/1891, Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República, AN.

<sup>73</sup> Ofício de 31/08/1891, Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República, AN.

Foram de fato tempos de efetivo avanço os primeiros anos da década de 1890 para as grandes obras de socorros públicos no Ceará. No açude de Quixadá – onde durante a seca de 1889 havia sido concluída uma estrada de acesso desde Canoa, erguidos edifícios para oficinas, depósitos e abrigos para operários, perfuradas diversas cacimbas e preparado o grande alicerce (de 16 metros de largura) da parede central – teria nos anos seguintes levantado suas quatro barragens e dois sangradouros, para os quais turmas de trabalhadores de duas pedreiras enviavam rochas através de troles que circulavam constantemente por linhas férreas paralelas estendidas até a parede central. A via férrea de Baturité também avançaria em sua extensão naqueles anos, inaugurando diversas estações nos 47 quilômetros entre Quixadá e Quixeramobim e, logo em seguida, nos 57 quilômetros desde aquele ponto até Humaitá (renomeada na época como Senador Pompeu, em homenagem a um dos primeiros empreendedores daquela ferrovia). Nesses tempos de invernos regulares e bom desempenho econômico, o autor de *Estado do Ceará na Exposição de Chicago* ponderaria sobre o papel das obras públicas para o “desenvolvimento industrial e mercantil do Ceará”: “Estes melhoramentos tendem a pôr a riqueza pública a cobro das secas”.<sup>74</sup>

#### 4.3 Uma engenharia da seca

Mas um novo ano de forte estiagem em 1900 revelaria o quanto aqueles avanços eram limitados para servirem de socorro efetivo para a população pobre do sertão. Aquele ano seco sucedeu um inverno particularmente abundante, dando a falsa impressão de normalidade nos primeiros meses quando ainda havia água represada em açudes e reservatórios naturais. Acontece, porém, que aquela se revelaria ser a seca mais intensa de todo o século XIX (no que tange a ausência de chuvas). Não tardou, portanto, a chegada das levas de retirantes que, sem assistência oficial, foram improvisando abrigos por baixo das árvores nos subúrbios de Fortaleza.

A tônica dos debates suscitados durante aquela seca seria o abandono no qual o governo federal deixava o povo cearense, vacilante de enviar recursos para a estruturação dos serviços de socorros aos retirantes. Estava evidente a muitos publicistas locais a recusa do presidente Campos Sales em investir verbas do Tesouro Nacional em obras de socorros,

<sup>74</sup> *Revista de Engenharia*, n. 213, 14/07/1889, BN. *Revista da Semana* de 11/11/1900, Rio de Janeiro, BN. Relatório do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité de 13/07/1893, Dec. 1446, caixa 16 M3, Decretos do Executivo – República, AN. BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Estado do Ceará na Exposição de Chicago*. Edição Fac-Similar. Fortaleza: Typ. da Republica, 1893. *Documentos*: Revista do Arquivo Público do Ceará, n° 1, 2005, p. 95.

preferindo aquele iminente cafeicultor paulista canalizar os recursos para o pagamento de passagens para a emigração dos sertanejos. Sobre isso, Rodolfo Teófilo atacaria: “A ideia fixa do Sr. Campos Sales era o despovoamento do Ceará”.<sup>75</sup>

Após alguns anos de euforia republicana, começava a se revelar certo saudosismo dos tempos do Império, quando supostamente não havia por parte do governo central restrição de verbas para o amparo aos flagelados das secas. Nesse sentido versava uma matéria de um correspondente para o jornal *A Cidade*, de Sobral, que estranhava:

Outrora, quando atacados por inclemências climáticas, éramos socorridos às mãos cheias e hoje que somos regidos pelo governo do povo, pelo povo e por uma Constituição inspirada na sabedoria moderna, arrastamos a procura mais degradante que só pode experimentar povos infelizes!<sup>76</sup>

Questionou-se sobre o abandono do Ceará diante da federação, duvidando-se mesmo se era correto considerar esse estado flagelado como membro participante da União, sendo tão desproporcionais os altos investimentos destinados às reformas feitas na mesma época em certas capitais do país frente aos poucos recursos voltados aos socorros da seca.

A pressão exercida sobre o governo federal ganha sentido pelas matérias jornalísticas que divulgavam episódios captados nas estradas do interior esturricado. Às já lamentavelmente tradicionais cenas de cadáveres humanos encontrados em decomposição, de gente macilenta implorando por comida, de grupos atacando depósitos, novos gestos seriam incorporados ao arsenal de imagens associadas à calamidade da seca. Desta vez as estações de trem erguidas pelos retirantes nos últimos tempos de estiagem prolongada se tornavam alvo das novas multidões de famintos. De Ipú, informava-se: “Em busca dos pontos servidos pela Estrada de Ferro de Sobral chegam diariamente a esta cidade dezenas de emigrantes acossados pela calamidade que devasta o nosso querido estado.” Já um artigo intitulado “À fome ou à bala...” comentava os episódios do ataque que retirantes promoveram à estação de Massapê, próximo a Sobral, procurando transmitir a escalada de uma crise que se tornava mais grave a cada dia:

Ontem era o assalto nos caminhos aos viandantes incautos, aqui, ali, acolá; hoje é a massa dos famintos que a fome arma à beira dos trilhos da via férrea para atacar o comboio e roubar a carga, dispostos os infelizes a morrer ou a

---

<sup>75</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Secas do Ceará...* Op. cit., p. 133.

<sup>76</sup> *A Cidade* de 10/11/1900, Sobral, BPGMP.

matar. *Ultima ratio* do desespero, deliberação última dos motins da miséria.<sup>77</sup>

Somente em novembro seriam iniciadas as obras de socorros que funcionariam durante a seca de 1900 com verbas oficiais. Foram elas as obras de construção dos açudes de Quixadá, do Riacho do Panta (Baturité), Acaraú-Mirim, Papara (Maranguape), Jordão (Sobral) e Acarape do Meio. Como de costume, foram julgadas insuficientes para empregar a grande quantidade de gente necessitada. Segundo Rodolfo Teófilo:

O reservatório de Quixadá quando muito poderia admitir um número de trabalhadores representando um pessoal inativo de perto de dez mil almas. De que nos valeria este socorro quando a população faminta se elevava a mais de trezentas mil almas?!...<sup>78</sup>

As chuvas do início de 1901 foram o sinal para o governo federal ordenar a suspensão dos serviços de socorros no Ceará. Somente dos açudes Riacho do Panta e Papara seriam dispensados mais de 23 mil retirantes que, com suas famílias, totalizavam 80 mil pessoas. No reservatório de Quixadá, de 1.765 operários, reduziu-se para 360 o número dos admitidos. A partir de 1º de abril, somente esta última obra continuaria em atividade e ainda assim com um mínimo de pessoal empregado.<sup>79</sup>

Pelo que se pode perceber, as obras de socorros públicos exerceram um papel bem menos relevante durante a seca de 1900 que nos anos secos anteriores como meio de controle dos retirantes. À maioria dos pobres que não emigraram para fora do estado naquela época restou ser socorrida pelos donativos recolhidos em todo o país por instituições beneficentes como o Centro Cearense que, em Fortaleza, contava com o auxílio das Senhoras da Caridade para a distribuição e cuidados para com os necessitados.<sup>80</sup> Apesar disso, no entanto, essa época teve uma grande importância no desdobramento da política de controle dos retirantes através do trabalho.

A vivência de mais um tempo de estiagem devastadora estimulou os questionamentos sobre o real papel exercido pelas obras públicas na superação dos problemas

<sup>77</sup> *A Cidade* de 10/11 e 14/11/1900, Sobral, BPGMP.

<sup>78</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas* (Século XX). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953, p. 202. TEÓFILO, Rodolfo. *Secas do Ceará...* Op. cit., p. 132.

<sup>79</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas...* Op. cit., p. 195-196. BRASIL. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas Antonio Augusto da Silva no ano de 1902, 14º da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 704.

<sup>80</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Secas do Ceará...* Op. cit., p. 158.

das secas. Quanto ao grande açude de Quixadá, cujas obras arrastavam-se por quase vinte anos, já se vislumbrava àquela altura expectativas muito aquém das possibilidades previstas nos planos originais do engenheiro Revy relativamente ao poder de fertilização que o represamento de água poderia trazer à região do sertão central. Já no ofício enviado em 26 de julho de 1900, onde o governador Pedro Augusto Borges cobrava providências por parte da presidência da República, aquela autoridade lembrava que, do conjunto de meios para minorar os efeitos das secas traçados por Revy, “o sistema foi iniciado, mas parou no açude de Quixadá”. Em matérias jornalísticas passou-se a fazer alusão aos projetos arquivados de construção dos grandes açudes de Lavras e Itacolomi, cujas dimensões eram ainda maiores que a do empreendimento de Quixadá. Num cálculo feito pelo Ministério da Viação e Obras Públicas em 1899, o valor gasto nas obras deste açude já ultrapassava os 2.700 contos de réis – um montante nunca antes despendido pelo Estado brasileiro em serviços daquela espécie. Seria mesmo correto se gastar tanto com uma obra cujos resultados demoravam a se revelar? Era chegado o tempo de se pensar em outros grandes açudes para a terra das secas.<sup>81</sup>

Mesmo os reservatórios de pequeno e médio porte – cujos gastos com materiais de construção eram menores em relação aos dispêndios com salários – foram questionados. Segundo Tomás Pompeu Sobrinho, engenheiro atuante em diversas obras públicas e historiador das secas, o número de pequenos açudes conhecidos oficialmente até 1900 era em torno de 60 por todo o estado, “a maioria com suas barragens arrombadas, para nada servindo”. Para essa situação contribuiu a falta de planejamento adequado e de métodos construtivos racionais. “Estas construções empreendidas por leigos ou raramente por práticos das ‘Obras Públicas’ do governo nem sempre ofereciam boas condições técnicas e muitas vezes a sua estabilidade resultava precária.” Essa era a opinião também de Bernardo Piquet Carneiro, ex-engenheiro fiscal da via férrea de Baturité convocado para presidir a Comissão do Açude de Quixadá durante a seca de 1900. Em ofício em que fez um balanço das condições dos reservatórios construídos no Ceará, afirmou, generalizando, que “nenhum município há neste estado próximo às suas duas vias férreas que tenha deixado de possuir um ou mais açudes construídos pelo Governo Geral durante o período das últimas secas, açudes hoje arrombados todos por falta de conservação ordinária.” Exemplificava o açude Mucunã,

---

<sup>81</sup> CEARÁ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901 pelo presidente do estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Economica, 1901, p. 27. *A Cidade* de 10/10 e 13/10/1900, Sobral, BPGMP. *Jornal do Ceará* de 11/07/1907, Fortaleza, BN. BRASIL. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas Severino dos Santos Vieira no ano de 1899, 11º da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 524.

em Baturité, “todo minado de formigas e cuja parede vai ser levada pela primeira enchente por não haver quem se obrigue pela sua conservação”. Tudo isso “naturalmente se deu”, avaliava, “porque as obras de socorros são executadas sem estudo prévio, quer quanto às condições de segurança, quer mesmo às vezes quanto às de conveniência pública”.<sup>82</sup>

O próprio engenheiro Piquet Carneiro ofereceu um exemplo do modo como açudes eram construídos durante os períodos emergenciais das secas. Convocado pelo Ministério da Viação em 1900 para construção de obras em Baturité, Piquet Carneiro foi informado pelas autoridades locais que o reservatório do Riacho do Panta seria a mais conveniente obra a ser acionada naquele momento. “Não houve uma voz discrepante”, comentou, “e como não havia tempo a perder, marcou-se a barragem e deu-se logo trabalho à população faminta”. Só posteriormente seria levantada a planta da bacia hidrográfica e feito o orçamento da barragem. Foi quando se constatou que a represa era apenas de 13 milhões de metros cúbicos e custaria mais de 300 contos de réis, ou seja, uma obra de resultado insignificante e cara demais para valer a pena ser continuada.

Ora, quem conhece a topografia do Ceará e sabe quão pródiga foi a natureza em dotá-la de largos vales que se estreitam em pequenos boqueirões não pode deixar de lastimar o prejuízo que a Comissão teve na construção do Açude do Panta, a qual foi sustada, mas já depois de gastos 125 contos. As indicações para construção de açudes já depois de uma seca declarada nem sempre correspondem aos interesses gerais; o que todos naturalmente desejam é debelar a crise do comércio local e evitar a emigração dos braços.<sup>83</sup>

Percebeu-se naquele tempo a necessidade de se “sistematizar o serviço de socorros”, de se adotar um “plano de serviços estáveis, levados à execução com perseverança”. Durante as primeiras décadas daquele novo século procurou-se com afino aprender com as experiências do passado, tentando evitar os erros cometidos sob a pressão das situações de emergência durante as secas. Propostas sucederam-se quanto à melhor aplicação de recursos em obras de socorros públicos, em meios que efetivamente trouxessem “soluções aos problemas das estiagens”. Opinou-se, por exemplo, que “açudes pequenos em lugar dos grandes açudes” seriam mais adequados para a satisfação das “necessidades do povo em épocas de calamidade”; ficando a água represada em alguns grandes reservatórios, “a grande massa da população fatalmente havia de deslocar-se” e isso deveria ser evitado, acima

<sup>82</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas...* Op. cit., p. 187. Ofício de 20/05/1903, Açudes e Irrigação, APEC.

<sup>83</sup> Ofício de 20/05/1903, Açudes e Irrigação, APEC.

de tudo. Mas outros julgavam mais apropriado o esforço concentrado exatamente em grandes açudes, como o planejado Itacolomi, pois só estes permitiriam concentrar volumes capazes de resistir dois ou três anos sem chuvas, fornecendo bastante água para a irrigação, extensos terrenos para plantação de vazantes e resistência à evaporação. Discutiu-se também sobre a pertinência de se investir (ou não) nas estradas de ferro:

Há muita ânsia de caminhos férreos, muita ânsia de comodidades; mas se atender-se que o povo Cearense é pobre na sua maioria, se atender-se que ele vive no campo, a semear, a pasturar, e que sem as chuvas do céu expõe-se à dolorosa contingência de emigrar ou morrer, chega-se a conclusão lógica, evidente, positiva de que o camponês, o agricultor, o sertanejo cearense prefere 1 quilômetro de água a 10 de via férrea.<sup>84</sup>

Tais debates eram renovados pela expectativa da ocorrência de uma nova seca a qualquer momento. Naquele entresséculos, apesar de não se ter registrado uma grande seca emblemática como foram as de 1877 ou 1915, foram diversas as crises climáticas denominadas de “secas parciais” ou “repiquetes”, estiagens mais ou menos prolongadas que, apesar de não atingirem todo o território do semiárido, eram suficientes para provocar fome, migrações e conflitos em determinadas zonas do interior. Já no ano de 1898 ocorrera uma dessas secas parciais, ao que se sucedeu a forte seca de 1900 e, em seguida, secas parciais em 1902, 1903 e 1907. Acresce que na intercalação desses anos, e durante a maior parte do restante da década, ocorreriam apenas invernos escassos. A cada início de ano alertas sobre o que pareciam ser sinais de uma nova seca eram lançados, cobrando-se providências por parte do governo, alimentando constantemente o debate e reforçando a ideia de um serviço de socorro com caráter permanente.

Foi nesse contexto que o governo federal ordenou que a Comissão do Açude de Quixadá se constituísse em Comissão de Açudes e Irrigação, dedicada ao estudo e planejamento de obras de construção de represas pelos territórios secos do Ceará e estados adjacentes. O principal objetivo dessa comissão seria o estudo para a reparação dos açudes já construídos, além do planejamento de novos reservatórios. Composto por um corpo de engenheiros orientados a conhecer o sertão em busca de projetos convenientes de obras de socorros públicos, a Comissão de Açudes e Irrigação era o embrião do que no futuro seria a Inspetoria de Obras contra as Secas, IOCS, criada em 1909.

<sup>84</sup> Ofício de 20/05/1903, Açudes e Irrigação, APEC. CEARÁ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901 pelo presidente do estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Economica, 1901, p. 27. *Jornal do Ceará* de 27/03/1905 e de 11/07/1907, Fortaleza, BN. *A Cidade* de 10/10/1900, Sobral, BPGMP.



Diferentemente do que se pensava nas últimas décadas do século XIX – tempo em que as estradas de ferro figuravam como o símbolo maior do progresso industrial – o pensamento hegemônico acerca das obras de socorros públicos nesse início de centúria revelará uma clara preferência por obras de irrigação, como açudes, poços artesianos e canais. Refletiu-se que uma real solução aos problemas das secas só poderia estar associada ao acesso que as populações do interior tivessem à água. Era a consagração do que ficaria conhecida como a “solução hidráulica” aos problemas das secas. Durante a vigência da Comissão de Açudes e Irrigação e, em seguida, durante os primeiros anos da IOCS, as ações desses órgãos voltaram-se quase exclusivamente para os serviços de perfuração de poços e construção de represas. O termo “açudagem”, virtualmente ausente das fontes relacionadas às secas no século XIX, aparecerá então em diversos documentos oficiais e nas páginas da imprensa, como que criando um novo nome para designar uma nova coisa: o complexo de estudos, medidas e ações visando permitir o acesso à água ao maior número de pessoas no território das secas.

A construção de açudes era uma reivindicação tradicional das oligarquias interessadas em beneficiar suas terras com obras de irrigação financiadas pelo Estado e executadas pelos retirantes das secas – eventualmente trabalhadores rurais que proprietários não queriam perder durante os tempos de estiagem. Mas, neste novo contexto, a açudagem tinha pretensões de se constituir em medida de socorro com bases científicas, conduzida por um corpo de técnicos especializados e informados por estudos cuidadosos quanto a aspectos como custos, viabilidade material e humana, e impactos econômicos que as obras provocariam. Ao se submeter as obras a um “plano científico”, procurava-se criar parâmetros de decisão que fossem neutros diante dos interesses de classe, evitando assim o favorecimento às tradicionais oligarquias locais. Tendo sido a IOCS um instrumento importante para a captação de recursos por parte das classes dominantes nortistas, conformando o que ficaria conhecido como a “indústria da seca”, isso apenas revela o quanto *na prática* essa prevalência de critérios técnico-científicos para a condução das obras de socorros públicos não estava assim tão resguardada dos jogos de poder e disputas sociais em curso.<sup>85</sup>

Tampouco, porém, deveríamos considerar o discurso científico sobre a seca como um mero simulacro a serviço dos poderosos. A indicação de Miguel Arrojado Lisboa como

---

<sup>85</sup> Cf. NEVES, Frederico de Castro. As secas na história do Ceará. In. SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 88-89. Ver também SOUZA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas do Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 90-99.

superintendente da IOCS atendia a critérios de inegável habilidade que este experiente engenheiro, formado na consagrada Escola de Minas de Ouro Preto, possuía como conhecedor do meio físico brasileiro, “como geólogo, viajante culto e experimentado observador”. Para o bom exercício de sua função, Arrojado Lisboa frequentou um curso de especialização na Universidade de Ciências de Paris e viajou por países que já haviam se dedicado a serviços contra as estiagens, visitando grandes obras do Nilo, no Egito, e no Sudão. De acordo com Tomás Pompeu Sobrinho, “a sua fecunda administração traz a marca característica de um grande esforço no sentido de dar aos trabalhos orientação científica e uma vasta amplitude de ação”.<sup>86</sup>

Em razão da dificuldade de recrutar pessoal técnico especializado em setores de engenharia hidráulica e agrônômica – campos incipientes no país de então – Miguel Arrojado Lisboa procurou especialistas estrangeiros para compor uma comissão de estudos do semiárido brasileiro. Durante mais de dois anos essa comissão – composta por Roderic Cranall, G. A. Waring, Alberto Löefgren, Horácio Williams, R. Soper, Guilherme Lane, Horace Small, Cecil Haig, entre outros – percorreu os sertões do norte, do que resultaram relatórios detalhados sobre hidrografia, pluviometria, botânica, fisiografia, fluviometria, geologia e cartografia da região. Os relatórios incluíam também um estudo de “questões de ordem social”, especialmente voltado para os interesses econômicos.<sup>87</sup>

Os conhecimentos acumulados nesse período sobre o fenômeno das secas podem ser observados na conferência que o engenheiro Arrojado Lisboa realizou no salão da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913 – do que posteriormente resultaria a publicação intitulada *O problema das seccas*. Considerando a seca um fenômeno vasto, “de natureza tanto física como econômica e social”, Lisboa entendia se tratar, portanto, de “problema múltiplo”: “Verdadeiramente não há um problema, há problemas”. Encontrar soluções ao problema das secas passava por “forçosamente considerar todos os fatores determinantes do flagelo”.

Estes dependem essencialmente do nosso poder de observação e da nossa cultura na ordem científica a que pertencem os vários fatores que determinam o fenômeno. Por isso, a avaliação da importância a dar às diferentes feições do problema, a geográfica, climatológica, geológica,

---

<sup>86</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas...* Op. cit., p. 220-222. A respeito da Escola de Minas de Ouro Preto cf. CARVALHO, José Murilo de. *A escola de minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

<sup>87</sup> Idem.

botânica, da engenharia técnica, higiênica, econômica, social e outras ainda, depende de um coeficiente muito pessoal.

Sendo a zona do interior seco diferenciada em seus traços sociais, geográficos, hidrográficos e geológicos, Arrojado Lisboa falou de como as medidas pertinentes ao território do Piauí – “terra de chapadas e tabuleiros, constituídos quase que só de rochas arenosas de grande permeabilidade” – não poderiam ser as mesmas aplicáveis aos sertões do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte – “ao contrário, a terra ideal para a açudagem”. *O problema das seccas* procura assim indicar as principais intervenções que julgava adequadas aos sertões secos do norte, mas valendo-se, para tanto, de criteriosos estudos sobre a região e a população local para que realmente fosse possível se chegar a resultados concretos e duráveis sobre esse que se mostrava ser um difícil e complexo desafio nacional. Essa mesma intenção levaria Tomás Pompeu Sobrinho a publicar *O problema das seccas no Ceará*, outro exemplo interessante de estudo que buscava sintetizar propostas de ações voltadas a alcançar soluções para as secas com base em circunstanciadas considerações “científicas”.<sup>88</sup>

Todo esse período que vai da constituição da Comissão de Açudes e Irrigação em 1903 até o início da grande seca de 1915, passando pelo momento da criação da IOCS em 1909, caracterizou-se destarte por consideráveis acúmulos de saberes sobre o fenômeno das secas e elaborações de diversos projetos para a construção de obras de socorros públicos (principalmente de açudes e redes de irrigação). Mas, ao mesmo tempo, foi um período de poucas realizações. Após afinal inaugurado o açude de Quixadá em 1906, poucos reservatórios de grande porte seriam iniciados, como os açudes Acarape do Meio, Tucunduba e Salão. Nenhum deles seria concluído nesses anos. Os caminhos de ferro também avançaram apenas lentamente nessa época, ora por simples falta de operários para os serviços de prolongamento, ora por irregularidades ocasionadas quando do arrendamento da rede ferroviária cearense à empresa britânica South American Railway Construction Co. Limited, cuja administração se revelou fraudulenta.<sup>89</sup> Foi um tempo de muitos rearranjos por parte das elites, mas de pouca presença dos proletários das secas exercendo sua tradicional pressão. Afinal, já se iam passando longos anos desde a última grande seca em 1900. Nem por isso, entretanto, deixou-se de temer as invasões dos sertanejos pobres. Uma charge publicada como capa de *O Malho*, de 30 de outubro de 1909, por ocasião do anúncio da criação da IOCS,

<sup>88</sup> LISBOA, Miguel Arrojado R. *O problema das seccas*: conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1923, p. 4, 7 e 19. POMPEU SOBRINHO, Tomás. *O problema das seccas no Ceará*. Fortaleza: Typo-Litographia Gadelha, 1917.

<sup>89</sup> SOBRINHO, Tomás Pompeu. *História das secas...* Op. cit., p. 274-308. Ofício sem data, GIF1, 4B 421, 248, AN.

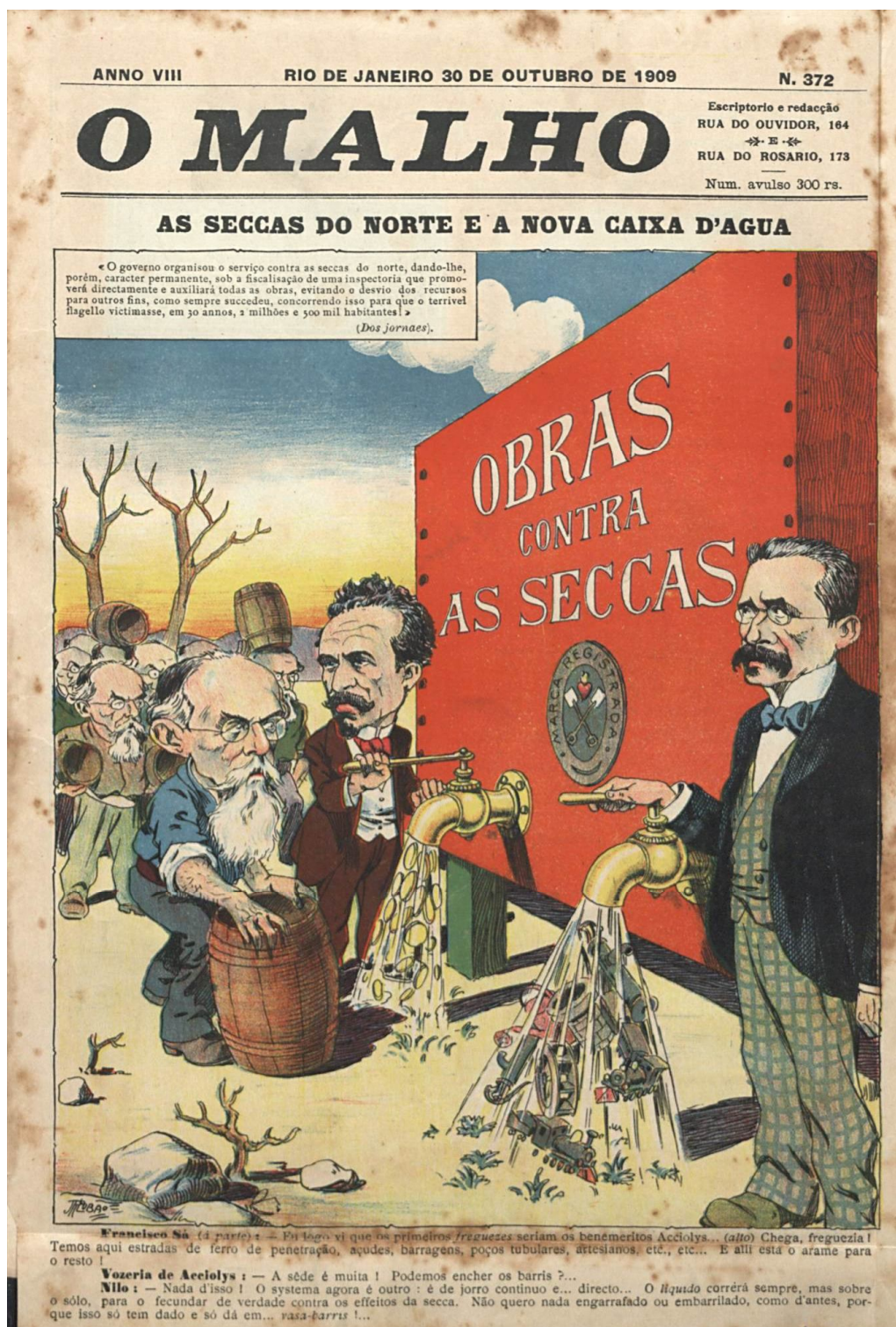
revelava o sentimento de apreensão que sempre perpassou a administração dos socorros públicos na terra das secas. Sob o título *A secca do norte e a nova caixa d'água*, a ilustração explora a vinculação do ministro da viação, engenheiro Francisco Sá, idealizador da Inspetoria, com a oligarquia Accioly, dominante então no Ceará. De fato, Nogueira Accioly era sogro do ministro Sá. Nas legendas, aquele ministro dirige-se aos diversos “acciolys” que aguardam com seus barris a hora de enchê-los, convidando-os: “– Chega, freguesia! Temos aqui estradas de ferro de penetração, açudes, barragens, poços tubulares, artesianos etc. etc.” Cauteloso por sua vez, o presidente Nilo Peçanha ali ao lado se contrapõe, alertando:

– Nada disso! O sistema agora é outro: é de jorro continuo e... direto... O líquido correrá sempre, mas sobre o solo, para o fecundar de verdade contra os efeitos da seca. Não quero nada engarrafado ou embarrilado, como d’antes, porque isso só tem dado e só dá em... *vasa barris!*...<sup>90</sup>

A piada só tinha graça pela alusão que fazia ao conflito de Canudos (às margens do riacho Vasa Barris, na Bahia), esse violento e traumático enfrentamento das tropas republicanas com as populações pobres dos sertões do norte, sobreviventes de tantas secas naquele período. Como dizia Sigmund Freud – que, naquela mesma época, dedicava-se ao projeto de desvendar o inconsciente humano –, para que o chiste provoque o riso ele deve “liberar um pensamento subsidiário suprimido”, pois “a produção de prazer corresponde à despesa psíquica que é economizada”.<sup>91</sup> Referir-se a sertanejos pobres nesses anos podia até provocar certo sorriso nervoso nos rostos dos leitores de *O Malho*, mas em breve a seca de 1915 faria o cômico abrir espaço para o retorno do trágico.

<sup>90</sup> *O Malho* de 30/10/1909, Rio de Janeiro, BN.

<sup>91</sup> FREUD, Sigmund. Os chistes e a sua relação com o inconsciente (1905). In \_\_\_\_\_. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. VIII, p. 29 e 116. Cf. sobre o conflito de Canudos: GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte*: vida e morte de Canudos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. LEVINE, Robert M. *O sertão prometido*: o massacre de Canudos. São Paulo: EDUSP, 1995.

Figura 2 – Capa de *O Malho* de 30/10/1909

#### 4.4 “Solução” consagrada

Tomás Pompeu Sobrinho definiu “como uma surpresa estranha” a reação dos que viram como a seca de 1915 “voltou a flagelar este Estado e alguns outros do NE brasileiro”.

Já não devera esse acontecimento tão importante constituir surpresa para um povo que tem experimentado repetidas vezes as aflições e angústias desesperadoras de um mal que volta periodicamente.

O estranhamento do engenheiro Pompeu Sobrinho repercutia o sentimento de decepção compartilhado por muitos que acreditavam que a convivência com tantas épocas de seca num passado recente já deveria àquela altura ter sido suficiente para que o povo (e suas autoridades) enfrentassem sem maiores sobressaltos mais um tempo de crise, municiados com meios de proteção já tantas vezes testados e comprovados. Afinal de contas, qual não deveria ser a atitude mais acertada a se tomar diante de uma nova seca senão amparar os sertanejos aflitos através do emprego em obras de socorros públicos? Na condição de chefe do Primeiro Distrito da IOCS, Pompeu Sobrinho falava enquanto representante de um projeto de enfrentamento aos problemas das secas que, como visto, era orientado por estudos “cientificamente” conduzidos. Seguro em seu ponto de vista, dizia ser esse um problema de “solução simples, intuitiva e racional”.

Uma vez resolvido este momentoso problema nacional, o vasto território do NE, hoje teatro de tão emocionantes e vergonhosas tragédias, se transformaria numa região de fácil e abundantíssima produção. Todos os artigos da variada cultura tropical seriam aqui produzidos e assim concorreríamos permanentemente com valiosíssimo contingente para a riqueza nacional e ao mesmo tempo os habitantes destas paragens, libertos do pesadelo ameaçador das secas, gozariam de um bem estar e conforto que jamais experimentaram. O nível moral e intelectual se elevaria e, *pari passu* com os Estados mais adiantados da União, acompanharíamos o concerto da civilização moderna.<sup>92</sup>

Mas, em flagrante contraste com este ideal civilizatório estava a reprodução dos “horrores da fome impiedosa” pelos caminhos do interior. Mais uma vez a repugnância aos “quadros dolorosos” da miséria ganhava expressão:

<sup>92</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *O problema das seccas no Ceará*. Op. cit., p. 9 e 27.

Os míseros completamente abandonados da fortuna exibem-na penosamente pelas vias públicas, oferecendo aos olhares mais discretos os quadros dolorosos de um doloroso e trágico espetáculo de que vem sendo teatro o nosso infeliz Estado, cujo epílogo a incúria dos governos está trabalhando para que seja um verdadeiro cataclisma de que não há registro na história humana.

E uma vez mais o temor aos ataques à propriedade privada foi despertado ante o esgotamento dos meios alternativos de sobrevivência para os pobres:

A devastação dos campos à cata de lenha, capim e palmitos, único meio que restava ao povo para empregar sua atividade está terminada, agora só lhe resta o assalto à propriedade alheia e infelizmente isso que o governo não quis evitar já está se fazendo sentir. Rara é a noite em que pequenos estabelecimentos de gêneros desta cidade não recebem a visita forçada dos famintos que até na prática do roubo deixam bem claro o desespero de sua situação e patenteiam a sua honestidade, tal a insignificância dos objetos roubados que mal chegam para as necessidades daquele momento.<sup>93</sup>

A seca de 1915 evidenciou as contradições da crença (alimentada durante os anos anteriores) de que um plano de socorros permanente seria garantia de solução para as crises decorrente das estiagens. Sendo a primeira seca de largas proporções ocorrida sob a vigência da IOCS, o ano de 1915 seria o grande teste para todo um conjunto de expectativas criadas pela política de açudagem em amparar a contento as massas de retirantes.

De certa maneira, se deu o esperado com relação aos primeiros imigrantes que procuraram os açudes Acaraú-Mirim, em Santana, e do Cedro, em Quixadá. No primeiro, cerca de duzentas famílias foram abrigadas às margens da represa, praticando a cultura do arroz, milho, feijão, melancias, batatas etc. Também se dedicaram à criação de gado e à pesca. Quanto ao açude de Quixadá, foram distribuídos 559 lotes de vazantes ocupados por quase quatro mil pessoas. Na bacia irrigada pelos canais do açude seriam ainda abrigados mais 1.665 retirantes. Todos esses, porém, somavam apenas uma pequena parcela das grandes caravanas de sertanejos andrajosos que já se concentravam naquele momento em estações das estradas de ferro e nas principais cidades do estado.<sup>94</sup>

Como já sabiam que a postura do governo seria a de privilegiar o socorro através do emprego dos imigrantes em grandes obras públicas, muitos sertanejos se dirigiram diretamente ao açude Acarape do Meio, onde há anos arrastavam-se os trabalhos de

<sup>93</sup> A *Lucta* de 7/07/1915, Sobral, BN.

<sup>94</sup> ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste*: discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 23-24.

construção. Consta que em janeiro a obra tinha a frequência de 160 operários, passando em junho a 625 e em julho para 926, “caindo logo em seguida em vista da escassez de verba”. Com as falhas da Inspetoria em pagar os operários, muitos foram dispensados no momento mesmo em que a fome se fazia mais intensa, gerando uma “situação insustentável”. O próprio Tomás Pompeu Sobrinho telegrafou à capital federal sugerindo uma visita das autoridades às obras do açude porque assim

tereis oportunidade de compreender todo horror que pesa sobre os infelizes habitantes desta terra... Atraso pagamentos agrava situação Acarape onde há 6 meses operários não recebem dinheiro e fornecedor único acha-se exausto.

Nessa situação, o encarregado pelas obras daquele açude, engenheiro Tomás Bertuccio, receava pela “perturbação da ordem e desacato à sua pessoa e sua família”.<sup>95</sup>

Durante quase todo o ano de 1915 não haveria acréscimos de verbas oficiais para as obras administradas pela IOCS, apesar de ser aquela instituição a principal responsável por enfrentar a intensa crise de estiagem por que passava o semiárido. Até o fim do ano praticamente todos os serviços de socorros acionados pelo governo se concentrariam em Fortaleza, onde cerca de dois mil retirantes trabalhavam nas construções do açude Tauape e da “avenida beira mar da rua Sena Madureira”. Parecia que novamente a ausência de investimentos por parte do governo federal reservaria a tarefa de socorrer os miseráveis às ações das instituições religiosas, onde se destacava a atuação do arcebispo D. Manuel da Silva Gomes, cognominado de “a caridade itinerante” por sua dedicação em viajar por vários pontos do país arrecadando doações aos flagelados. Demonstrando mais uma vez seu poder de sintetizar em poucas palavras um sentimento compartilhado, Rodolfo Teófilo registraria, entre irônico e lamentoso, que “a Inspetoria de Obras contra as Secas é um mito”.<sup>96</sup>

Mas o prolongamento e a extensão da crise ainda haveriam de provocar reações por parte dos poderes constituídos. As multidões de retirantes nas estações de Iguatu e de Crateús (pontos extremos das vias férreas), nos grandes açudes Salão, Tucunduba, Patos, Riacho do Sangue, Caio Prado e Acarape do Meio (potenciais centros de emprego aos retirantes) e em cidades como Sobral (onde havia aproximadamente 20 mil sertanejos em outubro) e Fortaleza (com cerca de oito mil reunidos no Campo de Concentração do Alagadiço) constituíam-se em um respeitável potencial de revolta a despertar o temor de

<sup>95</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas...* Op. cit., p. 285-291.

<sup>96</sup> A *Lucta* de 13/10/1915, Sobral, BN. ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste...* Op. cit., p. 53. TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 60.



cidadãos e autoridades. Num artigo publicado em *A Lucta*, de Sobral, Mario Leblon chegou a imaginar: “E se os famintos, indignados e revoltados com o desprezo recebido se sublevassem contra o Governo, aos milhares galgassem as escadarias do palácio presidencial, reclamando o direito de viver como os demais cidadãos, pedindo roupa e pão?” Lembrava que, de uma situação aflitiva por que passava o povo e da indiferença do governo, havia se desencadeado “em tempos não muito remotos” a Revolução Russa de 1905. Ao que parece, a lentidão em se tomar providências concretas de socorro aos famintos e o indiferentismo da administração estatal diante da crise tiveram de ceder em face da ameaça potencial dos proletários das secas em subverter a ordem. Seria mesmo desejável se lançar mão de medidas de controle mais seguras que a simples distribuição de esmolas em tempos de grande carestia e agitações grevistas nas principais cidades do país. Além disso tudo, eram ainda bastante recentes os episódios do levante popular que, em 1912, derrubara o governador Nogueira Accioly, no poder desde 1896, e do conflito de 1914 conhecido como a Sedição do Juazeiro, quando tropas de sertanejos partidários do padre Cícero Romão Batista avançaram desde o Cariri até as portas da capital cearense promovendo saques e outras ações violentas por onde passaram. Com o anúncio da seca de 1915, conformava-se um quadriênio de agitações em que setores populares do Ceará tiveram uma participação bastante ativa no cenário político, quase sempre provocando o medo de uma desordem incontrollável.<sup>97</sup>

Assim, somente a partir de outubro de 1915 teria início o emprego em larga escala de retirantes em diversas obras de socorros públicos. Dos açudes administrados pela Inspetoria de Obras contras as Secas, os que mais recrutaram pessoal para construção foram Acarape do Meio (478 operários), Salão (700 operários) e Tucunduba (mil operários). Não caberia a IOCS, no entanto, a responsabilidade pelo emprego da maioria de retirantes.<sup>98</sup> Este órgão, criado para se tornar o promotor de um serviço permanente e sistemático de combate aos efeitos das secas, acabou se revelando despreparado para a complexa missão de saber lidar com as pressões exercidas pelas aglomerações de sertanejos pobres e, ao mesmo tempo, com os diversos interesses (muitas vezes conflitantes) de comerciantes, proprietários rurais, chefes políticos e outros setores do poder local. Na avaliação de Tomás Pompeu Sobrinho, a seca de 1915 “veio demonstrar que os nossos conhecimentos propedêuticos essenciais à estrutura racional de um combate sério e eficiente às secas eram ainda tristemente deficientes”. A saída encontrada pelo governo federal foi a criação de uma comissão especial

<sup>97</sup> *A Lucta* de 27/10 e 13/10/1915, Sobral, BN. NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In. SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova História do Ceará...* Op. cit., p. 86.

<sup>98</sup> ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste...* Op. cit., p. 25.

que funcionaria com verba própria e dotada de autonomia administrativa em relação à IOCS, ainda que com atribuições semelhantes e podendo contar com os estudos e projetos previamente preparados pela Inspetoria. Era a Comissão de Obras Novas contra as Secas, chefiada pelo experiente engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis e que contaria com um crédito de 55 mil contos de réis para construir açudes e estradas de rodagem durante os cerca de cinco anos em que vigorou. Contando com autonomia de decisão e livre acesso às verbas, a Comissão de Obras Novas pôde com uma relativa maior eficácia lidar com as circunstâncias emergenciais que encontrou durante as secas.<sup>99</sup>

Seriam, dessa forma, empregados nos últimos meses do ano de 1915 mais de 3.900 retirantes nos serviços de construção dos açudes Caio Prado (499), Parasinho (309), Patos (807), Guaiuba (588), Velame (308), Riacho do Sangue (1.400), todos sob os auspícios da CONCS. A esses reservatórios somariam no início de 1916 os açudes Baú (com 203 trabalhadores), Várzea da Volta (com 147 operários) e Mulungu (203 operários). Aquela comissão também atacaria trabalhos de construção das rodovias Sobral-Meruóca (empregando 505 pessoas), Baturité-Guaramiranga (883 pessoas) e Quixadá-Riacho do Sangue (203 pessoas).<sup>100</sup>

E, enfim, o sistema de socorros de retirantes através do emprego em obras públicas se completaria naquela seca com o início dos prolongamentos das vias férreas de Baturité (em 24 de novembro) e de Sobral (em 15 de dezembro). Com a anulação do contrato com a South American Railway Construction Co. Limited, foi criada a Rede de Viação Cearense que, entre 1915 e 1916, ocuparia mais de oito mil retirantes nos serviços de prolongamento. Pelos relatórios da RVC fica-se sabendo do alistamento de mais de três mil operários em apenas três dias: “entre estes muitos o foram em condições de não poderem prestar o menor serviço, por não permitir a idade ou o estado precário de saúde”. O engenheiro-chefe Henrique Couto Fernandes justificaria assim seu procedimento:

Exigindo o dever do cargo o aproveitamento absoluto da verba despendida, nem por isso deixava de falar mais alto o dever de humanidade, impedindo a dispensa do operário quase inútil ou do auxiliar desnecessário.<sup>101</sup>

Sendo assim, durante a seca de 1915 constatar-se-ia que as intenções de se enfrentar o problema da seca através de criteriosos planejamentos científicos – perspectiva

<sup>99</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas...* Op. cit., p. 219 e 222.

<sup>100</sup> ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste...* Op. cit., p. 26.

<sup>101</sup> *Relatórios de trabalhos e ocorrências durante o ano de 1916.*

incorporada em especial pelo corpo de engenheiros da IOCS – tiveram de ceder às circunstâncias, fazendo com que uma vez mais os serviços de socorros do governo fossem acionados segundo o princípio de se “dar emprego ao maior número possível de pessoas”. Emblemáticas, nesse sentido, seriam as declarações do engenheiro Abelardo dos Santos, responsável pelas obras de construção do açude Tucunduba. Hostilizado pela imprensa local, por comerciantes e proprietários rurais influentes após ordenar a demissão de diversos feitores e de pessoal excedente do corpo burocrático do açude – numa atitude interpretada como desafiadora aos poderosos da região –, Abelardo dos Santos procurou a redação de *A Lucta* para, numa entrevista, “esclarecer” sua conduta à frente dos serviços da obra. Procurando afastar a ideia de ser inclemente e rigoroso para com os retirantes sob sua direção, o engenheiro frisou que “tudo tenho empregado em prol do flagelado cearense”.

Na Bahia, tomei parte ativa em muitos festivais pró-famintos, chegando mesmo a postar-me nas portas das casas de espetáculos a arrecadar óbolo para os mesmos. (...) Desde o mês de março, que entre outros serviços pedidos para esta zona, lembro a estrada de rodagem daqui a Meruoca, serviço já estudado e projetado, oferecendo os meus serviços na direção desta obra sem recompensa alguma.

E encerrava sua entrevista querendo fazer crer que nas obras de socorros públicos era o trabalho que estava a serviço da caridade, e não o contrário:

Do meu bolso tenho despendido boa soma com os famintos que imploram a caridade, aos quais recolho com lágrima nos olhos para salvá-los da morte por inanição. Afinal: os operários de Tucunduba têm em mim um defensor que faz tudo pelo homem que trabalha.<sup>102</sup>

Durante as grandes secas mesmo os mais criteriosos dos engenheiros percebiam que não podiam abrir mão de gestos paternalistas, pois só assim tornavam viável a execução de uma grande obra de socorro público.

O ano de 1919 marcou não apenas a ocorrência de uma nova seca – cuja concomitância com um tempo de extraordinária carestia foi de consequências desastrosas para tantos pobres do semiárido. Teve início também naquela data um momento crucial na

<sup>102</sup> *A Lucta* de 19/01/1916, Sobral, BN. Sobre a trajetória do engenheiro Abelardo dos Santos e as obras de construção do açude Tucunduba, cf. LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas: Inspeção de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2010.

trajetória da política de domínio sobre os trabalhadores dos sertões que tinha no emprego de retirantes em obras de socorros públicos um relevante instrumento para o disciplinamento e o controle social. A eleição do paraibano Eptácio Pessoa para a presidência da República alçava ao principal cargo do Estado brasileiro um membro de uma importante oligarquia nortista, comprometido com os interesses das classes dominantes de sua região e decidido a incrementar os investimentos em serviços públicos contra as secas.

Favorecido pelo contexto da estiagem, Eptácio Pessoa criaria através da lei 3.965, de 25 de dezembro de 1919, uma Caixa Especial de Obras de Irrigação, prevendo um gasto de até 200 mil contos de réis em serviços de açudagem, a ser composta por dois por cento da receita da União e de dois a cinco por cento da receita ordinária dos estados. Para se adequar aos novos padrões, a IOCS seria reorganizada (tendo como modelo o Reclamation Service norte-americano), passando a estampar o nome de Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, IFOCS. Durante a presidência de Eptácio Pessoa (1919-22), algo próximo a 15% das verbas federais foram carreadas aos estados do norte, um volume inédito aplicado primordialmente no grande programa de “obras contra as secas”.<sup>103</sup>

Os investimentos federais converteram-se num sensível surto de industrialização nos rotineiros territórios atingidos pelas secas. Obras de vulto, como as construções dos grandes açudes Orós, Pedras Brancas, Patu e Quixeramobim, iniciadas nessa época, trouxeram a reboque todo um aparato de reparos em portos, extensão e modernização de rede ferroviária, instalação de fábricas de beneficiamento de cimento, implantação de usinas elétricas, construção de rodovias e de redes telefônicas, criação de povoados que em breve se converteram em cidades. Nessa que Tomás Pompeu Sobrinho chamaria de “fase brilhante da luta contra as secas” poderosas empresas estrangeiras foram contratadas: a norte-americana Dwight P. Robison and Co. Inc. e as inglesas C. H. Walker Co. Limited e Norton Griffith, notáveis pelos serviços prestados em diversos países do mundo. Essas firmas transportaram para o sertão seco uma moderna aparelhagem composta por perfuratrizes, britadeiras, betoneiras, distribuidoras de concreto, cabos aéreos e guindastes. Segundo o testemunho de Pompeu Sobrinho:

Os trabalhos de instalações mecânicas foram conduzidos com grande atividade e amplitude, tendo-se em vista a rápida execução das obras e a comodidade regular dos homens que as serviam. A companhia americana, especialmente, esmerou-se na organização destas instalações, montando

---

<sup>103</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 4ª edição fac-similar. Brasília: Senado Federal/Fundação Casa de José Américo, 1994, p. 325-335.

poderosas usinas de força centrais e o que havia então de mais aperfeiçoado para serviços de pedreiras, terraplanagem, transportes, preparo e execução de alvenarias. Além disso, fizeram enormes depósitos de materiais de consumo que exigiam a construção de grandes armazéns.<sup>104</sup>

O governo de Epitácio Pessoa é tido como um marco na longa estratégia de recuperação de poder por parte das oligarquias do norte, em crise desde as últimas décadas do século XIX, quando a queda do preço do açúcar levou à decadência a classe dos donos de engenhos de cana, antigo setor dinâmico da economia na região. Assim feridas de morte as oligarquias açucareiras, restou às oligarquias algodoeira-percuárias apegarem-se ao “discurso da seca” como instrumento de reivindicação, o que levou, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, à própria elaboração de uma região Nordeste (de que até então não se falava), definida como a parte do território do norte do país sujeita a sofrer periodicamente com as terríveis secas, e por isso também dignas de amparo e investimentos especiais. A seca enfim assumia o estatuto de “problema nacional”. Enfim, as classes dominantes do norte puderam contar com um precioso recurso da República até essa época quase exclusivamente dedicada a servir aos negócios das oligarquias cafeeiras do sul.<sup>105</sup>

Esse momento em que as elites nortistas se regozijavam frente à ilusória perspectiva de finalmente encontrar uma “solução definitiva” para o problema das secas serve de marco também para essa tese, pois após mais de quatro décadas de significativas experiências, em que sucessivas gerações de sertanejos arruinados conviveram com a perspectiva de trabalhar em alguma obra de socorro público para sobreviver aos tempos difíceis de falta de chuvas, o processo de proletarização através da seca já se revelava com toda a clareza. Os contornos desse processo serão traçados apenas no próximo capítulo, mas o que se mostrou acima já revela aspectos importantes da história de formação dos proletários das secas.

Durante a seca de 1877-79, quando centenas de milhares de retirantes procuraram o litoral em busca de socorros, o emprego em obras de construção do governo pareceu um desígnio estranho e um tanto cruel por parte das autoridades para com uma gente faminta e já tão maltratada pelas jornadas de retirada pelos sertões esturricados. Convencer os sertanejos a se engajarem nas obras de construção das estradas de ferro foi então um desafio a mais para os comissários de socorros. Mas com o tempo, e a cada nova seca, as obras de socorros

---

<sup>104</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História da seca...* Op. cit., p. 355.

<sup>105</sup> Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

públicos foram se revelando ser uma realidade com a qual os retirantes haveriam de lidar necessariamente. Reveladoras nesse sentido são as notícias que falam das atitudes dos retirantes da seca de 1919 que agora procuravam exatamente em obras como as de construção de caminhos de ferro uma alternativa para a sobrevivência. Já não podiam mais simplesmente se recusar a trabalhar para obter a caridade:

Em frente ao escritório da construção da estrada de ferro de Sobral à Itapipoca presenciamos uma destas cenas de clamor e de angústia que todos sabem sentir, mas muitos não sabem dizer. Uma multidão imensa de famintos, maltrapilhos e esqueléticos aguardava a hora suspirada de levar o seu nome ao caderno dos alistados.<sup>106</sup>

Um aspecto decisivo na formação dos proletários das secas era essa incorporação do trabalho como parte de suas próprias estratégias para enfrentar os meses de estiagem. Mas isso levava a um fenômeno nada cômodo aos interesses das autoridades: os conflitos, que com os serviços públicos tanto se buscou afastar dos centros urbanos, se deslocavam agora com os retirantes para o interior dos canteiros de obras.

\* \* \*

Tendo sido um dos designados pelo governo imperial para dirigir os trabalhos de “socorro à população indigente” da seca, em seis de outubro de 1888 chegava a Imperatriz, no sertão norte do Ceará, o religioso capuchinho frei Cassiano de Comachio, proveniente do convento da Penha, em Pernambuco. Ali exerceria o que foi chamado de uma “ádua e humanitária missão”, cuidando da administração de diversos serviços organizados para empregar as grandes aglomerações de retirantes. Demonstrando gratidão pela “abnegação e zelo pela causa santa de que se achava incumbido”, o vigário de Imperatriz, Antero José de Lima, redigiu um esclarecedor relato sobre o dia a dia de frei Cassiano à frente das tarefas de socorros para exaltar seus “relevantes serviços prestados” aos paroquianos daquela vila. Ficamos assim sabendo que durante um ano frei Cassiano encarregou-se de gerenciar algumas importantes obras, como a construção do açude Rajada, a abertura de uma estrada de ligação até Riacho da Sela e os reparos no reservatório de Imperatriz – “aliás, um dos depósitos de que chamamos grandes no sertão”. Em cada uma dessas obras, teria o missionário capuchinho demonstrado um notável empenho.

<sup>106</sup> *Correio da Semana* de 26/07/1919, Sobral, BPGMP.

Por conveniência dos serviços, frei Cassiano estabelecia residências em diferentes localidades ali próximas (Imperatriz, Rajada, São Jerônimo, Tururú). Invariável era sua rotina quando se recolhia à noite: não para descansar, “mas sim para cuidar da parte mais importante de seus comissionados, a salvação de suas almas”. Começavam então as preleções do religioso, com palavras cheias de “unção e conforto, explicando e encarecendo a todos a prática das virtudes cristãs.” Durante horas, dedicava-se a ouvir os penitentes que “em grossas fileiras corriam a ele” em busca de conselhos. Após todos os afazeres restava-lhe pouco tempo de repouso, pois logo às quatro horas da manhã frei Cassiano já se encontrava de prontidão para celebrar mais um sagrado sacrifício da missa e dar comunhão aos confessados da véspera.

O destacado esmero do missionário capuchinho, tanto nas tarefas de administração dos serviços de construção quanto nas de amparo espiritual dos retirantes de Imperatriz, talvez tenha sido uma característica um tanto incomum nos canteiros de obra das secas da passagem do século XIX, mas a combinação de certa racionalidade na condução dos trabalhos com determinada afluência carismática quando da prestação dos socorros aos pobres era algo que se esperava de toda e qualquer pessoa que estivesse à frente de uma obra de socorro público. Afinal de contas, tão desafiador quanto executar bons serviços que efetivamente se revertessem em benefícios às comunidades sertanejas era garantir a boa ordem de tantos miseráveis em lastimáveis condições de existência, ansiosos por receberem apoio na forma de alimentos e outros bens de primeira necessidade. O bom desempenho de frei Cassiano durante a seca de 1888-89 lhe renderia diferentes elogios, mas o principal feito daquele respeitável representante clerical na opinião do vigário Antero de Lima seria o de ter contribuído para o fato de, em 19 anos como pároco da freguesia de Imperatriz, nunca ter visto

reinar maior paz, harmonia, moralidade e ordem no seio de meus paroquianos, especialmente na presente crise, quando ainda estão bem recentes as funestas consequências, lamentáveis nas anteriores secas de 1877 a 1879.<sup>107</sup>

A elogiada presença de um missionário religioso à frente dos trabalhos de socorros – angariando notoriedade na direção dos trabalhos de construção assim como nos serviços relativos à caridade – é um sinal do quanto as obras de socorros públicos durante as secas da passagem do século XIX foram marcadas por uma espécie de *ambiguidade*

<sup>107</sup> *Cearense* de 29/09/1889, Fortaleza, BN.

*estrutural*. Organizadas para afastar os sertanejos da ociosidade (uma medida que se combinava aos esforços modernizadores das relações de trabalho), os serviços de socorros do governo não podiam deixar de ser simultaneamente um centro de caridade para conter o descontentamento das massas de miseráveis. Este capítulo foi estruturado em torno dessa *ambivalência entre a caridade e o trabalho* no exercício da *política de domínio sobre os trabalhadores do sertão durante os tempos de seca*. Procurei mostrar como que, na sucessão das crises climáticas, experiências relativas à implantação do trabalho como forma de caridade eram acumuladas e incorporadas na adoção de medidas de socorro das autoridades. Busquei também mostrar como os próprios sertanejos agiam em cada momento específico no sentido de preservar ao máximo o interesse de fazer das obras públicas sobretudo um centro de atendimento às suas tão urgentes necessidades.

Como visto acima, os argumentos em favor das obras de socorros públicos buscaram combater a prática da concessão de esmolas como meio de socorrer aos indigentes. Visto como um estímulo a toda forma de vício, a doação incondicional de socorros aos retirantes guardava um prejuízo adicional que consistia em deixar passar uma importante chance de se inculcar a ideia de que só através do trabalho os pobres poderiam reconquistar sua independência. Isso correspondia à inculcação de *uma ética de trabalho* informada pelos princípios da economia política que, como escreveu Gertrude Himmelfarb, “santificava os ricos, degradava a pobreza, subvertia o sistema tradicional de obrigações sociais e oferecia a razão fundamental para uma sociedade capitalista, individualista, competitiva, aquisitiva”.<sup>108</sup> Poucos argumentos seriam tão explícitos nesse sentido quanto os do presidente José Júlio de Albuquerque Barros em um de seus relatórios:

Não pode ser função pública a alimentação do ócio e da preguiça, nem a fomentação da mercia, da imprevidência e da mendicância pela caridade oficial não temperada pela organização do trabalho. Por outro lado, é contrário à dignidade do homem o receber a esmola, quando ele só precisa do salário; e está igualmente nos interesses do indivíduo e do Estado a conservação dos hábitos do trabalho, que é a primeira lei imposta por Deus ao homem, condição essencial do desenvolvimento de todas as forças, elemento de ordem, paz e moralidade.<sup>109</sup>

Referência maior aos que se opunham aos prejuízos da doação de esmolas e da fomentação do ócio diante do esforço de se erigir uma moderna sociedade capitalista no

<sup>108</sup> HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza...* Op. cit., p. 32.

<sup>109</sup> CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará...* Op. cit., p. 44.



sertão brasileiro era sem dúvida o exemplo do domínio britânico sobre a Índia. O governo da “grande oficina do mundo” sobre o subcontinente asiático foi repetidamente apontado no Brasil como um inquestionável modelo de sucesso na adoção de uma política esclarecida de fomento ao trabalho como meio de superação das crises.<sup>110</sup> Assim como no semiárido brasileiro, imensas regiões indianas foram à época acometidas por grandes fomes decorrentes da falta das monções que banham os campos agrícolas daquele país a cada ano.<sup>111</sup> Seguindo uma ortodoxa doutrina utilitarista, os governantes britânicos investiram massivas quantidades de dinheiro na construção de imensas redes ferroviárias, canais e reservatórios de água valendo-se da mão de obra de milhares de camponeses arruinados pelas secas. Importa aqui destacar algumas variantes na comparação com o caso indiano para que se revelem especificidades na política que, no Brasil, direcionou a organização das obras de socorros públicos.

Segundo as versões oficiais, a adoção por parte dos ingleses de um rígido preceito malthusiano na política de combate à fome durante as secas de 1876-78, 1896-97 e 1899-1902 foi, ainda que inclemente em alguns episódios, a verdadeira responsável pela superação das grandes mortandades no subcontinente a partir dos anos da Primeira Guerra Mundial.<sup>112</sup> Partindo da tese de que o que provocava as grandes fomes era a deficiência de meios de transporte (sobretudo ferrovias) que permitissem com que os grãos chegassem até as distantes localidades carentes, as autoridades britânicas promoveram obras que, ao mesmo tempo em que serviam de meios de emprego aos miseráveis, resultavam em incrementos para o estímulo do crescimento do comércio de alimentos. O sistema de obras de socorros lá adotado primou pela recusa de concessão de recursos a qualquer meio de socorro que não estivesse listado entre os projetos prioritários para o desenvolvimento do mercado. Outra característica marcante das obras indianas era a admissão exclusiva de pessoal fisicamente capaz para as

---

<sup>110</sup> Sobre o exemplo britânico do governo da Índia se pronunciaram favoravelmente: André Rebouças, Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, Cansansão de Sinimbu, Liberato de Castro Carreira, José Júlio de Albuquerque Barros, Rodolfo Teófilo, Caio da Silva Prado, Ernesto Antônio Lassance Cunha, Tomás Pompeu Sobrinho, Ildefonso Albano, entre muitos outros.

<sup>111</sup> Na verdade, como ressaltou Mike Davis em seu livro *Holocaustos coloniais*, tratava-se mesmo de um fenômeno climático comum provocado pela hoje conhecida Oscilação Sul do *El Niño*, fenômeno que numa “maligna interação” com os processos econômicos do imperialismo de metrópoles européias na passagem do século XIX o autor identifica como poderoso fator de empobrecimento de diversas nações do planeta (Índia, China, Brasil, Egito, diversas outras zonas da África e Ásia...), conformando o que viria a ser conhecido como o Terceiro Mundo. Cf. DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

<sup>112</sup> Nas versões não apologéticas, as grandes fomes da Índia decorreram exatamente das medidas britânicas de fomento mercantil: Para Davis: “Os célebres surtos de safras para o mercado combinaram-se com a diminuição da produtividade agrária e da garantia alimentar”. Cf. DAVIS, Mike. Índia: a modernização da pobreza. In. \_\_\_\_\_. *Holocaustos coloniais*... Op. cit., p. 321.

tarefas de construção, excluindo com isso muitos idosos, mulheres, doentes e crianças. Famosa se tornaria a expressão “Salário de Temple”, em alusão ao tenente governador de Bengala, Sir Richard Temple, que em 1877 assumiu a tarefa de “tornar o socorro tão repugnante e ineficaz quanto possível”, estipulando uma minguada ração diária que não ultrapassava 1.630 calorias e forçava assim os pobres a procurarem meios próprios de sobrevivência. Segundo uma descrição de Mike Davis:

Numa excursão relâmpago à faminta zona do leste do Deccan, Temple expurgou meio milhão de pessoas das obras de socorro e obrigou Madras a seguir o precedente de Bombaim, de exigir que candidatos famintos viajassem para acampamentos fora de sua localidade, para o trabalho de cule em ferrovias e projetos de abertura de canais. O “teste de distância”, deliberadamente cruel, recusava trabalhos aos adultos sãos e às crianças mais velhas dentro de um raio de dezesseis quilômetros de suas casas. Os operários famintos também foram proibidos de buscar socorro até a “certificação de que haviam ficado indigentes, destituídos e capazes apenas de um trabalho módico”.<sup>113</sup>

Na Índia, prevaleceu, dessa forma, uma política rígida de seleção para o recrutamento às obras de socorros públicos em coerência à doutrina malthusiana de que qualquer maior auxílio estatal aos pobres apenas contribuiria para gerar uma situação ainda mais angustiosa num futuro próximo, o que coadunava com a ideia de que eram os próprios pobres os culpados pela miséria pela qual sofriam.<sup>114</sup> De certa maneira, considerações como estas influenciaram as elites brasileiras, mas algumas particularidades concorreriam para que nas obras de socorros promovidas aqui prevalecesse uma versão um tanto menos rigorosa de regime de trabalho.

Decerto os papéis diferenciados exercidos por Índia e Brasil no espectro imperial britânico durante a segunda metade do século XIX foram decisivos. Apesar de o Brasil possuir há muito tempo estreitas relações comerciais com a Inglaterra, tendo sido inglesa a

<sup>113</sup> Idem, p. 50. Ver também KLEIN, Ira. When the rains failed: famine, relief, and mortality in British India. *Indian Economic & Social History Review*, 21, 1984, p. 185-214.

<sup>114</sup> Sobre as ideias de Thomas Malthus, cf. HIMMELFARB, Gertrude. Malthus: la economía política desmoralizada. In: \_\_\_\_\_. *La idea de la pobreza...* Op. cit., p. 121-157. Karl Marx registrou sobre Malthus o seguinte: “Caso o leitor lembre Malthus, cujo *Essay on population* apareceu em 1798, lembro então que esse texto, em sua primeira formulação, nada mais é que um plágio, escolar, superficial e clericalmente declamatório, de Defoe, Sir James Steuart, Townsend, Franklin, Wallace etc. e que não contém uma única frase original. A grande sensação despertada por esse panfleto decorreu apenas de interesses partidários. A Revolução Francesa tinha encontrado no Reino Unido apaixonados defensores; o ‘princípio da população’, lentamente elaborado durante o século XVIII, depois, em meio a uma grande crise social, anunciado com tambores e fanfarras como o infalível antídoto contra as doutrinas de Condorcet e de outros, foi saudado com júbilo pela oligarquia inglesa como o grande exterminador de todas as aspirações de progresso da humanidade.” MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* Vol. 1, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 190.

grande maioria das firmas de comércio exportador no país e daquela potência ter recebido o maior quinhão dos investimentos estrangeiros em instalações de ferrovias, linhas telegráficas, redes de bondes, frotas de navegação, entre diversos outros empreendimentos lucrativos, coube à Índia o papel de sustentáculo do poderio econômico inglês durante as últimas décadas do século. Na medida em que outros países se industrializavam e ameaçavam o *status* da Grã-Bretanha como a “oficina mecânica do mundo”, a corrida imperialista das décadas finais do Oitocentos pressionou o governo inglês a estreitar seus laços de controle sobre o subcontinente para assegurar tanto um importante mercado fornecedor de bens primários (algodão, chá, trigo, índigo...) quanto uma valiosa fonte de tributos, além daquele ser também um promissor território para investimentos bancários e de bens de capital. Eric Hobsbawm delineou da seguinte forma o processo:

Na Índia, o império formal nunca deixou de ser vital para a economia britânica. Em outras partes do mundo, parecia tornar-se cada vez mais vital após a década de 1870, quando a competição externa tornou-se aguda, e a Grã-Bretanha procurou fugir a ela (e em grande parte o conseguiu) recorrendo a suas dependências. A partir da década de 1880 tornou-se universalmente popular entre as grandes potências o “imperialismo” – a divisão do mundo em colônias formais e em “esferas de influência”, em geral combinada com a tentativa de estabelecer deliberadamente aquele tipo de sistema planetário econômico que a Grã-Bretanha criara espontaneamente. Para a Inglaterra, isso foi um passo atrás, pois trocou o império informal, que compreendia a maior parte do mundo subdesenvolvido, por um império formal que se compunha apenas de um quarto dele, acrescido das economias satélites mais antigas.<sup>115</sup>

Um controle mais estreito também se deu em decorrência dos próprios conflitos internos entre os agentes do Raj e partes das populações dos principados dominados. Após a chamada Grande Rebelião, ou simplesmente O Motim (*The Mutiny*), de 1857 – um levante de soldados a serviço dos britânicos (sipaios) que culminou uma sucessão de rusgas com o oficialato inglês e que se espalhou rapidamente por extensas regiões, ameaçando seriamente o controle sobre o subcontinente –, soou o sinal de alarme aos até então confiantes colonizadores. A Grã-Bretanha passou então a exercer um governo direto sobre a Índia (enquanto antes contentava-se com os ganhos proporcionados pelo desempenho da Companhia das Índias Ocidentais). Deu-se início a uma política de favorecimento à aristocracia das terras para enquadrar mais facilmente, através desta, as massas camponesas

---

<sup>115</sup> HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1986, p. 138. Sobre a atuação econômica inglesa no Brasil, cf. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

fiéis ao regime. Buscou-se um maior equilíbrio nos quadros militares (nos tempos do Motim a proporção de britânicos para indianos era de 1:250.000; o exército, agora reorganizado com base nas castas e religiões, passava a ter cem mil sipaios a menos e vinte mil europeus a mais). As próprias redes ferroviárias foram construídas mais para atender às exigências do controle militar que às demandas da agricultura de exportação.<sup>116</sup>

Configurando-se dessa forma o contexto do controle britânico sobre as populações nativas na Índia, ganha sentido – ainda que não se justifique – o rigor com que lá eram tratadas as populações famintas no interior das obras de socorros. Havia na Índia uma ruidosa disputa de controle sobre o território, uma disputa inexistente no caso brasileiro. Com um Estado bem menos capacitado para lidar com forças dissidentes, nas secas do Brasil prevaleceria um modelo mais paternalista de organização do trabalho, uma configuração que, como visto ao longo do presente capítulo, combinava-se aos interesses de preservação da ordem nos sertões das secas, e que também não comprometia de todo o objetivo de se fazer dos serviços de socorros do governo grandes escolas de trabalho para os recalcitrantes sertanejos.

Ao longo de décadas durante a passagem do século XIX, numerosos engenheiros percorreram os sertões das secas reconhecendo, estudando, projetando, organizando e dirigindo serviços de construção de estradas, açudes, pontes, ferrovias, poços... A natureza de seu trabalho, ao mesmo tempo teórico e prático, fazia deles um corpo de profissionais cujo papel foi estratégico na elaboração dos planos que visaram encontrar soluções aos problemas das secas. Todos eles alimentavam um interesse comum: encontrar os meios mais adequados para se valer das imensas multidões de retirantes para que, com o seu trabalho, viessem a melhorar as condições do pobre e seco sertão – e quem sabe até tornar a região uma zona de invejável prosperidade. Tratava-se de elaborar projetos de uma engenharia que visasse não somente alterar a paisagem física, mas as próprias relações sociais, julgadas retrógradas por tantos deles que se diziam cultores dos valores do progresso. Tratava-se mesmo de traçar projetos de *uma engenharia social para os sertões das secas*.

Originalmente, esses projetos eram indisfarçavelmente otimistas – como nos planos de André Rebouças dos idos de 1877. Pensava-se que, como resultado de uma

---

<sup>116</sup> POUCHPADASS, Jacques. Índia: o primeiro século colonial. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 334-339. BURBANK, Jane & COOPER, Frederick. *Empires in world history: Power and the politics of difference*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010, p. 306-312. DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais...* Op. cit., p. 341-342.

empenhada missão civilizadora, seria possível introjetar entre sertanejos pobres os valores positivos do trabalho livre simplesmente condicionando o socorro público à prestação de tarefas por parte dos retirantes. Recusar-se a conceder gratuitamente o socorro público era o ponto nevrálgico de todos esses projetos. Com o passar do tempo, porém, viu-se que a execução desses planos não era assim algo tão fácil. Constatou-se que os engenheiros não lidavam com nenhuma *tabula rasa* sobre a qual escreveriam sua história de vitórias e progressos. Encontrou-se na resistência dos retirantes uma inesperada dificuldade.

Da mesma forma que os retirantes das secas tiveram de reconhecer que para obter o socorro público teriam de trabalhar nas obras organizadas pelo governo, os engenheiros foram obrigados a reconhecer que, caso não concedessem em seus planos disciplinadores, não lograriam alcançar condições mínimas para executarem os projetos de construção. Trata-se exatamente de uma dialética entre *projeto* e *metamorfose*, como mostrou o antropólogo Gilberto Velho para entender a relação dos indivíduos e seus campos de possibilidades em sociedades complexas. Todo projeto traçado por alguém – por definição uma dimensão racional e consciente – vê-se obrigado a estabelecer determinada “negociação com a realidade”, caso vise materializar suas ideias, suas intenções.<sup>117</sup> No caso dos engenheiros das obras de socorros públicos, tiveram também de submeter seus projetos de modernização à negociação com a realidade da cultura sertaneja.

Surgia assim a *engenharia da seca* – uma expressão que, a partir das primeiras décadas do século XX, passou a designar o conjunto de saberes relacionados tanto aos procedimentos técnicos sobre obras tipicamente ligadas ao semiárido, como também aos modos de lidar com esse tipo tão peculiar e indisciplinado de mão de obra que era o retirante. A formação da engenharia da seca foi contemporânea e combinada à própria formação dos proletários das secas.

---

<sup>117</sup> Cf. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

## 5 (DES)ARRANJOS DO TRABALHO

*Ser um trabalhador produtivo não é, portanto,  
um golpe de sorte, mas um infortúnio.*

Karl Marx

A fome, companheira fiel das obras de socorros públicos, provocava um constante clima de tensão no cotidiano de trabalho. Foi assim em 1879 nos caminhos abertos para a passagem da Estrada de Ferro de Baturité. Os depósitos vazios, apesar dos insistentes pedidos por novas remessas, geravam uma situação insustentável. Já no começo do ano, o engenheiro-chefe Carlos Alberto Morsing alertava sobre os problemas decorrentes do suprimento irregular de gêneros:

De dia para dia vão tomando proporções mais sérias semelhantes faltas que (...) prejudicam sobremodo a ordem e presteza desejável do andamento dos trabalhos, e até expõem a segurança individual dos chefes de serviços, sitiados por mais de 2 mil operários que trabalham sem perceber o sustento para si e suas famílias.<sup>1</sup>

Os retirantes não hesitavam em fazer ameaças aos agentes de socorros públicos quando estes noticiavam mais um atraso das remessas de comida. Tantos atrasos se davam principalmente pela irregularidade nos serviços de transporte. Há meses, os freteiros reclamavam de pagamentos não executados e agora simplesmente recusavam-se a levar as sacas se as contas não fossem honradas no ato da entrega. Alegavam as dificuldades de manterem os animais de carga durante a estação seca e o perigo crescente de assaltos aos comboios pelos caminhos despovoados. Em determinados momentos um outro problema acrescentava-se ao da dificuldade de transportes: havia dias em que até os depósitos gerais das cidades portuárias esvaziavam-se; ficavam sem gêneros para enviarem ao interior.<sup>2</sup>

Para as famílias de operários, esses atrasos levavam a uma situação crucial. O fornecimento de víveres constituía a maior parcela de seus salários. Aqueles cujas diárias eram estipuladas em 700 réis, por exemplo, recebiam em média 200 réis em dinheiro e o restante em alimentos. Por aí se deduz o quão problemático era deixar de receber as rações por um ou mais dias. Ainda que fossem compensados por pagamentos em dinheiro (o que

---

<sup>1</sup> Ofício de 4/01/1879, EFB, APEC.

<sup>2</sup> Ofício de 27/12 e 31/12/1879, EFB, APEC.

tampouco ocorria) isso não adiantaria nada, pois os comerciantes andavam praticando preços exorbitantes pelo litro da farinha ou o quilo da carne. Sem comida, os operários enfraquecidos adoeciam e faltavam ao serviço. Sem poder trabalhar, tinham menos ainda com o que manter a família. Nesse círculo vicioso não eram poucos os que encontravam a morte. Os que não chegavam a esse limite viviam, ainda assim, uma demorada agonia.

A situação chegou a seu ponto crítico em meados do ano. Em 18 de julho, o fiscal de transportes e depósitos Antonio Hardy informava que nos armazéns da 1ª seção da ferrovia havia comida somente para os próximos três dias. Dois dias depois a falta já se fazia sentir também nos depósitos da 2ª seção. Quando finalmente os víveres chegaram, constatou-se serem eles de “péssima qualidade, senão em totalidade pelo menos em grande parte”. A distribuição de comida estragada era fonte de grande indignação entre os operários, mas muitos fardos de carne seca que chegaram aos depósitos da via férrea naqueles dias vinham em avançado estado de putrefação. Engenheiros e chefes de depósitos provavelmente julgavam estar evitando uma revolta dos trabalhadores quando mandavam queimar a carne estragada, mas a imagem de centenas de quilos de carne – por vezes toneladas inteiras – sendo consumidos pelo fogo enquanto a fome grassava entre o povo não devia ser algo assim tão tranquilizador. De fato, aquele gesto apenas protelava o problema.<sup>3</sup>

Entretanto, o avanço das obras de prolongamento da Baturité requisitava um número crescente de operários, aumentando ainda mais a pressão sobre os agentes de socorros. Antonio Hardy julgava assim de “maior urgência” o abastecimento dos depósitos, “visto o acréscimo rápido e diário de trabalhadores nos serviços desta Estrada”. A perspectiva era de em questão de algumas semanas aumentar em 1.500 a quantidade de trabalhadores da 2ª seção, número que poderia chegar a três mil, dependendo das circunstâncias.<sup>4</sup>

O excessivo contingente de pessoas a serem alimentadas pelos depósitos ao longo do traçado da ferrovia já vinha sendo motivo de preocupação para o engenheiro-chefe da Baturité há algum tempo. Em janeiro determinara não engajar operários com grandes famílias por faltar comida para tanta gente. Inclusive autorizava os engenheiros encarregados das seções a desligar alguns trabalhadores sobrecarregados de muitas bocas, os quais deveriam ser encaminhados de volta a Fortaleza.<sup>5</sup> Tudo isso para poder contar nos canteiros de obras com

---

<sup>3</sup> Ofícios de 18/07, 20/07 e 26/07/1879, EFB, APEC. Sobre a queima de carne estragada, ofício de 12/06/1879 e anexos, EFB, APEC. Novas remessas com carne estragada são registradas nos ofícios de 27/08, 8/09 e 3/12/1879 e anexos, EFB, APEC.

<sup>4</sup> Ofício de 4/08/1879, EFB, APEC.

<sup>5</sup> Ofício de 18/01/1879, EFB, APEC.

um número máximo de braços válidos em relação a pessoas que dependiam dos fornecimentos. Mas essas medidas contrariavam exatamente aquilo que se esperava de uma grande obra de socorros públicos...

Mas o que haveria de se fazer quando a fome era tão grande e a revolta iminente? Em 18 de agosto, já há muitos dias os operários da 2ª seção só recebiam farinha como pagamento, porém naquela data em alguns depósitos nem isso havia pelo completo esgotamento dos víveres. As consequências desse quadro eram “incalculáveis”, pronunciava-se o fiscal dos depósitos notando a agitação crescente entre os operários. Dias depois, continuando a escassez de comida e reduzida a distribuição para meia ração, o mesmo fiscal declarou que a situação “tem motivado surescitação [sic] entre os trabalhadores desta Estrada, em alguns abarracamentos rompendo eles em ameaças”. A persuasão parecia ainda surtir efeito, mas a insegurança sentida pelo agente de socorros era clara:

Conseguiu-se restabelecer a ordem, porém não sendo restabelecido o abastecimento com regularidade reaparecerá com a mesma causa as mesmas desordens, ou com maior gravidade ainda.<sup>6</sup>

Dáí para frente, o cotidiano de trabalho no prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité se tornaria uma permanente guerra de nervos. Os operários pareciam não ter mais disposição em obedecer a autoridade dos engenheiros. Retirantes recém-admitidos retornavam a Fortaleza assim que recebiam os primeiros socorros. Os que ficavam impunham como condição trabalhar somente com feitores por eles mesmos indicados. Carlos Alberto Morsing notificou a existência de uma “crise de falta de gente para o serviço da Estrada” que parecia apenas se acentuar a cada dia. A falta de pessoal para trabalhar levaria à suspensão das obras a qualquer momento. Uma medida extrema parecia ser a única eficaz aos olhos do engenheiro-chefe:

Despovoar todos os abarracamentos da Capital e das várias localidades da zona em que passa a linha em construção e distribuir conveniente e respectivamente os emigrantes pelos abarracamentos das diversas divisões do serviço da Estrada. Para evitar algum aumento de despesa com fretes de animais, os emigrantes da Capital, Arronches, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba deverão ser estabelecidos nos abarracamentos de Guaiuba, ponto terminal da linha em tráfego, até Mata Fresca.

---

<sup>6</sup> Ofícios de 18/08 e 10/09/1879, EFB, APEC.



Segundo a proposta do engenheiro Morsing, na proporção em que fossem se inaugurando as novas estações esses imensos acampamentos deveriam ir sendo deslocados, avançando sertão adentro, deixando-os sempre próximos aos trechos do prolongamento em construção.<sup>7</sup> Tudo isso teria sido um imenso e ousado esforço por parte do governo em deslocar dezenas de milhares de retirantes já então estabelecidos em diferentes serviços, e equivaleria a uma gigantesca medida de coerção ao trabalho. Um gesto arriscadíssimo naquele momento. Não admira não ter sido posto em prática.

Mas a ousadia da proposta do engenheiro Carlos Alberto Morsing de alguma forma correspondia à situação extrema vivida nas obras do prolongamento. Em quatro de setembro, o engenheiro Julius Pinkas, encarregado da 2ª seção, informava que há já dois dias encontravam-se suspensas as distribuições em Itapaí, Maleitas, Calaboca, Riachão e Água Verde “por falta absoluta de víveres nos respectivos armazéns”. Esse estado de coisas, de “terríveis consequências”, levaria Carlos Alberto Morsing a notificar oficialmente o presidente da província sobre uma provável suspensão das obras da Baturité. Os motivos disso podem ser deduzidos da leitura de um telegrama de Morsing enviado ao engenheiro da 2ª seção:

Faça ciente a todo o seu pessoal que a culpa de não haver gêneros não é dos Engenheiros que a tempo reclamaram. É necessário ter paciência visto que com a cessação dos trabalhos não serão socorridos melhor em outras partes. Eu estou pedindo providências ao Sr. Presidente, mas não sendo dados socorros a culpa não é nossa e serei forçado a cessar com os trabalhos. Espero, porém, que os socorros não tardarão a chegar. Morsing.<sup>8</sup>

A crise era extrema. No mesmo dia em que Morsing remeteu este telegrama ao engenheiro Julius Pinkas, o fiscal Antonio Hardy encontrava-se em Fortaleza em conferência com o próprio presidente da província na intenção de encontrar meios eficientes de superação daquela grave situação. Declarou ao presidente Albuquerque Barros que aquele quadro só mudaria se nos dias seguintes fosse remetido para os depósitos da ferrovia de mil em mil volumes de gêneros. Porém, naquela mesma data, “em lugar de mil e duzentos volumes apenas vieram para Guaiuba cento e oitenta sacos com arroz e duzentos com farinha”. A pouca comida que chegava aos armazéns era imediatamente consumida pelos retirantes famintos. Em Itapaí, na época o maior acampamento de operários, o depósito apenas era capaz de armazenar quantidades que duravam de três a quatro dias no máximo. Isso tornava

---

<sup>7</sup> Nota de 31/07/1879, EFB, APEC.

<sup>8</sup> Ofício de 4/09/1879 e anexo, EFB, APEC.

ainda mais problemáticas as desavenças com os freteiros que não queriam mais fazer o transporte sem garantia de recebimento. Para os abarracamentos mais próximos da estação de Calaboca (último ponto onde os trens alcançavam) os víveres acabaram “sendo transportados em cabeça pelos trabalhadores”, mas para pontos mais distantes (como Canoa, Itapaí e Olho d’Água) essa não era uma alternativa viável.<sup>9</sup>

À medida que os recursos para normalizar o suprimento de alimentos aos operários da via férrea iam se esgotando aumentava ainda mais a indignação dos trabalhadores e, em consequência, o medo de engenheiros, chefes de turma, feitores e encarregados de depósitos de que alguma grande revolta explodisse. O telegrama, logo acima reproduzido, orientando para que fosse argumentado aos operários que a culpa pela falta de gêneros não era dos engenheiros é emblemático nesse sentido.

A paciência, porém, esgotava-se em questão de dias, às vezes em poucas horas. Deve ter sido desesperador o dia 30 de setembro de 1879 para os encarregados do prolongamento da Baturité, a se considerar pela troca de telegramas. Carlos Alberto Morsing recebeu em seu escritório em Fortaleza uma nota do engenheiro Pinkas que se encontrava em serviço em Itapaí: “O Fiscal dos gêneros declarou-me que não tem gêneros nos armazéns por falta de transporte. Eu vi que só há gêneros para um dia. O que tenho de fazer? Espero a ordem de V. Sa. aqui.” Ao que Morsing prontamente respondeu: “Faltando gêneros suspenda os trabalhos”. Essa troca de telegramas ocorreu às 14:30. Uma hora depois, recebia em seu gabinete o presidente da província um outro telegrama. Tratava-se de uma solicitação urgente do engenheiro Julius Pinkas: “Peço a V. Exa. mandar-me duas ordenanças de cavalaria para me acompanhar na linha. Os armazéns estão sem gêneros por falta de transporte.”<sup>10</sup>

Infelizmente o conjunto de fontes que permitiu a reconstituição dessas jornadas de privações e medo quanto a uma iminente revolta dos operários da Baturité não deixou informações sobre os desdobramentos subsequentes daquele cotidiano de tensão. Mas o que já foi exposto é mais que suficiente para captarmos o quão difícil era manter o controle sobre as aglomerações de retirantes numa obra de socorros públicos. Decerto, nem sempre o cotidiano das frentes de trabalho durante as secas alcançava feições tão graves quanto as que acabam de ser descritas. Porém, onde quer que retirantes tenham sido reunidos para atuarem em alguma modalidade de serviço a possibilidade de ocorrência de conflitos (envolvendo operários,

---

<sup>9</sup> Ofícios de 5/9, 11/09 e 17/09/1879, EFB, APEC.

<sup>10</sup> Telegramas de 30/10/1879, EFB, APEC.

chefes de turmas, encarregados de depósitos, apontadores ou engenheiros) nunca estava de todo descartada. A própria condição de intensa miséria vivenciada pela maioria gerava uma expectativa de que as obras de socorros viessem a se tornar mesmo um espaço de conflitos. Mas já houve quem devidamente tenha alertado que a constatação de que “as pessoas protestam quando estão com fome” pode se tornar uma obviedade sem frutos relevantes para a história social.<sup>11</sup> Este capítulo foi pensado para que o cotidiano de embates em obras de socorros públicos seja colocado em evidência. Ambiente principal de formação dos proletários das secas, os canteiros de obras eram um espaço de concentração de expectativas contraditórias, ao mesmo tempo em que um campo propício para a tessitura de laços de reciprocidades solidárias.

Os que vivemos sob o império do capitalismo tardio às vezes temos dificuldade de imaginar formas de organização de trabalho alternativas às indústrias com base na exploração do trabalhador assalariado. Mas aos sertanejos do semiárido brasileiro da passagem do século XIX a submissão às regras do modelo capitalista de produção não era algo encarado como natural. Os episódios acima apresentados (em que, numa jornada de grande tensão relacionada à falta de víveres para alimentar milhares de operários famintos, estes não hesitavam em desafiar a autoridade de engenheiros e encarregados de socorros) remetem-nos a um contexto em que a inserção dos trabalhadores rurais no mercado de trabalho estava ainda longe de se completar. Relutantes em se constituir em força de trabalho ajustada às demandas de empreendimentos como construções de grandes reservatórios e estradas de ferro, os retirantes das secas chegavam mesmo a ameaçar a continuação dos serviços com suas revoltas, fugas, recusas... Ousavam assim desarranjar as pretensões das autoridades em transformá-los em trabalhadores produtivos e disciplinados através da organização do trabalho.

Nas obras de socorros públicos defrontavam-se, dessa forma, padrões culturais conflitantes, onde “homens e mulheres que vendiam seu trabalho para um empregador traziam para a nova e mutável situação de trabalho mais do que sua presença física”.<sup>12</sup> Diante de engenheiros e demais autoridades que buscavam fazer das obras de socorros públicas escolas

---

<sup>11</sup> É o que E. P. Thompson ressaltou acerca do que chamou de visão espasmódica sobre os “motins da fome” (*food riots*) da Inglaterra no século XVIII: “Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intrumete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto-ativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos”. Cf. THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 150-151.

<sup>12</sup> GUTMAN, Herbert G. *Work, culture & society in industrializing America*. New York: Alfred A. Knopf, 1976, p. 18.

de trabalho para ensinar a sertanejos arruinados pelas secas as regras do labor intensivo, em série, tecnicamente dirigido e racionalizado pelo tempo cronometrado (características do modelo capitalista de trabalho), os operários se contrapunham com sua teimosa resistência que tinha como referência um modo de vida prévio sensivelmente mais autônomo em comparação e em contraste aos duros sacrifícios vividos nos serviços requeridos pelas obras. Foram essas interações conflitivas que Frederico de Castro Neves destacou como parte das novas experiências dos retirantes durante as secas da passagem do século XIX:

O trabalho em turmas e sob o comando enérgico de um superior contrastava radicalmente com o trabalho familiar e autônomo desempenhado nas terras arrendadas e representava uma divisão do trabalho mais aprofundada entre executores e planejadores. Seja no carregamento de pedras para o calçamento das ruas, seja na construção de alvenaria dos prédios públicos, ou seja na construção de linhas de trem, o saber relacionado ao trabalho acumulado pelos camponeses é inteiramente desprezado, com a exceção do desbravamento das matas para a passagem das linhas férreas. São atividades novas e desnecessárias no contexto da vida rural do semiárido tal como praticado na agricultura “tradicional”. Além disso, a presença de engenheiros, muitas vezes vindos da capital do Império ou até do estrangeiro, aumentava a estranheza do retirante, já que a fonte do poder exercido por eles era o saber e não mais a propriedade.<sup>13</sup>

Nessas experiências de trabalho em turmas, sob comando despótico, operando atividades estranhas à tradição camponesa, em que os retirantes viam-se cotidianamente tratados com desprezo pelos engenheiros (mesmo pelos mais paternalistas deles), formavam-se os proletários das secas. Reconhecer os aspectos mais significativos dessas experiências de formação depende da reconstituição das condições específicas da organização das obras de socorros públicos, pois, como ressaltou James C. Scott, a “resistência não se origina simplesmente da apropriação material, mas dos padrões de humilhação pessoal que caracteriza essa exploração”.<sup>14</sup> É momento, portanto, de se ultrapassar mais uma fronteira, inserindo-nos em estranhado e nem sempre aceito cotidiano de trabalho.

### 5.1 Fronteiras do trabalho

Obras de socorros públicos envolviam diferentes níveis de complexidade, a depender de certas circunstâncias. Em algumas localidades, os serviços do governo resumiam-

<sup>13</sup> Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 54.

<sup>14</sup> SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990, p. 111-112.

se à construção de algum pequeno açude, uma igreja, um trecho de estrada, reforma ou melhoramento demandado por algum prédio público. Eram obras isoladas, providenciadas basicamente para reter a saída da população pobre, executadas por mão de obra local que não precisava deixar seus lares para encontrar o socorro oficial. Lugares como Humaitá, no sertão central do Ceará (onde a comissão de socorros empregava os flagelados da seca de 1877 nos trabalhos de construção da igreja), caracterizam esse perfil de povoado onde a construção de um prédio de cem palmos de extensão por quarenta de largura e trinta de altura era suficiente para ocupar as vítimas da seca.<sup>15</sup>

Situação bem diferente existia em pontos de peregrinação de muitos retirantes – por vilas e cidades às margens das estradas principais, em centros de grande comércio ou zonas litorâneas de embarque. Ali, imensas quantidades de pessoas famintas levavam o governo a providenciar serviços simultâneos para ocupar tantos braços ociosos. Grandes acampamentos montados com precárias palhoças abrigavam uma população em constante renovação. A demanda por materiais (tanto para as obras em si quanto para o sistema de socorros com seus depósitos, cozinhas e enfermarias) mobilizava serviços complementares, como o de extração e carregamento de pedras, confecção de telhas e tijolos, funcionamento de oficinas de diferentes especialidades. O próprio comércio e outras instituições urbanas como hospitais, quartéis e estações eram envolvidos pela dinâmica dos trabalhos executados, conformando uma complexa rede de atividades. Baturité, Sobral, Quixadá, Fortaleza, Aracati e Acaraú estão entre os lugares que vivenciaram essa realidade em diferentes épocas de estiagem.

E quanto às grandes obras de socorros públicos (como construções de estradas de ferro ou grandes açudes), eram em geral empreendimentos localizados em trechos do sertão distante, mas envolviam um complexo esquema de serviços. Se não podiam contar com as “facilidades” dos centros urbanos, atraíam fornecedores de gêneros alimentícios, de medicamentos, de materiais de construção. Imensos abarracamentos, concentrados (ao lado dos açudes) ou divididos por quilômetros (no caso das obras de prolongamento das ferrovias), eram montados onde antes só havia a mata selvagem. Uma “touriste” (era assim que se identificava nas páginas do *Cearense*), que excursionou pelas obras da Baturité, admirou-se por encontrar ali uma “cidade de palhas de palmeira com oficinas, laboratórios, ateliês,

---

<sup>15</sup> Ofício de 29/10/1877, Humaitá, caixa 9, Socorros Públicos, APEC.

hospitais, mercados, depósitos, estalagens, enfim uma miniatura de tudo quanto constitui o indispensável para a vida”.<sup>16</sup>

Como toda obra, as de socorros públicos iniciavam-se por atividades preparatórias. Estas deveriam corresponder às características físicas da construção, mas também à urgência de se ocupar de imediato o maior número possível de pessoas. Daí porque tantas obras começassem pelo carregamento de pedras até os locais de operação, pois esta era uma tarefa que absorvia um bom número de trabalhadores sem necessitar de muita orientação técnica ou ferramentas. Assim, sentindo-se “em apuros” diante de tantos sertanejos miseráveis, os comissários da cidade de Baturité em 1877 não sabiam bem o que fazer com o término dos serviços de fundação dos prédios ali em construção (uma cadeia e uma escola), pois sem aquele serviço tinham de cortar pela metade o número dos 400 retirantes até uma semana antes empregados no carregamento de materiais. De Sobral, em 1889, contava o secretário da comissão de socorros ter encontrado na cidade “muita miséria, crianças mumificadas e mulheres extenuadas caídas nas ruas”. Aquele agente não imaginou outra providência senão empregar “imediatamente indigentes, inclusive crianças e mulheres, em conduzir pedras para construir calçamento da cidade” enquanto o engenheiro responsável pelas obras da região ia terminando de providenciar ferramentas e concluir os estudos preliminares. Era, para ele, tão fundamental ocupar as massas de retirantes que não hesitava em colocar mulheres extenuadas e crianças no carregamento de pedras.<sup>17</sup>

Nem sempre as atividades preparatórias recrutavam imediatamente um grande número de retirantes. Nos casos de caminhos de ferro, por exemplo, os serviços de marcação do traçado da linha requeriam apenas umas poucas turmas itinerantes de abridores de picadas e prestadores de tarefas ocasionais. O principal desse serviço de exploração ficava a cargo de desenhistas e engenheiros que projetavam e indicavam os pontos do traçado. Essas primeiras movimentações atraíam rapidamente um grande número de emigrantes que, sem poderem ser logo admitidos, permaneciam no entorno das obras ansiando pela oportunidade de emprego. Foi assim que Luiz da Rocha Dias, engenheiro-chefe da Estrada de Ferro de Sobral, viu-se em seu escritório em Camocim cercado, em setembro de 1878, por legiões de “desempregados famintos e seminus, baldos de todos os recursos”, a quem prometia aproveitar “logo que principiarem os trabalhos de construção”. Já nesse estágio inicial dos serviços da ferrovia

---

<sup>16</sup> *Cearense* de 30/11/1879, Fortaleza, BPGMP.

<sup>17</sup> Ofício de 20/09/1877, Baturité, caixa 4, e telegrama de 25/03/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

julgava que “o grande número de povo, sem recurso de qualidade alguma e não recebendo alimentação qualquer, pode facilmente amotinar-se”.<sup>18</sup>

Sendo tão urgente a pressão por empregar em pouco tempo um grande número de operários, os administradores tratavam de alistar as primeiras turmas tão logo as condições permitissem. Por vezes, o ritmo do recrutamento era frenético. Na Comissão de Estradas e Ladeiras da serra de Baturité, em 1889, uma única pessoa chegava a dirigir 3.200 homens “organizados em dois dias e distribuídos em serviço no mesmo prazo”. No açude de Quixadá, na seca de 1900, alistou-se 250 pessoas em cinco horas.<sup>19</sup>

Assim que se formavam as primeiras turmas, tratava-se logo de providenciar os serviços preparatórios. Estes consistiam geralmente no levantamento de prédios para depósitos, armazéns, olarias, oficinas, escritórios e alojamentos. Também começava o trabalho de derrubada da mata, capinação, destocamento e nivelamento dos terrenos por onde passaria a estrada de rodagem, a ferrovia, ou aonde seriam captadas as águas do futuro reservatório. Todos esses serviços básicos tinham de ser ajustados de acordo com as especificidades da obra, mas também com a urgência de socorrer os retirantes recém-engajados que, em geral, chegavam esfaimados e em estado de parcial ou completa nudez. Não tardavam a brotar, portanto, os imensos abarracamentos e ranchos coletivos. Uma providência igualmente urgente era a confecção dos roçados que iriam durante os próximos meses complementar a alimentação das inúmeras pessoas acampadas. Mas, de todas as atividades, a mais importante era a captação de água. A abertura de cacimbas e pequenos açudes estava entre as primeiras providências das obras de socorros públicos. Mas também, em tempos de seca, eram das mais difíceis tarefas. Carlos Alberto Morsing, em relatório apresentado ao presidente da província, versava sobre o assunto:

A carência quase absoluta de água, quer para a argamassa das obras de arte, quer para os diversos misteres da vida, é também uma dificuldade bem séria que tenho procurado remover com o assentamento de poços instantâneos em diferentes pontos da linha.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Ofício de 10/09/1878, EFS, APEC.

<sup>19</sup> Ofício de 15/03/1889, Baturité, caixa 4, Socorros Públicos, APEC. BRASIL. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas Alfredo Eugenio de Almeida Maia no ano de 1901, 13º da república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 603.

<sup>20</sup> Ofício de 30/09/1878, EFB, APEC.

Dependendo do empreendimento, os serviços preparatórios das obras de socorros públicos podiam assumir dimensões imensas. Na EFS, em menos de seis meses entre 1878 e 1879, os roçados preparados nas divisões da via férrea somaram uma área de mais de 1.250.000 m<sup>2</sup>. Foram lá construídas também cinco residências (para engenheiros e hospitais) e 45 ranchos para trabalhadores, “com área, cada um, nunca inferior a 150 m<sup>2</sup>”. Na mesma época, na via férrea de Baturité eram erguidos cinco grandes ranchos para depósitos e um “grande abarracamento para acomodação de operários”. Segundo o relatório de Carlos Alberto Morsing:

Na 2ª Seção os trabalhos de construção consistiram no levantamento dos abarracamentos de Canoa, Oiticica, Olho d'Água e Canafistula, com proporções cada um deles para abrigar 200 famílias, todos abastecidos de água de cacimbas.<sup>21</sup>

Entre os vários pontos polêmicos da atuação de Jules Jean Revy à frente da Comissão de Construção de Açudes estava a acusação de gastos excessivos que teria despendido nos serviços preparatórios de construção do reservatório de Quixadá. Durante a primeira fase da construção, suspensa em menos de um ano de atividades, apenas uma parte dos trabalhos preliminares planejados seria executada, mas foram suficientes para impressionar pela grandiosidade investida em operações tidas como de caráter apenas provisório. De modo que, só para transportar o pesado maquinismo e os grandes volumes de materiais necessários àquela construção, seria aberta uma estrada de rodagem ligando Canoa (estação final da EFB) ao Cedro, por uma extensão de quase cem quilômetros, com “largura nunca inferior a 10 metros, havendo sido abertos 70 quilômetros através de floresta”. Sobre esse serviço, uma matéria da *Revista de Engenharia*, do Rio de Janeiro, comentaria: “asseguram-nos ser a melhor estrada de rodagem em toda a província do Ceará”.<sup>22</sup>

Certamente o grande dispêndio com serviços preparatórios das obras não estava somente relacionado às características particulares de um engenheiro preocupado em mostrar certa magnificência do empreendimento no qual tomava a frente – o que possivelmente tenha sido mesmo o caso do engenheiro J. J. Revy em relação ao açude do Cedro, eleito desde sua origem para servir de obra exemplar de modernidade. Para além disso, há que se considerar

<sup>21</sup> *Revista de Engenharia*, ano 1, n. 1, 16/05/1879, Rio de Janeiro, BN. Ofício de 30/09/1878, EFB, APEC.

<sup>22</sup> *Revista de Engenharia*, 14/03/1885, Rio de Janeiro, BN. Sobre a atuação de J. J. Revy na construção do açude de Quixadá, cf. MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude do Cedro (1884-1906)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2012.



que uma grande oferta de trabalho era um meio para o pronto emprego dos imensos grupos de sertanejos que, unidos, pressionavam os superiores e ameaçavam rebelar-se. Para amenizar a tensão, era preciso com urgência gerar o máximo de meios de ocupação para aquelas multidões inquietas. No caso de grandes empreendimentos, para cujas conclusões necessariamente se ultrapassariam os meses de estiagem, é possível que os administradores procurassem reservar os tempos de seca para serem executadas as tarefas que demandavam turmas extensas e não-qualificadas de trabalhadores, deixando para uma fase posterior os serviços principais a serem operados por um pessoal melhor selecionado, e em menor quantidade. Os trabalhos preliminares de construção do açude de Quixadá durante a seca de 1889 provavelmente tenham sido organizados segundo esse critério. Ali, nos primeiros meses de operações, as turmas de retirantes se dedicariam a diversas tarefas que incluíam edificação de vários prédios, abertura de cacimbas, assentamento de linha férrea de campanha, erguimento de cercas. Tudo indica, porém, que a maior parte dos trabalhadores fosse designada para a extração e movimentação dos cerca de nove mil metros cúbicos de rocha, um volume que impressionava até aos mais experientes engenheiros da época. Em contrapartida, de acordo com uma descrição publicada em *Libertador*, deixava-se para depois “a construção das barragens [por sinal, o principal serviço na confecção de um açude] que não ocupará senão oficiais e um restrito número de trabalhadores”.<sup>23</sup>

Para os retirantes, os primeiros dias de prestação de serviços em obras de socorros públicos podiam representar um verdadeiro batismo de fogo. Muitos que lá chegavam com a expectativa de encontrar um pronto socorro para suas inadiáveis necessidades deparavam-se com uma condição não muito diferente do cotidiano de misérias de onde vinham, pois mesmo o fornecimento dos socorros do governo mostrava-se bastante falho. O que alterava sensivelmente as jornadas dos retirantes era a obrigação do trabalho em larga escala, ali executado por turmas de operários cumprindo tarefas simultâneas, articuladas entre si e coordenadas por engenheiros. Mesmo a armação da palhoça muitas vezes estava a cargo do próprio retirante que, mal se aboletava com seus familiares e pertences, tinha logo de partir para cumprir com os deveres da jornada.

Como se vê, já os serviços preliminares podiam implicar em demanda por pesadas tarefas. Essa primeira experiência de contato com o cotidiano das obras de socorros públicos em geral provocava estranhamento e rejeição por parte de trabalhadores rurais, cujas referências estavam associadas ao ritmo e aos processos de trabalho correspondentes às

---

<sup>23</sup> *Libertador* de 10/07/1889, Fortaleza, BPGMP.

atividades do cultivo em pequena escala e da criação extensiva de animais. O serviço era pesado e o pagamento uma miséria. Não admira que a disposição para o trabalho fosse mínima entre os retirantes.

Desde um outro ponto de vista, e tendo outras referências culturais, os engenheiros por sua vez estranhavam que os trabalhadores relutassem em se adaptar. Carlos Alberto Morsing registrou que

Os operários que aqui encontrei não estão habituados a trabalhos desta espécie e muito tem custado conseguir-se a sua frequência e atividade; isto me tem feito lutar com sérios embaraços que felizmente têm, de alguma forma, minorado.

No mesmo sentido, Luiz da Rocha Dias escrevia: “Os trabalhos começados vão tendo regular andamento, apesar de ser indolente e nada afeito a serviços desta ordem o pessoal de trabalhadores”.<sup>24</sup>

Entre engenheiros e retirantes existiam duas percepções diferentes com referenciais culturais opostos. Para os engenheiros, com a preocupação cega de garantir a execução dos trabalhos segundo os critérios de uma racionalidade produtivista, a lentidão e infrequência dos operários significavam indolência e desafeição dos sertanejos pelo trabalho, mas era uma questão de tempo até que se adaptassem, que aprendessem a trabalhar regularmente. Para os retirantes, tratava-se antes de uma forma que encontravam para expressar que rejeitavam aquele tipo de serviço, não somente porque eram extenuantes, nada compensatórios, mas talvez principalmente porque feriam os padrões culturais de autonomia no trabalho e controle sobre o tempo que tanto prezavam. Não estava entre seus principais objetivos se adaptar àqueles trabalhos. Alimentar-se, vestir-se, abrigar-se daquele sol tórrido que lhes consumia as forças eram metas não somente mais urgentes como mais dignas.

## 5.2 Os socorros

Antonio Bezerra de Menezes, na condição de chefe da comissão de socorros, julgou estar “aniquilado o Norte da província” quando chegou a Sobral em março de 1889. Entre muitas cenas de misérias que descreveu em telegrama para o presidente da província, falou da situação aflitiva da povoação de Santana do Acaraú:

<sup>24</sup> Ofícios de 30/09/1878, EFB, e 25/09/1878, EFS, APEC.

Para aqui entram continuamente emigrantes de Santana que referem horrores daquelas paragens e, apesar de aconselhar-lhes a volta para as obras do açude, não ouvem e buscam o caminho de Camocim em estado de fazer dó.<sup>25</sup>

O ceticismo dos emigrantes de Santana ante as admoestações do comissário Bezerra de Menezes é bastante sugestivo quanto às expectativas que nutriam em relação a obras de socorros públicos. De nada valia o início da construção do açude se não pudessem encontrar ali um socorro pronto e eficaz. Dificilmente aquela gente que acabara de fazer um percurso por quase 30 quilômetros através de caminhos causticantes se convenceria em retornar se não tivesse certeza de encontrar ao fim de sua peregrinação um amparo compensador. Antes seguir viagem até Camocim... Se até lá não conseguissem encontrar alguma condição razoável para se manterem, ao menos poderiam tentar embarcar em algum vapor para uma região livre da terrível seca.

O episódio é indicativo de um aspecto de grande relevância para o presente estudo: os proletários das secas eram trabalhadores móveis, em constante vaivém. Eram antes “trabalhadores itinerantes” (*circulating labourers*) que propriamente “trabalhadores imigrantes”, como distinguiu o historiador Ian J. Kerr em relação aos grupos de trabalhadores de construção na Índia cujas vidas eram uma constante movimentação em busca de lugares que lhes oferecessem trabalho compensador.<sup>26</sup>

Diferentemente de grandes empreendimentos convencionais de construção, nos quais o principal fator de atração de trabalhadores se constitui na larga oferta de oportunidades de trabalho com salários relativamente altos, nas obras públicas acionadas durante as secas esse fator de atração e fixação de mão de obra era o fornecimento do socorro. Para viabilizar uma obra de socorros públicos era preciso que se oferecesse todo um complexo aparato de assistência a um grande número de pessoas em avançado estágio de carência. A despeito de todas as formas de convencimento ou coerção que as autoridades pudessem se valer para fazer com que os retirantes aceitassem trabalhar, havia sempre a possibilidade de grupos de sertanejos abandonarem os serviços em busca de melhores condições. Para que isso não ocorresse (ou ocorresse o mínimo possível), fundamental era a

<sup>25</sup> Telegrama de 14/03/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

<sup>26</sup> Cf. KERR, Ian J. On the move: circulating labor in Pre-Colonial, Colonial, and Post-Colonial India. *International Review of Social History*, 51, 2006, p. 85-109. Segundo esta distinção, os trabalhadores itinerantes, diferentemente dos imigrantes, não buscavam um lugar para se estabelecerem de modo definitivo ou sequer para constituírem uma residência durante um período mais ou menos longo. Adaptados à natureza temporária dos serviços de construção, assumiam assim um modo de vida mais móvel que o que se convencionou ser o dos trabalhadores imigrantes.

montagem no interior da obra de um sistema de abrigos, assistência médica e fornecimento de comida, roupas e medicamentos que exercesse um efeito imobilizador da força de trabalho.<sup>27</sup>

Mas era exatamente esse o ponto mais fraco da estratégia oficial de socorrer os retirantes mediante a prestação de trabalho. A crise alimentar não era um problema facilmente contornável, nem mesmo quando todo o aparato estatal mobilizava-se para fazer chegar os gêneros aos armazéns das obras públicas. Em todas as secas durante a passagem do século XIX a falta de comida ameaçava a marcha regular dos serviços promovidos pelo governo. Não recebendo adequadamente os pagamentos, os retirantes não demoravam a abandonar as obras se enxergassem alguma chance de conseguir recursos em outro lugar.

Isso ficou evidente desde os primeiros esforços por mobilizar operários para os serviços preliminares do prolongamento da via férrea de Baturité. Várias turmas de trabalhadores organizadas nos distritos de Fortaleza em 1878 retornariam de Pacatuba (ponto inicial dos serviços do prolongamento) ao constatarem que ali tudo ainda estava por se fazer, não havendo estruturas para abrigo, refeitórios ou sequer uma fonte onde obter água para beber. Com a recusa expressa por centenas de sertanejos, as autoridades perceberam que ao enviar operários solteiros enfrentariam menores resistências e só dessa forma foi possível começar precariamente a construção daquele trecho de ferrovia.<sup>28</sup>

Aparentemente onde esse perfil de trabalhadores solteiros predominava o abrigo preferencialmente construído nas obras era do tipo rancho, consistindo em grandes prédios ou galpões de uso coletivo. Dezenas de trabalhadores, talvez centenas, provavelmente só homens, compartilhavam esses espaços situados sempre bem próximos ao palco dos serviços e, principalmente, dos olhares vigilantes de engenheiros e demais condutores. Em algumas obras, diferentes ranchos eram destinados para operários de qualificações diversas, como

<sup>27</sup> Ao chegar a este ponto de argumentação tenho como influência principalmente o trabalho do antropólogo Gustavo Lins Ribeiro sobre a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Ribeiro elabora a categoria de “grande projeto de construção” que caracteriza da seguinte forma: “Um grande projeto implica uma articulação de várias obras parciais cujo resultado é o produto final, operando como um todo. Como se dá em áreas relativamente isoladas, seus primeiros trabalhos são geralmente dedicados a criar as condições de chegada dos milhares de trabalhadores que se dirigem para o local. Sendo muito grande o volume da obra que será realizada, surge quase repentinamente uma grande oferta de empregos e, é claro, de salários. Acorrem, assim, milhares de trabalhadores para se engajar em um trabalho temporário. O marco dessa temporalidade é a data da inauguração da obra. Os trabalhadores são selecionados, então, de forma que praticamente explicita o tipo de operário requerido e que viverá em alojamentos coletivos de grandes acampamentos: homens, jovens, com saúde e sem família. Este é o contingente que define o perfil dos trabalhadores presentes no grande projeto cuja necessidade por trabalho leva à instauração de um ritmo de produção que se concretiza na exploração incomum da força de trabalho.” RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 22.

<sup>28</sup> CÂNDIDO, Tyrone A. P. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Col. Outras Histórias, 2005, p. 72-74.

quando havia uma residência para os artífices (mecânicos, canteiros, ferreiros etc.) separada da destinada aos trabalhadores não-qualificados. No abarracamento do Alagadiço Grande, em Fortaleza, “duas barracas isoladas, intermediando dois dos lanços de alojamentos de retirantes”, serviam ao abrigo de chefes de turmas e outros empregados diferenciados. Já no açude de Quixadá seriam erguidas três casas de alvenaria para o alojamento de 150 operários contratados na Lombardia, Itália, enquanto outras três reservavam-se aos “operários e trabalhadores nacionais”.<sup>29</sup>

Por serem habitações coletivas, dificilmente os ranchos receberiam famílias de trabalhadores. Por isso, durante os tempos de maior afluxo de retirantes esse tipo de alojamento era rapidamente ultrapassado pelo número de choupanas que constituíam os sempre massivos abarracamentos, pois as tarefas de socorros passavam por alojar também mulheres e crianças, além de um excedente de retirantes considerados “inválidos” por não terem capacidade de trabalhar (como no caso dos idosos e doentes). Era como num filme em rotação acelerada: nas obras cujas conclusões ultrapassavam os tempos de seca, as latadas (uma designação da época para as palhoças, remetendo a seu aspecto precário e provisório) iam sendo erguidas, umas ao lado das outras, até a formação de um grande acampamento que se mantinha dinâmico durante os meses centrais do ano até a chegada das chuvas, quando o retorno dos sertanejos aos seus lugares de origem provocava o rápido esvaziamento dos abarracamentos, mudando novamente o perfil dos trabalhadores da construção e, com isso, reabilitando os ranchos enquanto principal tipo de alojamento para os operários.

Quando os serviços demandavam grandes quantidades de trabalhadores em operações simultâneas ao longo de extensões lineares, como em construções de estradas de rodagem e ferrovias, os abarracamentos erguiam-se em divisões por perímetros mais ou menos regulares pelo trecho em execução. Nas obras de prolongamento da Baturité, entre 1878 e 1880, foram erguidos dessa maneira um total de 16 acampamentos, alojando cada um deles de mil a cinco mil pessoas, situados a cada quatro ou cinco quilômetros. Em zonas urbanas ou às margens de açudes os acampamentos de operários tendiam a ser mais concentrados, como o que foi levantado ao lado do açude do Cedro em 1900, com dez mil pessoas.<sup>30</sup>

Sobre os abarracamentos, são constantes as referências ao seu aspecto precário e sujo. Às vezes, mesmo a construção das choupanas tornava-se um desafio. Em 1915, nas

---

<sup>29</sup> *Revista de Engenharia* de 14/03/1885, Rio de Janeiro, BN.

<sup>30</sup> BRASIL. *Relatório apresentado (...) pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas (...) no ano de 1901...* Op. cit., p. 603.

obras de construção do açude Patos, em Sobral, a aridez do terreno dificultava encontrar madeiras e palhas e por isso, lia-se num jornal da época, “não há abarracamentos e não só os trabalhadores como até alguns fornecedores estão completamente expostos ao tempo, ao sol, ao relento”. Herbert Smith, em seus registros de viagem, descreveu um desses centros de moradia improvisados em Fortaleza quando por ali passou em 1878:

O estado de miséria das choupanas era além de qualquer descrição; muitas eram construídas de galhos de árvore ou estacas, cobertas por um imperfeito trançado de palhas e remendadas com pedaços de tábua e trapos. Aqui todas as famílias aglomeravam-se em espaços ínfimos; imundas, como só esses árabes do Ceará podem ser; esfarrapados, descuidados, recostando-se nas areias, uma presa perfeita para as doenças. Nenhuma medida estava sendo tomada para a limpeza do acampamento; o chão, em muitos trechos, estava coberto de imundície e dejetos; a água, obtida de uma lagoa próxima, era imprópria para se beber. Se a pestilência estava oculta na cidade, era visível por toda a parte nos abarracamentos. (...) Mas aqui, entre doentes, moribundos e mortos, havia a mesma indiferença ao perigo que eu constatei na cidade. Os camponeses estavam falando e rindo entre si; três ou quatro jogavam sobre uma esteira, apostando biscoitos; por toda a parte doentes medonhos e cadáveres mais medonhos ainda passavam entre indiferentes; eram muito comuns para serem objeto de curiosidade.<sup>31</sup>

Eivado de preconceitos, o relato desse viajante norte-americano sobre o local de moradia dos “árabes do Ceará” corroborava com a criação de uma barreira social e cultural, delimitando os espaços sobre os quais se deveria manter constante vigilância e controle. Julgando os retirantes como pessoas “descuidadas” e “indiferentes”, essas representações sobre a pobreza acabavam endossando as políticas de disciplinamento sanitário e policial, funcionando assim como um mecanismo de fomento da ordem nos canteiros de obras.

Uma outra testemunha, dessa vez com um tom inusitadamente idílico, procurou retratar da seguinte maneira o abarracamento de Itapaí, na EFB:

A grande colônia operária ocupa uma vasta zona e habita em choupanas de pobre mais simpática aparência, alinhadas em diversas direções, um tanto ou quanto semelhantes a essas engraçadas aldeias dos presépios que são os encantos das crianças.

Ao se referir ao alinhamento das choupanas, nossa testemunha tocou em ponto relevante sobre o habitar dos trabalhadores numa obra de socorros públicos. Se livres para escolher o local para erguer sua barraca, os retirantes poderiam ir construindo o abarracamento de modo

<sup>31</sup> A *Lucta* de 10/11/1915, Sobral, BN. SMITH, Herbert H. *Brazil: The Amazons and the coast*. New York: Charles Scribner's Sons, 1879, p. 422-423.

espontâneo, podendo cada família encontrar de acordo com as circunstâncias o melhor posicionamento em relação à incidência solar ou à ventilação, erguer seu barraco próximo ao de familiares ou amigos, encontrar uma boa localização em relação à cacimba ou ao refeitório. Provavelmente procurariam reproduzir no abarracamento os costumes de morada do sertão, com suas habitações relativamente afastadas umas das outras. Mas isso parece só raramente ter ocorrido dessa maneira. No mais das vezes, os comissários de socorros ou condutores das obras interferiam sobre a formação dos acampamentos, o que deve ter sido motivo de muitos descontentamentos. Por exemplo, em novembro de 1878, em Aracati, quando da chegada da notícia de que novos grupos de retirantes se aproximavam vindos do sertão, os encarregados dos socorros públicos ordenaram a construção de novos ranchos e palhoças no lado poente da cidade “para prevenir as alterações que pode causar à salubridade pública a aglomeração desses infelizes ao nascente”. Nesse caso, as precauções vistas como higiênicas pelos administradores de socorros confrontavam-se com a liberdade de escolha e a cultura habitacional dos sertanejos. Até quem hoje tem o privilégio de contar com os modernos recursos de isolamento térmico sabe o quanto no Ceará é importante evitar que sua casa pegue o sol da tarde; imagine o que era ter uma palhoça do lado do poente em plena seca, tendo por cobertura um simples trançado de palhas.<sup>32</sup>

Estudos sobre a mobilização do operariado empregado em grandes empreendimentos industriais revelam a importância da oferta da moradia como um meio eficiente para a obtenção do controle e a exploração intensiva da mão de obra. Não deixam de ressaltar, por outro lado, o papel exercido pela presença da família enquanto um inestimável apoio no cotidiano dos trabalhadores.<sup>33</sup> Nas obras de socorros públicos, a solidariedade familiar era decisiva em vários aspectos. Além das famílias de retirantes poderem constituir um relevante “fundo comum” quando podiam contar com vários de seus membros empregados nas obras (compondo nos dias de pagamento um maior rendimento em dinheiro e uma maior quantidade de víveres que traziam para o barraco), o apoio dos familiares destacava-se também pelo que isso oferecia em termos de atividades auxiliares voltadas para o bem-estar dos parentes. Quando quase tudo faltava, um punhado de feijão obtido pela esposa junto a uma alma caridosa ou alguma chapa de metal encontrada pelas crianças em

<sup>32</sup> Cearense de 30/11/1879, Fortaleza, BN. Ofício de 16/11/1878, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC.

<sup>33</sup> É o que se vê nas pesquisas de José Sérgio Leite Lopes sobre o padrão “fábrica com vila operária” observado nas tecelagens da família Lundgren, em Paulista, Pernambuco. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editora UnB/Marco Zero, 1988. Análise semelhante foi feita por Gustavo Lins Ribeiro em seu livro sobre a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília, com a ressalva de que ali o “grande projeto de construção” requeria de preferência mão de obra solteira e alojada em acampamentos. RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança...* Op. cit.

suas peregrinações faziam a diferença. Em sendo a roupa um bem precioso nas jornadas da seca, os remendos feitos pelas esposas eram sempre necessários na vestimenta de quem trabalhava com ferramentas cortantes e faziam movimentos bruscos e repetitivos no carregamento de materiais. A mutualidade familiar tornava-se, para os sertanejos, tão mais preciosa quanto mais carente de recursos encontravam-se. A defesa dos membros da família era o valor mais apaixonadamente mantido pelos retirantes nas secas. Não admira que todos os romances escritos sobre o tema – *A fome* (R. Teófilo), *Os retirantes* (J. Patrocínio), *Luzia-Homem* (D. Olympio), *O quinze* (R. Queiroz), *A bagaceira* (J. A. Almeida), *Vidas Secas* (G. Ramos), entre outros – tenham explorado a defesa da família como o eixo narrativo principal.

A esperança utópica nutrida por comissários e engenheiros visava sempre fazer dos abarracamentos de retirantes um lugar de disciplina, higiene e passividade. Mas as próprias barreiras de segregação que criavam em relação aos sertanejos acabavam por contribuir com a formação de uma dinâmica de resistência entre os retirantes, resguardados em espaços que se assemelhavam a verdadeiros guetos da pobreza, mas que, exatamente por isso, mantinham-se relativamente preservados da vigilância de supervisores. Como observou James C. Scott, o “desenvolvimento de um robusto e resiliente discurso oculto (*hidden transcript*) é favorecido pela existência de barreiras sociais e culturais entre elites dominantes e subordinados”:

É uma das ironias das relações de poder que as performances requeridas dos subordinados possam vir a se constituir, nas mãos dos subordinados, numa sólida parede fazendo com que a vida autônoma dos destituídos de poder se torne opaca para as elites.<sup>34</sup>

A reunião das aglomerações de retirantes em grandes abarracamentos, do ponto de vista daqueles que administravam as obras, era um espaço de uma massa de miseráveis cuja extrema carência lhes sugeria controle, disciplinamento, policiamento, combate ao ócio, à ignorância e a doenças. Para os retirantes das secas, no entanto, todos esses objetivos considerados pelas elites como parte de um esforço combinado de caridade e processo civilizador, figurava enquanto ações opressivas. Nos meses em que se abrigavam nos abarracamentos, os sertanejos forjavam, portanto, às costas dos mecanismos de controle, os seus próprios meios de autossustentação baseados no mutualismo solidário. Naquele velho, tachado de “charlatão curandeiro”, os sertanejos reconheciam um detentor de importantes saberes medicinais, a quem consultavam sempre que alguém se feria ou quando as crianças

<sup>34</sup> SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance...* Op. cit., p. 132.



apresentavam estranhos sintomas como febres e manchas no corpo. Outro, com “mão habilidosa” para trabalhos com madeira ou metais, orientava ou executava as pequenas tarefas de reparo nas choupanas dos provisórios vizinhos. Havia sempre um que tinha “jeito para escrever”, prestando inestimável ajuda na comunicação entre entes queridos ou na decifração de notícias de jornal. Uma mulher perita nos minuciosos trabalhos de agulha transmitia, entre os afazeres diários, suas habilidades às novas amigas que encontrava naquele espaço comunitário. “Todos estes”, dizia Richard Hoggart, “são serviços de grupo antes de serem serviços profissionais, mesmo quando alguns trabalhadores estão profissionalmente ocupados nessa mesma tarefa durante o dia”.<sup>35</sup>

Dessa mesma cumplicidade plebeia, invisível às lentes ilustradas, surgiam as artes da resistência dos proletários das secas. Ao final das jornadas, expressava-se o desabafo sobre o descontentamento com feitores e engenheiros, ou em relação aos modos que se conduziam as tarefas do trabalho, selecionava-se comitivas para interceder junto aos superiores, articulavam-se as ações coletivas. Pelas ruelas e barracos dos acampamentos improvisados ocultavam-se tantos daqueles operários tachados como “desordeiros”, “brigões”, “indomáveis”. Igualmente nesses espaços se organizava a contraofensiva, por vezes “perigosa”, dos retirantes. Ações como aquela em que três indivíduos nas proximidades do abarracamento de Canoa lançaram-se contra um cavaleiro a quem derrubaram, mas depois liberaram por reconhecerem não se tratar da pessoa a quem procuravam. Desconfiava-se que fossem retirantes querendo atentar contra a vida do engenheiro Julius Pinkas.<sup>36</sup>

Além da moradia, a alimentação dos retirantes constituía um aspecto de suma importância no cotidiano das obras de socorros públicos, pois a fome era um fantasma sempre à espreita. Em tempos mais difíceis, vividos por operários em Acaraú em 1889, por exemplo, a falta de comida chegava a incapacitar turmas inteiras para o trabalho, de tão fracos que ficavam.<sup>37</sup>

Em cada abarracamento havia ao menos um depósito de gêneros. Em muitos deles além dos armazéns montavam-se cozinhas e refeitórios. No distrito de Tijubana, em Fortaleza, quatro pessoas trabalhavam diariamente na cozinha que funcionava com cinco grandes caldeirões. No de Jacarecanga, havia uma pequena cozinha para a dieta dos doentes e outra

---

<sup>35</sup> HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*: aspectos da vida da classe trabalhadora com especial referência a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 26.

<sup>36</sup> *A Ordem* de 0/01/1880, Baturité, BPGMP.

<sup>37</sup> Ofício de 14/06/1889, Acaraú, caixa 1, Socorros Públicos, APEC.

principal, com trinta palmos de frente, “onde se acham assentadas 4 caldeiras de ferro pelo sistema do fabrico de açúcar”. Esta última fornecia comida para uma média de três mil pessoas diariamente – “para os necessitados recém-chegados e famílias dos doentes”. O esquema de alimentação também podia contar com alguma despensa e um barracão de lona para a distribuição.<sup>38</sup>

Dependendo da época e do lugar, diferentes métodos de distribuição foram adotados para a alimentação dos trabalhadores das obras. Em alguns casos, reservava-se o serviço de cozinha exclusivamente aos doentes, ficando a cargo dos demais procurarem cozinhar os víveres, cada qual por si. Em outros, grandes refeitórios eram montados, evitando assim um gasto inútil de tempo, de água e de energia – além de afastar em grande parte o perigo de incêndios dos abarracamentos – bem possíveis de acontecer em época seca e onde o cozimento ocorria em espaços concentrados sob barracos cobertos de palha.<sup>39</sup> Ao que parece, no entanto, o número de pessoas assistidas foi sempre tão grande que na maior parte das vezes os agentes de socorros apenas repartiam as rações nas pagadorias, de acordo com as quantidades a cada um estipuladas. Além disso, refeitórios eram sempre espaços de conflagrações de pessoas que se sentiam aviltadas por receber comida parca e tantas vezes estragada, como experiências das grandes fomes na Índia indicavam.<sup>40</sup>

A se considerar pelas informações registradas em ofícios emitidos pelas comissões de socorros, a dieta dos retirantes consistia basicamente de arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, carne de charque, carne verde e bacalhau (este hoje tão nobre pescado, mas que na época não parecia ser tão escasso). A falta de alguns desses itens nos dias de pagamento, contudo, parece ter sido um problema crônico. Por ocasião da chegada de gêneros aos depósitos da via férrea de Sobral em novembro de 1878, o engenheiro Luis da Rocha Dias chegou a enumerar os vários problemas identificados numa remessa:

<sup>38</sup> Ofícios de 1/10 e 18/10/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

<sup>39</sup> Lê-se no *Pedro II* de 29 de setembro de 1878 uma notícia sobre um incêndio em abarracamento: “Ontem, 22 deste, ao meio dia em ponto, incendiou-se parte do abarracamento da Floresta que dista desta vila meia légua, sendo devoradas pelas chamas três grandes ruas, uma criancinha de idade de seis meses, a qual encontrou-se em estado de verdadeira carbonização além das *alfaías* dos pobres trabalhadores retirantes que quase nada puderam salvar! (...) Supõe-se que o autor de semelhante catástrofe foi um trabalhador de nome Serafim Lopes que, entrando para sua barraca com um tição de fogo, viu-se logo o incêndio partir dali; e das indagações do fiel do armazém resultaram suspeitas de culpabilidade daquele indivíduo, conduzido à presença do Sr. Dr. Rietman com as testemunhas o qual também interrogou, o enviando depois ao delegado para este proceder como for de justiça”. *Pedro II* de 29/09/1878, Fortaleza, IC.

<sup>40</sup> Cf. KLEIN, Ira. When the rains failed: famine, relief, and mortality in British India. *Indian Economic & Social History Review*, 21, 1984, p. 185-214.

1. Farinha: “os sacos tão avariados, com a farinha de tal forma estragada que não posso mandá-la distribuí-la aos trabalhadores”,
2. Carne de charque: “veio tão corrompida que o médico proibiu a distribuição dela”,
3. Milho: “veio na maior parte muito estragado” e
4. Feijão: “é bom, porém os sacos quase todos vieram com falta”.

Por causa da recorrência de problemas como esses não era rara a restrição de comida. Mas a dieta não balanceada – além da ingestão de água de alguma forma contaminada – logo provocava doenças nos operários. O prolongado consumo de carne de charque e bacalhau era apontado como bastante prejudicial à saúde dos sertanejos pela impregnação de sal com que eram conservados. Num ofício de José Júlio de Albuquerque Barros, o presidente da província registrou que “entre os indigentes aparecem muitas úlceras e escorbuto que os médicos atribuem principalmente ao uso continuado da carne de charque”. Quando faltava a carne, a carência de proteína também era algo notado:

A falta de carne é muito sensível a trabalhadores ocupados em serviços tão árduos como duma Estrada de Ferro, com especialidade àqueles ocupados em carregar trilhos, sendo pelo lado da higiene desvantajosamente substituído a carne por bacalhau, o qual só é distribuído na Estrada no máximo duas vezes por semana a fim de evitar-se os inconvenientes higiênicos como alimentação diária.<sup>41</sup>

A suspeita sobre a qualidade da comida foi sempre um motivo de polêmica nas portas dos refeitórios e pagadorias. Às vezes, não tinha como negar que os víveres estavam estragados, como no dia em que o vapor *D. Frei Vital* desembarcou em Camocim para os operários da EFS mantas de carne tão podres “que em toda a povoação sentiu-se o mau cheiro insuportável que exalavam”. Em outras circunstâncias, a comida estragada chegava a ser repassada aos trabalhadores, que protestavam. Nas obras do açude Papara, em 1889, distribuiu-se como salário para os operários uma carne “da pior qualidade”, reconheceu o condutor Jerônimo Honório de Abreu: “Os operários em sua maior parte se recusam a recebê-la e alguns atiram fora a ração de carne que se lhes distribui”.<sup>42</sup>

A alimentação possivelmente tenha sido a causa mais recorrente de conflitos no cotidiano das obras de socorros públicos. O nível de tensão nas épocas em que faltava comida nos canteiros de obras chegava a alcançar dimensões explosivas, como pôde se constatar na

<sup>41</sup> Ofícios de 13/11/1878, EFS, de 13/12/1879, EFB, APEC e de 21/07/1879, IJJ9 189, Interior – Negócios das Províncias e Estados, AN.

<sup>42</sup> Ofícios de 5/05/1879, EFS e de 28/06/1889, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC.

abertura deste capítulo. Daí um medo constante de revolta pairando no ar. Os agentes de socorros andavam sempre vigilantes, procurando prever alguma alteração de ânimo entre os operários. As portas das pagadorias eram um espaço propício para saques e choques entre retirantes e soldados. Por isso os agentes do governo procuravam vigiá-las o melhor que conseguiam. Rodolfo Teófilo descreveu com profusão de detalhes como era feita a distribuição de comida num desses armazéns em Fortaleza:

Uma pagadoria de retirantes não era mais do que uma casa para depósito de gêneros e um curral de pau a pique exposto inteiramente ao sol, com uma porteira, em tudo igual aos que se fazem no sertão para recolher o gado. Na hora do pagamento, recolhiam-se ao curral os retirantes, homens e mulheres; colocavam-se quatro soldados, um em cada ângulo exterior da estacada, a fim de vigiarem os que já tinham recebido ração, impedindo assim que escalassem a cerca de fora para dentro. Encurralados os emigrantes, o pagador abria a porta de sua repartição, enquanto o seu ajudante dava passagem na porteira do curral a um retirante de cada vez. Pago aquele, saía outro, e assim até o fim.<sup>43</sup>

O controle assim exercido, degradante, respondia a uma razão de ordem prática. Os depósitos e as sacas de comida estavam sempre à mira dos proletários das secas, nem todos com paciência ou obedientes às regras da distribuição. Em Camocim, retirantes escondidos fizeram um rombo na soleira da porta de um depósito da via férrea e cortaram com faca dezesseis sacas, conseguindo retirar a farinha com as mãos. Já em Água Verde, distrito de Pacatuba, no dia quatro de janeiro de 1878, a ação transcorreu a vista de todos. Próximo às nove horas da noite, seis homens armados de faca e cacete, todos mascarados, invadiram a cozinha da comissão de socorros, levando dali duas sacas de farinha. Usaram para isso da “força bruta”. Quando tentaram lhes impedir de levar os víveres “gritaram atrevidamente que ninguém se encostasse, sob pena de morrer”. Sem força de proteção, dias depois o depósito voltaria a ser saqueado, dessa vez “em horas mortas da noite” (ou seja, durante a madrugada). Levaram sete sacas de farinha e seis de arroz – “derramando, como por afronta, mais uma saca de farinha que deixaram espalhada na pequena sala”, foi o que interpretou o comissário dos socorros.<sup>44</sup>

Doenças, acidentes e ferimentos ocasionados por brigas e atentados, além das temidas mortes, envolviam, dependendo do caso, um abrangente esquema de socorros nas

<sup>43</sup> Cf. TEÓFILO, Rodolfo. *História das seccas no Ceará...* Op. cit., p. 236-237.

<sup>44</sup> Ofícios de 23/10/1878, Camocim, caixa 5, e de 12/01/1878, Pacatuba, caixa 12, Socorros Públicos, APEC.

obras públicas. Por enfermarias, lazaretos e hospitais, mas muitas vezes abrigados sob simples cobertas de palha, agitavam-se enfermeiros, farmacêuticos e médicos atendendo aos que necessitavam dos serviços de saúde, fossem simples operários ou imponentes engenheiros.

Debilitados pelas longas caminhadas, alimentação insuficiente e de má qualidade, exposição a clima seco e excessivamente quente, jornadas de trabalho extensas e desgastantes, as doenças encontravam terreno propício para a proliferação entre os flagelados concentrados nos abarracamentos. Febres, erupções cutâneas, afecções respiratórias, desconfortos abdominais, inchaços, dores de diversos tipos e intensidades denunciavam a presença de casos de malária, beribéri, varíola, sarampo, catapora, tuberculose ou tantas outras doenças não diagnosticadas no corre-corre diário das obras. Nos abarracamentos do prolongamento da Baturité entre as “moléstias reinantes” estavam “diarréias, disenterias e opilações devido à má qualidade da alimentação e péssimas águas de que em geral e necessariamente fazem uso os trabalhadores indigentes e suas famílias”. Havia ainda “febres catarrais, pleurises e pneumonias” devido à mudança da estação – “intempéries do tempo a que se expõem no trabalho em estado de transpiração e ainda às péssimas condições higiênicas em que se acham os mal alinhados albergues ou palhoças habitadas pelos trabalhadores”.<sup>45</sup>

Por diversas vezes, os socorros médicos eram acionados só após avançada proliferação das doenças e crescida mortandade. Um ofício do engenheiro-chefe da Estrada de Ferro de Sobral pedia um médico para assistir ao pessoal da linha, pois “muitos trabalhadores, todos retirantes, morrem *desgraçadamente* sem assistência médica ou outro qualquer socorro”. Mas só após a visita do presidente José Júlio de Albuquerque Barros aos abarracamentos daquela via férrea meses depois é que seria autorizada a contratação de médicos para atender aos doentes. Do açude Acarape do Meio, em 1889, o condutor das obras informava que “estão grassando com intensidade febres de mau caráter atingindo de seis a oito pessoas o número de óbitos diariamente”, pedindo que fossem então tomadas as “devidas providências”.<sup>46</sup>

Em cada abarracamento de operários montava-se ao menos uma enfermaria com leitos para atender às urgências cotidianas. Um médico percorria as enfermarias para orientar o tratamento dos casos mais graves e, eventualmente, encaminhar doentes aos hospitais. Farmácias ambulantes, contratadas para levar medicamentos e insumos *in loco* eram um recurso para tentar evitar o encaminhamento desnecessário dos casos mais simples.

---

<sup>45</sup> Ofício de 2/02/1879, Canoa, caixa 5, Socorros Públicos, APEC.

<sup>46</sup> Ofícios de 27/11/1878 e 9/04/1879, EFS, grifos são do próprio ofício. Ofício de 11/05/1889, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC.

Vacinações em série buscavam imunizar os retirantes antes que viessem a ser vítimas – ou, o que era visto como pior, vetores – do contágio das epidemias que se alastravam com facilidade. Mas como em tudo o mais nas obras de socorros públicos, esses serviços médicos se davam sob condições bastante precárias de execução. Em Acarape, tentando a prevenção contra a varíola que grassava em Fortaleza, iniciou-se a vacinação entre os emigrantes em outubro de 1878, mas a vacina para ali enviada revelou-se sem efeito por ser de má qualidade. Em Baturité, centro de imensas aglomerações durante a estiagem de 1888-89, apenas após um ano de seca seria providenciada a montagem de uma enfermaria e iniciado serviço de vacinação dos retirantes. A reclamação por falta de remédios era assunto obrigatório na correspondência das comissões de socorros.<sup>47</sup>

Ondas de pavor acerca de prováveis epidemias eram comuns nesses espaços de aglomeração. Quando a varíola horrorizava com seu devastador poder mortal as cidades de Aracati e Fortaleza em 1878 uma das grandes preocupações era o que ocorreria quando a peste alcançasse os imensos abarracamentos das estradas de ferro em construção. A comissão de socorros de Acarape, por onde passava a via férrea de Baturité, alarmava-se, julgando não ser “lícito aventurar por um só momento” quanto a providências contra a varíola que ali chegava. Tratou de isolar os três primeiros variolosos numa palhoça erguida para esse fim, mas julgava urgente começar a fazer sem demora uma casa coberta de telha para servir de lazareto aos que provavelmente seriam contaminados em seguida. De Granja, de onde partia a 2ª seção da via férrea de Sobral, Henrique Leopoldo Soares da Câmara preocupava-se por deixar sem tratamento os retirantes quando se afastava do cargo de médico dos operários em razão de ele próprio encontrar-se doente.

Os desgraçados emigrantes, desamparados nestes últimos dias de socorros médicos, decerto não podendo resistir, (...) terão de sucumbir pela maior parte, crescendo para maior calamidade pública que um novo inimigo se aparelha para desbaratá-los ainda uma vez! A varíola, a que me quero referir, acaba de fazer sua invasão e vai ganhando todos os dias em latitude e intensidade, tendo feito já algumas vítimas.<sup>48</sup>

Também por recear uma “terrível e mortífera epidemia” nas obras do prolongamento da Baturité partiu num trem especial de Fortaleza, em outubro de 1879, o médico Rufino Antunes de Alencar, acompanhado do inspetor de saúde pública da província, em direção ao grande acampamento do Itapaí. Dessa vez era o alarme sobre dois possíveis

<sup>47</sup> Ofícios de 27/10/1878, Acarape, caixa 1, e de 27/03/1889, Baturité, caixa 4, Socorros Públicos, APEC.

<sup>48</sup> Ofícios de 27/10/1878, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, e de 31/07/1879, EFS, APEC.

casos de cólera morbus que chamava a atenção das autoridades. Após investigações, constatou-se se tratar de uma mera “cholerina”, “mais ou menos forte em consequência sem dúvida de indigestões sucessivas e desprezadas”. Alarme falso também seria o lançado em Fortaleza, em 1900, quando se desconfiou da invasão de uma epidemia de peste bubônica, um boato que surgiu quando ratos foram encontrados mortos num armazém de cereais chegados do Rio de Janeiro. Rodolfo Teófilo informou em *Seccas do Ceará* (1922) sobre o episódio: “Imagine-se o pânico de nossa população que vivia exclusivamente dos víveres importados que alimentava cerca de dez mil retirantes, que recebia diariamente do interior levar e levar de famintos.” Em 1919, o próprio Rodolfo Teófilo, com receios quanto à varíola que rondava a solta por estados limítrofes, orientava sobre a necessidade de se vacinar rapidamente o pessoal das obras contra as secas, oferecendo vacina gratuita ao Estado se fosse preciso. Em telegrama ao presidente da república, registrou:

Varíola invadindo o Ceará, há dez anos expurgada pela iniciativa particular, fará estragos horríveis como fez em 1878, matando mil pessoas por dia. Será grande crime protelar tão momentosa medida profilática, qualquer delonga será fatal.<sup>49</sup>

Uma elite assim suscetível ao medo de tantas doenças costumava atribuir ao comportamento dos próprios retirantes as causas dos males que eram as principais vítimas. O comerciante João Carlos da Silva Jatahy, num relatório escrito quando era comissário do distrito de Tijubana, em Fortaleza, em 1878, foi severo em suas considerações sobre os imigrantes, como se pode ler no trecho seguinte:

O aspecto do estado sanitário desta Província, com especialidade da Capital, é por demais assustador, como V. Exa. não ignora, onde grassa a biliosa e outras febres de mau caráter; a bexiga, a diarréia, a coqueluche e outras enfermidades, algumas das quais devido à incúria e desleixo dos próprios retirantes que tornam insalubre a própria residência onde, sem o menor escrúpulo, fazem sem asseio as necessidades corporais e assim pelas praças e ruas onde eles se acham. Gente rústica, indomável, sem o princípio de educação, são infrutíferos quaisquer esforços para fazê-los chegar ao menos a uma certa ordem de vida.<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Ofício de 17/10/1879 e anexos, IJJ<sup>9</sup> 189, Interior, AN. TEÓFILO, Rodolfo. *Seccas do Ceará (segunda metade do século XIX)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 79-80. Ofício de 11/11/1919 e anexos, Gifi 4B59, AN.

<sup>50</sup> Ofícios de 18/10/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

Jorrado da pena de um dos abolicionistas mais famosos do Ceará, é significativo que esse julgamento a respeito da “gente rústica, indomável e sem o princípio da educação” seja tão cético e ao mesmo tempo persecutório. Isso significa que Silva Jatahy não pensava ser possível qualquer meio suasório na intenção de dar “uma certa ordem de vida” aos sertanejos, o que implicava, para os padrões culturais das elites da época, na aprovação pura e simples da repressão sobre os doentes, vistos assim como elementos perigosos ao meio social.

O próprio saber médico, por sua vez, reiterava a suspeição sobre os costumes populares, orientando o policiamento sanitário pelos abarracamentos, mas também explicitavam certas condições deploráveis nas quais os retirantes encontravam-se. José Lourenço de Castro e Silva, que antes da seca havia sido “médico da pobreza” de Fortaleza, então encarregado do tratamento dos indigentes da Estrada de Ferro de Baturité, opinava nesse sentido que

o calor abrasador durante o dia e a umidade das noites, o abatimento moral dos indigentes, a alimentação insuficiente e de má qualidade que lhes tem sido distribuída ultimamente, a nudez, a falta de asseio são condições todas favoráveis ao desenvolvimento de qualquer epidemia.<sup>51</sup>

Na verdade, o tratamento que médicos e enfermeiros dispensavam aos retirantes na maioria das vezes não passava de providências de controle sobre a possibilidade de contágios, isolando aqueles que se constatava estarem doentes. Nas urgências diárias dos grandes abarracamentos – e também porque os pobres eram tradicionalmente desconsiderados como sujeitos dignos de maiores cuidados – inexistiam diagnósticos precisos que orientassem terapias eficazes sobre uma larga gama de doenças. Nessas condições, muitas vezes os sertanejos julgavam mais vantajoso esquivar-se dos socorros médicos para que não acabassem sendo arrastados para algum lazareto onde provavelmente ficariam entregues ao abandono de um leito, ao lado de outros doentes que poderiam lhes transmitir enfermidades ainda piores, sem poder contar sequer com os cuidados (esses sim mais eficazes) de entes queridos que ao menos procurariam lhes providenciar remédios a partir dos conhecimentos acumulados pela medicina popular.

Em tempos de epidemia de varíola, o socorro médico transmutava-se em algo parecido com uma guerra de guerrilha, com patrulhas comissionadas a identificar e recolher doentes, mesmo que precisassem usar da força para tanto. Mães escondiam seus filhos. Fazia-se de tudo para que as marcas da bexiga não denunciasses a doença. A própria vacinação

<sup>51</sup> Ofícios de 8/10/1879 e anexos, EFB, APEC.



constituía-se em ocasião para aflorar a resistência. Além do incômodo causado pela inoculação da vacina através do uso de lancetas cortantes, havia, como mostrou Sidney Chalhoub, profundas raízes culturais de uma tradição popular “vacinophobica”.<sup>52</sup>

Mas não era somente para a prevenção e cura de doenças que se estruturava o socorro médico nas obras. Outra função importante assumida pelos profissionais de saúde era o cuidado para com as vítimas de acidentes. Nas obras de construção do açude Lages um médico era solicitado por acontecerem ali “constantemente diversos desastres ocasionados pelo trabalho”. No prolongamento da Baturité, num dia de novembro de 1879, um sinistro envolveu um engenheiro, como se lê numa nota jornalística:

Um dos engenheiros do prolongamento da estrada de ferro, o Sr. Dr. Buarque, estando a consertar o fio telegráfico em um dos postes que pela curva ocupava o centro, aconteceu que, desprendendo-se o fio do poste que o segurava, procurando a reta, veio de encontro a face, produzindo-lhe um ferimento sobre o nariz, deitando-o a uma distância de 10 metros mais ou menos, donde resultaram diversas contusões. O Sr. Dr. Sampaio, médico da estrada, bem como o Sr. Dr. José Lourenço, que se achava no Acarape, prestaram ao ilustre doente os socorros de que necessitava.

Num tempo antes, um descarrilamento de trole carregado de trilhos provocaria ferimentos em pessoas que os jornais não julgavam assim tão ilustres: “Com o choque, uma criança que ia no carro foi atirada fora, morrendo instantaneamente”, registrou sucintamente o *Cearense* de 20 de agosto.<sup>53</sup>

Os socorros aos acidentados mostravam-se tão mais repetitivos por serem os operários um pessoal pouco experiente no lidar com alguns materiais perigosos manejados nas obras. Esse era o perfil dos tantos que se feriam ou mesmo perdiam a vida em acidentes com explosivos em pedreiras, aberturas de estradas, arrasamento de morros. E afinal perigosa era a própria convivência nos abarracamentos cujas aglomerações apenas intensificavam uma violência já característica do modo de vida sertanejo. Notícias de facadas, pauladas, emboscadas em beiras de caminhos envolvendo retirantes em acampamentos são abundantes nas fontes consultadas.

<sup>52</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 134-151. Ver também BARROS, Karla Torquato dos Anjos. “A varíola ficou morando na capital”: ideias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901). Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: UECE, 2011. Agradeço a Karla Torquato Barros por diversas e interessantes sugestões sobre a relação dos pobres com as campanhas de vacinação contra a varíola nesse período.

<sup>53</sup> Ofício de 4/01/1890, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC. *Cearense* de 20/08 e de 19/11/1879, Fortaleza, BN.

*O Pão*, jornal da agremiação literária Padaria Espiritual, geralmente lembrada pelo caráter jocoso de seus escritos, num de seus números renderia homenagem às vítimas dos tantos acidentes nas construções das linhas férreas com uma pequena história triste. Contava sobre um menino que todos os dias, quando via o trem passar apitando em frente à palhoça onde vivia com sua mãe viúva, corriam-lhe lágrimas pelo rosto, “expansão de seu pesar e ódio de coração infantil”. Seu pai, antigo feitor da turma de cavouqueiros, morrera soterrado, não tendo tido tempo de escapar do montão de morro que desabou após a explosão das dinamites.

Do morto alguns ossos apenas foram enterrados no mato, a poucos metros da Estrada, debaixo de uma latada, encimados por uma cruz, como uma ilusão para a pobre viúva que ia ali rezar às vezes, ao toque da Ave Maria...<sup>54</sup>

História triste... Faz lembrar que, ao lado de toda obra de socorros públicos, erguiam-se cemitérios abarrotados sinalizando que por ali teriam se abrigado os retirantes da última seca.

### 5.3 Ordenamento e resistência

O estranhamento aos serviços exigidos nas obras e as condições precárias de assistência ali encontradas eram fatores todos eles que concorriam para o desarranjo do regular andamento dos trabalhos. O ordenamento dos operários era, nessas circunstâncias, um desafio para engenheiros e condutores que lutavam pela permanência e frequência dos sertanejos de modo a tornarem viáveis os empreendimentos de construção durante os tempos de seca. Na batalha diária por normalizar os trabalhos, alguns engenheiros chegavam a ganhar notoriedade, sendo lembrados pela rigidez e pela dureza com que impunham a disciplina nos canteiros de obras. Carlos Alberto Morsing seria um desses de cuja condução dos trabalhos os retirantes “lançaram ruidosas reclamações”. Uma fama que compartilhou com o engenheiro do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, João Tomé Sabóia e Silva, de quem se dizia ser um “administrador de pulso”, distribuindo ordens a todos e cobrando para que os trabalhos da estrada fossem atacados com afinco.<sup>55</sup> Exigente também teria sido Domingos Rômulo da Silva Campos, engenheiro-chefe do açude Patos na seca de 1915. Sob sua direção, consta que os retirantes ficavam sob “a dolorosa contingência de abandonarem o trabalho, tal o rigor e a

<sup>54</sup> *O Pão da Padaria Espiritual* de 15/03/1895, Fortaleza, BN. Sobre a agremiação literária Padaria Espiritual, ver CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará, Col. Outras Histórias, 2002.

<sup>55</sup> SMITH, Herbert H. *Brazil...* Op. cit., p. 418. *A Pátria* de 14/12/1910, Sobral, BN.

pesada disciplina que preside o mesmo”. Um relato publicado em *A Lucta*, de Sobral, sobre os trabalhadores das obras daquele açude, assim registrava:

Estes pobres homens, mirrados e enfraquecidos por uma fome de dez meses, são ali obrigados diariamente, mediante o parco jornal de 1\$000, a 10 horas de trabalho insano à picareta, sob o rigor de um sol causticante e sobretudo mal comidos, mal bebidos e mal dormidos. Às 11 horas do dia uma sineta dá o sinal de suspender o serviço começado às 6 horas da manhã, partindo apressado o grupo de trabalhadores, cansados e esbaforidos, à casa do engenheiro a obter um cartão que lhe dá o direito de comprar no fornecedor há dois quilômetros de distância o necessário para preparar a primeira refeição. Esta, como não há tempo de ser feita ao fogo, compõe-se de farinha de mandioca e açúcar mascavo e, antes de o infeliz deglutir o último bocado dessa comida agreste e pouco saudável, a fatídica sineta lá está chamando-o com o sinistro sinal de recomençar o serviço ao qual eles obedecem com a obediência de um crente, com a resignação de um mártir e marcham sem um gesto de desgosto, sem um movimento de repulsa.

Sobre esse relato é de se estranhar que se diga que os operários seguiam para o trabalho obedientes – com “a resignação de um mártir” –, pois as evidências de atitudes bem menos cordatas são muitas sobre a reação que costumavam ter perante as ordens que recebiam nas obras. Mas a tônica geral da narrativa confirma as reclamações tantas vezes repetidas sobre a inclemência dos engenheiros, indiferentes aos sofrimentos dos sertanejos. O autor do relato de *A Lucta* questionava então se

Não seria muito mais patriótico e humano que se desse plena liberdade, que se facilitasse a esses infortunados o ganho desses miseráveis dez tostões que servem apenas para não deixá-los morrer de fome, submetendo-os a uma leve disciplina apenas para evitar a ociosidade que origina a anarquia do serviço?<sup>56</sup>

Na polêmica aberta pelo jornal *A Lucta*, estão presentes e contrapostos dois padrões possíveis para o ordenamento do trabalho numa obra de socorros públicos, um mais rígido com padrões produtivistas e indiferente às implicações negativas do trabalho sobre os operários, outro mais humanitário, considerando as condições em que se encontravam os retirantes das secas reunidos nas turmas de trabalhadores. Mas qualquer que fosse a tônica da direção nas obras (rígida ou humanitária) a demanda pelo disciplinamento das multidões de retirantes era invariavelmente considerado algo imprescindível para a execução dos trabalhos de construção. Sem isso, todas as frações das elites concordavam, uma obra de socorros públicos mergulharia necessariamente na “ociosidade” e “anarquia dos serviços”, pois era

<sup>56</sup> *A Lucta* de 10/11/1915, Sobral, BN.

ponto pacífico considerarem a imprevidência e a tendência à vagabundagem como um vício arraigado das massas sertanejas.

A formação das turmas de trabalhadores era a providência básica de toda e qualquer obra de socorros públicos. Eram em turmas que se executavam os mais diversos trabalhos nos canteiros de obras, desde os mais simples serviços de limpeza ou carregamento até as mais complexas tarefas envolvendo trabalhadores de ofícios altamente especializados sob a supervisão dos engenheiros. Nas estradas de ferro predominavam as turmas de movimentação de terra, formação de lastros, carregamento e assentamento de dormentes e trilhos, havendo também aquelas dos cavouqueiros abrindo os caminhos com explosivos e dos que serviam nas assim chamadas “obras de arte”, nas tarefas mais especializadas de construção de pontes e estações. Em açudes, havia uma maior proporção de turmas movimentando pás, enxadas e picaretas, carregando baldes, empurrando carrinhos de mão, limpando o terreno e compactando o solo nas rampas dos sangradouros. Em centros urbanos, as turmas tendiam a ser mais diversificadas, havendo tanto as designadas para a construção de prédios, calçamentos de ruas e praças, abertura de estradas vicinais, quanto as organizadas para a limpeza da cidade, construção de palhoças, carregamento de corpos e sepultamentos, extração, produção e transporte de pedras, tijolos, telhas e madeiras para as diferentes obras simultaneamente ativas. Praticamente em todos os centros de trabalho formavam-se turmas de pedreiros, marceneiros e ferreiros.

Era como membro de uma turma que o imigrante da seca ganhava certa identificação aos olhos dos administradores e o direito aos socorros e aos salários pelos serviços prestados. Primordialmente a formação das turmas de trabalhadores respondia à necessidade de se operacionalizar as complexas relações hierárquicas requeridas no interior das obras.

Através de um documento redigido por José Privat, quando era engenheiro da Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, ficamos sabendo um pouco sobre o que um idealizador de uma grande obra de socorros esperava dessas turmas. No sentido de constituir uma ordem de trabalho para o “bom andamento das obras”, José Privat traçou um plano para o cotidiano dos serviços da estrada de ferro: um verdadeiro código disciplinar feito para controlar o trabalho dos retirantes. O seu plano falava no emprego de 2.400 operários, divididos em oito grupos de 300 homens. “Cada grupo terá um administrador e um apontador-escrevente e será subdividido em 5 turmas de 60 homens cada um, dirigido por um feitor”. Da obediência e harmonia no trato para com administradores, apontadores e feitores dependeria o

bom andamento dos trabalhos. Seriam eles que fariam, na lida diária, a distribuição das rações aos retirantes. Mas para garantir a ordem, o engenheiro Privat propunha ainda a criação de uma “polícia de cada abarracamento”, composta por dez homens de confiança “tirados entre os trabalhadores”. No plano daquele engenheiro, as regras de conduta para cada trabalhador expressavam o combate à indisciplina e às desordens. Inventários, horários controlados, a presença policial, feitores, regras universalmente conhecidas e, no alto de todo o aparato, os engenheiros – todos esses elementos voltados para manter ordem e controle no trabalho com base na hierarquia.<sup>57</sup>

Sendo os serviços públicos durante as secas um espaço de concentração de centenas – e muitas vezes milhares – de operários provenientes dos mais diversos recantos, a formação das turmas de trabalhadores tornaria viável o controle sobre os horários, a frequência, o ritmo de atividade e a conduta de trabalhadores anônimos, cuja quantidade tornava impossível aos engenheiros exercerem sobre eles sua tutela direta. Uma vez colocados sob a autoridade de um chefe, de um apontador, de um feitor, passando esses a conhecer a cada um de seus subordinados, se faria possível a transmissão de ordens, o zelo pelo cumprimento das tarefas, a distribuição e o recolhimento de ferramentas, o cuidado para que os indivíduos não viessem a burlar o controle na hora do pagamento e da distribuição de comida. Esse estabelecimento de papéis hierárquicos, como observou o economista Stephen Marglin, mais que uma exigência técnica de produção, era uma forma de “despojar o operário de qualquer controle”, dando aos condutores das tarefas “o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir”.<sup>58</sup> Além disso, em turmas ocorria aquele efeito de emulação que Karl Marx analisou em *O capital*, observando a importância da cooperação no aumento da produtividade e diminuição das disparidades entre os ritmos de cada trabalhador individualmente:

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolvem quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo.<sup>59</sup>

<sup>57</sup> Ofício de 12/03/1878, EFB, APEC.

<sup>58</sup> Cf. MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In. GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 41.

<sup>59</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 259.

Experiências de trabalho em construções de estradas, diques, canais e ferrovias estudadas por historiadores em diferentes países e períodos constataram uma grande coesão interna comumente existente entre os operários na execução de tarefas em turmas. A repetição de movimentos complementares coordenados ao longo do tempo tendia a criar certa intimidade entre os membros da turma que alimentavam uma preferência por sempre executar os serviços com os mesmos parceiros. David Montgomery, fazendo referência a turmas de trabalhadores comuns (*common laborers*) nos Estados Unidos, relatou casos de operários que erguiam cargas em pares e “se tornavam tão acostumados aos movimentos uns dos outros que não precisavam de comunicação verbal para coordenar seus esforços”. Jan Lucassen, por sua vez tratando de turmas de trabalhadores sazonais atuando em obras de construção de diques nos Países Baixos, mostrou como os empregadores desenvolveram uma estratégia de concorrência entre as turmas de construtores oferecendo prêmios às que primeiramente completassem o trabalho, estimulando dessa forma certa expertise dos operários que, para obterem vantagens na concorrência do mercado de trabalho, buscavam executar um serviço mais rápido e de maior qualidade que o da turma concorrente.<sup>60</sup> Era também para tentar envolver os trabalhadores numa ordem de trabalho favorável aos desígnios dos engenheiros que nas obras de socorros públicos formavam-se as turmas de operários.

No levantamento feito durante esta pesquisa, encontrei o caso de duas turmas que se dirigiram a um engenheiro das obras públicas de Sobral, durante a seca de 1889, para requerer autorização para trabalharem aos domingos, provavelmente visando assim majorar seus ganhos em salários e rações.<sup>61</sup> Mas atitudes como essas – demonstrativas de certa integração aos códigos do trabalho – eram raras, perdendo-se em meio a inúmeras informações sobre dispersão, desobediência e o “corpo-mole” que parecem ter sido muito mais característicos da conduta dos retirantes das secas nas turmas de operários.

Na realidade, todos esses planos disciplinares traçados pelos condutores das obras não devem ser considerados como um retrato fiel sobre as experiências cotidianas de trabalho. São tão somente *projetos* de um controle que, na prática, haveriam de dialogar com as

<sup>60</sup> Cf. MONTGOMERY, David. *The fall of the house of labor*. The workplace, the state, and American labor activism, 1865-1925. New York and Paris: Cambridge University Press and Editions de la Maison des sciences de l’homme, 1989, p. 89. LUCASSEN, Jan. The other proletarians: seasonal labourers, mercenaries and miners. *International review of social history*, vol. 39, supplement S2, 1994, p. 181.

<sup>61</sup> Telegrama de 31/03/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

condições contrapostas pelos diversos sujeitos envolvidos no dia a dia dos serviços.<sup>62</sup> Resistindo ao cumprimento de tarefas consideradas indignas ou degradantes, desobedecendo a ordens julgadas injustas ou autoritárias, até mesmo quando o antagonismo expressava-se através da recusa silenciosa ou do esperto gesto dos que se passavam por ignorantes para deliberadamente “não entender” o que os superiores estavam dizendo, os operários das secas moldavam suas próprias expectativas sobre o que haveria de prevalecer durante as jornadas. Provocavam, desse modo, o desvio das intenções originais de ordem no trabalho. Diferentemente das turmas de operários estudadas por D. Montgomery e J. Lucassen, por exemplo, os agrupamentos de retirantes do semiárido brasileiro não vislumbravam com o seu labor inserir-se em algum mercado de trabalho, não havendo, portanto, muitos estímulos positivos a encorajar o esforço no cumprimento das tarefas das obras de socorros públicos. A convicção geral dos retirantes das secas era, pelo contrário, a de que “ninguém se mata em obra do governo”.

Sem que se pudesse contar com a adesão espontânea dos retirantes aos códigos de trabalho que eram impostos nas obras de socorros públicos, o uso da coerção da força tornou-se um recurso disciplinar complementar no cotidiano das turmas de trabalhadores. Durante a seca de 1877-79 jornais como *Echo do Povo* (de Fortaleza) e *A Ordem* (de Baturité) estampavam em suas páginas denúncias de punições e violências praticadas por engenheiros da Estrada de Ferro de Baturité contra os operários. Numa das matérias lia-se que

Cada engenheiro é um Suserano da linha, que trata o público, especialmente os trabalhadores e empregados, como escravos, sendo obrigados a levantarem-se quando passam, chapéus na mão e olhos cravados no chão em sinal de obediência absoluta.

Dizia-se de casos de “chibateamentos”, de um “duro trato de escravo” que aos retirantes era infligido e que os engenheiros convertiam-se “em senhores de seu corpo e de sua liberdade”. Caso extremo teria sido o de Julius Pinkas, acusado de organizar incursões orgiásticas pelos acampamentos dos trabalhadores. Segundo uma das denúncias, seria ele responsável pela “profanação do pudor das virgens nas penitenciárias da via férrea sob o título de abarracamentos”.<sup>63</sup>

<sup>62</sup> Cf. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

<sup>63</sup> *Echo do Povo* de 9/07 e 16/07/1879, Fortaleza, BPGMP.

Um sistema de multas rigoroso ao extremo também configurava aquele regime de trabalho. Segundo uma denúncia anônima publicada em *Echo do Povo*, o operário que não estivesse alistado no dia primeiro do mês não era relacionado nas folhas de pagamento, “ainda trabalhando 15, 20 ou mais dias”.

Aqueles que, trabalhando 26 dias, perdem um, por moléstia ou outro motivo, perdem metade do salário de todo o mês; outros que, fatigados, sentam-se para descansar um ou dois minutos são multados em metade dos salários e às vezes em todo; outros, finalmente, por tolas alterações que têm entre si, incorrem na mesma multa.<sup>64</sup>

Uma ordem disciplinar imposta assim de modo tão rígido e severo já surgia de uma determinada percepção que engenheiros e supervisores tinham a respeito dos padrões comportamentais dos sertanejos. Julgados como pretensos à preguiça, suspeitos de incorrerem em subterfúgios para driblar as regras quanto a horários e postura ordenada, os operários teriam de sentir o peso das punições para que aprendessem a trabalhar de modo regular. Acontece, porém, que para os próprios operários, multas e punições não combinavam com o que pensavam ser apropriado para um serviço acionado como recurso para o socorro. Encaravam, dessa maneira, como abusivos os descontos que recaíam sobre os seus já deprimidos salários. Foi para reclamar contra esses descontos abusivos que três operários do açude Tucunduba procuraram a redação de *A Lucta* em 1915, quando teriam declarado:

Nós vem do Açude Tucunduba, onde fumos tratados cuma bicho bruto. Aquilo não é lá oxílio pus famintos, é um trumento. A gente ganha 1\$200 pur dia, nos dão um vale de \$950 pra comprá gêneros no fornecedor e os chefes dos serviços fica com o resto pra mode dá no fim do mês. Se a gente não arrisiste o trabaio cuma num arrisistimos e larga o serviço antes do fim do mês num arrecede nenhum vintém daquele dinheiro que tava ajuntando na mão do dr., cuma cada um de nós deixou lá um bocadão.<sup>65</sup>

A repetida presença das armas de fogo nos canteiros de obras demonstra que a exibição do poder físico era um recurso disciplinar comum. Uma encomenda feita à casa comercial Amaral & Filho listava a compra de 60 rifles, 25 carabinas, 70 apitos e um revólver para as forças sob o comando do engenheiro Julius Pinkas. Já uma notícia de *A Ordem*, de Baturité, informava que num hospital daquela cidade havia sido recolhido um dos

<sup>64</sup> *Echo do Povo* de 7/08/1879, Fortaleza, BPGMP.

<sup>65</sup> *A Lucta* de 12/01/1916, Sobral, BN.



trabalhadores da 2ª seção da linha férrea, “ferido em uma coxa por uma bala de revólver, casualmente disparada”.<sup>66</sup>

Um registro fotográfico, pertencente ao acervo do Museu da Imagem e do Som de Fortaleza, mostra uma turma de assentadores de dormentes em plena atividade, sob os olhares atentos de um supervisor, talvez um engenheiro (não se pode dizer com certeza) – situado à direita da foto (em primeiro plano, de terno branco) – e de uma grande quantidade de curiosos, na maioria mulheres e crianças bem-vestidas, protegidas da insolação por suas sombrinhas. Enquanto a maioria dos operários aparece carregando dormentes nos ombros ou debruçados, ajustando o assentamento dos mesmos, alguns homens circulam pelo perímetro entre os operários e o público. Alguns desses aparentemente carregam algum objeto a tiracolo, talvez uma arma. Situado mais à esquerda na foto, em primeiro plano, ali está um deles.

**Figura 3 – Turma de assentadores de dormentes**



Fonte: Museu da Imagem e do Som, Fortaleza. Sem data definida.

Era flagrante a analogia entre a formação das turmas de trabalhadores das obras de socorros públicos e a organização dos planteis de escravos das grandes lavouras brasileiras.

<sup>66</sup> *Echo do Povo* de 18/01/1880, Fortaleza, BPGMP. A *Ordem* de 21/09/1879, Baturité, BN.

Podemos imaginar os efeitos psicológicos para os pobres do sertão submetidos a esse regime de trabalho onde a supervisão de feitores, a distribuição da comida condicionada ao cumprimento das tarefas e a ameaça de armas de fogo constituíam prática cotidiana. Segundo a análise de Karl Marx sobre o modo de produção capitalista o assalariamento é um regime contraditório porque supõe a existência de trabalhadores livres, mas que só podem sobreviver vendendo a sua força de trabalho como uma mercadoria para algum capitalista. São, portanto, trabalhadores livres subjugados a um regime de trabalho coagido por pressões de ordem econômica. Numa turma de operários de uma obra de socorros públicos esse regime de trabalho baseava-se ainda em outros elementos – não só de ordem econômica – que complementavam o sentido da expressão reveladora usada pelo autor de *O Capital*: “escravidão assalariada”.<sup>67</sup>

Tratados “como se fossem escravos”, os operários das secas nutriam, por seu turno, uma forte hostilidade aos que exerciam papéis de autoridade nas obras. Estigmatizados em sua condição de miseráveis, devolviam os maltratos sofridos através de gestos ameaçadores, velados ou não, que os faziam ser vistos como elementos perigosos, os quais não mereciam confiança. Quando operários da construção do tronco ferroviário de ligação entre Sobral e Fortaleza procuraram a redação de *A Lucta* durante a seca de 1919 para denunciar que “fiscais ali andam ostensivamente armados de revólveres e por qualquer coisa ameaçam o infeliz operário faminto e trucidado com um trabalho forçado”, um jornalista clamou pela intervenção da polícia a quem julgava que caberia cumprir com

um de seus mais nobres deveres, substituindo os revólveres dos fiscais por lápis, com que eles anotem as faltas dos trabalhadores para serem julgadas com os meios suasórios e nunca pelo terror que julgamos fulminado pelo benemérito 13 de maio.

---

<sup>67</sup> Cf. MARX, Karl. *O capital...* Op. cit., principalmente o capítulo cinco: “O processo de trabalho e o processo de valorização”, p. 149-163. Na verdade, a expressão “escravidão assalariada” é de autoria de F. Engels, em nota explicativa de um texto de Marx. Deste propriamente é o trecho seguinte: “O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra. O operário livre, pelo contrário, vende-se a si mesmo, e além disso por partes. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe dos capitalistas.” MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 13.

Acontece que, quando um delegado intimou o engenheiro residente da linha a prestar esclarecimentos sobre o caso, este alegou que seus homens “fiscalizam trabalho há 10 quilômetros fora da cidade”, o que via como uma justificativa para conservar os fiscais armados, pois precisava controlar os seus trabalhadores. Não obtendo apoio, porém, da autoridade policial sua reação não foi outra senão declarar que ou desrespeitava as ordens policiais ou dispensava “200 operários que lhe não mereciam confiança”.<sup>68</sup> Infelizmente não foi possível apurar o desdobramento que teve esse impasse, mas pelo próprio dilema vivido pelo engenheiro da via férrea ficamos sabendo um pouco mais acerca das características daquela modalidade de trabalho praticada em obras de socorros públicos. Tendo poucos recursos de convencimento para tornar o trabalho aceitável, os engenheiros encaravam os trabalhadores como sujeitos perigosos, nos quais não se podia confiar. E dessa forma os condutores dos serviços usavam do domínio da força quando queriam manter os operários na linha.

Quando o diretor das obras públicas de Acaraú ia pela localidade de Cacimbas em um dia durante a seca de 1889, uma cena lhe chamaria a atenção. Os operários de uma turma liderada pelo feitor João Francisco de Souza encontravam-se todos sentados. Momentos depois, passando novamente por ali, continuavam ociosos os mesmos trabalhadores. Ficou sabendo então que o próprio condutor das obras os havia dispensado antes das nove horas da manhã, o que provocou seu protesto contra uma atitude que julgava prejudicial à fazenda nacional.<sup>69</sup> Um fato tão ordinário, aparentemente sem importância, revela um traço característico das contingências de organização numa obra de socorros públicos: sendo a formação das turmas de operários um recurso para o ordenamento dos serviços, estas mesmas, sob certas circunstâncias, podiam agir no sentido de desarranjar os planos de regular andamento dos trabalhos.

Não era rara a insubordinação nas turmas de operários. Ao iniciarem as atividades do prolongamento da Baturité em 1878, formaram-se turmas de retirantes pelos distritos de Fortaleza que, ao chegarem aos locais de trabalho, recusavam-se coletivamente a permanecer no serviço da estrada, para o que eram convencidos pelos próprios chefes de turma. Era também sob a orientação e proteção de chefes que grupos de carregadores enfrentavam policiais e trabalhadores da pedreira do Mucuripe, em Fortaleza, quando insistiam em desviar

---

<sup>68</sup> *A Lucta* de 3/12 e 10/12/1919, Sobral, BN.

<sup>69</sup> Ofício de 27/04/1889, Acaraú, caixa 1, Socorros Públicos, APEC.

a regra de cada retirante somente poder carregar uma pedra a cada percurso que fazia. Em outro momento, quando os administradores do abarracamento do Alto da Pimenta, em Fortaleza, quiseram formar novas turmas para o serviço de transporte de barro até uma igreja em construção, “muitas mulheres de diversas seções não quiseram sujeitar-se ao trabalho”.<sup>70</sup>

A formação das turmas de trabalhadores promovia a reunião de uma corporação de pessoas que encontravam em seu expressivo número e no poder de ação coletiva um precioso meio para se contraporem aos seus superiores. Quando desejavam algo, uniam-se em grupos e faziam pressão diretamente sobre os engenheiros. Algo dessa ordem ocorrera, por exemplo, nas obras do quartel do 15º Batalhão de Infantaria, em 1878, conforme registrou em ofício o engenheiro Carlos Eduardo Pierrelévré:

Os indigentes socorridos pelo Estado e que trabalham nas obras do quartel como serventes acabam de, em número de 38, apresentarem-se a mim neste instante, 7 horas da noite, com o fim de reclamarem acerca de suas rações de carne seca que receberam hoje no Meireles e que vieram mostrar-me; e como eu tenha verificado que a carne estava efetivamente podre, cumpre que V. Sa. leve esse fato a presença de V. Exa. o Sr. presidente da província a fim de que V. Exa. saiba por que modo está se pagando a homens que trabalham desde as 6 horas da manhã às 4 horas da tarde.<sup>71</sup>

A formação das turmas de trabalhadores gerava uma situação em que os imigrantes viam-se defrontados diretamente com uma “reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho” que, nas palavras de Edward P. Thompson, implicava na emergência de “novas disciplinas, novos estímulos e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem”. Nessa condição mutável de pessoas que se inseriam no universo industrial-capitalista provenientes de uma “cultura de origem” camponesa, a forma como se comportavam, acrescentava o historiador Herbert G. Gutman, “era moldada pela interação entre aquela cultura e a sociedade particular na qual se inseriam”.<sup>72</sup>

Ainda que uma obra de socorros públicos estivesse longe de ser um modelo perfeito de instituição disciplinar, as jornadas de trabalho ali poderiam exigir pesados esforços dos trabalhadores. O dia de serviço começava cedo, pelas cinco ou seis da manhã, estendendo-se por oito, dez ou até mais horas de labor intenso, sob sol escaldante e com os

<sup>70</sup> Ofícios de 23/08/1878 e s/d., Distritos de Fortaleza, caixa 21, e de 18/08/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

<sup>71</sup> Ofício de 19/11/1878 e anexos, Obras Públicas, APEC.

<sup>72</sup> THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum...* Op. cit., p. 269. GUTMAN, Herbert G. *Work, culture & society...* Op. cit., p. 18.

operários mal alimentados. Nos meses que antecediavam as chuvas do inverno o ritmo e a intensidade dos serviços aumentavam ainda mais para que a estrada não ficasse incompleta ou as enxurradas não viessem a prejudicar os trabalhos feitos no reservatório. Segundo Abelardo dos Santos, engenheiro do açude Tucunduba em 1915, havia um mês que ali se trabalhava “desde seis horas da manhã às duas da madrugada” para “fazer 16.000 metros cúbicos de parede barrar o leito de um rio”.<sup>73</sup>

Jornadas extensas de um trabalho pesado não era algo em si desconhecido dos sertanejos. Afinal de contas, as próprias condições ecológicas do semiárido impunham mesmo aos mais bem estabelecidos lavradores a necessidade de grandes cuidados na preservação das plantações. O que figurava opressivo aos retirantes era o fato de as atividades das turmas de trabalhadores serem executadas como tarefas massificadas, parceladas, repetitivas, e portanto desconcertantes a quem tinha por hábito um cotidiano de trabalho autônomo e polivalente. Até o simples serviço de corte de madeira nas matas do Cocó a serem usadas na construção das palhoças parecia opressivo quando feito por um exército de 600 homens dedicados o dia inteiro a cortar, enfeixar e transportar volumes indefinidos de galhos, cujos destino e aplicação estavam sob a decisão do condutor das turmas e não dos que executavam as tarefas.

Além disso, algumas turmas estavam sujeitas a serviços particularmente extenuantes, perigosos e mesmo degradantes. Em Fortaleza, apenas os mais indiferentes eram capazes de se engajar nas turmas de carregadores de cadáveres até o cemitério da Lagoa Funda, durante o auge da epidemia de varíola em 1878, tarefa executada por homens embriagados de cachaça. E o que não dizer sobre os “carros puxados a homens” usados pela comissão de socorros de Sobral para – por longo, quente e arenoso trecho de estrada – sanarem a falta de animais para o transporte de gêneros desde o porto de Acaraú? No mesmo porto de Acaraú para a confecção da barragem durante a seca de 1889 homens carregavam pesados sacos de barro e fincavam estacas de carnaúba no leito dos rios que formavam a barra com água pela cintura ou até o pescoço, podendo a qualquer hora serem arrastados pela força das correntezas. Sempre que se necessitava fabricar cal ou blocos cerâmicos, algumas turmas de trabalhadores eram obrigadas a expor seus corpos às elevadas temperaturas dos fornos. E, quanto aos que trabalhavam nas pedreiras, o perigo era constante quando se expunham aos explosivos e ao desabamento dos blocos de pedra; na sua linguagem épica, o escritor Ferreira

---

<sup>73</sup> A *Lucta* de 19/01/1916, Sobral, BN.

de Castro descreveu os cavouqueiros como “uma das mais agrestes, das mais violentas e terríveis profissões”<sup>74</sup>

Em todas essas situações encontráveis nas obras de socorros públicos as turmas de trabalho tornavam-se uma unidade de articulação fundamental para os retirantes. Afinal de contas, trabalhar com gente de sua confiança fazia toda a diferença quando as tarefas eram sacrificantes. A solidariedade de grupo era, naquele contexto, um dos recursos básicos que os operários dispunham para barrar o poder (em certos casos, despótico) de seus superiores. Sendo facilmente substituíveis quando isolados, os retirantes logo descobriam que ganhavam força quando se uniam aos parceiros de trabalho. E de fato a grande coesão interna, pode-se assim dizer, era uma característica inerente à experiência de trabalho em turmas. Como assinalou David Montgomery: para os trabalhadores comuns “tanto para obter empregos quanto para sobreviver neles era preciso companheirismo, parentesco e união”.<sup>75</sup>

Por estarem sujeitos a sanções que podiam implicar em desligamento da obra e, dessa forma, na suspensão do próprio socorro indispensável, não era sempre que os operários das secas expressavam abertamente seus sentimentos de rejeição ou de revolta. Eram assim levados a forjar meios disfarçados de resistência somente possíveis numa ordem de articulação que preservasse o descontentamento em segredo, baseando-se por isso num alto nível de confiança entre os membros do grupo. A historiadora canadense Ruth Bleasdale, abordando conflitos envolvendo turmas de escavadores de canais compostas por imigrantes irlandeses em seu país em meados do século XIX, mostrou como as lutas operárias no dia a dia dos trabalhos daquela gente tinham como núcleo fundamental a formação de “sociedades secretas”, notáveis por sua “eficiência e mesmo sofisticação de organização” que, “ainda que não inseridas numa estrutura formal do movimento operário”, eram meios de “organização de uma resistência sustentável”.<sup>76</sup> No caso dos retirantes brasileiros não há evidências de articulações do tipo, mas é patente que seu antagonismo tenha tido por base igualmente articulações informais eficazes nos conflitos suscitados no cotidiano de trabalho.

Daí porque, para os trabalhadores, era de particular importância poder compor as turmas ao lado de parentes e amigos. Daí também porque os condutores das obras buscassem

<sup>74</sup> Cf. TEÓFILO, Rodolfo. *Varíola e vacinação no Ceará*. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904, p. 13, 27-28. Ofício de 5/12 e 14/12/1877, Sobral, caixa 15, e ofício de 25/07/1889, Acaraú, caixa 1, Socorros Públicos, APEC. CASTRO, Ferreira de. *A epopeia do trabalho* (com desenhos de Roberto Nobre). Lisboa: Renascença, 1926, p. 47-48.

<sup>75</sup> MONTGOMERY, David. *The fall of the house of labor...* Op. cit., p. 88.

<sup>76</sup> BLEASDALE, Ruth. Class conflict on the canals of Upper Canada in the 1840s. *Labour/Le Travail*, 7, Spring 1981, p. 29.

desfazer essas articulações plebeias potencialmente subversivas. A escolha sobre a formação das turmas de operários tornava-se, desta feita, objeto de disputa entre retirantes e administradores das obras, com cada parte interessada em imprimir sua marca na organização do agrupamento. É o que se depreende de um episódio ocorrido nas obras do prolongamento da Baturité, quando um grupo de trezentos retirantes foi enviado de Fortaleza para trabalhar na 2ª seção da estrada. Ao ali chegarem, apresentaram-se para o trabalho apenas cem homens, “havendo os outros retirado-se logo depois da distribuição da roupa”. Aqueles que permaneceram nas obras ainda “impuseram ao engenheiro a condição de serem empregados com os seus feitores em um mesmo local e serviço”. “Em vista da necessidade que tinha de braços”, a reivindicação dos trabalhadores teve de ser atendida, apesar de isso contrariar os princípios projetados pelos condutores da obra para a execução dos trabalhos, pois, “havendo na linha feitores experimentados, a estes devem ser entregues de preferência os trabalhadores e não a indivíduos que nenhuma prática têm do serviço”.<sup>77</sup>

Os papéis representados por feitores, apontadores e chefes de turma eram estratégicos nesse contexto. O abrandamento na intensidade das tarefas, a proteção de indivíduos passíveis de punições ou até a “vista grossa” sobre pequenas infrações podiam depender de quem viesse a assumir esses cargos intermediários na hierarquia dos centros de trabalho. Em momentos de disputas mais acirradas alguns supervisores assumiam posturas abertamente hostis às autoridades, como no caso do chefe da turma 15ª do distrito de Tijubana, em Fortaleza, acusado de desacatar o comissário João de Souza Pinto por este “não consentir que algumas pessoas com quem ele se tinha combinado defraudassem os gêneros do governo, recebendo duas, três e mais rações”. Num tempo em que atos de insubordinação se multiplicavam, dizia aquele comissário (visualmente afetado por ter sido atingido em sua autoridade) que:

Em cada chefe de turma se encontra um sultão; todos querem mandar no que não lhes compete e não querem ser mandado, o que muito tem concorrido para os roubos que diariamente ali se dão. São raros os que cumprem o seu dever.<sup>78</sup>

Um permanente jogo de forças, como se se tratasse de uma disputa de queda de braços, opunha assim trabalhadores e administradores nos momentos em que as turmas eram alistadas, com suas atribuições quanto a quantidades de trabalhadores, tarefas a cumprir e as

<sup>77</sup> Ofício de 20/07/1879, EFB, APEC.

<sup>78</sup> Ofício de 15/02/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

funções de liderança. Em abril de 1889, na presença de uma multidão de pessoas que o aguardava na estação ferroviária de Granja – “para se convencer de minha vinda” –, o engenheiro José Estácio de Lima Brandão teve de ceder à pressão da aglomeração de famintos, alistando na mesma noite em que chegou 29 turmas de vinte operários para trabalharem no dia seguinte, a partir das 6 horas da manhã, no calçamento de uma estrada da cidade, “única obra que podia empregá-los de chofre”. Como os emigrantes eram muitos o engenheiro teve de improvisar, empregando turmas “em dias alternados, isto é, fazendo trabalhar metade em um dia e metade em outro”.<sup>79</sup> Nessas circunstâncias, dificilmente um engenheiro tinha como ser seletivo no ato do alistamento. Certamente não eram essas as condições mais desejáveis para os que dirigiam as obras públicas. Por outro lado, era exatamente nesses momentos em que a ordenação mostrava-se mais frágil que muitos retirantes se aproveitavam para obter certas vantagens. O antigo engenheiro do DNOCS, Paulo de Brito Guerra, contou bem humorado sobre uma dessas ocasiões em que, na fila do alistamento, era chegada a vez do candidato dizer o nome, mas este permanecia calado e um tanto desconcertado: “Seu nome?”, insistiu o agente alistador. “Estou pensando para não dizer uma besteira!”

Acontece que muitos tentavam alistar-se duas, até três vezes, com nomes diferentes. Quando eram descobertos, já tinham dado uma “cabeçada” em cada fornecedor. A “besteira” deveria ser o seu próprio nome.<sup>80</sup>

Para evitar situações como estas, o médico José Lourenço de Castro e Silva achava por bem, como primeira medida administrativa ao tornar-se comissário do distrito do Meireles, em 1878, “chamar a seus postos empregados honrados e diligentes” que era uma forma de poder sanar a anarquia que julgava reinar no abarracamento, onde havia alistamentos “em todo falseados” com as turmas de trabalhadores “compostas na quase sua totalidade de retirantes domiciliados em outros distritos”. Num momento durante aquela mesma seca em que crescia o número de retirantes que abandonavam os serviços de socorros em Fortaleza, despertando isso o temor das autoridades pela perda do controle sobre as turmas de trabalhadores, o comissário João da Silva Menezes se viu na peleja de ter de enxugar o número das turmas no distrito do Alto da Pimenta, compondo grupos de cem operários e “dissolvendo as turmas menores de semana em semana para completar as demais,

<sup>79</sup> Offício de 23/04/1889, Granja, caixa 9, Socorros Públicos, APEC.

<sup>80</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977, p. 37.



dispensando imediatamente os respectivos Chefes”.<sup>81</sup> Pelo tom do ofício, o comissário parecia estar enfrentando resistências em remanejar assim os retirantes. Mas a centralização de uma maior quantidade de operários dispostos sob o comando de uma menor quantidade de chefes era a maneira que naquele momento se encontrava para se aprimorar a fiscalização sobre os imigrantes das secas. Eram essas algumas medidas – dentre muitas outras – que visavam fazer com que o pessoal das turmas de trabalhadores, sobretudo chefes de turmas e feitores, findasse alinhado aos interesses dos comissários de socorros e engenheiros.

Mas para se conquistar a regular disciplina dos operários, além da escolha de auxiliares confiáveis era necessário que esse pessoal fosse capaz de impor o “devido respeito” aos retirantes. Esse era o pensamento do comissário João Francisco Sampaio que alertava o presidente da província que, ao oferecer apenas 30 mil réis mensais como pagamento a um administrador, o Estado não encontraria “pessoa que se faça respeitar pelos emigrantes com uma inteligência mais ou menos esclarecida e com atividade, como exige as circunstâncias”. Um chefe de turma, pensava ainda aquele comissário, precisava demonstrar distinção, como uma espécie de exibição de poder simbólico, para que não terminasse desmoralizado aos olhos dos sertanejos. Mas, em tempos de seca, nem sempre era fácil encontrar pessoas qualificadas com esse perfil.

Tenho empregado nos lugares de chefes de turmas artistas pobres onerados de família que na calamidade por que passa esta província estão reduzidos a esmolar a caridade pública, por lhes faltar o trabalho. (...) De mais, os emigrantes chefes de turma quase sempre têm pouca força moral para chamar os trabalhadores ao cumprimento de seus deveres, já pela sua condição de retirantes, já muita vez pelas relações que com eles entretém.<sup>82</sup>

De fato, existia nos tempos de seca uma pressão niveladora da miséria que se revelava constrangedora aos espíritos mais aristocráticos. O médico José Lourenço de Castro e Silva registrou que “existem no distrito a meu cargo famílias de fina educação que foram ricas e cujos chefes ocupam hoje lugares de chefes de turma, inspetores de famílias e alguns carregam pedras do Mucuripe!”.<sup>83</sup> Para não terem de chegar ao extremo de precisar pegar

<sup>81</sup> Ofícios de 8/07/1878 e 27/02/1879, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

<sup>82</sup> Ofício de 1/02/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

<sup>83</sup> Ao que acrescentava ainda: “Donzelas, que trajaram seda e hoje consideram-se felizes quando das mãos do comissário recebem uma saia de chita e uma camisa de madapolão que mal lhe cobrem os lindos colos!! Crianças às quais nunca faltaram de tenras mães e todas as comodidades da vida e hoje na orfandade e na pobreza comem com prazer o feijão da caldeira!!! Velhos que acostumados em suas fazendas a contemplar suas criações e lavouras, bebendo uma boa chávena de chá, fumando os seus cigarros, hoje tristes e taciturnos, sentados ao chão, deslizando-se-lhes pelas bronzeadas faces tristes lágrimas, comem com a mão o mal tratado

num cabo de picareta, pessoas que se julgavam qualificadas, por serem levadas pela miséria a implorar o socorro do governo, tendiam a querer se engajar nas obras ocupando cargos de supervisão. Acostumados a mandar, buscavam preservar nos canteiros de obras alguma parte dos privilégios a que estavam acostumados. Era esse o caso dos irmãos Tertuliano Lopes de Souza e Manuel Cordeiro de Souza que, com suas famílias e criados, encontraram-se na seca de 1878 “na obrigação de esmolarem o pão cotidiano”. Alegando que dispunham antes da calamidade de alguma fortuna – “porém tendo acabado tudo com a seca” –, chegaram ainda a se esforçar para “alcançarem o pequeno emprego de Chefes de turmas”, mas como não encontraram em Fortaleza nada condizente a seus *status*, optavam por emigrar para o Rio de Janeiro.<sup>84</sup>

Para condutores e engenheiros, era mesmo estratégico empregar esses decadentes potentados do sertão em funções de supervisão nas obras, pois assim podiam se valer de tradicionais laços de dependência para reduzir agitações entre os operários. Dependendo das circunstâncias, turmas inteiras já chegavam praticamente formadas às obras ou, como ocorreu na povoação do Paço Imperial, distrito de Camocim, em 1889, toda a localidade se preparava, indicando obras e condutores e deixando ao governo somente o encargo do fornecimento dos socorros.<sup>85</sup> Podia, no entanto, acontecer de engenheiros evitarem o alistamento desse pessoal justamente para que não precisassem ter de dividir seu poder na direção dos trabalhos. Uma das reclamações feitas pela imprensa local sobre alguns responsáveis por serviços a cargo da Comissão de Obras Novas contra as Secas, em 1915, recaía exatamente no fato de não quererem os engenheiros “prestar o mínimo benefício à classe média que, não afeita ao rude trabalho de picareta, ali só a muito custo um ou outro consegue o lugar de feitor”. Os engenheiros entravam então em choque com reticuladas articulações de poderes tradicionais. Quando Abelardo dos Santos, ao assumir a direção das obras do açude Tucunduba em 1913, deliberou pela demissão de alguns administradores em razão do que dizia ser a “necessidade de economia no serviço”, sofreu diversas retaliações de várias partes. Em sua pesquisa, Aline Silva Lima detalhou a rede de poder hostil que aquele engenheiro encontrou no município de Santana e mostrou como Abelardo dos Santos chegou mesmo a receber ameaças de morte através de cartas anônimas e de capangas armados por não aceitar interferências de coronéis

---

pedaço de carne do sul, bebem em velhas cuias a imunda água das cacimbas da praia, eles, habituados a comer em pratos de porcelana e a beber em copos de prata!” Ofício de 8/07/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 22, Socorros Públicos, APEC.

<sup>84</sup> Ofício de 21/02/1878 Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

<sup>85</sup> Ofício de 18/03/1889, Localidades, Ofícios Diversos, caixa 18, Socorros Públicos, APEC.

em seu açude.<sup>86</sup> Os operários das secas prestavam sempre muita atenção a esses momentos em que as frações das elites entravam em choque, pois eram tempos propícios para conquistar algumas vantagens – explorando o prestígio abalado de algum engenheiro, por exemplo. Boatos desmoralizantes e denúncias feitas junto a imprensa partidária resultavam mais eficazes nesses momentos.

Enfim, tudo indica que a desmoralização de feitores, chefes de turma, comissários de socorros e engenheiros era um mecanismo fundamental utilizado pelos sertanejos para fazer desacreditar a autoridade dos encarregados das obras. Como a apresentação do poder simbólico era primordial para a manutenção da hegemonia sobre tão numerosos contingentes de operários, a demonstração de uma personalidade frágil ou a indecisão ante escolhas difíceis, a expressão de ordens contraditórias ou desencontradas entre diferentes membros do corpo técnico, cada um desses aspectos podiam ser interpretados pelos retirantes como sinais de que aquele engenheiro ou aquela comissão era incompetente para exercer um papel de direção nas obras, tomando as articulações dos trabalhadores a forma de conspirações. Nessas circunstâncias, administradores que não quisessem se ver destituídos do papel de comando precisavam a cada vez recuperar seu prestígio através de gestos dramáticos que lembrassem aos retirantes quem é que exercia de fato a liderança das turmas de trabalhadores. Quando o engenheiro José Estácio de Lima Brandão percebeu que os retirantes de Granja estavam muito à vontade na prática de saques aos armazéns do governo em 1889, recorreu ao seguinte estratagema:

No dia seguinte pela manhã formei o povo para o serviço como de costume (1.500 pessoas) e convidei-os a assaltarem o armazém, cujas portas estavam abertas. Ninguém se moveu. Fiz-lhes ver então que acabados os gêneros em depósito por tal modo podiam ficar certos de que V. Exa. não enviaria outra porção. (...) Preveni-os em seguida de que a força pública e os 80 homens de vigia iam ser retirados porque eles próprios eram a garantia do depósito. Assim procedi e nenhuma novidade houve até agora.<sup>87</sup>

Era um recurso para tentar resgatar uma autoridade que figurava abalada. Para o engenheiro Brandão, sua atitude teria sido de uma especial argúcia e isso teria feito os retirantes passarem a lhe respeitar. Aquele sábio engenheiro não percebeu, no entanto, que agindo daquela forma estava deslocando parte de seu poder para um terreno cultural no qual os imigrantes sentiam-

<sup>86</sup> A *Lucta* de 10/11/1915, BN. LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “Combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas*: Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do açude Tucunduba (1909-1919). Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2010, p. 57-72.

<sup>87</sup> Ofício s.d. (1889), Granja, caixa 9, Socorros Públicos, APEC.

se mais à vontade: o paternalismo. De quebra, ainda afastava da frente dos trabalhadores a ameaça dos soldados.

As disputas em jogo no momento de formação das turmas de operários mostram como não era nada automática a conversão dos retirantes em força de trabalho regular. Bem pelo contrário, como se pôde constatar através dos episódios reconstituídos acima, os proletários das secas eram renitentes em se sujeitarem às regras do trabalho em turmas, o que deixava as obras de socorros públicos por diversos momentos na iminência da suspensão dos serviços.

Abrigados em condições bastante precárias, levados a trabalhar num regime de trabalho forçado, com vigilância constante de homens armados, não pareciam muito favoráveis as condições para os proletários das secas forjarem expressivos meios de resistência. No entanto, do interior mesmo de suas circunstâncias frágeis armavam-se de recursos cotidianos que findavam compondo um arsenal considerável com o qual iam interpondo limites ao poder de supervisores e engenheiros. Pequenas formas de resistência como a recusa à execução de certas tarefas, a preferência pelo comando de determinados feitores, o protesto contra a carne estragada recebida como pagamento, a indignação relacionada à cobrança de multas ou a retenção de uma fração do salário, a interferência na forma de alistar as turmas, a displicência na execução do trabalho, a denúncia pública de alguma injustiça por ventura cometida por um engenheiro, a desmoralização da autoridade de chefes de turmas através de boatos ridicularizadores, todas essas prosaicas atitudes acabavam por constituir uma cultura de rebeldia pela qual os retirantes passavam a ser reconhecidos. Analisando as formas mais silenciosas de resistência camponesa – aquelas que “não produzem manchetes de jornais” – e suas implicações nos processos mais amplos das lutas de classes, James C. Scott criou uma imagem bastante interessante que expressa muito bem sobre aquilo que aqui está sendo discutido:

Assim como milhões de pólipos de antozoários de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser notificada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro-atos que resultam na barreira.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n. 1, p. 13.

O fato é que essas barreiras formadas por micro-atos dos operários das secas terminavam por gerar uma expectativa sobre o potencial que os sertanejos tinham de interferir no andamento regular dos trabalhos nas obras de socorros públicos. Em contextos mais acirrados de luta, essa força em potencial podia desembocar em revolta aberta e violenta, o que apenas tornava ainda mais importante a precaução dos engenheiros com o descontentamento ordinariamente sentido pelos grupos de trabalhadores. Sob essa perspectiva, os próprios mecanismos de ordenamento do cotidiano de trabalho figuravam como uma reação ao poder desarranjador dos retirantes. Podemos até nos valer de um raciocínio hegeliano para entender o processo. No cotidiano das obras constituía-se uma dialética de composição-decomposição-recomposição da ordem disciplinar: as tentativas de composição do disciplinamento por parte de engenheiros, comissários de socorros e supervisores encontravam a contraposição dos retirantes que, por inúmeros subterfúgios, agiam pela decomposição da ordem disciplinar opressiva; seguia daí novos esforços dos diretores em tentar driblar a resistência dos trabalhadores... e daí por diante. Tanto engenheiros quanto retirantes eram assim levados a encontrar meios alternativos para sustentarem suas intenções contraditórias. Como, acerca de outro contexto, disse a historiadora Michelle Perrot: “resistência e disciplina engendram-se mutuamente, num curso sem fim cujo resultado não se pode prever”.<sup>89</sup>

#### 5.4 Escolas de trabalho

Os esforços de ordenamento das obras públicas completavam-se com a estratégia de fazer dos serviços de socorros uma escola de trabalho para os flagelados das secas. Tratava-se não apenas de garantir a execução dos serviços durante os meses de estiagem. Era preciso também que aquelas jornadas de trabalho transmitissem aos retirantes uma capacitação de caráter permanente sobre as habilidades requeridas em obras de construção, as regras do trabalho sistemático e, principalmente, a conveniência que havia em cumprirem com as ordens dos superiores. Quem sabe assim não poderiam os patrões contar após cada período de seca com um contingente crescente de mão de obra capacitada?

Para a maioria dos operários, os serviços que executavam no cotidiano das obras de socorros públicos não passavam de atividades simples, um trabalho meramente braçal que não exigia nenhuma qualificação especial para ser feito. Afinal, era essa mesma a intenção

---

<sup>89</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 79.

original dos que propunham o emprego dos retirantes em serviços públicos. Quando o presidente José Júlio de Albuquerque Barros, em discurso para a Assembleia Provincial, elogiava as vantagens das obras de socorros (*relief works*) promovidas pelo governo britânico na Índia, ressaltava precisamente que ali se dava preferência à utilização da “maior soma de trabalho rústico (*unskilled*), em comparação ao artístico ou profissional (*skilled labour*)”.<sup>90</sup> Essa característica do trabalho permitia que não se excluísse das obras durante as secas nem mesmo aqueles considerados menos preparados para os serviços, admitindo-se não somente homens adultos, como também crianças, mulheres e até a gente mais idosa.

Era assim uma característica das obras de socorros públicos a tendência a se utilizar os braços dos retirantes para todas as atividades possíveis e imagináveis. Como o emprego do número máximo de pessoas era um princípio, os diretores das obras chegavam a evitar a compra de maquinário e animais de carga e de tração para não eliminar meios de trabalho aos retirantes. Dessa maneira, no prolongamento da Baturité durante a seca de 1877-79, nenhuma carroça puxada por animais sequer seria utilizada. E da mesma forma, segundo um relatório dos serviços de construção da via férrea de Sobral:

Atendendo a que um dos fins desta estrada é dar emprego a milhares de indigentes reduzidos ao último grau de miséria, atendendo a grande despesa que seria necessária para a compra e sustento de centenas de animais, não se estranhará saber que o transporte das terras é todo feito em carrinhos de mão ou em carrocinhas que cubam mais ou menos 0,166 metros cúbicos. Para mover cada uma dessas carroças são empregados 3 *homens*. Todas essas circunstâncias anormais fazem com que o resultado do trabalho útil do operário seja muito pequeno relativamente às outras estradas.<sup>91</sup>

Nessas condições, as habilidades acumuladas pelos operários não-qualificados eram mínimas, adquiridas em grande parte intuitivamente, de acordo com as características das tarefas executadas. Dessa forma, nos serviços da linha férrea de Sobral

O corpo de cavouqueiros foi improvisado e industriado pelos engenheiros e a média do resultado do trabalho de cada homem é de 0,60 metros cúbicos. Não se deve esquecer que esses operários ainda estão pouco práticos e que, portanto, também o seu trabalho não pode ser comparado ao de outro já adestrado.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> CEARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembleia legislativa no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, p. 44. Grifos no original.

<sup>91</sup> *Revista de Engenharia* de 16/05/1879 e de 14/03/1885, Rio de Janeiro, BN. Grifos originais.

<sup>92</sup> *Idem*.

Ao que parece, nas primeiras experiências de trabalho em obras de socorros públicos prevaleceram metas bem modestas de produtividade e qualidade nos serviços, sendo satisfatório o emprego do máximo de pessoal ainda que as jornadas fossem despendidas com tarefas improvisadas e com resultados de muito baixa qualidade. Segundo um relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, viu-se a necessidade de se refazer todo o serviço de apiloamento de terra numa das barragens do açude do Cedro porque, “devido a ter sido ele feito no rigor da seca, sem água bastante para umedecer as camadas”, apresentou após dois anos sérias ameaças de ruína.<sup>93</sup> É possível, no entanto, que com a consolidação da política de promoção do trabalho para os retirantes o nível de exigência tenha aumentado. Mas, ainda assim, a baixa qualidade do serviço e os desperdícios nunca deixaram de estar atrelados a essas obras “de emergência”. Até os dias atuais é piada corrente referir-se aos reservatórios construídos pelas frentes de serviço do governo como “açudes Sonrisal”, por se desfazerem ao primeiro contato com as águas.

Mesmo a formação mais elementar de uma turma de trabalhadores não era, porém, algo desprezível para as elites. Os consagrados *navvies*, operários construtores das primeiras linhas ferroviárias da Inglaterra no século XIX, a despeito de executarem um trabalho eminentemente manual, eram qualificados como uma “notável classe de homens” cujo *know-how* era ambicionado por contratadores de diversas regiões do continente europeu. Uma descrição feita por um empresário britânico do ramo ferroviário assim os descreve:

Originalmente de Lincolnshire e Lancashire, são popularmente conhecidos como *navvies* por um dia terem se engajado na escavação de canais de navegação. O *navvy* genuíno é uma espécie interessante de forte, saudável, industrioso e analfabeto trabalhador rural inglês; suas vestes, um redondo chapéu de feltro, colete colorido felpudo, casaco de flanela solta, calças de veludo, botas de cadarço – apetite imenso por bife, presunto frito e cerveja. Com a força muscular correspondente ao seu apetite, o *navvy* é habilidoso no uso da picareta, em cavar com pá, em empurrar carrinhos de mão que, com uma carga de cinquenta a cem quilos, é capaz de mover sobre um estreito pedaço de tábua e virá-lo com uma destreza incomum. (...) Familiarizados com a aparência e o modo de trabalhar desses operários manuais, somos levados a esquecer suas muitas qualidades ou os grandes serviços que eles prestam. Só quando observamos seu método de trabalho com picaretas, pás, carrinhos de mão e empilhadeiras, em comparação com os procedimentos

<sup>93</sup> BRASIL. Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Dr. Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Castellat, ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas em maio de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 335.

elementares vistos no continente [europeu], que podemos ter uma apreciação completa do *navvy*.<sup>94</sup>

Menos prestigiados – e bem mais enfraquecidos – que seus correspondentes britânicos, os construtores de ferrovias e açudes do semiárido brasileiro não deixariam, por sua vez, de reunir certa notoriedade na experiência de trabalho das obras de socorros públicos. Após a seca de 1877-79, em função da prática acumulada durante meses de trabalho na construção das estradas de ferro, o Ceará chegaria a carregar a fama de ser a província onde se podia encontrar as turmas de construtores mais bem preparadas de todo o país.

A formação para o trabalho poderia significar, dessa maneira, a obtenção de um nível mínimo de saber, contanto que os trabalhadores findassem dispostos a executar as tarefas com disciplina e constância. Nos quadros da modernização conservadora, a falta de qualificação do trabalhador poderia inclusive se constituir na “qualidade” mais desejada pelos patrões. Por exercer um serviço de baixa qualificação era esperado que o trabalhador das obras públicas tivesse uma também baixa observância na defesa e valorização de sua capacidade de trabalho. Muitas vezes julgava-se suficiente que cumprissem ordens sem reclamar.

Para as grandes massas sertanejas as obras de socorros públicos reservavam, portanto, um ensino de tarefas meramente rudimentares, um “adestramento” simples com o qual os trabalhadores rurais adquirissem a disciplina necessária para atuar num grande empreendimento industrial. Os operários, por sua vez, logo percebiam que aquelas coisas novas de nada lhes valeriam quando acabassem os tempos de seca e voltassem para a lida rural. Aliás, os ensinamentos sobre as tarefas rudimentares nas obras públicas eram a própria chave com a qual os engenheiros passavam a ter acesso a força de trabalho dos imigrantes. O que era visto pelos apologistas do progresso com um ganho, pelos pobres do sertão era encarado como uma perda sobre o controle acerca de seu próprio trabalho. “Entender do serviço” era, nesse sentido, um infortúnio para os sertanejos. Como observou Eric Hobsbawm acerca do comportamento de camponeses russos, “a recusa de entender era uma forma de luta de classes”.<sup>95</sup>

Conta-se que algum daqueles engenheiros ingleses rispidamente tentava demonstrar para os operários das secas que o afastamento entre os trilhos de uma ferrovia não

<sup>94</sup> Cf. CHAMBLERS, William. *About railways*. London & Edinburgh: W. & R. Chambers, 1865, p. 26-27. Ver também COLEMAN, Terry. *The railway navvies: a history of the men who made the railways*. London: Penguin Books, 1968.

<sup>95</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric J. Peasants and politics. *Journal of peasant studies*, vol. 1, n. 1, 1973, p. 13.



podia nunca variar, havendo sempre que se obedecer a uma distância padrão para que a composição não viesse a descarrilar. Insistente, gritava sempre aos trabalhadores: “A bitola! A bitola!” Indignados, os operários passaram a chamar o engenheiro de “baitola”, da forma como ouviam aquele estrangeiro pronunciar aquela palavra-chave para exploração sobre o trabalho dos operários. É lamentável que uma expressão tão significativa da resistência dos proletários das secas tenha ficado associada a um jargão homofóbico.

Mas quando se dizia que as obras de socorros públicos eram “escolas de trabalho” para os sertanejos pobres, a maioria queria se referir à aprendizagem de novos ofícios que ali se dava. Era nesse sentido, por exemplo, que escrevia Paulo de Brito Guerra em *Flashes das secas*:

Eram encontrados ou “fabricados” pedreiros às centenas, para trabalho nos canais; oleiros, seleiros, carpinteiros, enfermeiros, ferreiros. Também se formavam dezenas de tratoristas, motoristas, mecânicos. Gente que fica servindo ao Nordeste e ao Brasil. Uma frente de serviço na seca pode representar também uma grande Escola.<sup>96</sup>

No mesmo sentido – mas desta vez destacando o processo de habilitação dos retirantes em determinados “serviços técnicos” –, uma matéria jornalística constatava o resultado de quase dois anos de trabalho no prolongamento da Baturité:

Hoje essa gente que nenhuma noção possuía do serviço técnico, que ao começar a construção não podia desempenhar outro trabalho que não o de movimento de terra ou outros puramente materiais, está habilitada a servir em qualquer empresa e, entre nove mil trabalhadores, conta-se não menos de dois mil pedreiros, canteiros, cavouqueiros, carpinas hábeis e adestrados, capazes de honras a si e a seus mestres.<sup>97</sup>

Com a consolidação da política de promoção de grandes empreendimentos de socorros uma parcela (minoritária, mas imprescindível) de trabalhadores de ofícios começou a chegar aos canteiros de obras. Em meio a uma grande maioria de trabalhadores braçais, os serviços de alguns ferreiros, pedreiros, carpinas e cavouqueiros eram sempre necessários. Se a obra fosse de construção de ferrovia, mecânicos e maquinistas eram indispensáveis para operar e montar máquinas e locomotivas. Às vezes numerosos times de canteiros eram

<sup>96</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas...*, Op. cit., p. 18.

<sup>97</sup> *Cearense* de 30/11/1879, Fortaleza, BPGMP.

contratados para erguer paredes como na monumental barragem do Cedro, em Quixadá. Era desse pessoal qualificado, experiente de outras empresas, que partia os conhecimentos de ofícios transmitidos a uma parcela dos trabalhadores das obras.

Esses trabalhadores de ofícios distinguiam-se pelos “serviços especiais” que eram capazes de executar. Como artífices, seus conhecimentos sobre os “segredos do ofício” sobrepujavam em nível de importância suas capacidades de despender força física. Nisso, distinguiam-se das massas de retirantes enquanto “trabalhadores especiais”. Na realidade, a eles costumava-se referir como os verdadeiros “operários”, não “simples trabalhadores” ou “braços” sem qualificação. Tinham, portanto, privilégios quando defrontados com as condições de trabalho dos retirantes. Nos regulamentos das obras, eram considerados “operários de classe diversa”, recebendo salários diferenciados, como se encontra expresso num decreto regulamentador das obras de construção da EFB: “Neste caso, poderá [o engenheiro-chefe] arbitrar-lhes o salário completo por que forem ajustados, excluía a alimentação, dar-lhes transporte e fazer qualquer adiantamento razoável”.<sup>98</sup>

Obviamente, entre os milhares de retirantes sempre era possível encontrar algum pedreiro ou outro artista para a obra. Em sua fala oficial de 1878 o presidente Albuquerque Barros dizia dos “operários e artífices que, faltando o trabalho, caíram em completa indigência” e que, com a suspensão de socorros no sertão, os abarracamentos da capital “encheram-se de carpinas, pedreiros, ferreiros e outros artistas que foram gratuitamente alimentados pelo Estado, enquanto as estradas de ferro e outras obras não lhes deram ocupação”. De fato, um ofício da época relaciona cinco carpinas, três alfaiates, um pedreiro e um ferreiro desligados de um abarracamento de Fortaleza “para serem aproveitados na estrada de ferro e outras oficinas”.<sup>99</sup>

Havia, no entanto, dificuldade de serem encontrados certos profissionais no interior da classe dos artífices cearenses, fazendo com que fossem procurados em outras províncias. É o que revelou o engenheiro Carlos Alberto Morsing numa correspondência oficial:

Havendo falta quase absoluta de operários cavouqueiros para o serviço de construção desta Estrada e na impossibilidade de aqui encontrá-los resolvi mandar a Paraíba o Sr. Lino José Pereira de Castro para ali contratá-los até o número de 20.

<sup>98</sup> Decreto nº 339 de 3/06/1878, art. 21, p. 241.

<sup>99</sup> CEARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembleia legislativa no dia 1 de novembro de 1878...* Op. cit., p. 45. Ofício de 13/11/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

Em cerca de um mês, uma matéria de jornal anunciava a chegada do vapor *Guará* trazendo vinte “artistas, cavouqueiros, canteiros e pedreiros”. Em outra referência à vinda de artesãos, dizia-se que 36 operários haviam sido engajados no Rio de Janeiro porque não eram “simples trabalhadores”, mas “indivíduos que exercem ofícios não praticados entre nós”.<sup>100</sup>

Havia mesmo os que vinham de outros países, como dezessete portugueses e espanhóis empregados nas obras da ferrovia de Sobral em abril de 1879. A nacionalidade dos oficiais estava relacionada às tradições artesanais de seus respectivos países. Portugueses eram famosos pela habilidade em cantaria, dominando o setor. Espanhóis e portugueses chegavam como pedreiros. Já nas artes mecânicas em sua maioria estavam ingleses e norte-americanos, como o maquinista John H. Slaughter, contratado em 1880 junto a Casa Baldwin, da Filadélfia, para a montagem de locomotivas na estrada de ferro de Sobral.<sup>101</sup>

Criterioso na escolha do pessoal com quem trabalhava, Jules Jean Revy admitia que deixava de engajar até três mil retirantes na construção do açude de Quixadá durante a seca de 1889, preferindo um número de “300 e tantos trabalhadores” composto por “homens escolhidos”, pois desse modo julgava obter um resultado superior nos trabalhos. Engenheiro seletivo e de atuação internacional, Revy – ele próprio inglês por nascimento – contratava uma parcela dos trabalhadores mais qualificados diretamente em países estrangeiros. Antes de iniciar a construção do açude, viajou para a região da Lombardia, na Itália, para examinar obras exemplares de irrigação e contratar trabalhadores. Numa nova fase das obras, mandou vir de Londres maquinistas ingleses “para fazer funcionar locomóveis e bombas porque no Brasil não há quem entenda disto”.<sup>102</sup>

Essa multifacetada classe de artífices cumpria com uma variada gama de funções nas obras. Os pedreiros eram sem dúvida os mais abundantes ao considerarmos o conjunto dos inumeráveis serviços de alvenaria requeridos durante as secas, sendo indispensáveis mesmo nas mais modestas obras. Carpinas, até pela natureza mesmo do seu ofício, exercendo um trabalho complementar ao dos pedreiros, somavam também um grande contingente. Sabe-se que na construção da cadeia de Sobral, na seca de 1878, foram empregados mais de 60 oficiais de pedreiros e carpinas. Seriam eles o modelo para a vívida descrição da construção do “castelo da prisão” de “linhas severas e fortes” com que Domingos Olympio abre o

<sup>100</sup> Ofício de 22/10/1878, EFB, APEC e *Cearense* de 17/11/1878 e 14/11/1879, Fortaleza, BPGMP.

<sup>101</sup> *Relação a que se refere o ofício de 19 de abril de 1879*. Ofício de 19/04/1879, EFS, APEC. Ofício de 7/04/1880, MA, APEC. *Relação a que se refere o ofício desta data*. Ofício de 19/04/1879 e *Relação dos operários que seguem para a Estrada de ferro de Sobral, a que se refere o ofício desta data*. Ofício de 29/10/1879, MA, APEC.

<sup>102</sup> Ofício de 11/04/1889, Açudes e Irrigação, APEC.

romance *Luzia-Homem*, onde os pedreiros figuram pendurados em andaimes e carpinas “falqueando longas vigas de pau-d’arco, frechais de frei-jorge e gonçalo-alves, ou serrando e aplainando cheirosas tábuas de cedro”.<sup>103</sup>

Igualmente muito acionado era o serviço especializado dos ferreiros. Como a confecção das próprias ferramentas era uma característica de muitas obras de socorros públicos, e também porque o conserto dessas era um procedimento básico, havia sempre uma tenda de ferreiro erguida junto aos açudes, ferrovias, prédios, rodovias. Além dos preparos das ferramentas, oficiais de ferreiro confeccionavam grades, portões e uma diversidade de peças estruturais de que careciam as chamadas “obras de arte”. Eventualmente mestres ferreiros estavam à frente de turmas designadas para montar pontes metálicas importadas da Inglaterra ou França. Quando se necessitava de peças mais robustas a saída era encomendá-las de oficinas de fora dos canteiros de obras. Um ofício de Sobral circunstancia uma situação típica:

Junto encontrará V. Exa. a relação dos portões que precisa-se para a Cadeia em construção nesta cidade e a quantidade de vergalhões e barras de ferro para grades e mezaninos da mesma obra.

Julgo que os portões podem ser feitos nesta capital [Fortaleza] porque me consta haver ferrarias, mas quando não possam ai aprontar-se V. Exa. fará encomenda para Pernambuco.

As grades, V. Exa. mandando o ferro constante na relação, podem ser feitas nesta cidade [Sobral] pelos Srs. Lúcio Ribeiro Pessoa e Alexandre Ferreiro, com os quais já tratei e eles se comprometeram a fazer com brevidade.<sup>104</sup>

Os oficiais cavouqueiros e canteiros cumpriam com uma parcela importante das obras. Ambas as especialidades lidavam com a mesma matéria natural básica, a pedra, mas enquanto os cavouqueiros operavam principalmente na extração das peças que serviriam de matéria prima para diversos trabalhos (calçamentos, fundações, sangradouros, barragens), os canteiros atuavam preferencialmente no acabamento dos blocos, fazendo cortes precisos em paredes de açudes e plataformas de estações. Como observou o sociólogo João Freire, esses oficiais combinavam em suas profissões um “esforço físico violento” a um “alto nível de tecnicização”, mesmo sendo a aspereza de seu objeto de trabalho algo a lhes exigir bastante de seu “trabalho-força”. De fato, se não podiam dispensar marretas e talhadeiras que lhes deixavam calos nas mãos, precisavam por outro lado se valer de seu “trabalho-saber” ao

<sup>103</sup> Ofício de 9/06/1878, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC. OLYMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988, p. 7-8.

<sup>104</sup> Ofício de 14/04/1878, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

manusear as perigosas peças de dinamite e detonadores. No caso dos canteiros, era preciso inclusive um bom senso estético na consecução do trabalho.<sup>105</sup>

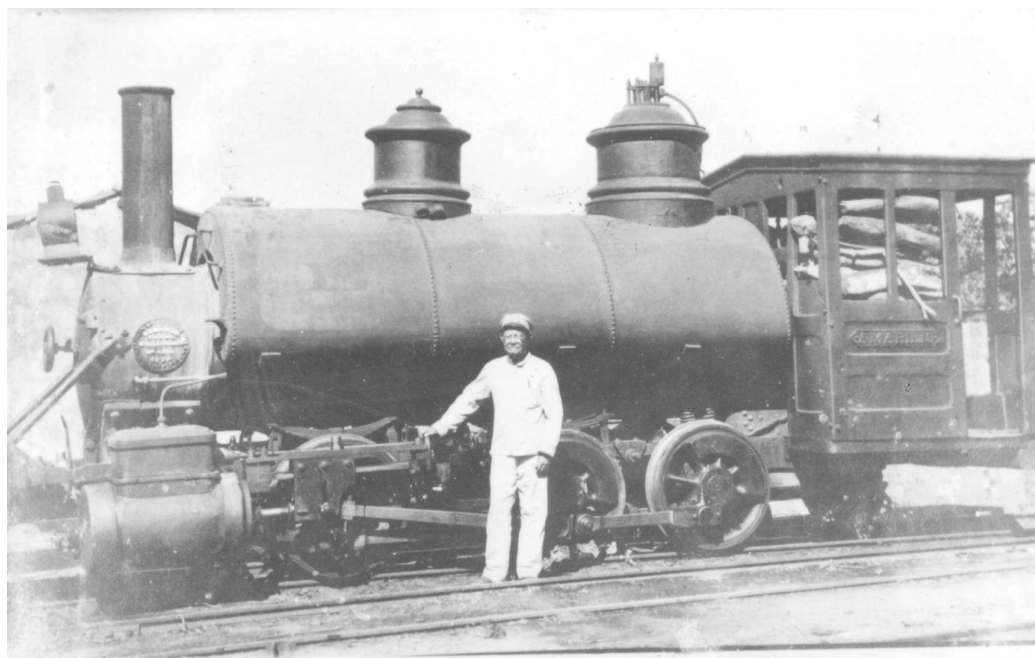
Lidando com os maiores ícones da tecnologia industrial oitocentista – os motores a vapor, em seguida substituídos pelos à combustão –, estava a classe dos oficiais mecânicos. Faziam-se presentes somente nas grandes obras de socorros públicos, particularmente nas estradas de ferro, onde atuavam na montagem e manutenção do maquinário das oficinas e locomotivas. Por terem seu trabalho atrelado diretamente a artefatos complexos e caros, chegavam às obras em geral como representantes de fábricas fornecedoras estrangeiras, como notas da imprensa costumavam testemunhar. Sendo os mecânicos uma minoria de grande prestígio, seus conhecimentos eram valorizados por lidarem com uma tecnologia de ponta. Na rampa de pouco mais de 1,5 quilômetros que ligava a Estação Central ao trapiche da alfândega, em Fortaleza, circulava uma dessas máquinas-modelo: a locomotiva *Amarilio*, produzida pelas oficinas Baldwin, da Filadélfia – então maior fabricante de locomotivas do mundo –, tipo Pentland, com seis rodas conjugadas, capaz de vencer uma declividade de 10% com uma velocidade de 40 km/h e puxando mais de 18 toneladas. Referência internacional, poucas ferrovias no mundo contavam com tão possante máquina em seus quadros. Numa antiga fotografia pousava o já então idoso mestre das oficinas da Baturité, José da Rocha e Silva, ao lado da *Amarilio*. Como velhos companheiros, o instante sugere a complementaridade entre o homem e a máquina, fazendo com que a aura de prestígio conferida à tecnologia fosse repassada também à classe dos mecânicos.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Cf. FREIRE, João. *Anarquistas e operários*. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 85.

<sup>106</sup> *Município* de 5/07/1879, Fortaleza, BN (notícia a chegada de um mecânico encarregado de montagem de máquinas). Sobre as características da locomotiva *Amarilio*: *Revista de Estradas de Ferro*, n. 3 de 29/03/1885 e n. 6 de 29/06/1885, Rio de Janeiro, BN. Quanto à fábrica de locomotivas Baldwin cf. BROWN, John K. *The Baldwin locomotive works, 1831-1915: a study in American industrial practice*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

**Figura 4 – Mecânico José da Rocha e Silva e a locomotiva *Amarílio***



Fonte: Museu da Imagem e do Som, Fortaleza. Sem data definida.

Não é preciso aqui se estender na descrição de outros grupos de trabalhadores especializados que atuavam em obras de socorros públicos (oleiros, caldeireiros, pintores, alfaiates, enfermeiros, motoristas...). É suficiente apenas destacar a importância que tiveram na formação de milhares de pessoas, refugiadas nas obras à procura do socorro oficial, mas que de lá saíam com um domínio ao menos rudimentar de especialidades profissionais. Segundo uma matéria do jornal *Cearense*, na ferrovia de Baturité “formou-se como que uma escola para a aprendizagem daqueles *ofícios especiais*, que terão talvez de ser exercidos em nossa província nas zonas atravessadas pelas estradas de ferro”. No mesmo jornal informava-se que nas olarias e nas oficinas de ferreiros, canteiros e carpinteiros “já trabalham como mestres muitos dos indigentes que receberam na estrada as primeiras lições do ofício”. Carlos Alberto Morsing foi ainda mais específico em um de seus relatórios:

Sob a direção dos engenheiros foram preparados mais de 600 cavouqueiros, 400 pedreiros e 100 canteiros, muitos dos quais já têm sido remetidos para a estrada de ferro de Sobral.<sup>107</sup>

<sup>107</sup> *Cearense* de 14/11/1879 e 30/01/1880, Fortaleza, BPGMP. Grifos presentes no próprio jornal. *Revista de Engenharia*, n. de 14/03/1885, Rio de Janeiro, BN.

Na pedagogia para o trabalho era na prática mesmo das tarefas requeridas pelas obras que se dava a transmissão dos conhecimentos. No interior de oficinas ou servindo a céu aberto nas turmas de trabalhadores, os retirantes começavam observando os movimentos do pessoal mais qualificado, recebendo suas lições sem que se interrompessem as atividades. A hierarquia de funções criada para aperfeiçoar os procedimentos do trabalho servia também para o repasse dos saberes aos menos qualificados. Analisando uma relação de trabalhadores de uma turma de cavouqueiros da construção do açude do Cedro podemos ter uma ideia de como funcionava essa escala através dos salários que cada profissional recebia. Assim, um mestre liderava o trabalho de corte da pedreira – seu salário alcançava três mil réis. Em seguida, dois cavouqueiros experimentados – recebendo 1.800 réis – transmitiam ordens e coordenavam os trabalhos dos subgrupos. Outros cavouqueiros subalternos – vinte operários recebendo entre 1.500 e mil réis – seguiam ordens e orientavam os trabalhadores em serviços como os de carregamento. Possivelmente aqueles situados nos estratos mais abaixo, demonstrando interesse e capacidade, iam alcançando posições nas turmas ao longo do tempo que duravam as obras. Uma parcela dos trabalhadores aprendia desse modo a lidar com explosivos, ferramentas e a forma correta de operar os cortes.

Reproduziam-se nas obras, dessa maneira, parte dos procedimentos de formação característicos das oficinas artesanais modernas, onde mestres ciosos mantinham um estreito controle sobre a qualidade dos produtos feitos, defendendo dessa maneira a honra conquistada para a sustentação de sua oficina no contexto de um mercado em formação. Alguma herança remota das guildas medievais mostrava-se presente desse modo nas obras de socorros públicos. Trabalhando de acordo com a ideia de que “a oficina é a casa do artífice”, mestres, oficiais e aprendizes dividiam-se na execução das tarefas de tal forma a preservar a autoridade dos mestres de ofício que na oficina tratavam seus subordinados de uma maneira um tanto paternal, mesmo porque membros de sua família costumavam perpetuar a tradição de ofício, tornando-se eles próprios novos artífices. Em seu livro dedicado à investigação sobre a natureza do trabalho do artífice, Richard Sennett considera a definição mais satisfatória de oficina a seguinte:

Um esforço produtivo no qual as pessoas lidam diretamente com questões de autoridade. Essa austera definição não procura apenas saber quem manda e quem obedece no trabalho, mas também está atenta às capacitações como fonte de legitimidade do comando e de dignidade da obediência. Numa oficina as habilidades do mestre podem valer-lhe o direito de mandar, e a

possibilidade de absorver essas habilidades e aprender com elas podem dignificar a obediência do aprendiz ou do jornaleiro.<sup>108</sup>

Pode-se imaginar a importância estratégica que semelhante aprendizagem profissional tinha na criação da disciplina em oficinas e turmas de trabalhadores nas obras de socorros públicos, atrelando os retirantes à autoridade de mestres de ofícios através das noções de dignidade e honra inerentes ao ensino artesanal. Acenando com os benefícios de um prestígio que nunca antes os pobres do sertão puderam sequer sonhar, engenheiros e condutores podiam influenciar uma parcela dos trabalhadores das obras a não engrossarem as fileiras dos amotinados.

Entrementes, uma obra de socorros públicos não era uma oficina artesanal. A formação dos sertanejos nos tempos de seca em nada correspondia à demorada ritualística de formação dos aprendizes das corporações de ofícios medievais, ou tampouco com os rigorosos padrões de ensino mantidos pelas associações de artes e ofícios ao longo do século XIX. Quando, ao fim da seca, inúmeros retirantes retornavam aos lares com os rudimentos de uma nova profissão adquiridos nas jornadas de trabalho é possível que alguns dos artífices mais experientes não enxergassem naquilo uma forma de perpetuação de seu ofício, porém um meio de corrosão de sua preciosa arte. Por outro lado, os próprios retirantes do sertão já partiam sabendo que aqueles novos conhecimentos pouco seriam utilizados no dia a dia das tarefas com o gado ou nas plantações, servindo-lhes mais como algo útil de que poderiam se valer para ingressarem mais rapidamente em uma nova obra, na seca seguinte.

Poder contar com mão de obra ao mesmo tempo qualificada e barata era uma das vantagens que as elites proprietárias vislumbravam na formação profissional dos milhares de imigrantes do sertão que procuravam as obras de socorros públicos nas secas. Por essa via, se poderiam conduzir a formação de um mercado de trabalho livre dos prejuízos que as fechadas classes de artífices impunham através do monopólio que costumavam exercer sobre os conhecimentos do ofício. Há já um século, Adam Smith havia desferido suas contundentes críticas às corporações de ofícios com suas regras rígidas de aprendizado, garantias de privilégios e restrições comerciais aos membros do ofício que significavam, na concepção do autor de *A Riqueza das Nações*, duros golpes à prática do livre comércio.<sup>109</sup>

<sup>108</sup> SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009, p. 68.

<sup>109</sup> MARTINS, Mônica de Souza Nunes. Corporações de ofícios versus liberdade de indústria: Adam Smith, José da Silva Lisboa e a extinção do aprendizado no Brasil e na Inglaterra. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: 2005.



No Brasil, as corporações de ofícios já estavam proibidas desde a constituição outorgada de 1824. No entanto, artesãos conseguiam manter heroicamente certo controle sobre a venda de seu trabalho-saber através de estratégicas sociedades mutualistas e de instrução, como mostrou recente pesquisa de Marcelo Mac Cord sobre a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais fundada em Recife na década de 1830.<sup>110</sup> Durante boa parte do século XIX, artífices das principais cidades do país puderam contar com determinado apoio das elites que viam nas práticas instrutivas profissionalizantes um meio de “moralização do trabalho” – entendendo-se nisso uma forma de se evitar desordens – e de apagamento do chamado “defeito mecânico”, essa rejeição típica das sociedades escravistas em relação ao trabalho manual. Ao final do século, no entanto, essa realidade já não era a mesma.

Grandes empreendimentos de construção como ferrovias, canais e grandes reservatórios passavam naquele entresséculos a absorver um crescido contingente de mão de obra que ameaçava diretamente o controle da classe dos artesãos sobre o mercado de edificações. Pelas próprias dimensões dessas empresas, a quantidade de profissionais contratados tendia a ser maior que os pequenos grupos sob a esfera de autoridade dos antigos mestres, pressionando pela entrada de um pessoal proveniente de fora da corporação de classe ou pelo rebaixamento dos critérios de formação para que novos artífices tivessem uma iniciação mais precoce nos serviços. Em qualquer dos casos, a proposta de Adam Smith de extinguir as restritivas cláusulas de formação profissional baseadas nas arcaicas corporações de ofícios em nome de uma formação para o trabalho com base em simples treinamentos ganhava força. É curioso ler numa entrevista concedida pelo botânico suíço Alberto Löefgren que, após estudos feitos na região das secas, chegava à conclusão que o problema maior a se enfrentar era a ignorância do povo. Perguntado então se o “remédio contra as secas é abrir escolas”, respondeu que não: “Não é só em escolas que se ensina o povo. (...) Estradas de ferro, vias de comunicação, eis o primeiro passo a dar. Elas devolverão a riqueza e trarão a instrução”.<sup>111</sup>

Sob esses preceitos liberais, as obras de socorros públicos iam cumprindo com a missão de se constituírem em “escolas de trabalho” – mesmo não atingindo altos padrões de qualificação. Ao final de cada ano de estiagem, lançavam nos sertões novas levas de profissionais, gerando esperanças de um melhor futuro para o patronato local. Uma ideia sobre o papel exercido pelas obras de socorros na formação de um operariado habilitado para

---

<sup>110</sup> MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

<sup>111</sup> *Pátria* de 13/09/1911, Sobral, BN.

os serviços de construção pode-se ter quando verificamos mudanças no perfil dos trabalhadores especializados empregados nos diferentes períodos de seca durante a passagem do século XIX. Enquanto na seca de 1877-79, a circulação de artífices e trabalhadores qualificados contratados em cidades fora da província cearense havia sido intensa – com turmas inteiras de canteiros, pedreiros, carpinteiros e cavouqueiros sendo trazidas e levadas pelas embarcações –, nas secas subsequentes desaparece das fontes notícias sobre contratação de trabalhadores de ofícios em outras províncias e países. Pelo contrário, já a partir da seca de 1888-89 algumas passagens da imprensa indicavam a existência na própria província de turmas de operários aptas para atuarem nas obras públicas, por terem se formado durante as jornadas dos anteriores anos de estiagem. Aparentemente essas evidências indicam o sucesso da política governamental em terem convertido os retirantes em trabalhadores capacitados e disciplinados. Mas, como que confirmando a máxima de que “a história desconhece verbos regulares”, em 1910, atuando como engenheiro no prolongamento da ferrovia de Sobral, num trecho entre Nova Russas e Crateús, João Tomé Sabóia e Silva voltava à baila com reclamações sobre a falta de trabalhadores “porque os caboclos cearenses que aqui ficaram não produzem quase nada no movimento de terra necessário para as vias férreas”.

Outrora havia muita atividade no Ceará, mas hoje existem aqui somente os indolentes; os caboclos ativos foram explorar as matas do Amazonas. O dr. João Tomé diz que se tiver de contratar qualquer trecho de estrada de ferro mandará vir trabalhadores portugueses porque os poucos cearenses aqui existentes não querem trabalhar e, quanto trabalham, quase nada produzem.<sup>112</sup>

\* \* \*

O cotidiano dos proletários das secas revela que a modalidade de trabalho encontrada nas obras de socorros públicos durante a passagem do século XIX, ainda que não fosse um regime de escravidão, em diversos aspectos comprometiam a autonomia dos trabalhadores, configurando sem dúvida uma modalidade de trabalho forçado. Não somente a presença de homens armados policiando os operários, mas também a própria dependência dos grupos famintos em relação aos socorros públicos configuravam uma situação de servidão, cuja descrição é, para os fins desta tese, algo mais importante que sua conceituação.

<sup>112</sup> *Pátria* de 14/12/1910, Sobral, BN.

Nesse sentido, as relações de trabalho apresentadas neste capítulo vêm a reforçar a ideia já há algum tempo defendida por historiadores de que o fim do regime escravista no país não implicou na emergência direta de relações livres de trabalho. É contestável uma pretensa “transição para o trabalho livre”, não porque aquela não fosse uma época de transição – no sentido de mudanças estruturais na ordem econômica e social –, mas porque o tipo de relação de produção que então se estabelecia não era precisamente “livre”, além de serem bastante variadas as formas que assumiam essas novas relações de trabalho pelos diferentes lugares e ramos de produção.<sup>113</sup>

Decerto, uma das maiores dificuldades dos modelos explicativos sobre o assunto está relacionada à tese marxiana de que havia *uma única* maneira “verdadeiramente” capitalista de tornar a força de trabalho uma mercadoria vendável, assalariável: aquela em que o trabalhador, “como indivíduo livre, pode dispor de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence”.<sup>114</sup> Marx foi mesmo convincente quando demonstrou o quiproquó que essa tal “liberdade” do trabalhador assalariado representa, pois sendo “livre num duplo sentido”, gozava da liberdade de todo cidadão juridicamente emancipado ao mesmo tempo em que era “livre dos meios de produção”, ou seja, não podia dispor dos meios de vida, sendo obrigado a se assalariar para sobreviver. Sobre essa natureza contraditória de um modo de produção que mascara a servidão moderna sob o manto do livre comércio de mercadorias – pois afinal o assalariado é mesmo livre para vender sua capacidade de trabalho a quem quer que se disponha a comprá-la – Karl Marx concentrou a maior parte de sua obra.

Mas não é verdade que apenas indivíduos livres e autônomos possam vender sua força de trabalho. Marcel van der Linder, empenhado em estudar a história social do trabalho e dos trabalhadores desde uma perspectiva global, sugere que essa forma de encarar a emergência das relações assalariadas guarda muito de uma análise eurocêntrica e assegura “que, *na realidade*, a mercantilização da mão de obra toma *muitas formas diferentes*, entre as quais a forma em que o trabalhador assalariado livre vende unicamente sua força de trabalho é apenas *um exemplo*”.<sup>115</sup> De fato, muitas e variadas formas intermediárias entre o trabalho livre e a escravidão (no pleno sentido desses termos) podem ser apontadas na história desde

---

<sup>113</sup> A melhor crítica feita à perspectiva historiográfica da “transição para o trabalho livre” que eu conheço foi feita por LARA, Silvia Hunbold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Revista Projeto História*, São Paulo, n° 16, fevereiro de 1998, p. 25-38.

<sup>114</sup> MARX, Karl. *O capital...* Op. cit., p. 149-163.

<sup>115</sup> LINDER, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 29. Grifos do próprio autor.

ao menos o século XVII, sobre as quais ninguém poderá negar que fizeram parte do grande processo de formação do sistema capitalista de produção.

No período histórico em que se concentra a presente tese isso é algo particularmente claro. A expansão produtiva e comercial verificada durante a chamada Segunda Revolução Industrial e que culminou no processo do Imperialismo conectou ao eixo industrial europeu grandes extensões de territórios até então à margem do capitalismo e, para tanto, valeu-se em larga escala de relações de exploração em que o trabalho forçado mostrava-se sem qualquer disfarce. Guerras de conquista, pilhagens, sujeições por dívidas, usurpações de terras, concorrências desleais, incitações de conflitos entre grupos nativos visando “dividir para dominar”, recrutamentos militares forçados, extermínios de povos inteiros: tudo isso está contido no grande “fardo do homem branco” que nessa época tomou como missão levar as luzes da civilização ocidental para os mais recônditos países.

Além dos alcances geográficos da expansão, deve-se também considerar as implicações do avanço tecnológico das grandes indústrias sobre o mundo do trabalho. Num estudo dedicado a mostrar os impactos trazidos pelas máquinas a vapor sobre as condições de trabalho na Inglaterra vitoriana, Raphael Samuel constatou que, longe de terem sido instrumentos para a libertação da energia humana, as modernas indústrias mecanizadas geraram novos patamares de produção que implicaram em ainda maior intensificação da exploração sobre a maioria dos trabalhadores, e não somente no seio da “grande oficina do mundo”. Em suas palavras: “A revolução industrial, longe de reduzir o trabalho humano, criou todo um novo mundo de empregos de trabalho pesado: a construção de ferrovias é um primeiro exemplo”. O século XIX teria, desse modo, testemunhado “uma enorme deterioração nas condições de trabalho”. Essa relação entre mecanização e a intensificação do trabalho não se deu de modo homogêneo e em todo o lugar. Bem pelo contrário:

O capitalismo no século XIX desenvolveu-se em vários sentidos. A mecanização num departamento de produção foi sempre complementada por um incremento de trabalho pesado em outros; o crescimento de grandes firmas pela proliferação de pequenas unidades de produção; a concentração de produção em fábricas pela difusão do trabalho doméstico por encomenda.<sup>116</sup>

No meio dessas conexões contrastantes, muitos construtores de estradas, canais e ferrovias pelo mundo continuavam a exercer seu trabalho usando suas convencionais picaretas e pás

<sup>116</sup> SAMUEL, Raphael. Workshop of the world: steam power and hand technology in mid-Victorian Britain. *History Workshop Review*, n. 3, spring 1977, p. 8, 13 e 17.

(*pick-and-shovel works*), a despeito de todos os avanços verificados na engenharia civil. Mas a extensão crescente de vias de comunicação pelo planeta fazia com que um número muito maior de pessoas engrossasse os exércitos desse ramo de trabalho pesado. Ao contrário do que era festejado nas Exposições Universais da época, o progresso da grande indústria e das relações comerciais pelo mundo não apenas não implicou na emancipação das maiorias pelo planeta como contribuiu para agrilhoar os trabalhadores com ainda mais servidão e trabalho pesado.<sup>117</sup>

Portanto não fugiam à regra as elites locais quando, para socorrer as multidões de retirantes das secas, as enredaram num tipo de trabalho opressivo e extenuante. O elemento peculiar dessa captura era que os trabalhadores pobres dos sertões eram levados ao trabalho nas obras de socorros públicos em função de uma sucessão de secas que se mostraram particularmente devastadoras naquela passagem do século XIX.

Os condutores das obras não dispunham de estímulos substanciais a oferecer para que os retirantes se convencessem dos “benefícios do trabalho”. Pelo contrário, a criação de uma ética positiva do trabalho chocava-se a toda hora com cenas de degradação no dia a dia dos serviços. Afinal, como demover o operário da opinião de que o trabalho era mesmo um tormento quando se sabia que um companheiro despencara do alto da parede de um reservatório porque não se aguentava de inanição?<sup>118</sup>

Não era preciso, portanto, que o sertanejo tivesse qualquer apreço pelo antigo padrão para que chegasse a conclusão de que aquele tipo de trabalho que as elites letradas e proprietárias anunciavam como “moderno” representava uma piora acentuada em sua vida. Assim sendo, pelos meios que lhes eram factíveis os retirantes das secas resistiam ao trabalho assalariado, criando constrangimentos e mesmo comprometendo o andamento dos serviços organizados pelo governo. *O desarranjo do trabalho findou por se tornar seu mais importante elemento de resistência e pressão.*

O historiador do cotidiano de trabalho dos proletários das secas é levado a operar um deslocamento nos referenciais historiográficos que, no mais das vezes, tomam as lutas operárias a partir de uma perspectiva de disputas no interior de um mercado de trabalho estabelecido, com trabalhadores e patrões chocando-se e negociando salários e condições de

<sup>117</sup> Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

<sup>118</sup> A notícia da queda de um operário da parede do açude Caio Prado, assim como notícias sobre condições injustas e degradantes de trabalho, pode ser verificadas em *A Lucta* de 23/12/1915, Sobral, BN.

trabalho segundo uma moral econômica que encara a força de trabalho como uma mercadoria posta à venda. No interior desse contexto de lutas de classe, a permanência do empreendimento produtivo mantém-se fundamental para ambas as partes e, para os trabalhadores, apresentar-se como portador de uma capacidade de trabalho à venda é imprescindível. Mas, em contraste, grande parte dos esforços de confronto dos operários nas obras de socorros públicos era o de *negar-se a se tornar uma força de trabalho disponível*.

É preciso, no estudo das relações de trabalho em obras de socorros públicos, aguçar o olhar para as formas cotidianas de resistência dos operários, para as criativas articulações *ad hoc* de que se valiam os retirantes para lidar com o dia a dia de trabalho. A defecção tinha, nesse âmbito, uma importância singular. Na primeira oportunidade, os retirantes abandonavam os trabalhos das obras. E, sobre essa disposição dos sertanejos em deixar as obras, as autoridades e os engenheiros tinham plena clareza. Sempre que o tempo era de chuvas regulares, o andamento das obras públicas via-se em risco por falta de trabalhadores que preferiam se dedicar às tarefas rurais a trabalhar por salários. Segundo registrou um relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas para o ano de 1893:

Como nos anos anteriores, a marcha dos trabalhos não teve a regularidade e presteza desejáveis. Grandes foram os embaraços que a precocidade e abundancia das chuvas produziram no começo do ano, dificultando a continuação das obras e dando motivo a retirada de numerosos trabalhadores, atraídos para a cultura das terras, agora prometedora com a melhoria da estação.<sup>119</sup>

Até em tempos de seca, quando não existia a alternativa do cultivo das terras, ainda assim sertanejos optavam pela retirada para fora da província para se distanciarem do cotidiano das obras de construção.

Em todas essas situações, a retirada era utilizada como elemento de pressão por parte dos sertanejos que, dessa forma, faziam com que a emigração passasse a compor seu arsenal de lutas para conquistar melhorias nas condições do serviço e nos socorros. Como afirmou Herbert Gutman, o historiador social faria uma “distinção artificial” se estudasse as pessoas como “imigrantes” por um lado e “operários” por outro.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> BRASIL. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Dr. Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Castellat...* Op. cit., p. 335.

<sup>120</sup> GUTMAN, Herbert. A note on immigration history, “breakdown models”, and the rewriting of the history of immigrant working-class peoples. In: \_\_\_\_\_. *Power & culture: essays on the American working class*. New York: The New Press, 1987, p. 255.

Mas, se engenheiros e autoridades encontravam na movimentação dos retirantes um limite para o exercício de seu mando, por outro lado os próprios retirantes deparavam-se também com limites a lhes cercear os meios de resistir ao trabalho assalariado. Nos momentos mais críticos em que a fome e as epidemias ameaçavam a própria existência das famílias sertanejas não havia outra saída senão aceitar o trabalho nas frentes de serviço do governo. Aos poucos, e ainda que aquele tipo de serviço fosse rejeitado pela maior parte dos sertanejos, as experiências de trabalhar em obras de socorros públicos foram sendo incorporadas como uma parte importante das estratégias de sobrevivência dos retirantes. Ao mesmo tempo em que a cultura prévia dos sertanejos invadia o cotidiano das obras, gerando complicações para a política de controle e disciplinamento dos administradores, por outro lado a vivência nas turmas de operários promovia alterações nos antigos hábitos de trabalho dos sertanejos. José de Castro Medeiros foi um dos que testemunhou no começo do ano de 1901 as agonias vividas pelos milhares de retirantes repentinamente despedidos das obras do açude de Quixadá. Observando o perfil dos que deixavam as obras, revelou-se perspicaz ao identificar uma mudança nos hábitos de uma parcela dos sertanejos:

Detalhe curioso que é justo notar, os meninos eram geralmente os melhores trabalhadores, aqueles que com mais assiduidade, gosto e energia gastavam as suas forças naquele serviço que os homens consideravam como uma esmola disfarçada, trabalho de governo no qual ninguém se mata.<sup>121</sup>

Não se trata aqui de um processo de “aculturação”, como antigos antropólogos usavam interpretar a dinâmica em que um grupo dominante impunha seus códigos culturais sobre populações colonizadas, como se lhes apagassem da memória a crença em seus antigos deuses. Trata-se antes de um processo dinâmico e complexo em que eventos são ordenados por valores culturais, ao mesmo tempo em que a cultura se reconfigura em face da dinâmica histórico-social, num movimento semelhante ao delineado por Marshall Sahlins como a relação entre estrutura e evento, “que se inicia com a proposição de que a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução”, mas que, diante de condições específicas “não previstas nas relações tradicionais”, “categorias culturais adquirem novos valores funcionais”: “Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se a relação entre as categorias mudam, a estrutura é transformada”.<sup>122</sup> É um bom referencial teórico que aqui me amparo para sustentar que, mesmo culturalmente

<sup>121</sup> Texto reproduzido em: TEÓFILO, Rodolfo. *Seccas do Ceará...* Op. cit., p. 168.

<sup>122</sup> SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 174.

resistentes aos processos de trabalho encontrados nas obras de socorros públicos, os sertanejos foram se transformando através de suas experiências cotidianas nas jornadas que ali passaram. Afinal, aquele que um dia entrava numa obra de socorro do governo durante uma grande seca não saía de lá o mesmo. Mais uma vez o fragmento do antigo Heráclito se revela pleno de sabedoria: “Em rio não se pode entrar duas vezes no mesmo”.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> HERÁCLITO DE ÉFESO. Sobre a natureza. In. *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 88.





## 6 ARTES DA RESISTÊNCIA

*Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes se arreliava. Não havia paciência que suportasse tanta coisa.*  
- Um dia um homem faz besteira e se desgraça.

Graciliano Ramos

Era próximo das dez horas da manhã do dia 20 de agosto de 1878 em Fortaleza. O sol já ardia sobre a cabeça dos retirantes e esses esperavam pelo pagamento das rações do governo em frente ao armazém da praça Visconde de Pelotas. Há quase três dias não recebiam comida e havia uma forte desconfiança sobre o que fariam os agentes dos depósitos. Não era certo nem que haveria de fato distribuição naquele dia.

Finalmente os víveres começaram a ser levados do prédio do depósito ao curral da pagadoria onde ocorriam as distribuições. Mas, antes que os encarregados completassem o percurso, retirantes lançaram-se sobre eles e, num átimo, arrancaram diversos volumes de carne e outros gêneros. Também não tardou para que chegassem doze praças de polícia convocados para proteger víveres e agentes dos depósitos. Mas os soldados encontraram uma multidão nada disposta a ceder. Foram recebidos com pedradas e tiveram de procurar refúgio no interior de uma casa a fim de se preservarem da ira plebeia.

Como era de se esperar em se tratando de uma folha de oposição, o *Pedro II* considerou ser exagerado e uma completa imprudência o uso da força contra aqueles “filhos do infortúnio” que apenas se precipitaram daquela maneira porque “a natureza imutável obrigava a impacientar-se”; estariam os retirantes assim apenas obedecendo “a suprema lei da necessidade extrema”. Segundo a versão do órgão conservador, a ordem já estava quase completamente restabelecida, com turmas de retirantes já devidamente recolhidas para receberem os gêneros, quando os soldados, “às carreiras, com sabre em punho, sem *quê* nem *porquê*, penetraram rapidamente nos currais e investiram furiosamente contra os moribundos de fome”, os quais, “impelidos pelo instinto da conservação”, arrancaram estacas de madeira para se defender.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *Pedro II* de 22/08/1878, Fortaleza, IC. Grifos do próprio jornal.

O presidente da província, em contrapartida, ofereceu a sua própria versão dos fatos. Para Albuquerque Barros, os retirantes já chegaram à praça dispostos ao conflito. Dias antes, a administração da província havia demitido alguns chefes de turmas que estariam coniventes com irregularidades e malversações dos gêneros alimentícios, o que teria gerado um clima favorável para que indivíduos da oposição agissem para criar embaraços ao governo. Agitadores estariam assim explorando os fatos, “incitando os emigrantes à resistência”.

Nesse propósito andaram pelos abarracamentos falando aos emigrantes, pregando a todos as suas ideias subversivas da ordem e da economia da propriedade pública e predispondo-os para um movimento qualquer de levantamento e insubordinação.<sup>2</sup>

Os pontos de vista são aqui bem claros e distintos. Para oposicionistas, os conflitos se desencadearam em razão do péssimo serviço de socorros a cargo da administração provincial que negligenciava o fornecimento dos alimentos. Os retirantes figuram como miseráveis levados pela agonia da fome, vítimas lancinadas pelos “mais agudos sofrimentos”. Os agentes policiais eram, por sua vez, “mercenários”, “sanguessedentos”, “provocadores”. Quanto ao que sustentava a versão oficial, nada teria acontecido não fosse a ação de “agitadores” explorando a frágil condição dos retirantes, criando “dificuldades e perigo para a ordem pública”. Os que atacavam os policiais eram “desordeiros muito conhecidos” e, da parte das forças públicas, seu comportamento teria sido exemplar, tentando de todas as maneiras dissuadirem os retirantes a baixarem paus e pedras, e afinal só se valeram da força quando a situação tornara-se por demais perigosa. São bem perceptíveis os exageros e os diversos recursos retóricos de persuasão nas diferentes versões sobre o conflito. Curioso é que, para ambas as partes, os retirantes não seriam propriamente os sujeitos de suas ações. De um lado, eram levados ao choque por algum instinto de conservação provocado pela fome. De outro, seriam “emigrantes dirigidos pelos desordeiros” interessados em manchar a imagem do governo. Mas retornemos ao curso dos acontecimentos.

Era tudo, menos passiva, a atitude dos retirantes diante das forças policiais. Quando os doze praças chegaram para recuperar os víveres tomados pelos retirantes foram “repelidos com pedradas e cacetadas pelos numerosos grupos” e, “para escaparem da morte, foram obrigados a refugiar-se em uma casa próxima”. O delegado de polícia que comandava a tropa em seu relatório escreveu que “ali mesmo, nas casas vizinhas, os desordeiros tentavam

---

<sup>2</sup> Ofício de 24/08/1878 e anexos, IJ<sup>1</sup> 282, Ministério da Justiça, AN.

entrar à força para arrastarem os soldados à praça e assassiná-los”. A notícia dos conflitos correu a cidade e os subúrbios, chegando até os “lugares mais arredados”. Os grupos amotinados tornavam-se mais numerosos com a afluência de retirantes de outros abarracamentos e daqueles que deixaram “os serviços em que estavam ocupados”. “Mostravam-se insistentes, lançando projéteis contra os soldados e a todo o preço querendo abrir luta contra eles”.<sup>3</sup>

Em certo momento os enfrentamentos eram simultâneos, em diversos pontos diferentes da praça. Imigrantes continuavam a lançar pedras, “vociferando e ameaçando acabar com todos os soldados”. Em número “superior a seis mil, enchiam quase toda a praça, cercavam o armazém, invadiam a pagadoria”. Pregavam que “estavam no seu direito, que os gêneros lhes pertenciam e que os comissários lhes haviam feito uma injúria demitindo os chefes de turmas”. Segundo o repórter do *Pedro II*, a praça “que é extensíssima, todas as ruas que dão saída para ela e todos os pontos próximos estavam literalmente cheios de retirantes e de curiosos”. A violência desencadeou o pânico e, alarmado, o cidadão Francisco Fernandes Vieira adentrou o palácio da presidência da província, informando que “o conflito tomava caráter muito sério, que três soldados já tinham sido mortos e que a luta continuava”.

Era a senha que faltava para que as tropas de linha e a cavalaria entrassem em ação. O presidente da província ordenou que uma parte da guarda do palácio se dirigisse à praça Visconde de Pelotas e convocou o comandante da cavalaria a enviar para ali seus homens “com ordem para dispersar o ajuntamento se não o conseguisse o Dr. Chefe de Polícia (...) pelos meios brandos e suasórios que lhe recomendei”. Em instantes, despontavam no palco do conflito quarenta soldados de linha com suas baionetas e seis cavalarianos com suas espadas.

Tanto o presidente da província quanto o chefe de polícia insistiram em seus relatórios sobre as repetidas advertências que os comandantes das tropas faziam para a multidão em polvorosa, mas esta a nada parecia querer ceder. O delegado da tropa policial, José da Fonseca Barbosa, registrou nesse mesmo sentido:

Não obstante as provocações, não desisti ainda uma vez do emprego dos meios brandos e pacíficos e acompanhado do Alferes Rocha [comandante da cavalaria] entrei a percorrer com ele diversos pontos da praça onde mais se ostentavam os desordeiros armados de cacete, pedras e pontas de estacas que agitavam para os soldados, procurando serená-los e prometendo-lhes que,

<sup>3</sup> *Pedro II* de 22/08/1878, Fortaleza, IC. Ofício de 24/08/1878 e anexos, IJ<sup>1</sup> 282, Ministério da Justiça, AN. Toda a narrativa que segue terá por base esse mesmo conjunto de fontes.

logo que evacuassem a praça e se abstivessem do tumulto e desordem que praticavam, se efetuariam o pagamento que haviam interrompido.

Seguindo a sua linha de argumentação, o jornal *Pedro II* sustentava, por outro lado, que a atitude desse delegado teria sido a de “insolentemente” declarar aos “seus miseráveis concidadãos que não se lhes daria mais rações e que eles haviam de pagar o desaforo de terem feito correrem os seus soldados”. Seja qual for a versão mais fidedigna – ou a menos distorcida –, os retirantes parece que se mantiveram altivos perante as tropas oficiais, agora reforçadas com mais armas e cavalos.

Sustentaram uma batalha que se estendeu por horas nesse jogo de ataques e defesas, com os antagonistas medindo forças. Mas num momento uma pedrada atingiu em cheio o peito do comandante da cavalaria, alferes João Sabino da Rocha, a que se seguiu outra que lhe alcançou um braço. A violência do ataque o fez inclinar sobre a montaria. “Simultaneamente muitos outros projéteis eram atirados contra a força que até então nenhum movimento fizera”, escreveu o presidente da província. Mas com a “formal resistência” da multidão e como o “arremesso de pedras tornou-se geral da parte do povo” a cavalaria se pôs em movimento. Uma parte da multidão logo se afastou, mas resistiram ainda grupos que haviam “preparado montões de pedras” e um desses, “mais arrogado, envolveu uma praça da cavalaria e, tendo-a já ferido, tentava apeá-la”. Foi quando se ouviu os disparos de três ou quatro tiros que teriam sido feitos para o ar, ordenados pelo alferes comandante da cavalaria para, dessa forma, assustar finalmente os revoltosos que punham em risco a vida de um de seus soldados.

Seria assim que as tropas governamentais teriam enfim cessado a grande revolta de retirantes da praça Visconde de Pelotas. E há mesmo entre os relatos disponíveis registros de um momento em que a praça se esvaziou, restando no chão muita gente ferida em meio a poças de sangue. Mas, para a reportagem do *Pedro II*, aquela dispersão era apenas o início de um segundo ato ainda mais violento e indignante. Em vingança, agora as tropas se lançavam contra os retirantes com toda a fúria.

Esse ataque bárbaro e horroroso durou horas porque a soldadesca desenfreada, açulada por ordens iníquas, acometia furiosamente contra todos os que via e demorava-se em dar panos, ferir e mutilar quantos alcançava, o que atestam irrecusavelmente as feridas, contusões etc. que recebeu cada uma desse grande número de vítimas, muito pouca das quais tiveram a felicidade de evitar a repetição dos golpes.

Após assim distribuírem castigos aos retirantes que encontraram na praça, os soldados teriam saído em perseguição pelas ruas principais da cidade, capturando pessoas que identificavam como sendo os “desordeiros”. Entraram enfim nos abarracamentos do Alto da Pimenta, da Pacatuba e de São Sebastião.

E nessa perseguição invadia os pobres tugúrios, choças de palhas e os ranchinhos de ramos, dentro dos quais espancaram e feriram sacrilegamente aos que debaixo deles mal abrigavam-se dos raios do sol e que eram estranhos aos deploráveis acontecimentos que havia ocorrido na praça.

Como saldo dos embates, consta terem ficado feridos umas duzentas pessoas, entre soldados, encarregados dos depósitos e retirantes. O jornal *Pedro II* apontou o caso de dois retirantes que teriam sido mortos, mas o presidente da província contestou a informação. O que ninguém objetou é que a notícia trazida por Francisco Fernandes Vieira de que três policiais tinham sucumbido nos combates foi apenas um exagero ou um simples desatino, provavelmente resultado da boataria de quem assistia aos fatos, apavorados.

Ao término dos acontecimentos, teria havido ainda uma “passeata de regozijo” com uma banda de música posta à frente das forças “vitoriosas” que finalmente recolheu-se após as três horas da tarde. Havia se passado, portanto, quase seis horas desde os primeiros conflitos pela manhã.

No dia seguinte, os comissários de cada abarracamento da capital (eram então doze espalhados pela cidade) receberam uma circular da presidência da província pedindo informações sobre feridos. Era um procedimento que visava demonstrar os cuidados das autoridades para com os retirantes, mas evidentemente se tratava também de um recurso para identificar aquelas pessoas que haviam se envolvido diretamente nas lutas. A maioria dos comissários respondeu sucintamente que em seu distrito não havia feridos, que os socorridos nele abrigados não haviam participado dos conflitos da praça Visconde de Pelotas. Telésforo Marques da Silva Júnior, comissário do abarracamento da Boa Esperança, situado próximo à praia, informou, entretanto, algo a mais. Além de frisar que tinha “muita satisfação” em responder que nenhum dos socorridos em seu abarracamento havia participado dos embates, precisou que isso ocorreu “porque tive a cautela de ordenar a retirada das turmas daquele lugar logo que soube haver movimento belicoso da parte de outras da Pacatuba e circunvizinhanças”.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Ofício de 24/08/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

Todos já sabiam pela cidade. A revolta nasceu entre os retirantes do abarracamento da Pacatuba – na verdade, abarracamento do Benfica, do 6º distrito, situado na antiga estrada da Pacatuba. Era então o mais numeroso de Fortaleza, abrigando quase 24 mil imigrantes. Havia por aquela época aproximadamente sessenta turmas de operários ali organizadas; nenhum outro abarracamento contava com tantas turmas (nem mesmo o populoso Alto da Pimenta, com 53 turmas de trabalhadores selecionadas entre mais de 20 mil retirantes). A maior parte dos trabalhadores estava designada para carregar pedras desde a ponta do Mucuripe.<sup>5</sup> Quando, no dia 20 de agosto, compareceram à praça Visconde de Pelotas, era para receberem pagamentos por serviços prestados que ali se reuniram.

Há tempos os retirantes de Fortaleza andavam agitados, descontentes com os socorros do governo e envolvendo-se em rugas com as forças policiais. Desde ao menos os últimos meses de 1877, mas de forma mais intensa durante a primeira metade de 1878, várias tentativas de saques ocorridas nas horas do pagamento de rações acabavam com a intervenção repressora das forças públicas lançando-se sobre os imigrantes. Em 18 de março, quando retirantes esperavam pelos salários na praça Marquês do Herval, uma renhida luta ali se deu. Retirantes dispensados de obras de socorros quiseram receber pagamentos, mas soldados os impediram. Resistindo com pedradas, os retirantes foram repelidos com tiros de espingarda, ficando muitos feridos, inclusive duas crianças. Horas depois, ainda naquele dia, um novo enfrentamento resultaria na morte de um imigrante. Já nas semanas que antecederam a revolta, soldados e retirantes andaram se engalfinhando nas pedreiras do Mucuripe. Quando um trabalhador, em meados do mês de julho, insistiu em desobedecer a regra de cada indivíduo não poder carregar “mais de uma pedra de tamanho regular”, trazendo ao ombro um saco cheio delas, o administrador da pedreira chamou o delegado de polícia que deu voz de prisão ao retirante. Os seus companheiros conseguiram, porém, “arrebatar o preso do poder dos guardas”. No dia seguinte, mais duas turmas de retirantes enfrentaram os policiais com o mesmo objetivo. No dia 5 de agosto, mais uma vez os carregadores de pedras tentaram passar por cima da autoridade do administrador da pedreira:

Deu-se então um conflito, de que resultaram diversos ferimentos e os chefes de turma que a tudo presenciaram, em vez de intervirem na tentativa de fazer

---

<sup>5</sup> CEARÁ. *Fala com que o excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª seção da 24ª legislatura da assembleia legislativa no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, p. 52-53.

cessar os conflitos, ao contrário tornaram-se estimuladores dos operários e foram, segundo sou informado, os promotores da desordem.<sup>6</sup>

Acresce que também por aqueles dias no abarracamento de Pacatuba a varíola chegava com violência. Não me refiro ao caráter mortal da doença – que certamente fazia crescer o sentimento de angústia entre todos –, mas ao aumento do controle sobre os imigrantes. Num ofício de 10 de agosto o comissário informou que mandara recolher ao lazareto da Lagoa Funda “dezessete pessoas que no período de três dias foram descobertas no distrito a custa de laboriosas e peníveis [sic] investigações”. Dizia ainda:

Acontecendo, pois, que por ignorância quase todos os que são acometidos do mal se ocultam e pelos meios a seu alcance frustram as precauções higiênicas que se tomam para obstar os estragos da peste, venho propor à V. Exa. que se digne confirmar a medida que estabeleci de conferir a uma companhia sanitária, composta de um prefeito e de treze vigias, o salário de dois mil réis por cada varioloso que a dita Companhia recolher ao Lazareto.<sup>7</sup>

Na busca pelos variolosos, caçadores de prêmios ficavam dessa forma autorizados a entrar no barraco de cada família de retirantes que julgassem suspeitos de estarem doentes.

Em face dessas circunstâncias, não parece estranho que as turmas de operários do abarracamento de Pacatuba estivessem mobilizadas para a luta no dia 20 de agosto. Como já visto acima, chefes de turmas haviam sido demitidos dias antes sob acusação de conivência com a malversação dos gêneros. Essa medida podia estar comprometendo algum esquema não oficial de obtenção de comida forjado pelos operários. Além disso, a escassez de víveres e a distribuição de comida estragada também eram recorrentes nos meses centrais de 1878, o que podia igualmente estar encorajando os imigrantes para a luta. É plausível imaginar que esses temiam novas retaliações por parte dos comissários de socorros.

Falou-se de pessoas percorrendo os abarracamentos com “doutrinas subversivas”. E, de fato, a se levar em consideração certos comportamentos dos grupos de retirantes durante o conflito – as pedras previamente amontoadas e as investidas coletivas, por exemplo – podemos pensar mesmo na presença de algumas técnicas populares de combate combinadas com antecedência. Se não houve uma conspiração da oposição, como acreditava – ou queria fazer acreditar – o presidente Albuquerque Barros, é possível que o descontentamento dos

<sup>6</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 178. Ofício de 23/03/1878 e anexos, II<sup>1</sup> 282, Ministério da Justiça, AN. Ofícios de 16/07 e 14/08/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

<sup>7</sup> Ofício de 10/08/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.



retirantes com a repetida repressão policial e a demissão dos chefes de turmas ocorrida dias antes tenham desencadeado um movimento de protesto de alguma forma planejado. Seria isso que percebeu o comissário do abarracamento da Boa Esperança quando falou no “movimento belicoso da parte de outras [turmas] da Pacatuba e circunvizinhanças”? Se a ideia de um motim remete a um levante provocado por alguma reação súbita de uma multidão pega de surpresa por alguma notícia indignante, não foi bem isso o que parece ter ocorrido no dia 20 de agosto de 1878. É provável que estejamos diante de um movimento que melhor se caracteriza como uma revolta prevista e antecipadamente preparada.

No dia 21 de agosto, o comissário Vicente Alves Maia tratou de fazer “uma visita extraordinária e especial” ao abarracamento da Pacatuba. Procurava por “pessoas feridas ou contusas do conflito que se deu na Praça Visconde de Pelotas”. Depois de decorridas mais de 24 horas, não havia encontrado “uma só reclamação de socorros ou providências inerentes às emergências que resultam dum conflito”. Era uma constatação realmente intrigante diante de tudo o que se sabia sobre a grande violência com que retirantes e soldados haviam se enfrentado. Tão intrigante quanto o fato de o mesmo comissário, durante uma nova visita que fez ao abarracamento dois dias depois, ter demitido “alguns empregados na enfermaria pela discórdia que ali reinava entre eles”.<sup>8</sup> O que estaria acontecendo na enfermaria da Pacatuba naqueles dias para que desavenças entre empregados resultassem em demissões? Seriam desavenças relacionadas a pessoas envolvidas no conflito? E o que teria acontecido com os prováveis feridos da revolta?

Ocorre que a linha de discurso oficial era a de negar que as tropas tinham agido com truculência contra os retirantes e que não havia restado feridos graves do conflito. No dia 22 de agosto, porém, circulou pela cidade o jornal *Pedro II* que trazia em primeira página um relatório detalhado da revolta, no qual constava ter havido “cerca de duzentos feridos e alguns mortos que, segundo informações colhidas, a polícia e empregados da seca trataram de ocultar”. Nos números seguintes, o *Pedro II* renovou a carga de acusações e apresentou uma lista de 55 feridos, devidamente identificados, e dois mortos (um homem não identificado, mas que testemunhas diziam ter visto sucumbir numa rede carregada com um pedaço de crânio pendurado apenas pelo couro cabeludo, e um “menino de nome Raimundo”, atingido por uma bala e que “pertencia à turma nº 20”). O próprio presidente José Júlio de Albuquerque Barros tratou de visitar por duas vezes os abarracamentos onde se dizia haver

---

<sup>8</sup> Ofícios de 21/08 e 23/08/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

feridos, mas declarou que nas diligências por ele empregadas “nenhum ferido ou contuso se apresentou”.<sup>9</sup> É bem possível que administradores públicos estivessem de fato querendo ocultar a gente ferida e mesmo alguns mortos no conflito.

Mais é possível também que os próprios retirantes implicados não quisessem aparecer. Motivos para tanto não lhes faltavam. Ferimentos pelo corpo eram atestados de envolvimento na revolta que não podiam ser apagados em poucos dias. Estavam, portanto, a mercê de prováveis perseguições de vingança por parte dos soldados humilhados. Não seria a primeira vez que membros das forças públicas agiriam ao arrepio da lei em perseguições escusas e confiantes num manto de impunidade a lhes proteger. Precisavam os retirantes, nesse caso, se esconder. É bem possível que pelas estradas vicinais de Fortaleza, nas noites que se seguiram, ou mesmo embarcando nos vapores lotados que saíam do porto, partissem em fuga os que se sentiam mais inseguros por terem tomado parte no protesto.

Mas os próprios abarracamentos também poderiam ser bons refúgios. Comissários costumavam reclamar das dificuldades que tinham em fiscalizar aqueles espaços pela grande quantidade da gente forasteira que poderia ali passar nomes falsos, ocultar crimes cometidos, acoitar procurados pela polícia, promover conspirações. Um abarracamento era uma zona de contato de uma multidão heterogênea e opaca. Sendo um dos mais populosos e lugar de intensa circulação, o da Pacatuba foi mesmo classificado como um centro de difícil controle. Segundo um dos comissários que estiveram à frente de sua administração:

Procedendo a mais rigorosa fiscalização no distrito que V. Exa. se dignou confiar-me, cheguei a verificar que o abarracamento a meu cargo não é simplesmente um abarracamento, mas um complexo de vários e numerosos emigrantes que, se achando destacados em diversos pontos de outros distritos, vem se agrupar neste abarracamento em procura de socorros, formando assim uma massa de povo mui superior a vinte e quatro mil pessoas.<sup>10</sup>

Tem-se ainda através desse ofício que pelo abarracamento da Pacatuba entravam e saíam diariamente retirantes de diversos lugares vizinhos, como Pajeú, Alto da Pimenta, São Benedito, estrada de Soure, São Sebastião, Via Férrea, Damas. Com suas fronteiras mal definidas, havia retirantes que tinham sua palhoça erguida num abarracamento vizinho, ao mesmo tempo em que trabalhava no transporte de pedras entre a praia do Mucuripe e a

<sup>9</sup> *Pedro II* de 25/08 e 29/08/1878, Fortaleza, IC. Ofício de 31/08/1878 e anexos, II<sup>1</sup> 282, Ministério da Justiça, AN.

<sup>10</sup> Ofício de 4/11/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

estrada de Messejana e recebiam seus pagamentos junto aos alistados da Pacatuba. Entre cada um desses espaços, retirantes teciam conexões que poderiam se constituir numa rede de comunicação clandestina, importante para a organização de movimentos passíveis de vigilância por parte das autoridades. Aquele abarracamento reunia, dessa maneira, características propícias a se tornar um centro de resistência para as turmas de retirantes da cidade. Não foi a toa que os soldados, quando dispersaram os sublevados da praça Visconde de Pelotas, dirigiram-se logo para os abarracamentos do Alto da Pimenta, São Sebastião e Pacatuba à procura de envolvidos. Eram essas as mais numerosas concentrações de proletários das secas na cidade e estavam situadas todas próximas umas das outras, num eixo ao sul da capital.

Que os retirantes do abarracamento de Pacatuba tenham tido um papel estratégico na preparação da revolta fica evidente quando observamos a relação dos feridos publicada em números do periódico *Pedro II*. Tendo recebido tiros, pancadas de cassetetes, estocadas de sabres, trata-se sem dúvida de uma parte expressiva dos protagonistas do grande levante, pessoas que estiveram na linha de frente dos enfrentamentos; adultos e crianças, pardos e caboclos, pretos, brancos e crioulos, provenientes de diversos pontos do sertão seco, um pessoal bastante heterogêneo, mas quase todos se declarando operários de alguma turma do abarracamento de Pacatuba.

**Tabela 2 – Retirantes feridos no conflito da praça Visconde de Pelotas**

Nome	Estado	Cor	Procedência	Abarracamento
Cosme da Silva		Pardo	Pereiro	Pacatuba
Francisca das Chagas de Jesus	Casada		Santana	Pacatuba
Frutuoso Gomes da Silva		Caboclo	Quixeramobim	Pacatuba
José Vieira do Nascimento	Viúvo	Caboclo	Pedra Branca	Alto da Pimenta
Miguel Francisco Ramos	Casado	Crioulo	Santa Quitéria	Pacatuba
Francisco Ferreira Gregório		Preto	Tamboril	Alto da Pimenta
José Lopes Benevides	Casado	Caboclo	Aquiraz	Alto da Pimenta
Manuel Correia da Silva	Casado	Branco	Baturité	Pacatuba
Joaquim Correia da Silva, seu filho		Branco	Baturité	Pacatuba
Esmeraldo Gomes da Mota	Solteiro	Branco	Quixadá	Pacatuba
Luis Ferreira Lima	Casado	Pardo	Jubaia	Pacatuba
Manuel Monteiro do Nascimento		Crioulo	Várzea Alegre	Pajeú
José Pereira Veras	Casado	Branco	São Francisco	Pacatuba
Pedro Alves Pinheiro, “trabalhador do armazém da pagadoria da Pacatuba”		Branco	Cachoeira	Pacatuba
João Mariano de Souza	Casado	Caboclo	Acarape	Pacatuba
Sebastião Raimundo Dias	Casado	Pardo	Crato	Alto da Pimenta
Elias Francisco de Almeida	Casado	Preto	Icó	Pacatuba
João Nepomuceno	Solteiro	Pardo	Icó	São Luiz
Manuel Militão	Solteiro	Pardo	Sobral	Pacatuba
José de Barros de Albuquerque	Solteiro	Caboclo	Inhamúns	Pacatuba
Antonio Pedro do Nascimento		Pardo	Rio do Peixe	Pacatuba

José Francisco do Nascimento	Casado	Branco	Quixeramobim	Pacatuba
José Casimiro de Abreu	Casado	Branco	Canindé	Pacatuba
Antonio Tibardio da Silva	Solteiro	Branco	Pereiro	Pacatuba
Brazilino de Souza Lima, “empregado do hospital”	Casado	Branco	Maria Pereira	Alto da Pimenta
Raimundo Pereira da Silva, “da turma de José Ricardo”			Baturité	Alto da Pimenta
Manuel Tomás			Icó	Pacatuba
Joaquim Ferreira do Carmo, “da turma n. 15 de que é chefe Cesário de tal”	Casado			
Raimundo Francisco de Santana	Casado			
Cesário Gomes de Lima				Pacatuba
Francisco Manuel de Moraes				Pacatuba
Antonio Ferreira Batista	Casado		Inhamúns	Pacatuba
Honório Francisco Dias	Casado		Pereiro	Pacatuba
Francisco Jorge de Souza	Casado		Acarape	Pacatuba
Inácio Ferreira Gadelha, “inspetor de família”	Casado		Aquiráz	Pacatuba
Joaquim José de Andrade			Arronches	
Alexandre Januário				Pacatuba
Lourenço Franco Cardoso, “morador junto do Dr. José Lourenço”				
Vicente Ferreira do Nascimento				Tijubana
Reginaldo Pereira Lima, “guarda”				Pacatuba
Antonio Cavalcante de Matos				Pacatuba
João Paulo Rodrigues				Pacatuba
Januário dos Santos				Pacatuba
João Paulo do Nascimento				Pacatuba
Antonio Cosme Batista, criança				Pacatuba
José [ilegível] Monte				Pacatuba
José Romualdo				Pacatuba
Pedro Lourenço, cargueiro, “tinha vindo a esta cidade com a família do advogado Antonio Artur”				
José Caetano, fâmulos do ex-pagador				
Paulino José Moreira, irmão do pagador				
Pedro Sátiro de Lima				Pacatuba

Fonte: *Pedro II* de 25/08 e 29/08/1878, Fortaleza, Instituto do Ceará: histórico, geográfico e antropológico. DVD Interativo – Hemeroteca.

Uma semana depois da revolta, 743 retirantes foram alistados no abarracamento de Pacatuba para trabalharem na Estrada de Ferro de Baturité. Não existem evidências positivas a confirmar essa hipótese, mas não desisto de imaginar que entre estes que partiam para os trabalhos na via férrea estariam muitos daqueles que participaram ativamente dos combates da praça Visconde de Pelotas. Talvez os agentes de socorros estivessem aproveitando a demanda por trabalhadores no prolongamento da Baturité para afastar do abarracamento indivíduos que representassem algum perigo para a ordem. Mas se era essa a real intenção dos administradores da pobreza, o plano não saiu bem como planejado: quando

os alistados souberam que estavam sendo reunidos para trabalhar na estrada de ferro “todos mais ou menos recusaram-se ao mandato”.<sup>11</sup>

A revolta dos retirantes na praça Visconde de Pelotas é uma porta de acesso ao cenário de articulações que compunham as artes da resistência dos proletários das secas. A identificação de um determinado corpus documental permite compor uma narrativa que insinua o clima de tensão, recompõe os enfrentamentos violentos e as perseguições no momento do conflito. Também possibilita reconstituir o contexto opressivo, as queixas e as articulações travadas num território mais ou menos secreto, delineando parcialmente os “rostos na multidão”<sup>12</sup> agitada.

Aquele levante era o resultado de meses de convivência forçada entre retirantes e os habitantes de uma cidade sobressaltada pela presença estranha e indesejada de uma multidão de miseráveis. A revolta culminava uma sucessão de conflitos de menores dimensões que iam acumulando a tensão entre imigrantes, comissários de socorros e soldados. Com o passar do tempo, sertanejos de diferentes proveniências estabeleciam relações, reconhecendo a condição compartilhada e esboçando identificações em face de um outro hostil. Não demorou para que o estranhamento se transformasse em antagonismo, e o antagonismo em confronto aberto e violento entre formações coletivas.

A organização das turmas de trabalhadores oferecia novos elementos ao incremento dessas lutas. Do modo como já foi ressaltado anteriormente, ao mesmo tempo em que viabilizava o trabalho nas jornadas das secas, a reunião dos retirantes em agrupamentos contribuía para aproximar os interesses comuns dos operários de uma mesma turma, gerando focos de resistência, aumentando a pressão pelo desarranjo do trabalho no cotidiano das obras de socorros públicos. O objetivo deste capítulo é apresentar elementos que sirvam para o entendimento desses arranjos estabelecidos pelos retirantes, em especial aqueles construídos na interface com o mundo do trabalho, nas fronteiras do trabalho.

Esses arranjos tinham, por sua vez, características particulares. Por terem proveniências diversas, quando os proletários das secas se engajavam numa obra de socorros públicos passavam a trabalhar ao lado de pessoas estranhas a seu convívio comunitário. Claro

---

<sup>11</sup> Ofício de 29/08/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

<sup>12</sup> Expressão criada pelo historiador britânico Asa Briggs, tomada como eixo metodológico básico nos estudos de George Rudé, tais como: RUDÉ, George. *Wilkes and liberty: a social study of 1763 to 1774*. Oxford: Oxford University Press, 1965. RUDÉ, George. *The crowd in the French Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1967. RUDÉ, George. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

que muitas vezes alistavam-se juntamente com pessoas da família e amigos que singraram juntos a dura retirada. Mas a maioria dos companheiros de turma era uma gente com a qual o retirante ia travar seu primeiro contato. Além disso, novos também eram os chefes, o regime de trabalho, as formas de pagamento, os horários e as tantas diversas outras condições encontradas no cotidiano das obras. Resistir às opressões encontradas nessa nova e mutável realidade exigia do sertanejo pobre um aprendizado constante e de acordo com experiências inéditas.

Recompor a trama dessa tessitura é algo, no entanto, bastante difícil. Não existem muitas falas preservadas dos próprios retirantes. Os contemporâneos que episodicamente registraram opiniões sobre suas ações coletivas reproduziam uma visão que muito pouco estimula a imaginação. Como visto acima, os imigrantes nunca figuravam como sujeitos de suas próprias ações. Pelo contrário, ou eram vistos como indigentes dirigidos por conspiradores da oposição ou famintos levados à revolta por reações inevitáveis da fome (a “visão espasmódica” contestada por E. P. Thompson). A maneira, por exemplo, como Rodolfo Teófilo se referiu à truculência das tropas oficiais nos conflitos da praça Visconde de Pelotas considerava que o delegado de polícia, “com aquela coragem brutal de tigre contra o cordeiro, mandou levar o povo a ferro e a fogo”.<sup>13</sup> Os que ainda guardavam alguma simpatia pela condição dos retirantes, como Teófilo, não viam neles mais do que “cordeiros” vitimados pela brutalidade dos maus governantes. Não avançavam muito, dessa forma, em relação aos que viam nos imigrantes, desde uma perspectiva mais severa, membros de uma “classe perigosa” prestes a se revelar em sua ira selvagem.

### 6.1 Articulações solidárias

Na grande seca de 1877-79, os centros litorâneos – sobretudo Fortaleza – concentraram as ações mais expressivas de retirantes reivindicando pagamentos, enfrentando tropas policiais, demonstrando com seus protestos que não estavam nada dispostos a morrer passivamente de fome, nem tampouco a se submeter a esquemas opressivos de trabalho. A revolta em frente à pagadoria da praça Visconde de Pelotas foi o ponto culminante de uma articulação de movimentos que vinha num crescendo desde a chegada dos primeiros grupos de imigrantes em 1877.

Mas também foi o marco de um perceptível declínio que se seguiu àquele levante. Uma combinação de fatores pode ter interferido de modo mais direto na desarticulação de

<sup>13</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará...* Op. cit., p. 215.

novos protestos. Os meses que se seguiram foram aqueles em que a epidemia de varíola tomou proporções mais catastróficas na capital da província, arrancando a vida de dezenas de milhares de pessoas e deixando outra parte massiva da população prostrada em redes ou nos leitos do lazareto da Lagoa Funda. 10 de dezembro de 1878 ficou na memória como o Dia dos Mil Mortos, tendo sido a quantidade dos vitimados pela varíola tão grande que o pessoal encarregado pelos enterros, extenuado de tanto cavar covas coletivas, deixou ao cair do dia 230 cadáveres insepultos.<sup>14</sup> Além do crescimento da vigilância sanitária, a própria doença serviu como fator desestabilizador das lutas dos retirantes, neutralizando os indivíduos mais ativos nos arranjos da resistência.

Além disso, a intensificação dos trabalhos de construção das estradas de ferro de Sobral e de Baturité retiraria do litoral a maior parcela dos imigrantes considerados “válidos”, desfazendo turmas de trabalhadores dos abarracamentos que eram os principais focos de pressão sobre os agentes do governo. Em Fortaleza se manteria basicamente a parcela mais idosa da população de sertanejos, uma grande quantidade de crianças órfãs e uma gente que restava desamparada após perderem os familiares para o abandono da emigração ou as epidemias. Quando, em 19 de junho de 1879, uma grande passeata de 12 mil pessoas tomou as ruas da capital para protestar contra a suspensão dos socorros anunciada pelo governo imperial, o jornal *Cearense* qualificaria os participantes como uma multidão de “inválidos, viúvas e órfãos”.<sup>15</sup>

Espalhados em grupos menos numerosos pelos abarracamentos das vias férreas, os retirantes provavelmente ficaram mais expostos à vigilância inibidora de grandes concentrações. Certamente o antagonismo não se extinguiu durante aquela seca – e evidências disso já foram apontadas anteriormente nesta tese –, mas de fato passaram a assumir uma configuração mais atomizada.

As investidas dos proletários das secas reacenderiam com o novo tempo de estiagem em 1888-89. Iniciou-se com uma “revolução” dos operários da via férrea, na cidade de Baturité. No dia 29 de setembro de 1888, num sábado, o engenheiro-chefe César de Souza surpreenderia os trabalhadores, mandando “declarar ao povo da estrada que cada trabalhador percebia 800 réis diários e que no corrente mês em diante pagaria só 700 réis”. Os salários eram pagos mensalmente nesta época, dificultando o controle de cada operário sobre as somas de seus ganhos diários, os descontos etc. Muitos acreditavam que o salário pago por dia estava

---

<sup>14</sup> Idem, p. 240-43.

<sup>15</sup> *Cearense* de 20/06/1879, Fortaleza, BPGMP.

cotado em mil réis, pois até então “sobre essa questão dos salários reinava todo o segredo”. Naquele momento, uma nova folha de pagamento estava sendo confeccionada para os que trabalharam ao longo do mês de setembro. Indignados, sentindo-se ludibriados, os trabalhadores combinaram então tirar satisfações com o engenheiro na segunda-feira seguinte, dia primeiro de outubro. E assim fizeram.

Logo às oito horas da manhã, na segunda-feira, uns sessenta homens dirigiram-se à casa do engenheiro César de Souza e reclamaram contra o corte anunciado. O engenheiro, no entanto, disse que não voltaria atrás e que manteria a ordem de corte nos salários. Imediatamente, registrou uma matéria do jornal *Cearense*, “todos se retiraram murmurando e abandonaram os instrumentos de trabalho”. “Plano concertado entre todos eles, a greve foi geral”. Naquele dia não se via “um único trabalhador na estrada”.<sup>16</sup> Apenas o corpo de cavouqueiros resolveu não aderir à paralisação.

Os operários reuniram-se então no bairro do Putiú, ao lado da estação ferroviária. Discutiam “tomar uma vindita contra o Dr. César” e muitos estavam armados. Para lá se dirigiram alguns soldados que quiseram desarmar os retirantes. Seguiu-se daí uma “tremenda luta”. Um morador de Baturité disse ter havido então “muita cacetada, pedrada e facada”. Os praças levaram a pior e, para refugiarem-se, entraram na estação e fecharam a porta. A mesma testemunha de Baturité escreveu sobre o episódio:

Quatro a cinco praças que se refugiaram na estação foi bastante para o povo forçar a entrada do edifício, não o conseguindo a muitos pedidos e rogos; mas ninguém pôde impedir que arremessassem uma chuva de pedras sobre o mesmo, de que resultou quebrarem tudo quanto era vidro, relógio e caixilhos das portas.<sup>17</sup>

Tudo indica que a exaltação dos trabalhadores era extrema nesse momento, tendo o repórter do *Cearense* registrado que “o povo assaltante, a rugir como feras, jurava matar os soldados”. Somente às três horas da tarde, “a muito rogo de diversas pessoas”, em particular do padre Antero Bernardino, coadjutor da freguesia, os soldados puderam finalmente retirar-se da estação quando “serenou um pouco a irritação popular”. Mas os grevistas impuseram a condição “deles sitiados virem *escoltando* a força pública ensanguentada, rasgada e algumas

<sup>16</sup> *Cearense* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>17</sup> *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.



praças sem boné e sem facão, até o quartel nesta cidade, com muito trabalho dos que os apaziguavam, pois que queriam dar ainda nos soldados!”<sup>18</sup>

Promotores de uma greve com traços de insurreição, os operários da Baturité tomaram o cuidado de sabotar a comunicação com a capital, cortando o fio telegráfico. Muitos habitantes da cidade ficaram apavorados com tudo o que viam e, quando os grevistas subiam para o centro da urbe escoltando os soldados, “espalhou-se a triste notícia de que seria saqueada a população”.

Isso alarmou tanto a cidade que num momento fechou-se tudo, procurando cada qual trancar-se o melhor possível e armar-se para o que desse e viesse. Foi um barulho infernal o bater das portas de envolta com a gritaria geral. Eu tive também de me trancar e partilhei o meu bocado de medo.

Dessa vez não passaram de “boatos aterradores”. Recolhida a força pública, o “povo voltou para o Putiú numa gritaria danada e lá acampou”. Mas uma nova onda de pavor tomou conta da cidade quando, ao cair da tarde, chegou um expresso com 26 ou 28 praças “pedidos para garantir a população”. Quando os soldados desembarcaram, os grevistas cercaram-nos e os acompanharam “numa vozeria infernal, insultando a força até entrar no quartel”. “Foi outro susto que tivemos, tanto mais quanto se dizia que desta vez seria saqueado o mercado público”. E, mais uma vez, os boatos não se confirmaram. Os trabalhadores permaneceram por algum tempo nas imediações do mercado, “mas com pouca demora seguiu para a estação dando *vivas e morras*”.<sup>19</sup>

Pela noite ainda circularia um “boletim insultuoso ao engenheiro-chefe” e a cidade recolheu-se apreensiva: “Estão todos amedrontados”, anotou a testemunha de Baturité antes de dormir.

Se o engenheiro em chefe não foi atacado hoje em sua própria casa nesta cidade, agradeça a intervenção de cidadãos distintos. Assim mesmo os engenheiros (alguns) e suas famílias, receosos, pediram socorro e refugiaram-se em casas estranhas.<sup>20</sup>

São essas, basicamente, as informações de que disponho sobre a greve dos operários do prolongamento da via férrea de Baturité em 1888. Impactante e expressivo, foi entretanto um movimento isolado, após o qual se seguiu um período de vários meses sem

<sup>18</sup> *Cearense* de 3/10/1888, e *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

registros de novos protestos envolvendo retirantes. Uma onda de conflitos sem precedentes, no entanto, estava destinada a estourar em finais de agosto de 1889 quando, sob o novo governo do conselheiro Henrique D'Ávila, os salários nas principais obras públicas sob o encargo da administração provincial deixaram de ser pagos. Em muitas obras, os trabalhadores já estavam há mais de um mês sem receber quando se anunciou subitamente a suspensão de todos os serviços públicos da província.

No dia 22 de agosto, trabalhadores de Granja e de Camocim provocaram “desordens” e ameaçaram saquear os armazéns públicos. Um telegrama do comissário Inácio Fontoura dizia que, por falta de proteção policial, as próprias vidas dos comissários daqueles lugares corriam perigo. Na vila de Pacatuba, no dia primeiro de setembro, houve uma “grossa pancadaria nos infelizes retirantes” após uma tentativa de saque. Repelidos “à cacete e pedras”, os retirantes reagiram, “travando-se luta que durou cerca de duas horas”. Em Maranguape, dois dias depois, mais de mil operários das obras suspensas “intimaram o comissário do governo a dar-lhes víveres (...) de modo tão enérgico que o comissário teve de ceder”. Foram em seguida enviados tropas oficiais para conter aqueles imigrantes. No mesmo momento em que os acontecimentos transcorriam em Maranguape, em Acarape ocorria um “levantamento dos trabalhadores”, tendo o governo provincial destacado 25 praças para o local.<sup>21</sup>

No dia seguinte, 5 de setembro, mais de seiscentos “retirantes armados de faca e cacete” atacaram o depósito de Messejana por volta do meio dia. Numa nota do *Libertador* lia-se que “os famintos, em desespero, ameaçavam de morte quem se opusesse à realização do intento a que os impelem as aperturas da fome.” Houve então “contusões e ferimentos”, resultado dos choques com os soldados. Naquele mesmo dia as agitações chegariam a Fortaleza, com uma multidão de quatrocentos homens e mulheres atacando os depósitos de víveres do Pajeú. “Em menos de meia hora o armazém ficou inteiramente limpo dos duzentos e tantos volumes de arroz, farinha e charque que continha”. As forças públicas desta vez chegariam tarde demais, não encontrando mais viva alma dos que praticaram o saque.<sup>22</sup>

Em seis de setembro, novamente em Messejana e, ao mesmo tempo, no bairro do Alto da Balança em Fortaleza, havia “grande número de retirantes armados” dispostos a enfrentar quem se pusesse a impedi-los de tomar os gêneros do governo. Horas depois,

<sup>21</sup> Telegrama de 24/08/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC. *Libertador* de 2/09 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>22</sup> *Libertador* de 5/09 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

naquele mesmo dia, “um grupo de famintos, mulheres na maior parte”, atacou três carroças que conduziam víveres para um depósito em Jacarecanga, nos subúrbios da capital.<sup>23</sup>

Em oito de setembro seria a vez de Aracati e Aquiraz viverem momentos de tensão quando outros grupos de retirantes assaltaram os depósitos do governo. Em Baturité, também naquele dia, armazéns foram tomados por imigrantes. E, quanto a Quixadá, saques foram evitados apenas porque o próprio chefe de polícia para ali se dirigiu no intuito de inibir tumultos no que era um dos maiores centros de reunião de retirantes daquela seca.<sup>24</sup>

Ainda uma semana depois, 14 de setembro, um telegrama de Camocim clamava pela remessa urgente de quinze praças “de confiança [para] conter operários [na] distribuição [das] sacas [de] gêneros”. No dia 20, de novo em Camocim, o comissário José de Souza Martins registrou que se propalava pela cidade a intenção dos retirantes atacarem o depósito de gêneros. Como se não bastasse o clima geral de insegurança, aquele comissário teve de lidar com a recusa de operários em descarregar o vapor *Cabral* que chegara naquele mesmo dia trazendo novas remessas de víveres. Os operários alegavam não quererem trabalhar por “nada receberem do comissário local” e o comissário Martins, de sua parte, dizia-se “inibido [em] abrir armazém e dar descarga [do vapor] *Cabral*”.<sup>25</sup>

Depois de transcorrido quase um mês de intensos conflitos, a ordem pública da província encontrava-se profundamente abalada. O presidente Henrique D’Ávila entregou o cargo e as obras de socorros públicos foram aos poucos sendo retomadas. Os protestos foram também perdendo sua intensidade. Mas seus profundos impactos deixariam a todos em alerta até o final da seca. Antes disso, porém, uma agitação popular ainda abalaria os nervos de autoridades e habitantes de Quixadá ao fim do mês de novembro. Dessa vez a insatisfação dos retirantes estava relacionada com a medida do novo governo republicano em alistar a todos os imigrantes “válidos”, proibindo que retirantes não engajados em obras recebessem os socorros sem trabalhar.

Antonio Joaquim Guedes de Miranda, o novo diretor dos socorros públicos em Quixadá, registrou em 27 de novembro que,

já se achando um tanto adiantado o alistamento do povo para o trabalho, fiz constar que de 1º de Dezembro em diante terminaria completamente a distribuição de esmola às pessoas válidas e que os gêneros só seriam dados em troca do trabalho.

<sup>23</sup> *Libertador* de 6/09 e 7/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>24</sup> *Libertador* de 9/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>25</sup> Telegramas de 14/09 e 20/19/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

Também teria naquela hora informado aos retirantes que a diária paga pelo governo passaria a ser de setecentos réis – “sendo quinhentos em gênero e duzentos em dinheiro”. O diretor Miranda percebeu que “alguns aceitaram de bom grado esse alvitre”, mas vários outros se “escusaram de serem alistados”, declarando que “de qualquer modo haviam de comer dos gêneros mandados pelo governo”. Diante da ameaça, o diretor dos socorros teceu sua avaliação sobre o quadro de insegurança na cidade:

Com vinte praças aqui destacadas, número insuficiente para a garantia desta localidade que atualmente tem uma população adventícia muito avultada e já bastante afeita ao abuso ou, para melhor dizer, à dilapidação, estou na impossibilidade de agir como convém em tais casos; é, pois, de absoluta necessidade e urgente ser elevado este destacamento a cinquenta praças o que se poderá completar com os destacados em Baturité, onde não há aglomeração tão grande de povo.

Julgando que Quixadá havia se tornado na seca “um foco de bandidos atraídos de todos os pontos das províncias vizinhas”, dizia que era “evidente que hoje é preciso força, não para brigar, mas para impor respeito e assim obstar qualquer reação que pretendam fazer com o acabamento desses desperdícios”. Quando afinal conseguisse restabelecer “a ordem nesse estado de coisas, o alistamento se elevará de três a quatro mil homens”.<sup>26</sup>

Confrontado a um dos períodos mais agitados e ricos em experiências de conflitos como foram os anos de 1888-89, o novo tempo de estiagem em 1900 representou um evidente recuo nas articulações coletivas dos sertanejos pobres que viveram a passagem do século XIX. Sendo esse um ano para o qual a documentação histórica se revela especialmente escassa de informações a respeito das práticas sociais dos retirantes, apenas um artigo de jornal informa a respeito de um grupo de imigrantes que buscou em vão, numa atitude bastante arriscada, atacar a um trem em movimento que passava pela estação de Massapê, da Estrada de Ferro de Sobral.<sup>27</sup> Quanto ao mais, as fontes apenas registram as típicas visões hegemônicas a respeito do que seriam sinais do “desespero” de grupos sertanejos diante das condições extremas da fome.

Porém, além das “falhas” nas fontes disponíveis outros fatores podem estar relacionados à impressão desse declínio das lutas travadas pelos proletários das secas. Como já foi anteriormente indicado, a seca de 1900 teve por característica uma reduzida adoção de

<sup>26</sup> Ofício de 27/11/1889, Quixadá, caixa 14, Socorros Públicos, APEC.

<sup>27</sup> *A Cidade* de 14/11/1900, Sobral, BPGMP.

medidas de socorros públicos, o que implicou numa emigração particularmente intensa de sertanejos para outros estados da federação. Poucas obras de socorros foram então organizadas no território seco, reduzindo com isso a formação ali de grandes aglomerações de retirantes. Além disso, a fase de prosperidade por que passavam os negócios da extração do látex na região amazônica e da agroexportação cafeeira nos estados do sul podem ter repercutido de alguma maneira na amenização da sensação deixada em parcelas mais ou menos extensas da população diretamente atingidas pela crise.<sup>28</sup> Caso uma pesquisa mais detida confirmasse com alguma riqueza de detalhes esta hipótese, poder-se-ia afirmar com certa segurança que a emigração possuiu a função de uma “válvula de escape” das tensões sociais na seca de 1900.

Com a estruturação de uma política de socorros baseada no incremento da açudagem, uma nova dinâmica passou a caracterizar o antagonismo dos retirantes na seca de 1915. As obras dispersas por vários pontos do sertão distante, empregando em geral contingentes de operários restritos a algumas centenas, reduziram consideravelmente as imensas concentrações de retirantes que se via nas secas anteriores. Mesmo no Campo de Concentração do Alagadiço, em Fortaleza, onde o deputado Ildefonso Albano chegou a encontrar abrigados simultaneamente 35 mil imigrantes, o alojamento ali parece ter sido passageiro para as maiorias, havendo registro de uma grande renovação de pessoas que dali saíam constantemente para outros estados, “sendo logo substituídos por outros [grupos] de igual número que chegavam do interior”.<sup>29</sup>

A crônica histórica não registra para essa seca grandes confrontos entre retirantes e soldados em centros urbanos, mas por outro lado crescem as referências a agitações de operários em açudes, estradas e nas vias férreas em construção. Em centros de trabalho como nos reservatórios do Acarape do Meio e Salão, engenheiros temeram por sua segurança diante da insatisfação que viam crescer entre os retirantes que, aglomerando-se próximos aos canteiros, ou não eram alistados ou, quando recrutados, não recebiam os pagamentos com regularidade.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> Sobre o desempenho econômico do comércio exportador do café e da borracha nessa época cf. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>29</sup> ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 30. CEARÁ. *Mensagem dirigida à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do estado coronel Benjamin Liberato Barroso*. Fortaleza, 1916, p. 7.

<sup>30</sup> POMPEU SOBRINHO, Tomás. *História das secas* (século XX). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953, p. 281-89 e 292-98.

Num registro em que se buscou reproduzir com fidelidade as vozes dos próprios retirantes, operários que haviam abandonado as obras do açude Tucunduba reclamavam.

- E por que os srs. abandonaram o serviço? Foi para cuidar da plantação? Nhor não, qui nós num temo qui prantá. Tava juntando lá este dinheirim pra isto mesmo, mas homem de vergonha na cara não arrisiste serviço cuma aquele, pruque a gente trabaia no duro correndo com lata na cabeça e qualquer fodoca feitor ainda vem gritar a gente, achando pouco o serviço que vai inté às 7 horas da noite.

Antonce nos aconceiaram qui nós viesse aqui pra vossa senhoria butá essas mizera na foia e aqui está a nossa conversa.

A novidade presente nessa breve queixa não está apenas em que a articulação da resistência dos operários agora adveio de um conteúdo iminentemente relacionado ao regime de trabalho (em contraste com as reivindicações em torno de valores salariais ou do pagamento em gêneros). Também é novo o método de pressão adotado, com uma pequena comissão de três retirantes procurando a redação do jornal *A Lucta*, em Sobral, para fazer suas denúncias.

Outra maneira encontrada em que a voz do retirante se fazia ouvir foi através de uma carta publicada de um sertanejo que, sem recursos durante a seca, recebeu de um “prezado padrinho” uma proteção na forma de “cartas de recomendação, dinheiro para a viagem e a minha benção para ser feliz”, com o que se dirigiu até o açude Caio Prado, em Santa Quitéria. Em sua missiva, direcionada ao “padrinho”, reclamava:

Há 6 dias que aqui cheguei e ainda estou a ver navios. O engenheiro encarregado do serviço tem pretensões a Kaiser, mas de Kaiser não tem nem o bigode, muitas vezes ele se esquece das leis fundamentais da civilidade; é mais pobre em caridade do que nós em dinheiro.

Diz que não há serviço para os “vagabundos” dos outros municípios, não inspira confiança a ninguém, desatende os pedidos justos das pessoas de consideração, é arrogante, é mais exigente no serviço do que o Dr. Edmundo na Administração da Estrada. Afinal, ninguém está satisfeito com tal engenheiro.

Cícero (era esse o nome do autor da carta), para melhorar de alguma forma a sua condição buscava atizar uma implícita disputa de poder entre o engenheiro recém-chegado à região seca e o coronel seu “padrinho”, mandante tradicional – certamente a quem Cícero se referia como “pessoa de consideração” –, o único que lhe ofereceu apoio. Ao fazer isso, buscava incrementar a proteção anteriormente recebida na forma das tais “cartas de recomendação” que haviam sido simplesmente ignoradas pelo engenheiro com “pretensões a

Kaiser”. Talvez isso o tenha deixado mais a vontade para inclusive expressar um gesto ameaçador na carta: “Nós, pobres, já não lhe demos uma sova (com licença da palavra) porque respeitamos nele a autoridade do governo que, embora não preste, é sempre autoridade.” E seguiu em suas denúncias:

O ganho dos trabalhadores é muito pouco, não parece ser cousa do governo. O pagamento é dificultoso e malfeito. Meu padrinho há de pensar que isto tudo é despeito meu ou que eu tenho hábito de tosar a vida alheia. Mas não, eu não disse a metade do que se passa aqui. O engenheiro é rigoroso, por qualquer coisa o trabalhador é ameaçado de ser dispensado. Hoje fui pedir-lhe ao menos dois dias de serviço e ele respondeu-me com desdém: “Ora bolas! Você não vê que eu estou botando metade da mundice pra fora?” Rezei o Credo nesta ocasião e esconjurei... mas ainda tive coragem para dizer-lhe: mas doutor estou para morrer de fome!<sup>31</sup>

Na seca de 1919, diversas obras de socorros públicos, paralisadas ou ainda em fase de estudos, tiveram de ser logo iniciadas porque os retirantes já nos primeiros meses do ano concentraram-se em pontos estratégicos, como ao redor de açudes ou nos extremos das linhas férreas. A simples reunião de certo número de retirantes era motivo para se considerar uma situação de emergência, apesar de nas secas daquela década, como pontuou Rodolfo Teófilo, os retirantes não terem chegado “ao grau de miséria orgânica a que chegou em 1877”. O “perigo” parecia agora provir diretamente do poder de articulação dos imigrantes que as elites a duras penas aprendiam a respeitar. O Ministério da Viação, nesse sentido, assegurava “estar apressando providências relativamente às obras contra as secas a fim de atender a situação ameaçadora do Ceará, prometendo para breve a iniciação dos trabalhos de açudagem, estradas de rodagens etc.”<sup>32</sup>

Dessa forma, a já, a essa altura, tradicional pressão de multidões de famintos à porta dos escritórios de engenheiros pedindo por empregos e socorros continuou a ser um recurso largamente acionado pelos retirantes durante a seca de 1919. Henrique Couto Fernandes, à frente da Rede de Viação Cearense, registrou a presença de concentrações de imigrantes nas extremidades da via férrea Sobral-Itapipoca, o que o fazia solicitar ao Ministério da Viação a cada momento uma nova autorização para abrir frentes de trabalho extras. Em julho, tiveram início os trabalhos a partir da cidade de Sobral, quando, segundo uma notícia publicada em *Correio da Semana*, uma “multidão imensa de famintos,

<sup>31</sup> A *Lucta* de 24/01/1920, Sobral, BN.

<sup>32</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 97. *Correio da Semana* de 29/03/1919, Sobral, BPGMP.

maltrapilhos e esqueléticos, aguardava a hora suspirada de levar o seu nome ao caderno dos alistados”. Algumas semanas depois, “chegando a meu conhecimento que na zona de Uruburetama grande número de flagelados apossados pela seca se acham em precárias condições”, providenciava o diretor da RVC a criação de mais duas residências em Itapipoca, “sendo uma em direção a Sobral e outra rumo Fortaleza, como meio de dar imediato socorro à população dessa zona”. E ainda, após novas pressões, “dada [a] afluência extraordinária [de] flagelados admitidos [no] trabalho”, em fevereiro de 1920 seria estabelecida uma nova residência de construção em Soure, próximo a Fortaleza.<sup>33</sup> De forma semelhante, muitas obras em açudes e estradas de rodagem seriam, durante aquela seca, iniciadas em vários pontos do território cearense obedecendo ao mesmo método de pressão dos imigrantes.

Mas, ao lado de procedimentos consagrados nas ações coletivas dos retirantes, novos métodos de luta surgiram em 1919. Pela primeira vez, operários ocupados em trabalhos de construção durante tempos de seca reivindicariam o aumento de seus salários com expectativas de que as elites políticas encontrariam na legislação em vigor um amparo para a regularização de direitos que reconhecessem a condição do trabalhador nas obras de socorros públicos.<sup>34</sup>

Na verdade, antes mesmo de se manifestar a seca naquele ano, já havia reivindicações por parte de trabalhadores do sertão que reclamavam da minguada diária de 1.600 réis paga nas obras de prolongamento dos caminhos de ferro no Ceará, considerando essas quantias “insuficientes para a sua subsistência, à vista do elevado preço dos gêneros de primeira necessidade”. Sabendo que “particulares” pagavam naquele tempo de três a quatro mil réis a diária de jornaleiros, reivindicavam do governo ao menos dois mil réis de salário. A falta de chuvas atrapalhou, entretanto, o plano dos trabalhadores, ficando a média de salário durante aquele ano no patamar ainda mais restrito de 1.500 réis. Ao que parece, o contexto

---

<sup>33</sup> *Correio da Semana* de 26/07/1919, Sobral, BPGMP. Ofícios de 26/08/1919 e 2/02/1920, GIF1 4B 450, maço 295, AN.

<sup>34</sup> Como mostrou Ângela de Castro Gomes, aquele foi um tempo de debates parlamentares importantes acerca da “questão operária”, quando a classe política procurou desfazer em parte a imagem assaz negativa do país aos países estrangeiros no que tangia a questão dos direitos dos trabalhadores. Apesar de a repressão ter sido implacável contra os movimentos grevistas naqueles anos, não deixou de haver, por outro lado, anúncios por parte do Estado de uma certa disposição por aprovar algumas leis de caráter trabalhista cuja intenção era claramente arrefecer os protestos operários que tomavam as ruas. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, p. 85-107. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005, p. 125-173.



geral de miséria minou consideravelmente o poder de barganha dos operários que já vinham conquistando a autorização do ministro Afrânio de Mello Franco pelo aumento do salário.<sup>35</sup>

Mas as pressões dos sertanejos não pararam, mesmo porque as condições aflitivas impeliam os grupos de retirantes a se mobilizarem. Jornais ecoavam as reclamações dos operários engajados nas obras de socorros, demonstrando a desproporção dos salários recebidos pelos imigrantes diante da profunda carestia que apertava ainda mais a vida já tão carente de recursos dos pobres. Naquele ano, o poder de compra do salário do trabalhador da seca era ainda menor do que o verificado durante a estiagem de 1915, quando a média diária dos pagamentos nas obras públicas estava em torno dos 1.200 réis. Segundo uma matéria publicada em *A Lucta*, com aquela diária o trabalhador era capaz de comprar em 1915:

½	litro de feijão	150 rs
2	litros de farinha	300 rs
1	quilo de carne	500 rs
200	gramas de açúcar	100 rs
100	gramas de café	80 rs
Soma		1.130 rs

Em contrapartida, para o retirante comprar aquela mesma quantidade, “já bastante restrita à sua subsistência”, teria de despendar em 1919:

½	litro de feijão	300 rs
2	litros de farinha	600 rs
1	quilo de carne	1.200 rs
200	gramas de açúcar	250 rs
100	gramas de café	250 rs
Soma		2.600 rs <sup>36</sup>

Aparentemente, os retirantes alimentavam suas esperanças de aumento salarial na leitura que faziam da conjuntura política diferenciada. Em 1919, o estado era governado por João Tomé Sabóia e Silva, engenheiro que já havia atuado em diversas obras de socorros e que durante anos esteve à frente dos serviços de prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral. Ao mesmo tempo, naquele ano seria eleito para a presidência da República o oligarca

<sup>35</sup> Ofício de 29/01/1919, GIF 4B 450, maço 295, AN.

<sup>36</sup> *A Lucta* de 30/07/1919, Sobral, BN.

paraibano Epitácio Pessoa, cujo plano de governo era declaradamente favorável à política de socorros à região afetada pelas secas. Desde 1915, uma bancada ativa de representantes cearenses ganhava progressiva visibilidade, no que se destacou a atuação do deputado Ildefonso Albano que, em discurso feito na Câmara dos Deputados em 1917, criou espécie entre a classe política do país, provando que as mortes sofridas pelos flagelados das secas superavam em número e em sofrimento as baixas das piores guerras, exibindo no plenário fotografias de famílias retirantes deformadas pela fome e pelas doenças.<sup>37</sup>

Efetivamente, em 1919 não demorou a chegada das comissões de engenheiros ao Ceará com a missão de alistar os pobres atingidos pela estiagem, porém dessa vez seriam os recursos financeiros que atrasariam. Aguardando a aprovação das instâncias parlamentares, os altos investimentos canalizados para os estados do norte que notabilizaram o governo de Epitácio Pessoa somente começariam a chegar ao final daquela seca, na passagem de 1919 para 1920. Para os retirantes, que nunca podiam se dar ao luxo de esperar, os tempos foram de profunda agonia.

A história de Francisco de Souza, retirante que trabalhou no caminho de ferro Sobral-Itapipoca, foi apenas uma dentre as tantas experiências de desilusão vivenciadas em 1919:

Já cum muita fome e sem outro ricurso, butemos as trouxa nas costas, eu um mininu num quarto, a muié outro, tangemos os dois maiores na frente e nos atravanquemos no mundo no rumo desta cidade, onde dize que tinha munto trabaio de socorro aos pobe. Aqui cheguemo e adispois de curti munta fome consegui me alistrá no trabaio du camin de ferro da Tapipoca, mas só adispois de muntos dias foi que mi chamaro pra trabaiaí. Cuma num tinha casa fumo morá nas oitica da bera do rio. Mas porém os 1\$400 cá gente tá ganhano num chega pra gente cumê (...). O jornal da istrada além de sê poco, num dão dinhêro a gente, mandam a gente recebê genro nos fornecedô que quaje nunca tem nada que preste. Se a menos o pagamento fosse in vale, inda, inda!, mais a talo de caderneta é uma peste.<sup>38</sup>

No início do mês de janeiro de 1920, um grupo de vinte homens bateu na porta da redação de *A Lucta*, o que fez de início jornalistas e tipógrafos temerem se tratar de uma tentativa de agressão. Mas os “trapos andrajosos e sujos” e a “pele suja e maltratada” denunciaram logo se tratar de “infelizes retirantes”. Tomando a palavra, o “*leader* do grupo de famintos” disse serem eles trabalhadores da construção da estrada de ferro de Itapipoca e que vinham, por intermédio do jornal, pedir “remédio à sua dolorosa situação”.

<sup>37</sup> ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste...* Op. cit.

<sup>38</sup> *A Lucta* de 27/08/1919, Sobral, BN.

Interrogado qual era esta, respondeu-nos que em troca de 10 horas de trabalho pesado sob um sol de fogo, tinha o direito de receber num fornecedor 1\$400 em gêneros, os quais em virtude da carestia da vida, dava mal para uma parca refeição e que já estavam quase nus, sem meios para comprarem um trapo de pano para substituírem os molambos.<sup>39</sup>

Após meses ouvindo falar na chegada de telegramas do Rio de Janeiro noticiando a cada vez “avanços nas negociações” pelo aumento dos salários, mas sem que se chegasse nunca a qualquer resultado tangível, a paciência ia se esgotando naqueles tempos mais difíceis para os pobres atingidos pelas secas que eram os meses da passagem de ano, entre novembro e março. Porém, em janeiro de 1920 foi finalmente autorizada a elevação dos salários para os trabalhadores das construções nas vias férreas do Ceará, passando o pagamento para dois mil réis a diária.<sup>40</sup> A notícia deve ter sido bastante comemorada nas residências de construção das estradas de ferro, mas o alento não foi suficiente para impedir o surgimento ainda de uma nova onda de protestos dos proletários das secas.

Em 30 de janeiro, quando se anunciou o fechamento do Dispensário dos Pobres em Fortaleza por falta de recursos, “numeroso grupo de flagelados assaltou carroças de gêneros que se dirigiam da praia para o centro da cidade”. Pela parte da tarde, realizou-se um *meeting* na praça do Ferreira, após o qual “uma multidão de famintos dirigiu-se ao palácio do governo a fim de pedir ao Dr. João Tomé para ser interprete de suas desgraças junto aos poderes da Nação”. A polícia, no entanto, “proibiu a aproximação dos flagelados” e dispersou o cortejo de retirantes. No dia seguinte houve saques no comércio da cidade, quando “famintos arrebataram cestas de pães e se apoderaram de algumas bancas de comida feita”. Consta que “muitos armazéns da praia fecharam suas portas” e “caminhões da *Light* no serviço de transporte de gêneros trafegam guardados por policiais armados de carabinas”. Em meio aos tumultos, um retirante foi preso por tentar “parar um carroção carregado de cereais, pondo uma pedra na linha de bonde”. A “multidão de famintos tentou tomar o preso apedrejando os soldados”. Com o fim dos conflitos, quatro mil retirantes foram enviados pelo governo para os trabalhos na estrada de rodagem de Canindé. Receberiam lá uma diária de 1.800 réis como pagamento. Outra parcela de imigrantes foi mandada para as obras do prolongamento da ferrovia Sobral-Itapipoca.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> A *Lucta* de 10/01/1920, Sobral, BN.

<sup>40</sup> A *Lucta* de 24/01/1920, Sobral, BN.

<sup>41</sup> A *Ordem* de 06/02 e 07/02/1920, Sobral e *Correio da Semana* de 07/02/1920, Sobral, BPGMP.

Recuperada a ordem na capital, ainda houve agitações em pontos do interior. Um telegrama informava que, em dez de fevereiro, três mil sertanejos famintos aguardavam o “horário” na estação de Crateús, da EFS, “a fim de se apossarem dos gêneros que lhes mitigassem a fome”. Os retirantes foram convencidos a desistir do “criminoso intento” quando tiveram a garantia do governo de que receberiam socorro imediato. E, ainda no dia 26 do mesmo mês, “flagelados concentrados na cidade de Maranguape tentaram atacar o comércio no auge da fome”. Para se manter a ordem, víveres tiveram de ser distribuídos no mesmo momento.<sup>42</sup>

Durante a seca de 1919 retirantes combinaram “velhos” e “novos” métodos de pressão em sua luta contra as autoridades e pela vida.

As articulações de luta dos proletários das secas não tinham por base a convivência num mesmo bairro, cidade ou fazenda, não se constituíam no reconhecimento das causas específicas de uma determinada categoria ou ofício, sequer as turmas de trabalhadores eram formadas pelos mesmos indivíduos a cada vez que eram organizadas. Em cada ano de seca eram novas as condições de trabalho encontradas. A ferrovia que na seca anterior empregara os sertanejos de uma dada região no novo tempo de estiagem já teria avançado para um ponto longínquo do interior seco. O velho açude que no passado dera tantos empregos podia não demandar mais reparos ou simplesmente faltavam investimentos do governo para que nele os pobres fossem alistados. Para escaparem da morte os sertanejos pobres tinham sempre que procurar novos lugares onde conseguir os socorros públicos. A “vida nômade” dos flagelados significava que a própria base de articulação dos laços de solidariedade travados entre os trabalhadores das obras públicas não era fixa. Viviam assim num movimento constante de arranjos e desarranjos, inclusive no que tange as suas artes da resistência.

Certamente essas características comprometiam a organização de movimentos mais abrangentes ou de caráter permanente, como os que são pré-requisitos para a formação de associações de classes ou sindicatos. Mas, ao mesmo tempo, essas mesmas características podem ter permitido com que a trajetória de lutas dos retirantes das secas na passagem do século XIX tenha se apresentado tão rica em dinamismo, com seus contextos de intensificação de protestos sucedendo longas jornadas de aparente imobilismo, com a adoção de novos métodos de pressão a cada momento, com o surgimento de novas motivações a impulsionar as

---

<sup>42</sup> *A Lucta* de 11/02/1920, Sobral, BN e *Correio da Semana* de 28/02/1920, Sobral, BPGMP.

lutas, com amotinamentos, greves, saques, intimidações coletivas a engenheiros e feitores, e também com a formação de comissões de negociação de salários ou grupos que procuravam os periódicos locais para denunciarem opressivos regimes de trabalho. Definitivamente, falar que os retirantes protestavam por simples reação desesperada é uma assertiva bastante insatisfatória para se interpretar um processo social tão multifacetado e de tamanha magnitude.

A superação de uma abordagem simplista sobre as ações coletivas dos camponeses do semiárido em muitos aspectos é tributária dos trabalhos de Frederico de Castro Neves, sobretudo do livro *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará* (2000), onde o autor analisa a longa trajetória de ações coletivas dos sertanejos com suas experiências, aprendizados e expectativas, em que a multidão “negocia através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente, da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade”. Observando nas escolhas dos grupos sertanejos “suas estratégias em função das opções disponíveis”, entende que suas ações “constituem-se em atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade e naqueles pontos em que se cruzam com as teias mais amplas das relações sociais”. Nesse sentido, Frederico de Castro Neves expressa seu desacordo em encarar a fome e a seca como um quadro estrutural ao qual as ações dos retirantes deveriam necessariamente refletir. No lugar de tentar encontrar em algum ponto fora das ações dos retirantes explicações para sua suposta “fraqueza” – que, como é sabido, foi procedimento característico da pesquisa acadêmica até décadas atrás –, preferiu aguçar o olhar e abrir-se às possibilidades de entendimento das próprias práticas dos camponeses como autossuficientes e dotadas de sentidos.<sup>43</sup>

Seguir essa linha de análise nos permitirá indicar alguns aspectos importantes dos padrões de luta dos retirantes durante a passagem do século XIX, particularmente daqueles que se situavam nas fronteiras do mundo do trabalho.

Sem dúvida a característica mais expressiva das experiências de luta dos proletários das secas era o uso da força como método de pressão. Como as correntes hegemônicas dos movimentos dos trabalhadores julgam mais eficientes as negociações

---

<sup>43</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 13-14. Cf. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder & TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, vol. 3, n. 6, 1983, p. 129-149.

pacíficas – e protestos como motins e a destruição de máquinas tenham sido, durante muito tempo, tratados como meras expressões da pré-história do movimento operário –, muito rapidamente nos esquecemos que as “negociações coletivas através da arruaça” (*collective bargaining by riot*) de que fala Eric Hobsbawm foram, na verdade, uma técnica de pressão largamente utilizada por trabalhadores de todo o mundo e em várias fases de sua história.<sup>44</sup>

Entre os retirantes das secas não haveria de ser diferente, mesmo porque na sua condição de imigrantes a violência era um dado do cotidiano: nos caminhos pelos sertões secos, nos embarques em trens e navios, no dia a dia dos abarracamentos, nas portas das pagadorias do governo, no cumprimento das jornadas de trabalho em que homens armados encontravam-se sempre em volta. Conflitos com forças policiais era algo quase previsível, como expressa num ofício o engenheiro Luiz da Rocha Dias, da ferrovia de Sobral, ao dizer que até “pressentia alguma perturbação da ordem pública produzida pela força aqui destacada”. No caso em questão, numa jornada durante o mês de outubro de 1878, em Camocim, retirantes não tinham alternativa senão se defender dos repetidos ataques feitos por soldados insistentes em provocações.<sup>45</sup>

Em outras ocasiões, os provocadores eram os retirantes. Como se sabe através da leitura de um processo criminal, um sertanejo designado como policial do abarracamento de Maleitas, na via férrea de Baturité, acendendo um cigarro certa manhã à porta de uma taberna e pendurando um cacete debaixo do braço, foi abordado por dois homens que lhe lançaram ofensas e tentaram tomar o referido cacete, iniciando uma luta ao final da qual saíram o policial espancado e um cunhado desse (que veio em seu socorro) esfaqueado, os dois

<sup>44</sup> Somente para citar os principais trabalhos de uma vasta relação: RUDÉ, George. *A multidão na história...* Op. cit. THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In. \_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. HOBBSAWM, Eric J. Os destruidores de máquinas. In. \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 15-31. HOBBSAWM, Eric J. & RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. PERROT, Michelle. Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX. In. \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 17-52. É importante a consideração de Raphael Samuel ao afirmar que “a resistência à maquinaria, apesar de sempre opaca e só intermitentemente registrada em documentos, foi uma característica endêmica da vida industrial do século XIX”. SAMUEL, Raphael. The workshop of the world: steam power and hand technology in mid-Victorian Britain. *History Workshop Review*, 3, spring 1977, p. 10. Numa greve de fabricantes de tijolos para o canal de Ganges, na Índia em 1848, os operários usaram a sabotagem a máquinas como meio de pressão contra a redução de salários. Cf. LUCASSEN, Jan. The brickmaker’s strikes on the Ganges Canal in 1848-1849. *International Review of Social History*, vol. 51, supplement 14, 2006, p. 47-83. Mas talvez a maior expressão de um levante insurrecional violento como protesto contra o rebaixamento de salários seja a greve de ferroviários de 1877 em diversas regiões dos Estados Unidos, que recebeu grande apoio da população e deixou em ruínas caminhos de ferro, trens, depósitos e estações. Ver ZINN, Howard. *La otra historia de los Estados Unidos: desde 1492 hasta hoy*. 2ª edição. New York: Siete Cuentos Editorial, s/d., p. 178-183.

<sup>45</sup> Ofício de 23/10/1878, EFS, APEC.

correndo para um refúgio a fim de escapar das pedradas atiradas por “muitos indivíduos” que não souberam identificar. De cenas desse tipo – a princípio banais, mas plenas de significados –, imersas no dia a dia dos abarracamentos, desenvolviam rixas que explodiam com grande violência nos confrontos sangrentos entre retirantes e soldados nas horas de protestos, como na revolta da praça Visconde de Pelotas (20/08/1878) ou na greve dos operários da Baturité (1/10/1888), já descritas anteriormente.

Mas, como escreveu Natalie Zemon Davis, podemos ver a violência, “não importa o quão cruel ela seja, não como casual ou sem limites, mas dirigida a alvos definidos e escolhida dentre um repertório de punições e formas de destruição tradicionais”.<sup>46</sup> De fato, ao analisarmos os episódios de embate acima apresentados o que parece mais significativo são as maneiras criteriosas como se comportavam os retirantes nos momentos de exaltação. Logo se constata que os levantes correspondiam a uma lógica interna à dinâmica de resistência dos imigrantes. As agonias da fome eram praticamente constantes durante os anos secos, mas os motins concentravam-se em certas jornadas, formando ondas de protestos que se intensificavam e depois se arrefeciam. Portanto, não era primordialmente em resposta ao estômago vazio que os retirantes mobilizavam-se, mas a uma leitura que faziam sobre os momentos mais favoráveis para exercer sua pressão sobre as autoridades.

O próprio gesto ameaçador era calculado. Para que haveria os grevistas da Baturité em 1888 de invadir o mercado da cidade se o foco de seu protesto era impedir a redução dos salários? Talvez tal atitude provocasse uma repressão mais ostensiva, pondo em risco o objetivo maior da greve. Mas ainda assim dirigiram-se às portas do mercado público, por ali se mantiveram durante uns instantes, atijando o pânico na cidade, demonstrando que se quisessem podiam saquear aquele estabelecimento. Mas não quiseram...

Gritarias, corre-corres, avanços sobre trens em movimento, destruições de estações ou fachadas de pagadorias, armas empunhadas, a farinha espalhada pelo chão do depósito saqueado, tudo isso sob uma leitura a contrapelo pode se revelar como gestos deliberados dos “ritos da violência”, feitos mais para criar impacto e demonstrar poder de ação do que efetivamente destruir ou machucar.<sup>47</sup> Afinal de contas, na maioria das vezes os retirantes agindo assim forçavam as autoridades a se pronunciar, negociar, distribuir gêneros, alistar novos contingentes em obras de socorros.

---

<sup>46</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Ritos da violência. In: \_\_\_\_\_. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 131.

<sup>47</sup> THOMPSON, Edward P. Patrícios e plebeus. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum...* Op. cit., p. 25-85.

Em relação aos retirantes engajados nas turmas de operários os assaltos aos armazéns do governo – ou simplesmente as ameaças deles – funcionavam como uma espécie de “pressão sindical”, eficiente em face das circunstâncias e das características peculiares das obras de socorros públicos. Não apenas os saques resultavam via de regra na adoção imediata de providências compensatórias por parte de engenheiros e comissários, mas lançando mão da ação direta os retirantes podiam ainda reunir rapidamente uma multidão solidária e coesa. Uma paralisação pacífica e duradoura costuma requerer longas preparações, supor um alto grau de solidariedade por parte da comunidade envolvente, a formação de alguma espécie de fundo de greve, controle sobre “furadores” etc.<sup>48</sup> Nada disso era possível entre os proletários das secas.

Em compensação, os trabalhadores das grandes obras de socorros públicos formavam um bloco imenso de pessoas que, a princípio, compartilhava os mesmos interesses básicos – de obter as melhores condições de socorro em termos de pagamentos, alimentos, vestimentas, remédios etc., sem que precisassem se matar de trabalhar. É bom destacar que nem sempre eram essas as circunstâncias de grandes obras em ferrovias, canais ou reservatórios, havendo em vários empreendimentos pelo mundo consideráveis divisões internas entre as turmas de operários, separadas por barreiras étnicas e nacionais que geravam obstáculos para a reunião dos trabalhadores na defesa de causas comuns. São conhecidas as disputas que opunham os imigrantes europeus e trabalhadores nacionais dos Estados Unidos aos chineses na construção da ferrovia transcontinental Central Pacific. Da mesma forma, ali costumava ser tensa a convivência entre brancos e negros. Na Índia os colonizadores britânicos usavam o sistema de castas entre os trabalhadores como tática para “dividir a fim de melhor dominar” os empregados nas obras de socorros. Em estudo sobre a construção do canal do Panamá, a historiadora Julie Greene mostrou como a intolerância mútua entre barbadianos e espanhóis fazia explodir lutas campais entre os operários por não quererem dividir os mesmos dormitórios e refeitórios, nem mesmo os espaços de trabalho nos trechos de construção.<sup>49</sup> Semelhantes cisões internas não havia nas obras de socorros públicos no território das secas.

---

<sup>48</sup> HOBSBAWM, Eric J. Os destruidores de máquinas. In: \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores...* Op. cit., p. 18.

<sup>49</sup> ZINN, Howard. *La otra historia de los Estados Unidos...* Op. cit., p. 194. MONTGOMERY, David. *The fall of the house of labor: the workplace, the state, and American labor activism, 1865-1925*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 68. KERR, Ian J. On the move: circulating labor in Pre-Colonial, Colonial, and Post-Colonial India. *International Social History Review*, 51, supplement, 2006, p. 98-101. GREENE, Julie. *The canal builders: making America's empire at the Panama Canal*. New York: Penguin Books, 2009, p. 159-179.



Talvez por essa razão não fosse difícil que os retirantes se convencessem da justiça que tinham em tomar à força, todos juntos, os gêneros alimentícios dos depósitos públicos quando se sentiam de alguma maneira enganados pelos agentes da distribuição. No momento em que se avançava sobre as pagadorias, valores morais compartilhados referendavam a ação, formando-se algo parecido com o que Georges Lefebvre definia como uma “mentalidade coletiva” presente na multidão.<sup>50</sup> Nos protestos, os imigrantes não se julgavam criminosos, mesmo tendo plena consciência de que estavam indo de encontro às leis estatais e desafiando as ordens das autoridades. Confiavam na existência de uma espécie de código informal (não escrito, mas por todos reconhecido) que lhes dava direito a se apossarem dos gêneros do governo, pois estavam passando fome e precisavam contar com a reciprocidade pública para a subsistência. Daí a grande confiança que expressavam os revoltosos no momento dos conflitos da praça Visconde de Pelotas, gritando que “estavam no seu direito, que os gêneros lhes pertenciam”, ou dos operários que se recusavam a se alistar por salários rebaixados em Quixadá, em 1889, dizendo que mesmo sem trabalhar “havam de comer dos gêneros mandados pelo governo”.<sup>51</sup>

Eram expectativas trazidas diretamente da cultura paternalista reinante no universo sertanejo de onde vinha a grande maioria dos operários das secas. Como já anteriormente apontado, a doação era tida com uma contrapartida justa para os que se dedicavam a extrair as riquezas da terra, mas que se encontravam episodicamente em situação de extrema carência. Justo era o patrão que reconhecesse o seu dever moral de proteger os pobres, dando a comida quando esta faltava. Como o Estado, especialmente a partir da seca de 1877, passava a exercer a função paternalista de principal provedor dos socorros aos flagelados: justo era o governo que reconhecesse seu papel de protetor do povo. Portanto, não fazia muito sentido aos padrões culturais paternalistas dos sertanejos a condição imposta pelas autoridades de somente receberem os benefícios os que haviam trabalhado para tanto.

Sendo assim, os costumes paternalistas dos sertanejos criavam obstáculos para a formação de uma ética de trabalho em que este deveria ser recompensado segundo as regras estritas do assalariamento. E os pagamentos feitos na forma de gêneros, diante disso, reforçavam ainda mais as expectativas tradicionais. Significativo é o fato de que durante todo

---

<sup>50</sup> LEFEBVRE, Georges. Les foules révolutionnaires. In: \_\_\_\_\_. *La grande peur de 1789*. Paris: Armand Colin, 1988, p. 241-264.

<sup>51</sup> Duas obras de referência que analisam aspectos de códigos populares de justiça são: THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. HAY, Douglas et. alli. *Albion's fatal tree: crime and society in eighteenth-century England*. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1977.

o período que esta tese abrange os salários nunca tenham chegado a ser plenamente monetarizados nas obras de socorros públicos.

Na seca de 1877-79 a crise arruinou de tal forma o comércio de alimentos que a grande parcela da comida consumida pela população foi comprada pelo poder imperial em outras províncias, provendo o sustento das massas de pobres com pagamentos em gêneros. Simplesmente os retirantes não tinham como comprar comida de comerciantes privados a preços minimamente acessíveis. Na seca seguinte, entre 1888 e 1889, ainda haveria uma iniciativa por parte da administração de Caio da Silva Prado em estabelecer contratos com fornecedores para que, num só esforço, o Estado se desonerasse dos encargos com o transporte de víveres e o comércio interno fosse estimulado. O objetivo do governo era reduzir a distribuição de comida ao mínimo possível. Mas, o acentuado aumento de preços forçou o governo a voltar atrás, reduzindo a cota-parte do salário paga em dinheiro “para abrigar os operários das evoluções do mercantilismo”. Nas estiagens de 1915 e 1919 já encontramos as obras contra as secas valendo-se em larga escala do sistema de pagamento através de fornecedores, em que os trabalhadores recebiam seus salários em dinheiro, mas viam-se forçados a gastá-los em barracões de comerciantes contratados pela IOCS e RVC. Ainda assim, nos últimos meses de 1919 o atraso das verbas prometidas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas fez difundirem-se no comércio praticado na região norte do estado os chamados “vales da rodagem”, promissórias improvisadas pelos engenheiros das Obras Novas Contra as Secas que criaram grandes constrangimentos entre operários e comerciantes, mas que acabaram tendo de ser aceitas como moeda de troca.<sup>52</sup>

Em meio a essa (lenta, imperfeita, porém progressiva) monetarização dos salários, os proletários das secas iam lidando com novas condições em relação aos socorros públicos, o que estimulava certas alterações em seus hábitos de trabalho e na forma mesma de encarar a relação com o assalariamento. Processualmente, os socorros – até então entendidos basicamente como um sinal de reciprocidade inerente às regras paternalistas – foram sendo vistos como um direito dos que haviam trabalhado para conquistá-lo. Quando relatou, indignado, uma das tantas cenas de repressão que as tropas policiais de Fortaleza promoveram contra os retirantes em frente a uma pagadoria Rodolfo Teófilo envolveu simultaneamente essas duas noções de legitimidade quando considerou: “havia três dias que esses infelizes não

---

<sup>52</sup> Ofício de 3/04/1889, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC. *A Lucta* de 10/01/1920, Sobral, BN.

recebiam rações, ou por falta de víveres ou por negligência dos comissários; contudo trabalhavam no serviço do governo”.<sup>53</sup>

A formação dos proletários das secas caracterizou-se por esse aprendizado em ir lidando com as relações de trabalho assalariado, apesar de nunca terem desistido de manter o costumeiro princípio de encarar os socorros públicos como algo a que tinham merecimento pelos critérios da economia moral sertaneja. Esse traço cultural, ao mesmo tempo rebelde e tradicional, não os impediu de incorporar das experiências de luta nas obras públicas variadas formas de articulação de resistência. Valeram-se de greves coordenadas, da realização de passeatas e assembleias em logradouros urbanos, de denúncias publicadas em jornais de grande circulação, de reivindicações junto a representantes políticos e autoridades – e ainda de outros prováveis arranjos que a consulta às fontes nessa pesquisa não lograram reconhecer. Mesmo que, ao fim de cada seca, o retorno da maioria dos operários para os distantes sertões exercesse um efeito desarranjador nas artes da resistência duramente engendradas, com o passar dos anos a cultura operária criada nas obras de socorros públicos foi-se estabelecendo e consolidando-se na forma de novos sujeitos sociais dispostos a resistir às opressões dos tempos de estiagem.

## 6.2 Diálogos de tradições

Os primeiros ciclos de estiagem considerados neste trabalho já encontraram um povo agitado que há décadas travava uma encarniçada luta contra a instituição do recrutamento forçado. Homens considerados livres viam-se obrigados a fugir de um mecanismo que reunia, sob o procedimento oficial de composição das forças armadas da nação, uma série de interesses persecutórios que visavam identificar, disciplinar e punir um número considerável de pobres que levava uma vida carente, mas em muitos aspectos isolada de um poder estatal ainda em formação.<sup>54</sup>

A Guerra do Paraguai (1865-70) intensificou as lutas, ampliando os recrutamentos forçados e, com eles, as deserções e as operações de fuga organizadas nas comunidades dos sertões. Com a aprovação da lei de 1874 que criava o alistamento através de sorteios o que antes eram enfrentamentos localizados tomou a forma de grandes sedições, com multidões

<sup>53</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *História da secca do Ceará...* Op. cit., p. 178.

<sup>54</sup> RAMOS, Xisley de Araújo. *Por trás de toda fuga nem sempre há um crime: recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2003.

invadindo as igrejas para destruir os documentos do recrutamento. Nesse momento, as mulheres sertanejas tomaram a frente na organização da revolta.<sup>55</sup>

Com o exército e a marinha a demandar um número crescente de homens, os conflitos em torno do recrutamento militar perpetuaram-se, tendo sido sempre destacada a participação das tropas cearenses nas principais campanhas repressoras da passagem do século XIX, como durante a revolta de Canudos (1896), a sedição de Juazeiro (1914), o movimento do Contestado (1916). Ironicamente, a capacitação militar que os homens recebiam nessas operações de guerra convertiam-se em conhecimentos utilizados nos levantes populares, inclusive naqueles ocorridos durante as grandes secas.

As migrações colocaram os sertanejos do Ceará em contato com territórios onde os embates com as forças estatais e os poderes locais levavam ao surgimento de outras tradições rebeldes. De particular importância foi o contato com as regiões interioranas da província do Maranhão, especialmente com aquelas zonas de numerosos quilombos situadas logo após as fazendas de algodão, arroz e açúcar. Assim como no Ceará, no Maranhão o recrutamento militar foi motivo de grandes conflitos com a população livre e pobre, com a diferença, no entanto, de que lá a proporção de escravizados era significativamente maior, constituindo 55% da população no período da Independência.

Ali os quilombos tornaram-se um fenômeno endêmico, controlando larguíssimas extensões de matas praticamente impenetráveis para as sempre reduzidas tropas oficiais mobilizadas para bater os mocambos. Ao mesmo tempo, era quase inexistente no Maranhão do século XIX uma população intermediária de pequenos agricultores ou criadores que pudesse amenizar de alguma forma os impactos econômicos das perdas de cativos para as comunidades rebeldes, o que estimulava os senhores de escravos a contratar capitães do mato ou acionar os poderes estatais cobrando ações repressivas contra os quilombos.<sup>56</sup>

Tudo isso contribuiu para fazer das matas maranhenses um palco de lutas no qual as comunidades quilombolas assumiam um proeminente papel. Mas os negros cativos não eram os únicos que para ali fugiam. Além da população indígena que buscava manter distância das zonas de *plantations*, pobres agricultores sem-terra, procurados pela justiça e fugitivos dos recrutamentos militares confluíam para a mesma região. Havendo por vezes conflitos internos nessa massa popular heterogênea, em outras vezes o que predominava era a

<sup>55</sup> CÂNDIDO, Tyrone. Rasga-listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja. *Revista Trajetos* – revista de história da UFC, vol. 6, n° 11, 2008, p. 23-48.

<sup>56</sup> ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 433-466.

colaboração contra o inimigo comum. Indígenas reforçavam com suas flechas os contingentes de guerreiros quilombolas que, por sua vez, aprendiam a pegar em armas com grupos de salteadores ou soldados desertores, configurando as frentes de confronto dessas redes de relações que Flávio dos Santos Gomes denominou de “campos negros”.<sup>57</sup>

Há muito tempo já havia contatos migratórios ligando os sertões do Ceará às matas maranhenses, com pessoas fazendo o percurso por terra através dos vales do Piauí. Mas as ligações se estreitaram durante a década de 1870 com desertores do recrutamento militar e escravos foragidos procurando refúgio naquela zona. O aumento do tráfico interno de escravos traria como um subproduto o crescimento das fugas daqueles que preferiam manterem-se relativamente isolados nas florestas do norte a ter de se separar definitivamente de suas famílias e amigos quando vendidos para fazendeiros do sul. A seca de 1877-79 converteu o fluxo de emigrantes numa avalanche e, como mostrou recente estudo de Edson Holanda Lima Barboza, pobres livres e cativos foragidos já iam estabelecendo suas alianças de resistência desde as saídas dos portos cearenses, com escravos em fuga disfarçando-se de retirantes para conseguir concessão de passagens e driblar a vigilância policial.<sup>58</sup>

Nas batidas contra os quilombos a população negra livre ficava submetida a todo tipo de vexame, sendo as ocasiões propícias para soldados perseguirem “vagabundos” e “malfeitores”, independentemente de sua cumplicidade direta com quilombolas. Em situações como essas, homens de cor como Joaquim Antônio da Silva, um cearense detido para averiguações pela polícia de São Luiz – fichado como tendo cabelos “carapinhos”, nariz “chato” e cor “parda” –, engrossavam os contingentes dos que viviam sob a suspeita policial. Acontece que Joaquim Antônio da Silva, homem livre de 22 anos de idade, havia abandonado recentemente o trabalho junto às turmas do abarracamento de Calaboca, no prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, e embarcou “clandestino” para o Maranhão. Seu exemplo é em si uma história que articula domínio e resistência entre o território das secas e a floresta repleta de quilombos.<sup>59</sup>

<sup>57</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005. Ver também: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>58</sup> FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina, minha nêga, tão querendo te vende...*”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011. BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884)*. Doutorado em História Social. São Paulo: PUC-SP, 2013.

<sup>59</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. Sobre as hidras do Norte: rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia – 1877/1889. *Revista Brasileira do Caribe – CECAB*, vol. XI, nº 21, julho/dezembro 2011, p. 203.

As lutas travadas pelos proletários das secas já se iniciavam, portanto, sob o signo do contato entre tradições diversas. É importante ressaltar isso, pois é nessa mutualidade que a resistência se aprimora e se fortalece. Reconhecendo no outro um sentimento comum de indignação e aprendendo com ele a lidar com situações inesperadas da luta, a colaboração ampliava horizontes e encorajava os indivíduos para as ações.

Se no sentido das províncias mais ao norte do país a resistência dos retirantes encontrava colaboradores em quilombos e outras comunidades de fugitivos, na fronteira oposta, na divisa com o Rio Grande do Norte, as alianças mais recorrentes eram estabelecidas com os grupos de assaltantes, entre os quais se tornaram famosos os chefiados por Jesuíno, Calangro, Quirino e Francisco Moreira de Carvalho. Essa associação entre retirantes e assaltantes podia ser perigosa, mas rendia aos sertanejos um considerável maior poder de ação em saques a depósitos, sobretudo em centros mais bem protegidos como eram Mossoró e Aracati. Contando com homens armados e destemidos, os salteadores jogavam com informações cruzadas, ameaçavam por meio de recados a autoridades como juízes, coletores de impostos, administradores de mesas de rendas, inspetores de quartelão, comandantes de tropas, ou seja, aquela gente responsável pelas armas e pelo dinheiro, principais objetos dos butins. Em tempos de seca, do ponto de vista dos criminosos, incluir flagelados nos grupos de assalto era uma boa maneira de confundir os soldados e quem sabe até evitar as contraofensivas com armas de fogo.

Seria improvável que os retirantes de Aracati tivessem conseguido obter sucesso em seus repetidos ataques aos gêneros ali desembarcados entre abril e maio de 1878 se não tivessem contado com ajuda de bandidos experientes. Um desses ataques ocorreu em seis de maio “no caminho da Barra para o porto desta cidade” (ou seja, sobre as águas do rio Jaguaribe), quando canoas e uma alvarenga traziam víveres desembarcados do vapor *Ipojuca*. Segundo o relato do comissário de Aracati:

A força militar procedeu conforme as regras da prudência e circunspecção na ocasião do ato atentatório, exortando previamente aos assaltantes que mudassem de resolução e retrocedessem do ponto de suas vistas criminosas, sob pena de morrerem, disparando dois tiros para o ar como meio de apavorá-los e com um aviso eloquente; mas tudo foi baldado e em tão crítica emergência trataram de reagir contra o acometimento da horda que circundava a alvarenga e procurava invadi-la para saciar a rapacidade de seus instintos.

O ataque começou a dar-se em uma canoa, logo após em outra e, no momento em que a referida alvarenga corria a socorrê-las, à vista dos brados dos tripulantes conseguiram ainda roubar vinte e sete fardos de carne e o conflito manifestou-se.

Nessa ofensiva – por sinal, bastante inusitada em comparação às mais usuais invasões a armazéns – os participantes tiveram inclusive que se valer de pessoas habilitadas em conduzir canoas para investir contra aquelas carregadas com os gêneros alimentícios. Pela “prudência e circunspeção” preservada pela força militar, segundo a versão do comissário em seu ofício, infere-se que havia flagelados em meio à “horda” saqueadora. Além disso, o próprio número elevado dos que praticavam o assalto denuncia a presença de retirantes: “Calcula-se composta de oitenta homens a quadrilha dos assaltantes e só procuram atentar contra os gêneros do governo”.<sup>60</sup>

Numa outra ação, em 27 de janeiro de 1879, o grupo de Francisco Moreira de Carvalho “com os indigentes aglomerados na Areia Branca” (RN) ameaçavam atacar a cidade de Mossoró, “e principalmente a vida do administrador da mesa de rendas que deixara de atender às exigências por ele feitas de gêneros alimentícios”. Temendo por sua vida, o administrador Henrique Câmara fugiu para Aracati. Em seguida, o grupo de Moreira invadiu a cidade, tomou o depósito de víveres, assassinou o delegado comandante da força pública, “além de outros muitos”. De acordo com um telegrama, “a força pública foi completamente aniquilada”. Um “detalhe” nada desprezível: atrás do bando de Moreira de Carvalho vinham dois mil retirantes.<sup>61</sup>

O diálogo de tradições de luta ocorria mesmo entre sujeitos de nacionalidades diversas, quando nem as diferenças de língua representavam uma barreira para a solidariedade na resistência. Já foi anteriormente relatado o movimento de paralisação dos trabalhos na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1878) no qual se deu a junção de esforços de imigrantes provenientes de diferentes pontos das Américas e Europa. A maior parte dos que ali trabalhavam provinha dos Estados Unidos; eram na maioria imigrantes italianos, irlandeses e bolivianos, aos quais se juntaram em outubro de 1878 cerca de quinhentos retirantes cearenses.

Para além das motivações mais imediatas que desencadearam aquele movimento, elementos da tradição de resistência e dos percursos recentes de cada um daqueles agrupamentos de operários conferiam maior poder de luta aos que ousavam fazer uma greve desafiando a autoridade de engenheiros que controlavam dinheiro, provisões, acampamentos e

---

<sup>60</sup> Ofício de 6/05/1878, Aracati, caixa 2, Socorros Públicos, APEC.

<sup>61</sup> Ofício de 7/02/1879 e anexos, Interior – Negócios das Províncias/Estados, IJJ<sup>9</sup> 189, Rel. 1A Vol. 25, AN.

embarcações naquelas paragens isoladas do rio Madeira com um fiel exército particular de centenas de homens armados.

Assim, os bolivianos, apesar de somarem uma minoria naquele agrupamento heterogêneo, contavam com relevantes conhecimentos sobre aquela zona de floresta por ali já estarem estabelecidos havia algum tempo. Segundo uma investigação policial feita em janeiro daquele ano, cerca de quatro mil bolivianos viviam às margens do rio Madeira, a maioria levando a vida na condição de “peões” ou “agregados”, em que “não difere a sorte destes últimos da de escravos, e de escravos de senhores cruéis e desumanos”. Eis, de acordo com a investigação policial, alguns elementos de suas condições de vida e trabalho:

Percebendo diminuto salário, mal alimentados e ainda pior vestidos, são obrigados a um serviço pesadíssimo que lhes é distribuído por tarefa e do qual têm de dar conta, quer possam, quer não, sob pena de serem castigados com açoites, cujo número varia segundo a gravidade da falta e a índole do feitor que as aplica. Mais de um desses infelizes há sucumbido, segundo me informaram, em tão bárbaros castigos; e eu tive ocasião de ver em outros os sinais irrecusáveis das sevícias atrozes que lhes infligem. Se qualquer desses míseros, para subtrair-se aos maus tratos que recebe, foge da companhia do seu patrão, arrua-se este e dá-lhe caça de barraca em barraca até que o agarra e o faz voltar ao seu poder. Nessas ocasiões, e por tal falta, é que o castigo ordinariamente excede a tudo o quanto se pode imaginar de rigoroso e severo.<sup>62</sup>

Identificados como “índios bolivianos”, estes trabalhadores traziam para a linha férrea Madeira-Mamoré, além das cicatrizes no corpo e da revolta no coração, um saber ancestral sobre os modos de viver na floresta tropical, arma de grande utilidade se em última instância os operários tivessem de fugir pelas matas.

Aos bolivianos somar-se-iam na construção daquela estrada de ferro os operários norte-americanos. Ocorre que sob a categoria de “operários norte-americanos” apresentava-se uma vasta composição étnico-nacional. Os primeiros grupos de trabalhadores contratados naquele ano na Filadélfia comportavam homens acostumados a trabalhar nas obras da imensa rede ferroviária dos Estados Unidos. Em função da grande crise econômica iniciada em 1873, muitos construtores de ferrovias daquele país encontravam-se desempregados e por isso correram em massa aos escritórios da empresa P & T Collins quando se espalhou a notícia de que iriam construir caminhos de ferro na América do Sul. Segundo Neville B. Craig, autor do opúsculo *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição* (1907),

<sup>62</sup> Ofício de 5/01/1878, II<sup>1</sup>, 194, Série Justiça, AN.



essas primeiras turmas de operários eram constituídas por “hábeis norte-americanos e irlandeses”.<sup>63</sup>

Quando começaram a chegar aos Estados Unidos “reclamações alarmantes”, constando que esses primeiros operários andavam “mal protegidos e ainda pior alimentados”, doentes – “alguns à beira da morte” –, sofrendo “tratamento brutal e cruel ao máximo”, a euforia se desfez e começaram as dificuldades de se encontrar homens dispostos a trabalhar na Madeira-Mamoré. Neville Craig conta então que agentes foram aos arrabaldes de Nova York, Filadélfia e Baltimore, onde recrutaram cerca de duzentos italianos, “em sua maioria procedentes de Nápoles”. Fontes se referem a esses italianos como “trabalhadores preguiçosos e meio famintos”; em outro documento são chamados de uma “verdadeira súcia de vagabundos”. Ainda outros contratadores tentariam “conseguir trabalhadores de cor” em Washington DC e no estado da Virgínia, mas, como informou uma matéria jornalística, “apesar de aquela cidade [Washington] estar cheia de gente de cor desempregada, grande dificuldade tem-se encontrado para convencê-los a deixar o Distrito”, pois temiam, como negros, serem escravizados no Brasil.<sup>64</sup>

Já nos primeiros meses após a reunião dos operários para a construção da via férrea (e antes mesmo que chegassem os cearenses), esses trabalhadores de diferentes nacionalidades uniam forças para enfrentarem juntos as situações problemáticas criadas pelo contratador Thomas Collins que há meses atrasava salários e marcava para os trabalhadores valores diferentes aos previamente acordados. A solidariedade interétnica fica evidente através da leitura de um inquérito policial aberto para investigar a culpa de nove operários presos por terem participado de um protesto que reuniu perto de trezentos trabalhadores junto a um trapiche onde se encontrava atracado o vapor *Richmond*, residência de Thomas Collins e sua família, no dia 26 de março. Um tiro foi disparado, houve correria, prisões, e o chefe de polícia da província do Amazonas deslocou-se pessoalmente para o palco do conflito para proceder às averiguações e restaurar a ordem. Entre os presos lá estavam italianos da Toscana e de Nápoles, norte-americanos de Nova York e Filadélfia, e ainda um irlandês, nascido em Dublin. Duas testemunhas foram ouvidas e em seus depoimentos há uma clara tentativa de isentar de culpa os trabalhadores. Neal Desmond, um tipógrafo norte-americano de 20 anos de idade, procedente da Filadélfia, quando perguntado sobre a intenção que tinham os

<sup>63</sup> CRAIG, Neville B. *Estrada de ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 199-200.

<sup>64</sup> *New York Tribune* de 13/08 e 10/05/1878, Nova York, LC. Craig, Neville B. *Estrada de ferro Madeira-Mamoré...* Op. cit., p. 199.

manifestantes à frente do trapiche onde estava atracado o *Richmond*, respondeu “que os trabalhadores não tinham intenção alguma de atacar o vapor” e “que nenhum deles dirigiu ameaça ou gesto algum ao referido empresário”. James Cornway, outra testemunha, também norte-americano da Filadélfia, conduziu suas respostas no mesmo sentido. Essa solidariedade que abraçava irlandeses, italianos e norte-americanos se estenderia aos cearenses quando estes chegaram a Santo Antonio do rio Madeira em outubro daquele ano.<sup>65</sup>

Se os retirantes do Ceará chegavam aos canteiros de obras da linha férrea Madeira-Mamoré por estarem enfrentando uma terrível calamidade no sertão seco, os que vinham dos Estados Unidos também fugiam de uma grave crise. A diferença estava em que estes últimos tinham sua origem imediata num contexto industrial e urbano. Desemprego e rebaixamento de salários – mais do que a direta falta de alimentos – constituíam seu principal drama. A Grande Depressão, forçando para baixo os salários e criando imensos bolsões de desempregados, desencadeavam fortes protestos de uma robusta classe operária num processo que culminaria com a greve de 1877, de proporções nacionais.

A grande greve de 1877 foi um dos mais espetaculares e surpreendentes episódios de violência coletiva na história dos Estados Unidos. Iniciou-se em 16 de julho, nos pátios da Baltimore & Ohio Railroad em Martinsburg, West Virginia, quando ferroviários reagiram a um corte salarial de 10% recolhendo todas as locomotivas aos depósitos, impedindo assim a circulação de trens até que os patrões voltassem atrás. Essa ação dos trabalhadores da ferrovia recebeu imediato apoio da comunidade de Martinsburg que, pela noite, reuniu-se em massa em torno dos depósitos e estações para proteger os grevistas de prisões por parte da polícia. No dia seguinte, a greve espalhou-se rapidamente por outras cidades do Nordeste e Meio Oeste, atingindo a Costa do Pacífico. De acordo com David Stowell:

A greve dos ferroviários, surpreendente pelo escopo e intensidade, desencadeou uma série de levantes populares igualmente espalhados contra as estradas de ferro – a empresa industrial preeminente da nação após a Guerra Civil e o símbolo da natureza capitalista da revolução industrial dos Estados Unidos. (...) Por conseguinte, multidões compostas na maior parte de operários sem vínculos salariais diretos com as companhias ferroviárias misturaram-se a um substancial número de pessoas de classe média, unindo-se aos grevistas na interrupção de trens; também se engajaram em ataques violentos contra as propriedades das ferrovias, comportamento que desagradaria a muitos, senão a todos os empregados em greve.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> Offício de 30/04/1878 e anexos, II<sup>1</sup>, 194, Série Justiça, AN.

<sup>66</sup> STOWELL, David O. Introduction. In. \_\_\_\_\_ (editor). *The great strike of 1877*. Chicago: Illinois University, 2007, p. 3. Ver também. STOWELL, David O. *Streets, railroads, and the Great Strike of 1877*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

Filadélfia, Baltimore, Washington DC, Nova York, todos esses centros de onde provinham operários para a Madeira-Mamoré haviam sido profundamente convulsionados pelas turbulências da grande greve. Durante a década de 1870 a depressão afetara salários e empregos, mas também ampliara o exército de trabalhadores ocasionais e desqualificados, ao mesmo tempo em que comprometia o poder de fogo dos sindicatos dos operários de ofícios qualificados. Nesse período, os trabalhadores lutaram com determinação contra o rebaixamento dos salários e a perda de direitos, e pela promoção de obras públicas para promover empregos em campanhas em que os imigrantes assumiram um proeminente papel.<sup>67</sup> Quando chegaram à via férrea Madeira-Mamoré, além de toda a pobreza (manifestada pela comida intragável que consumiam, pelas roupas puídas que exibiam e pelas doenças que os ameaçavam com a morte), imigrantes estrangeiros traziam uma rica bagagem de trajetórias que acumulavam diferentes tradições de resistência.

Este é um exemplo eloquente de como tradições de luta acompanhavam trabalhadores migrantes em suas peregrinações para garantir a vida, mundo afora. No século XIX, esse fenômeno tendeu a crescer com a circulação de trabalhadores de diversas nações que, ou por pressões de ordem econômica ou por não contarem com qualificação para exercer algum ofício regular em um centro urbano, eram obrigados a procurar ocupações temporárias em empreendimentos de construção que geralmente ofereciam poucos salários, péssimas condições de estadia e grandes riscos de acidentes ou doenças. Canais e ferrovias do mundo inteiro foram construídos por composições heterogêneas de trabalhadores. No Canadá, franco-americanos e irlandeses eram os mais numerosos. Nos Estados Unidos, a esses se somavam espanhóis, ingleses, alemães, húngaros, chineses, poloneses, mexicanos e muitos outros. O caso do canal do Panamá parece ter sido particularmente característico, pois a cada nova fase da construção turmas provenientes de algum ponto diferente do planeta confluíam para o istmo. Nos anos em que houve efetiva construção da linha férrea Madeira-Mamoré (entre 1907 e 1912) por lá pisaram pessoas de cerca de quarenta nacionalidades diferentes, entre as

---

<sup>67</sup> GUTMAN, Herbert G. *Work, culture & society in industrializing America: essays in American working-class and social history*. New York: Alfred A. Knopf, 1976, especialmente os capítulos: Trouble on the railroads in 1873-1874: prelude to the 1877 crisis? (p. 295-320) e Two lockouts in Pennsylvania, 1873-1874 (321-343). Ver também: GUTMAN, Herbert G. The Tompkins Square "riot" in New York City on January 13, 1874: a re-examination of its causes and its aftermath. *Labor History* 6, n. 1, 1965, p. 44-70. FONER, Eric. *Reconstruction: America's unfinished revolution, 1863-1877*. New York: Harper & Row Publishers, 1988. ZINN, Howard. *La otra historia de los Estados Unidos...* Op. cit., p. 178-183.

quais espanhóis, antilhanos, portugueses, alemães, italianos, colombianos, norte-americanos, venezuelanos, franceses, russos...<sup>68</sup>

Os proletários das secas faziam parte dessa classe internacional de trabalhadores ocasionais e pobres a quem Karl Marx definia como a “infantaria ligeira do capital”:

Agora nós nos voltamos para uma camada da população cuja origem é rural e cuja ocupação é em grande parte industrial. Ela constitui a infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora a lança neste ponto, ora naquele. Quando não em marcha, “acampa”. O trabalho nômade é empregado em várias operações de construção e drenagem, na fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovias etc. Coluna ambulante da pestilência, ela traz aos lugares em cujas cercanias instala seu acampamento: varíola, tifo, cólera, escarlatina etc. Em empreendimentos com aplicação significativa de capital, como construção de ferrovias etc., geralmente o próprio empresário fornece seu exército de barracos de madeira ou similares, aldeias improvisadas sem nenhuma instalação sanitária, além do controle das autoridades locais, muito lucrativo para o Sr. Contratista, que explora duplamente os trabalhadores: como soldados da indústria e como inquilinos.<sup>69</sup>

Faltou a Marx, no entanto, observar que os portadores do “trabalho nômade” era uma classe particularmente turbulenta. Quando unidos em aglomerações heterogêneas, conflitos violentos eram prováveis de acontecer, sejam aqueles de parte a parte, entre grupos nacionais diferentes disputando espaços e rendimentos, sejam aqueles (ainda mais temíveis às elites) que se davam pela colaboração contra os inimigos comuns.

Pelas características peculiares das obras de socorros públicos nos territórios das secas o contato face a face entre trabalhadores de nacionalidades diversas tendia a ser menor que em empreendimentos como aquele da Madeira-Mamoré. Nos sertões das secas não havia muita demanda por operários estrangeiros, pois os retirantes locais já eram uma potencial mão de obra numerosa e não havia sentido em se estimular a concorrência num empreendimento cuja principal função era promover o socorro aos pobres. Isso não significa, entretanto, que inexistiu completamente esse diálogo de tradições internacionais nas obras de socorros públicos. O que se deu é que, por se constituir numa relação residual, tangencial ao foco de

<sup>68</sup> Cf. BLEASDALE, Ruth. Class conflict on the canals of Upper Canada in the 1840s. *Labour/Le travail*, vol. 7, spring/printemps, 1981, p. 9-39. HALL, David J. The construction worker's strike on the Canadian Pacific Railway, 1879. *Labour/Le Travail*, vol. 36, fall/autumn 1995, p. 11-35. WYLIE, William N. T. Poverty, distress, and disease: labour and the construction of the Rideau Canal, 1826-32. *Labour/Le Travail*, vol. 11, spring/printemps 1983, p. 7-29. GREENE, Julie. *The canal builders...* Op. cit. FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2005. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>69</sup> MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política, tomo I, vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 224

atenção das autoridades, ficou fadada a se manifestar mais amplamente naqueles lugares apropriados à transmissão do “discurso oculto” de que fala James C. Scott em seus estudos: nas tabernas, barracos ou outros espaços distantes da vigilância estatal.<sup>70</sup> Exatamente num desses espaços resguardado da cultura popular, num bar de um hotel de Guaiúba, às margens da via férrea de Baturité, transcorreria um episódio tumultuoso que rompeu as barreiras do segredo e do anonimato:

Cumpre-me informar a V. Exa. que é exato ter o Francês Francisco Cené, trabalhador da estrada de ferro de Baturité, ferido na cabeça com uma garrafa a João Ribeiro de Souza que com ele estava jantando no hotel daquela povoação, depois de copiosas libações em que ambos tomaram parte.<sup>71</sup>

Examinado, constatou-se apenas superficial o ferimento feito em João Ribeiro de Souza. Mas a descoberta de um operário estrangeiro afeito a brigas e bebedeiras foi suficiente para as autoridades procederem a maiores averiguações e o presidente da província encaminhar um ofício “reservado” ao Ministério da Justiça, transmitindo os acontecimentos.

Tecendo considerações sobre a experiência da industrialização na sociedade britânica do século XIX, o historiador Asa Briggs comentava o quão variado eram os interesses e os pontos de visão dos diferentes grupos ocupacionais pelas regiões do país. Afirmou, nesse sentido, que na década de 1870 “o fosso entre operários especializados e os não qualificados era tão grande que um observador perspicaz falou deles como de duas raças diferentes”. Enquanto os trabalhadores qualificados – eles mesmos divididos em muitos diferentes grupos de profissão e ofício – ocupavam posições privilegiadas nos locais de trabalho, os não qualificados eram contratados e demitidos de acordo com a ocasião, sendo o seu próprio trabalho descrito como “casual”.<sup>72</sup> Essa constatação, importante para os historiadores sociais ingleses, serve nesta tese para o questionamento sobre como no âmbito das obras de socorros públicos as trajetórias divergentes de retirantes e trabalhadores

<sup>70</sup> Cf. SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990, especialmente o capítulo “Making social space for a dissident culture”, p. 108-135.

<sup>71</sup> Ofício (Reservado) de 10/09/1879, IJ<sup>1</sup> 283 rel. 28, Justiça, AN.

<sup>72</sup> BRIGGS, Asa. *A social history of England*. 3ª edição. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1999, p. 223-224.

especializados (essas “duas raças diferentes”) complementaram-se na organização da resistência.<sup>73</sup>

A convivência entre retirantes e trabalhadores de ofícios nas obras de socorros públicos foi constante, mas não parece ter seguido um padrão regular quanto aos laços de solidariedade tecidos no cotidiano da luta. Muitas vezes aliados para cobrarem juntos os pagamentos atrasados ou melhores condições de trabalho, em outras tantas ocasiões encontravam-se em lados divergentes, como no momento da deflagração da greve da Baturité em 1888, quando as turmas de cavouqueiros resolveram não aderir à paralisação.

Retirantes e artífices tinham diferentes origens. Enquanto a grande maioria dos trabalhadores sem qualificação provinha de zonas sertanejas, os membros das chamadas “classes artísticas” eram geralmente moradores de centros urbanos, ainda que exercessem eventualmente suas atividades também pelos sertões – como ocorria com oficiais mecânicos que visitavam engenhos para montagem e conserto de máquinas. Mas essas diferenciações de modos de vida tendiam, por outro lado, a perder parte de sua importância diante daquilo que anteriormente chamei de certo efeito nivelador das secas. De fato, muitos artistas caíam na indigência durante os anos de fortes estiagens, quando a crise também repercutia na eliminação de empregos em vilas e cidades. Segundo um representante da classe artística de Fortaleza, havia na capital cearense em 1877 “mais de trezentos a quatrocentos artistas desempregados” aguardando, impacientes, ocupações nas obras de socorros.<sup>74</sup>

Por outro lado, mesmo aqueles artífices pobres que compartilhavam com os retirantes do mesmo tipo de habitação nos acampamentos das obras ou que recebiam valores salariais tão ínfimos quanto aos desses, eram sempre diferenciados, gozando de determinados pequenos “privilégios” como o exercício de comando nas turmas de trabalhadores ou o tratamento especial que recebiam de chefes de turma e engenheiros. Era essa característica um dado de uma sociedade em que o trabalho instruído de artesãos era considerado mais moralizado e digno que aquele exercido pelas maiorias dos pobres. A própria tradição

---

<sup>73</sup> Com base nessa diferenciação, Eric Hobsbawm sustentou que a formação cultural da classe operária inglesa seria um fenômeno apenas constatável na última metade do século XIX, abrindo polêmica com as teses de historiadores como E. P. Thompson, cuja obra *A formação da classe operária inglesa* via o processo ocorrer no período entre 1790 e 1832. Cf. os capítulos “A formação cultural da classe operária britânica” (p. 257-278) e “O fazer-se da classe operária, 1870-1914” (p. 305-322) de HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 4ª edição revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. A polêmica foi discutida em NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 16, n° 31 e 32, 1996, p. 40-61.

<sup>74</sup> *Cearense* de 27/09/1877, Fortaleza, BN.

corporativa dos artífices erguia-se sobre essa expectativa da exclusividade do trabalho especializado, afastando suas perspectivas de luta daquela dos sertanejos.

Para garantir o sustento, a classe artística tinha de oferecer no mercado de trabalho um serviço cujo elemento diferencial era a qualidade. Valorizar o cumprimento do trabalho bem executado e regular fazia parte da observância em favor de seu próprio ganha-pão. Nisso opunha-se à invasão do mercado de trabalho por trabalhadores “indignos”, sem formação adequada, que puxassem para baixo os valores oferecidos pelos contratadores. Escravos e condenados à prisão pagando suas penas na forma de trabalho prestado em obras públicas eram sempre motivos de reclamação dos artistas. Em 1865, para criticar a administração provincial e ainda angariar votos da classe artística, o órgão conservador *Constituição* explorava esse sentimento de rejeição ao trabalho indigno quando denunciava o emprego de trabalhadores escravos nas obras de construção do novo prédio da Assembleia Provincial e nos reparos então feitos no quartel e no farol de Fortaleza: “Enquanto os escravos são assim preferidos aos homens livres, há por aí muitos pedreiros hábeis e honestos pais de família sofrendo privações por falta de trabalho.”<sup>75</sup>

Obter a confiança das elites urbanas constituía uma parte das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores de ofícios. A trajetória do pintor português José Maria Ventura é, nesse sentido, ilustrativa. Tendo chegado a Fortaleza no navio *Empreza* em meados de 1843, proveniente de Lisboa, o então jovem pintor com 23 anos de idade não tinha documentação de identidade a apresentar ao secretário de polícia, o que deve ter despertado suspeitas sobre suas intenções. Declarando que vinha ao Ceará para exercer sua profissão, conseguiu uma licença apenas provisória, obrigando-se a se apresentar à Secretaria de Polícia a cada dois meses. Passados quatro anos, conseguiu estender para seis meses a vigência de sua licença, o que talvez tenha se dado ao fato de ter nesse período de tempo angariado certo respeito em sua profissão. Em 1848 receberia enfim um “título de residência por prazo ilimitado”. Vinte anos depois, em 1868, seria naturalizado brasileiro. Na década de 1870, ao chegar aos cinquenta anos, já era contratado para as principais obras da província, como em alguns serviços que executou no farol do Mucuripe (momento em que teve seus interesses defendidos pelo engenheiro Adolfo Herbster, diretor das obras públicas da província, contra denúncias de serviços mal executados, mas que, ao final foi provado, não estavam entre suas atribuições). Em 1877, José Maria Ventura era considerado o “único mestre estucador que

---

<sup>75</sup> *Constituição* de 17/07/1865, Fortaleza, BN.

aqui temos”.<sup>76</sup> De jovem imigrante suspeito por não portar documentos a mestre de seu ofício, a trajetória do pintor português remete à expectativa de respeitabilidade compartilhada pela classe artística.

Seria improvável que artífices como José Maria Ventura, ao trabalharem em obras de socorros públicos, envolvessem-se em turbulentos ajuntamentos de retirantes que visassem agredir engenheiros, por exemplo. No entanto, uma das características dos trabalhadores de ofícios era sua grande variedade interna. Mesmo na pequena classe de artesãos do Ceará oitocentista era perceptível a presença de uma camada distinta de artistas – geralmente portadores do título de mestres do ofício – que ocupavam cargos privilegiados nos quadros do Estado, eram reverenciados em cerimônias públicas e presidiam as associações de classe. Ao lado desses – ou abaixo, a depender do ponto de vista – abria-se um amplo leque de condições de vida de uma multifacetada classe trabalhadora, indo desde estabilizados artesãos com oficinas próprias e prestígio que lhes garantiam uma vida remediada até aqueles trabalhadores mais carentes, a todo o momento ameaçados pelo espectro da miséria. Pela abundante quantidade de notícias de recrutamentos forçados recaindo sobre pobres pedreiros, ferreiros e carpinteiros, e também pela recorrência de anúncios de compra e venda e de fuga de escravos identificados como artistas, pode-se imaginar que uma considerável camada pobre de trabalhadores de ofícios empregada nas obras acionadas durante as secas afinava-se mais ao estilo de vida dos retirantes que a de seus companheiros de profissão mais prestigiados.

Sem dúvida, a mais importante influência que podiam exercer os trabalhadores de ofício sobre os retirantes nas obras de socorros era o recurso ao associativismo de classe como meio de defesa de seus interesses. No Ceará, a tradição associativista remonta a 1863, ano de criação da sociedade União Artística, durante uma reunião a qual compareceram mais de cem oficiais de Fortaleza. A associação de classe, pode-se assim considerar, constituía-se para largas parcelas dos trabalhadores especializados dessa época como uma extensão de seu meio de vida. Um espaço não só de apoio mútuo, através da formação das caixas beneficentes que representavam um importante esteio financeiro para os momentos difíceis de acidentes, doenças ou mortes de membros da família, como também um centro de referência para a obtenção de contratos de trabalho. Contar com o respaldo de uma associação de classe podia fazer a diferença naqueles tempos mais difíceis em que o emprego era escasso. Num anúncio de 1881, por exemplo, a Sociedade Artística Fraternidade e Trabalho, “competentemente

<sup>76</sup> *Livro de residência de estrangeiros*, entradas de 3/06/1843 e 26/09/1848, Polícia, e ofícios de 4/04/1873 e 6/02/1877, Obras Públicas, APEC. *Cearense* de 17/05/1876, Fortaleza, BN.



habilitada”, oferecia serviços em “obras de artes e ofícios, tanto públicas quanto particulares, como sejam:

Prédios de qualquer gosto, fornecendo os materiais necessários, pinturas, fornecimentos de sapateiros, alfaiates, ferreiros etc.; para o que oferece garantias de seus contratos.<sup>77</sup>

Historiadores do trabalho têm procurado nas últimas décadas romper com os paradigmas evolucionistas que enxergam nas sociedades mutualistas do século XIX tão somente formas embrionárias do movimento dos trabalhadores, como se fizessem parte de uma espécie de pré-história do movimento operário.<sup>78</sup> Semelhante representação não se sustenta sequer diante de um superficial levantamento que se faça das atividades exercidas pelas associações de classe no Ceará (da mesma forma que em outras partes do país), quando, concomitantemente às rotinas de recolhimento de jóias e mensalidades para compor os fundos de beneficência, os associados empenhavam-se em defender os interesses das classes artísticas em diversas dimensões de suas condições de vida e trabalho. Logo que foi fundada a sociedade União Artística em julho de 1863, esta se viu impelida a intervir junto ao governo provincial para tentar adiar a mobilização para os exercícios da Guarda Nacional – então ordenada pelo governo imperial, precavendo-se das possíveis consequências da chamada Questão Christie<sup>79</sup> –, pois se sabia que a campanha militar “arranca o artista de sua oficina, o filho do povo do mister em que se ocupa para sustentar sua pobre família”. Quanto aos estatutos da Sociedade União Artística Maranguapense, fundada em 1875, estes previam que “o sócio que se achar sem ocupação deverá comunicar seu estado ao Conselho Diretor ou ao presidente e este, ajudado por todos os mais, procurará empregá-lo.” Além dessas medidas, que indicam a explícita presença de uma defesa profissional, a prática difundida nessas sociedades em fundar escolas noturnas e gabinetes de leitura confluía para o esforço educativo em prol da qualificação do ofício que era um outro recurso de controle e proteção do mercado

<sup>77</sup> Cearense de 14/07/1863 e de 21/07/1881, Fortaleza, BN.

<sup>78</sup> Cf. BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, n. 10/11, 1999, p. 41-68.

<sup>79</sup> A chamada Questão Christie consistiu na ruptura das relações diplomáticas entre os governos brasileiro e britânico após incidentes por ocasião do naufrágio do barco inglês *Prince of Wales* na costa meridional do Brasil, em que sua carga teria sido saqueada, a tripulação talvez morta e as autoridades negligentes em apurar os responsáveis. No contexto de reação à campanha inglesa de proibição do tráfico atlântico de escravos esses acontecimentos geraram um extraordinário sentimento anti-britânico pelo Brasil que somente foi revertido após habilidosas negociações palacianas. Cf. GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, especialmente o capítulo “Os fundamentos da ‘Questão Christie’”, p. 79-127.

de trabalho contra a concorrência.<sup>80</sup> Quando da seca de 1877, a sociedade Fraternidade e Trabalho dirigiria uma representação à presidência da província, reivindicando meios de ocupação para os artistas arruinados pela crise. Seu prestígio como instituição – mas igualmente o peso que a essa altura já acumulava a tradição associativista da classe – fez com que o administrador da província registrasse em um de seus despachos: “com os reparos da alfândega e trapiche, as obras do asilo da mendicidade e paiol que vão ser iniciadas, ficam atendidos os representantes da Sociedade Fraternidade e Trabalho”.<sup>81</sup>

A organização associativa estimulava, nesse sentido, a identidade de classe e a observância pelos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, reforçava a autodisciplina entre os artesãos. O funcionamento do auxílio mútuo requeria dos sócios uma vida regular, não somente porque era fundamental o pagamento em dia das mensalidades para que o mutualismo atingisse seus objetivos, mas também porque a honestidade era um princípio premente na administração do fundo comum. A Sociedade União Artística Maranguapense, apesar de se abrir a um “número ilimitado de pessoas livres, sem distinção de nacionalidade e que tenham conhecimento teórico ou prático de qualquer arte”, ressaltava em seus estatutos que seus sócios efetivos deveriam ser “artistas laboriosos, que tenham boa conduta”. De modo semelhante, a agremiação Fraternidade e Trabalho requeria que os sócios admitidos pela diretoria tivessem “boa conduta, meios de subsistência decentes e mais de 18 anos de idade”.<sup>82</sup>

Mas, além de satisfazer a um quesito importante para a autopreservação das associações, a “boa conduta” dos trabalhadores estava relacionada ainda aos canais de reivindicação que os artífices da época resguardavam. Apesar das grandes barreiras que os pobres enfrentavam para o exercício da cidadania na senhorial sociedade brasileira do século XIX, os trabalhadores de ofícios buscaram conquistar avanços para sua classe através da participação dos meios regulares das eleições, aliando-se aos agrupamentos políticos tradicionais das elites. A União Artística de Fortaleza, assim como sua homônima de

<sup>80</sup> Também era uma prática “instrutiva” relevante a publicação de jornais. Adelaide Gonçalves dá notícia, por exemplo, da circulação de pelo menos três periódicos das classes artísticas durante a década de 1860: *União Artística, O Artista e O Typographo*, aos quais seguiram outros nos anos subsequentes. Cf. GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. In. SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 259-286. Para maiores detalhes sobre a imprensa dos trabalhadores no Ceará: GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará: 1862-1920*. Tese de Doutorado em História Social. Florianópolis: UFSC, 2001.

<sup>81</sup> *Cearense* de 17/07/1863, Fortaleza, BN. *Estatutos da Sociedade União Artística Maranguapense*, 1875, APEC.

<sup>82</sup> *Estatutos da Sociedade União Artística Maranguapense*, 30/10/1875, e *Estatutos da Sociedade Artística Fraternidade e Trabalho*, 30/11/1876, APEC.

Maranguape, tornar-se-iam redutos liberais, monopolizando durante décadas os votos dos artífices locais, a ponto de somente em 1880 ter sido criada uma alternativa Sociedade Artística Beneficente Conservadora. Possivelmente, era na intenção de aproximar setores das elites que homens de forte prestígio social eram convidados a se tornarem sócios honorários ou mesmo diretores das agremiações: José Carlos da Silva Jatahy, por exemplo, foi eleito o primeiro presidente da sociedade Fraternidade e Trabalho, enquanto o engenheiro Henrique Theberge era sócio fundador da Beneficente Conservadora. Nesse jogo de negociações com as elites, a classe artística via-se impelida a manter um estilo de vida disciplinado, conduzindo seus meios de luta de acordo com critérios aceitáveis aos padrões hegemônicos, dentro e fora dos espaços de trabalho. Elogiados por sua lealdade ao partido liberal durante o pleito eleitoral de 1863, os artífices de Fortaleza seriam orientados pelo periódico *Cearense* a voltar ao trabalho após os três dias que durou a votação.

Resta agora ainda recomendar aos Artistas que, voltando a suas profissões, esquecendo as odiosidades que resultam sempre destas lutas, continuem pelo seu trabalho, economia, ordem e moralidade a mostrarem-se cidadãos úteis e dignos da pátria.<sup>83</sup>

Mas, no cotidiano de trabalho – quando os artífices deparavam-se com pesadas exigências patronais, parcas remunerações e desleal concorrência de outros artesãos apadrinhados –, a colaboração de classes tendia a dar espaço para relações conflituosas e os métodos de luta e resistência acabavam escapando ao ideal da “boa conduta” do artesão morigerado. Alguns mestres, donos de oficinas – como parece ter sido o caso do já antes apresentado ferreiro alemão Henrique Erich –, tratavam seus subordinados com bastante dureza. Patrões com esse perfil acabavam enfrentando dificuldades de manter a disciplina no dia a dia de trabalho. Erich, talvez um caso especialmente emblemático, praticamente não conseguia manter operários trabalhando regularmente na oficina que montara anexa a sua casa, na rua da Amélia. Em 1866, após mandar vir cinco oficiais de Hamburgo para prestarem serviços em sua ferraria, todos terminaram abandonando o serviço, deixando para trás contratos e dívidas abertas. Também um jovem órfão, a quem o mesmo mestre ferreiro abrigara, tornando-se uma espécie de pai-patrão, fugiu de sua casa em 1864, casando-se logo com uma jovem da vizinhança para conseguir assim a sua emancipação.<sup>84</sup>

<sup>83</sup> *Estatutos da Sociedade União Artística Maranguapense*, 30/10/1875, APEC. *Cearense* de 16/12/1880 e de 1/01/1884, Fortaleza, BN.

<sup>84</sup> Ofício de 31/01/1867, Obras Públicas, APEC. *Cearense* de 17/06/1864 e 19/09/1867, Fortaleza, BN.

Também em obras públicas, quando era o Estado que fazia o papel de patrão, oficiais artistas resistiam e buscavam meios alternativos de melhorar ao menos um pouco suas duras condições de existência. Ao final da década de 1850, momento em que diversas obras de calçamento estavam sendo executadas pelas ruas centrais de Fortaleza, calceteiros e fornecedores de pedras viram naquele um momento propício para angariar dinheiro, mas o presidente da província, por falta de verbas, estabeleceria um limite diário de produção. Os trabalhadores em pedras ignoravam propositalmente as ordens de redução do ritmo de trabalho e apresentavam ao fim das jornadas contas que ficavam sempre acima dos valores máximos estabelecidos. A desobediência dos oficiais terminaria fazendo com que todas as turmas de trabalhadores fossem despedidas e se ordenasse contratar outros calceteiros em Lisboa, onde se dizia haver um pessoal mais bem qualificado que os indisciplinados nacionais. Na tentativa de evitar a ocorrência de novos problemas, um despacho do presidente sublinharia que os calceteiros portugueses a serem engajados deveriam ser “peritos e com moralidade comprovada”. Nessa mesma época o diretor das obras provinciais, Adolfo Herbster, solicitava a formação de “companhias de trabalhadores” para suprir a falta de operários dispostos a trabalhar nas obras públicas, pois, como dizia, “tenho encontrado nos trabalhadores muita repugnância em sujeitar-se a uma disciplina qualquer”.<sup>85</sup>

Quando ocorreu o ciclo de fortes estiagens na passagem do século XIX, a classe dos artistas no Ceará – aos quais viriam se somar outros de outras províncias e países – já percorriam uma longa trajetória de lutas contra a precarização de suas condições de trabalho, lidando cotidianamente com um patronato insensível às necessidades de uma corporação de trabalhadores sujeita a ter de lidar tanto com as “misérias modernas” advindas com o progresso econômico quanto com as “herdadas” do mandonismo colonial. Em 1874, artífices funileiros de Fortaleza protestavam através de uma greve contra a situação miserável a que se viram sujeitados porque o deputado João Severiano havia arrematado toda a carga de folha de flandres disponível no comércio, matéria prima sem a qual aqueles artesãos viam-se levados a “recorrer à caridade pública” para se sustentarem. Era a face cruel do *laissez faire* a lhes solapar os meios de vida. Com o passar dos tempos, as condições não pareciam melhorar. Dez anos depois, nas obras de aterro da praça Cel. Teodorico, uma turma de vinte operários, recebendo uma minguada diária de 800 réis, reclamava por terem de trabalhar ao lado de um grupo de condenados da cadeia pública que, além de nada saberem do serviço, eram obrigados a exporem-se às ardências do sol quente com correntes presas ao pescoço, uma

<sup>85</sup> *Pedro II* de 18/01/1860 e de 6/05/1861, Fortaleza, BN. Ofício de 4/08/1857, Obras Públicas, APEC.

condição degradante e penosa não só pela “elevação de temperatura experimentada pelo metal” como também porque os “movimentos da manobra da enxada e da pá maltratam e ferem o pescoço”. Tudo isso se dando num tempo de festejos, em que ilustrados abolicionistas cumprimentavam-se pelas ruas da capital por terem feito do Ceará a primeira província a extinguir o trabalho escravo no Brasil.<sup>86</sup>

A inserção numa obra de socorros públicos trazia para retirantes e artífices um problema comum de base. Tanto para a tradição sertaneja quanto para aquela dos trabalhadores de ofícios os serviços de socorros implicavam em ameaças a preciosos critérios de autonomia no cotidiano de trabalho. Enquanto os retirantes encontravam nas ordens dos engenheiros um fator a se somar às tantas opressões já sofridas na condição da extrema miséria, sendo-lhes dadas tarefas degradantes e rejeitadas pelos critérios culturais dos sertões, os trabalhadores de ofícios viam-se também pressionados a ter de abrir mão de aspectos importantes de seu trabalho-saber, constrangendo-se a ter de operar as funções da produção artesanal – cuja qualificação era para si um bem a ser cuidadosamente preservado – segundo uma dinâmica dirigida pelo ritmo e exigências próprios da grande obra em execução. Pedreiros, ferreiros, carpinas, entre outros, acostumados a seguir um tempo de execução sobre o qual nem mesmo os mais exigentes padrões podiam ter controle, nas obras de socorros públicos viam-se envolvidos, talvez pela primeira vez, pelos critérios de produção impessoais de uma grande empreitada. Tudo isso, e ainda os enfrentamentos quanto aos problemas relativos a pagamentos irregulares, a comida pouca ou estragada, as péssimas condições de estadia etc., aproximava os interesses desses dois agrupamentos de trabalhadores sempre presentes nas obras das secas. Era o que gerava, por exemplo, a solidariedade entre os diferentes tipos de operários do açude de Quixadá, em 1889, que procuraram a redação do *Libertador* para denunciar:

Os empregados [ou seja, artífices, além de pessoal de escritório] e os pobres trabalhadores da comissão de açudes reclamam ao sr. dr. Revy e ao exmo. sr. ministro da agricultura sobre o procedimento do pagador da comissão que, demorando os pagamentos para auferir porcentagem, não faz os pagamentos nos dias marcados, acontecendo que temos recebido os nossos ordenados de dois em dois meses!!<sup>87</sup>

<sup>86</sup> *Cearense* de 9/08/1874, Fortaleza, BN. Ofício de 1/09/1884 e anexos, IJJ<sup>9</sup> 192, Interior – Negócios das Províncias, rel. IA vol. 28, AN.

<sup>87</sup> *Libertador* de 24/10/1889, Fortaleza, BPGMP.

Para os artífices, a inclusão de “pobres trabalhadores” entre os que reivindicavam pagamentos tornava-se, em momentos como esse, um importante apoio aos seus interesses de classe, pois reforçavam os sentidos do direito à remuneração do trabalho já executado com os critérios morais tradicionais da reciprocidade caritativa. Poder contar com o apoio dos numerosos sertanejos lhes era vantajoso inclusive nos momentos em que o que se estava em jogo eram problemas específicos que os atingia diretamente. Afinal, estavam numa obra cuja finalidade principal era a prestação de socorros à grande aglomeração dos retirantes, e não o pagamento de salários para uma minoria de artistas anônimos. Ao fim da seca de 1889, trabalhadores de ofícios clamaram pela prorrogação dos recursos de socorros por mais alguns meses; alegavam que não sabiam manejar enxadas, amainar a terra para o plantio, e, dessa forma, ao voltarem para seus redutos passariam fome na certa. Outro risco era ocorrer de, uma vez retirados os flagelados para os sertões, ficarem os artistas sem receber seus salários. Foi o que se deu em maio de 1890, como relata uma nota do *Cearense*:

Horrores! Ontem vieram ao nosso escritório diversos artistas, comissionados por seus companheiros, protestar contra os elogios que o *Libertador* de 21 publicou, noticiando a retirada do engenheiro das obras públicas Capitão Romualdo de Carvalho Barros, que o órgão oficial afirma haver prestado serviços às *classes indigentes*. Informavam-nos os operários:  
Que estão no desembolso de 30 dias de serviço;  
Setenta e tantos pedreiros;  
Mais de dez carpinas;  
300 trabalhadores!  
Que não foram ao Governador representar contra a falta de pagamento dos seus salários a conselho do Capitão Romualdo que prometeu-lhes até a última hora não retirar-se sem pagar a todos.  
Tão desprotegidos artistas e operários estão reduzidos a penúria, em estado de desespero.<sup>88</sup>

O contato entre as tradições de luta de artífices e sertanejos era irregular, seletivo, estranhado às vezes. Um diálogo difícil entre sujeitos com trajetórias divergentes, mas que provavelmente resultou em vantagens mútuas consideráveis no cotidiano conflitivo das obras de socorros públicos. É um exemplo a mais a assegurar que para a história social dos trabalhadores mais importante que enquadrar os padrões de luta em esquemas normativos de evolução é “explorar a multiplicidade, o movimento e a conexão, as longas ondas das correntes planetárias da humanidade”, como afirmaram P. Linebaugh e M. Rediker, pois assim nos aproximamos mais das ações de um proletariado heterogêneo (como os

<sup>88</sup> *Cearense* de 21/02 e 23/05/1890, Fortaleza, BN. Os grifos são do próprio jornal.

trabalhadores quase sempre foram) do que de suas supostas “fragilidades estruturais” (um problema um tanto ou quanto escolástico para uma história vista de baixo).<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 14.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobe o pano.  
O cenário é pobre, descolorido.  
Nenhuma mobília. Nem paredes nem teto.  
Entram em cena os atores, desordenadamente, aos montes, incontáveis.  
Começa o ESPETÁCULO.  
Título da peça: A SECA.  
Duração provável: um ano.

Foi assim, como na abertura de um drama teatral, como num “espetáculo”, que Paulo de Brito Guerra, antigo engenheiro do DNOCS, escolheu iniciar seu livro de reminiscências *Flashes das secas*.<sup>1</sup> Nele, registrou inúmeras cenas que guardou na memória dos tempos em que era chefe de serviço em obras de construção de açudes pelo interior da Paraíba. Com breves comentários, através de textos curtos e escritos em linguagem fluida e desprestigiada, Paulo Guerra remete-nos a cenas corriqueiras e curiosas do dia a dia de trabalho em obras de socorros públicos. Pelo tom espirituoso com que tece suas narrativas percebe-se que suas lembranças dos tempos de seca já estavam convenientemente “enquadradas” no momento em que escreveu seu livro (provavelmente em meados da década de 1970).<sup>2</sup>

Recorda-se então das “vicissitudes de qualquer chefe de serviço” nas agências do DNOCS pelo interior no começo de um ano sem chuvas:

Falávamos de 1942, por exemplo. A multidão se acomoda por perto. Muitos trazem mulher e filhos. Todos vêm no chefe a sua única esperança para escapar vivo e não passar fome. Mas o chefe, normalmente, ainda não tem condições nem ordem de empregar. Eles vão ficando.

Segue daí uma interessante explanação sobre as tensões presentes durante as “negociações” que envolviam retirantes e engenheiros no momento de organização das obras.

Lá pro meio dia – “meio dia sem comer já é jejum” – quem pode vai comprar um pão, tomar um café. Há “passamentos” (vertigens). Se o chefe nada faz, nada promete, eles vão ficando. E a multidão se avoluma. Se os emprega, no outro dia chegam mais, aos borbotões.

---

<sup>1</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977, p. 14.

<sup>2</sup> Reflexões sobre o processo de “enquadramento da memória” encontram-se em POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* – Dossiê Memória, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.



A ideia que se transmite é a de que para um chefe de serviço não há muito espaço de manobra. Quando começam a chegar “aos borbotões”, os retirantes o tornam refém da situação e a única saída é tomar providências para empregá-los.

Aí é que o chefe tem que se desdobrar em promessas, em radiogramas, em meias medidas, para evitar a revolta. Se mostrar fraqueza ou desânimo, estará perdido.

Entre as medidas adotáveis como contra ataque, até que tenha lugar o alistamento oficial, estão o contato pessoal, a conversa promissora, a distribuição de um pouco de alimento (farinha ou pão e rapadura) com a condição de “sumirem”. Porque naturalmente muitos ainda poderiam resistir em casa mais umas semanas, mas o pavor do futuro próximo os precipitou na estrada. Uma tática é aceitar só os que já arrastam consigo a família, o que é prova de miséria. Outra, empregar só os que trazem qualquer ferramenta: uma enxada, uma pá ou foice. De início, só os casados.

Ao ler a descrição, descobrimos que estamos em face de uma situação já bem conhecida, em que os atores em cena sabem precisamente suas falas, seus gestos, aquilo que virá em seguida... E por conhecer com quem contracenam, os agentes do governo reconhecem sem demora algumas medidas adequadas: “Havendo alguma terra disponível, muitos casos ficam resolvidos, pois os pequenos proprietários, neoflagelados, pedem primeiro ‘uma vazante’, depois pedem emprego. Evitam todos, quando possível, pedir esmola.”

Mas logo surgem ações que rompem com a ordem:

Enquanto isso, verificam-se ameaças e assaltos a barracões. Em 1942, em poucas horas, foram roubadas muitas toneladas de batata e mandioca dos campos irrigados. Movimentada a polícia o roubo foi tomado e mais tarde distribuído a todos, com advertências.

E segue a narrativa sobre os primeiros momentos de uma obra de socorros: o alistamento, poucas ferramentas, escassez de pessoal técnico, muitos operários...

Os primeiros dias são os mais difíceis. Não há galpões que alojem tanta gente, e muitos dormem sob o manto das estrelas. Cada árvore é uma casa, e debaixo de cada ponte existe um hotel. Se vem uma neblina, a altas horas, há uma invasão nos alpendres dos escritórios e casas, exalando a turba acentuado cheiro de “humanidade”, comum a concentrações plebeias.

Enfim, começam os primeiros trabalhos de construção de abrigos, “com estacas, varas e ramos, sendo poucos aqueles cobertos com zinco. Estamos na época do DNOCS pobre, sem verba e sem SUDENE.”

Ao fim de abril ou maio tudo começa a entrar na rotina. As turmas estão organizadas. Nas panelas de barro, coletivas, ferve o feijão macassar quase escoteiro, sob as vistas de uma barraqueira.  
A maioria vive só, tendo deixado a família no sítio, léguas distante.<sup>3</sup>

Até pelo modo com que encerra a narrativa o texto do engenheiro Guerra é significativo, pois alude a uma condição em que, após alguns “acidentes de percurso”, tudo parece entrar finalmente em seu curso normal, encontrar sua “rotina”. Fala como se àquela altura, década de 1940, o trabalhador da seca já fosse um personagem conhecido. Pode-se dizer que a formação histórica dos proletários das secas estava então devidamente inscrita no universo cultural do semiárido.

Um aspecto importante encontra-se presente nos registros de Paulo de Brito Guerra: o socorro prestado aos retirantes é algo reconhecido como estando atrelado ao emprego no serviço do governo. Parece muito claro para todos os que atuam nesse “espetáculo da seca” que o engajamento numa obra de socorros públicos é a única saída para que o pobre não venha a passar fome. Não há referência a evasões. Pelo contrário, até os que “poderiam resistir em casa por mais umas semanas” acorrem ao chefe. Decerto que, da parte dos sertanejos, há uma clara preferência pelas terras de vazantes em relação aos empregos, mas acredita-se que todos evitavam, “quando possível, pedir esmola”. Numa outra passagem, Paulo Guerra chega a se referir ao escritório do DNOCS como “o QG da seca”.

Por outro lado, reconhece-se também que os flagelados não estavam ali esperando passivamente pelo emprego, e a própria espera parece fazer parte do gestual da reivindicação. A demora excessiva, a “fraqueza ou desânimo” que o agente oficial viesse a demonstrar podiam facilmente desencadear uma revolta. As “ameaças e assaltos a barracões” figuram como algo previsível naquele contexto.

Explicações convencionais sobre a consolidação da política de socorrer os retirantes das secas através de seu emprego em obras públicas dedicam-se em ressaltar as ações obstinadas do governo que, a cada estiagem, mobiliza seu exército de engenheiros e técnicos para promover serviços de socorros no interior seco. Tratam das circunstâncias e dificuldades, mas também dos sucessos obtidos na missão tida como benéfica de organizar o trabalho moralizador entre as massas de famintos. Combinando valores paternalistas e modernizadores, procuram argumentar que se os pobres sertanejos passavam a procurar as

<sup>3</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas...* Op. cit., p. 14-16.

obras de socorros durante as secas isso era a prova de que haviam finalmente se convencido de que o melhor para eles era mesmo aceitar o trabalho como socorro, único recurso moral e economicamente viável para superarem os tempos difíceis de estiagem. Se ainda havia assaltos e revoltas, é porque a missão ainda não estava plenamente concluída.

Naturalizando o trabalho e o papel providencial do Estado em recuperar a ordem social, as visões hegemônicas do poder só são capazes de pensar a formação de uma classe de trabalhadores enquanto um processo de adaptação, de adequação dos pobres a uma ordem julgada como inevitável a priori. Os proletários das secas, sujeitos turbulentos, ao resistirem ao trabalho nos serviços de socorros são encarados desse modo como pessoas ignorantes e desesperadas, ainda não suficientemente adestradas a reconhecer o curso natural das coisas. Suas formas de resistência são desqualificadas, desse modo, como sinais de desespero e condenadas ao fracasso inevitável.

Foi minha intenção nessa tese apresentar uma visão alternativa sobre as ações dos retirantes das secas nesse período tão importante de reestruturação no mundo do trabalho. Acompanhando suas trajetórias, analisando seus costumes, observando as alianças instituídas no cotidiano, recompondo suas experiências como refugiados e como trabalhadores de obras de socorros, estudando suas formas de resistência (e apesar de as fontes disponíveis pouco terem preservado de suas próprias vozes), pude encontrar nos retirantes da passagem do século XIX sujeitos históricos bastante ativos e seguros dos valores que defendiam quando enfrentavam as jornadas das secas e os diferentes agentes do poder.

Não quero sustentar que não tenha existido nenhum elemento de adaptação por parte dos sertanejos quando se deparavam com as regras ditadas por comissários, engenheiros, feitores ou policiais. Afinal, se podemos falar na formação de uma classe de proletários das secas naquele período é porque trabalhadores do campo dispuseram-se a se inserir na nova ordem de trabalho, incorporando-se de alguma maneira aos esquemas de controle montados para ordenar o funcionamento das obras de socorros públicos. Mas essa adaptação, além de bastante seletiva, não se contrapunha em absoluto, desde o ponto de vista dos retirantes, aos arranjos autônomos de autossustentação e mesmo às ações coletivas de enfrentamento a desmandos e condições indignas. E creio que, de fato, mais do que um produto espontâneo ou voluntarista por parte dos trabalhadores do sertão, o processo histórico de formação dos proletários das secas se caracterize pela maneira como esses lidavam com as condições apresentadas pelo ordenamento do trabalho em suas várias dimensões.

Mas a ênfase que procurei dar no presente estudo foi mesmo a do autofazer-se dos trabalhadores do sertão, abordando aspectos desde os quais suas experiências de luta no cotidiano das obras de socorros públicos ganhassem sentido e densidade histórica. Daí porque procurei destacar que, recuando no tempo para as décadas anteriores do século XIX, poderíamos identificar a configuração de uma certa tradição de resistência sendo forjada pelas camadas pobres dos sertanejos, particularmente quando se deparavam com o avanço da hegemonia da agricultura comercial em detrimento de seus meios de sustento convencionais, quando, de um lado, o avanço das fronteiras das lavouras exportadoras ameaçava os pequenos roçados familiares e, de outro lado, as elites proprietárias implantavam mecanismos de coerção visando levar as populações pobres a se incorporar a relações de trabalho atreladas aos interesses econômicos do patronato rural. Tratando dos conflitos ocasionados pelo estatuto do recrutamento militar forçado (e pela resistência dos recrutáveis e de suas comunidades), procurei analisar alguns aspectos presentes nessa tradição do sertão proletário, de onde se destaca a ocorrência da chamada revolta dos Rasga-Listas (1875), episódio pouco visitado pela historiografia, mas que acredito tenha tido um papel relevante na composição da cultura política popular daquela época. Provavelmente outras diferentes dimensões da vida das populações rurais poderiam indicar ainda aspectos importantes sobre as modalidades de luta social dos sertanejos pobres durante o Oitocentos.

Outro aspecto a que pretendi dar destaque foi o da tessitura de diversos contatos que os sertanejos estabeleceram nos tempos de seca que, de várias maneiras, influenciaram a postura com que se apresentavam nas obras de socorros públicos. Desde o momento em que se retiravam das fazendas do sertão distante, passando por vilas, cidades, portos e outros estabelecimentos rurais, as famílias sertanejas criavam laços de solidariedade (algumas vezes até para se proteger das investidas de outros grupos de retirantes), tornando-se mais capazes de enfrentar os desafios das caminhadas sem recursos, das doenças, da fome e de opressões das mais variadas naturezas. Eram arranjos mútuos que se davam tanto entre pessoas identificadas por provirem das mesmas paragens sertanejas (ou de condições semelhantes), mas também entre indivíduos e agrupamentos étnico-nacionais heterogêneos. A propósito, creio que mostrei alguns exemplos que levam a pensar que as diferenças nacionais, de língua e demais hábitos culturais, não se interpunham como barreiras impeditivas da troca de experiências entre a gente local e os diferentes trabalhadores estrangeiros que confluíam também para as grandes obras de socorros públicos. Esses diálogos de tradições de luta fazem lembrar que o estabelecimento de separações de interesses nacionais ou corporativos dos trabalhadores (o diálogo também se dava entre retirantes e parcelas de trabalhadores de

ofícios, tidos como elementos diferenciados nas obras) não são um dado natural ou fixo. Conhecendo novas rotas, incorporadas durante as distâncias percorridas até chegarem a algum canteiro de obra do governo, os diferentes operários traziam para o cotidiano de trabalho referências ampliadas, as quais também contribuíam para fazer surgir no dia a dia das obras modos de resistência diversos aos das tradições locais, municiando o antagonismo dos retirantes com novos métodos de pressão.

De modo que, ao chegarem às obras de socorros públicos, os retirantes já se apresentavam portando certos interesses compartilhados. O que para os engenheiros parecia ser a prova de que os pobres do sertão eram pessoas indolentes e preguiçosas (pois desde os primeiros contatos com o novo serviço evidenciavam-se resistências) bem podia ser uma deliberada rejeição dos operários a ter de se submeter a tarefas estafantes ou degradantes. Formando turmas de trabalhadores, e estabelecendo assim uma ordenação hierárquica na obra (com atribuições definidas para feitores, chefes de turmas, agentes de socorros), engenheiros buscavam viabilizar a transmissão das regras do cotidiano de trabalho e ao mesmo tempo dirimir essas manifestações de antagonismo que os operários opunham. Por diversos caminhos, os imigrantes burlavam os códigos de trabalho, chegando a ameaçar o próprio andamento dos serviços. Mesmo com todo esforço dos administradores em policiar o comportamento dos retirantes nos abarracamentos e nos cumprimentos das tarefas, os trabalhadores das secas encontravam meios de fazer prevalecer algo daquilo que acreditavam ser condigno com uma obra cuja *raison d'être* era a prestação de socorro aos necessitados.

Dessa forma, pretendi mostrar que através de arranjos e desarranjos no cotidiano de trabalho os sertanejos foram incorporando as obras de socorros públicos como parte de suas estratégias de obtenção de auxílios durante os tempos de seca. Aquilo que, para os governantes e demais membros das elites proprietárias, figurava como um instrumento para o controle sobre as massas desordenadas de miseráveis era desviado pela agência dos retirantes para finalidades opostas, constituindo-se os canteiros de obra em arena para novos conflitos. As próprias turmas de operários, organizadas para viabilizar o trabalho, tornavam-se focos de resistência. Nessa dialética envolvendo controle e resistência, arranjos e desarranjos constantes, formaram-se os proletários das secas.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Arquivísticas

#### Periódicos

<i>A Cidade</i>	Sobral	1900	BPGMP
<i>A Constituição</i>	Fortaleza	1877-1889	BPGMP
<i>A Constituição</i>	Belém	1879	BN
<i>A Lucta</i>	Sobral	1915-1920	BN
<i>A Ordem</i>	Baturité	1879	BN
<i>A Verdade</i>	Baturité	1919	IC
<i>Cearense</i>	Fortaleza	1863-1890	BN
<i>Correio da Semana</i>	Sobral	1919	BPGMP
<i>Correio Paulistano</i>	São Paulo	1878	BN
<i>Echo do Povo</i>	Fortaleza	1878-1880	BPGMP
<i>Gazeta do Norte</i>	Fortaleza	1888-1889	BN
<i>Jornal do Amazonas</i>	Manaus	1878	BN
<i>Jornal do Ceará</i>	Fortaleza	1904-1911	BN
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro	1877-1889	BN
<i>Libertador</i>	Fortaleza	1889	BPGMP
<i>Município</i>	Fortaleza	1879	BN
<i>New York Tribune</i>	Nova York	1878	LC
<i>O Baturité</i>	Baturité	1878	BN
<i>O Liberal do Pará</i>	Belém	1879	BN
<i>O Malho</i>	Rio de Janeiro	1909	BN
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro	1918	BN
<i>O Pão da Padaria Espiritual</i>	Fortaleza	1895	BN
<i>O Retirante</i>	Fortaleza	1877-1878	BPGMP
<i>Pátria</i>	Sobral	1911-1915	BN
<i>Pedro II</i>	Fortaleza	1860-1889	IC/BN
<i>Revista da Semana</i>	Rio de Janeiro	1900	BN
<i>Revista de Engenharia</i>	Rio de Janeiro	1879-1891	BN

<i>Revista de Estradas de Ferro</i>	Rio de Janeiro	1885-1888	BN
<i>Revista do Instituto</i>			
<i>Polytechnico Brasileiro</i>	Rio de Janeiro	1877-1906	BN
<i>The Carbon Advocate</i>	Lehington, EUA	1877-1878	LC
<i>The Columbian</i>	Bloomsburg, EUA	1877	LC
<i>Tribuna Catholica</i>	Fortaleza	1878	BN
<i>União Artistica</i>	Fortaleza	1834	BN

#### Fundos e coleções

Açudes e Irrigação	APEC	1877-1906
Câmaras Municipais	APEC	1870-1919
Decretos do Executivo	AN	1878-1891
Estradas	APEC	1877-1889
Ministério do Império	AN	1877-1889
Ministério da Justiça	AN	1877-1889
Ministérios	APEC	1865-1889
Obras Públicas	APEC	1856-1886
Passaportes de Estrangeiros	APEC	1855-1870
Polícia	APEC	1875
Processos Cíveis	APEC	1870-1919
Processos Criminais	APEC	1870-1919
Quebra-Quilos	AN	1875
Residência de Estrangeiros	APEC	1842-1855
Socorros Públicos	APEC	1877-1889

#### Relatórios

##### *Ministérios*

BRASIL. *Relatório apresentado a assembléia geral legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da justiça Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1877.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à assembléia geral legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário dos negócios do império conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à assembléia geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do Império Antonio Ferreira Viana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, engenheiro Antão Gonçalves de Faria em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Dr. Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Castellat, ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas em maio de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas Severino dos Santos Vieira no ano de 1899, 11º da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas Alfredo Eugenio de Almeida Maia no ano de 1901, 13º da república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas Antonio Augusto da Silva no ano de 1902, 14º da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

#### *Senado*

BRASIL. *Anais do senado do império do Brasil*, 2ª sessão da 16ª legislatura no mês de agosto de 1877, volume III. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1877.

#### *Províncias*

AMAZONAS. *Fala com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a primeira sessão da 14ª assembléia legislativa provincial do Amazonas o Excelentíssimo Senhor Barão de Maracajú, presidente da província*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1878.

\_\_\_\_\_. *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de abril de 1879, abriu a 2ª sessão da 14ª legislatura da assembléia legislativa provincial*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1879.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da província do Amazonas, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da assembléia legislativa provincial, 31 de março de 1880*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1880.

CEARÁ. *Fala com que o Excelentíssimo presidente da província do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da assembléia legislativa da mesma província no dia 1º de agosto de 1836*.



\_\_\_\_\_. *Fala que recitou o Excelentíssimo senhor Manoel Felizardo de Souza e Melo, presidente desta província, na ocasião da abertura da assembléia legislativa provincial no 1º de agosto do corrente ano.* Ceará: Typ. Constitucional, 1838.

\_\_\_\_\_. *Relatório que à assembléia legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1857 o Excelentíssimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província.* Fortaleza: Typographia Cearense, 1858.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, por ocasião da instalação da mesma assembléia no dia 9 de outubro de 1863.* Typographia Cearense, 1863.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléia no dia 10 de outubro de 1864.* Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Ceará em sua reunião extraordinária em 1º de dezembro de 1866 pelo presidente da mesma província, o Excelentíssimo Senhor João de Souza Mello e Alvim.* Fortaleza: Typ. Brasileira de João Evangelista, 1967.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor doutor Pedro Leão Veloso passou a administração da província ao excelentíssimo senhor 1º vice-presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior no dia 22 de abril de 1868.* Fortaleza: Typografia Brasileira, propriedade de J. Evangelista, 1868.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo 2º vice-presidente da província do Ceará Dr. Gonçalo Batista Vieira pelo 1º vice-presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Júnior, no ato de passar-lhe a administração da mesma província em 31 de julho de 1868.* Fortaleza: Typografia Brasileira, propriedade de J. Evangelista, 1868.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo presidente da província do Ceará desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques pelo 2º vice-presidente coronel Joaquim da Cunha Freire no ato de passar-lhe a administração da mesma província em 26 de julho de 1869.* Fortaleza: Typographia Constitucional, 1869.

\_\_\_\_\_. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da assembléia provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870.* Fortaleza: Typographia Constitucional, 1870.

\_\_\_\_\_. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor Dr. Esmerino Gomes Parente abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da assembléia provincial do Ceará no dia 2 de julho de 1875.* Fortaleza: Typographia Constitucional, 1875.

\_\_\_\_\_. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor desembargador Francisco de Faria Lemos, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da assembléia provincial no dia 1º de julho de 1876.* Fortaleza: Typ. Cearense, 1876.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Exmo. Sr. desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. conselheiro João José Ferreira de Aguiar, presidente da mesma província, em o dia 23 de novembro de 1877.* Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878.* Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878.

\_\_\_\_\_. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembléia provincial no dia 1 de novembro de 1878.* Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor conselheiro Henrique D'Avila senador do império e presidente do Ceará passou a administração desta província ao Excelentíssimo Senhor...* Fortaleza: Typographia Econômica, 1889.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901 pelo presidente do estado Dr. Pedro Augusto Borges.* Fortaleza: Typ. Econômica, 1901.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do estado Coronel Benjamin Liberto Barroso.* Fortaleza, 1916.

MARANHÃO. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, no dia 18 de outubro de 1877, apresentou à assembléia legislativa provincial, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária.* Maranhão: Typ. do País, 1877.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Exmo. Sr. vice-presidente da província Dr. Carlos Fernando Ribeiro instalou no dia 9 de maio de 1878 a assembléia legislativa provincial.* Maranhão: Typ. do País, 1878.

PARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da assembléia legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878.* Pará: Typ. da Província do Pará, 1878.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1.º vice-presidente, passou a administração da província do Pará o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878.* Pará, Typ. Guttemberg, 1878.

\_\_\_\_\_. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, abriu a 2.ª sessão da 21.ª legislatura da assembléia legislativa da província do Grão-Pará, em 16 de junho de 1879.* Pará, 1879.

\_\_\_\_\_. *Mensagem dirigida em 1º de agosto de 1916 ao congresso legislativo do Pará pelo Dr. Eneas Martins, governador do estado.* Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

### Outros

OLIVEIRA, Almir Leal de & BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. Fortaleza: INESP, 2009, p. 54-55 e 72-74. *Fala com que o exmº presidente da província do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da Assembleia Legislativa da mesma província no dia 1º de agosto de 1836*. Ceará: Typ. Patriotica, 1836.

PERNAMBUCO. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, Outubro de 1878*. Edição Fac-Similar. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1878.

### Bibliografia

#### Teses e dissertações

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884)*. Doutorado em História Social. São Paulo: PUC-SP, 2013.

BARROS, Karla Torquato dos Anjos. “*A varíola ficou morando na capital*”: ideias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901). Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: UECE, 2011.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem sina, nem acaso. A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: UFC, 2011.

CHAVES, Olivenor de Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-79*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 1995.

GARCIA, Ana Karine Martins. *A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: PUC, 2006.

GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará: 1862-1920*. Tese de Doutorado em História Social. Florianópolis. UFSC, 2001.

LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas: Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2010.

LIMA, Pedro Airton Queiroz. *A sombra das ingazeiras: o café na serra de Baturité (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude do Cedro (1884-1906)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2012.

MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2003.

RAMOS, Xisley de Araújo. *Por trás de toda fuga nem sempre há um crime: recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2003.

#### Livros e artigos

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ALBANO, Ildefonso. *O secular problema do Nordeste: discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

ALBANO, Ildefonso & BRAGA, Cincinato. *Obras de irrigação para o Nordeste num ante projeto de 1919*. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CCCLXXXI, 1988.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Comissão das borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 4ª edição fac-similar. Brasília: Senado Federal/Fundação Casa de José Américo, 1994.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª edição. São Paulo: Atlas AS, 1986.

ANDRÉS-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

AULER, Guilherme. *A companhia dos operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual/Imprensa Oficial, 1959.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Sobre as hidras do norte: rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia – 1877/1889. *Revista brasileira do Caribe – CECAB*, vol. XI, nº 21, julho/dezembro 2011, p. 187-222.

\_\_\_\_\_. “Cabeça chata, testa de macaco”: conexões entre migrantes e escravos fujões, desde o Ceará aos portais da Amazônia (1877-1880). *Revista Projeto História* (PUC-SP), v. 42, p. 369-396, 2011.

BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 16, fevereiro de 1998, p. 9-24.

BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, n. 10/11, 1999, p. 41-68.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

BECKERT, Sven. Emancipation and empire: reconstructing the worldwide web of cotton production in the age of American Civil War. *The American Historical Review*, vol. 109, nº 5, December 2004, p. 1405-1438.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única. Infância berlinense: 1900*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas*, vol. 1. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BLEASDALE, Ruth. Class conflict on the canals of Upper Canada in the 1840s. *Labour/Le Travail*, vol. 7, spring/printemps, 1981, p. 9-39.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª edição, 2013.

BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Tomo 1. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Edição Fac-Similar. Fortaleza: Typ. da Republica, 1893. *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará*, nº 1, 2005, p. 95.

BRECHT, Bertolt. *Histórias do sr. Keuner*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, vol. 5, nº 8/9, set. 1984-abr. 1985, p. 39.

BRIGGS, Asa. *A social history of England*. 3ª edição. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1999.

BROWN, John K. *The Baldwin locomotive works, 1831-1915: a study in American industrial practice*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

BURBANK, Jane & COOPER, Frederick. *Empires in world history: Power and the politics of difference*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

\_\_\_\_\_. Rasga-listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja. *Revista Trajetos – revista de história da UFC*, vol. 6, n° 11, 2008, p. 23-48.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará, Col. Outras Histórias, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem/Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1998.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n° 45, 2003, p. 209-238.

CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *A epopeia do trabalho* (com desenhos de Roberto Nobre). Lisboa: Renascença, 1926.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAMBLERS, William. *About railways*. London & Edinburgh: W. & R. Chambers, 1865.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Hachette, 1984.

COLEMAN, Terry. *The railway navvies: a history of the men who made the railways*. London: Penguin Books, 1968.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Trabalhadores do sertão: formação social e identidade dos povos sertanejos do Cariri na segunda metade do século XIX. *Anais do XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. ([http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308091415\\_ARQUIVO\\_anasaraanpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308091415_ARQUIVO_anasaraanpuh2011.pdf))

CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. *Sinopse histórica da Estrada de Ferro de Baturité*. Fortaleza, 1891.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª edição, São Paulo: Editora Unesp, 1997.

DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

\_\_\_\_\_. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15ª edição. São Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4ª edição, São Paulo: DIFEL, 1986.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, 1889, p. 22.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2005.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “Catirina, minha nêga, tão querendo te vende...”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FONER, Eric. *Reconstruction: America's unfinished revolution, 1863-1877*. New York: Harper & Row Publishers, 1988.

\_\_\_\_\_. *Free soil, free labor, free men: the ideology of the Republican Party before the Civil War*. New York: Oxford University Press, 1970.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, João. *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

FREUD, Sigmund. Os chistes e a sua relação com o inconsciente (1905). In \_\_\_\_\_. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. VIII.

FULLER, Cláudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, n° 1, 2008, p. 93-115.

\_\_\_\_\_. “V. Sª não manda em casa alheia”: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na província do Pará, 1838-1844. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, n° 2, 2008, p. 41-75.



FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. 4ª edição. Fortaleza: Casa de Juvenal de Galeno, 1978.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENOVESE, Eugene. *Roll Jordan roll: the world the slaves made*. New York and Toronto: Random House, 1976.

\_\_\_\_\_. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global Editora, 1983.

\_\_\_\_\_. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GEREMEK, Bronislaw. *La potence ou La pitié: l'Europe et les pauvres du Moyen Age à nos jours*. Paris: Éditions Gallimard, 1987.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

\_\_\_\_\_. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

GREENE, Julie. *The canal builders: making America's empire at the Panama Canal*. New York: Penguin Press, 2009.

GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais*. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.

GUTMAN, Herbert G. *Work, culture & society in industrializing America: essays in American working-class and social history*. New York: Alfred A. Knopf, 1976.

\_\_\_\_\_. *Power & culture: essays on the American working class*. New York: The New Press, 1987.

\_\_\_\_\_. The Tompkins Square “riot” in New York City on January 13, 1874: a re-examination of its causes and its aftermath. *Labor History* 6, n. 1, 1965, p. 44-70.

HALL, David J. The construction worker’s strike on the Canadian Pacific Railway, 1879. *Labour/Le Travail*, vol. 36, fall/autumn 1995, p. 11-35.

HALL, Michael & STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista brasileira de história*, vol. 3, n. 6, 1983, p. 81.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HAY, Douglas et. alli. *Albion’s fatal tree: crime and society in eighteenth-century England*. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1977.

HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 4ª edição revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *A era do capital: 1848-1875*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. Peasants and politics. *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n. 1, 1973, p. 3-22.

HOBSBAWM, Eric e RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especial referência a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

JULIA, Dominique e BOUTIER, Jean (orgs.). *Passados recompostos: Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/FGV, 1998.

KERR, Ian J. On the move. Circulating labour in pre-colonial, colonial, and post-colonial India. *International Review of Social History*, vol. 51, supplement 14, 2006.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

KLEIN, Ira. When the rains failed: famine, relief, and mortality in British India. *Indian Economic & Social History review*, 21, 1984, p. 185-214.

KOSELLEK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2011.

\_\_\_\_\_. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*. DH/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 116.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papyrus, 1988.

LARA, Silvia Hunbold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 16, fevereiro de 1998, p. 25-38.

LEFEBVRE, Georges. *La grande peur de 1789*. Paris: Armand Colin, 1988.

LEITE, Ana Cristina. *Algodão no Ceará*. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *Revista História Social*, nº6, 1999, 137-146.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: EDUSP, 1995.

LIMA, Luciano Mendonça de. Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 163-196.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 11-26.

LINEBAUGH, Peter.. Todas as montanhas do Atlântico estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 3, nº 6, p. 7-46.

\_\_\_\_\_. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In. PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 101-137.

LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: 2008.

LISBOA, Miguel Arrojado R. *O problema das seccas*. Conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Recife: Editora Marco Zero, 1988.

LUCASSEN, Jan.. The other proletarians: seasonal labourers, mercenaries and miners. *International Review of Social History*, vol. 39, supplement S2, 1994, 171-193.

\_\_\_\_\_. The brickmaker's strikes on the Ganges Canal in 1848-1849. *International Review of Social History*, vol. 51, supplement 14, 2006.

LUXEMBURGO. Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

MACHADO, Maria Helena Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª edição revisada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MAIOR, Armando Souto. *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do império*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. Corporações de ofícios versus liberdade de indústria: Adam Smith, José da Silva Lisboa e a extinção do aprendizado no Brasil e na Inglaterra. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: 2005.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. (5 vols.) São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MASSAUD, Moises. *A literatura portuguesa através de textos*. 29ª edição. São Paulo: Cultrix, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império*. 1871-1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. *Revista Estudos Históricos*, n. 24, 1999/2.

MONTGOMERY, David.. *The fall of the house of labor: the workplace, the state, and American labor activism, 1865-1925*. New York and Paris: Cambridge University Press and Editions de la Maison des sciences de l’homme, 1989.

MORAIS, Viviane Lima de. Agenciamento e agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). *Histórica*, n. 41, abril de 2010 (<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia04/>).

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil dos meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. Movimentos rurais nos Oitocentos: uma história em (re)construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 113-128.

MOURA, Denise Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1998.

MOYA, José C. Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais no hemisfério ocidental. *Caderno AEL*, vol. 15, n. 24, 2009, p. 217-218.

NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 16, nº 31 e 32, 1996, p. 40-61.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. “A capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, julho 2000, p. 93-111.

\_\_\_\_\_. Curral dos bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, nº 29, 1995, p. 93-122.

\_\_\_\_\_. Economia moral *versus* moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?) *Revista Projeto História*, São Paulo, n° 16, fevereiro de 1998, p. 39-57.

\_\_\_\_\_. A lei de terras e a lei da vida: transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. *Estudos de História*, Franca, n. 2, vol. 8, 2001.

\_\_\_\_\_. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. *Projeto História*, São Paulo, (27) dez. 2003, p. 167-189.

NUNES, Francivaldo Alves. Entre a lei e o costume: revolta de colonos no Núcleo Agrícola Benevides (Pará, 1879). *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, n° 2, 2008, p. 77-101.

OLYMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a “Guerra dos Marimbondos” (Pernambuco, 1851-1852). *Almanack Braziliense*, n° 3, maio 2006, p. 9-39.

PAOLI, Maria Célia, SADER, Eder & TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista brasileira de história*, vol. 3, n° 6, setembro 1983, p. 129-149.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: Edusc, Portugal: Instituto Camões, 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos – Dossiê Memória*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMPEU SOBRINHO, Tomás. *O problema das seccas no Ceará*. Fortaleza: Typo-Litographia Gadelha, 1917.

\_\_\_\_\_. *História das secas* (século XX). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 20ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1974.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relato de viagens e transculturação*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 31ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 99ª edição. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

REBOUÇAS, André. *A secca nas províncias do norte*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877.

\_\_\_\_\_. *Agricultura nacional – estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática*. Edição Fac-Similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

REDIKER, Marcus. *Between the devil and the deep blue sea: merchant seamen, pirates, and the Anglo-American maritime world, 1700-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Travessia: revista do migrante*, ano V, n° 14, set./dez. 1992, p. 5-9.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Martinho. A secca do Ceará (1877). *Revista Iracema* (Centro Literário). Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Wilkes and liberty: a social study of 1763 to 1774*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

\_\_\_\_\_. *The crowd in the French Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAMUEL, Raphael. Workshop of the world: steam power and hand technology in mid-Victorian Britain. *History Workshop Review*, n. 3, spring 1977, p. 8, 13 e 17.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale: Yale University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, n. 1, vol. 21, jan./jun. 2002, p. 10-31.

SECRETO, Maria Verónica. *(Des)medidos: a revolta dos Quebra-Quilos (1874-1875)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O sindicato na Idade da Pedra. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 15, n° 1, janeiro/junho 2002, p. 95-114.

SMITH, Herbert H. *Brazil. The Amazons and the coast*. New York: Charles Scribner's Sons, 1879.

SOUZA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas do Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Graal, 2005.

SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

STEIN, Stanley J. *Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

STOLKE, Verena & HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 3, n° 6, p. 80-120.

STOWELL, David O. *Streets, railroads, and the great strike of 1877*. Chicago: Chicago University Press, 1999.

STOWELL, David O. (Org.). *The great strike of 1877*. Chicago: Illinois University, 2007.

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da seca no Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.



\_\_\_\_\_. *Seccas do Ceará* (segunda metade do século XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

\_\_\_\_\_. *Varíola e vacinação no Ceará*. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904.

\_\_\_\_\_. *Libertação do Ceará: a queda da oligarquia Accioly*. Lisboa: Typographia A Editora, 1914.

\_\_\_\_\_. *A seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VV. AA. *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. (organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2003

WYLIE, William N. T. Poverty, distress, and disease: labour and the construction of the Rideau Canal, 1826-32. *Labour/Le Travail*, vol. 11, spring/printemps 1983, p. 7-29.

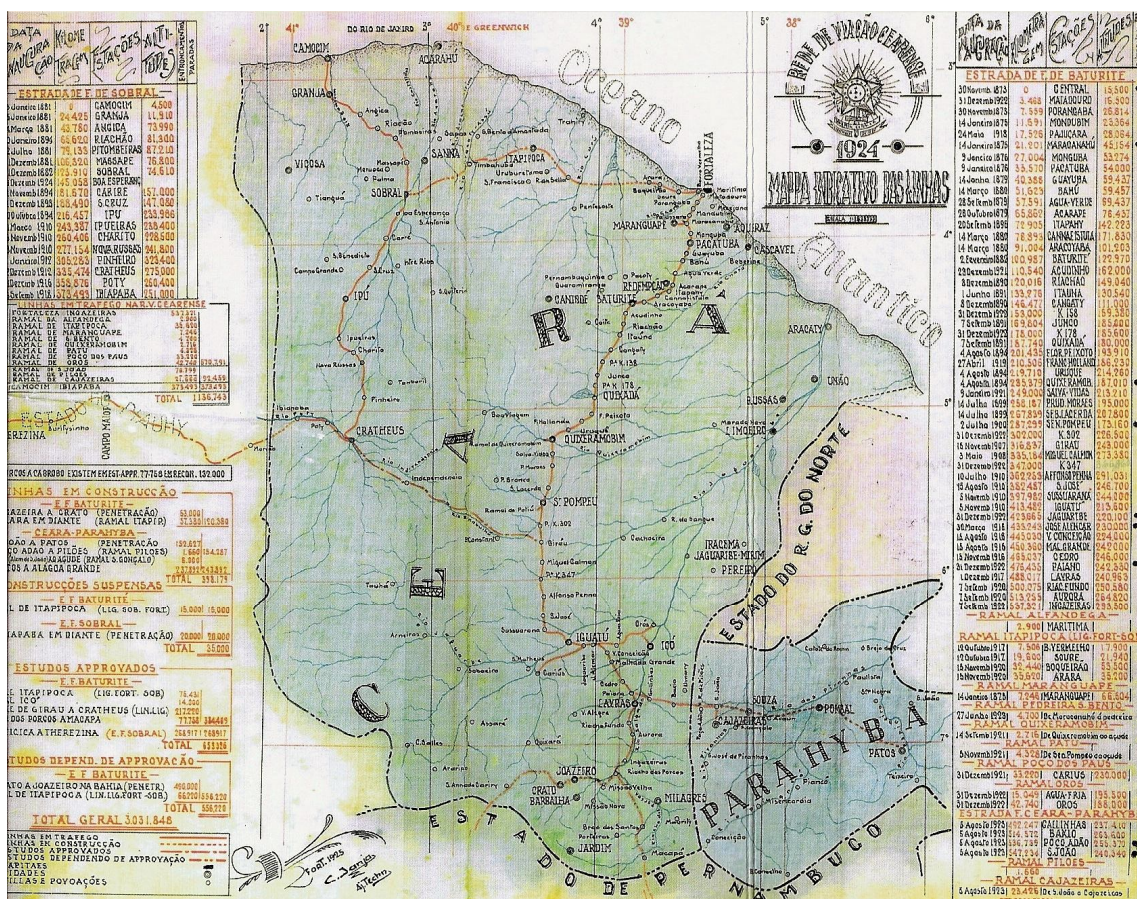
ZINN, Howard. *La otra historia de los Estados Unidos: desde 1492 hasta hoy*. 2ª edição. New York: Siete Cuentos Editorial, s/d.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Divisão municipal do Ceará em 1872



## Anexo 2 – Estradas de Ferro no Ceará em 1924



Fonte: Arquivo Nacional



**Anexo 3 – Engenheiros, operários, mulheres, crianças, ferramentas e a terra seca na construção do açude Bonito (Ipú, 1919)**



Fonte: Acervo Iconográfico do Instituto do Ceará

#### Anexo 4 – Atividades de construção



Fonte: Museu da Imagem e do Som, Fortaleza

**Anexo 5 – Um proletário da seca**



Fonte: Acervo Iconográfico do Instituto do Ceará